

Resenha

de Política Exterior do Brasil
número 89, 2º semestre de 2001

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL
Número 89, 2º semestre de 2001 - Ano 28, ISSN 0101 2428

© 2010 Todos os direitos reservados. A reprodução ou tradução de qualquer parte desta publicação será permitida com a prévia permissão do Editor.

A **Resenha de Política Exterior do Brasil** é uma publicação semestral do Ministério das Relações Exteriores, organizada e editada pela Coordenação de Documentação Diplomática (CDO) do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD).

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Embaixador Celso Amorim

Secretário-Geral das Relações Exteriores
Embaixador Antonio de Aguiar Patriota

Subsecretário-Geral do Serviço Exterior
Embaixador Paulo Cesar Meira de Vasconcellos

Diretor do Departamento de Comunicações e Documentação
Embaixador Hélio Vítor Ramos Filho

Coordenação de Documentação Diplomática
Conselheiro Pedro Frederico de Figueiredo Garcia
Secretário Igor de Carvalho Sobral

Resenha de Política Exterior do Brasil / Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Comunicações e Documentação : Coordenação de Documentação Diplomática. – Ano 1, n. 1 (jun. 1974)-. – Brasília : Ministério das Relações Exteriores, 1974 - .

354p.

ISSN 01012428
Semestral.

1. Brasil – Relações Exteriores – Periódico. I. Brasil. Ministério das Relações Exteriores.

CDU 32(05)



Departamento de Comunicações e Documentação

SUMÁRIO

DISCURSOS 25

JANTAR OFERECIDO PELO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DE PORTUGAL, JAIME GAMA 25

PALAVRAS PROFERIDAS PELO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER, POR OCASIÃO DE JANTAR OFERECIDO PELO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DE PORTUGAL, JAIME GAMA. PALÁCIO DAS NECESSIDADES, LISBOA, 2 DE JULHO DE 2001

SEMINÁRIO ORGANIZADO PELA FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO - “O BRASIL E A ALCA” 29

INTERVENÇÃO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, NO SEMINÁRIO ORGANIZADO PELA FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO - “O BRASIL E A ALCA”. SÃO PAULO, 2 DE JULHO DE 2001

CERIMÔNIA DE OUTORGA DO PRÊMIO “PERSONALIDADE DO ANO” 37

PRONUNCIAMENTO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER, POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE OUTORGA DO PRÊMIO “PERSONALIDADE DO ANO” PELA CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA LUSO-BRASILEIRA. LISBOA, 3 DE JULHO DE 2001

REUNIÃO DO FÓRUM BRASILEIRO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS 41

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA ABERTURA DA REUNIÃO DO FÓRUM BRASILEIRO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS. BRASÍLIA, PALÁCIO DO ITAMARATY, 4 DE JULHO DE 2001

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O COMÉRCIO ILÍCITO DE ARMAS PEQUENAS E ARMAMENTO LEVE EM TODOS OS SEUS ASPECTOS 47

DISCURSO DO MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, JOSÉ GREGORI, NA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O COMÉRCIO ILÍCITO DE ARMAS PEQUENAS E ARMAMENTO LEVE EM TODOS OS SEUS ASPECTOS. NOVA YORK, 9 DE JULHO DE 2001

ALMOÇO EM HOMENAGEM AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA ESLOVACA 51

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NO ALMOÇO EM HOMENAGEM AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA ESLOVACA, RUDOLF SCHUSTER. BRASÍLIA, 10 DE JULHO DE 2001

INTEGRAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA REGIONAL DA AMÉRICA DO SUL – IIRSA 53

INTERVENÇÃO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER SOBRE INICIATIVA “INTEGRAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA REGIONAL DA AMÉRICA DO SUL – IIRSA”. LA PAZ, BOLÍVIA, 17 DE JULHO DE 2001

INTEGRAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA REGIONAL DA AMÉRICA DO SUL 57

INTERVENÇÃO DO MINISTRO CELSO LAFER SOBRE A INICIATIVA “INTEGRAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA REGIONAL DA AMÉRICA DO SUL - IIRSA”. LA PAZ, BOLÍVIA, 17 DE JULHO DE 2001

ALMOÇO OFERECIDO EM HOMENAGEM AO PRIMEIRO-MINISTRO DA REPÚBLICA DA IRLANDA 61

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DO ALMOÇO OFERECIDO EM HOMENAGEM AO PRIMEIRO-MINISTRO DA REPÚBLICA DA IRLANDA, BERTIE AHERN. PALÁCIO DO ITAMARATY, BRASÍLIA, 18 DE JULHO DE 2001

SEMINÁRIO DA FLACSO 65

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, NA ABERTURA DO SEMINÁRIO DA FLACSO, “PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO EM CURSO: A AGENDA LATINO-AMERICANA E DO CARIBE”. BRASÍLIA, 24 DE JULHO DE 2001

SEMINÁRIO “DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE: A CONTRIBUIÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS” 69

DISCURSO DO MINISTRO CELSO LAFER, NA ABERTURA DO SEMINÁRIO “DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE: A CONTRIBUIÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS” PALÁCIO ITAMARATY, BRASÍLIA, 24 DE JULHO DE 2001

**REJEIÇÃO PELOS EUA DO PROJETO DE
PROTOCOLO DE FORTALECIMENTO DA CPAB** 73

INTERVENÇÃO DA REPRESENTANTE PERMANENTE, ALTERNA,
DO BRASIL JUNTO AOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS EM
GENEBRA, EMBAIXADORA CELINA MARIA ASSUMPCÃO DO
VALLE PEREIRA, NO CONTEXTO DA REJEIÇÃO PELOS EUA DO
PROJETO DE PROTOCOLO DE FORTALECIMENTO DA CPAB.
PALAIS DES NATIONS, GENEVRA, 26 DE JULHO DE 2001

**ALMOÇO OFERECIDO AO PRIMEIRO
MINISTRO DO REINO UNIDO** 75

BRINDE DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA
POR OCASIÃO DE ALMOÇO OFERECIDO AO PRIMEIRO
MINISTRO DO REINO UNIDO, SR. TONY BLAIR. PALÁCIO
DA ALVORADA, BRASÍLIA, 30 DE JULHO DE 2001

**REUNIÃO DO CONSELHO GERAL DA
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO** 77

INTERVENÇÃO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, POR
OCASIÃO DE REUNIÃO DO CONSELHO GERAL DA ORGANIZAÇÃO
MUNDIAL DO COMÉRCIO. GENEVRA, 30 DE JULHO DE 2001

**VI REUNIÃO DO CONSELHO DE MINISTROS DA
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA** 79

INTERVENÇÃO DO SUBSECRETÁRIO-GERAL PARA ASSUNTOS
POLÍTICOS (SGAP), EMBAIXADOR BERNARDO PERICÁS, CHEFE
DA DELEGAÇÃO BRASILEIRA NA VI REUNIÃO DO CONSELHO
DE MINISTROS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA. “CPLP - 5 ANOS DE ATIVIDADES: BALANÇO E
PERSPECTIVAS”. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, 31 DE JULHO DE 2001

ABERTURA DO *WORKSHOP* SOBRE O PROGRAMA “INVESTE BRASIL” 83

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, NA ABERTURA DO *WORKSHOP* SOBRE O PROGRAMA INVESTE BRASIL, MECANISMO PARA A PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS NO PAÍS. PALÁCIO DO ITAMARATY, BRASÍLIA, 9 DE AGOSTO DE 2001

***WORKSHOP* SOBRE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS NO BRASIL** 85

PALESTRA PROFERIDA PELO MINISTRO CELSO LAFER NA ABERTURA DO *WORKSHOP* SOBRE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS NO BRASIL. BRASÍLIA, PALÁCIO ITAMARATY, 9 DE AGOSTO DE 2001

CERIMÔNIA DE INAUGURAÇÃO DA INTERCONEXÃO ELÉTRICA ENTRE O BRASIL E A VENEZUELA 87

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE INAUGURAÇÃO DA INTERCONEXÃO ELÉTRICA ENTRE O BRASIL E A VENEZUELA. SANTA ELENA DE UAIRÉN, 13 DE AGOSTO DE 2001

AGÊNCIA BRASILEIRO-ARGENTINA DE CONTABILIDADE E CONTROLE (ABACC) 91

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, NA CERIMÔNIA DE COMEMORAÇÃO DOS DEZ ANOS DA AGÊNCIA BRASILEIRO-ARGENTINA DE CONTABILIDADE E CONTROLE (ABACC). ARGENTINA, BUENOS AIRES, 14 DE AGOSTO DE 2001

AGÊNCIA BRASILEIRO-ARGENTINA DE APLICAÇÕES DA ENERGIA NUCLEAR (ABAEN) 93

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, NA CERIMÔNIA DE CRIAÇÃO DA AGÊNCIA BRASILEIRO-ARGENTINA DE APLICAÇÕES DA ENERGIA NUCLEAR (ABAEN). ARGENTINA, BUENOS AIRES, 14 DE AGOSTO DE 2001

CERIMÔNIA DE CRIAÇÃO DA AGÊNCIA BRASILEIRO-ARGENTINA DE APLICAÇÕES DA ENERGIA NUCLEAR 95

DISCURSO DO PROFESSOR CELSO LAFER, MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, NA CERIMÔNIA DE CRIAÇÃO DA AGÊNCIA BRASILEIRO-ARGENTINA DE APLICAÇÕES DA ENERGIA NUCLEAR - ABAEN (BUENOS AIRES, 14 DE AGOSTO DE 2001)

CERIMÔNIA DE COMEMORAÇÃO DOS DEZ ANOS DA AGÊNCIA BRASILEIRO-ARGENTINA DE CONTABILIDADE E CONTROLE 97

DISCURSO DO PROFESSOR CELSO LAFER, MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, NA CERIMÔNIA DE COMEMORAÇÃO DOS DEZ ANOS DA AGÊNCIA BRASILEIRO-ARGENTINA DE CONTABILIDADE E CONTROLE - ABACC (BUENOS AIRES, ARGENTINA, 14 DE AGOSTO DE 2001)

ACORDO DE SALVAGUARDAS BRASIL-ESTADOS UNIDOS 99

PALAVRAS DO MINISTRO CELSO LAFER EM AUDIÊNCIA PÚBLICA NA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, SOBRE O ACORDO DE SALVAGUARDAS BRASIL-ESTADOS UNIDOS. BRASÍLIA, CÂMARA DOS DEPUTADOS, EM 23 DE AGOSTO DE 2001

AUDIÊNCIA PÚBLICA NA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS 105

PALAVRAS DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, EM AUDIÊNCIA PÚBLICA NA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS SOBRE O ACORDO DE SALVAGUARDAS BRASIL-ESTADOS UNIDOS - (CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA). BRASÍLIA, 23 DE AGOSTO DE 2001

ALMOÇO EM HOMENAGEM AO PRIMEIRO-MINISTRO DE PORTUGAL 111

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NO ALMOÇO EM HOMENAGEM AO PRIMEIRO-MINISTRO DE PORTUGAL, ANTÓNIO GUTERRES. BRASÍLIA, PALÁCIO ITAMARATY, 5 DE SETEMBRO DE 2001

SEMINÁRIO INTERNACIONAL ORGANIZADO PELO INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL (INPI) 115

PALESTRA DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, NO SEMINÁRIO INTERNACIONAL ORGANIZADO PELA COMISSÃO EUROPÉIA E PELO INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL (INPI) - “O PAPEL DA PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL NOS CAMPOS DA BIODIVERSIDADE E DOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS”. MANAUS, 10 DE SETEMBRO DE 2001

ABERTURA DO FÓRUM EURO-LATINO-AMERICANO 119

PALESTRA DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, NA ABERTURA DO FÓRUM EURO-LATINO-AMERICANO - “UE-MERCOSUL, ALCA, OMC”. SÃO PAULO, 11 DE SETEMBRO DE 2001

VISITA À EMBAIXADA AMERICANA EM BRASÍLIA 123

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, DURANTE VISITA À EMBAIXADA AMERICANA E ASSINATURA NO LIVRO DE CONDOLÊNCIAS EM HOMENAGEM ÀS VÍTIMAS DOS ATENTADOS TERRORISTAS EM NOVA YORK E WASHINGTON. EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, BRASÍLIA, 18 DE SETEMBRO DE 2001

XXIII REUNIÃO DE CONSULTA DOS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS 125

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, NA XXIII REUNIÃO DE CONSULTA DOS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. WASHINGTON, 21 DE SETEMBRO DE 2001

XXIV REUNIÃO DE CONSULTA DOS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS 127

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO LAFER, NA XXIV REUNIÃO DE CONSULTA DOS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS PARA SERVIR DE ÓRGÃO DE CONSULTA PARA A APLICAÇÃO DO TRATADO INTERAMERICANO DE ASSISTÊNCIA RECÍPROCA (TIAR). WASHINGTON, 21 DE SETEMBRO DE 2001

CERIMÔNIA COMEMORATIVA DA SEMANA DA ÁRVORE 129

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA CERIMÔNIA COMEMORATIVA DA SEMANA DA ÁRVORE. PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, 27 DE SETEMBRO DE 2001

**AUDIÊNCIA NA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS** 133

PALAVRAS DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO LAFER, PERANTE A COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. BRASÍLIA, 4 DE OUTUBRO DE 2001

**LANÇAMENTO DO PROJETO DE
PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES** 137

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO LAFER, NO LANÇAMENTO DO PROJETO DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES. PALÁCIO DO ITAMARATY, 4 DE OUTUBRO DE 2001

**COLÓQUIO IDEA “BRASIL E ARGENTINA
“JUNTOS PARA O MUNDO”** 139

TEXTO-BASE PARA A PALESTRA DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, POR OCASIÃO DO COLÓQUIO IDEA, REALIZADO NO HOTEL TRANSAMÉRICA - BRASIL E ARGENTINA “JUNTOS PARA O MUNDO”. SÃO PAULO, 9 DE OUTUBRO DE 2001

**CERIMÔNIA DE FORMATURA DA TURMA JAIME
AZEVEDO RODRIGUES DO INSTITUTO RIO BRANCO** 143

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, NO DIA DO DIPLOMATA POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE FORMATURA DA TURMA JAIME AZEVEDO RODRIGUES DO INSTITUTO RIO BRANCO. PALÁCIO DO ITAMARATY, BRASÍLIA, 10 DE OUTUBRO DE 2001

ALMOÇO EM HOMENAGEM À PRESIDENTE DO PANAMÁ 147

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NO ALMOÇO EM HOMENAGEM À PRESIDENTE DO PANAMÁ, MIREYA MOSCOSO. BRASÍLIA, PALÁCIO ITAMARATY, 21 DE OUTUBRO DE 2001

SEMINÁRIO O BRASIL E A ALCA 151

INTERVENÇÃO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, NO SEMINÁRIO O BRASIL E A ALCA, REALIZADO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS - “O BRASIL E SUA INSERÇÃO NO MUNDO: MERCOSUL, ALCA, UE E OMC”. BRASÍLIA, 23 DE OUTUBRO DE 2001

REUNIÃO REGIONAL PREPARATÓRIA PARA A “RIO + 10” 155

TEXTO BASE DO DISCURSO DO MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER, NA REUNIÃO REGIONAL PREPARATÓRIA DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE PARA A CÚPULA MUNDIAL SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (“RIO+10”). RIO DE JANEIRO, 23 DE OUTUBRO DE 2001

CONFERÊNCIA SOBRE TRANSIÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICAS 161

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA CONFERÊNCIA SOBRE TRANSIÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICAS. MADRI, ESPANHA, 26 DE OUTUBRO DE 2001

CERIMÔNIA ALUSIVA AO DIA DA CULTURA 165

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DE CERIMÔNIA ALUSIVA AO DIA DA CULTURA. PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, 7 DE NOVEMBRO DE 2001

IV CONFERÊNCIA MINISTERIAL DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC) 173

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, POR OCASIÃO DA IV CONFERÊNCIA MINISTERIAL DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC). DOHA, CATAR, 9 DE NOVEMBRO DE 2001

RECEBIMENTO DO TÍTULO DE DOUTOR HONORIS CAUSA PELA UNIVERSIDADE HEBRAICA DE JERUSALÉM 177

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA CERIMÔNIA DE RECEBIMENTO DO TÍTULO DE DOUTOR HONORIS CAUSA PELA UNIVERSIDADE HEBRAICA DE JERUSALÉM. SÃO PAULO, 18 DE NOVEMBRO DE 2001

3ª ASSEMBLÉIA GERAL DA CONFERÊNCIA PARLAMENTAR DAS AMÉRICAS 183

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA SOLENIDADE DE ABERTURA DA 3ª ASSEMBLÉIA GERAL DA CONFERÊNCIA PARLAMENTAR DAS AMÉRICAS. RIO DE JANEIRO, 19 DE NOVEMBRO DE 2001

ALMOÇO OFERECIDO EM HOMENAGEM À PRIMEIRA MINISTRA DA NOVA ZELÂNDIA 191

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DO ALMOÇO OFERECIDO EM HOMENAGEM À PRIMEIRA MINISTRA DA NOVA ZELÂNDIA, SENHORA HELEN CLARK. BRASÍLIA, 21 DE NOVEMBRO DE 2001

CERIMÔNIA DE POSSE DO EMBAIXADOR OSMAR V. CHOIFI NO CARGO DE SECRETÁRIO-GERAL 195

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO LAFER, POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE POSSE DO EMBAIXADOR OSMAR V. CHOIFI NO CARGO DE SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES. BRASÍLIA, 29 DE NOVEMBRO DE 2001

CERIMÔNIA DE TRANSMISSÃO DO CARGO DE SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES 199

DISCURSO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE TRANSMISSÃO DO CARGO DE SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES AO EMBAIXADOR OSMAR V. CHOEFI. BRASÍLIA, 29 DE NOVEMBRO DE 2001

POSSE DO EMBAIXADOR OSMAR CHOEFI NO CARGO DE SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES 205

DISCURSO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR OSMAR V. CHOEFI, AO SER EMPOSSADO NO CARGO DE SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES. BRASÍLIA, 29 DE NOVEMBRO DE 2001

XXI ENCONTRO NACIONAL DE COMÉRCIO EXTERIOR 211

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER, POR OCASIÃO DO XXI ENCONTRO NACIONAL DE COMÉRCIO EXTERIOR (ENAEX), REALIZADO NO HOTEL GLÓRIA - “CENÁRIO INTERNACIONAL, PROTECIONISMO E AGENDA DE NEGOCIAÇÃO”. RIO DE JANEIRO, 30 DE NOVEMBRO DE 2001

REUNIÃO NA FIESP SOBRE PROMOÇÃO COMERCIAL DO ITAMARATY EM 2001 215

INTERVENÇÃO DO MINISTRO MÁRIO VILALVA, DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO COMERCIAL DO ITAMARATY, POR OCASIÃO DA REUNIÃO NA FIESP - “BALANÇO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO COMERCIAL DO ITAMARATY NO ANO DE 2001”. SÃO PAULO, 3 DE DEZEMBRO DE 2001

II FÓRUM NACIONAL ANTIDROGAS 219

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NO II FÓRUM NACIONAL ANTIDROGAS. COLÉGIO MILITAR, BRASÍLIA, 11 DE DEZEMBRO DE 2001

CERIMÔNIA DE ENTREGA DO PRÊMIO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS 227

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA CERIMÔNIA DE ENTREGA DO PRÊMIO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, 19 DE DEZEMBRO DE 2001

ATOS INTERNACIONAIS 233

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES 237

NEGOCIAÇÕES ENTRE BRASIL E GUIANA PARA A ADOÇÃO DE ACORDO DE PREFERÊNCIAS TARIFÁRIAS. (02 DE JULHO DE 2002) 237

PRIMEIRO RASCUNHO DO ACORDO DA ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS (ALCA) (03 DE JULHO DE 2002) 238

VISITA OFICIAL DO PRIMEIRO-MINISTRO DO REINO UNIDO, TONY BLAIR (30 DE JULHO A 1 DE AGOSTO DE 2001) (04 DE JULHO DE 2002) 238

NOTA SOBRE AS MEDIDAS ADOTADAS PELO MINISTÉRIO DA ECONOMIA DA ARGENTINA (05 DE JULHO DE 2002) 239

ASSISTÊNCIA CONSULAR AO MENOR IRUAN ERGUI WU (05 DE JULHO DE 2002)	239
VISITA OFICIAL AO BRASIL DO COMISSÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA UNIÃO EUROPÉIA, PASCAL LAMY (08 A 11 DE JULHO DE 2001) (06 DE JULHO DE 2002)	240
CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O TRÁFICO ILÍCITO DE ARMAS PEQUENAS E ARMAMENTO LEVE EM TODOS OS SEUS ASPECTOS (06 DE JULHO DE 2002)	240
NEGOCIAÇÕES ENTRE BRASIL E TRINIDAD E TOBAGO PARA A ADOÇÃO DE ACORDO DE PREFERÊNCIAS TARIFÁRIAS (10 DE JULHO DE 2002)	241
ACORDO SOBRE A QUESTÃO DO ACESSO DO CAFÉ SOLÚVEL BRASILEIRO AO MERCADO EUROPEU (11 DE JULHO DE 2002)	242
CARTA DEMOCRÁTICA INTERAMERICANA (12 DE JULHO DE 2002)	242
ACORDO DE COMPLEMENTAÇÃO ECONÔMICA Nº 39 (ACE-39), ENTRE O BRASIL E OS PAÍSES DA COMUNIDADE ANDINA (COLÔMBIA, EQUADOR, PERU E VENEZUELA) (12 DE JULHO DE 2002)	243
CARTA DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, AO SENHOR PRIMEIRO-MINISTRO DO JAPÃO, JUNICHIRO KOIZUMI (16 DE JULHO DE 2002)	243
RELACIONAMENTO BRASIL – IRLANDA (17 DE JULHO DE 2002)	244
FÓRUM EMPRESARIAL BRASIL-PAÍSES ÁRABES - ENTREVISTA COLETIVA (17 DE JULHO DE 2002)	245

FÓRUM EMPRESARIAL BRASIL-PAÍSES ÁRABES (17 DE JULHO DE 2002)	245
CONCESSÃO DE <i>AGRÉMENT</i> À EMBAIXADORA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA NO BRASIL, SENHORA DONNA HRINAK (18 DE JULHO DE 2002)	246
LAFER BUSCA SOLUÇÃO PARA O CASO IRUAN (18 DE JULHO DE 2002)	247
AJUDA HUMANITÁRIA AO PERU (18 DE JULHO DE 2002)	247
XXIV REUNIÃO DO CONSELHO SUPERIOR DA FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (19 DE JULHO DE 2002)	248
VISITA DE TRABALHO DA MINISTRA DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA REPÚBLICA DO SURINAME, SENHORA MARIA ELISABETH LEVENS (19 DE JULHO DE 2002)	248
CERIMÔNIA DE ASSINATURA DE DOCUMENTOS (23 DE JULHO DE 2002)	250
CASO DO MENOR IRUAN ERGUI WU (23 DE JULHO DE 2002)	250
I REUNIÃO DA SENEUROPA (BRASÍLIA, 26 DE JULHO DE 2001)	249
DECISÃO DA OMC SOBRE O PROEX III (26 DE JULHO DE 2002)	255
VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-MINISTRO DO REINO UNIDO, TONY BLAIR (30 DE JULHO A 1 DE AGOSTO) (27 DE JULHO DE 2002)	255

PLANO DE AÇÃO CONJUNTA BRASIL - REINO UNIDO (30 DE JULHO DE 2002)	259
INTERVENÇÃO DO EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, NO CONSELHO GERAL DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC) (30 DE JULHO DE 2002)	263
A AGRICULTURA DETERMINARÁ O LANÇAMENTO DE UMA NOVA RODADA DE NEGOCIAÇÕES MULTILATERAIS NA OMC, SEGUNDO OS GOVERNOS DA ARGENTINA, DO BRASIL, DO PARAGUAI, DO URUGUAI, DA BOLÍVIA E DO CHILE (30 DE JULHO DE 2002)	265
ASSINATURA DE CARTA DE ENTENDIMENTO ENTRE A AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC) E A ORGANIZAÇÃO DE AVIAÇÃO CIVIL INTERNACIONAL (OACI) (07 DE AGOSTO DE 2002)	265
RESULTADOS DE TRABALHO EMPREENDIDO PELO <i>FOREIGN INVESTMENT ADVISORY SERVICE</i> (FIAS, DO SISTEMA DO BANCO MUNDIAL), VOLTADO PARA O MAPEAMENTO DAS CONDIÇÕES LEGAIS E OPERACIONAIS PARA A ENTRADA DE INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NO BRASIL (08 DE AGOSTO DE 2002)	266
NOTA SOBRE O FALECIMENTO DO ESCRITOR JORGE AMADO (7 DE AGOSTO DE 2001) (08 DE AGOSTO DE 2002)	267
REUNIÃO BILATERAL BRASIL – CHILE (09 DE AGOSTO DE 2002)	267
ATENTADO OCORRIDO EM JERUSALÉM (10 DE AGOSTO DE 2002)	267
XV CÚPULA DO GRUPO DO RIO (SANTIAGO DO CHILE, 15 A 18 DE AGOSTO DE 2001) (13 DE AGOSTO DE 2002)	268

COMUNICADO COJUNTO DOS PRESIDENTES FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, DO BRASIL, E HUGO CHÁVEZ FRÍAS, DA REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA, POR OCASIÃO DA INAUGURAÇÃO DA LINHA DE TRANSMISSÃO ELÉTRICA ENTRE OS DOIS PAÍSES (13 DE AGOSTO DE 2002)	268
AJUSTE COMPLEMENTAR AO CONVÊNIO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA NA ÁREA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (13 DE AGOSTO DE 2002)	269
<i>BRIEFING</i> DO EMBAIXADOR ANTÔNIO GUERREIRO, CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS (DOI) DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, SOBRE O PROJETO DA CARTA DEMOCRÁTICA INTERAMERICANA (17 DE AGOSTO DE 2002)	270
CARTA ENDEREÇADA AO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO LAFER, POR SEU HOMÓLOGO FRANCÊS, HUBERT VÉDRINE, A PROPÓSITO DO FALECIMENTO DO ESCRITOR JORGE AMADO (20 DE AGOSTO DE 2002)	270
COMUNICADO CONJUNTO À IMPRENSA DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA DO PANAMÁ, SENHORA MIREYA MOSCOSO, E DO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (21 DE AGOSTO DE 2001)	271
BRASIL E PERU APROFUNDAM COOPERAÇÃO AMBIENTAL (21 DE AGOSTO DE 2002)	273
O GOVERNO BRASILEIRO, POR DECISÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, REATIVARÁ A EMBAIXADA EM BAGDÁ (24 DE AGOSTO DE 2002)	274

BRASIL ESTÁ ENVIANDO MISSÃO DE OBSERVAÇÃO ÀS ELEIÇÕES
PARA A ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE DO TIMOR LESTE, A SE
REALIZAREM EM 30 DE AGOSTO DE 2001 (27 DE AGOSTO DE 2002) 275

MENSAGEM DO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
AO REPRESENTANTE ESPECIAL DO SECRETÁRIO-GERAL DAS
NAÇÕES UNIDAS E ADMINISTRADOR TRANSITÓRIO DE TIMOR
LESTE, SÉRGIO VIEIRA DE MELLO (31 DE AGOSTO DE 2002) 275

NOTA À IMPRENSA DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, SOBRE AS OPERAÇÕES
MILITARES DOS EUA CONTRA ALVOS ESTRATÉGICOS
NO AFGANISTÃO (07 DE OUTUBRO DE 2001) 276

NOTA À IMPRENSA DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO
LAFER, SOBRE A ATUAÇÃO DE ROBERTO CAMPOS NA
VIDA PÚBLICA BRASILEIRA (10 DE OUTUBRO DE 2001) 276

NOTA DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, POR OCASIÃO DO
FALECIMENTO DO SENHOR VILMAR FARIA, ASSESSOR ESPECIAL
DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (30 DE NOVEMBRO DE 2001) 277

ARTIGOS 279

ARTIGO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, PUBLICADO NA
PUBLICAÇÃO CARTA INTERNACIONAL EM 1º DE JULHO DE 2001 – “A
AGENDA ECONÔMICO-COMERCIAL E REFORMAS NO ITAMARATY” 279

ARTIGO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, PUBLICADO NO JORNAL DO BRASIL EM 2 DE JULHO DE 2001 – “OEA, DIREITOS E DEMOCRACIA”	281
ARTIGO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, PUBLICADO NA GAZETA MERCANTIL EM 25 DE JULHO DE 2001 - “A NOVA BRAZILTRADENET”	285
ARTIGO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, PUBLICADO NO JORNAL LA NACIÓN - “A AMÉRICA DO SUL DEVE TER UMA INFRA-ESTRUTURA INTEGRADA”. ARGENTINA, BUENOS AIRES, 7 DE AGOSTO DE 2001	287
ARTIGO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, PUBLICADO NO JORNAL DO BRASIL EM 12 DE AGOSTO DE 2001 - “GÊNOVA E NÓS”	291
ARTIGO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, PUBLICADO NO JORNAL GAZETA MERCANTIL EM 31 DE AGOSTO DE 2001 - “MUDANÇAS NA CONTINUIDADE”	295
ARTIGO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, PUBLICADO NO JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO EM 16 DE SETEMBRO DE 2001 - “O MUNDO MUDOU”	299

ARTIGO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER,
PUBLICADO NO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO EM
27 DE SETEMBRO DE 2001 - “FIRME E CLARO” 303

ARTIGO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER,
PUBLICADO NO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO EM
13 DE OUTUBRO DE 2001 - “CUBA E OS FURACÕES” 305

ARTIGO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, PUBLICADO
NO JORNAL VALOR ECONÔMICO EM 18 DE OUTUBRO DE
2001 - “O BRASIL “DE CORPO E ALMA” EM NOVA YORK” 307

ARTIGO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO, PUBLICADO NA REVISTA ÉPOCA EM
1 DE DEZEMBRO DE 2001 - “A CRISE COMO OPORTUNIDADE” 311

ARTIGO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO, PUBLICADO NA REVISTA VEJA EM
1 DE DEZEMBRO DE 2001 - “O MUNDO APÓS O 11 DE SETEMBRO” 313

ENTREVISTAS 317

ENTREVISTA DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER,
CONCEDIDA AO JORNAL “PÚBLICO” DE PORTUGAL: “O
BRASIL QUER UM MUNDO MAIS MULTIPOLAR”. 07/07/2001 317

ENTREVISTA DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, CONCEDIDA AO
JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO - “PRESIDENTE
ADMITE “PERDÃO” PARA ARGENTINA”. 18/07/2001 321

ENTREVISTA DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, CONCEDIDA AO JORNAL “O GLOBO” EM 9 DE AGOSTO DE 2001	323
ENTREVISTA DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, CONCEDIDA À REVISTA MERCOSUL, Nº74 - “A RECEITA DE LAFER PARA REVITALIZAR O MERCOSUL: GOVERNO E EMPRESÁRIOS DEVEM SE UNIR MAIS PARA PROTEGER A INTEGRAÇÃO REGIONAL”. 1/09/2001	327
DECLARAÇÃO À IMPRENSA PROFERIDA PELO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, E PELO PRIMEIRO-MINISTRO DE PORTUGAL, ANTÓNIO GUTERRES. BRASÍLIA, PALÁCIO DO PLANALTO, 05/09/2001	331
ENTREVISTA COLETIVA CONCEDIDA PELO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, SOBRE A ATUAÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO NA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). PALÁCIO ITAMARATY, BRASÍLIA, 14/09/2001	337
ENTREVISTA DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, CONCEDIDA AO JORNAL O GLOBO - “SÃO TALIBÃS OS QUE QUEREM FECHAR A ECONOMIA”. 26/09/2001	343
ENTREVISTA DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, CONCEDIDA AO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO - “BRASIL ESPERA AÇÃO LIMITADA DOS EUA”. 15/10/2001	347
ÍNDICE REMISSIVO	351



DISCURSOS

JANTAR OFERECIDO PELO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DE PORTUGAL, JAIME GAMA

PALAVRAS PROFERIDAS PELO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER, POR OCASIÃO DE JANTAR OFERECIDO PELO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DE PORTUGAL, JAIME GAMA. PALÁCIO DAS NECESSIDADES, LISBOA, 2 DE JULHO DE 2001

Excelentíssimo Senhor Ministro,
Senhoras e Senhores,

Gostaria antes de mais nada de agradecer a hospitalidade e a simpatia com que Vossa Excelência e o Governo português me têm honrado durante esta visita que realizo a Portugal como Ministro das Relações Exteriores do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso – que também coincide com minha primeira viagem de caráter bilateral ao continente europeu.

O relacionamento bilateral atravessa hoje um dos momentos mais ricos e promissores de sua história. Em 1992, quando me coube a responsabilidade de chefiar pela primeira vez o Itamaraty, Portugal presidia pela primeira vez a Comunidade Européia. Naquela ocasião, pude verificar como os sólidos vínculos históricos que nos unem atuam no sentido de estimular o potencial de convergência entre nossos dois países.

Posso afirmar que, no âmbito acadêmico, a análise das afinidades que aproximam Brasil e Portugal tem sido, desde a publicação de meu primeiro livro, de 1963, “O Judeu em Gil Vicente”, e do meu estudo de 1965 sobre o problema dos valores em ‘Os Lusíadas, um dos meus temas recorrentes, dada a importância decisiva que atribuo à matriz lusitana para o entendimento do Brasil. É disso que também trato no livro em via de publicação intitulado A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira – Passado, Presente e Futuro.

Participei, na reunião de cúpula de Guimarães, do primeiro diálogo dos Ministros das Relações Exteriores do Mercosul com os da Comunidade Européia e, nesse encontro, contei com o apoio institucional e o estímulo pessoal do então Ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro. O apoio da presidência portuguesa foi muito útil na pronta celebração do Acordo de terceira geração do

Brasil com a Comunidade Européia, assinado em Brasília, em 29 de junho de 1992.

Mais recentemente, quando Embaixador em Genebra, de 1995 a 1998, foi por minha iniciativa que o Brasil votou na Comissão de Direitos Humanos da ONU, junto com Portugal e os demais membros da CPLP, na questão do Timor Leste, então sob a dura jurisdição da Indonésia.

Já em 1999, na condição de Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio pude apreciar nos momentos difíceis da mudança do câmbio, a “aposta” na economia brasileira que o governo português, conduzido pelo Primeiro-Ministro António Guterres, vem fazendo e que se traduz na maciça presença do investidor português no Brasil.

Muito mudou e pouco mudou de 1992 para cá. Muito mais mudaram as coisas, Sr. Ministro, do final da década de 70, quando nos encontramos pela primeira vez numa reunião da Atlantic Conference em Salvador, Bahia, quando o grande tema da nossa agenda era a transição democrática. O relacionamento entre nossos dois países beneficia-se de um ponto de partida privilegiado, o da fraternidade, da herança histórica e cultural, dos milhões de famílias que desconhecem a barreira do Oceano Atlântico e têm em Brasil e Portugal suas duas Pátrias.

No entanto, a fase excepcional nas relações entre Brasil e Portugal vai muito além da tradição que sempre as caracterizou. Temos hoje condições de afirmar que nosso relacionamento renova-se e aprofunda-se em todos os campos imagináveis, desde o econômico-financeiro ao cultural, passando pelo tecnológico, educacional e pela multiplicação dos contatos de natureza política e institucional.

Somente neste ano de 2001, já tivemos a oportunidade de receber a visita de Vossa Excelência em fevereiro – a primeira de um Ministro do Exterior europeu após a minha posse -, e, ainda no âmbito desta Chancelaria, muito nos honrou a presença dos Embaixadores João Salgueiro, Secretário-Geral, e António Santana Carlos, Diretor-Geral Político.

Desde o início deste ano, Excelência, foram nada menos do que cinco visitas de nível ministerial de ambas as partes. E encontramos fortemente empenhados, no momento, nos preparativos de mais uma reunião deste especial mecanismo de cúpula em nível de Chefes de Governo, a Cimeira Bilateral Brasil-Portugal, cuja quinta sessão teremos a honra de sediar, em Brasília, no próximo dia 5 de setembro.

A esse respeito, muito me alegra poder dar a conhecer a todos, desde já, a boa notícia da ratificação, pelo Congresso Nacional brasileiro, do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, assinado em Porto Seguro, por ocasião das cerimônias de comemoração dos 500 anos do Descobrimento do Brasil.

O Tratado terá seus instrumentos de ratificação trocados pelo Primeiro-Ministro António Guterres e pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso por ocasião da V Cimeira Bilateral, prevista para realizar-se em Brasília no próximo mês de setembro. Trata-se do principal ato a nortear o relacionamento entre nossos dois países, que passará a regular temas atuais e da maior diversidade e importância, desde o reconhecimento de diplomas universitários até a interação econômico-financeira, passando pelo intercâmbio cultural e pela cooperação científica e tecnológica, apenas para citar algumas poucas dimensões de seu alcance.

Pretendemos, além disso, firmar quatro atos bilaterais durante o encontro de setembro: o Acordo para a Troca de Pessoas Condenadas; um Memorando de Entendimento que cria mecanismo formal de consultas para troca de informações, em níveis técnico e político, sobre temas de cooperação; o Protocolo de Colaboração na Área de Arquivos; e o Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico.

Este quadro de freqüentes e densos contatos políticos e de um arcabouço jurídico-institucional cada vez mais abrangente encontra, como é natural, reflexo no processo de construção de parcerias amplas em outras áreas, sobretudo na dos investimentos. Com base em nossos sólidos fundamentos culturais e políticos comuns, atores públicos e privados dos dois países vêm construindo um relacionamento cada vez mais dinâmico e mutuamente vantajoso.

Os oito bilhões de dólares investidos por Portugal no Brasil, em especial nos últimos quatro anos, e o incremento dos volumes de comércio e da variedade na pauta de exportações dos dois Países são a demonstração das oportunidades recíprocas que se renovam e se constroem nos dois lados do Atlântico.

Elas atestam o reconhecimento e a confiança que o Governo e do empresariado portugueses souberam depositar no Brasil, e que se traduziram em frutos muito concretos, na forma de desenvolvimento econômico, de empregos e de geração de riquezas.

Essa rica e criativa interação encontra dimensão adicional de qualidade no trabalho que juntos, Brasil e Portugal, temos realizado no processo de construção e de consolidação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Esse esforço de nossos dois Governos e de nossas sociedades pode ser hoje avaliado pelos importantes avanços alcançados pela CPLP, cuja próxima reunião, em São Tomé e Príncipe, deverá oferecer a oportunidade para a continuação de um diálogo rico e produtivo entre as nações que conformam o universo da lusofonia no mundo.

É com alegria que registro o continuado interesse de Brasil e Portugal em construir novos momentos históricos em suas relações, ao mesmo tempo que insistem na sua secular tradição comum. Convido a todos, pois, que me acompanhem em um brinde à continuidade destes laços inaugurados há cinco séculos e hoje mais sólidos do que nunca, à felicidade pessoal de meus amigos Alda e Jaime Gama, e à amizade entre nossos dois países.

Muito obrigado.



SEMINÁRIO ORGANIZADO PELA FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO - “O BRASIL E A ALCA”

INTERVENÇÃO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, NO SEMINÁRIO ORGANIZADO PELA FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO - “O BRASIL E A ALCA”. SÃO PAULO, 2 DE JULHO DE 2001

Agradeço ao Presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo e à Confederação Nacional do Comércio o convite para realizar, em nome do Itamaraty, a palestra inaugural deste importante evento, em que se discutirão os impactos da ALCA para o Brasil.

A ALCA é, sem dúvida, a empreitada de maior significação ora enfrentada por nossa diplomacia comercial, já que os países que se acham envolvidos no processo negociador respondem por 50% de nosso comércio exterior e 70% de nossas exportações de manufaturados. As negociações deverão estar concluídas até janeiro de 2005, para que a entrada em vigor ocorra até dezembro do mesmo ano, ressalvadas as prerrogativas dos poderes legislativos. As negociações sobre acesso a mercados serão iniciadas o mais tardar em 15 de maio de 2002. O tempo, portanto, corre e nos impõe circunspeção.

Desde dezembro de 1994 - quando os presidentes das Américas, reunidos em Miami, acordaram concluir as negociações no mais tardar até 2005 - o governo brasileiro e o Itamaraty em particular tem dado a este

tema uma consideração muito especial, à luz das suas amplas e variadas consequências para a estrutura produtiva e comercial do país e, por conseguinte, para as suas perspectivas de desenvolvimento. Ao longo de todo esse processo, a diplomacia brasileira tem estado em permanente contacto com os diferentes meios políticos, empresariais e sociais brasileiros com vistas a definir e concertar as posições negociadoras do Brasil.

Na III reunião ministerial, em Belo Horizonte (1997), o Brasil logrou por exemplo consolidar acordos em torno de princípios fundamentais, como o *single-undertaking*, decisões apenas por consenso, e compatibilidade entre a ALCA e o MERCOSUL. Também temos sido sempre muito firmes na questão do respeito aos prazos originais acordados em Miami.

O início da gestão do Ministro Celso Lafer, em janeiro deste ano, coincidiu com uma intensificação dos desafios em torno da formação da ALCA. Na preparação da Cúpula de Quebec, diferentes países procuraram antecipar os prazos para conclusão do processo. Em parte como consequência disso, cresceu no plano interno o interesse pelas negociações.

Esta é uma evolução bem-vinda. O debate interno enriquece as nossas perspectivas de exame dos muitos temas sobre a mesa, legitima as nossas postulações e fortalece a nossa capacidade de negociar.

O Brasil fez valer o seu peso específico e superou as fortes pressões que se avolumaram antes de Quebec com vistas a antecipar para 2003 a conclusão das negociações da ALCA. Temos agora um período de tempo razoável para continuar e aprofundar a preparação interna para esta grande negociação, lembrando sempre o contexto extremamente complexo em que se realiza, ou seja, simultaneamente com a consolidação do Mercosul, as negociações Mercosul-CAN, as negociações Mercosul-UE e, possivelmente, (não é ainda provável, mas não é tampouco impossível), com uma nova rodada no âmbito da OMC.

O evento de hoje constitui importante colaboração para esta tarefa de preparação. A organização do encontro foi particularmente feliz ao reunir as diferentes perspectivas que terão de ser levadas em consideração na definição dos interesses nacionais: governo; parlamentares; acadêmicos e especialistas em comércio exterior; empresários e sindicalistas. Tratarei de ser objetivo e expor em linhas gerais a visão do Itamaraty.

Já existe uma primeira minuta de acordo para a ALCA. Trata-se, na verdade, de um “esqueleto de texto”, em que permanecem em aberto praticamente todos os pontos mais relevantes. Nos próximos dias, essa primeira minuta estará sendo divulgada. Faltam, apenas, pequenos detalhes operacionais, que têm a ver essencialmente com a compatibilização das traduções nas diferentes línguas de trabalho. No momento, de acordo com o mandato de Quebec, os grupos de trabalho estão avançando nas discussões do que virá a ser uma segunda

minuta de acordo, a ser submetida à próxima reunião ministerial que deverá realizar-se em Quito, em outubro de 2002.

Na sua condição de coordenador da participação do Brasil no processo ALCA, o Itamaraty tem-se orientado por três considerações fundamentais:

- em primeiro lugar, o entendimento de que o Brasil não poderia recusar-se a participar das negociações. Participar das negociações da ALCA não significa, é bom frisar, comprometer-se desde já com os seus resultados. Mesmo porque a ALCA, como tal, ainda não existe. É importante ter presente esta distinção, que parece óbvia, mas nem sempre é bem compreendida;
- em segundo lugar, o entendimento de que a negociação da ALCA deve ser vista em seus próprios termos: ou seja, um esforço de organização do comércio numa região em que o Brasil se avantajava como ator principal e num cenário internacional ora oscilante e indefinido entre a globalização e a regionalização. Nessas condições, o importante, acima de tudo, é que sejamos capazes de estabelecer um conjunto de objetivos claros: um conjunto de metas positivas e metas defensivas sobre os temas concretos da negociação. Em suma, saber exatamente o que queremos e o que não queremos sobre os temas da agenda: questões como acesso a mercados, regras de origem, normas sanitárias e fitossanitárias, regras de defesa comercial, de investimentos, de compras governamentais, de propriedade intelectual e assim por diante;

- em terceiro lugar, o Itamaraty tem procurado enfatizar o entendimento - expresso com muita ênfase pelo Presidente FHC em Quebec - de que uma decisão final sobre a participação ou não do Brasil em uma eventual ALCA dependerá do conteúdo que venha a ter o acordo final. Devemos evitar quaisquer formas de apriorismo, seja no sentido de dizer que a ALCA será inevitavelmente má, seja no sentido de antecipar desde já que será necessariamente boa. Não superestimamos, mas também não subestimamos, a nossa capacidade de negociar vantajosamente e fazer prevalecer os nossos objetivos.

Tendo presente essas considerações fundamentais, gostaria de fazer breves comentários sobre o estado de nosso pensamento a respeito de dois aspectos:

- I - a questão dos custos e benefícios de uma eventual ALCA; e
- II - como enfrentar de forma mais eficaz o desafio das negociações.

Início pelo tema dos custos e benefícios. Quais seriam os principais riscos de uma ALCA para o Brasil?

- 1º - A ALCA poderia ensejar uma participação excessiva dos Estados Unidos no conjunto do comércio exterior brasileiro, em detrimento do equilíbrio que temos historicamente assegurado entre os Estados Unidos, a Europa e em parte o Japão.
- 2º - A indústria brasileira de produtos de maior valor agregado (máquinas e

equipamentos, bens de capital, informática, química fina e assim por diante) teria de enfrentar mais abertamente a concorrência da economia mais avançada do mundo, que opera em uma escala de grandeza e de avanço tecnológico sem igual.

3º - Embora a temática seja legítima e igualmente importante para o Brasil, são preocupantes certas pressões de setores do Congresso dos EUA em favor da imposição de cláusulas sociais e ambientais no acordo da ALCA com o evidente propósito de legitimar não as válidas causas a que se dirigem, mas sim interesses protecionistas.

4º - De vez que os Estados Unidos mantem posturas negativas quanto a itens que são essenciais para o Brasil - *anti-dumping* e subsídios à produção e exportação de produtos agrícolas, por exemplo -, corre-se o risco de um processo semelhante ao da Rodada Uruguai, em que a maioria dos temas importantes para os países em desenvolvimento ficaram para implementação posterior, e até hoje aguardam solução. Daí a importância do *single undertaking* e o interesse sempre manifestado pelo Brasil de que os Estados Unidos obtenham do seu Congresso um mandato negociador adequado.

Se há tantos riscos, perguntariam os Senhores, porque então negociar a ALCA? Acima de tudo, porque ficar à margem acarretaria outra série de riscos, de outra natureza, que tampouco podem ser ignorados. Em primeiro lugar, os riscos de isolamento diplomático e econômico-comercial em nossa própria região. Algo que simplesmente se tornou impensável no mundo da globalização das cadeias produtivas de bens e serviços. Todos os países hoje, queiram ou não,

são levados a “participar” das correntes internacionais de comércio, investimentos, financiamento, e tecnologia. A “desinserção” do mundo seria, na realidade, uma “não-hipótese” para o Brasil.

Outros fatores importantes a influenciar uma atitude participativa do Brasil seriam os seguintes:

1º - Com ou sem razão, o fato é que praticamente todos os demais países do hemisfério - inclusive os nossos parceiros do MERCOSUL - têm posição favorável a uma integração ampla e rápida com os Estados Unidos. Uma atitude de recusa do Brasil poderia levar, portanto, até a dissolução do Mercosul.

2º - Diferentemente do que muitas vezes se argumenta, é possível, sim, haver uma ALCA sem o Brasil, com esse nome ou qualquer outra denominação. Nada impede a formação de um espaço hemisférico comum, sem a participação do Brasil, por meio de uma rede de acordos bilaterais dos diversos países latino-americanos com os Estados Unidos, ou da negociação da adesão desses países ao NAFTA. O Brasil ficaria - por um lado - em posição de desvantagem para competir com os demais países latino-americanos no mercado dos Estados Unidos, e - por outro - em posição de desvantagem frente aos Estados Unidos para competir naqueles países vizinhos com os quais ainda não tem acordos de livre comércio.

3º - A economia mundial está-se organizando cada mais em torno de grandes agrupamentos regionais: UE, NAFTA, APEC - e, na América do Sul, o MERCOSUL e a Comunidade Andina. Ficar à margem desses grandes espaços de circulação de

bens, de investimentos e de tecnologia teria um custo elevado para o Brasil.

Não participar da negociação da ALCA significaria, portanto, em síntese:

- (a) pôr em risco o MERCOSUL;
- (b) afastar-se também dos demais vizinhos;
- (c) alienar o interesse da UE e dos países europeus em negociar com o Brasil/MERCOSUL e
- (d) perder atratividade frente a terceiros parceiros.

Até agora vimos, em síntese, os riscos que corremos ao negociar e as razões por assim dizer “negativas” para que o Brasil participe da negociação de uma ALCA. Vejamos a seguir algumas razões “positivas” ou seja, fatores que nos induzem positivamente à negociação.

1º - Em princípio, não há como negar o interesse em fazer parte de um eventual bloco hemisférico cujos integrantes, como já mencionei, absorvem cerca de 50% das exportações nacionais e quase 70% das exportações de nossos produtos manufaturados. Nesses mercados, portanto, acham-se as oportunidades mais óbvias de expansão das exportações brasileiras.

2º - A ALCA poderia vir a ser o instrumento para finalmente “abrir” o mercado dos Estados Unidos para uma série de produtos nacionais que hoje enfrentam barreiras de todo o tipo. A posição negociadora brasileira tem este objetivo central e os resultados nesses setores serão um componente essencial para julgar, no momento oportuno, se um eventual acordo terá interesse ou não para o Brasil. Não abrigamos expectativas excessivas quanto

à efetiva possibilidade de abrir os setores protegidos da economia norte-americana, mas tampouco vemos razão para deixar escapar a oportunidade de pelo menos tentar fazê-lo.

3º - A participação na ALCA justificar-se-ia igualmente como forma de ampliar a capacidade de negociação e a atratividade do Brasil (e do MERCOSUL) frente a terceiros países e regiões, ou na OMC. Não é segredo que o interesse europeu em manter e acelerar a negociação comercial em curso com o MERCOSUL tem muito a ver - ou mesmo tudo a ver - com os riscos de perda de posições em nossos mercados diante da perspectiva de formação da ALCA.

Que concluir dessa análise sumária? Antes de mais nada, que estamos diante de um quadro extremamente complexo. Torna-se importante, por conseguinte, que se examinem com cuidado e objetividade os “prós e contras” da ALCA, para no momento apropriado decidir se será vantajosa para o País. Apesar de todos os constrangimentos, a ALCA não é algo “inevitável”. É, como tem assinalado o Presidente Fernando Henrique Cardoso, uma opção. Quando o acordo tiver uma forma concreta, poderemos decidir se nos interessa ou não. O que parece ser “inevitável”, isso sim, é negociar. Esta é a única maneira de buscar influenciar os seus resultados em nosso favor.

No contexto atual, temos bastante claros alguns objetivos para a negociação, que podem ser classificados como interesses “defensivos” ou “afirmativos”.

Entre os interesses “defensivos”, estariam: evitar a antecipação dos prazos da ALCA; evitar exposição precipitada dos setores

menos competitivos da indústria nacional; evitar abertura no setor de serviços a partir de “listas negativas” (ou seja, todos os setores seriam liberalizados, à exceção daqueles expressamente indicados); evitar compromissos adicionais aos da OMC na área de propriedade intelectual; evitar entendimentos excessivamente amplos sobre compras governamentais, com base, entre outros elementos, em “listas negativas”; evitar cláusulas sociais e ambientais relacionadas a sanções comerciais.

Entre os interesses “afirmativos” estariam, entre outros: o respeito ao princípio do *single undertaking*; abertura efetiva do mercado norte-americano nos setores em que somos mais competitivos (suco de laranja, açúcar, fumo, siderurgia, têxteis e assim por diante); limitação do uso abusivo de instrumentos de defesa comercial (anti-dumping e direitos compensatórios); eliminação dos subsídios às exportações agrícolas e disciplinamento das medidas de apoio interno e dos créditos à exportação nesse mesmo setor; ritmos diferenciados de desgravação tarifária (as alíquotas de importação dos países desenvolvidos seriam rebaixadas de forma mais acelerada); prazos mais longos para a desgravação tarifária dos produtos industriais brasileiros de maior valor agregado (no NAFTA, há cronogramas de até 15 anos para produtos mais sensíveis; o documento da Coalizão Empresarial brasileira propõe prazos de até vinte anos).

O êxito da estratégia de negociação brasileira será dado pela capacidade de nossa diplomacia comercial de proteger os nossos interesses defensivos, maximizando ao mesmo tempo os interesses afirmativos. Isso é algo fácil de dizer. Mas, sem dúvida, muito difícil de fazer. Temos, portanto, de redobrar

o cuidado com que estamos nos preparando para essa negociação. É isso justamente o que estamos procurando fazer.

A preparação para a negociação da ALCA envolve (I) medidas internas no Ministério, (II) medidas de coordenação no âmbito do governo e com a sociedade e (III) formação de coalizões diplomáticas em favor de posições defendidas pelo Brasil.

No âmbito do Ministério, o Ministro Celso Lafer determinou recentemente medidas para reforçar a área econômica, inclusive o núcleo que se ocupa de ALCA. Foram também feitas mudanças internas para que a Subsecretaria de Assuntos Econômicos, que tem-se ocupado com tanta competência da condução das negociações, possa ter condições ainda melhores para dar ao tema a prioridade e a atenção diferenciada que merece. A mais recente turma de alunos formada pelo Instituto Rio Branco, após um curso de especialização e estágios em Genebra e Bruxelas, está sendo inteiramente lotada na área econômica. No âmbito do governo federal, o reforço do papel de articulação da CAMEX contribui da mesma forma para dar maior solidez ao processo de definição interna e de defesa no plano externo de nossos interesses.

A questão da transparência e da articulação com a sociedade é também determinante para esse fim. O Itamaraty tem posto o máximo empenho em dar transparência ao processo negociador e discutir com a sociedade os rumos da negociação da ALCA. Desde 1996, funciona no Ministério das Relações Exteriores a SENALCA - Seção Nacional de Coordenação dos Assuntos Relativos à ALCA,

um foro de diálogo entre diversas instâncias governamentais e da sociedade civil, com o propósito de transmitir informações sobre as negociações e de procurar definir os interesses nacionais.

Na VI reunião ministerial da ALCA, recém realizada em Buenos Aires, a delegação do Brasil empenhou-se para a aprovação de decisões que favorecem de forma notável a transparência do processo negociador e a participação da sociedade civil, entre as quais a divulgação da minuta do Acordo da ALCA e a instrução para que os grupos de negociação passem a acolher as contribuições apresentadas pela sociedade civil no que se refere aos seus temas respectivos. Por determinação do Ministro Lafer, está sendo ultimada a preparação de documento de base - uma espécie de *white paper* - com descrição detalhada das negociações e das posições que têm sido defendidas pelo Brasil, para divulgação pela INTERNET.

O Itamaraty guarda na mais alta conta os subsídios que tem recebido da comunidade empresarial. Tenho em mente, em especial, o documento "Contribuições para o VI Foro Empresarial das Américas", da Coalizão Empresarial Brasileira (coordenada pela CNI e integrada pelas demais confederações nacionais, como a própria CNC). De forma objetiva, o texto explicita as condições em que a ALCA pode vir a ser benéfica para o desenvolvimento nacional, e constitui orientação abrangente para a atuação dos negociadores brasileiros. O governo, de resto, tem incentivado e está atento a outros estudos ora realizados em diferentes segmentos do país.

A possibilidade de êxito nas negociações da ALCA está, também, diretamente relacionada à nossa capacidade de formar uma visão objetiva e técnica dos temas em discussão, assim como de criar grupos de interesse - coalizões - para sua defesa.

Chego ao fim de minha apresentação. De tudo o que disse, creio que a mensagem central diz respeito à necessidade de manter posição serena e objetiva sobre a ALCA, evitando emocionalizar ou politizar excessivamente o debate. Um eventual clima de confronto interno debilitaria nossa posição negociadora e seria prejudicial para a defesa dos interesses nacionais. Temos de estar preparados para negociar duramente e, no devido momento, analisar objetivamente - e não em função de posições preconcebidas e apriorismos - os custos e benefícios do pacote que resulte das negociações.

Para isso, são essenciais a preparação cuidadosa de posições e o diálogo constante com todos os setores da sociedade brasileira. O Itamaraty – e aqui termino – está disposto e preparado para enfrentar este desafio, consciente de seu significado para a adequada inserção do Brasil no mundo em rápida transformação deste começo de milênio. Trabalhemos juntos!

Muito obrigado.



CERIMÔNIA DE OUTORGA DO PRÊMIO “PERSONALIDADE DO ANO”

PRONUNCIAMENTO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER, POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE OUTORGA DO PRÊMIO “PERSONALIDADE DO ANO” PELA CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA LUSO-BRASILEIRA. LISBOA, 3 DE JULHO DE 2001

Senhoras e senhores,

O título de “Personalidade do Ano” da Câmara de Comércio e Indústria Luso Brasileira tem para mim, além de sua dimensão institucional, um significado afetivo especial. Venho de uma família que, sem ser de origem portuguesa, é lusófila desde sua chegada ao Brasil, há mais de um século. O interesse de meu pai pela cultura portuguesa, por exemplo, muito me influenciou para que, além do curso de Direito, eu estudasse literatura portuguesa na Universidade de São Paulo, objeto de meu primeiro livro, em 1963 – O judeu em Gil Vicente – e de um estudo, em 1965, sobre o problema dos valores n’Os Lusíadas.

O gosto pelas coisas portuguesas fez-se acompanhar por um grande afeto pelos portugueses. Tive, como jovem, a oportunidade de conviver em São Paulo com Adolfo Casais Monteiro e Jorge de Sena e pude, a partir do final dos anos 80, estreitar laços de afetuosa amizade com Álvaro de Vasconcelos e Guilherme de Oliveira Martins, lastreados não apenas em afinidades, mas no objetivo comum de reposicionar em novos moldes, compatíveis com o sistema internacional contemporâneo, a convergência luso-brasileira.

É o alcance dessa renovada e aprofundada convergência que me permite afirmar que é uma honra compartilhar esta homenagem da Câmara Luso Brasileira com o Doutor Francisco Luís Murteira Nabo. Em sua carreira, o Doutor Murteira Nabo, que, como eu, tem transitado entre o setor privado e a função pública, esteve ligado de perto aos transportes e, principalmente, às telecomunicações, os dois grandes motores desta onda de globalização. É um exemplo do profissionalismo e da capacidade de atualização do empresariado português. Além dos méritos pessoais do Doutor Murteira Nabo, esta homenagem é plenamente justificada pelo papel que desempenha hoje a Portugal Telecom na aproximação dos dois países.

No plano da responsabilidade política que me cabe como Ministro das Relações Exteriores do Brasil, registro, com vivo contentamento, não apenas a qualidade, mas também a densidade das relações entre Brasil e Portugal hoje. Como bem mostrou o Embaixador Calvet de Magalhães, no seu importante estudo sobre o nosso relacionamento, o que caracterizou a agenda das relações luso-brasileiras da independência aos nossos dias foi o “interno”

como “externo”, que tem como base a História, e “o uso da língua comum e o destino das pessoas que trafegam de um país para outro país, com todos os desdobramentos que disso derivam”. A essa dimensão cultural e humana agregou-se, desde a redemocratização em Portugal e no Brasil, uma crescente sintonia no plano político, a refletir a existência de uma ampla faixa de valores políticos e culturais compartilhados.

O fato novo, e que alçou o relacionamento a novo patamar, foi o incremento dos investimentos que, mais do que adequar-se à importância das demais vertentes, parecem querer compensar os desencontros e as oportunidades perdidas do passado. Importantes como são a cultura e os sentimentos, uma verdadeira comunidade requer também o lastro dos interesses econômicos, representados aqui na Câmara Luso Brasileira, e que têm dado mostras, nos últimos anos, de extraordinário dinamismo.

Os investimentos portugueses no Brasil são o aspecto mais vistoso desta tendência. O acentuado movimento de projeção externa de grandes empresas portuguesas teve o Brasil como destino prioritário e preferencial, o que fez com que o estoque total de investimentos portugueses no Brasil, que até 1995 se limitava a US\$ 100 milhões e que em 1997 não alcançava US\$ 1 bilhão, hoje esteja próximo de US\$ 8 bilhões. Com isso, Portugal passou a ocupar a terceira posição entre os maiores investidores externos no Brasil desde 1998.

Em relação à economia portuguesa, a magnitude do investimento direto no Brasil é ainda mais impressionante. Em 1994, o Brasil não chegava a representar 1% do investimento direto português no exterior;

em 1998, esse número era de 40,3%. Naquele ano, o investimento português no Brasil já era equivalente ao investimento em toda a União Européia. De janeiro a novembro de 2000, ainda segundo fontes portuguesas, o investimento bruto português no Brasil atingiu US\$ 2,4 bilhões, correspondendo a 44% do total no exterior, estimando-se que existam hoje cerca de 200 empresas de capital português instaladas no Brasil. O estoque de investimento no Brasil correspondia a 6,24% do PIB português em 1999, a mais alta proporção entre todos os investidores estrangeiros no Brasil.

A aposta de Portugal é a aposta de suas empresas, que vêem o Brasil como etapa natural de sua internacionalização e da afirmação de sua identidade no seio da União Européia. A empresa dirigida pelo Doutor Murteira Nabo, a Portugal Telecom, tem maior volume de ativos no Brasil do que em Portugal. Entre empresas controladas e participações, a Portugal Telecom tem mais clientes brasileiros do que portuguesas. Várias grandes empresas portuguesas vão pelo mesmo caminho.

Se bem é verdade que o fluxo de investimentos nos últimos três anos reflete, em boa medida, a expressiva participação de Portugal nos processos de privatização de empresas no Brasil, encoraja-nos ver o crescente interesse de médias e pequenas empresas portuguesas pelo mercado brasileiro, o que contribuirá para reforçar a teia de vínculos e diversificar o relacionamento empresarial entre os dois países. Exemplo significativo do potencial de cooperação bilateral é o fato de que o Nordeste brasileiro tornou-se, nos últimos anos, o primeiro destino turístico português no exterior.

Esta nova descoberta do Brasil é uma resposta criativa dos empresários portugueses ao desafio da globalização. Portugal soube aproveitar plenamente as oportunidades oferecidas pela adesão à União Européia, mas não cedeu à tentação de acomodar-se a elas. Os grupos econômicos portugueses vêm liderando a passagem de Portugal de agente receptor a sujeito ativo do investimento internacional. Neste processo, vem desempenhando papel de proa na internacionalização da economia brasileira.

Os senhores conhecem bem a importância da transformação estrutural por que vem passando nossa economia durante o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. A liberalização do comércio exterior, a privatização e desregulamentação da economia e a estabilização monetária foram acompanhadas pela reforma do aparelho do Estado, da previdência social e do regime fiscal. A economia brasileira modernizou-se e tornou-se mais competitiva. O fato de que a agenda de reformas estruturais ainda não foi esgotada não pode ser utilizado como pretexto para menosprezar as mudanças estruturais e institucionais já realizadas.

Um processo desse tipo, em um país continental como o Brasil, não se faz da noite para o dia, nem sem percalços. Enfrentamos, desde 1994, três crises externas de grande envergadura e agora, quando nos preparamos para um período de crescimento sustentado, novas turbulências externas e a crise energética interna nos obrigam a revisar a estimativa de crescimento para este ano.

Mas o Brasil tem sabido tirar as lições da adversidade, e isso não é pouca coisa. A crise energética, embora em larga medida

causada por fatores climáticos – o Nordeste brasileiro enfrenta hoje a pior seca dos últimos setenta anos – demonstrou a necessidade de diversificação da matriz energética brasileira, e a premência de estimular a participação do setor privado na geração de energia. A crise está servindo para focalizar as atenções e, com isso, teremos em breve um marco regulatório adequado, moderno e compatível com a necessidade de promover investimentos em geração.

Os brasileiros também estão tendo um curso rápido de economia de energia, que está-se mostrando mais eficaz do que todos os programas executados no passado. Embora ainda seja cedo para estimar os efeitos do racionamento de energia, as primeiras indicações são de uma redução na taxa de crescimento econômico – de 4% para 3% - neste ano. Um levantamento recente da Fundação Getúlio Vargas concluiu, entretanto, que dois terços dos empresários pretendem manter ou expandir seus investimentos no triênio 2001-2003.

O Brasil continuará, portanto, a oferecer oportunidades para as empresas portuguesas. Estas oportunidades serão ainda maiores se conseguirmos ampliar nosso comércio, que ainda não corresponde a seu potencial. Para isto contribuirão, sem dúvida, as negociações entre o Mercosul e a União Européia com vistas à conclusão de um acordo de livre comércio inter-regional. Nesta semana tem lugar, em Montevideu, a quinta reunião do Comitê de Negociações Bi-regionais, que já começará a debuchar-se sobre as questões de acesso a mercados. São negociações complexas, que não podem ser reduzidas a sua componente tarifária. Para o Brasil, o objetivo

das negociações é garantir, ao Mercosul e à União Européia, acesso equilibrado aos respectivos mercados, o que implica não apenas a redução de tarifas em todos os setores industriais e agrícolas, mas também a definição de disciplinas para a eliminação de subsídios, em especial na área agrícola, e medidas de efeito equivalente que afetam, direta ou indiretamente, os bens objeto de comércio.

Contamos com o apoio de Portugal para avançar na busca de um acordo que efetivamente contribua para a eliminação de restrições a substancialmente todo o comércio - condição, aliás, para sua compatibilidade com os acordos da OMC.

Meus amigos,

O Brasil nasceu na primeira onda da globalização, a das grandes navegações dos séculos XV e XVI, que fizeram de Portugal um império que “o sol, logo em nascendo, vê primeiro; vê-o também no meio do Hemisfério, e quando desce o deixa derradeiro”. No processo de globalização em curso, que se caracteriza, entre outros elementos, por fortes assimetrias, o substrato cultural e humano comum pode contribuir decisivamente para a melhoria qualitativa da inserção do Brasil e de Portugal na economia internacional. Para ser aproveitada, essa oportunidade requererá visão e decisão de todos nós, Governos e empresários. Mas os ventos dos últimos anos certamente têm soprado na direção certa.

Muito obrigado.

REUNIÃO DO FÓRUM BRASILEIRO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA ABERTURA DA REUNIÃO DO FÓRUM BRASILEIRO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS. BRASÍLIA, PALÁCIO DO ITAMARATY, 4 DE JULHO DE 2001

Cumprimento-os outra vez e quase me dispense de falar, tão bom foi, aqui, o vídeo que nós vimos a respeito do assunto, o que mostra a imensa superioridade dessas técnicas modernas sobre as velhas técnicas, inclusive a do verbo reiterado.

Mas, de qualquer maneira, não quero deixar de expressar meu contentamento por estarmos aqui, mais uma vez reunidos, com um tema dessa importância e pelo fato de ter-se realizado em São Paulo, com muito êxito o Fórum de São Paulo que, creio, foi assistido por centenas de pessoas, talvez até umas 700, 800 pessoas, num clima de muita discussão, uma discussão muito franca e que mostra o êxito, o acerto das medidas que estão sendo tomadas.

Felicito também, não só os Ministros que estão diretamente ligados à matéria, mas, principalmente, aqui, o Dr. Fábio Feldman, que é o grande animador e, pelo número de telefonemas e audiências que ele me pede, se pode imaginar o que é a persistência. Surte resultado. Foi muito positivo. Quero, realmente, com toda a sinceridade, agradecer ao Fábio pelo empenho que ele tem demonstrado em transformar essas nossas reuniões em reuniões que sejam amplas.

O que o que foi dito, há pouco, aqui, por um desses vídeos é verdade. Quer dizer, se as discussões se limitarem aos Ministérios, à parte burocrática, elas não vão para diante. Por outro lado, se elas ficarem só em nível de protesto, também não vão para diante. É preciso que haja uma interação fecunda entre os que tomam decisão e os que pressionam por essas decisões são, às vezes, vítimas delas ou, então, beneficiários das decisões e são também parte ativa desse processo decisório.

O vídeo já mostrou os resultados do IPCC – *Intergovernmental Panel on Climate Changes* - e mesmo os riscos que corremos. Sei que isso ainda são modelos testados em computador. Têm uma certa margem de dúvida do que realmente vai acontecer – mas, um aumento da temperatura entre 1,5 e 5,8 de graus centígrados terá as conseqüências que estão aí. E elas virão. Um pouquinho menores ou um pouquinho maiores, mas virão.

Creio que o que foi também mostrado aqui que o próprio governo americano pediu uma confirmação a cientistas. E os cientistas, também com a prudência devida em matérias dessa natureza, sobretudo quando são prognósticos que se estendem por um século, reafirmaram que há, realmente, sim,

um processo de efeito-estufa, que existe uma elevação média da temperatura. Essa elevação média da temperatura vai, realmente, produzir ou pode produzir conseqüências que vão ser bastante ruins para todos nós. Não é só a questão da elevação das águas como as conseqüências em geral, que foram já, aqui, mencionadas, que afetam a própria vida no planeta, a própria capacidade que a Humanidade tem de se adaptar a novas situações.

Por mais que haja incertezas, nessas previsões, uma certeza existe: haverá modificações climáticas e nós temos, portanto, que nos preparar para essas modificações climáticas. Nós temos, aqui, o nosso Centro de Previsão do Tempo e de Estudos Climáticos, o CPTEC, que está trabalhando nessa direção, está tratando de verificar o que se pode fazer ou, melhor, capacitar-nos em termos de informações as mais confiáveis que sejam possíveis de obter.

Mas existem, também, implicações que são políticas. Esse desafio da mudança climática, naturalmente, afeta – desafia mais que afeta – a capacidade dos Governos e da própria sociedade. Vamos ter que planejar para reduzir as conseqüências do problema e, também, sendo o caso, para absorver essas conseqüências da maneira mais inteligente possível.

É claro que são políticas, também, as conseqüências. Nesses processos todos, é preciso que haja uma distribuição mais equitativa dos custos dessa adaptação, entre as várias camadas da sociedade, as várias regiões e sobretudo, também, entre os vários países. Essa é a questão que está, aí, posta com muita clareza, e há muitos anos já, no nosso debate, desde a Eco-92.

Dentro desse processo todo de tomada de consciência que está ocorrendo, é claro que a mobilização da sociedade é fundamental.

Nós estamos vendo que a sociedade está mobilizada e, provavelmente, vai mobilizar-se mais ainda, à medida que as informações forem sendo disseminadas e que se verifique que é necessário, realmente, que se parta para um conjunto de medidas mais efetivas, mais práticas.

É claro que de todos os desafios, o desafio político mais persistente, mais importante é a necessidade do estabelecimento de um consenso internacional, nesta matéria. Não é fácil, porque é um consenso que implica não apenas uma sensibilidade para problemas que, como se disse há pouco, aí, no vídeo, vão afetar o que eu chamei de “cidadania planetária”, quer dizer, a cada um dos habitantes do planeta. Mas é um consenso que implica que aqueles que têm poder – e o poder é muito desigual, como é sabido, no planeta – também participem desse esforço. Nós não temos tido resultados, assim, muito animadores.

A rejeição do Governo americano à aceitação do Protocolo de Kioto foi um passo atrás. Foi um passo atrás. Não se pode deixar de reconhecer isso e temos que agir em função desse passo atrás.

Tenho me esforçado, dentro dos limites da posição de um país como o Brasil, que não tem o peso das nações mais ricas e desenvolvidas, por colocar a nossa posição com muita clareza, como o fiz com o Presidente Bush. Também ele coloca a posição dele com uma clareza bastante assustadora. O raciocínio é direto. Quer dizer, o importante, para o mundo, é que a economia americana, que é a locomotiva do mundo, continue crescendo. E, para isso, vamos fazer o que for necessário: se é carvão, é carvão, o que seja, para produzir energia. A energia é o problema número um.

Esse é o pressuposto. O pressuposto é: o que é bom para o mundo é que haja uma

recuperação da capacidade americana, da economia americana, de seguir adiante, porque ela puxa – o que é verdadeiro – a economia mundial. Agora, além dessa afirmação, que tem base de verdade, temos outra é que é discutível: “Seja a que preço for”. Esse “seja a que preço for” pode ser o preço que foi alertado aí.

Obviamente, isso não é uma posição facilmente assimilável pelos outros líderes do mundo. E não está sendo facilmente assimilável. O Presidente Chirac tem posição bastante clara, na matéria. O Chanceler Schroeder também. Não conversei com o Primeiro-Ministro Tony Blair. Vou ter a oportunidade de vê-lo brevemente aqui, no Brasil. Vamos, obviamente, conversar sobre a matéria. Mas nós estamos vendo que aquilo que parecia ser um quase consenso até há muito pouco tempo, agora se apresenta como uma dúvida. Qual vai ser o consenso dos líderes mundiais?

É claro que isso é grave, porque os Estados Unidos representam mais ou menos 25% da responsabilidade em termos de emissão de CO₂. E os outros países industrializados, 60%. Então, o peso é enorme nessa matéria. Agora, isso não quer dizer que nós não possamos ou não devemos atuar. Nós podemos atuar, devemos atuar. A União Européia tem tido uma posição bastante mais conseqüente. Acredito que os países em desenvolvimento também devem ter. E o Brasil tem condições de continuar atuando fortemente.

Temos uma excelente oportunidade, que é a Reunião de Johannesburgo, do Rio +10, onde será possível, imagino, chegar a um resultado mais palpável. A posição do Brasil é clara e indiscutível. Somos, absolutamente, não só favoráveis ao Protocolo de Kioto, como o Brasil ajudou a formulação, sobretudo, de um

mecanismo de desenvolvimento limpo, que foi um passo adiante muito importante. Não vamos recuar nisso – não vamos recuar nisso. Ao contrário.

Agora, existe, aí, todo um trabalho, que é, por um lado, de Estado, diplomático e, por outro lado, da sociedade, que transcende os limites do país. Os dois transcendem. Nós precisamos juntar forças para isso. No fundo, países como o Brasil, a Índia e a China, têm uma posição muito especial nisso.

O governo americano diz: “Olha, eu vou buscar outras formas para responder à inquietação da opinião pública, sobretudo – convém frisar – da opinião americana, porque a opinião americana é muito contrária a que se tenha uma atitude irresponsável frente ao problema das mudanças climáticas”.

Então, quando o governo americano diz: olha, eu vou precisar, vou tomar algumas medidas, tudo bem, ele pode até atender a sua área de influência imediata. Mas que medidas são essas? Porque a nós interessa a questão que está sendo sempre posta de uma certa responsabilidade histórica. Quer dizer, a responsabilidade é desigual. Nós temos a nossa, mas ela é desigual. Não adianta, simplesmente, nós, unilateralmente, dizermos: “Olha, nós vamos resolver”. Não. Não resolveremos. Os dados estão claros. Mesmo que o Brasil tome todas as medidas, o efeito será marginal. Portanto, temos que estar sempre puxando os outros países para uma posição de responsabilidades compartilhadas, divididas.

Aí, a China, o Brasil e a Índia têm um peso grande. E o Brasil não pode, a meu ver, se colocar simplesmente num “não”. Tem que se colocar numa posição afirmativa. Somos, sim, favoráveis a reduzir a emissão de gases que

produzem o efeito-estufa e a forçar os países que mais produzem esses efeitos, a que eles também tenham uma capacidade de reagir.

Nesse momento a discussão, tal como foi colocada, nem discute mais a questão da *Rain Forest*, nem nenhuma medida compensatória. Isso é impossível. Nós não podemos aceitar uma discussão que não tenha qualquer referência àquilo que vem sendo, realmente, o nosso, digamos, cavalo de batalha. Vamos sim, vamos ajudar, mas nós precisamos ver como é que se faz um mecanismo de desenvolvimento limpo e quais são as medidas para transferência tecnológica, para compensação, porque nós temos uma outra responsabilidade, que é de dar uma situação de vida melhor para o nosso povo. E essa situação de vida melhor para o nosso povo requer uma série de ações, que não podem ser menosprezadas e, portanto, nós temos que ver de que maneira compatibilizar esse interesse, e que implica o uso de energia, com a responsabilidade planetária, humanitária, nossa, de combatermos o efeito-estufa. Isso é possível ser feito.

No caso do Brasil, podemos até, em termos muito práticos, atuar. Por exemplo, agora, nós estamos com um problema de crise energética. A matriz brasileira é uma matriz basicamente de energia hidráulica. Não é isso? Noventa e dois por cento da energia produzida no Brasil é hidrelétrica. Nós estamos vendo as fragilidades também, a vulnerabilidade que existe nesta matéria, porque num dado momento, por razões que não vou discutir neste momento, os reservatórios não estão correspondendo, porque a afluência de chuva diminuiu.

Pode-se dizer: bom, poderia ter feito isso aqui. Tudo bem, mas a chuva diminuiu. Vê-se, portanto, que existe um problema que nós dependemos da hidrologia aqui. Nesse momento nós temos, eu não sei exatamente,

75 mil megawatts de potência. E nós usamos, no pico, 58 mil, em maio do ano passado. Portanto não falta máquina. Falta combustível para a máquina.

Bom, isso significa que o país que tem – e que deve continuar tendo – uma matriz basicamente hidráulica. Seria impensável mudar para qualquer outra coisa. Tudo o mais é adicional. Mas esse adicional vai ter que ser feito. Isso poderá ser feito bem ou mal. Será feito bem se nós incentivarmos fontes de energia não poluidoras. E existem. Energia eólica, por exemplo, e está disponível. Eu sei que é marginal. Quando você olha a matriz, você vê que aquilo é incremento marginal. Mas é preciso utilizar, também.

Segundo, é preciso conservar a energia. E vai ser preciso conservar a água. Aqui está o presidente da Agência Nacional de Águas, da ANA, que sabe disso. Nós vamos ter que conservar água. A mentalidade conservacionista tem que ser disseminada entre nós.

Temos que aproveitar os momentos de dificuldade, como agora, para difundir mais a mentalidade conservacionista. É tão pouca a nossa atenção a isso, que me permito um exemplo pessoal. Apresentei um projeto, quando era Senador, em 90, 91, ao Senado, sobre conservação de energia. Esse projeto foi arquivado, desarquivado pelo Senador Teotônio Vilela. Não sei se foi votado agora. Se foi, foi no mês passado. Provavelmente, o projeto é antigo, mas é o que foi aprovado. Provavelmente, hoje, eu faria diferente, porque nós dispomos de melhores condições para um projeto de conservacionismo mais adequado.

Então, buscar fontes alternativas, aumentar a nossa consciência de conservação e, na medida em que vamos utilizar a termelétricidade, porque vamos ter que usar,

porque a termelétricidade é alguma coisa que, na ponta, ajuda, quer dizer, nos momentos de má hidrologia, etc. etc., vai ser sempre necessário ter, obrigar, também, a que haja uma compensação. Vai ter termelétrica? Por que não faz, não planta floresta nova? As próprias empresas é que vão fazer a geração? Por que não fazer isso? E, aí, se compensa.

Quer dizer, aí nós podemos dar o exemplo mais próprio ao mundo de que maneira, mesmo na situação difícil que nós estamos enfrentando, não esquecemos das nossas responsabilidades com a base. Não esquecemos, portanto, da necessidade de nós termos uma ação mais consistente.

Sei que o Brasil tem até certas vantagens, em matéria de matriz energética. Nós temos a biomassa, nós temos a questão do Pró-Álcool, temos várias vantagens. Mas isso não resolve, se não tivermos essa consciência, eu diria, aguda, de que essa questão da energia, seja sob a forma dramática, como aqui já foi dito, de ameaça, como a questão do efeito-estufa, seja sob a forma positiva e não dramática, de maior bem-estar, mas que exige a utilização de recursos que são recursos que afetam a natureza, nas duas hipóteses. Nós temos que estar tendo essa consciência da questão do meio ambiente.

Isso é o decisivo para nós no país. E o objeto desses nossos encontros não é outro. O objetivo de eu estar, aqui, passando esta manhã com essa excelente companhia é, precisamente, de mostrar ao país que é necessário, efetivamente, pensar essas questões com muito compromisso, eu diria, até, em certos momentos, com certa dramaticidade, porque a questão pode tornar-se, realmente, dramática.

Eu me permito acrescentar uma palavra sobre o que não é específico do nosso dia de hoje, que é a questão da água. Se nós não tivermos atenção ao uso da água, vamos ter problemas muito sérios, também. Não só em questão de água para gerar energia, mas água para irrigação. O desperdício é imenso. A utilização dos rios, sem a autorização prévia, é enorme. Para não mencionar o fato de que a destruição das matas tem afetado dramaticamente a questão das chuvas, a questão da água. Vem tudo isso junto.

Enfim ou nós temos uma visão compreensiva, global, desse processo, ou vamos passar às gerações futuras uma conta muito elevada. Nós já recebemos contas elevadas. Aliás, eu falo do meu tempo. Pago conta alheia e até assumo a responsabilidade do que não é responsabilidade minha porque, enfim, o Estado é responsável.

Mas o fato de nós estarmos pagando contas das gerações passadas e até de alguma contemporânea, que não teve consciência mais aguda em certas questões, não nos exime da responsabilidade de não fazer a mesma coisa com as gerações futuras.

Então, é esse o objetivo, aqui, do nosso encontro. Essas palavras iniciais são apenas para reiterar o meu empenho na matéria, do empenho do Governo brasileiro. É agradecimento ao fato de que, nesta área, a sociedade civil tem se movimentado de uma maneira mais que competente, para forçar a que haja decisões adequadas e para permitir que essa consciência se estenda.

Se o Doutor Feldman continuar telefonando muito para mim, nós vamos ter mais encontros. Obrigado.



CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O COMÉRCIO ILÍCITO DE ARMAS PEQUENAS E ARMAMENTO LEVE EM TODOS OS SEUS ASPECTOS

DISCURSO DO MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, JOSÉ GREGORI,
NA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O COMÉRCIO
ILÍCITO DE ARMAS PEQUENAS E ARMAMENTO LEVE EM TODOS
OS SEUS ASPECTOS. NOVA YORK, 9 DE JULHO DE 2001

Que minhas primeiras palavras sejam para saudar o Embaixador Camilo Reyes Rodríguez por sua eleição para presidir esta Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio Ilícito de Armas Pequenas e Armamento Leve em Todos os Seus Aspectos. Para o Brasil, é motivo de grande satisfação ver esta importante Conferência presidida por um ilustre representante da Colômbia, nossa vizinha e república irmã. Sua Presidência confirma a presença e o empenho dos países latino-americanos no combate ao flagelo do tráfico ilícito de armas pequenas. Saúdo, também, os Embaixadores Mitsuro Donowaki e Sir Michael Weston pela eleição para ocupar Vice-Presidências. As expressivas credenciais de ambos são amplamente reconhecidas. Estou certo de que o Embaixador Camilo Reyes e os Senhores Vice-Presidentes saberão, com sua ampla experiência e conhecimento, conduzir os nossos trabalhos ao pleno êxito.

O Brasil atribui grande importância a esta Conferência. Desde o surgimento do tema das armas pequenas na agenda das Nações Unidas, temos enfatizado a necessidade da adoção de medidas concretas pela comunidade

internacional. Temos a firme convicção de que não há tempo a perder. O flagelo com o qual nos defrontamos – esta verdadeira epidemia da violência que se alastra pelo mundo, alimentada pelo vírus do tráfico ilícito de armas pequenas, causando, em regiões distintas, inúmeras mortes e sofrimento – aumenta a cada ano o seu número de vítimas. Em alguns países, a violência ameaça o bem-estar do cidadão e a segurança pública. Em outros, a própria viabilidade do Estado está em jogo.

No Brasil, o tráfico ilícito e a circulação excessiva de armas de fogo de pequeno porte estão vinculados ao aumento dos índices de criminalidade e de violência no País. O Governo brasileiro tem, assim, há vários anos, procurado enfrentar diretamente a ameaça que o tráfico ilícito de armas de fogo representa para a segurança pública.

O Plano Nacional de Segurança Pública, lançado pelo Governo brasileiro em junho de 2000, culminou em uma série de iniciativas empreendidas com o objetivo de dar uma resposta imediata e eficaz ao problema da violência no Brasil. Em anos recentes, a

legislação que regulamenta o comércio e a posse de armas por civis foi tornada mais estrita, o que tem facultado às autoridades governamentais maior controle sobre a circulação de armas no mercado doméstico. Desde 1999, o Governo tem-se empenhado pela aprovação no Congresso Nacional de um projeto de lei ainda mais restritivo.

Estamos cientes da complexidade do problema, que envolve fatores de demanda e de oferta, e consideramos que iniciativas de conscientização do público têm importante papel a desempenhar. Devemos procurar o desarmamento de mentes e corações. Com esse intuito, no último dia 24 de junho, o Governo Federal, em parceria com Governos estaduais e organizações não-governamentais, promoveu cerimônias públicas de destruição de armas de fogo na Capital Federal e em diversas Capitais estaduais. Na Cidade do Rio de Janeiro, foram destruídas aproximadamente 100.000 armas, a maior cerimônia do mundo de destruição de armas não-associada à situação pós-conflito.

Em suas atividades, o Governo brasileiro tem procurado atuar em parceria com a sociedade civil e entidades não-governamentais, cujos valiosos aportes consideramos inestimáveis e imprescindíveis.

O tema das armas pequenas não se prestará a soluções fáceis. À frente do Ministério da Justiça, sou testemunha do tamanho e da urgência do desafio que enfrentamos. Nossos esforços, para serem eficazes, não podem se limitar a iniciativas nacionais. A cooperação internacional é essencial e necessária, assim como o reconhecimento de que todos os países têm a responsabilidade de contribuir para a solução deste problema.

Orientado por este entendimento, o Brasil tem participado de iniciativas em todos os níveis. No contexto do Mercosul, temos envidado esforços com vistas à

operacionalização do Mecanismo Conjunto de Registro de Compradores e Vendedores de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Materiais Congêneres. Na Organização dos Estados Americanos, participamos das negociações da pioneira Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e outros Materiais Correlatos – o primeiro instrumento regional juridicamente-vinculante adotado no campo das armas pequenas.

Em abril de 1998, o Brasil e o Canadá patrocinaram juntos resolução adotada pela Comissão das Nações Unidas de Prevenção do Crime e Justiça Penal, estabelecendo que as negociações que teriam início em torno da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Transnacional Organizado contemplariam também um instrumento para tratar da questão do tráfico de armas de fogo. Estamos, portanto, satisfeitos com a conclusão das negociações em Viena e com a adoção do Protocolo contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, suas Partes e Componentes e Munições, pela Assembléia-Geral das Nações Unidas no último dia 31 de maio. Acreditamos que este instrumento tem o potencial de fortalecer, de forma significativa, a cooperação internacional nos esforços para combater o tráfico ilícito de armas de fogo.

O Protocolo não pode ser visto como iniciativa isolada ou paralela a outros esforços internacionais. Há nítido potencial de sinergia entre o Protocolo e os objetivos desta Conferência, e, por isso, acreditamos que o processo de seguimento da Conferência deverá contemplar o Protocolo de maneira inequívoca, contribuindo para a universalização e implementação desse instrumento e, quando possível, para a exploração de novas medidas que levem adiante os seus dispositivos.

Tendo em vista a complexidade do tema e as diferentes realidades regionais com as quais temos de lidar, o Programa de Ação a ser adotado pela Conferência deverá ser necessariamente abrangente e equilibrado. Esperamos que este Programa de Ação contenha dispositivos claros sobre a necessidade de que os Estados promovam a marcação e registro da fabricação e comércio de armas pequenas e armamento leve, a fim de permitir eficaz combate ao comércio ilícito dessas armas. Para o seguimento da Conferência, favorecemos a adoção de mecanismos que permitam um processo dinâmico, multilateral e universal, para um monitoramento eficaz da implementação das medidas do Programa de Ação.

Não obstante a diversidade de percepções e as especificidades nacionais, sub-regionais e regionais, há elementos comuns em todos os nossos países que devemos aproveitar para conferir realidade efetiva aos objetivos desta Conferência.

A realização da Conferência já é em si um sinal alvissareiro. As populações do mundo, ameaçadas e vitimadas pela criminalidade e

os conflitos armados, ambos alimentados por esse tráfico vil, aguardam uma ação resoluta de nossa parte. Problemas globais requerem respostas globais. A nossa causa é a proteção da vida, a edificação do futuro. Nada é mais retrógrado do que a violência e a indústria da morte, que impede o exercício da cidadania e o gozo dos mais elementares direitos do indivíduo, a liberdade de ir e vir, a geração de riqueza e o amadurecimento das sociedades. Nada é mais justo do que a preservação da vida e nada é mais moderno do que a paz.

Nesse espírito, e considerando que a abertura da Conferência na data de hoje marca o início de um processo auspicioso, proponho que a cada ano renovemos nosso compromisso com o combate ao comércio ilícito de armas, comemorando, a cada dia 9 de julho, o dia internacional da destruição de armas.

Nesta perspectiva, quero aqui declarar em nome do Brasil que tudo o que esta Conferência puder fazer, deve fazer e não pode deixar de fazer para coibir e erradicar a circulação ilícita de armas pequenas e armamento leve terá o decisivo apoio brasileiro.

Muito obrigado.



ALMOÇO EM HOMENAGEM AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA ESLOVACA

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NO ALMOÇO EM HOMENAGEM AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA ESLOVACA, RUDOLF SCHUSTER. BRASÍLIA, 10 DE JULHO DE 2001

A visita de Vossa Excelência e da Senhora Irena Schusterova, acompanhado dessa prestigiosa comitiva, é para nós uma grande honra. É a primeira visita de um Chefe de Estado da República Eslovaca ao nosso País.

Nós o recebemos, Presidente Schuster, como o líder de um país que admiramos e respeitamos. O Brasil sabe que a República Eslovaca, com seus valores – que compartilhamos – com suas tradições nacionais, com a sua cultura, tem muito a contribuir para a construção de uma ordem mundial fundada nos princípios da paz e do entendimento. A conversa que tivemos na manhã de hoje confirmou-me essa percepção.

Desde 1993, quando a República Eslovaca afirmou sua independência, nossas relações têm-se caracterizado por um diálogo produtivo, atestado na presença de Vossa Excelência aqui hoje entre nós. A relação entre Estados é recente, mas a relação entre povos vem de longe – e isso se vê no fato de que o seu pai, como fotógrafo e cinegrafista, chefiou uma expedição eslovaca ao interior do Brasil em 1927.

Vemos com satisfação o fato de a Eslováquia ter mantido Embaixada residente em Brasília desde a sua independência, em

janeiro de 1993. De nossa parte, a mudança da cumulatividade da Embaixada do Brasil em Praga para a Embaixada em Viena, em atendimento a pleito eslovaco, demonstrou o interesse brasileiro em desenvolver, de maneira harmoniosa, o relacionamento bilateral.

Nosso comércio bilateral ainda é modesto. Mas tem um potencial muito concreto de ampliação e diversificação. O aprofundamento de nossos vínculos de amizade permite-nos trabalhar juntos para melhor identificar e explorar esse potencial de intercâmbio, assim como as oportunidades de investimentos entre os dois países.

Um exemplo desse potencial de interação econômica é a iniciativa da Empresa Brasileira de Compressores – EMBRACO –, que opera uma fábrica de compressores para refrigeração na região leste da Eslováquia, desde julho de 1999. É uma instalação com capacidade produtiva de 2,5 milhões de unidades anuais, em investimento da ordem de US\$ 45 milhões, e que de certa forma fornece inspiração para outras iniciativas de cunho similar.

Para a dinamização do intercâmbio comercial, serão essenciais as iniciativas dos empresários brasileiro e eslovaco. É

importante que os dois Governos cooperem para incentivar as visitas recíprocas de missões empresariais e de representantes de entidades ligadas ao comércio exterior nos dois países.

Da mesma forma, a assinatura que se efetua hoje de um Acordo de Cooperação Econômica e Comercial e de um Memorandum de Entendimento entre as duas Chancelarias contribuirá para definir a moldura jurídica necessária para favorecer o incremento do relacionamento econômico e político.

O Brasil de hoje, que estabilizou sua economia e que está caminhando a passos firmes no caminho do desenvolvimento e da justiça, está em condições de oferecer vastas oportunidades de cooperação e de intercâmbio a seus parceiros no plano internacional.

O plano nacional de investimentos para o quadriênio 2000-2003, o “Avança Brasil”, combina, de maneira inovadora, iniciativas governamentais e do setor privado. Superamos, assim, os paradigmas ultrapassados do neoliberalismo e do dirigismo estatal.

A espinha dorsal dos investimentos do programa “Avança Brasil” é constituída pela concepção dos eixos nacionais de desenvolvimento e integração. Esse é um esforço que estamos realizando em conjunto com nossos vizinhos sul-americanos e que abre oportunidades extraordinárias de negócios.

Senhor Presidente,

Vossa Excelência, além de Presidente, tem interesses acadêmicos e literários, e é um estudioso da história de seu país. Sei da coragem e do discernimento político que Vossa Excelência tem demonstrado na condução do processo eslovaco de transição.

No plano internacional, seus esforços têm redesenhado o perfil de inserção da República Eslovaca no mundo. Quero dizer-lhe que muito nos honra a sua especial relação pessoal com nosso País, que motivou a elaboração de um programa de visita privada que incluirá as regiões do Pantanal e da Amazônia.

Vossa Excelência terá aí uma visão da diversidade e amplitude de nosso espaço geográfico, e do formidável desafio que se antepõe à sociedade brasileira para equacionar adequadamente os fundamentos do desenvolvimento sustentável com a preservação e a melhoria da qualidade de vida para a nossa população.

O Brasil se orgulha da firmeza de suas convicções democráticas e da diversidade e harmonia das suas expressões culturais.

Orgulhamo-nos de nossa tradição de paz e dos avanços que temos alcançado na integração com nossos vizinhos e na construção de uma inserção moderna na economia global, apesar das dificuldades.

Nesse quadro de democracia, de paz e de integração, o Brasil de hoje é um país que se dedica ao esforço de aperfeiçoamento de suas instituições e de busca do verdadeiro desenvolvimento, que traz consigo não apenas a prosperidade, mas também a justiça.

Sei que Vossa Excelência e o Governo eslovaco compartilham esses valores e esses objetivos.

É nesse espírito que convido os presentes a que me acompanhem em um brinde à saúde de Vossa Excelência e da Senhora Schusterova e à amizade entre os povos do Brasil e da Eslováquia.

INTEGRAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA REGIONAL DA AMÉRICA DO SUL – IIRSA

INTERVENÇÃO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER SOBRE INICIATIVA
“INTEGRAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA REGIONAL DA AMÉRICA
DO SUL – IIRSA”. LA PAZ, BOLÍVIA, 17 DE JULHO DE 2001

Senhoras e Senhores,

É com satisfação que tratarei da questão da integração da infra-estrutura regional da América do Sul. Entendo que, a seguir, o Senhor Carlos Zanier, da Corporación Andina de Fomento, fará uma apresentação sobre este mesmo tema. Gostaria neste momento, à guisa de introdução, de referir-me à importância que o Brasil atribui à questão, mencionar a experiência brasileira sobre o tratamento do tema e ressaltar os avanços que nossos países já fizeram desde a Cúpula de Brasília.

O Brasil considera a integração da América do Sul condição essencial para o desenvolvimento sustentável da região. Para crescer de forma harmônica, nossos países precisam integrar suas economias, aumentando o intercâmbio comercial, financeiro e tecnológico dentro da região e com o restante do mundo.

Não temos dúvidas de que a ampliação da integração econômica pressupõe o fortalecimento da integração física entre os países. É necessário melhorar e ampliar rodovias, ferrovias, hidrovias,

portos, aeroportos, gasodutos e oleodutos, além de integrar as redes de energia e de telecomunicações, de forma a facilitar o intercâmbio de bens, pessoas e informações entre os países da região e deles para o resto do mundo.

No plano interno brasileiro, a formulação de um plano de infra-estrutura eficiente e moderna tem se baseado no conceito de Eixos de Integração e Desenvolvimento, tendo como foco o desenvolvimento sustentável da região, que inclui os aspectos econômicos, sociais, ambientais e tecnológicos.

Quando Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio em 1999, tive a oportunidade de tratar do programa brasileiro de eixos de integração, algo que teve antecedente mais distante no Programa de Metas do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira na década de 1950, sobre o qual escrevi tese de doutoramento. O Programa de Metas concentrava-se em energia e transporte e tinha na construção de Brasília a meta síntese, voltada para a integração do espaço nacional. Baseava-se na execução

de projetos, tal como no atual programa de Eixos, tendo como conceitos básicos pontos de estrangulamento e de germinação.

Toda essa experiência, agora, revista serve de inspiração para o atual conceito de eixos que está calcado em cinco fundamentos básicos, que norteiam a escolha dos melhores projetos de infra-estrutura. São princípios que permitem aumentar a eficiência e a sustentabilidade do desenvolvimento econômico.

O primeiro deles é a sustentabilidade ambiental. Os projetos devem ser concebidos de tal forma a reduzir ao máximo os impactos ambientais negativos e estimular as iniciativas que contribuem para a conservação dos recursos naturais, ao mesmo tempo em que geram empregos e renda.

A eficiência econômica é o segundo fundamento. Os novos projetos devem integrar os modais de transporte e os sistemas de energia e de telecomunicações, criando o arcabouço básico dos Eixos de Integração e Desenvolvimento.

O terceiro fundamento é a sustentabilidade social. As repercussões sociais sobre as populações influenciadas por projetos de infra-estrutura devem ser analisadas tanto em nível local como regional.

A perspectiva geoeconômica é o quarto fundamento. Para fins de planejamento, isto significa ver a América do Sul como uma unidade econômica única. É o que tenho chamado de fazer a economia de nossa geografia.

Finalmente, é necessário levar em conta a demanda atual e futura e o efeito multiplicador dos projetos sobre o desenvolvimento. Diante da escassez de recursos, a escolha dos empreendimentos deve estar pautada pelo critério da essencialidade.

Portanto, a visão que temos tido no Brasil é de que os eixos de integração e desenvolvimento não constituem simples, “corredores de transporte”. Buscamos neles a sinergia promovida pela interação entre os setores de transportes, energia e comunicações.

Para estimular o debate, permito-me propor que examinemos algumas idéias de ações que, como governos, tomemos para estimular os investimentos necessários para os projetos de infra-estrutura regional.

Dentre outros pontos, os seguintes, acredito, devem merecer nossa atenção:

O primeiro diz respeito aos necessários marcos regulatórios e institucionais. Acredito que deveríamos, como governos, atuar de forma conjunta e articulada para reduzir as barreiras e obstáculos legais e institucionais. O segundo ponto que poderia ser examinado diz respeito a mecanismos de financiamento. Valeria a pena um esforço de busca de mecanismos inovadores entre os governos e os organismos financeiros multilaterais. A definição de um portfólio de projetos poderia assegurar uma posição consolidada frente aos investidores privados e aumentar a atratividade dos empreendimentos.

O terceiro ponto que poderia merecer nossa reflexão, refere-se às relações com a sociedade. Os projetos de infra-estrutura deveriam estar inseridos numa visão ampla de gestão ambiental.

Na definição e seleção dos projetos, devemos buscar a adoção de mecanismos que permitam a participação e contribuição ativa das comunidades afetadas. Ao mesmo tempo, as obras de infra-estrutura deveriam gerar a maior quantidade possível de impactos locais de desenvolvimento, melhorando o bem-estar das comunidades e gerando novos mercados.

Devo ressaltar que já desenvolvemos alguns progressos com relação ao tema da integração das infra-estruturas desde a realização da reunião de Presidentes da América do Sul, em Brasília, no ano passado. Nossos Ministros de Transportes, Telecomunicações e Energia se reuniram em dezembro passado, em Montevidéu, aprovaram uma estrutura de comitês e grupo técnico e processos setoriais de integração, bem como identificaram os primeiros eixos a serem implantados. Em abril deste ano, o Comitê de Direção Executiva, reunido em Santa Cruz de la Sierra, definiu o cronograma para a instalação dos primeiros oito Grupos Técnicos Executivos, bem como estipulou aprovou procedimentos para seu funcionamento. Em maio foi instalado Grupo Técnico para o Eixo Andino e, em junho, alguns dos Grupos Técnicos previstos.

Alguns projetos demonstram a capacidade e o efeito multiplicador da ação sinérgica exercida pela integração da infra-estrutura da América do Sul. Entre estes poderia lembrar a construção do gasoduto entre o Brasil e a

Bolívia, a implantação de rede de gasodutos interligando os mercados de gás natural do Brasil e da Argentina, os estudos para o gasoduto entre Argentina, Uruguai e Brasil; a interligações de energia elétrica entre Brasil, Argentina e o Uruguai; a rodovia e a interligação elétrica entre o Brasil e a Venezuela e a rodovia entre Peru e Brasil que abre novas possibilidades de ligação e o transporte hidroviário pelos rios Amazonas e Solimões.

Essas primeiras iniciativas da integração da infra-estrutura regional da América do Sul mostram a viabilidade e o alcance estratégico do projeto e contarão com o apoio conjunto das agências multilaterais de fomento CAF, BID e FONPLATA.

Já demos, portanto, os primeiros passos para a execução da iniciativa de integração da infra-estrutura regional da América do Sul. Muitos ainda deverão ser dados, com firmeza e persistência. Acredito, no entanto, que manteremos o entusiasmo necessário pois a necessidade de integração nos é clara para todos.

Muito obrigado.



INTEGRAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA REGIONAL DA AMÉRICA DO SUL

INTERVENÇÃO DO MINISTRO CELSO LAFER SOBRE A INICIATIVA “INTEGRAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA REGIONAL DA AMÉRICA DO SUL - IIRSA”. LA PAZ, BOLÍVIA, 17 DE JULHO DE 2001

Senhoras e Senhores,

É com satisfação que tratarei da questão da integração da infra-estrutura regional da América do Sul. Entendo que, a seguir, o Senhor Carlos Zanier, da Corporação Andina de Fomento, fará uma apresentação sobre este mesmo tema. Gostaria neste momento, à guisa de introdução, de referir-me à importância que o Brasil atribui à questão, mencionar a experiência brasileira sobre o tratamento do tema e ressaltar os avanços que nossos países já fizeram desde a Cúpula de Brasília.

O Brasil considera a integração da América do Sul condição essencial para o desenvolvimento sustentável da região. Para crescer de forma harmônica, nossos países precisam integrar suas economias, aumentando o intercâmbio comercial, financeiro e tecnológico dentro da região e com o restante do mundo.

Não temos dúvidas de que a ampliação da integração econômica pressupõe o fortalecimento da integração física entre os países. É necessário melhorar e ampliar rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos, gasodutos e oleodutos, além de integrar as redes de energia e de telecomunicações, de forma a facilitar o

intercâmbio de bens, pessoas e informações entre os países da região e deles para o resto do mundo.

No plano interno brasileiro, a formulação de um plano de infra-estrutura eficiente e moderna tem se baseado no conceito de Eixos de Integração e Desenvolvimento, tendo como foco o desenvolvimento sustentável da região, que inclui os aspectos econômicos, sociais, ambientais e tecnológicos.

Quando Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio em 1999, tive a oportunidade de tratar do programa brasileiro de eixos de integração, algo que teve antecedente mais distante no Programa de Metas do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira na década de 1950, sobre o qual escrevi tese de doutoramento. O Programa de Metas concentrava-se em energia e transporte e tinha na construção de Brasília a meta síntese, voltada para a integração do espaço nacional. Baseava-se na execução de projetos, tal como no atual programa de Eixos, tendo como conceitos básicos pontos de estrangulamento e de germinação.

Toda essa experiência, agora, revista serve de inspiração para o atual conceito de eixos que está calcado em cinco fundamentos básicos,

que norteiam a escolha dos melhores projetos de infra-estrutura. São princípios que permitem aumentar a eficiência e a sustentabilidade do desenvolvimento econômico.

O primeiro deles é a sustentabilidade ambiental. Os projetos devem ser concebidos de tal forma a reduzir ao máximo os impactos ambientais negativos e estimular as iniciativas que contribuem para a conservação dos recursos naturais, ao mesmo tempo em que geram empregos e renda.

A eficiência econômica é o segundo fundamento. Os novos projetos devem integrar os modais de transporte e os sistemas de energia e de telecomunicações, criando o arcabouço básico dos Eixos de Integração e Desenvolvimento.

O terceiro fundamento é a sustentabilidade social. As repercussões sociais sobre as populações influenciadas por projetos de infra-estrutura devem ser analisadas tanto em nível local como regional.

A perspectiva geoeconômica é o quarto fundamento. Para fins de planejamento, isto significa ver a América do Sul como uma unidade econômica única. É o que tenho chamado de fazer a economia de nossa geografia.

Finalmente, é necessário levar em conta a demanda atual e futura e o efeito multiplicador dos projetos sobre o desenvolvimento. Diante da escassez de recursos, a escolha dos empreendimentos deve estar pautada pelo critério da essencialidade.

Portanto, a visão que temos tido no Brasil é de que os eixos de integração e desenvolvimento não constituem simples, “corredores de transporte”. Buscamos neles a sinergia promovida pela interação entre os setores de transportes, energia e comunicações.

Para estimular o debate, permito-me propor que examinemos algumas idéias de ações que,

como governos, tomemos para estimular os investimentos necessários para os projetos de infra-estrutura regional.

Dentre outros pontos, os seguintes, acredito, devem merecer nossa atenção:

O primeiro diz respeito aos necessários marcos regulatórios e institucionais. Acredito que deveríamos, como governos, atuar de forma conjunta e articulada para reduzir as barreiras e obstáculos legais e institucionais.

O segundo ponto que poderia ser examinado diz respeito a mecanismos de financiamento. Valeria a pena um esforço de busca de mecanismos inovadores entre os governos e os organismos financeiros multilaterais. A definição de um portfólio de projetos poderia assegurar uma posição consolidada frente aos investidores privados e aumentar a atratividade dos empreendimentos.

O terceiro ponto que poderia merecer nossa reflexão, refere-se às relações com a sociedade. Os projetos de infra-estrutura deveriam estar inseridos numa visão ampla de gestão ambiental.

Na definição e seleção dos projetos, devemos buscar a adoção de mecanismos que permitam a participação e contribuição ativa das comunidades afetadas. Ao mesmo tempo, as obras de infra-estrutura deveriam gerar a maior quantidade possível de impactos locais de desenvolvimento, melhorando o bem-estar das comunidades e gerando novos mercados.

Devo ressaltar que já desenvolvemos alguns progressos com relação ao tema da integração das infra-estruturas desde a realização da reunião de Presidentes da América do Sul, em Brasília, no ano passado. Nossos Ministros de Transportes, Telecomunicações e Energia se reuniram em dezembro passado, em Montevideú, aprovaram uma estrutura de comitês e grupo técnico e processos setoriais de integração, bem como identificaram os

primeiros eixos a serem implantados. Em abril deste ano, o Comitê de Direção Executiva, reunido em Santa Cruz de la Sierra, definiu o cronograma para a instalação dos primeiros oito Grupos Técnicos Executivos, bem como estipulou aprovou procedimentos para seu funcionamento. Em maio foi instalado Grupo Técnico para o Eixo Andino e, em junho, alguns dos Grupos Técnicos previstos.

Alguns projetos demonstram a capacidade e o efeito multiplicador da ação sinérgica exercida pela integração da infra-estrutura da América do Sul. Entre estes poderia lembrar a construção do gasoduto entre o Brasil e a Bolívia, a implantação de rede de gasodutos interligando os mercados de gás natural do Brasil e da Argentina, os estudos para o gasoduto entre Argentina, Uruguai e Brasil; a interligações de energia elétrica entre Brasil, Argentina e o Uruguai; a rodovia e a interligação elétrica entre o Brasil e a Venezuela e a rodovia entre Peru e Brasil que abre novas possibilidades de ligação e o transporte hidroviário pelos rios Amazonas e Solimões.

Essas primeiras iniciativas da integração da infra-estrutura regional da América do Sul mostram a viabilidade e o alcance estratégico do projeto e contarão com o apoio conjunto das agências multilaterais de fomento CAF, BID e FONPLATA.

Já demos, portanto, os primeiros passos para a execução da iniciativa de integração da infra-estrutura regional da América do Sul. Muitos ainda deverão ser dados, com firmeza e persistência. Acredito, no entanto, que manteremos o entusiasmo necessário pois a necessidade de integração nos é clara para todos.

Muito obrigado.



ALMOÇO OFERECIDO EM HOMENAGEM AO PRIMEIRO-MINISTRO DA REPÚBLICA DA IRLANDA

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE
CARDOSO, POR OCASIÃO DO ALMOÇO OFERECIDO EM HOMENAGEM
AO PRIMEIRO-MINISTRO DA REPÚBLICA DA IRLANDA, BERTIE AHERN.
PALÁCIO DO ITAMARATY, BRASÍLIA, 18 DE JULHO DE 2001

É com satisfação que estendo minhas boas-vindas a Vossa Excelência, à Senhora Celia Larkin e à comitiva que o acompanha nesta visita oficial ao Brasil, a primeira de um Chefe de Governo irlandês em toda a história do nosso relacionamento.

São muitos os fatores que nos unem e que conferem grande significado à visita de Vossa Excelência. O esforço de desenvolvimento, o apego à democracia, aos direitos humanos, e o firme apoio ao multilateralismo são valores que compartilhamos e que proporcionam base sólida para nossa amizade.

A Embaixada do Brasil em Dublin, inaugurada em 1991, tem sido um instrumento importante para o aprofundamento de nosso diálogo e de nossa cooperação.

A futura instalação de Embaixada residente da Irlanda em Brasília será, sem dúvida, outro elemento catalisador. Gostaria aqui de expressar o reconhecimento do Governo brasileiro pelo empenho pessoal de Vossa Excelência em favor dessa iniciativa.

O caminho que vem sendo percorrido pela Irlanda, com grande êxito, no desenvolvimento econômico e na promoção

do bem-estar social é exemplo inspirador para o Brasil em seu esforço para construir uma sociedade mais próspera e justa.

Senhor Primeiro-Ministro,

As tradicionais posições da política externa da Irlanda em defesa da paz, do desarmamento, do meio ambiente, do desenvolvimento e da democracia são convergentes com as principais diretrizes de nossa própria atuação internacional. Por isso, o Brasil não teve dúvidas em apoiar a candidatura da Irlanda ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Compartilhamos a preocupação com os rumos da economia mundial, particularmente no momento atual, em que a volatilidade dos capitais financeiros e as conseqüentes turbulências internacionais podem produzir graves efeitos nas economias de todos os países, em especial os que estão menos preparados para enfrentar essas dificuldades.

Agora mesmo estamos enfrentando dificuldades que resultam, em parte, da apreensão internacional quanto à situação na Argentina – país que Vossa Excelência deverá visitar nos próximos dias.

Quero aproveitar esta oportunidade para reiterar minha confiança em que a Argentina, sob a liderança do Presidente Fernando de la Rúa, não tardará em superar essas apreensões e continuará a avançar no caminho do desenvolvimento.

Quem conhece a capacidade de realização do povo argentino não pode ter dúvidas a esse respeito. A Argentina é um grande país, um grande povo, com a vocação de ser uma das locomotivas do crescimento em nossa região. Para o Brasil, isso é importantíssimo, e continuaremos a apoiar os esforços do Presidente de la Rúa no sentido de recuperar a confiança dos mercados e relançar o país na direção do crescimento.

O êxito econômico da Argentina é essencial para o futuro do Mercosul.

E a existência do Mercosul – preservada sua essência como união aduaneira destinada a constituir um mercado comum – é uma garantia para a Argentina, como é uma garantia para todos os seus membros.

Uma garantia de horizontes ampliados de mercado e de abertura ao mundo. Uma garantia de estímulos à modernização, de atração de investimentos. Uma garantia de democracia.

O Brasil que Vossa Excelência encontra hoje é um país com estruturas econômicas sólidas. Isso é o que nos tem permitido superar crises e ameaças de crises. A cada vez que uma dificuldade se apresenta no cenário externo, sempre há os que se apressam em fazer previsões catastróficas. E sistematicamente o Brasil tem desmentido essas previsões.

Mas permanece o fato de que o cenário econômico internacional padece de graves instabilidades. A globalização necessita de regras justas e adequadas.

Regras que possam assegurar que o aumento dos fluxos transnacionais de bens, serviços e capitais resulte em um aumento das oportunidades de desenvolvimento para todos, não só para alguns. Regras que contribuam para evitar que, perversamente, a globalização conduza ao aumento das desigualdades econômicas e sociais, a prejuízos ao meio ambiente ou à ameaça de uma indesejável padronização cultural.

É preciso que unamos nossos esforços no sentido de alcançar uma globalização mais justa, menos assimétrica, e uma economia internacional mais estável, menos sujeita a turbulências.

Nossos países têm presença ativa em seus respectivos agrupamentos regionais. A Irlanda na Europa e o Brasil no Mercosul têm ambos consciência de que a integração é ao mesmo tempo vantajosa e difícil, necessária e trabalhosa.

Na Europa como no Mercosul, o caminho é um só: o do diálogo. Diálogo que é uma característica de brasileiros e irlandeses, e que é a chave para a superação dos obstáculos, para aprofundar nossa integração nos espaços regionais a que pertencemos e, ao mesmo tempo, nos aproximarmos mais de outros blocos, no contexto de um regionalismo aberto e interativo.

E é justamente por esta razão que seguimos com o firme propósito de levar adiante as negociações Mercosul – União Européia com vistas à formação de uma área de livre comércio.

Senhor Primeiro-Ministro,

Nos próximos quatro dias, Vossa Excelência visitará São Paulo e o Rio de Janeiro, e terá oportunidade de conhecer aspectos diferenciados de nosso País. Tenho

a certeza de que encontrará, naquelas cidades, interlocutores movidos por um interesse real de melhor conhecer as potencialidades que se abriam, para o Brasil, com uma relação mais estreita com a Irlanda, inclusive quanto a uma parceria mais intensa entre os atores privados dos dois países.

Nossos empresários já mantêm contatos estreitos, que deverão ampliar-se por meio de missões recíprocas, a serem realizadas ainda no corrente ano e em 2002.

Nosso comércio bilateral ainda está muito aquém do que poderia ser. No ano passado, tivemos uma corrente de comércio de não mais do que cerca de 342 milhões de dólares. É pouco, se considerarmos que se trata da relação entre duas economias com grande potencial de crescimento. É pouco, e mostra o quanto podemos fazer no aprofundamento de nossos vínculos e na aproximação recíproca de nossos países. Brasil e Irlanda têm muito a ganhar se trabalharem juntos para explorar as oportunidades de intercâmbio e investimentos.

O escritor irlandês George Bernard Shaw disse certa vez: *“Take care to get what you*

like, or you will end by liking what you get”. Em português: “Precisamos ter cuidado para conseguir o que queremos, ou nos contentaremos em querer o que conseguimos”.

O que queremos é claro: uma significativa intensificação do relacionamento Brasil-Irlanda. Este é o horizonte com que temos que trabalhar.

A visita de Vossa Excelência é prova de que há interesse, de ambas as partes, para trabalhar nesse sentido e de que esse é um objetivo factível.

As conversas que tivemos na manhã de hoje atestaram que existe, de parte a parte, vontade política e determinação de fazer com que a amizade entre nossos povos seja uma alavanca para maior cooperação e intercâmbio.

Com essa determinação, e com muito trabalho, vamos conseguir o que queremos.

Por isso, é com muito prazer que peço a todos que me acompanhem em um brinde ao futuro da amizade entre o Brasil e à Irlanda, à crescente prosperidade do povo irlandês, e à saúde e felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora Celia Larkin.



SEMINÁRIO DA FLACSO

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR CELSO LAFER, NA ABERTURA DO SEMINÁRIO DA FLACSO,
“PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO EM CURSO: A AGENDA
LATINO-AMERICANA E DO CARIBE”. BRASÍLIA, 24 DE JULHO DE 2001

É com grande satisfação que dou as boas vindas no Itamaraty aos participantes do seminário em comemoração aos 20 anos da sede acadêmica FLACSO-Brasil.

A integração latino-americana deve muito ao pensamento e à reflexão acadêmica. Os processos de integração no pós-guerra não podem ser entendidos sem referência à CEPAL e à sua análise da forma como as instituições e a estrutura produtiva diferenciavam nosso “desenvolvimento tardio” daquele dos países mais desenvolvidos, e requeriam, portanto, políticas adaptadas às condições locais. Um dos legados do pensamento cepalino é a visão multidisciplinar do desenvolvimento, que também se vê no mandato e nas realizações da FLACSO.

Dizia Ortega y Gasset que *“La política es, tanto como obra de pensamiento, obra de voluntad; no basta con que unas ideas pasen galopando por unas cabezas; es menester que socialmente se realicen, y para ello que se pongan resueltamente a su servicio las energías más decididas de anchos grupos sociales”*.² A vontade de integração – que, no caso brasileiro, foi plasmada na própria Constituição – não decorre de uma hipotética racionalidade supranacional, mas ao contrário,

tem profundas raízes no interesse nacional, que encontra na aliança entre iguais a forma de melhor afirmar-se face aos desafios externos, como a globalização dos mercados.³

Esta lógica da integração é que faz com que respondamos afirmativamente à pergunta “por que integrar?”. Como dizia o Barão do Rio Branco em 1905, o Brasil “quer vir a ser forte entre vizinhos grandes e fortes, por honra de todos nós e por segurança do nosso continente”. E hoje se diria que somente pode ser forte que tem vizinhos grandes e fortes. É uma ilusão acreditar que se possa ter uma boa casa em um mau bairro.

Os 20 anos decorridos desde a criação da sede acadêmica FLACSO-Brasil foram, coincidentemente, o período mais profícuo para a integração latino-americana. É importante ressaltar este fato. Temos todos a consciência clara das dificuldades conjunturais, e mesmo estruturais, que enfrentamos, mas não se deve julgar um processo à luz de um parâmetro idealizado, que provavelmente nunca se materializará⁴. É preciso valorizar o que já foi alcançado, que requereu esforço e energia e produziu resultados palpáveis. Assim como não é justo nem produtivo dizer que nossos países não são democráticos porque a democracia é

imperfeita, também não é justo nem produtivo menosprezar as realizações do esforço de integração na América Latina e no Caribe.

Mas apesar dos avanços, a integração ainda não se faz por inércia. É preciso nutri-la, cultivá-la, adaptá-la aos tempos. Daí a importância da reflexão empreendida por instituições como a FLACSO. A tarefa dos acadêmicos e dos políticos é dar expressão concreta à vontade de integração, identificar os interesses e as formas de viabilizá-los: em outras palavras, conceber o quê e como fazer para integrar.

Como diz Félix Peña, “a idéia de integração, para ser sustentável no tempo, deve significar criar um entorno regional mais favorável à consecução de objetivos nacionais valiosos”⁵. É a partir das agendas nacionais, por conseguinte, que se chega à agenda latino-americana e do Caribe. Ao contrário da Europa, que tinha a necessidade de assegurar a paz em um continente marcado por conflitos entre Estados nacionais, na América Latina assumem caráter prioritário a consolidação da democracia e o desenvolvimento. Ao invés de resolver conflitos territoriais entre Estados soberanos, trata-se de assegurar o exercício efetivo da soberania sobre o território, e de sua legitimação social através da democracia. A partir desta perspectiva, mencionarei a seguir alguns elementos que, em minha opinião, merecem destaque na agenda da integração.

No plano comercial, um dos fatos marcantes dos últimos anos foi a constatação do esgotamento do processo de substituição de importações e a conseqüente revisão das políticas comerciais dos países da região. A integração regional foi e continua a ser a resposta lógica ao desafio de promover a inserção mais competitiva na economia mundial e propiciar economias de escala e, como conseqüência, aumentos de produtividade. A ALALC, com todas as suas limitações, constituiu um marco nesse processo. Sua sucessora, a ALADI,

estabeleceu uma moldura que permitiu, de forma pragmática, realista e eficiente, a conclusão de acordos de liberalização no ritmo e com a composição possíveis.

Em que pese os avanços dos últimos anos, ainda resta muito a fazer para a liberalização do comércio intra-regional. Acredito, pois, que o primeiro item da agenda de integração em nossa região é levar a bom termo as diversas iniciativas em curso para a conclusão de acordos de livre comércio.

O segundo elemento é um corolário do primeiro, à luz das transformações da economia mundial. Os acordos comerciais tradicionais funcionavam como cortinas nas fronteiras, reguladas para permitir apenas os fluxos desejados⁶. Mas a realidade da globalização faz com que a regulamentação do comércio vá hoje muito além do acesso a mercados. A criação de mercados ampliados requer cada vez mais disciplinas comuns, ou pelo menos compatíveis, em áreas que antes eram consideradas como domínio reservado do Estado nacional, como regulamentos técnicos ou sanitários, política de concorrência ou investimentos. Em áreas como o comércio de serviços, esse avanço das negociações comerciais sobre competências que eram consideradas como exclusivas constitui o cerne das negociações.

Esta é uma área onde a integração em nossa região apresenta resultados mais modestos. É bem verdade que muitos acordos comerciais contém disposições relativamente extensas sobre regras, mas estas tendem geralmente a refletir apenas as regras multilaterais. Há muito a fazer no sentido do aprofundamento dos esquemas de integração comercial.

A integração hoje pressupõe ¹ a eliminação dos entraves ao comércio e ² a elaboração de normas comuns, ou pelo menos compatíveis, sobre temas relacionados ao comércio. Mas acesso a mercados e regras compatíveis são condições necessárias, mas não suficientes.

Um terceiro aspecto, não menos importante, é o da infraestrutura física da integração. A ocupação efetiva dos espaços nacionais requer transformar as clássicas fronteiras-separação em modernas fronteiras-cooperação, para viabilizar economicamente o desenvolvimento de regiões fronteiriças que, durante muito tempo, foram rincões isolados. Este foi um dos elementos principais da Reunião de Presidentes da América do Sul, realizada em Brasília no ano passado.

Um quarto elemento, que se torna mais visível nos momentos de turbulência financeira, mas que tem relevância permanente, é o da coordenação macroeconômica. Além da questão da sincronização de ciclos econômicos nacionais, os países emergentes são mais vulneráveis às flutuações no ritmo de crescimento da economia mundial, dos preços das matérias primas, dos fluxos de investimentos e da liquidez dos mercados de câmbio. Isto se reflete em prêmios de risco desproporcionalmente elevados, mesmo em países que apresentam indicadores de endividamento e déficit público confortavelmente dentro dos critérios de convergência estabelecidos no Tratado de Maastricht, por exemplo.

Um fator adicional de dificuldade decorre do fato de que os vários aspectos da integração econômica – a eliminação de tarifas e outras barreiras na fronteira, a elaboração de regras

comuns, a criação da infraestrutura física e a coordenação macroeconômica – devem ser enfrentados de forma praticamente simultânea, e não em sucessão, como ocorreu em outras regiões. De certa forma, pode-se traçar um paralelo com o que se verifica nas sociedades latino-americanas e do Caribe, onde coexistem no espaço classes e formas de interação que, na Europa, correspondem a períodos históricos distintos.

Além destes temas relacionados à criação de um espaço econômico ampliado, a integração tem uma agenda que vai além do econômico. O projeto de integração latino-americana é um projeto de paz, de democracia, de desenvolvimento social, de compromisso com os direitos humanos. É também um projeto cultural: face ao desafio da imposição de padrões e valores culturais hegemônicos, cultivar a diversidade é a melhor forma de assegurar a vitalidade de nossas respectivas culturas nacionais.

Este seminário constitui uma oportunidade valiosa para aprofundar o diálogo sobre esta agenda da integração latino-americana, vasta e complexa, o que faz com que o trabalho da FLACSO seja ao mesmo tempo tão interessante e tão necessário. Ao concluir, aproveito para estender aos participantes meus votos de sucesso e, para os que nos visitam, de uma feliz estadia em nosso país.

¹ Abertura do Seminário “Desenvolvimento e Integração na América Latina e no Caribe: a Contribuição das Ciências Sociais”, em comemoração aos 20 anos da sede acadêmica FLACSO-Brasil, no Palácio Itamaraty, Brasília, 24 de julho de 2001.

² Ortega y Gasset, José. “Discursos Políticos”. Alianza Editorial, Madrid, 1974, pg. 66.

³ Peña, Félix, id. ib.

⁴ Peña, Félix. “Reflexiones desde el Mercosur”. In Archivos del Presente, Buenos Aires, octubre-noviembre-diciembre 2000

⁵ Peña, Félix. “Mercosur: análisis de una década y tendencias hacia el futuro”. Apresentação no seminário “O Continente Americano e o Futuro das Integrações Regionais”, Memorial da América Latina, São Paulo, 4/4/2001.

⁶ Habermas, Jurgen. “La Costellazione Postnazionale”. Milano, Feltrinelli, 1999.



SEMINÁRIO “DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE: A CONTRIBUIÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS”

DISCURSO DO MINISTRO CELSO LAFER, NA ABERTURA DO SEMINÁRIO “DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE: A CONTRIBUIÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS”
PALÁCIO ITAMARATY, BRASÍLIA, 24 DE JULHO DE 2001

“Processos de Integração em Curso: A Agenda Latino-Americana e do Caribe”.

É com grande satisfação que dou as boas-vindas no Itamaraty aos participantes do seminário em comemoração aos 20 anos da sede acadêmica FLACSO-Brasil.

A integração latino-americana deve muito ao pensamento e à reflexão acadêmica. Os processos de integração no pós-guerra não podem ser entendidos sem referência à CEPAL e à sua análise da forma como as instituições e a estrutura produtiva diferenciavam nosso “desenvolvimento tardio” daquele dos países mais desenvolvidos, e requeriam, portanto, políticas adaptadas às condições locais. Um dos legados do pensamento cepalino é a visão multidisciplinar do desenvolvimento, que também se vê no mandato e nas realizações da FLACSO.

Dizia Ortega y Gasset que *“La política es, tanto como obra de pensamiento, obra de voluntad; no basta con que unas ideas pasen galopando por unas cabezas; es menester que socialmente se realicen, y para ello que se pongan resueltamente a su servicio las*

energías más decididas de anchos grupos sociales”. A vontade de integração – que, no caso brasileiro, foi plasmada na própria Constituição – não decorre de uma hipotética racionalidade supranacional, mas ao contrário, tem profundas raízes no interesse nacional, que encontra na aliança entre iguais a forma de melhor afirmar-se face aos desafios externos, como a globalização dos mercados.

Esta lógica da integração é que faz com que respondamos afirmativamente à pergunta “por que integrar?”. Como dizia o Barão do Rio Branco em 1905, o Brasil “quer vir a ser forte entre vizinhos grandes e fortes, por honra de todos nós e por segurança do nosso continente”. E hoje se diria que somente pode ser forte que tem vizinhos grandes e fortes. É uma ilusão acreditar que se possa ter uma boa casa em um mau bairro.

Os 20 anos decorridos desde a criação da sede acadêmica FLACSO-Brasil foram, coincidentemente, o período mais profícuo para a integração latino-americana. É importante ressaltar este fato. Temos todos a consciência clara das dificuldades conjunturais, e mesmo

estruturais, que enfrentamos, mas não se deve julgar um processo à luz de um parâmetro idealizado, que provavelmente nunca se materializará. É preciso valorizar o que já foi alcançado, que requereu esforço e energia e produziu resultados palpáveis. Assim como não é justo nem produtivo dizer que nossos países não são democráticos porque a democracia é imperfeita, também não é justo nem produtivo menosprezar as realizações do esforço de integração na América Latina e no Caribe.

Mas apesar dos avanços, a integração ainda não se faz por inércia. É preciso nutrí-la, cultivá-la, adaptá-la aos tempos. Daí a importância da reflexão empreendida por instituições como a FLACSO. A tarefa dos acadêmicos e dos políticos é dar expressão concreta à vontade de integração, identificar os interesses e as formas de viabilizá-los: em outras palavras, conceber o quê e como fazer para integrar.

Como diz Félix Peña, “a idéia de integração, para ser sustentável no tempo, deve significar criar um entorno regional mais favorável à consecução de objetivos nacionais valiosos”. É a partir das agendas nacionais, por conseguinte, que se chega à agenda latino-americana e do Caribe. Ao contrário da Europa, que tinha a necessidade de assegurar a paz em um continente marcado por conflitos entre Estados nacionais, na América Latina assumem caráter prioritário a consolidação da democracia e o desenvolvimento. Ao invés de resolver conflitos territoriais entre Estados soberanos, trata-se de assegurar o exercício efetivo da soberania sobre o território, e de sua legitimação social através da democracia. A partir desta perspectiva, mencionarei a seguir alguns elementos que, em minha opinião, merecem destaque na agenda da integração.

No plano comercial, um dos fatos

marcantes dos últimos anos foi a constatação do esgotamento do processo de substituição de importações e a conseqüente revisão das políticas comerciais dos países da região. A integração regional foi e continua a ser a resposta lógica ao desafio de promover a inserção mais competitiva na economia mundial e propiciar economias de escala e, como conseqüência, aumentos de produtividade. A ALALC, com todas as suas limitações, constituiu um marco nesse processo. Sua sucessora, a ALADI, estabeleceu uma moldura que permitiu, de forma pragmática, realista e eficiente, a conclusão de acordos de liberalização no ritmo e com a composição possíveis.

Em que pesem os avanços dos últimos anos, ainda resta muito a fazer para a liberalização do comércio intra-regional. Acredito, pois, que o primeiro item da agenda de integração em nossa região é levar a bom termo as diversas iniciativas em curso para a conclusão de acordos de livre comércio.

O segundo elemento é um corolário do primeiro, à luz das transformações da economia mundial. Os acordos comerciais tradicionais funcionavam como cortinas nas fronteiras, reguladas para permitir apenas os fluxos desejado. Mas a realidade da globalização faz com que a regulamentação do comércio vá hoje muito além do acesso a mercados. A criação de mercados ampliados requer cada vez mais disciplinas comuns, ou pelo menos compatíveis, em áreas que antes eram consideradas como domínio reservado do Estado nacional, como regulamentos técnicos ou sanitários, política de concorrência ou investimentos. Em áreas como o comércio de serviços, esse avanço das negociações comerciais sobre competências que eram consideradas como exclusivas constitui o cerne das negociações.

Esta é uma área onde a integração em nossa região apresenta resultados mais modestos. É bem verdade que muitos acordos comerciais contêm disposições relativamente extensas sobre regras, mas estas tendem geralmente a refletir apenas as regras multilaterais. Há muito a fazer no sentido do aprofundamento dos esquemas de integração comercial.

A integração hoje pressupõe ¹ a eliminação dos entraves ao comércio e ² a elaboração de normas comuns, ou pelo menos compatíveis, sobre temas relacionados ao comércio. Mas acesso a mercados e regras compatíveis são condições necessárias, mas não suficientes. Um terceiro aspecto, não menos importante, é o da infra-estrutura física da integração. A ocupação efetiva dos espaços nacionais requer transformar as clássicas fronteiras-separação em modernas fronteiras-cooperação, para viabilizar economicamente o desenvolvimento de regiões fronteiriças que, durante muito tempo, foram rincões isolados. Este foi um dos elementos principais da Reunião de Presidentes da América do Sul, realizada em Brasília no ano passado.

Um quarto elemento, que se torna mais visível nos momentos de turbulência financeira, mas que tem relevância permanente, é o da coordenação macroeconômica. Além da questão da sincronização de ciclos econômicos nacionais, os países emergentes são mais vulneráveis às flutuações no ritmo de crescimento da economia mundial, dos preços das matérias-primas, dos fluxos de investimentos e da liquidez dos mercados de câmbio. Isto se reflete em prêmios de risco desproporcionalmente elevados, mesmo em países que apresentam indicadores de endividamento e *déficit* público

confortavelmente dentro dos critérios de convergência estabelecidos no Tratado de Maastricht, por exemplo.

Um fator adicional de dificuldade decorre do fato de que os vários aspectos da integração econômica – a eliminação de tarifas e outras barreiras na fronteira, a elaboração de regras comuns, a criação da infra-estrutura física e a coordenação macroeconômica – devem ser enfrentados de forma praticamente simultânea, e não em sucessão, como ocorreu em outras regiões. De certa forma, pode-se traçar um paralelo com o que se verifica nas sociedades latino-americanas e do Caribe, onde coexistem no espaço classes e formas de interação que, na Europa, correspondem a períodos históricos distintos.

Além destes temas relacionados à criação de um espaço econômico ampliado, a integração tem uma agenda que vai além do econômico. O projeto de integração latino-americana é um projeto de paz, de democracia, de desenvolvimento social, de compromisso com os direitos humanos. É também um projeto cultural: face ao desafio da imposição de padrões e valores culturais hegemônicos, cultivar a diversidade é a melhor forma de assegurar a vitalidade de nossas respectivas culturas nacionais.

Este seminário constitui uma oportunidade valiosa para aprofundar o diálogo sobre esta agenda da integração latino-americana, vasta e complexa, o que faz com que o trabalho da FLACSO seja ao mesmo tempo tão interessante e tão necessário. Ao concluir, aproveito para estender aos participantes meus votos de sucesso e, para os que nos visitam, de uma feliz estadia em nosso país.



REJEIÇÃO PELOS EUA DO PROJETO DE PROTOCOLO DE FORTALECIMENTO DA CPAB

INTERVENÇÃO DA REPRESENTANTE PERMANENTE, ALTERNA, DO BRASIL
JUNTO AOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS EM GENEVRA, EMBAIXADORA
CELINA MARIA ASSUMPÇÃO DO VALLE PEREIRA, NO CONTEXTO DA
REJEIÇÃO PELOS EUA DO PROJETO DE PROTOCOLO DE FORTALECIMENTO
DA CPAB. PALAIS DES NATIONS, GENEVRA, 26 DE JULHO DE 2001

Tradução não-oficial

O Governo brasileiro lamenta a decisão tomada pelos Estados Unidos de rejeitar o projeto de Protocolo à Convenção sobre a Proibição das Armas Biológicas previamente à conclusão das negociações.

Para o Brasil, os dispositivos contidos no Protocolo contribuiriam certamente para fortalecer a segurança internacional na área biológica. Não existe e nem pode existir tratado internacional de desarmamento e não-proliferação absolutamente infalível. No entanto, a genuína vontade política de buscar o desarmamento e prevenir a proliferação deve consolidar-se em acordos multilaterais para ter legitimidade e viabilidade política. Esta é a lição que devemos ter em mente após seis anos de negociações no Grupo “Ad Hoc”.

Para ser efetivo, um regime de verificação precisa ser universal, especialmente quando o que está em jogo são tecnologias muito difundidas, como na área biológica,

disponíveis e facilmente obtidas internacionalmente. Controles mais rígidos sobre tecnologias e produtos sensíveis devem ser complementados por medidas sobre cooperação internacional, de modo que a busca de objetivos de segurança não prejudique o legítimo direito ao desenvolvimento técnico e científico dos países. Encontrar um equilíbrio entre verificação e cooperação é pois uma condição-chave para o sucesso destas negociações. Acreditamos tê-lo feito. O Brasil se sente honrado de ter contribuído para alcançar esse equilíbrio, que torna este Protocolo tanto efetivo quanto politicamente viável. Rejeitamos com firmeza a idéia de que tratados multilaterais de desarmamento e a não-proliferação possam basear-se unicamente em mecanismos de verificação.

Ao mesmo tempo em que medidas adicionais e não-verificáveis de transparência, como as que estão em vigor, não são suficientes

para gerar confiança e segurança adicional na área biológica, o conceito de um mero regime de investigação simplesmente não é viável. Como alternativa, um regime plurilateral fortalecido não seria efetivo, tendo em vista a ampla difusão das tecnologias sensíveis na área biológica. Seria, ademais, ilegítimo. O multilateralismo será sempre o melhor meio para alcançar um grau satisfatório de eficácia combinado com o imperativo político da legitimidade.

O Brasil acredita que este Grupo Ad Hoc recebeu um mandato a cumprir, e que sua tarefa deve ser completada. O Brasil tem participado ativamente destas negociações com este objetivo em mente e está pronto para continuar a trabalhar para alcançar os objetivos definidos pela IV Conferência de Revisão da Convenção. Graças aos esforços de todas as Delegações, do Presidente Tibor Tóth e dos “amigos-do-Presidente”, conseguimos identificar uma base satisfatória para chegar à conclusão de nossos trabalhos. Esperamos concluir a tarefa que nos foi incumbida.

ALMOÇO OFERECIDO AO PRIMEIRO MINISTRO DO REINO UNIDO

BRINDE DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA POR OCASIÃO
DE ALMOÇO OFERECIDO AO PRIMEIRO MINISTRO DO REINO UNIDO,
SR. TONY BLAIR. PALÁCIO DA ALVORADA, BRASÍLIA, 30 DE JULHO DE 2001

Este não é o momento para um discurso solene, nem para um longo discurso.

Quero dizer, apenas, que esta é a primeira vez que o Palácio da Alvorada tem a honra de receber um Primeiro Ministro britânico. Esta é, portanto, uma ocasião muito especial, um momento importante na história de nossas relações.

Quero dizer-lhes o quanto estamos felizes de tê-los aqui, meus caros Tony e Cherie, como nossos convidados muito especiais no dia de hoje. Ruth e eu recebemos a mais perfeita hospitalidade em Londres e tínhamos grande expectativa de poder retribuir essa gentileza.

O Brasil e o Reino Unido, juntos, já fizeram muito. Nossas relações estão baseadas em uma verdadeira amizade, em valores fundamentais compartilhados e em interesses comuns.

Temos trabalhado juntos para fortalecer o conceito da “governança progressista”, e é de fato essencial que o façamos, em razão dos novos desafios de uma economia mundial globalizada e dos problemas persistentes de pobreza e exclusão.

Senhor Primeiro Ministro,

Há uma grande e sincera admiração pelo Reino Unido no Brasil. Seu país é reconhecido, entre nós, como pioneiro na causa da liberdade

e da democracia. Suas universidades, de que eu próprio tive experiência de primeira mão, são tidas em alto conceito, como exemplos de primeira linha da excelência no conhecimento, tanto nas ciências exatas como nas humanidades.

De suas realizações econômicas, passadas e presentes, extraímos inspiração para usar a inovação técnica para promover o crescimento e o desenvolvimento. Esta é apenas uma das razões pelas quais decidi nomear o Embaixador do Brasil no Reino Unido como meu Ministro para o Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Da Grã-Bretanha veio-nos também nosso esporte nacional, ainda que, nesses dias, a seleção brasileira pareça ser uma mera sombra do que já foi – mas não vai continuar assim por muito tempo, podem ter certeza. Em suma, meus caros amigos, não nos faltam razões para celebrar nossa amizade e para termos o prazer desse momento tão especial.

Minha cara Cherie, meu caro Tony, estamos todos muito contentes e muito honrados com sua presença aqui.

Proponho um brinde à amizade tradicional entre o Brasil e o Reino Unido, e à felicidade pessoal do Primeiro Ministro e da Sra. Cherie Blair.



REUNIÃO DO CONSELHO GERAL DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO

INTERVENÇÃO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, POR OCASIÃO DE REUNIÃO DO CONSELHO GERAL DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. GENEBRA, 30 DE JULHO DE 2001

Em intervenção feita no Conselho Geral da OMC hoje, dia 30 de julho, o Embaixador Luiz Felipe de Seixas Correa, Secretário-Geral do Itamaraty, expressou as principais posições do Governo brasileiro com relação ao lançamento de uma nova rodada de negociações comerciais multilaterais por ocasião da IV Conferência Ministerial da OMC a ser celebrada em Doha, Catar, no período de 09 a 13 de novembro próximo.

O Brasil está convencido de que as regras do sistema multilateral de comércio devem ser preservadas e fortalecidas. Como país que tem oferecido seguidas demonstrações de seu comprometimento com o livre comércio, o Brasil apóia o lançamento de uma nova rodada de negociações comerciais que seja capaz de trazer benefícios para todos os Estados Membros da OMC, mais especialmente para os países em desenvolvimento. O tratamento a ser conferido a agricultura e a implementação dos acordos existentes será, porém, no entendimento do Governo brasileiro determinante para o êxito do lançamento de uma nova rodada.

Em agricultura, o Brasil não poderá apoiar o lançamento de uma rodada, tendo como base uma agenda ampla, caso o mandato negociador no tocante às negociações agrícolas seja vago ou limitado. Nossa percepção é a de que uma agenda ampla e equilibrada, que contemple temas como investimento e política da concorrência, apenas será viável caso o mandato a ser conferido em agricultura seja suficientemente ambicioso. No entendimento do Governo brasileiro esse mandato deve ir bem além do mandato embutido no Artigo XX do Acordo Agrícola.

No que se refere à implementação dos Acordos da Rodada Uruguai, o Brasil acredita que a ausência de uma discussão mais aprofundada sobre o tema poderá vir a prejudicar os esforços para o lançamento de uma nova rodada de negociações comerciais multilaterais. As discussões sobre esse tema não se têm realizado de forma satisfatória.

O Brasil tem clara percepção de que o apoio a uma nova rodada de negociações ainda não é universal. Mesmo entre aqueles que a apoiam, existem consideráveis diferenças com relação

a abrangência e prioridades. Caso não seja dada a devida atenção a temas centrais, como agricultura e implementação, energia desproporcional poderia ser dispensada a temas considerados periféricos, o que no entender do Brasil poderá vir a criar dificuldades para a superação das diferenças ainda existentes.

Além das áreas mencionadas, outros temas também interessam ao Brasil no contexto de uma nova rodada. É o caso, por exemplo, do exame das relações entre as normas de proteção à propriedade intelectual e o acesso a medicamentos, tema que do ponto de vista brasileiro deveria ser objeto de declaração específica em Doha.

As normas existentes sobre anti-dumping, subsídios e aquelas sobre créditos à exportação também deverão, no entender do Brasil, ser objeto de exame aprofundado em uma nova rodada, com a finalidade de corrigir alguns dos desequilíbrios oriundos da Rodada Uruguai. Sobre créditos à exportação, aliás, o Brasil apresentará oportunamente um texto de base para consideração dos demais países.

O Brasil está disposto a considerar, no contexto de uma nova rodada, a negociação

de temas como regras multilaterais para investimentos e política da concorrência, desde que os interesses específicos dos países em desenvolvimento, especialmente no que se refere à flexibilidade dos compromissos, sejam devidamente levados em conta.

Na área de comércio e meio ambiente, o Brasil entende que o conceito de desenvolvimento sustentável se refere tanto a preocupações de natureza ambiental quanto a preocupações relacionadas com o desenvolvimento em suas dimensões econômica e social, não devendo sujeitar-se a interpretações que enfatizem indevidamente apenas um desses aspectos. O Brasil vê com preocupação as discussões sobre o chamado “princípio da precaução”, que poderia vir a ser utilizado como forma de legitimar práticas protecionistas por parte dos países desenvolvidos.

O Brasil reafirma, portanto, seu comprometimento com o lançamento de uma nova rodada de negociações comerciais multilaterais em Doha e sua intenção de continuar a participar ativamente e com espírito construtivo de todas as fases do processo preparatório.

VI REUNIÃO DO CONSELHO DE MINISTROS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

INTERVENÇÃO DO SUBSECRETÁRIO-GERAL PARA ASSUNTOS POLÍTICOS
(SGAP), EMBAIXADOR BERNARDO PERICÁS, CHEFE DA DELEGAÇÃO
BRASILEIRA NA VI REUNIÃO DO CONSELHO DE MINISTROS DA COMUNIDADE
DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. “CPLP - 5 ANOS DE ATIVIDADES:
BALANÇO E PERSPECTIVAS”. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, 31 DE JULHO DE 2001

A oportunidade de refletir, em conjunto, sobre os avanços e perspectivas da CPLP neste seu quinto aniversário nos permite uma troca de impressões que até agora não se havia propiciado.

Após 5 anos, já se pode verificar que, para cada Estado membro, a CPLP apresenta resultados significativos, insere-se em programas políticos próprios e almeja objetivos cada vez mais definidos. No início, desde a época da criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa – o IILP, no ano de 1989, em São Luís do Maranhão, e posteriormente quando se iniciaram as mesas-redondas para discutir a constituição da CPLP, eram insistentes as referências à história e à língua comuns aos sete países. Já por ocasião da primeira Cimeira da CPLP, em 17 de julho de 1996, os Chefes de Estado e de Governo alargaram o substrato de convergências que conduzia à criação do novo Organismo, fazendo, por exemplo, forte apelo em prol da causa timorense. Atualmente, a CPLP está cada vez mais próxima de vir a inserir, em seus Estatutos, uma quarta vertente, ou um quarto pilar de sustentação. Refiro-

me à vertente da cidadania, que se somaria às da concertação político-diplomática, da cooperação e da promoção e difusão da língua portuguesa.

Ante esta saudável evolução, cada país terá sabido identificar os mecanismos que a Comunidade lhe pode oferecer no sentido da promoção de objetivos comuns e da preservação dos valores que lhe são mais caros. Foi assim que a sociedade brasileira vislumbrou novos horizontes no tocante, por exemplo, à ação comum com vistas à promoção e difusão da língua portuguesa. Em um mundo globalizado, em que mesmo um país com quase cento e setenta milhões de falantes de uma mesma língua se vê às voltas com a pressão da convivência com línguas estrangeiras, a inclusão do tema “difusão e promoção da língua portuguesa” em sua pauta internacional tem o apoio de um conjunto cada vez mais amplo da sociedade brasileira.

Foi também a partir de experiências compartilhadas no seio da CPLP que um número já significativo de brasileiros – funcionários de Governo, de

empresas públicas, de instituições de pesquisa, de organizações não governamentais e mesmo privadas – passou a conhecer e a melhor compreender as realidades vividas sobretudo nos países africanos de língua portuguesa e também no Timor Leste.

Esse legado de conhecimento, compreensão e, cada vez mais, de amizade entre povos que às vezes pouco se conheciam – a despeito do contato forçado pela história – é, na perspectiva brasileira, o maior avanço que se deve registrar. Observa-se no Brasil a paulatina consolidação de uma identidade lusófona. Essa identidade, compartilhada com pessoas e povos espalhados em distintas regiões do Globo, convida ao conagraçamento, à solidariedade e sobretudo ao diálogo e à ação comum. Falamos, enfim, de uma identidade que, respeitando as peculiaridades da vida cultural nacional, é a base da ação de nossos Governos no âmbito da CPLP.

Outros avanços também devem ser referidos, inclusive porque alcançá-los não foi uma decorrência inevitável da assinatura dos documentos constitutivos da CPLP: exigiram a dedicação e o zelo dos primeiros ocupantes dos cargos de Secretário Executivo e Secretário Executivo Adjunto da Comunidade, o Dr. Marcolino Moco e o Embaixador Rafael Branco – hoje nosso anfitrião, testemunha valorosa e agente dinâmico deste percurso de 5 anos. É justo recordar que puderam contar com a colaboração e orientação lúcida dos Embaixadores que, ao longo destes anos, tomaram assento no Comitê de Concertação Permanente, em Lisboa. A todos coube, igualmente, a tarefa de nutrir a nova Comunidade de um sentido de missão e de moldar um projeto político ao mesmo tempo realista e inovador, adaptado às tendências do mundo atual e cada vez mais atento às demandas de nossas sociedades.

Caminhar se aprende caminhando. A criação de uma organização internacional

nova – diferente na forma, na geografia, nas modalidades de diálogo e também nos objetivos, de todas as outras que a antecederam – decorre igualmente desse nosso aprendizado. Aprendemos a partir da prática cotidiana de interação dos vários órgãos da CPLP, destes com outros ainda não formalmente previstos, como as reuniões dos Grupos de Trabalho e dos Pontos Focais, ou ainda com as reuniões governamentais setoriais e as iniciativas da sociedade civil.

Neste curto período, foi possível a aprovação dos documentos constitutivos e do quadro jurídico, bem como a consolidação de uma prática parlamentar que viabilizam o funcionamento da organização e de seus principais órgãos e mecanismos de atuação. De modo quase espontâneo, também se ampliou o conjunto de atores governamentais envolvidos com os objetivos da CPLP, registrando-se atualmente a ocorrência de inúmeras reuniões ministeriais setoriais. O Brasil, aliás, sediou, em maio último, as Reuniões de Ministros da Defesa e dos Ministros e Secretários da Presidência da CPLP. A execução de projetos de cooperação e a formalização dos mecanismos para sua aplicação, bem como a aprovação do regimento do Fundo Especial e a recente apresentação, pelo Brasil, de um “Manual de Procedimentos Organizacionais” para os Pontos Focais, são outros marcos relevantes.

São notórios os passos trilhados por nossa Comunidade no sentido da construção de uma organização sólida e comprometida com resultados. Evidenciam-se, por exemplo, no trabalho pela consolidação do IILP, bem como nos progressos na área da cidadania e circulação de pessoas e, não menos importante, na expansão da divulgação da CPLP no cenário internacional.

O Governo brasileiro considera igualmente auspiciosas as discussões mais recentes acerca

de um tratamento mais integrado das reuniões ministeriais e técnicas intergovernamentais no conjunto da CPLP. Também positiva é a atenção dedicada nas múltiplas reuniões setoriais da CPLP à discussão e aprovação de programas efetivos de cooperação multilateral, beneficiando inclusive Timor Leste.

Não obstante, não se deve descurar da necessidade de, tanto o CCP quanto o Secretariado Executivo, concentrarem-se na execução de ações já aprovadas, por exemplo, no Plano Indicativo. Impõe-se, nesta reflexão sobre o passado e nesta visão das perspectivas da CPLP, uma referência a questões orçamentárias.

Os Estados membros nos comprometemos a viabilizar o funcionamento da CPLP, particularmente do Secretariado Executivo, com contribuições definidas a partir das possibilidades de cada um. Com dificuldade, mas com regularidade, temos ajudado a garantir as atividades do Secretariado e, cada vez mais, as atividades financiadas pelo Fundo Especial.

A contribuição do Brasil para a CPLP hoje provém não apenas de recursos da Agência Brasileira de Cooperação, mas também de uma rubrica do Orçamento federal destinada à cooperação com os países de língua portuguesa. A dotação dessa rubrica é ainda reduzida, mas vem crescendo na medida em que o próprio Legislativo brasileiro tem manifestado interesse em ampliar tal cooperação.

Sabemos que tais recursos sempre ficarão muito aquém das necessidades da cooperação na CPLP. O Brasil não é um país doador líquido de capitais para aplicação na cooperação ou ajuda internacional ao desenvolvimento – não o somos no nível das relações bilaterais e seguramente não o seremos no nível

multilateral ou no âmbito da CPLP. Todavia, é com satisfação que posso hoje anunciar nova contribuição do Brasil para o Fundo Especial no montante de US\$ 390 mil.

A título de conclusão, retomo as palavras do Professor Celso Lafer, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, que visitou recentemente a sede do Secretariado Executivo da CPLP – e que lamenta muito não estar aqui hoje. Em Lisboa, o Ministro Lafer indicou a importância da CPLP na agenda da política externa brasileira. Como se tem vindo a observar, de forma nítida, a atual participação do Brasil na Comunidade é fruto de uma reflexão cuidadosa, com o objetivo de contribuir para sua orientação no sentido de uma atuação transparente e construtiva, pautada em seus Estatutos. O Brasil reconhece, na CPLP, um organismo no qual tem grandes responsabilidades e interesses. À medida em que ganham complexidade os temas tratados neste foro, torna-se mais necessária participação cada vez mais ativa e objetiva do Brasil e de todos os Estados membros.

Será fundamental, em mais esta etapa da constante construção e permanente aprimoramento da CPLP, o prosseguimento do trabalho sempre dedicado e entusiasmado da Embaixadora Dulce Maria Pereira e do Dr. Zeferino Martins. O trabalho de ambos continuará somando-se aos esforços de todos os Estados membros no sentido do reforço do diálogo político, da ampliação de temas da agenda de concertação diplomática, da expansão da cooperação técnica e científico-tecnológica e da promoção e divulgação da língua que nos caracteriza neste mundo inevitável e perigosamente globalizado. Será graças à afirmação dos elementos comuns de nossas culturas que se consolidará, no interesse de nossos povos, a marca CPLP.



ABERTURA DO *WORKSHOP* SOBRE O PROGRAMA “INVESTE BRASIL”

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, NA ABERTURA DO *WORKSHOP* SOBRE O PROGRAMA INVESTE BRASIL, MECANISMO PARA A PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS NO PAÍS. PALÁCIO DO ITAMARATY, BRASÍLIA, 9 DE AGOSTO DE 2001

É com prazer que realizamos aqui no Itamaraty o primeiro dos três *workshops* para apresentação do estudo contratado pelo Ministério das Relações Exteriores junto ao *Foreign Investment Advisory Service* (FIAS), do sistema do Banco Mundial, sobre o quadro jurídico aplicável ao investimento estrangeiro no Brasil.

Temos todos presente a importante contribuição que o investimento direto estrangeiro trouxe, ao longo da história, para o desenvolvimento econômico do país. Mesmo no período em que o Brasil mantinha um comércio exterior relativamente fechado, foi, fundamentalmente, um país receptivo ao investimento estrangeiro.

Com mais razão hoje em dia, quando a preservação da estabilidade macroeconômica e a sustentabilidade de longo prazo do nosso desenvolvimento econômico e social passam pela atualização do padrão de inserção do Brasil na economia internacional, o investimento estrangeiro tem um papel de relevo a desempenhar.

O Brasil é um país atraente para o investidor estrangeiro. Graças ao interesse

dos investidores pudemos melhorar significativamente, nos últimos anos, a qualidade do fluxo de capitais que ajuda a financiar o nosso balanço de pagamentos. Cabe a nós, Governo e setor privado, estimular este interesse.

Este é o objetivo da Rede Brasileira de Promoção de Investimentos, a INVESTE BRASIL. É um mecanismo ágil e enxuto que, a partir do reconhecimento de uma responsabilidade compartilhada, estabelece uma parceria entre o Governo federal, os Governos estaduais e o setor privado para o desenvolvimento.

Um dos fatores que levaram à criação da INVESTE BRASIL é a demanda dos investidores externos por informações de qualidade sobre o marco regulatório para investimentos no Brasil. É portanto com grande satisfação que o Itamaraty apresenta hoje este estudo que constitui um mapeamento – inédito no Brasil - das condições legais e operacionais para o ingresso de investimento direto estrangeiro no país. Esta contribuição ao INVESTE BRASIL corrobora, uma vez mais, o compromisso do

Itamaraty em traduzir necessidades internas em possibilidades externas.

Na próxima semana, serão realizados dois *workshops*, no Rio de Janeiro e em São Paulo, que se concentrarão nos obstáculos administrativos ao investimento naqueles estados. O trabalho será posteriormente estendido a outras unidades da Federação, de forma a complementar o estudo mais abrangente com o detalhamento necessário à promoção dos investimentos no país.

Em uma rede como a INVESTE BRASIL, a informação é um bem econômico com externalidades positivas de consumo, ou seja, seu valor é tanto maior quanto maior o número de participantes que a ela tem acesso. Daí a importância da divulgação deste estudo, assim como do debate que se inicia com estes três *workshops* e que coincide com o início das operações da INVESTE BRASIL.

Muito obrigado.

WORKSHOP SOBRE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS NO BRASIL

PALESTRA PROFERIDA PELO MINISTRO CELSO LAFER NA ABERTURA
DO *WORKSHOP* SOBRE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS NO BRASIL.
BRASÍLIA, PALÁCIO ITAMARATY, 9 DE AGOSTO DE 2001

É com prazer que realizamos aqui no Itamaraty o primeiro dos três *workshops* para apresentação do estudo contratado pelo Ministério das Relações Exteriores junto ao *Foreign Investment Advisory Service* (FIAS), do sistema do Banco Mundial, sobre o quadro jurídico aplicável ao investimento estrangeiro no Brasil.

Temos todos presente a importante contribuição que o investimento direto estrangeiro trouxe, ao longo da história, para o desenvolvimento econômico do país. Mesmo no período em que o Brasil mantinha um comércio exterior relativamente fechado, foi, fundamentalmente, um país receptivo ao investimento estrangeiro.

Com mais razão hoje em dia, quando a preservação da estabilidade macroeconômica e a sustentabilidade de longo prazo do nosso desenvolvimento econômico e social passam pela atualização do padrão de inserção do Brasil na economia internacional, o investimento estrangeiro tem um papel de relevo a desempenhar.

O Brasil é um país atraente para o investidor estrangeiro. Graças ao interesse dos investidores pudemos melhorar significativamente, nos últimos anos, a

qualidade do fluxo de capitais que ajuda a financiar o nosso balanço de pagamentos. Cabe a nós, Governo e setor privado, estimular este interesse.

Este é o objetivo da Rede Brasileira de Promoção de Investimentos, a INVESTE BRASIL. É um mecanismo ágil e enxuto que, a partir do reconhecimento de uma responsabilidade compartilhada, estabelece uma parceria entre o Governo federal, os Governos estaduais e o setor privado para o desenvolvimento.

Um dos fatores que levaram à criação da INVESTE BRASIL é a demanda dos investidores externos por informações de qualidade sobre o marco regulatório para investimentos no Brasil. É portanto com grande satisfação que o Itamaraty apresenta hoje este estudo que constitui um mapeamento – inédito no Brasil - das condições legais e operacionais para o ingresso de investimento direto estrangeiro no país. Esta contribuição ao INVESTE BRASIL corrobora, uma vez mais, o compromisso do Itamaraty em traduzir necessidades internas em possibilidades externas.

Na próxima semana, serão realizados dois *workshops*, no Rio de Janeiro e em São

Paulo, que se concentrarão nos obstáculos administrativos ao investimento naqueles estados. O trabalho será posteriormente estendido a outras unidades da Federação, de forma a complementar o estudo mais abrangente com o detalhamento necessário à promoção dos investimentos no país.

Em uma rede como a INVESTE BRASIL, a informação é um bem econômico com externalidades positivas de consumo, ou seja, seu valor é tanto maior quanto maior o número de participantes que a ela tem acesso. Daí a importância da divulgação deste estudo, assim como do debate que se inicia com estes três workshops e que coincide com o início das operações da INVESTE BRASIL.

Muito obrigado.

CERIMÔNIA DE INAUGURAÇÃO DA INTERCONEXÃO ELÉTRICA ENTRE O BRASIL E A VENEZUELA

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE INAUGURAÇÃO DA INTERCONEXÃO ELÉTRICA ENTRE O BRASIL E A VENEZUELA. SANTA ELENA DE UAIRÉN, 13 DE AGOSTO DE 2001

A presença hoje do Presidente Fidel Castro em solo venezuelano, no dia de seu aniversário, me dá a oportunidade de felicitá-lo pessoalmente. Faço-o com muita satisfação e, ao mesmo tempo, dirigindo-lhe as expressões de amizade e afeto do povo brasileiro ao povo irmão de Cuba.

Cuba, Venezuela e Brasil são países integrantes da Comunidade Ibero-Americana. Somos América Latina. Somos, também, o Caribe, porque o Brasil – hoje tão próximo de seus vizinhos desta parte de nosso continente – sente-se, da mesma forma, um pouco caribenho. Quero dizer, nesta ocasião, que talvez possa me orgulhar de ser o Presidente brasileiro que mais vezes visitou a Venezuela.

E não foi só em Caracas, mas também em Ciudad Guayana, na Isla Margarita, no Rio Orinoco e, agora de novo, nesta acolhedora cidade de fronteira: Santa Elena de Uairén.

Aqui, a proximidade física é símbolo da proximidade política e cultural entre nossos dois povos. É com esse espírito que estamos aqui, hoje, para inaugurar uma obra que tem tudo para se tornar um novo marco da amizade entre brasileiros e venezuelanos.

A partir de agora, o Brasil poderá comprar energia elétrica da Venezuela. Os brasileiros que vivem em Roraima poderão acender a luz de suas casas, acionar a corrente que dá energia às suas empresas, usando a eletricidade produzida no país vizinho, amigo e irmão. Isso tem um nome: cooperação.

E é cooperação que se faz porque existe confiança recíproca, porque existem interesses mútuos, porque existe vontade de realizar objetivos comuns e fortalecer a amizade entre Brasil e Venezuela. Uma amizade que hoje é um exemplo.

Na Europa, a integração começou com o carvão e o aço, por razões que se explicavam pela própria história daquele continente, marcado por guerras horríveis. Na América do Sul não tivemos guerras como as européias. Tivemos e temos, isto sim, uma aspiração profunda de crescimento e de desenvolvimento econômico e social.

Crescimento não se faz sem energia. E não é por acaso que grandes obras da infraestrutura de integração sul-americana estão ligadas ao fornecimento de energia, como Itaipu, o Gasoduto Bolívia-Brasil e, agora,

esta obra impressionante e excepcional que é a linha de transmissão Venezuela-Brasil.

E desde o início de nossa existência como nações independentes, os que refletiram sobre os destinos desta região – e o libertador Simón Bolívar esteve entre os mais destacados –, todos os que se preocuparam seriamente com o futuro de nossos povos apontaram um só caminho: o da integração fraterna entre nações irmanadas em sua história, em sua cultura e, sobretudo, em seus ideais democráticos de liberdade e justiça.

Outro venezuelano célebre, Simón Rodríguez – aliás professor de Bolívar – assinalou aos latino-americanos o desafio de construir seus próprios modelos, usar sua própria inteligência inventar suas próprias soluções, sem copiar esquemas já utilizados em outros quadrantes. Para ele, o imperativo era: “Ou inventamos ou erramos!”.

E na América do Sul de hoje, inventar o futuro significa, antes de mais nada, integrar para o futuro. Nossa divisa pode ser: “Ou integramos ou erramos!”. E aqui não há erro: hoje, a inauguração desta obra demonstra o acerto de uma intensa aproximação que se vem concretizando nos últimos anos.

Brasil e Venezuela já erraram no passado, quando se mantiveram de costas um para o outro, como se a fronteira entre os dois países fosse feita para separar, para proteger. Hoje ela é, nitidamente, uma fronteira que mais une do que separa. É esta união que torna possível transformar interesses compartilhados em projetos comuns, projetos reais e concretos.

É o que nos permite ter a perspectiva de uma parceria que se constrói, efetivamente, para o longo prazo, não para este ou aquele governo, mas como uma política do Estado brasileiro e do Estado venezuelano. Temos confiança no futuro de nossa parceria.

Essa confiança vem, sobretudo, da certeza de que ambos os países ganham, e ganham muito, com a interconexão. Nossa vizinhança faz com que o interesse de um seja, também, o interesse do outro. Para o Brasil, é bom que a Venezuela prospere e tenha êxito em seu esforço de desenvolvimento. E para a Venezuela, é de todo interesse que o Brasil – e muito especialmente a região norte do Brasil, mas não apenas essa região – cresça e se desenvolva.

Daí a importância da liderança política, que deve saber apontar o rumo. Por isso, eu quero deixar aqui meu reconhecimento pela liderança do Presidente Hugo Chávez que é, mais do que um amigo pessoal meu, um amigo do Brasil – e sei que o Governador Neudo Campos dirá que é também um amigo de Roraima, e isso é igualmente certo.

Quando visitou o Brasil, em abril, o Presidente Chávez anunciou a intenção da Venezuela de associar-se ao Mercosul. Foi uma decisão que passou a representar um dos principais fatores de impulso da integração sul-americana, na medida em que fortalece a ligação entre o Mercosul e a Comunidade Andina. Há muitos outros projetos comuns.

O Ministro Raul Jungmann acaba de realizar uma visita a Caracas e, como resultado prático, estamos agora dando passos importantes para levarmos adiante um intercâmbio de experiências e cooperação técnica com o Governo venezuelano na área da reforma agrária. Outro exemplo é a construção da segunda ponte sobre o Rio Orinoco.

É com grande satisfação que posso confirmar que o Governo brasileiro está formalizando, através de seu agente financeiro, o Banco do Brasil, a aprovação do financiamento desse projeto, a que tivemos a honra de dar início no ano passado.

Estou convencido, Presidente Chávez, de que a construção desta obra estratégica será, antes de mais nada, uma prova do compromisso de países irmãos, que, através de ações efetivas, resolveram dar um impulso à sua integração física e econômica e ao desenvolvimento social de seus povos. Brasil e Venezuela trabalham juntos em vários outros campos, na ampliação do Metrô de Caracas, no projeto do canal *El Diluvio*, no tratamento das questões de interesse para as populações fronteiriças.

Em suma, Brasil e Venezuela têm muitas razões para se sentirem confiantes no futuro de sua integração. A linha de transmissão é, até visualmente, um símbolo de união.

É um símbolo, também, de nossas preocupações com o meio ambiente e com os direitos das comunidades que vivem na área em que foi construído o linhão. Será, para Roraima, não apenas um suprimento seguro de energia, mas – o que é muito importante – de energia limpa, que permitirá a substituição da geração termelétrica à base de derivados do petróleo.

São 676 quilômetros de fios de alta tensão. São 676 quilômetros de integração sul-americana. São 676 quilômetros de amizade brasileiro-venezuelana.

Muito obrigado.



AGÊNCIA BRASILEIRO-ARGENTINA DE CONTABILIDADE E CONTROLE (ABACC)

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR CELSO LAFER, NA CERIMÔNIA DE COMEMORAÇÃO DOS
DEZ ANOS DA AGÊNCIA BRASILEIRO-ARGENTINA DE CONTABILIDADE E
CONTROLE (ABACC). ARGENTINA, BUENOS AIRES, 14 DE AGOSTO DE 2001

Os dez anos de existência da ABACC, que hoje celebramos, simbolizam a continuidade de um desejo permanente de nossas nações irmãs de manter e aprimorar os laços de fraternidade que nos unem. Para mim, é motivo de grande honra e satisfação abrir este Seminário. Gostaria de expressar o especial agradecimento do Governo brasileiro ao secretariado da ABACC, que, sob o comando sempre eficiente e dedicado dos doutores Carlos Feu Alvim e Elias Palacios, dedicaram os melhores esforços para a realização deste evento.

Desde a sua criação, a ABACC vem acumulando considerável experiência no cumprimento da missão que lhe foi destinada. A competência e a qualidade profissional dos seus funcionários e inspetores seguem, e mesmo superam, os melhores padrões internacionais e atestam o alto grau de aperfeiçoamento técnico-operacional do organismo - meta constante da organização, que nos cabe reconhecer e louvar.

Outro traço que distingue a ABACC é seu pioneirismo. Sua criação é fruto da confiança mútua construída entre Brasil e Argentina e sua existência representa um dos mais sólidos alicerces da política de não-proliferação nuclear dos nossos países.

As oportunidades mútuas e as afinidades entre nossos países, identificadas e exploradas desde os anos 80, permitiram um trabalho conjunto que resultou em grande projeto mobilizador e integrador de nossas sociedades, cujo exemplo mais visível é o MERCOSUL, exemplo para o mundo de cooperação entre nações de uma mesma região. Tal projeto somente foi possível devido à recuperação de um valor fundamental: a confiança mútua. E nada foi mais fundamental para o estabelecimento e o fortalecimento da confiança entre Brasil e Argentina do que os entendimentos na área da cooperação nuclear.

A aproximação Brasil-Argentina inverteu o signo das relações bilaterais, que deixaram de constituir fator de incertezas para o equilíbrio estratégico da América do Sul e passaram a ser, ao contrário, uma garantia de paz e estabilidade para a região. Eliminaram-se progressivamente os fatores de suspicácia recíproca que minavam o relacionamento. Pela via da cooperação justamente na área em que as suspeitas poderiam ser mais nocivas - a nuclear - tornou-se possível evitar que o domínio do ciclo completo do combustível nuclear desse margem a percepções equivocadas de parte a parte. Da desconfiança

gerada pelo desconhecimento, passou-se para a confiança baseada na cooperação.

A vontade política de nossas sociedades em fortalecer a confiança a respeito dos propósitos pacíficos dos nossos programas nucleares veio a ser confirmada e solidificada pela criação da ABACC para aplicação do Sistema Comum de Contabilidade e Controle dos materiais nucleares. Seria apenas natural que os próximos avanços da nossa cooperação bilateral na matéria versassem sobre a dimensão inédita do trabalho conjunto nas aplicações pacíficas da tecnologia nuclear.

Em novembro de 1997, quando comemoramos em Brasília o 5º aniversário da agência bilateral, os nossos Presidentes assinaram Declaração Conjunta com o propósito de “dar prosseguimento à estreita cooperação em todas as aplicações pacíficas da energia nuclear, e de complementarem-se nos aspectos sobre os quais reciprocamente julguem convenientes acordar” (texto da declaração conjunta de 1997). O ato que assinamos há pouco criando a ABAEN representa a materialização daquela intenção expressa em 1997 e constitui a melhor maneira de comemorarmos esses dez anos de existência da ABACC e de construirmos o futuro da nossa experiência conjunta na área nuclear. A contribuição da ABACC a esse processo é valiosa. Acreditamos que sua missão permanente continuará a propiciar o estreitamento e o fortalecimento ainda maior dos nossos laços de amizade.

O Brasil está plenamente satisfeito com a atuação da ABACC. O mandato que a agência bilateral recebeu dos nossos países é sólido e permanente: a ABACC foi, é e continuará a ser instrumento essencial de transparência e aproximação bilateral, confirmação da sólida amizade que nos une.

AGÊNCIA BRASILEIRO-ARGENTINA DE APLICAÇÕES DA ENERGIA NUCLEAR (ABAEN)

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR CELSO LAFER, NA CERIMÔNIA DE CRIAÇÃO DA AGÊNCIA
BRASILEIRO-ARGENTINA DE APLICAÇÕES DA ENERGIA NUCLEAR
(ABAEN). ARGENTINA, BUENOS AIRES, 14 DE AGOSTO DE 2001

A Declaração Conjunta que acabamos de firmar avança e consolida o entendimento entre Brasil e Argentina na área nuclear, logrado a partir da firme determinação, ao longo de duas décadas, de buscar a aproximação e a cooperação como projeto histórico de longo prazo dos nossos países irmãos.

É para mim motivo de especial satisfação participar deste ato – que compartilho com o Ministro Ronaldo Sardenberg – junto com o Professor Aldo Ferrer, não apenas profundo conhecedor do tema nuclear e atualmente responsável por seu tratamento no governo argentino, mas também personalidade a quem sou unido por antigos laços de respeito e amizade. Minha identificação com o Professor Ferrer advém ainda de nossa visão comum voltada para relações bilaterais privilegiadas, sob o signo do entendimento, da cooperação e da paz.

A recém-criada Agência Brasileiro-Argentina de Aplicações da Energia Nuclear abrirá novo capítulo na relação bilateral na área nuclear, ao intensificar a cooperação nas aplicações pacíficas da ciência e das tecnologias nucleares. Confiamos em que

nossa estreita cooperação em temas como o ciclo do combustível nuclear, a produção de radioisótopos, a gestão de rejeitos radioativos e a participação no desenvolvimento de tecnologias inovadoras para reatores geradores de energia elétrica renderá frutos palpáveis e concretos em benefício de nossos povos e de nossas nações. AABAEN propiciará condições para que possamos trabalhar conjuntamente na identificação de complementaridades e sinergias nessas e em outras áreas propícias à elaboração e execução de projetos conjuntos.

A ABAEN virá a reforçar e complementar as atividades do Comitê Permanente Brasil-Argentina sobre Política Nuclear, no âmbito do qual o instrumento que ora assinamos foi elaborado. O canal de diálogo que mantemos por meio do Comitê Permanente tem grande relevância no empreendimento e coordenação de iniciativas de natureza política, técnica e empresarial no setor nuclear, cabendo-nos portanto mantê-lo e aprimorá-lo.

Ao criar a ABAEN, decidimos adotar formato moderno, fazendo pleno uso das mais modernas tecnologias da informação, que permitem superar barreiras materiais,

acelerar os processos de tomada conjunta de decisão e evitar custos desnecessários. A estrutura da ABAEN é, assim, inovadora, por evitar duplicação e erigir-se sobre as bases institucionais, de pessoal e equipamento existentes nos dois países, o que permitirá ótima interação e máximo aproveitamento dos recursos de que dispomos, fator importante para o objetivo comum de incrementar a cooperação técnica nos usos pacíficos da energia nuclear. Estou certo de que a agência bilateral que ora criamos se revelará um empreendimento de alto retorno para as duas partes.

Além de constituir-se em notável resultado do processo de confiança e transparência, a criação da ABAEN reforça nosso relacionamento na área nuclear, que vem incorporando, a cada dia, novos objetivos e projetos comuns. Gostaria de lembrar as palavras do Presidente Fernando Henrique Cardoso, proferidas em 1997, e que permanecem válidas como impulso motor de uma das diretrizes básicas da política externa brasileira nos dias atuais: “A integração que promovemos entre o Brasil e a Argentina é um legado inestimável para as gerações que nos irão suceder. É uma conquista para todos nós nos dias de hoje”.

CERIMÔNIA DE CRIAÇÃO DA AGÊNCIA BRASILEIRO-ARGENTINA DE APLICAÇÕES DA ENERGIA NUCLEAR

DISCURSO DO PROFESSOR CELSO LAFER, MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, NA CERIMÔNIA DE CRIAÇÃO DA AGÊNCIA BRASILEIRO-ARGENTINA DE APLICAÇÕES DA ENERGIA NUCLEAR - ABAEN (BUENOS AIRES, 14 DE AGOSTO DE 2001)

A Declaração Conjunta que acabamos de firmar avança e consolida o entendimento entre Brasil e Argentina na área nuclear, logrado a partir da firme determinação, ao longo de duas décadas, de buscar a aproximação e a cooperação como projeto histórico de longo prazo dos nossos países irmãos.

É para mim motivo de especial satisfação participar deste ato – que compartilho com o Ministro Ronaldo Sardenberg – junto com o Professor Aldo Ferrer, não apenas profundo conhecedor do tema nuclear e atualmente responsável por seu tratamento no governo argentino, mas também personalidade a quem sou unido por antigos laços de respeito e amizade. Minha identificação com o Professor Ferrer advém ainda de nossa visão comum voltada para relações bilaterais privilegiadas, sob o signo do entendimento, da cooperação e da paz.

A recém-criada Agência Brasileiro-Argentina de Aplicações da Energia Nuclear abrirá novo capítulo na relação bilateral na área nuclear, ao intensificar a cooperação nas aplicações pacíficas da ciência e das tecnologias nucleares. Confiamos em que

nossa estreita cooperação em temas como o ciclo do combustível nuclear, a produção de radioisótopos, a gestão de rejeitos radioativos e a participação no desenvolvimento de tecnologias inovadoras para reatores geradores de energia elétrica renderá frutos palpáveis e concretos em benefício de nossos povos e de nossas nações. AABAEN propiciará condições para que possamos trabalhar conjuntamente na identificação de complementaridades e sinergias nessas e em outras áreas propícias à elaboração e execução de projetos conjuntos.

A ABAEN virá a reforçar e complementar as atividades do Comitê Permanente Brasil-Argentina sobre Política Nuclear, no âmbito do qual o instrumento que ora assinamos foi elaborado. O canal de diálogo que mantemos por meio do Comitê Permanente tem grande relevância no empreendimento e coordenação de iniciativas de natureza política, técnica e empresarial no setor nuclear, cabendo-nos portanto mantê-lo e aprimorá-lo.

Ao criar a ABAEN, decidimos adotar formato moderno, fazendo pleno uso das mais modernas tecnologias da informação, que permitem superar barreiras materiais,

acelerar os processos de tomada conjunta de decisão e evitar custos desnecessários. A estrutura da ABAEN é, assim, inovadora, por evitar duplicação e erigir-se sobre as bases institucionais, de pessoal e equipamento existentes nos dois países, o que permitirá ótima interação e máximo aproveitamento dos recursos de que dispomos, fator importante para o objetivo comum de incrementar a cooperação técnica nos usos pacíficos da energia nuclear. Estou certo de que a agência bilateral que ora criamos se revelará um empreendimento de alto retorno para as duas partes.

Além de constituir-se em notável resultado do processo de confiança e transparência, a criação da ABAEN reforça nosso relacionamento na área nuclear, que vem incorporando, a cada dia, novos objetivos e projetos comuns. Gostaria de lembrar as palavras do Presidente Fernando Henrique Cardoso, proferidas em 1997, e que permanecem válidas como impulso motor de uma das diretrizes básicas da política externa brasileira nos dias atuais: “A integração que promovemos entre o Brasil e a Argentina é um legado inestimável para as gerações que nos irão suceder. E uma conquista para todos nós nos dias de hoje.

CERIMÔNIA DE COMEMORAÇÃO DOS DEZ ANOS DA AGÊNCIA BRASILEIRO-ARGENTINA DE CONTABILIDADE E CONTROLE

DISCURSO DO PROFESSOR CELSO LAFER, MINISTRO DE ESTADO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES, NA CERIMÔNIA DE COMEMORAÇÃO DOS DEZ
ANOS DA AGÊNCIA BRASILEIRO-ARGENTINA DE CONTABILIDADE E
CONTROLE - ABACC (BUENOS AIRES, ARGENTINA, 14 DE AGOSTO DE 2001)

Os dez anos de existência da ABACC, que hoje celebramos, simbolizam a continuidade de um desejo permanente de nossas nações irmãs de manter e aprimorar os laços de fraternidade que nos unem. Para mim, é motivo de grande honra e satisfação abrir este Seminário. Gostaria de expressar o especial agradecimento do Governo brasileiro ao secretariado da ABACC, que, sob o comando sempre eficiente e dedicado dos doutores Carlos Feu Alvim e Elias Palacios, dedicaram os melhores esforços para a realização deste evento.

Desde a sua criação, a ABACC vem acumulando considerável experiência no cumprimento da missão que lhe foi destinada. A competência e a qualidade profissional dos seus funcionários e inspetores seguem, e mesmo superam, os melhores padrões internacionais e atestam o alto grau de aperfeiçoamento técnico-operacional do organismo - meta constante da organização, que nos cabe reconhecer e louvar.

Outro traço que distingue a ABACC é seu pioneirismo. Sua criação é fruto da confiança mútua construída entre Brasil e Argentina e sua existência representa um dos mais sólidos

alicerces da política de não-proliferação nuclear dos nossos países.

As oportunidades mútuas e as afinidades entre nossos países, identificadas e exploradas desde os anos 80, permitiram um trabalho conjunto que resultou em grande projeto mobilizador e integrador de nossas sociedades, cujo exemplo mais visível é o MERCOSUL, exemplo para o mundo de cooperação entre nações de uma mesma região. Tal projeto somente foi possível devido à recuperação de um valor fundamental: a confiança mútua. E nada foi mais fundamental para o estabelecimento e o fortalecimento da confiança entre Brasil e Argentina do que os entendimentos na área da cooperação nuclear.

A aproximação Brasil-Argentina inverteu o signo das relações bilaterais, que deixaram de constituir fator de incertezas para o equilíbrio estratégico da América do Sul e passaram a ser, ao contrário, uma garantia de paz e estabilidade para a região. Eliminaram-se progressivamente os fatores de suspicácia recíproca que minavam o relacionamento. Pela via da cooperação justamente na área em que as suspeitas poderiam ser mais nocivas - a nuclear - tornou-se possível

evitar que o domínio do ciclo completo do combustível nuclear desse margem a percepções equivocadas de parte a parte. Da desconfiança gerada pelo desconhecimento, passou-se para a confiança baseada na cooperação.

A vontade política de nossas sociedades em fortalecer a confiança a respeito dos propósitos pacíficos dos nossos programas nucleares veio a ser confirmada e solidificada pela criação da ABACC para aplicação do Sistema Comum de Contabilidade e Controle dos materiais nucleares. Seria apenas natural que os próximos avanços da nossa cooperação bilateral na matéria versassem sobre a dimensão inédita do trabalho conjunto nas aplicações pacíficas da tecnologia nuclear.

Em novembro de 1997, quando comemoramos em Brasília o 5º aniversário da agência bilateral, os nossos Presidentes assinaram Declaração Conjunta com o propósito de “dar prosseguimento à estreita cooperação em todas as aplicações pacíficas da energia nuclear, e de complementarem-se nos aspectos sobre os quais reciprocamente julguem convenientes acordar” (texto da declaração conjunta de 1997). O ato que assinamos há pouco criando a ABAEN representa a materialização daquela intenção expressa em 1997 e constitui a melhor maneira de comemorarmos esses dez anos de existência da ABACC e de construirmos o futuro da nossa experiência conjunta na área nuclear. A contribuição da ABACC a esse processo é valiosa. Acreditamos que sua missão permanente continuará a propiciar o estreitamento e o fortalecimento ainda maior dos nossos laços de amizade.

O Brasil está plenamente satisfeito com a atuação da ABACC. O mandato que a agência bilateral recebeu dos nossos países é sólido e permanente: a ABACC foi, é e continuará a ser instrumento essencial de transparência e aproximação bilateral, confirmação da sólida amizade que nos une.

ACORDO DE SALVAGUARDAS BRASIL-ESTADOS UNIDOS

PALAVRAS DO MINISTRO CELSO LAFER EM AUDIÊNCIA PÚBLICA NA
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS,
SOBRE O ACORDO DE SALVAGUARDAS BRASIL-ESTADOS UNIDOS.
BRASÍLIA, CÂMARA DOS DEPUTADOS, EM 23 DE AGOSTO DE 2001

Senhoras e Senhores Congressistas,

É para mim imenso prazer estar de volta a esta Casa, a fim de discutir temas de interesse de nosso país. Sempre fui, e também o são os Ministros que aqui compartilham esta oportunidade, defensor intransigente do diálogo do Poder Executivo com o Legislativo como fulcro da gestão democrática e transparente da coisa pública. Conversar com o Legislativo é conversar com a sociedade. Portanto, agradeço o convite recebido para trazer a contribuição do Itamaraty à discussão em torno do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas assinado com os EUA em abril de 2000.

Desde sua assinatura, o Acordo tem suscitado vivo debate em vários setores da sociedade. Parcelas da comunidade científica, da comunidade acadêmica, partidos políticos, entidades de classe, administrações municipais, etc, têm-se engajado em discutir seus termos e sua conveniência. Tal discussão é muito bem-vinda, pois, permite o tratamento de assuntos de interesse nacional de forma não-excludente. Nesse contexto, os aspectos de Política Externa revestem-se de especial importância, porque expressam, no plano internacional, as aspirações e anseios de todo

um povo. Naturalmente, abordarei o tema sob o prisma da Pasta que conduzo.

Estamos vivenciando o capítulo de nossa história que registra a consolidação de nossa democracia, refletida em um Poder Legislativo dinâmico, inquiridor, sensível às demandas do povo brasileiro e ciente dos desafios que se impõem ao Brasil na busca pela posição que lhe cabe no cenário internacional. Creio que essas características do Legislativo são especialmente positivas neste momento particular, em que o Governo Federal se defronta com o duplo desafio de, por um lado, inserir o Brasil em patamar adequado no mundo tecnologicamente desenvolvido e, por outro, de dar prosseguimento a sua prioridade de modificar as estruturas sociais injustas que ainda afligem nosso povo.

É nesse contexto dual que situo a questão do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). Naquele mesmo local, convivem duas facetas brasileiras: as torres de lançamento que se projetam para o futuro, e as populações nativas que, a despeito de seu rico patrimônio cultural e histórico, convivem com a pobreza e as condições de vida desfavoráveis. Cabe a nós, então, identificar e promover a sinergia ótima que fará com que aquela faceta, que

reflete o passado injusto, seja transformada pelo impulso positivo oferecido pela outra.

A assinatura do Acordo de Salvaguardas com os EUA insere-se no contexto mais amplo representado pelo esforço de fazer da ciência e das atividades intensivas em conhecimento e tecnologia ferramentas úteis para a promoção do bem estar de nosso povo. Particularmente para as regiões de Alcântara e São Luiz, chamo a atenção de Vossas Excelências para os benefícios diretos a serem auferidos em razão da dinamização das atividades de hotelaria, comunicações, transportes, infra-estrutura e construção civil, decorrentes das operações no CLA.

Creio que seria muito útil ao entendimento dos aspectos de Política Externa, breve exame panorâmico dos antecedentes do tema, não tanto no que se refere ao Programa Espacial Brasileiro, o que, certamente, o Ministro da Ciência e Tecnologia e o representante do Ministro da Defesa poderão abordar mais detalhadamente. Gostaria de chamar atenção para os aspectos políticos mais abrangentes das tendências atuais das atividades espaciais. Ressaltarei, igualmente, as condicionantes estratégicas que permitiram a inserção do Brasil na área das tecnologias sensíveis, também conhecidas como de seu uso dual, ou seja, para fins pacíficos ou militares.

É desnecessário estender-me, aqui, em ilações a respeito da relação biunívoca entre fomento às atividades espaciais e desenvolvimento nacional. É bem claro o nexo entre o estímulo à atividade espacial – em seus aspectos científicos e tecnológicos, cooperativos ou comerciais - e seus efeitos benéficos sobre as respectivas economias nacionais. Isto ocorre tanto na União Européia, nos EUA, no Canadá ou no Japão, quanto nos países que lutam pela sua inserção privilegiada no mundo contemporâneo – como a China e a

Índia – ou naqueles que, por razões conjunturais, enfrentam sérios constrangimentos de ordem econômica – como a Rússia.

Dessa forma, entendo que devemos abordar a questão da exploração comercial do CLA sob essa perspectiva, levando em conta os benefícios que podem ser auferidos, alguns dos quais já referidos anteriormente. É importante, contudo, que lembremos que a exploração do cosmo é atividade extremamente dinâmica, cambiante, que apresenta hoje regras e imperativos diferentes daqueles que apresentava até duas décadas atrás. Nos primeiros momentos da exploração espacial, os governos lançavam-se ao espaço de maneira autônoma, em contexto em que a corrida espacial reproduzia a dinâmica da confrontação bipolar. As transformações no panorama político internacional, notadamente após o fim da Guerra Fria, ensejaram a emergência de duas novas tendências para a exploração do cosmo.

A primeira dessas tendências diz respeito à necessidade de reorientação das atividades espaciais. A variável “custo” tornou-se elemento primordial no cálculo de viabilidade da exploração do espaço, e os países passaram a buscar projetos mais racionais economicamente, que fossem, ainda assim, capazes de trazer benefícios imediatos e duradouros a seus povos. Dessa forma, a cooperação internacional surgiu como novo paradigma para as atividades espaciais, estimulando empreendimentos conjuntos que permitissem compartilhamento dos custos e dos benefícios.

Foi nesse contexto, e atendendo a esses imperativos, que o Brasil assinou, na década de 90, acordos de cooperação espacial com os EUA, a China, a Rússia, a França e a Argentina. Assinou, igualmente, o Acordo de Cooperação com a Ucrânia, que se encontra

sob o exame desta Casa, e deverá assinar proximamente acordo semelhante com a Agência Espacial Européia. Quero chamar a atenção de Vossas Excelências para o caráter cooperativo desses Acordos, que propugnam o desenvolvimento de projetos conjuntos em áreas de alta tecnologia.

A outra tendência observada após o fim da Guerra Fria diz respeito ao considerável incremento das atividades espaciais privadas. Cedo se percebeu que Governos não lograriam responder à extraordinária demanda por serviços de telecomunicações, transferência digital de dados, meteorologia e sensoriamento remoto, observada a partir da década de 90. Dessa forma, as empresas passaram a financiar não só pesquisas, mas também a construção, lançamento e operação de satélites.

O surgimento desse mercado ensejou, com decorrência prática, a busca por sítios nos quais esses lançamentos pudessem ocorrer em bases economicamente vantajosas. É desnecessário lembrar aqui que, neste aspecto, o Centro de Lançamento de Alcântara apresenta credenciais ímpares, com condições topográficas, geográficas, geomorfológicas e climáticas que o colocam em posição vantajosa em relação aos outros centros de lançamento espalhados pelo mundo.

A questão do Acordo de Salvaguardas tem também um importante componente político bilateral. As relações entre o Brasil e os Estados Unidos são bastante densas e cobrem amplo espectro de assuntos. As transformações ocorridas no Brasil ao longo dos últimos anos, dentre as quais destaco nossa adesão aos regimes e tratados internacionais sobre não-proliferação, criaram as condições para a reversão de um quadro de persistentes dificuldades no diálogo bilateral. Assim, temos buscado uma parceria mais equilibrada, baseada no respeito e na confiança mútua. Para

isso, tem contribuído a crescente percepção norte-americana da importância do Brasil, especialmente do ponto de vista econômico.

A assinatura do Acordo de Salvaguardas em tela insere-se, portanto, num contexto de adensamento das relações com os EUA, bem como na expansão do mercado de lançamentos de satélites em bases comerciais. As operações no CLA só terão retorno econômico caso contem com a participação de satélites norte-americanos, que conformam quase 80% do mercado global. E esses satélites só poderão ser enviados ao Brasil sob garantias claras, garantidas por Acordo intergovernamental, de que as tecnologias neles embarcadas não seriam transferidas sem autorização.

Fiz questão de diferenciar estas duas novas tendências das atividades espaciais – a cooperativa e a comercial – porque a diferença de finalidades de uma ou de outra se reflete na linguagem dos atos internacionais assinados pelos países, tenham eles um ou outro escopo. Dessa forma, o Acordo de Salvaguardas assinado com os EUA não deve ser lido como um acordo de cooperação espacial, que usualmente apresenta linguagem mais genérica. Para essa finalidade específica já está em vigor o outro instrumento, ao qual já me referi, assinado com os EUA em 1996.

Todo acordo bilateral de salvaguardas tem finalidade específica, que consiste na proteção às tecnologias sensíveis de determinado País ou nacional seu. Existem Acordos semelhantes assinados entre os EUA e outros países que, percebendo a crescente vitalidade desse mercado, passaram a permitir lançamentos de satélites em bases comerciais a partir de seus territórios, tais como a China, a Rússia, a Ucrânia e o Cazaquistão. Como não poderia ser diferente, o Acordo de Salvaguardas do Brasil com os EUA contém cláusulas que, por força de sua finalidade, traduzem marcadamente as

exigências do lado detentor das tecnologias a serem protegidas. No caso, as tecnologias a serem protegidas pertencem aos EUA, e, portanto, os dispositivos que definem as obrigações do lado brasileiro naturalmente são mais extensos. Não há, destarte, qualquer assimetria que atente contra o princípio da igualdade dos Estados.

Adiciono que, para o efetivo controle das tecnologias a serem protegidas, o Acordo dispõe sobre o acesso aos locais onde ficarão armazenados os bens e equipamentos que contêm tecnologia sensível. O controle do acesso a esses locais, segundo a melhor doutrina do Direito Internacional, não fere a soberania do Brasil. As regras do acordo apenas disciplinam o controle dos espaços onde ficarão os artefatos em decorrência do uso atribuído a esses espaços para os lançamentos que se originarão de Alcântara. O Acordo, em momento algum, veda a entrada dos técnicos brasileiros nas instalações do CLA que sejam utilizadas por licenciados americanos. Apenas submete esse acesso a uma sistemática de verificação de identidade.

Como sabemos, o Estado brasileiro fundamenta-se constitucionalmente na soberania, poder político supremo e independente. Supremo porque não encontra limite em qualquer outro poder na ordem interna. Independente porque só acata regras que forem voluntariamente aceitas e acha-se, na ordem internacional, em pé de igualdade com os poderes supremos dos outros Estados. A soberania é a autoridade máxima que permite ao Estado governar-se livremente, sempre sob o império do Direito, e o provê de força coercitiva, além de firmar sua independência de qualquer outro Estado. O AST entre o Brasil e os Estados Unidos da América não restringe a soberania do nosso País. Tanto a faculdade

de auto-governo, quanto a igualdade jurídica mantém-se integralmente. Também a soberania territorial do Estado brasileiro, isto é, a faculdade que temos de dispor do território pátrio, está bem preservada nos termos do AST. O uso pelos Estados Unidos da América de áreas restritas no Centro de Alcântara, consentido pelo Brasil, será para a finalidade expressa e exclusiva de processar, montar, conectar e lançar ao espaço veículos e artefatos. Qualquer desvio pelos Estados Unidos desses propósitos explícitos poderá ser objeto de protesto pelo Brasil e dar margem à responsabilidade internacional daquele País. O AST prevê, por outro lado, consultas sistemáticas entre as Partes para dirimir quaisquer dúvidas na sua interpretação. Contempla, ainda, a possibilidade de denúncia, hipótese em que o acordo deixaria de produzir efeitos no prazo de um ano.

De outra parte, há que considerar, na relação marcadamente comercial que se tenciona disciplinar com o Acordo, que as leis, regulamentos e políticas oficiais dos EUA incidem sobre as licenças de exportação que são concedidas a licenciados (i.e., empresas) norte-americanos. Tais leis e regulamentos incidem precipuamente sobre os interesses comerciais desses licenciados, não tendo impacto direto sobre o conteúdo do Acordo no que respeita às atividades de lançamento a partir de Alcântara, as quais permanecem por ele regidas. A presença desse tipo de cláusula no Acordo responde à dinâmica natural do comércio exterior de qualquer país, a qual não há como deixar de considerar quando há vontade comum de consumir um negócio de natureza comercial.

É importante frisar que a necessidade de assinatura do AST também responde às preocupações mundiais no que se refere à proliferação de armas de destruição em massa e

de transferência não autorizada de tecnologias sensíveis, que levaram, em 1987, à criação do Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis (MTCR).

A gênese do MTCR respondeu ao imperativo de combater a proliferação de armas de destruição em massa, por meio da aplicação de controles de exportação sobre bens e tecnologias de mísseis e serviços diretamente vinculados. O Brasil ingressou no MTCR em outubro de 1995, concluindo exitosamente processo de intensas consultas com as lideranças do Regime, em especial com os EUA. As consultas com os EUA fizeram-se necessárias em vista de sua notória política de condicionar o ingresso dos países ao MTCR ao abandono de seus programas missilísticos ou espaciais.

O Brasil, que já tinha, à época, um programa espacial consistente e exclusivamente voltado para fins pacíficos, explicitou aos negociadores do Regime a intenção de levar adiante o programa espacial nacional, dentro ou fora do MTCR, com ou sem transferências internacionais de tecnologia. Assim, o ingresso do Brasil no MTCR teve duplo significado: por um lado constituiu mais uma demonstração inequívoca de nosso compromisso com o combate à proliferação de armas de destruição em massa e de seus vetores de lançamento, e por outro, representou o triunfo da tese brasileira, expressado nos termos e condições favoráveis estabelecidos para nossa entrada no Regime, pois assegura a manutenção do programa de nosso Veículo Lançador de Satélites e a instalação do CLA.

Portanto, do ponto de vista da Política Externa, a assinatura do AST constitui, sob essa perspectiva, reafirmação desse triunfo. Com efeito, contribuirá significativamente à operacionalização do CLA, cuja implantação

efetiva do CLA sempre foi um dos objetivos prioritários do Programa Espacial Brasileiro, em conjunto com o desenvolvimento de foguetes e satélites nacionais. Desse modo, as críticas que apontam o AST como um instrumento pelo qual o Brasil se rende a interesse norte-americanos refletem, no meu entendimento, leitura incompleta dos antecedentes políticos que, iniciados com a entrada bem sucedida do Brasil no MTCR, culminam agora com o ajuste para que foguetes e satélites norte-americanos sejam lançados, em bases comerciais, a partir de território brasileiro. Cabe ressaltar que, pela primeira vez, os EUA autorizam não só satélites seus, mas também foguetes, a serem lançados fora de seu território.

Semelhantemente, a crítica à cláusula que impede o ingresso significativo no Centro de Alcântara de tecnologias provenientes de países que não sejam parceiros do MTCR, olvidam que essa mesma cláusula está de acordo com os compromissos que assumimos quando de nossa adesão àquele Regime.

Quero ressaltar, também, que tais lançamentos serão feitos sobre bases comerciais. Portanto, não há qualquer comprometimento político com a cessão do CLA a usufruto monopolista por parte dos EUA. O CLA poderá realizar operações com participação de outros países – ou empresas suas - que dali desejem lançar seus satélites. Com isso, quero dizer que não está havendo alienação de soberania brasileira a qualquer outro país na operação do CLA. O Brasil permanece soberanamente livre para identificar novos parceiros para operar no CLA, e para cessar, no momento que lhe pareça conveniente, a parceria com qualquer desses países, inclusive os EUA.

A esse respeito, lembro a Vossas Excelências que o Brasil já identificou interesse de outros

países em operar no CLA. Estão em curso entendimentos com a Ucrânia, com a Rússia e com a Itália, os quais deverão resultar na assinatura de ASTs com provisões semelhantes às do Acordo firmado com os EUA.

Uma das objeções apresentadas ao Acordo de Salvaguardas diz respeito ao impedimento de utilizar os recursos advindos de lançamentos com participação norte-americana no desenvolvimento de nosso VLS. Essa cláusula tem um significado eminentemente político.

Senhores Parlamentares,

O Brasil já aplicou em torno de trezentos milhões de dólares no CLA. Infelizmente, a demanda nacional por serviços de lançamento ainda é insuficiente para custearmos, com recursos próprios, um Centro tão avançado. Por outro lado, as perspectivas de lançamentos com participação de outros países, como a Ucrânia, a Rússia e a Itália, são promissoras. Aqueles países estão, contudo, observando atentamente o desenrolar desse quadro. A aprovação do Acordo com os EUA é condição essencial para que o Centro seja viável do ponto de vista comercial, uma vez que os EUA detêm a maior parte do mercado mundial de lançamentos. Recentemente, perdemos para a Austrália a oportunidade de realizar operações com foguetes russos, promovidos por um consórcio internacional (Austrália, EUA e Coréia do Sul), o qual havia demonstrado interesse no CLA mas recebeu, do Governo australiano, garantias para o uso da Base de Lançamentos de Christmas Island, no Oceano Índico.

Entendo que muitas das objeções que foram apresentadas ao AST se devem ao fato de o mesmo constituir um instrumento inédito: só agora o Brasil busca sua inserção no mercado internacional de lançamentos. Resultam, portanto, de dúvidas e inquietações normais em uma circunstância em que o novo se apresenta. Quero, em conclusão, ressaltar que o principal objetivo do Governo brasileiro é o de assegurar as melhores condições possíveis, inclusive de custo, para a manutenção do Programa Espacial Brasileiro. Sua importância em matéria de desenvolvimento e acesso a tecnologias de ponta e capacitação tecnológica constitui expressão concreta da soberania nacional. O CLA, por sua vez, é um elemento fundamental para o desenvolvimento sustentável da região.

A negociação do AST não foi um processo simples. Tomou quase um ano, e envolveu contatos no mais alto nível tanto nos EUA quanto no Brasil. Absorveu a dedicação de técnicos e cientistas da Agência Espacial Brasileira (AEB), militares do Ministério da Defesa, funcionários do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e diplomatas do MRE, cujos currículos os qualificavam para a tarefa, e que jamais transigiram na defesa do interesse nacional. Esse foi o fio condutor de todo o processo de negociação, que resultou em texto cuja implementação, cremos, aportará consideráveis resultados positivos a nosso país, especialmente no que se refere a sua atuação no cenário espacial.

Muito obrigado.

AUDIÊNCIA PÚBLICA NA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

PALAVRAS DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, EM AUDIÊNCIA PÚBLICA NA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS SOBRE O ACORDO DE SALVAGUARDAS BRASIL-ESTADOS UNIDOS - (CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA). BRASÍLIA, 23 DE AGOSTO DE 2001

Senhoras e Senhores Congressistas,

É para mim imenso prazer estar de volta a esta Casa, a fim de discutir temas de interesse de nosso país. Sempre fui, e também o são os Ministros que aqui compartilham esta oportunidade, defensor intransigente do diálogo do Poder Executivo com o Legislativo como fulcro da gestão democrática e transparente da coisa pública. Conversar com o Legislativo é conversar com a sociedade.

Portanto, agradeço o convite recebido para trazer a contribuição do Itamaraty à discussão em torno do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas assinado com os EUA em abril de 2000.

Desde sua assinatura, o Acordo tem suscitado vivo debate em vários setores da sociedade. Parcelas da comunidade científica, da comunidade acadêmica, partidos políticos, entidades de classe, administrações municipais, etc, têm-se engajado em discutir seus termos e sua conveniência.

Tal discussão é muito bem-vinda, pois, permite o tratamento de assuntos de interesse nacional de forma não-excludente. Nesse

contexto, os aspectos de Política Externa revestem-se de especial importância, porque expressam, no plano internacional, as aspirações e anseios de todo um povo. Naturalmente, abordarei o tema sob o prisma da Pasta que conduzo.

Estamos vivenciando o capítulo de nossa história que registra a consolidação de nossa democracia, refletida em um Poder Legislativo dinâmico, inquiridor, sensível às demandas do povo brasileiro e ciente dos desafios que se impõem ao Brasil na busca pela posição que lhe cabe no cenário internacional. Creio que essas características do Legislativo são especialmente positivas neste momento particular, em que o Governo Federal se defronta com o duplo desafio de, por um lado, inserir o Brasil em patamar adequado no mundo tecnologicamente desenvolvido e, por outro, de dar prosseguimento a sua prioridade de modificar as estruturas sociais injustas que ainda afligem nosso povo.

É nesse contexto dual que situo a questão do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). Naquele mesmo local, convivem duas

facetas brasileiras: as torres de lançamento que se projetam para o futuro, e as populações nativas que, a despeito de seu rico patrimônio cultural e histórico, convivem com a pobreza e as condições de vida desfavoráveis. Cabe a nós, então, identificar e promover a sinergia ótima que fará com que aquela faceta, que reflete o passado injusto, seja transformada pelo impulso positivo oferecido pela outra.

A assinatura do Acordo de Salvaguardas com os EUA insere-se no contexto mais amplo representado pelo esforço de fazer da ciência e das atividades intensivas em conhecimento e tecnologia ferramentas úteis para a promoção do bem estar de nosso povo.

Particularmente para as regiões de Alcântara e São Luiz, chamo a atenção de Vossas Excelências para os benefícios diretos a serem auferidos em razão da dinamização das atividades de hotelaria, comunicações, transportes, infra-estrutura e construção civil, decorrentes das operações no CLA.

Creio que seria muito útil ao entendimento dos aspectos de Política Externa, breve exame panorâmico dos antecedentes do tema, não tanto no que se refere ao Programa Espacial Brasileiro, o que, certamente, o Ministro da Ciência e Tecnologia e o representante do Ministro da Defesa poderão abordar mais detalhadamente. Gostaria de chamar atenção para os aspectos políticos mais abrangentes das tendências atuais das atividades espaciais. Ressaltarei, igualmente, as condicionantes estratégicas que permitiram a inserção do Brasil na área das tecnologias sensíveis, também conhecidas como de seu uso dual, ou seja, para fins pacíficos ou militares.

É desnecessário estender-me, aqui, em ilações a respeito da relação biunívoca entre fomento às atividades espaciais e desenvolvimento nacional. É bem claro

o nexa entre o estímulo à atividade espacial – em seus aspectos científicos e tecnológicos, cooperativos ou comerciais - e seus efeitos benéficos sobre as respectivas economias nacionais. Isto ocorre tanto na União Européia, nos EUA, no Canadá ou no Japão, quanto nos países que lutam pela sua inserção privilegiada no mundo contemporâneo – como a China e a Índia – ou naqueles que, por razões conjunturais, enfrentam sérios constrangimentos de ordem econômica – como a Rússia.

Dessa forma, entendo que devemos abordar a questão da exploração comercial do CLA sob essa perspectiva, levando em conta os benefícios que podem ser auferidos, alguns dos quais já referidos anteriormente. É importante, contudo, que lembremos que a exploração do cosmo é atividade extremamente dinâmica, cambiante, que apresenta hoje regras e imperativos diferentes daqueles que apresentava até duas décadas atrás.

Nos primeiros momentos da exploração espacial, os governos lançavam-se ao espaço de maneira autônoma, em contexto em que a corrida espacial reproduzia a dinâmica da confrontação bipolar. As transformações no panorama político internacional, notadamente após o fim da Guerra Fria, ensejaram a emergência de duas novas tendências para a exploração do cosmo.

A primeira dessas tendências diz respeito à necessidade de reorientação das atividades espaciais. A variável “custo” tornou-se elemento primordial no cálculo de viabilidade da exploração do espaço, e os países passaram a buscar projetos mais racionais economicamente, que fossem, ainda assim, capazes de trazer benefícios imediatos e duradouros a seus povos. Dessa forma, a cooperação internacional surgiu como novo

paradigma para as atividades espaciais, estimulando empreendimentos conjuntos que permitissem compartilhamento dos custos e dos benefícios.

Foi nesse contexto, e atendendo a esses imperativos, que o Brasil assinou, na década de 90, acordos de cooperação espacial com os EUA, a China, a Rússia, a França e a Argentina. Assinou, igualmente, o Acordo de Cooperação com a Ucrânia, que se encontra sob o exame desta Casa, e deverá assinar proximamente acordo semelhante com a Agência Espacial Européia. Quero chamar a atenção de Vossas Excelências para o caráter cooperativo desses Acordos, que propugnam o desenvolvimento de projetos conjuntos em áreas de alta tecnologia.

A outra tendência observada após o fim da Guerra Fria diz respeito ao considerável incremento das atividades espaciais privadas. Cedo percebeu-se que Governos não lograriam responder à extraordinária demanda por serviços de telecomunicações, transferência digital de dados, meteorologia e sensoriamento remoto observada a partir da década de 90. Dessa forma, as empresas passaram a financiar não só pesquisas, mas também a construção, lançamento e operação de satélites.

O surgimento desse mercado ensejou, com decorrência prática, a busca por sítios nos quais esses lançamentos pudessem ocorrer em bases economicamente vantajosas. É desnecessário lembrar aqui que, neste aspecto, o Centro de Lançamento de Alcântara apresenta credenciais ímpares, com condições topográficas, geográficas, geomorfológicas e climáticas que o colocam em posição vantajosa em relação aos outros centros de lançamento espalhados pelo mundo.

A questão do Acordo de Salvaguardas tem também um importante componente político

bilateral. As relações entre o Brasil e os Estados Unidos são bastante densas e cobrem amplo espectro de assuntos. As transformações ocorridas no Brasil ao longo dos últimos anos, dentre as quais destaco nossa adesão aos regimes e tratados internacionais sobre não-proliferação, criaram as condições para a reversão de um quadro de persistentes dificuldades no diálogo bilateral. Assim, temos buscado uma parceria mais equilibrada, baseada no respeito e na confiança mútua. Para isso, tem contribuído a crescente percepção norte-americana da importância do Brasil, especialmente do ponto de vista econômico.

A assinatura do Acordo de Salvaguardas em tela insere-se, portanto, num contexto de adensamento das relações com os EUA, bem como na expansão do mercado de lançamentos de satélites em bases comerciais. As operações no CLA só terão retorno econômico caso contem com a participação de satélites norte-americanos, que conformam quase 80% do mercado global. E esses satélites só poderão ser enviados ao Brasil sob garantias claras, garantidas por Acordo intergovernamental, de que as tecnologias neles embarcadas não seriam transferidas sem autorização.

Fiz questão de diferenciar estas duas novas tendências das atividades espaciais – a cooperativa e a comercial – porque a diferença de finalidades de uma ou de outra se reflete na linguagem dos atos internacionais assinados pelos países, tenham eles um ou outro escopo. Dessa forma, o Acordo de Salvaguardas assinado com os EUA não deve ser lido como um acordo de cooperação espacial, que usualmente apresenta linguagem mais genérica. Para essa finalidade específica já está em vigor o outro instrumento, ao qual já me referi, assinado com os EUA em 1996.

Todo acordo bilateral de salvaguardas tem finalidade específica, que consiste na proteção às tecnologias sensíveis de determinado País ou nacional seu. Existem Acordos semelhantes assinados entre os EUA e outros países que, percebendo a crescente vitalidade desse mercado, passaram a permitir lançamentos de satélites em bases comerciais a partir de seus territórios, tais como a China, a Rússia, a Ucrânia e o Cazaquistão.

Como não poderia ser diferente, o Acordo de Salvaguardas do Brasil com os EUA contém cláusulas que, por força de sua finalidade, traduzem marcadamente as exigências do lado detentor das tecnologias a serem protegidas. No caso, as tecnologias a serem protegidas pertencem aos EUA, e, portanto, os dispositivos que definem as obrigações do lado brasileiro naturalmente são mais extensos. Não há, destarte, qualquer assimetria que atente contra o princípio da igualdade dos Estados.

Adiciono que, para o efetivo controle das tecnologias a serem protegidas, o Acordo dispõe sobre o acesso aos locais onde ficarão armazenados os bens e equipamentos que contêm tecnologia sensível. O controle do acesso a esses locais, segundo a melhor doutrina do Direito Internacional, não fere a soberania do Brasil. As regras do acordo apenas disciplinam o controle dos espaços onde ficarão os artefatos em decorrência do uso atribuído a esses espaços para os lançamentos que se originarão de Alcântara. O Acordo, em momento algum, veda a entrada dos técnicos brasileiros nas instalações do CLA que sejam utilizadas por licenciados americanos. Apenas submete esse acesso a uma sistemática de verificação de identidade.

Como sabemos, o Estado brasileiro fundamenta-se constitucionalmente na soberania, poder político supremo e

independente. Supremo porque não encontra limite em qualquer outro poder na ordem interna. Independente porque só acata regras que forem voluntariamente aceitas e acha-se, na ordem internacional, em pé de igualdade com os poderes supremos dos outros Estados. A soberania é a autoridade máxima que permite ao Estado governar-se livremente, sempre sob o império do Direito, e o provê de força coercitiva, além de firmar sua independência de qualquer outro Estado. O AST entre o Brasil e os Estados Unidos da América não restringe a soberania do nosso País. Tanto a faculdade de auto-governo, quanto a igualdade jurídica mantêm-se integralmente. Também a soberania territorial do Estado brasileiro, isto é, a faculdade que temos de dispor do território pátrio, está bem preservada nos termos do AST. O uso pelos Estados Unidos da América de áreas restritas no Centro de Alcântara, consentido pelo Brasil, será para a finalidade expressa e exclusiva de processar, montar, conectar e lançar ao espaço veículos e artefatos. Qualquer desvio pelos Estados Unidos desses propósitos explícitos poderá ser objeto de protesto pelo Brasil e dar margem à responsabilidade internacional daquele País. O AST prevê, por outro lado, consultas sistemáticas entre as Partes para dirimir quaisquer dúvidas na sua interpretação. Contempla, ainda, a possibilidade de denúncia, hipótese em que o acordo deixaria de produzir efeitos no prazo de um ano.

De outra parte, há que considerar, na relação marcadamente comercial que se tenciona disciplinar com o Acordo, que as leis, regulamentos e políticas oficiais dos EUA incidem sobre as licenças de exportação que são concedidas a licenciados (i.e., empresas) norte-americanos. Tais leis e regulamentos incidem precipuamente sobre os interesses comerciais desses licenciados, não tendo

impacto direto sobre o conteúdo do Acordo no que respeita às atividades de lançamento a partir de Alcântara, as quais permanecem por ele regidas. A presença desse tipo de cláusula no Acordo responde à dinâmica natural do comércio exterior de qualquer país, a qual não há como deixar de considerar quando há vontade comum de consumir um negócio de natureza comercial.

É importante frisar que a necessidade de assinatura do AST também responde às preocupações mundiais no que se refere à proliferação de armas de destruição em massa e de transferência não autorizada de tecnologias sensíveis, que levaram, em 1987, à criação do Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis (MTCR).

A gênese do MTCR respondeu ao imperativo de combater a proliferação de armas de destruição em massa, por meio da aplicação de controles de exportação sobre bens e tecnologias de mísseis e serviços diretamente vinculados. O Brasil ingressou no MTCR em outubro de 1995, concluindo exitosamente processo de intensas consultas com as lideranças do Regime, em especial com os EUA. As consultas com os EUA fizeram-se necessárias em vista de sua notória política de condicionar o ingresso dos países ao MTCR ao abandono de seus programas missilísticos ou espaciais.

O Brasil, que já tinha, à época, um programa espacial consistente e exclusivamente voltado para fins pacíficos, explicitou aos negociadores do Regime a intenção de levar adiante o programa espacial nacional, dentro ou fora do MTCR, com ou sem transferências internacionais de tecnologia.

Assim, o ingresso do Brasil no MTCR teve duplo significado: por um lado constituiu mais uma demonstração inequívoca de nosso compromisso com o combate à proliferação

de armas de destruição em massa e de seus vetores de lançamento, e por outro, representou o triunfo da tese brasileira, expressado nos termos e condições favoráveis estabelecidos para nossa entrada no Regime, pois assegura a manutenção do programa de nosso Veículo Lançador de Satélites e a instalação do CLA.

Portanto, do ponto de vista da Política Externa, a assinatura do AST constitui, sob essa perspectiva, reafirmação desse triunfo. Com efeito, contribuirá significativamente à operacionalização do CLA, cuja implantação efetiva do CLA sempre foi um dos objetivos prioritários do Programa Espacial Brasileiro, em conjunto com o desenvolvimento de foguetes e satélites nacionais.

Desse modo, as críticas que apontam o AST como um instrumento pelo qual o Brasil se rende a interesse norte-americanos refletem, no meu entendimento, leitura incompleta dos antecedentes políticos que, iniciados com a entrada bem sucedida do Brasil no MTCR, culminam agora com o ajuste para que foguetes e satélites norte-americanos sejam lançados, em bases comerciais, a partir de território brasileiro. Cabe ressaltar que, pela primeira vez, os EUA autorizam não só satélites seus, mas também foguetes, a serem lançados fora de seu território.

Semelhantemente, a crítica à cláusula que impede o ingresso significativo no Centro de Alcântara de tecnologias provenientes de países que não sejam parceiros do MTCR, olvidam que essa mesma cláusula está de acordo com os compromissos que assumimos quando de nossa adesão àquele Regime.

Quero ressaltar, também, que tais lançamentos serão feitos sobre bases comerciais. Portanto, não há qualquer comprometimento político com a cessão do CLA a usufruto monopolista por parte dos EUA. O CLA poderá realizar operações

com participação de outros países – ou empresas suas - que dali desejem lançar seus satélites. Com isso, quero dizer que não está havendo alienação de soberania brasileira a qualquer outro país na operação do CLA. O Brasil permanece soberanamente livre para identificar novos parceiros para operar no CLA, e para cessar, no momento que lhe pareça conveniente, a parceria com qualquer desses países, inclusive os EUA.

A esse respeito, lembro a Vossas Excelências que o Brasil já identificou interesse de outros países em operar no CLA. Estão em curso entendimentos com a Ucrânia, com a Rússia e com a Itália, os quais deverão resultar na assinatura de ASTs com provisões semelhantes às do Acordo firmado com os EUA.

Uma das objeções apresentadas ao Acordo de Salvaguardas diz respeito ao impedimento de utilizar os recursos advindos de lançamentos com participação norte-americana no desenvolvimento de nosso VLS. Essa cláusula tem um significado eminentemente político.

Senhores Parlamentares, o Brasil já aplicou em torno de trezentos milhões de dólares no CLA. Infelizmente, a demanda nacional por serviços de lançamento ainda é insuficiente para custearmos, com recursos próprios, um Centro tão avançado. Por outro lado, as perspectivas de lançamentos com participação de outros países, como a Ucrânia, a Rússia e a Itália, são promissoras. Aqueles países estão, contudo, observando atentamente o desenrolar desse quadro. A aprovação do Acordo com os EUA é condição essencial para que o Centro seja viável do ponto de vista comercial, uma vez que os EUA detêm a maior parte do mercado mundial de lançamentos. Recentemente, perdemos para a Austrália a oportunidade de realizar operações com foguetes russos, promovidos por um consórcio internacional

(Austrália, EUA e Coréia do Sul), o qual havia demonstrado interesse no CLA mas recebeu, do Governo australiano, garantias para o uso da Base de Lançamentos de Christmas Island, no Oceano Índico.

Entendo que muitas das objeções que foram apresentadas ao AST se devem ao fato de o mesmo constituir um instrumento inédito: só agora o Brasil busca sua inserção no mercado internacional de lançamentos. Resultam, portanto, de dúvidas e inquietações normais em uma circunstância em que o novo se apresenta.

Quero, em conclusão, ressaltar que o principal objetivo do Governo brasileiro é o de assegurar as melhores condições possíveis, inclusive de custo, para a manutenção do Programa Espacial Brasileiro. Sua importância em matéria de desenvolvimento e acesso a tecnologias de ponta e capacitação tecnológica constitui expressão concreta da soberania nacional. O CLA, por sua vez, é um elemento fundamental para o desenvolvimento sustentável da região.

A negociação do AST não foi um processo simples. Tomou quase um ano, e envolveu contatos no mais alto nível tanto nos EUA quanto no Brasil. Absorveu a dedicação de técnicos e cientistas da Agência Espacial Brasileira (AEB), militares do Ministério da Defesa, funcionários do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e diplomatas do MRE, cujos currículos os qualificavam para a tarefa, e que jamais transigiram na defesa do interesse nacional. Esse foi o fio condutor de todo o processo de negociação, que resultou em texto cuja implementação, cremos, aportará consideráveis resultados positivos a nosso país, especialmente no que se refere a sua atuação no cenário espacial.

Muito obrigado.

ALMOÇO EM HOMENAGEM AO PRIMEIRO-MINISTRO DE PORTUGAL

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NO ALMOÇO EM HOMENAGEM AO PRIMEIRO-MINISTRO DE PORTUGAL, ANTÓNIO GUTERRES. BRASÍLIA, PALÁCIO ITAMARATY, 5 DE SETEMBRO DE 2001

Permita-me, antes de tudo, Primeiro-Ministro e amigo António Guterres, partilhar com Vossa Excelência e sua ilustre comitiva minha satisfação pelo êxito de mais uma edição da prática de consultas que inauguramos cinco anos atrás, no início de nossos mandatos. Recordo o entusiasmo com que então discutíamos o objetivo de renovar o relacionamento entre Brasil e Portugal. Não nos contentávamos em prestar o tributo de sempre às afinidades históricas, por importantes que fossem e continuem a ser para a fluidez de nosso diálogo. Queríamos mais, bem mais. Percebíamos o quanto as mudanças em curso no Brasil e em Portugal prometiam para o adensamento da nossa parceria, em todos os campos, da economia à cultura, da educação à ciência e tecnologia. Mas jamais ditamos, de nossos gabinetes, a agenda do futuro.

A idéia sempre foi a de trabalhar para que as sociedades nacionais assumissem as rédeas do processo e imprimissem ao relacionamento latitude e ritmo próprios. E assim foi feito. Demos as sinalizações necessárias.

Lembro, por exemplo, a ênfase com que Vossa Excelência fez saber ao empresariado português a confiança que depositava no Plano

Real e nas oportunidades que se ofereciam no Brasil para o investimento produtivo. Muito por conta de seu estímulo e do trabalho de seus assessores, como o ex-Ministro Pina Moura, podemos hoje saudar a estupenda evolução da presença portuguesa na economia brasileira, onde os números falam por si só.

Em 1995 o estoque das inversões limitava-se a 350 milhões de dólares. Até 1997 não ultrapassava 1 bilhão de dólares. Quatro anos mais tarde aproxima-se da casa de 8 bilhões de dólares, o que representa um crescimento em menos de seis anos de quase 8.000%, posicionando Portugal entre os cinco maiores investidores no Brasil.

E convém ter presente que parte expressiva do investimento português se dá em parceria com empresas brasileiras, como nos campos de energia elétrica, serviços bancários, cimentos e exploração de petróleo. A mensagem de confiança e de estímulo dos dois Governos também se fez sentir no campo da cultura, sob a égide do V Centenário.

Um exemplo é o Projeto Resgate, de imenso interesse para a historiografia nacional. O pesquisador brasileiro passou a dispor de acesso ao inestimável acervo do Arquivo

Histórico Ultramarino sobre a experiência colonial. Não há como ignorar, tampouco, a importância do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta. Do reconhecimento de títulos universitários à regularização das oportunidades de trabalho, muitos são os benefícios para brasileiros e portugueses do acordo-quadro firmado em Porto Seguro.

Com a troca hoje dos instrumentos de ratificação, o Tratado logo fará parte do cotidiano dos dois povos. Outros desdobramentos podem ser lembrados para confirmar quão produtiva tem sido a seqüência de Cimeiras. Elas aprofundam pontos de convergência e identificam novos espaços de cooperação.

E também permitem uma atuação coordenada em vertentes de interesse especial para nossa ação externa, como o projeto de associação entre o Mercosul e a União Européia. Quanto mais estreita a aproximação entre Brasil e Portugal, maior a contribuição que podemos prestar para uma integração equilibrada de nossos blocos.

O Brasil conta com Portugal para que a Europa se revele sensível à expectativa do Mercosul por maior acesso ao mercado agrícola europeu. O pleito é antigo, mas sua relevância não poderia ser mais atual. Não podemos deixar que interesses setoriais comprometam a constituição daquilo que pode ser a mais extensa e populosa zona de livre comércio do globo.

Brasil e Portugal também estão de mãos dadas no objetivo de fazer prosperar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. A CPLP nos permite traduzir história em concertação política. É um instrumento de afirmação da lusofonia, para proveito dos povos irmãos da África e da Ásia. Brasil e Portugal não têm faltado ao povo timorense,

que acaba de dar testemunho de sua maturidade política com a realização ordenada e pacífica de eleições para a Assembléia Constituinte.

Estive no Timor no início deste ano, em uma visita memorável que reafirmou o compromisso do Brasil em cooperar na montagem do novo Estado. Muito nos anima a perspectiva de ter o Timor como o oitavo membro da CPLP. Não menos prioritária é a cooperação que se busca prestar no âmbito da Comunidade para prevenção e tratamento da Aids. A experiência que o Brasil acumulou nesse campo está à inteira disposição das comunidades lusófonas da África.

O combate à Aids é emblemático da necessidade imperiosa de se combater o fundamentalismo do mercado. A Organização Mundial do Comércio acatou a posição do Brasil de que o acesso a medicamentos contra o vírus HIV não deve ser coibido pela busca de lucros excessivos.

O instituto de patentes, sacralizado por muitos, cedeu lugar a considerações humanitárias, ao bom senso. Estou certo de que outras vitórias são possíveis na luta por uma globalização menos impiedosa, mais solidária, com rosto humano, como afirmei em Québec. Compartilho com o Primeiro-Ministro António Guterres a visão de uma social-democracia renovada, que se preocupa com a busca da eficiência, sem renunciar ao ideal de uma convivência social mais fraterna e igualitária.

Temos alguns desafios imediatos pela frente, a começar pela discussão de uma nova rodada de negociações da OMC. Nossa expectativa é a de que não se privilegiem áreas onde poucos têm a ganhar. As obrigações e os benefícios devem ser para todos. Não pode haver outro critério de legitimidade, senão este, para negociações de tamanha relevância.

Senhoras e Senhores,

Recordei, em sessão solene da Assembléia da República Portuguesa, há pouco mais de um ano, que a aproximação entre nossos povos foi construída sob o signo do universalismo, de interesses e valores ecumênicos. Isto pautou nossa formação – plural e multiétnica – e também deu lastro ao exercício da democracia, ao cultivo do diálogo e da tolerância.

Esse mesmo signo serve ao propósito de interagir com o mundo, sem excluir parceiro algum, mas também sem ser excluído. O Brasil quer se fazer escutar no mundo do futuro. Ao lado de Portugal e dos demais países lusófonos.

Convido todos os presentes a que levantem suas taças e me acompanhem em um brinde à saúde e felicidade do Primeiro-Ministro António Guterres. E brindemos também ao progresso de nossos povos e à amizade que sabemos perene entre Brasil e Portugal.

Muito obrigado.



SEMINÁRIO INTERNACIONAL ORGANIZADO PELO INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL (INPI)

PALESTRA DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, NO SEMINÁRIO INTERNACIONAL ORGANIZADO PELA COMISSÃO EUROPÉIA E PELO INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL (INPI) - “O PAPEL DA PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL NOS CAMPOS DA BIODIVERSIDADE E DOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS”. MANAUS, 10 DE SETEMBRO DE 2001

Agradeço ao INPI e à Delegação da Comissão Européia no Brasil pelo convite para participar deste seminário e congratulo-os pela iniciativa de promover este debate sobre temas de grande atualidade e relevância.

Estive em Manaus algumas vezes durante minha gestão à frente do Ministério do Desenvolvimento. Como Ministro das Relações Exteriores tenho tido menos oportunidades de viajar pelo Brasil, mas estas tendem a aumentar, na proporção em que aumentam os aspectos da agenda internacional que são relevantes para o dia a dia das pessoas.

Tenho dito que, em uma situação em que a globalização reduz as distâncias e acentua as interdependências, o mundo, que o Brasil administrava como uma externalidade, internalizou-se. Uma das formas que este fenômeno assume é o interesse externo por nossos assuntos.

Em minha primeira gestão à frente do Ministério das Relações Exteriores, em 1992, coube-me a missão de coordenar a preparação

da RIO-92, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. O meu esforço foi então no sentido de desmobilizar as atitudes de confrontação, superar o impasse estéril e a recriminação mútua. Acreditava então, como acredito agora, na superioridade intrínseca da cooperação, o que pressupõe o reconhecimento da legitimidade dos interesses e das responsabilidades mútuas.

A experiência demonstrou de forma inequívoca o acerto desta política. Em espaço relativamente curto de tempo, substituímos a troca de acusações por um diálogo com os principais parceiros internacionais sobre questões ambientais: organismos internacionais, Governos, organizações não-governamentais. O diálogo com o G-7 e com a Comissão Européia não diminuiu em nada nossa autonomia em relação à gestão do território. Ao contrário, sem nenhum custo adicional além de um esforço de explicação e persuasão da opinião pública nacional e internacional, foi possível assegurar uma

cobertura mais equilibrada na imprensa e obter recursos para projetos de desenvolvimento sustentável.

Esta breve digressão sobre a superioridade da cooperação em relação ao confronto é pertinente também para o tratamento do objeto deste seminário. Há muito tempo tem-se a consciência da dificuldade para tutelar os direitos de propriedade intelectual apenas com base nos recursos da jurisdição territorial concedente daqueles direitos. A intangibilidade e a facilidade de reprodução da informação são um forte estímulo à adoção de padrões e práticas comuns e ao reconhecimento mútuo de direitos e deveres. Isto levou ao estabelecimento de instrumentos internacionais sobre propriedade intelectual ainda no Século XIX.

No período mais recente, a crescente importância econômica da informação, do progresso tecnológico e dos fluxos de comércio e investimentos deu grande impulso à proteção da propriedade intelectual, alçada à condição de um dos principais temas da agenda internacional. O papel de proa nessa defesa da propriedade intelectual no plano internacional foi assumido pelos principais países produtores de tecnologia, em busca de maiores direitos - e salvaguardas para aqueles direitos - oriundos da produção intelectual.

Esta tendência ao reforço da regulamentação da propriedade intelectual, tanto em termos de padrões como de número de países, teve como uma de suas expressões mais visíveis a inclusão do tema na Rodada Uruguai do GATT. Embora a lógica, os enfoques e os procedimentos que regem a regulamentação da propriedade intelectual não sejam os mesmos que valem para uma organização voltada para a liberalização comercial, acabou-se verificando que a conclusão da Rodada não seria politicamente factível sem a inclusão de regras, inclusive padrões de propriedade intelectual, na

OMC. O pragmatismo levou, assim, os países em desenvolvimento a aceitarem TRIPS como parte do preço a pagar pelo fortalecimento do sistema de comércio multilateral.

O reforço da proteção à propriedade intelectual nos países em desenvolvimento não deve, no entanto, ser percebido apenas como um custo. Como país com potencial para tornar-se, cada vez mais, produtor de tecnologia, temos interesse em dispor de um sistema legal e administrativo de proteção à propriedade intelectual moderno, eficaz e eficiente, que estimule a geração e incorporação de tecnologia aos processos produtivos. Este sistema é um componente fundamental do processo de desenvolvimento e modernização da economia brasileira.

Ao mesmo tempo, é necessário preservar o equilíbrio de direitos e deveres entre produtores e consumidores de propriedade intelectual, e entre o estímulo à produção de tecnologia no futuro e sua utilização no presente. O Brasil, como os demais países em desenvolvimento, continuará a ser importador líquido de propriedade intelectual por muitos anos. É natural, por conseguinte, a preocupação em assegurar que o incitamento à inovação não se faça em detrimento da disseminação e aplicação de tecnologia. Precisamos adquirir tecnologia em condições justas e razoáveis. Para sua própria sobrevivência, é necessário que o regime internacional de proteção à propriedade intelectual seja percebido como justo por todos os países, e não como um mecanismo redistributivo em favor dos países mais ricos do planeta.

O Acordo de TRIPS contém vários dispositivos que reconhecem os interesses dos países em desenvolvimento. Entre estes interesses, destaca-se a promoção da inovação tecnológica e da transferência e difusão de tecnologia, em benefício mútuo de produtores

e usuários de conhecimento tecnológico. O Acordo resguarda a possibilidade de adotar medidas necessárias (1) para proteger a saúde e nutrição públicas e para promover o interesse público, ou (2) para evitar o abuso dos direitos de propriedade intelectual por seus titulares ou (3) para evitar o recurso a práticas que limitem de maneira injustificável o comércio ou que (4) afetem adversamente a transferência internacional de tecnologia.

Ainda assim, o recente contencioso com os EUA em torno do artigo 68 da Lei nº 9.279 demonstrou mais uma vez que a interpretação de normas nunca é inequívoca ou consensual. Foi possível, neste caso específico, chegar a um entendimento que preservou integralmente os interesses brasileiros. Na mesma linha, e com vistas a evitar divergências no futuro, o Brasil tem defendido a adoção de uma declaração específica sobre TRIPs e saúde pública na Conferência Ministerial de Doha. Os elementos principais dessa declaração foram apresentados em junho último, no Conselho de TRIPs da OMC, em documento que contou com o co-patrocínio de todo o Grupo Africano e de número significativo de outros países em desenvolvimento. Há um consenso generalizado quanto à conveniência de adoção dessa declaração, embora ainda seja necessário algum esforço de aproximação quanto a seu conteúdo e alcance.

Esta necessidade de equilíbrio também se aplica à relação entre propriedade intelectual, de um lado, e recursos genéticos, conhecimentos tradicionais e folclore, de outro. Vários instrumentos internacionais aprovados ao longo das últimas décadas aplicaram o conceito de “herança comum” aos recursos genéticos, aos conhecimentos tradicionais e ao folclore. Desde então, no entanto, estendeu-se de forma substancial o alcance e a cobertura dos direitos de propriedade intelectual. As

indústrias farmacêutica e de biotecnologia, por exemplo, têm sido amplamente beneficiadas por essa proteção. Com isto, modificam-se os parâmetros da equação econômica e, por conseguinte, a base moral e econômica para a concessão de direitos de propriedade intelectual aos que se utilizam dos recursos genéticos, dos conhecimentos tradicionais e do folclore para sua produção intelectual.

Não se pode ignorar os interesses daqueles que são os responsáveis pela conservação dos recursos. A experiência histórica demonstra que os interesses não podem ser promovidos de forma legítima, eficaz e sustentável apenas com base em apelos ou slogans.

Este foi o foco da Convenção sobre Biodiversidade, assinada no Rio de Janeiro em 1992. A Convenção reconheceu a interdependência entre a biodiversidade e a biotecnologia, ao estabelecer como objetivos principais a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes, e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos.

O Acordo de TRIPs tem sido utilizado por alguns países – de forma injustificada, a nosso ver – para promover interpretação restritiva dos dispositivos da Convenção sobre Biodiversidade que tratam de acesso e transferência de tecnologia. Daí a necessidade de esclarecer de forma cabal a relação entre os dois instrumentos. Além disso, o Brasil e os países em desenvolvimento têm defendido a inclusão no Acordo de TRIPs de dispositivo que contemple a proteção dos conhecimentos tradicionais e dos recursos genéticos. A propósito, vale recordar que a criação do Comitê Intergovernamental sobre Recursos Genéticos, Conhecimentos Tradicionais e Folclore da OMPI foi suscitada por uma proposta do GRULAC.

Em novembro de 2000, o Brasil circulou no Conselho de TRIPs da OMC uma proposta de revisão do artigo 27.3 (b) de TRIPs, que trata de exceções à matéria patenteável, a fim de contemplar discussões sobre a proteção e sobre o acesso a recursos genéticos e conhecimentos tradicionais. A idéia seria justamente introduzir em TRIPs o reconhecimento do direito dos países de protegerem através de um sistema sui generis os conhecimentos tradicionais e os recursos genéticos.

A curto prazo, nossa expectativa é de que seja possível, na Conferência de Doha, em novembro, avançar no esclarecimento da relação entre o Acordo de TRIPs e a Convenção sobre Biodiversidade na linha do artigo 16.5 da Convenção. Este artigo reconhece a possível influência dos direitos de propriedade intelectual sobre a implementação da Convenção e determina que as Partes Contratantes cooperarão para assegurar que aqueles direitos apoiem, e não contrariem, os objetivos da Convenção. Esta, em resumo, é a linha que temos defendido na OMC, na OMPI e nos demais foros internacionais.

Na reflexão clássica sobre as relações internacionais, sempre se atribuiu às grandes potências aquilo que se chama um interesse geral, em contraste com as pequenas e médias potências, que teriam interesses específicos e não gerais. A ordem ambiental, sobretudo através do conceito de desenvolvimento sustentável, em que o tema meio ambiente se vincula ao tema desenvolvimento, é uma ordem que se presta à clarificação de que, no que diz respeito ao ambiente, todos têm não apenas interesses específicos, mas também gerais. Por isso mesmo, é uma ordem que se presta à lógica da cooperação, e não à da confrontação. E é somente através da cooperação que os interesses de todos, grandes e pequenos, serão contemplados de forma sustentável. Eu agregaria ainda a necessidade de um amplo esclarecimento para que todos possam adquirir a plena consciência de seus interesses e explorar as alternativas para a conciliação de eventuais divergências. Daí a importância de eventos como este seminário, em boa hora organizado pelo INPI.

Muito obrigado.

ABERTURA DO FÓRUM EURO-LATINO-AMERICANO

PALESTRA DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, NA ABERTURA DO FÓRUM EURO-LATINO-AMERICANO - “UE-MERCOSUL, ALCA, OMC”. SÃO PAULO, 11 DE SETEMBRO DE 2001

Agradeço aos meus amigos Álvaro de Vasconcelos e Ruy Altenfelder, parceiros desta empreitada diplomática, pelo convite para participar desta sétima edição do Fórum Euro-Latino-Americano.

Nossa idéia de criar este Fórum surgiu da constatação de que o fim da Guerra Fria e da bipolaridade ensejava novas possibilidades, que por sua vez demandavam espaços para diálogo e reflexão original. O Fórum obedece à idéia de uma diplomacia não oficial, capaz de reunir a multiplicidade de atores que incidem na cena internacional, neste momento de aprofundamento das interdependências. O Fórum é, assim, um ponto de encontro para diplomatas, acadêmicos, empresários, estudantes e todas as forças sociais interessadas nos rumos da globalização.

É contra este pano de fundo que, em 1992, durante minha primeira gestão à frente do Itamaraty, participei do II Fórum, em Lisboa. Observei, naquela ocasião, que “o grande desafio de uma América Latina e de uma Europa cada vez mais convergentes nos campos da democracia, dos direitos humanos e da justiça social” seria “o de encontrar como exprimir de forma mais efetiva e mutuamente

vantajosa este processo de aproximação”. Eram tempos particularmente difíceis para a América Latina no campo econômico. No Brasil, era um período de baixo crescimento, hiperinflação, dificuldade de acesso aos mercados de capitais e de perspectivas incertas quanto ao futuro do sistema de comércio multilateral.

Mudamos muito, e para melhor, nestes nove anos. O controle da inflação, o equacionamento da dívida externa e a continuidade do processo de reformas econômicas transformaram a estrutura e as possibilidades da economia brasileira. No plano externo, a conclusão exitosa da Rodada Uruguai dotou o comércio internacional de um quadro institucional que, embora imperfeito, é muito superior ao sistema do GATT. Em nossa região, o Mercosul, criado pelo Tratado de Assunção de 1991, consolidou-se como componente integral e indissociável da atuação externa - seja no plano político, seja no plano econômico, seja no dos valores - de seus países membros.

Também as relações da Brasil com a Europa souberam encontrar aquela expressão “de forma mais efetiva e mutuamente vantajosa” que eu reclamava em 1992. Verificou-se um notável incremento no comércio e nos investimentos ao

longo da última década. Em dezembro de 1995, o Mercosul e a União Européia assinaram o Acordo-quadro de Cooperação Inter-regional, em 15 de dezembro de 1995, o qual destacou a meta de liberalização de todo comércio de bens e serviços, com vistas ao livre comércio. Quatro anos depois, a decisão formal de empreender negociações comerciais foi tomada pelos Chefes de Estado e de Governo do Mercosul e da União Européia em sua reunião de cúpula, realizada no Rio de Janeiro, em 28 de junho de 1999.

A quarta e a quinta reuniões do Comitê Birregional de Negociações, em março e julho deste ano, respectivamente, deram um impulso notável ao objetivo de conclusão de um acordo de livre comércio inter-regional. Na reunião de julho, em Montevidéu, a União Européia apresentou uma primeira oferta que, embora ainda insuficiente, é extremamente significativa como manifestação de vontade política. O Mercosul está agora empenhado na preparação de sua contra-oferta, que deverá ser apresentada até o final de outubro.

Sem pretender descrever algo que ainda não está definido, posso adiantar algumas linhas gerais do que deverá ser a contra-proposta do Mercosul. Pretendemos indicar que: a) não vamos favorecer determinada área de produção em detrimento de outra; b) nossas posições serão compatíveis com aquelas defendidas na ALCA e em uma eventual rodada multilateral; c) nosso grau de flexibilidade em áreas que não são de nosso interesse prioritário estará vinculado à qualidade do pacote em sua forma final; e d) a negociação deverá obedecer ao princípio do *single undertaking*.

A União Européia é o destino de um quarto de nossas exportações totais, e adquire metade dos produtos agrícolas que vendemos ao exterior. Mas apesar de sua relevância, a negociação com a União Européia não pode ser exclusiva nem excludente. Nosso

comércio exterior tem composição qualitativa diversificada e distribuição em diferentes mercados, sem depender de nenhum deles isoladamente. O desafio de fazer crescer nossa participação no comércio mundial, de aumentar quantitativamente as exportações brasileiras para financiar o desenvolvimento, como enfatizou recentemente o Presidente Fernando Henrique Cardoso, requer que atuemos ao mesmo tempo em diversos tabuleiros. Ou, como disse o Comissário Pascal Lamy em sua recente visita ao Brasil, que sustentemos diversos pratos girando no ar.

Entre estes outros tabuleiros, ou planos negociadores, não é demais recordar a importância do Mercosul. Embora as perspectivas sejam de continuidade desta fase de dificuldades do Mercosul, que, este ano, está passando pelo período mais conturbado da sua história de 10 anos, não tenho nenhuma dúvida de que estas dificuldades serão superadas. O Mercosul continua a ser nossa melhor opção, hoje como há dez anos, para (1) promover a inserção mais competitiva das economias dos quatro países na economia mundial, (2) propiciar economias de escala e, como consequência, aumentos de produtividade e (3) tornar a região mais atrativa para os investidores internacionais.

As negociações com vistas à criação de uma Área de Livre Comércio nas Américas, a ALCA, constituem outro eixo prioritário de nossa política comercial. São negociações longas e complexas, que tiveram seu início em 1994, sob a presidência de Itamar Franco. Mas são negociações que oferecem o potencial de ampliar e consolidar mercados para o Brasil, que hoje já respondem por 50% de nossas exportações, e por 70% de nossas exportações de produtos manufaturados.

O processo de negociação da ALCA já se encontra próximo de suas fases finais. Gostaria de lembrar que, em decisão inédita, foi divulgada

a minuta dos textos do futuro acordo, que, embora ainda estejam em negociação, podem ser consultados por qualquer pessoa na página do MRE na Internet (www.mre.gov.br). No momento, estão sendo discutidos os métodos e modalidades que orientarão as negociações tarifárias, que terão início em maio de 2002. Um fator de dificuldade nessas negociações tem sido a falta de mandato negociador por parte do Executivo norte-americano. Autoridades do Legislativo daquele país em visita ao Brasil indicaram, no entanto, que haverá um esforço para tentar obter a Trade Promotion Authority (TPA) até o final deste ano.

Esperamos que as negociações da ALCA e do Mercosul com a União Européia procedam em ritmo semelhante. A estrutura diversificada de nosso comércio de exportação e de importação é um ativo que vale a pena preservar. Uma ruptura muito grande nesse padrão, com desvios substanciais de comércio, não seria de nosso interesse, nem, acredito, do interesse de nossos parceiros comerciais.

No âmbito da OMC, vivemos a expectativa do lançamento de uma nova rodada multilateral, na reunião ministerial que se realizará em novembro, em Doha. A reunião informal de ministros realizada no México, há cerca de 10 dias, representou passo importante, ainda que não definitivo, nessa direção. Para o Brasil, a negociação multilateral é instrumento prioritário na abertura de mercados, em função da distribuição de nossos interesses comerciais no mercado mundial e da existência de temas que, por sua natureza, podem ter melhor encaminhamento no plano multilateral. Entre as nossas prioridades, destaco: a) a plena incorporação do comércio de produtos agrícolas às regras do sistema multilateral; b) o reequilíbrio das regras aplicáveis aos créditos à exportação, atualmente mais favoráveis aos países da OCDE; c) o estabelecimento de

disciplinas que diminuam o considerável grau de arbítrio hoje existente nas investigações de dumping; d) o esclarecimento de algumas regras do Acordo de TRIPs, de forma a tornar mais clara a legitimidade de medidas tomadas para a defesa da saúde pública e para a proteção de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais.

O Presidente Fernando Henrique tem sido muito enfático a respeito da necessidade de exportarmos mais. O Governo fará a sua parte. O Itamaraty está de mangas arregaçadas, trabalhando para ter mais eficiência na abertura de novos mercados. Para cumprir essa tarefa, está em curso uma ampla reformulação da estrutura negociadora do Ministério. Estamos adotando, na área econômica, uma estrutura matricial, que permitirá o acompanhamento mais eficiente e coerente de negociações distintas, mas paralelas. Além disso, determinei que o número de diplomatas dedicados aos temas econômico-comerciais fosse significativamente ampliado, o que permitirá enfrentar com maior eficácia os desafios atuais e futuros.

No entanto, para agregar à dimensão qualitativa do nosso comércio exterior uma dimensão quantitativa, temos que contar, ao lado dos esforços empreendidos pelo Governo, com a fundamental colaboração de um empresariado mais agressivo, que continue a trabalhar lado a lado com o Governo, como já vem fazendo a Coalizão Empresarial no caso da ALCA e da negociação0 MERCOSUL-UE. A transparência com que vêm sendo conduzidas as negociações não é apenas uma satisfação à sociedade civil; é também o resultado de uma bem-sucedida interação entre o Governo, o setor produtivo e as forças vivas da sociedade, que deve aprofundar-se cada vez mais para reforçar a posição brasileira.

Muito obrigado.



VISITA À EMBAIXADA AMERICANA EM BRASÍLIA

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, DURANTE VISITA À EMBAIXADA AMERICANA E ASSINATURA NO LIVRO DE CONDOLÊNCIAS EM HOMENAGEM ÀS VÍTIMAS DOS ATENTADOS TERRORISTAS EM NOVA YORK E WASHINGTON. EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, BRASÍLIA, 18 DE SETEMBRO DE 2001

Senhor Encarregado dos Negócios dos Estados Unidos, Cristóbal Orozco,
Senhor Ministro Celso Lafer,
Senhor Governador de Goiás, que nos dá a honra da companhia,

Nesta oportunidade em que venho, aqui, assinar o livro de condolências que foi aberto em função dos acontecimentos nos Estados Unidos, quero comunicar ao Brasil que conversei, nesta manhã, com o Presidente George W. Bush e reiterarei aquilo que já é do conhecimento de todos e que foi, inclusive, a razão pela qual ele me chamou: a solidariedade que prestamos aos Estados Unidos.

É uma solidariedade que vai além. É uma solidariedade aos valores da Liberdade, da Democracia, a tudo aquilo que formou a nossa civilização e que, portanto, requer um sentimento muito amplo de compreensão do momento pelo qual atravessa a Humanidade.

Apraz-me dizer que o Brasil tomou uma posição de liderança, junto com vários outros países, neste processo de reafirmação da necessidade de combatermos com força os elementos de irracionalidade que tentam

destruir aquilo que foi construção de séculos.

Na minha conversa, hoje, com o Presidente Bush, sai com a reafirmação de que os Estados Unidos compreendem, como nós também o fazemos, que esta é uma guerra muito especial, porque não é contra um povo, não é contra uma religião, não é sequer, pelo menos até agora, contra um Estado. É contra uma rede. Trata-se de uma luta de tipo novo, que alcança muita gente espalhada pelo mundo, que se une pelo ódio e pela irracionalidade e que utiliza os fundamentos, às vezes, de uma fé para trair os ideais dessa fé.

O Islã prega a paz. As religiões cristãs pregam a paz. A religião judaica prega a paz. Os protestantes pregam a paz. Os católicos pregam a paz. As várias crenças que existem no Brasil, de origem afro-brasileira, pregam a paz. Portanto, é uma ofensa às próprias religiões imaginar-se que exista um fundamento religioso para o ato terrorista. Há uma deturpação no sentimento religioso. Assim como seria um equívoco imenso se imaginar que os seguidores de quaisquer dessas religiões ou quaisquer dos povos

nos quais elas prevaleçam, como os povos árabes, no caso dos muçulmanos, possam ser responsabilizados coletivamente pelo desatino de alguns.

Essa distinção está sendo feita. Está sendo feita com clareza. A visita que o Presidente Bush fez, ontem, a uma mesquita, em Washington, foi um marco histórico. E eu disse isso a ele.

De modo que, hoje, ao vir aqui, à Embaixada dos Estados Unidos da América, venho como Presidente do Brasil e venho como cidadão, venho como pessoa. Hoje, estamos todos unidos, todos os homens de boa vontade, todos os que sabem que o amor ao próximo é a regra fundamental da convivência e é o fundamento verdadeiro para uma sociedade democrática.

Mas tenho confiança. Tenho confiança na Democracia. Tenho confiança no espírito de Liberdade. Tenho confiança em que os líderes do mundo e, notadamente, dos Estados Unidos, saberemos atuar com firmeza, de tal maneira que possamos preservar todos esses valores e coibir, de uma forma muito dura, tudo aquilo que seja contrário a esses valores.

Deixo aqui meu abraço, senhor Encarregado dos Negócios, a todos os que trabalham nesta Embaixada e a Vossa Senhoria. E podem todos estar com a certeza de que têm o sentimento e a solidariedade de todos os brasileiros.

Muito obrigado.

XXIII REUNIÃO DE CONSULTA DOS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, NA XXIII REUNIÃO DE CONSULTA DOS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. WASHINGTON, 21 DE SETEMBRO DE 2001

A imagem que temos diante de nós, de que hoje somos parte nesta sala, neste encontro de Chanceleres das Américas, vale mais do que qualquer palavra que possamos aqui pronunciar. A tragédia de 11 de setembro não atingiu apenas os Estados Unidos da América. A perplexidade diante da ação criminosa não é apenas norte-americana. A súbita sensação de vulnerabilidade não é apenas norte-americana. As vítimas não são apenas norte-americanas.

Todos experimentamos a dor e a indignação. Todos nos emocionamos com os incontáveis atos de bravura, coragem, desprendimento, e solidariedade testemunhados nos últimos dias. O mundo inteiro assistiu aos eventos trágicos da semana passada e acompanha, minuto a minuto, os seus desdobramentos. A comunidade internacional reagiu com admirável convergência em suas manifestações de apoio ao povo e ao governo dos Estados Unidos, condenação ao ataque e disposição de agir coletivamente para combater o terrorismo.

Vivemos as repercussões de um acontecimento global. A globalização, a dramática mudança na incidência do espaço e do tempo em nossas vidas, não eliminou,

porém, o dado essencial da geografia. As Américas têm uma identidade que é múltipla, e nos faz diferentes uns dos outros, mas que é também única, nos aproxima em várias dimensões e nos distingue no contexto mundial.

Estamos aqui, tal como previsto no artigo 2 da Carta da OEA, para organizar a ação solidária dos estados americanos em caso de agressão. Ao tomarmos a Carta como marco jurídico, não estamos apenas recorrendo a uma ordem jurídica. Estamos reiterando sua forte dimensão simbólica e reafirmando o sentido de compreensão partilhada do desafio que temos diante de nós.

Senhores Ministros,

Embora de forma perversa e doentia, os autores dos ataques da semana passada parecem haver compreendido o sentido das transformações que o progresso tecnológico trouxe ao cotidiano da humanidade. Mais e mais, as relações sociais, econômicas, políticas e culturais se processam por meio de redes que se cruzam nos mais diversos planos.

Há redes visíveis, e redes invisíveis. Redes para o bem, e redes para o mal. Redes criminosas

que se valem de canais legítimos e legais. Redes de terroristas cujos atos se destinam a atrair a atenção das redes da mídia global e assim magnificar seu impacto. Cidadãos de muitos, ou de todos os nossos países sofrem com as ações dessas redes: crime organizado, tráfico de drogas, corrupção, lavagem de dinheiro, violência urbana, assassinatos, terrorismo.

Podemos, e devemos tirar pelo menos uma lição imediata da tragédia de 11 de setembro: a luta contra essas redes tem de fazer-se também por meio de redes que nos unam a todos. A infra-estrutura institucional e jurídica básica existe: as Nações Unidas, a Organização dos Estados Americanos, todo o conjunto de organismos, normas, regimes e articulações multilaterais, globais e regionais, bem como todos os acordos e múltiplos canais bilaterais entre os países.

Trata-se agora de nos valermos dessas redes com maior eficácia e sentido de prioridade. Somar informações, meios e esforços. Controlar, prevenir e reprimir. Cooperar na proteção – como na construção – de nossas sociedades. Temos de quebrar a capa de sigilo sob a qual se escondem as redes do crime e do terrorismo, sem de modo algum comprometer qualquer um dos direitos fundamentais de nossos cidadãos que são da essência da democracia – entre eles o direito à privacidade e à livre expressão.

Temos, também, de enfrentar os problemas sociais que, em muitos casos, geram ambientes favoráveis ao surgimento e operação dessas redes: pobreza, desigualdade, degradação urbana, desesperança, debilidade dos serviços públicos e carência de recursos tanto para políticas sociais, como para o enfrentamento das ameaças à segurança pública.

O objetivo do desenvolvimento integral, consagrado na Carta da OEA, deve estar sempre presente, pois os riscos políticos contaminam a dimensão da economia. A solidariedade econômica é um dos instrumentos indispensáveis à redução dos riscos políticos e, também um inibidor da proliferação de redes criminosas e da manifestação patológica de impulsos de rebelião e rebeldia.

E é essencialmente de solidariedade que estamos falando aqui. Solidariedade é um atributo intrínseco do povo brasileiro, dos povos americanos; uma qualidade que se mede nos tempos difíceis, em situações-limite. Neste momento, é preciso combater essas redes de ódio e corrupção com novas redes de solidariedade. Desde já ofereço a total solidariedade do povo brasileiro às vítimas desta tragédia e ao povo americano, que ela seja um alicerce sólido e seguro para um profundo e renovado esforço de cooperação entre todos nós.

Esta é a mensagem do Brasil.

XXIV REUNIÃO DE CONSULTA DOS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO LAFER, NA XXIV REUNIÃO DE CONSULTA DOS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS PARA SERVIR DE ÓRGÃO DE CONSULTA PARA A APLICAÇÃO DO TRATADO INTERAMERICANO DE ASSISTÊNCIA RECÍPROCA (TIAR). WASHINGTON, 21 DE SETEMBRO DE 2001

Estamos todos confrontados com uma ameaça direta à segurança hemisférica. Não se trata apenas de externar condolências ou oferecer palavras de consolo a um país amigo por eventos trágicos. Os Estados Unidos da América não foram os únicos a sofrer com os ataques terroristas do dia 11 de setembro. Todos nos sentimos atacados. Todos fomos atingidos. O mundo não é o mesmo desde aquela manhã de terça-feira. Nosso hemisfério não é mais o mesmo.

Com amplo respaldo dos demais Estados-partes, meu país, o Brasil, tomou a iniciativa de invocar o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca porque a excepcional gravidade dos ataques, e a discussão de seus desdobramentos, justificam o recurso ao nosso mecanismo hemisférico de segurança coletiva.

As mais de cinco décadas decorridas desde a assinatura do TIAR não lhe retiram a validade. Lembro aqui a lição do então chanceler brasileiro San Tiago Dantas, na reunião de 1962 do órgão de consulta do Tratado, quando observou que a vitalidade do sistema interamericano está na “capacidade de resolver e superar problemas

através de soluções construtivas, em que se sinta a presença de uma comunhão de idéias e de uma soma de forças para alcançar um objetivo visado por todos”.

Hoje, a invocação do TIAR, reflete essa comunhão de idéias. O objetivo visado por todos é a intensificação da cooperação hemisférica para fazer frente à ameaça terrorista, é a determinação de ir além das palavras, é a ação solidária para assegurar a verdade e a justiça.

Em outubro de 1962, o TIAR foi invocado para manter fora do hemisfério a ameaça dos mísseis nucleares. Agora, a ameaça contra a qual estamos unidos é a do terrorismo internacional.

No âmbito multilateral mais abrangente, o Conselho de Segurança e a Assembléia Geral das Nações Unidas, com o total apoio do Brasil, já se pronunciaram sobre os ataques de 11 de setembro.

No plano regional, o TIAR nos dá o marco jurídico adequado para a discussão franca e a definição de linhas de ação comuns. Não para uma guerra imposta – o próprio Tratado estipula que nenhum Estado será

obrigado a usar suas forças armadas sem seu consentimento –, mas para permitir que cada um de nossos países, dentro de sua capacidade e dos meios de que dispõe, encontre a melhor maneira de contribuir para o esforço comum na luta contra o terrorismo, seus responsáveis e aqueles que os abrigam e patrocina.

Não apenas para a reiteração da solidariedade hemisférica diante da agressão criminosa de que um de nossos países foi vítima, mas também para assegurar que, no combate a ameaças externas, os países das Américas tenham sempre presentes os valores compartilhados que estão na base do sistema interamericano: democracia, diversidade, tolerância, direitos humanos, repúdio ao racismo e à xenofobia, respeito às liberdades individuais e ao valor intrínseco da vida humana.

O repúdio ao terrorismo, lado a lado com o repúdio ao racismo, está consagrado na Constituição brasileira como um dos princípios que regem as relações internacionais do País.

Ao renovar ao povo e ao governo dos Estados Unidos da América nossa irrestrita solidariedade nesta hora de provação, o Brasil está convencido de que as deliberações deste órgão de consulta contribuirão para nortear, com sabedoria e prudência, os esforços concertados de nossos países para livrar as Américas da ameaça do terrorismo e, assim, aproximar-nos dos objetivos comuns da segurança e da paz no hemisfério.

Muito obrigado.

CERIMÔNIA COMEMORATIVA DA SEMANA DA ÁRVORE

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA CERIMÔNIA COMEMORATIVA DA SEMANA DA ÁRVORE. PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, 27 DE SETEMBRO DE 2001

Meu caro Ministro José Sarney Filho,
Ministro Raul Jungmann,
Ministro Pedro Augusto Sanguinetti
Ferreira,
Senhoras e senhores,

O Ministro José Sarney Filho começou o seu discurso falando, apropriadamente, da situação específica sobre a qual nós estamos aqui reunidos, hoje, para comemorar mais uma Semana da Árvore, que, infelizmente, não é uma situação de calma nem tranquilidade, no mundo.

Mas ele colocou, de maneira muito apropriada, essas grandes questões internacionais, inclusive ao fazer referência às decisões da União Européia. E, quando ele estava falando, eu pensei: “Será que vai virar Chanceler?” Pois, de modo tão equilibrado, tão ponderado, tão correto o Ministro colocou essas questões.

É verdade. Nenhum ser humano, hoje, pode, mesmo numa comemoração, como é o caso da Semana da Árvore, deixar de fazer referência às aflições, às angústias que perpassam os vários continentes, as várias culturas, as várias religiões, as várias sociedades.

Mas o que nos anima é, precisamente, o espírito com o qual nós estamos, hoje, trabalhando nessa questão do meio ambiente.

Porque se, ao mesmo tempo, existem desafios tão grandes, na ordem internacional, tantas assimetrias conhecidas, assinaladas, repetidas, existe, também, precisamente nesses momentos mais agônicos, um despertar de consciência. E, nesse despertar de consciência, a expressão “desenvolvimento sustentado”, o conceito, as palavras “meio ambiente” e “paz” vêm juntos, vêm ao mesmo tempo, o que mostra que, a despeito das dificuldades, nós, quem sabe, possamos aproveitá-las para um passo adiante.

Dificuldades nunca faltaram a nós aqui, no Brasil. Nos últimos anos, desde que assumi a Presidência, esta é a 6ª grande crise que nos corresponde enfrentar: em 95, foi a do México; em 97, a da Ásia; em 98, a da Rússia; em 99, a brasileira; no ano seguinte, a da Argentina; agora, a mundial.

E, a despeito disso, nós avançamos. Apraz-nos reconhecer que esse avanço, no campo específico do meio ambiente, foi muito grande e se deve muito à disposição do Ministro Sarney e à cooperação de todos aqueles que trabalham com ele, muitos dos quais aqui presentes. À capacidade de uma gestão que sabe que, sozinha, não pode fazer nada e que precisa haver uma integração entre os vários setores do Governo.

Mas o fato é que o próprio discurso do Ministro Sarney nos mostra o quanto nós caminhamos, a despeito de todas essas crises. Assim, quem sabe, o mundo também possa, a despeito dessa imensa crise a qual estamos atravessando, o mundo talvez possa, também, não apenas ultrapassá-la, mas sair melhor dela.

A condição, o Ministro já mencionou qual é: de não perdermos nunca a confiança na liberdade, na democracia, nos direitos civis, no respeito à opinião alheia. Enfim, que nada, nada mesmo, seja feito sem que se tomem em consideração as conseqüências, sob todos esses aspectos que são fundamentais para que a civilização possa ser digna desse nome de civilização.

Assim tem sido feito na questão do meio ambiente, no Brasil. Apraz-me dizer isso. Eu ando muito pelo Brasil. Vou muito a inauguração de obras, obras que se iniciam, a todo instante, estando eu presente ou não. A todo instante. Ainda agora, o Ministro da Integração Nacional me disse que vai para o Piauí, por causa de Salinas, que é uma represa que estamos fazendo lá no Piauí.

O que me apraz é ver que, em todas elas, seja uma hidrelétrica, seja uma barragem, seja um açude, seja uma estrada, seja a construção de alguma coisa mais imponente, em todas há sempre a preocupação com o meio ambiente. Há sempre a preocupação com a pergunta sobre quais vão ser os efeitos dessa modificação que se está introduzindo sobre o conjunto do meio ambiente.

Isso é uma mentalidade nova que, evidentemente, não começou ontem, é antiga, mas que foi precipitada pela Conferência de 92, a Conferência do Rio. E que não perdeu, pelo menos no Brasil, o entusiasmo. Agora, ao ver-se, aqui, esse desfiar de zonas de proteção, de novas iniciativas, vê-se que há

uma grande continuidade nisso, eu acho que isso é importante.

Nós, de toda maneira, repito, a despeito das dificuldades, conseguimos avançar. Se nós compararmos as queimadas, por exemplo: no ano 2000, foram 25% menores que em 1999. E assim há de ser, porque nos organizamos. Está perfeito? Não. Não está. É quase impossível, em um país tão vasto como o Brasil, evitar que haja, num ponto ou noutro, uma queimada. Mas o que não é impossível é estar-se alerta e tentar coibir a ação desordenada e, mesmo quando seja casual, coibir os efeitos negativos das queimadas sobre o clima. Avançamos nessa matéria.

Há alguns anos, o Pantanal era alguma coisa falada, pouco conhecida e, praticamente o Brasil vivia de costas para o Pantanal. Hoje, não é assim. Hoje o Pantanal é Patrimônio da Humanidade. Mas tão importante quanto isso é que nós, hoje, já firmamos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, contratos de financiamento para preservar o Pantanal. E o Governo Federal assumiu a responsabilidade desta matéria, porque, obviamente, os Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul não teriam condições de enfrentar um desafio desse porte. E isso significa saneamento básico. Isso significa um cuidado específico com essa região do Pantanal.

O Ministro mencionou quantos biomas estão sendo cuidados no Brasil e quantos mais vamos precisar cuidar. É inegável que houve avanços. Talvez, o avanço mais significativo tenha sido o da ação do Brasil no que diz respeito à questão da Convenção sobre o Clima. É um ponto, realmente, marcante. É marcante, desde a Conferência de Kioto, mas foi marcante também em Bonn. Acompanhei esses dois eventos, estando no Brasil, pelo telefone. Na Conferência de Kioto, conversei

com o Presidente Bill Clinton duas vezes, e com os nossos representantes lá, inúmeras vezes. De novo, agora, em Bonn, com o Ministro Ronaldo Sardenberg, inúmeras vezes.

O Brasil, realmente, mostrou que tinha capacidade de liderar, num sentido positivo, o mais positivo possível, porque entende o ponto de vista dos vários atores, fatores e setores envolvidos no processo. E nos dispomos, sempre, a estabelecer uma ponte, a buscar uma saída, ver um caminho e não ficar, simplesmente, bloqueando porque não está de acordo. É melhor dar algum passo do que não dar passo algum. Fizemos isso em Bonn. E, hoje, isso é reconhecido.

Acho que esta luta pela questão do Tratado de Kioto, pela Convenção do Clima, pela implementação das conseqüências daquele mecanismo de desenvolvimento limpo, é uma luta fundamental para a Humanidade. E vai ser tanto mais fundamental quanto os fatores de desagregação do meio ambiente estão aumentando.

Agora, fala-se, até com uma naturalidade revoltante, em guerra bacteriológica, em guerra química. São coisas terríveis. Pensar-se-ia, há pouco tempo, que estariam banidas depois do fim da chamada Guerra Fria, banidas da nossa memória. Mas, não. Está muito viva aí. Ainda hoje, nas televisões, está-se vendo a preocupação dos Estados Unidos e até técnicas de treinamento para evitar as conseqüências negativas desse tipo de guerra.

Esse é o mundo que enfrentamos, que é um mundo que, ao mesmo tempo, desafia e dá alguma solução. Ele envolve uma rápida modernização e volta atrás, muitas vezes, em valores fundamentais.

Antes de vir para cá, falei, pelo telefone, com uma comunidade rural que está a algumas dezenas de quilômetros de Humaitá,

no Amazonas. O Prefeito de Humaitá teve a gentileza de me telefonar da comunidade rural, porque eles estavam eufóricos pois, pela primeira vez, tinham um telefone e podiam falar pelo telefone, lá, no meio da Amazônia. É um passo adiante. Ao mesmo tempo, quantos passos temos que evitar que sejam dados para trás, com a destruição da Amazônia?

É da dialética da Humanidade existir possibilidades de avanço, alguns recursos. Mas também é fundamental no ser humano o poder antecipar-se. Talvez seja essa a maior distinção do ser humano com o resto da Natureza: é que temos a imaginação e a capacidade de prever, antecipar alguma coisa e, portanto, tentar mudar o rumo das coisas. Não somos Natureza, nesse sentido. Somos cultura, nesse sentido. Parte da natureza, mas que tem algo específico que só o ser humano dispõe e tem.

Pois bem, é o que temos tentado fazer na questão do meio ambiente. Apraz-me dizer que conseguimos organizar a ANA, a Agência Nacional de Águas – Dr. Jerson Kelman está aqui presente –, que é um passo fundamental para que possamos disciplinar o uso da água. Para que, amanhã ou depois, não nos aconteça o que aconteceu com a energia, que está ligada à água, mas no sentido mais profundo, da água para beber e da água até mesmo para plantar. É fundamental que prestemos atenção às bacias, esse esforço, agora, do rio São Francisco, essa cooperação na qual o Ministério do Meio Ambiente pegou 40 milhões, dos 70 milhões da Integração Nacional. É fundamental esse tipo de cooperação para que possamos, efetivamente, avançar na questão de cuidar das nossas bacias de uma maneira apropriada, revitalizando os nossos rios. Acho que a criação da ANA foi muito importante.

Temos também a nossa Agenda 21 nacional, que é um marco de referência que

permite que, progressivamente, não apenas tenhamos uma maior noção do que vai acontecer, mas tenhamos capacidade também de nos organizar para que não aconteça. Foi assim que, em 98, criamos a lei contra os ditos crimes ambientais. É assim que, agora, no Congresso, estamos discutindo o Código Florestal. E eu já reafirmei uma porção de vezes: façam o que fizerem, vai ficar como nós queremos, porque o Brasil quer isso. Obrigado. Vê-se que se quer mesmo.

Vê-se que se deseja, realmente, que haja uma preocupação muito grande com o meio ambiente. Os interesses são importantes, mas temos que discipliná-los à luz do interesse maior, que é o da continuidade da Humanidade, preservando-se o meio ambiente.

Pois bem, não foi só nessa matéria. Também em matérias afins. Aqui está o Presidente do Incra. Aqui estão pessoas que têm noção do que está acontecendo na Funai. Conseguimos regularizar 32 milhões de hectares de terras indígenas – isso corresponde, mais ou menos, a 4 ou 5 vezes a Áustria – durante 6 anos, neste Governo. Isso é mais do que jamais se fez, em toda a História do Brasil: 32 milhões de terras indígenas foram demarcadas e homologadas.

Isso tem a ver com o meio ambiente, tem a ver diretamente com a preservação das condições de reprodução das culturas, do ser humano, de condições mais apropriadas para eles.

Portanto, não quero cansá-los. O Ministro já disse o que havia de fundamental nesta área. Mas eu queria, simplesmente, ao mencionar

alguns desses processos que estão em marcha, simplesmente dizer que, a despeito de tudo, continuamos avançando. E temos que ter esta convicção, muito profunda, muito serena, porque as dificuldades são imensas a serem enfrentadas, mas temos que ter a convicção de que, se há riscos, há também uma vontade imensa de preservar o Pantanal, de preservar a Mata Atlântica, de preservar o Cerrado, de preservar a Caatinga, a Amazônia. Hoje, eu diria que isso faz parte do modo de ser dos brasileiros.

Creio que a maior contribuição que podemos dar, neste dia de hoje, é dizer – é reafirmar, não é dizer – é reafirmar que, para nós, meio ambiente não é alguma coisa que se coloca como para embelezar um conjunto de projetos de governo, como foi muitas vezes. Eu diria que faz parte do cerne mesmo de uma sociedade que se quer moderna, mas entendendo por moderna o respeito à Natureza e o respeito à convivência pacífica entre aqueles que desfrutam das benesses da Natureza.

Tomara o Brasil possa prosseguir – e prosseguirá – em paz, enfrentando dificuldades, mas não perdendo o rumo. Podem ter certeza: enquanto eu for Presidente, enquanto o Ministro Sarney estiver lá, enquanto todos vocês estiverem colaborando, enquanto o Brasil estiver sustentando essas idéias, podemos, sim, dizer: temos o que comemorar na Semana da Árvore. Vamos continuar lutando por um Brasil melhor.

Muito obrigado.

AUDIÊNCIA NA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

PALAVRAS DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO LAFER, PERANTE A COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. BRASÍLIA, 4 DE OUTUBRO DE 2001

Outro tema que me traz hoje diante desta Comissão é a questão da autorização concedida para a lotação de funcionários do Serviço Secreto norte-americano no Consulado-Geral.

Tendo em vista a natureza do assunto, agradeço a esta Casa a oportunidade de reiterar todos os esclarecimentos cabíveis a respeito, para sua melhor compreensão por parte da sociedade e do público em geral. Para tanto, é essencial, antes de mais nada, que tenhamos presente exatamente o que é o Serviço Secreto dos Estados Unidos.

Esse órgão foi criado em 1865 (durante a Guerra Civil americana) para combater falsificações da moeda. Em 1902, após o assassinato do Presidente William McKinley no ano anterior, o Serviço Secreto assumiu a responsabilidade de dar proteção ao Presidente, com dois agentes designados à Casa Branca. Em 1951, passa a dar proteção permanente ao Presidente, sua família, o Presidente-eleito e o Vice-Presidente; e, em 1971, proteção a Chefes de Estado ou Governo em visita ao EUA.

Em 1984, recebe a incumbência de investigar fraudes envolvendo o uso de cartões de crédito, computadores de interesse

federal e documentos de identidade. Em 1994, Lei criminal aprovada (*Crime Bill Public Law 103-322*) estipula que toda pessoa envolvida na falsificação de dólares fora dos EUA pode ser processada como se o ato tivesse ocorrido nos EUA.

O Serviço Secreto tem, assim, praticamente desde suas origens, uma dupla função: proteger o Presidente dos Estados Unidos e outros altos funcionários, inclusive estrangeiros quando se encontram nos EUA, e combater crimes federais envolvendo moeda, falsificações de moeda, transferências fraudulentas e outros crimes financeiros.

É importante não confundir o Serviço Secreto com outras agências do Governo dos Estados Unidos. Não obstante a sua designação (“Serviço Secreto”), que de fato é passível de interpretações sobre a sua natureza, e não obstante as suas funções de proteção ao Presidente e outros altos funcionários, que como se vê foram gradualmente ampliadas ao longo dos anos, o Serviço Secreto permanece um órgão do Departamento do Tesouro, com a responsabilidade de investigar crimes financeiros, o que lhe confere jurisdição de nível federal nos Estados Unidos.

Esses crimes – como, por exemplo, a falsificação de moeda – se estendem além das fronteiras nacionais, e por isso integram o Direito Penal Internacional. O combate e a repressão à criminalidade transnacional, cujas atividades ilícitas hoje se valem dos avanços tecnológicos, só é viável mediante a cooperação internacional. Daí o interesse por parte das agências estatais de diferentes países, na cooperação, que pode envolver aspectos de troca de informações, proteção e intercâmbios na área jurídica, como a cooperação em matéria penal internacional.

Entre o Brasil e os Estados Unidos, tal cooperação é objeto do Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal, também conhecido pelas iniciais MLAT (Mutual Legal Assistance Treaty), assinado em 14 de outubro de 1997, aprovado pelo Congresso Nacional em 18 de dezembro de 2000 (Decreto Legislativo 262), objeto de troca de instrumentos de ratificação em 21 de fevereiro de 2001 e promulgado em 2 de abril de 2001 (Decreto 3810). Ressalto a importância desse Acordo, visto que os EUA são o destino de pedidos brasileiros de assistência judiciária de grande interesse público, cujo atendimento se vê facilitado pelas disposições previstas no Acordo. A cooperação entre os dois países na matéria vem-se desenvolvendo com enorme eficácia, sendo extremamente positiva a avaliação que ambos os governos fazem da aplicação desse instrumento bilateral.

A solicitação oficial, por Nota diplomática da Embaixada dos Estados Unidos, para a designação de funcionários do Serviço Secreto em seu Consulado-Geral em São Paulo, foi feita em 13 de julho do corrente ano, precedida de consultas sobre o assunto iniciadas em 12 de janeiro e que envolveram os órgãos competentes do Governo brasileiro. Não existe, portanto, uma vinculação entre tal solicitação e eventuais medidas tomadas pelo Governo dos EUA em

consequência dos atentados terroristas de 11 de setembro.

Nos termos da nota diplomática que manifesta a concordância brasileira com tal solicitação (datada de 24 de setembro de 2001), a designação de funcionários do Serviço Secreto dos EUA para integrar o quadro de funcionários do Consulado-Geral é aceita com base no princípio da reciprocidade e suas atividades estarão limitadas à jurisdição consular estabelecida para o Consulado-Geral. São dois agentes e um assistente administrativo. Além disso, a nota estipula que as atividades do escritório deverão ser desenvolvidas com pleno conhecimento e estreita coordenação com as autoridades brasileiras competentes.

Assim, ao anuir a uma solicitação como esta, o Governo brasileiro não está acedendo a um pedido que só trará benefícios aos Estados Unidos, uma vez que também temos interesse nesse tipo de investigações, desenvolvidas no país, conforme o caso, pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), o Banco Central, a Polícia Federal e o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Em vista da natureza transnacional de muitos desses crimes, nós mesmos temos interesse em dar seguimento a investigações a respeito em outros países, como demonstra as recém-instaladas Adidâncias da Receita Federal nas Embaixadas do Brasil e Washington e em Buenos Aires. No caso dos Estados Unidos, existe, portanto uma equivalência de funções entre essas representações nos dois países, guardadas, naturalmente, as características administrativas internas próprias de cada agência.

A reciprocidade com base na qual ambos países mantêm funcionários especializados na área de investigações financeiras é, conseqüentemente, uma reciprocidade tanto por equivalência quanto por identidade,

como o demonstra o fato de tais funcionários pertencerem, de parte a parte, ao Ministério da Fazenda (Secretaria da Receita Federal) e Departamento do Tesouro dos EUA (Serviço Secreto).

Resumindo, portanto, o porque do nosso interesse:

I) os objetivos do Serviço Secreto são coincidentes com os nossos interesses no campo do combate ao crime no campo das fraudes e falsificações.

II) a lotação de funcionários do Serviço Secreto em São Paulo é um elemento coadjuvante dos esforços por parte das nossas autoridades fazendárias e do sistema monetário nacional nesses campos.

III) A repressão a esses tipos de delito será feita em consonância com as autoridades brasileiras.

IV) Existe reciprocidade, já caracterizada pela manutenção de adido financeiro e tributário na Embaixada em Washington, com semelhante área de atuação.

Além de agir, como vimos, motivado pelo seu próprio interesse e com base no princípio da reciprocidade, o Governo tomou a decisão de permitir a lotação dos funcionários do Serviço Secreto em São Paulo plenamente dentro de suas responsabilidades e atribuições. A esse respeito, devemos ter presente que, dentre as atribuições do Presidente da República, consta a de “manter relações diplomáticas com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos” (Artigo 84 VII da Constituição).

O Governo agiu também amparado pelas Convenções que regem a matéria, as Convenções de Viena sobre Relações Diplomáticas e Consulares. A primeira inclui

entre as funções dos agentes acreditados proteger no Estado receptor os interesses do Estado acreditante Art.3 (b); assim como inteirar-se por meios lícitos e informar Art.3 (d). Tal proteção inclui a defesa dos interesses patrimoniais do Estado acreditante no Estado receptor (Calvet de Magalhães – Manual Diplomático, p. 49). “A informação diplomática propriamente dita é aquela obtida por meios legítimos” (Calvet de Magalhães – Manual Diplomático, p. 34). A segunda, em seu Art.5, estipula diversas funções consulares, entre as quais as de informação, assim como, no subtítulo (m), “quaisquer outras funções confiadas ao posto pelo Estado remetente que não sejam proibidas pela legislação e regulamentos do Estado receptor...”

Parece desnecessário frisar, mas é evidente que as funções dos agentes lotados no Consulado-Geral dos Estados Unidos em São Paulo excluem atividades não previstas nos acordos vigentes entre os dois países, como seria o recolhimento clandestino de informações.

Não há, portanto, impropriedade na admissão de agentes do Serviço Secreto como funcionários consulares em São Paulo. Ao autorizá-la, o Governo brasileiro agiu perfeitamente dentro de suas atribuições, sem comprometer quaisquer prerrogativas soberanas, e no melhor interesse nacional, dado em especial que poderá contribuir para coibir a circulação de moeda norte-americana falsa em território brasileiro, atividade frequentemente vinculada a outras modalidades criminosas e danosas para a nossa economia.

Quero deixar claro, por fim, que, ao analisar a solicitação dos EUA, tive particularmente presentes a necessidade de esclarecer os objetivos que a justificam e os parâmetros nos quais se inscreve.



LANÇAMENTO DO PROJETO DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
CELSO LAFER, NO LANÇAMENTO DO PROJETO DE PROMOÇÃO DE
EXPORTAÇÕES. PALÁCIO DO ITAMARATY, 4 DE OUTUBRO DE 2001

Senhor Ministro de Estado do
Desenvolvimento, Embaixador Sérgio
Amaral,

Senhor Ministro de Estado da Agricultura,
Dr. Marcus Vinicius Pratini de Moraes,
Sr. Presidente do Banco do Brasil, Eduardo
Augusto Guimarães,

Sr. Presidente da EMBRATUR, Dr. Caio
de Carvalho

Sr. Subsecretário de Assuntos Econômicos
e Comerciais do Itamaraty, Embaixador
José Alfredo Graça Lima

Sra Diretora Executiva da APEX, Dra.
Dorothea Werneck,

Sr. Embaixador Carlos Antonio da Rocha
Paranhos, Assessor Internacional do
Ministério da Agricultura.

Sr. Diretor-Geral do Departamento de
Promoção Comercial do Itamaraty,
Ministro Mario Vilalva

Sr. Diretor do BNDES/EXIM, Dr. Renato
Sucupira

Senhoras e senhores,

Quando assumi o Ministério das Relações
Exteriores, em janeiro passado, destaquei
em meu discurso de posse a prioridade
que minha gestão passaria a conferir aos
temas de comércio exterior, em particular às

negociações multilaterais e regionais, bem
como à promoção das exportações brasileiras
e do investimento direto no país.

Passados nove meses, sinto-me feliz de
poder dizer que muito avanços foram feitos
nessas duas áreas. Na área da promoção
comercial - nosso foco no dia de hoje - iniciei
minha gestão promovendo uma verdadeira
mobilização dos nossos diplomatas no exterior,
tendo presente a necessidade da adoção
de uma atitude proativa perante o mundo
empresarial, financeiro, político, acadêmico
e de imprensa. Procurei com isto fazer com
que o antigo comportamento meramente
reativo fosse transformado em uma campanha
sistemática de divulgação da imagem do
Brasil, do seu dinamismo econômico, da
sua oferta exportável e das oportunidades de
investimento no país.

Para dar suporte a essa nova postura,
encomendei ao Departamento de Promoção
Comercial do Itamaraty amplo diálogo
e coordenação com os demais órgãos
brasileiros atuantes na área de promoção das
exportações, a ampliação e o aperfeiçoamento
dos instrumentos e mecanismos de apoio
ao exportador, bem como maior atenção
aos chamados mercados novos ou não-

tradicionais. Muita satisfação me deu firmar com a APEX, aos dois meses da minha gestão, importantes convênios de cooperação.

Como resultado, já tenho constatado uma significativa mudança de atitude de nossas Embaixadas no exterior, da mesma forma que tenho presenciado um aumento considerável de atividades de apoio ao exportador. Neste meus poucos meses de Ministério, reformamos a BrazilTradeNet, incrementamos os estudos de inteligência comercial, nos aproximamos dos canais de distribuição em diversos mercados, realizamos 5 importantes missões empresariais, participamos de 38 feiras no exterior, estamos produzindo amplo material gráfico e audiovisual de promoção dos setores produtivos brasileiros, criamos o grupo de promoção comercial conjunta do MERCOSUL e concluímos, junto com o Banco Mundial, o maior estudo já feito no país sobre como melhorar o ambiente interno para os investimentos estrangeiros.

Como professor e depois de muitos anos de academia, tenho consciência da importância das ações de capacitação e treinamento. Conheço portanto a necessidade de que tem o diplomata brasileiro de se atualizar nas questões de comércio exterior, sabendo que esta é uma área em permanente evolução e cada vez mais especializada. Nesse sentido, encomendei e já recebi do Reitor da Escola de Comércio Exterior de São Paulo a organização de um curso especializado para diplomatas na área da promoção comercial. Ademais, no contexto do diálogo com as demais entidades públicas e privadas, o Departamento de Promoção Comercial tem promovido a atualização de todos os seus funcionários mediante um ciclo permanente de palestras

sobre temas diversos do comércio exterior, ao qual já comparecerem inúmeras autoridades públicas e líderes do setor empresarial (23 já realizadas este ano).

Com grande satisfação, o Itamaraty recebe hoje uma proposta de parceria do Ministério do Desenvolvimento Sérgio Amaral. Desde que assumiu suas novas funções, o Embaixador Sérgio Amaral - como aliás, deixou claro em seu discurso de posse - vem dando prioridade absoluta ao incremento das exportações. Já tive a oportunidade de conversar com ele algumas vezes sobre este tema que nos é comum e não poderia deixar de dizer o quanto me sinto feliz de ver um profissional experiente e dedicado usando toda a sua capacidade de trabalho neste que é um dos principais desafios do Brasil.

A proposta que nos traz o Ministro Sérgio Amaral acrescenta elementos novos de apoio ao exportador e concentra foco em 7 mercados prioritários para o Brasil. Baseada na conjugação mercado/produtos, o plano de trabalho incluiu ações específicas e complementares a serem desenvolvidas por nossas Embaixadas no exterior e pelos respectivos setores produtivos com oferta exportável. Traz, ademais, a inclusão de aportes significativos do Ministério da Agricultura, da APEX, do Banco do Brasil e do BNDES.

Estou certo e confiante de que a parceria que estamos firmando hoje trará inúmeros resultados positivos para o incremento das exportações brasileiras. O Itamaraty, agora formalmente associado ao Ministério do Desenvolvimento, sabe que este desafio está mais próximo da vitória.

Muito obrigado.

COLÓQUIO IDEA “BRASIL E ARGENTINA “JUNTOS PARA O MUNDO”

TEXTO-BASE PARA A PALESTRA DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, POR OCASIÃO
DO COLÓQUIO IDEA, REALIZADO NO HOTEL TRANSAMÉRICA - BRASIL E
ARGENTINA “JUNTOS PARA O MUNDO”. SÃO PAULO, 9 DE OUTUBRO DE 2001

É com grata satisfação que participo hoje do primeiro Colóquio Idea a realizar-se no Brasil. Agradeço o convite do Presidente do Colóquio, Dr. Andrés von Buch, pela oportunidade para este debate. Aproveito para dar as boas vindas aos participantes e em especial a meu colega e amigo, o Chanceler Rodríguez Giavarini.

Não poderia haver demonstração mais eloqüente do grau de parceria que alcançamos nos últimos anos do que a escolha pelo IDEA (Instituto para o Desenvolvimento Empresarial da Argentina), pela primeira vez, de uma cidade brasileira para um encontro sobre a inserção da Argentina na economia mundial. É justo, a propósito, prestar aqui um tributo à visão dos Presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín, que souberam, através de gestos e políticas corajosas e lúcidas, superar os fatores de competição e rivalidade que ainda se faziam presentes na década dos 80 e criar o que de fato passou a ser uma nova relação. Estabeleceu-se então, em curto espaço de tempo, um grau de coordenação e concertação nunca antes observado no continente, abrindo caminho para os processos de associação e integração que hoje fazem parte do nosso aquis histórico.

Além de seu objetivo político, a integração foi, do ponto de vista econômico, a resposta lógica a problemas comuns com que nos defrontávamos nos anos 80: crise fiscal, inflação e estagnação do crescimento econômico. O esgotamento de políticas voltadas exclusivamente para a exploração do mercado doméstico deveu-se a fatores internos, mas também a modificações estruturais na economia mundial. Dentre estas, destaca-se a crescente tendência, nos setores mais dinâmicos, à interconexão dos processos produtivos em cadeias verticais englobando diversos países. Para retomar o desenvolvimento, tornou-se imperativo liberalizar e abrir nossas economias. É nesta lógica que se inserem os acordos de integração dos anos 80 e a assinatura do Tratado de Assunção, em 1991.

O Mercosul nunca foi entendido, nem teria viabilidade, como uma zona de substituição de importações ampliada. Ao contrário, desde o início foi concebido como um projeto de regionalismo aberto à expansão dos fluxos de comércio e investimentos com outras regiões e à inclusão de novos membros. Ao mesmo tempo, reflete um desejo de ir além de uma participação periférica no comércio

internacional, limitada a produtos tradicionais, de baixo valor agregado e desprovidos de dinamismo.

Os resultados alcançados pelo Mercosul foram muito significativos. O comércio entre os membros mais do que quintuplicou, o que se refletiu em um marcado aumento no peso relativo das transações intra-bloco no comércio dos países-membros. Talvez ainda mais significativo seja a importância crescente das transações intra-setoriais, que hoje ultrapassam 50% do comércio Brasil-Argentina. Este é um indicador de sucesso do Mercosul como promotor de nossa participação no comércio de produtos de maior valor agregado, e não apenas como fornecedores de matérias-primas nas quais dispomos de vantagens comparativas.

São conhecidas de todos as dificuldades que temos enfrentado. O Presidente Fernando Henrique Cardoso lembrava, há poucos dias, que seu Governo já se defrontou com seis crises de amplas proporções: a crise do México em 95, a crise asiática em 97, a crise da Rússia em 98, a crise do Brasil em 99, a crise da Argentina em 2000 e, agora, a crise nas economias das principais potências econômicas mundiais. Houve, nos últimos meses, uma considerável deterioração de perspectivas econômicas.

As dificuldades enfrentadas pelas duas principais economias do Mercosul não poderiam deixar de refletir-se no próprio funcionamento do bloco, que enfrenta um período conturbado. O que importa, neste quadro, é não perder de vista o longo prazo. A vontade política e a visão dos governos e dos empresários devem ter sempre presente, como horizonte, o alcance maior do projeto estratégico. No mundo de hoje, mercados segmentados e políticas individualistas

intensificam os riscos de vulnerabilidade, diminuem a capacidade negociadora e representam custos adicionais para os países.

Albert Hirschmann comentou certa feita que a famosa frase de George Santayana – “aqueles que não lembram o passado estão condenados a repeti-lo” – se aplica melhor à história das idéias do que à história dos eventos propriamente ditos. A história nunca se repete exatamente; mas circunstâncias vagamente similares em momentos distintos da história podem dar lugar a respostas idênticas, e igualmente equivocadas, se o episódio intelectual anterior foi esquecido. E a lição aqui, em minha opinião, é que as dificuldades dos sócios do Mercosul não serão jamais equacionadas com a diluição do projeto, na forma de volta ao modelo da antiga Associação Latino-Americana do Livre Comércio (Alalc).

A resposta às dificuldades atuais é mais integração, e não menos. Temos que avançar na direção do Mercado Comum, da integração das cadeias produtivas, da integração das infra-estruturas físicas, além de aperfeiçoar os aspectos institucionais, buscando aprimorar o mecanismo de solução de controvérsias, coordenar mecanismos de defesa comercial extra-zona e a eliminação de medidas intra-zona, instalando, em seu lugar, um sistema comum de defesa da concorrência. Além disso, devemos trabalhar por políticas comuns em áreas tais como zoofitossanitárias e certificação.

Em agosto último tive a honra de ser agraciado, pela Universidade de Buenos Aires, com o título de Doutor Honoris Causa. Naquela ocasião, ao debruçar-me sobre a história e as perspectivas do relacionamento bilateral, eu argumentava, recordando Bobbio, que a História não recomeça ex novo a cada

dez anos, e que existem “forças profundas” que moldam a diplomacia sul-americana e as relações argentino-brasileiras e que se esteiam em um largo repertório comum de interesses convergentes.

As manifestações dessa convergência, no mais alto nível político, têm uma larga história. Ao visitar o Brasil em 1899, por exemplo, o Presidente Julio Argentino Roca afirmava que “Brasil e Argentina devem unir-se com laços da mais profunda amizade, porque juntos serão ricos, fortes, poderosos e livres”.

De nossa parte, a prioridade dada pela política externa brasileira à Argentina permanece um dado incontestável do relacionamento bilateral. Ao tomar posse como Chanceler do Brasil em 29 de janeiro do corrente ano, procurei dar o devido realce a essa orientação ao reafirmar “a aliança estratégica com a Argentina como uma das linhas mestras da política exterior do Presidente Fernando Henrique, fator decisivo para a evolução do MERCOSUL e um dos dados-chave da equação sul-americana.”

Não há hoje qualquer dúvida quanto ao caráter único e à singular importância das relações Brasil-Argentina para cada um dos nossos países. São relações que se refletem em praticamente todos os aspectos da vida nacional dos dois países, encontram sua base na comunhão de valores existente entre ambos e têm no MERCOSUL o seu projeto internacional mais relevante – elementos que estão na base da sua caracterização como uma aliança estratégica.

Para o Brasil, uma Argentina forte e próspera é hoje um dado essencial, com impacto sobre o próprio projeto nacional, tendo em vista não só o grau de interligação das duas economias mas também sua projeção externa. Esta passa pela consolidação do MERCOSUL, transita

pela participação conjunta nas negociações em torno de uma área de livre comércio nas Américas e é um dado-chave para acordos de associação inter-regional, como aqueles que atualmente se negociam entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina e entre o MERCOSUL e a União Européia. É isso tudo que nos dá a credibilidade de um soft power indispensável para a vida internacional contemporânea.

Nossas relações bilaterais são cada vez mais marcadas pela consulta e coordenação de políticas e posições. Um exemplo recente foi a estreita coordenação que mantive com o Chanceler Rodríguez Giavarini com vistas à definição de posições comuns na esteira dos trágicos acontecimentos do último dia 11 de setembro.

Existe uma agenda comum, concreta e relevante de aprofundamento tanto das relações bilaterais quanto das do MERCOSUL. Sem ser exaustivo, mencionaria alguns exemplos de áreas em que a integração entre os dois países seguirá em frente, com resultados tangíveis e benéficos:

- I) na associação de cadeias produtivas para aumentar a competitividade dos nossos produtos em nossos próprios mercados e fora deles;
- II) na exploração conjunta de terceiros mercados, através da definição de estratégias comuns de promoção comercial;
- III) na área de controle zoossanitário e fitossanitário, incluindo a promoção da imagem externa de ambos os países como produtores agrícolas e a coordenação e interação em negociações internacionais;
- IV) na coordenação macroeconômica;
- V) na área nuclear, em que tanto se avançou na construção da confiança e que já constitui um domínio de cooperação ativa

na pesquisa e desenvolvimento tecnológico e industrial, fortalecida pela recente assinatura da declaração sobre a criação da ABAEN, a Agência Brasileiro-Argentina de Aplicações da Energia Nuclear;

VI) nos campos da livre circulação de pessoas e da facilitação de trâmites consulares e notariais.

Tão importante quanto a agenda interna são as perspectivas que se abrem para o Mercosul em seu relacionamento com terceiros. Estamos todos engajados no esforço por melhorar a competitividade de nossas economias, o que requererá a manutenção de um perfil de comércio exterior aberto para o mundo. E na exata medida em que a expansão do comércio exterior é de fundamental importância para as economias do Mercosul, é natural que se busquem contrapartidas de nossos principais parceiros comerciais. Dessa lógica decorre a validade de continuarmos a negociar simultaneamente, em vários planos: com os países da Comunidade Andina, com o México, na ALCA, com a União Européia, na OMC.

Se a abertura de nosso comércio exterior para o resto do mundo não está em questão, é legítimo e necessário questionarmos em que medida, e de que forma, nos convém aprofundá-la. A abertura unilateral não é suficiente para atender a nossas necessidades de integração na economia internacional. É necessário assegurar que nossos produtos

não sejam excluídos ou prejudicados pelas medidas adotadas em outros países para proteger seus mercados. Não se pode esquecer, tampouco, o papel fundamental desempenhado por outros mecanismos (salvaguardas, direitos compensatórios e antidumping, preços mínimos, regulamentos técnicos, medidas sanitárias e fitossanitárias), cuja importância vem crescendo à medida que são reduzidas as tarifas e eliminados os obstáculos mais visíveis ao acesso.

Quando ocupei a chefia da Missão Permanente do Brasil em Genebra, uma das primeiras lições que recebi foi a de que, no plano do comércio internacional, o tamanho do próprio mercado é poder. Daí a atratividade que tem o Mercosul, que é superior à da soma de suas partes. E esta atração é um valioso instrumento na busca de nossos objetivos. Sem o Mercosul, teríamos menos oportunidades de negociar com outros países e regiões; sem o Mercosul, teríamos menos possibilidades de obter bons resultados nessas negociações.

O fundamental, como eu dizia antes, é não perdermos nunca a perspectiva. Temos de entender e saber lidar com os problemas de conjuntura, mas tendo sempre presente a dimensão histórica do relacionamento entre dois países que, como dizia Rui Barbosa, “tudo na sua situação natural os aproxima, e só uma inteligência superficial das suas necessidades os poderia desunir”.

Muito obrigado.

CERIMÔNIA DE FORMATURA DA TURMA JAIME AZEVEDO RODRIGUES DO INSTITUTO RIO BRANCO

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, NO DIA DO DIPLOMATA
POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE FORMATURA DA TURMA JAIME
AZEVEDO RODRIGUES DO INSTITUTO RIO BRANCO. PALÁCIO
DO ITAMARATY, BRASÍLIA, 10 DE OUTUBRO DE 2001

A formatura da presente turma do Instituto Rio Branco dá-se numa época de grandes desafios para a vida diplomática. São diversas as razões para tanto, que derivam da inédita complexidade do campo das relações internacionais, proveniente, inter alia; da multiplicação de atores: governamentais e não-governamentais, do papel das redes; da “internalização” do mundo na vida dos países, resultante do que se convencionou chamar de “globalização”. Todos esses fatores sem dúvida afetam um país diversificado e igualmente complexo como o Brasil.

Desenvolvimentos dessa magnitude introduzem novos elementos a serem levados em conta na condução da política externa dos Estados, que tem deixado de ser apenas inter-governamental, nos moldes clássicos da Paz da Westfália. Lidar com essa nova realidade – que ainda se encontra em evolução - é sem dúvida um grande desafio que se coloca para esta nova geração de diplomatas.

Adaptar-se, transformar-se sem perder a continuidade é uma das características

distintivas do Itamaraty. A trajetória do Embaixador Jaime Azevedo Rodrigues, escolhido, com toda justiça, patrono da presente turma do Instituto Rio Branco, ilustra essa qualidade. Vítima, a seu tempo, de injustiças, a escolha de seu nome representa um resgate histórico do papel que teve na Diplomacia brasileira e do significado de nossa política externa em prol do desenvolvimento do país.

A turma Jaime Azevedo Rodrigues foi igualmente feliz na escolha do seu paraninfo, o economista José Roberto Mendonça de Barros. O Professor Mendonça de Barros, amigo e colega docente na Universidade de São Paulo, com quem tive profícuos contatos durante meu período à frente da Delegação do Brasil em Genebra, é um ilustre analista dos temas mais complexos de nossa realidade. Sua escolha simboliza a prioridade que as novas gerações atribuem à diplomacia econômica. Desafio, de resto, que se nos é apresentado hoje pela agenda internacional, ao qual estamos procurando fazer frente no Itamaraty por meio de uma ampla reestruturação da área econômica.

A turma Jaime Azevedo Rodrigues realizou seus estudos no Instituto Rio Branco sob a direção do Embaixador André Amado, hoje à frente da Embaixada do Brasil em Lima. Não poderia deixar de sublinhar uma vez mais minha apreciação, que é compartilhada por toda a chefia do Itamaraty, pelo caráter transformador e modernizador de sua gestão. Tenho certeza de que o Ministro João Almino, que o substitui, dará continuidade, com a capacidade intelectual e a sensibilidade que lhe são próprias, ao trabalho desenvolvido pelo Embaixador André Amado.

Os conhecimentos hauridos serão submetidos ao teste da experiência, cuja importância epistemológica resulta de sua dupla dimensão: o ato de quem experimenta e aquilo que é experimentado. Essa dupla dimensão explica como a realidade e os conceitos se iluminam mutuamente, e porque não é possível compreendermos um sem o outro, ambos essenciais para a aquisição do juízo diplomático.

E qual é a importância da experiência? Os universais dos conceitos são fugidios neste início do século XXI, e a experiência se faz necessária pois é orientadora do juízo reflexivo voltado para extrair das particularidades das situações e das conjunturas o seu alcance universal. Como diria Ortega y Gasset, o juízo é a faculdade de *mise au point*, que exige critério como um complemento essencial da inteligência.

Sobre o tema do critério do juízo, o Presidente Fernando Henrique Cardoso já teve a oportunidade de observar que “a dinâmica da história não se dá pela imposição dos

universais sobre os locais, nem pela explosão dos universais, que se contrapõem aos locais. Existem formas de inter-relação”.

Esta inter-relação é o desafio do juízo diplomático, que é sempre uma avaliação voltada para traduzir em cada conjuntura a especificidade dos interesses, valores e necessidades internas de um país em possibilidades externas, dentro do quadro geral das tendências do sistema internacional. É essa por sua vez a tarefa prática que os jovens diplomatas que hoje se formam têm pela frente.

Esta turma do Instituto Rio Branco tem o privilégio de formar-se sob a Presidência de Fernando Henrique Cardoso, cujos conhecimentos do mundo e sensibilidade para a política internacional não preciso enfatizar. Essas qualidades são o amadurecido fruto de uma extensa experiência acadêmica, parlamentar e política, entre as quais destaco suas gestões como Ministro das Relações Exteriores e Ministro da Fazenda, que antecedem o início de sua esclarecida Presidência.

Desde o seu primeiro mandato, o Presidente Fernando Henrique Cardoso vem desenvolvendo uma inovadora diplomacia presidencial, em consonância com sua própria formação e vocação, e em sintonia com os novos tempos da vida internacional. Ao fazê-lo tem demonstrado uma visão arquitetônica da política externa diante dos desafios do século XXI, que tem justamente como objetivo constante lidar criativamente com o impacto da “internalização” do mundo na vida brasileira.

Tem igualmente revelado a extraordinária capacidade de lidar com as crises, identificando suas especificidades e mantendo um sentido de direção – uma visão de futuro, levando em conta a identidade internacional do Brasil, ou seja, o que nos caracteriza e diferencia no mundo. Vem preparando o país cada vez mais para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo, conforme ele mesmo expressou em recente cerimônia em Lajeado, Estado de Tocantins: “não fechando-nos com medo do mundo. Não. Preparando-nos para integrarmo-nos ao mundo, mas integrarmo-nos ao mundo de acordo com os nossos interesses, o quanto possível, e colocando os nossos interesses firmes em todas as mesas de negociação, como nós temos feito.”

É esse o esforço que o Itamaraty está fazendo seguindo as diretrizes do Presidente Fernando Henrique Cardoso – esforço que está voltado para ampliar o controle do país sobre o seu próprio destino, do qual as novas gerações que hoje celebramos serão protagonistas essenciais. A todos, pois, as nossas felicitações e o nosso incentivo.

Muito obrigado.



ALMOÇO EM HOMENAGEM À PRESIDENTE DO PANAMÁ

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NO ALMOÇO EM HOMENAGEM À PRESIDENTE DO PANAMÁ, MIREYA MOSCOSO. BRASÍLIA, PALÁCIO ITAMARATY, 21 DE OUTUBRO DE 2001

Sinto-me honrado, Presidente Mireya Moscoso, em saudar Vossa Excelência e sua ilustre comitiva na primeira visita de um Chefe de Estado panamenho ao Brasil. A satisfação é redobrada por saber que a visita se realiza no ano em que a nação panamenha celebra cinco séculos de história.

Guardo as melhores lembranças de minha passagem pelo Panamá em novembro passado, quando tive a emoção de entregar-lhe as Atas do Congresso Anfictiônico, de 1826. Alegro-nos saber que o documento, graças ao empenho de Vossa Excelência, já está abrigado em espaço construído para esse fim e com nome dos mais sugestivos, Salão Bolívar.

Também por força de seu empenho, Presidente Moscoso, sei que a Embaixada do Panamá em Brasília logo contará com novas instalações, idealizadas por Virgílio Sossa, nome caro ao Panamá, mas também ao Brasil. O arquiteto Sossa esteve ao lado de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa na construção da cidade que hoje acolhe Vossa Excelência.

Diria que o projeto de uma nova Embaixada é emblemático do atual momento das relações entre o Brasil e o Panamá, que se encontram no limiar de uma nova fase, uma fase de maior concertação política, de parceria na integração hemisférica, de reforço no comércio

e investimentos, de ampliação da cooperação bilateral.

Tudo concorre para que o diálogo político entre nossos países ganhe em densidade, a começar pela participação crescente da América Central no Grupo do Rio, que acaba de realizar sua XV Reunião de Cúpula em Santiago do Chile. Neste e em outros foros, como a própria OEA, o Brasil conta com o apoio do Panamá para a promoção do objetivo comum de afirmação continuada da paz e da democracia na América Latina.

Coincidimos em prestar firme apoio ao empenho do Presidente Pastrana em levar a bom termo a estratégia de seu Governo para a resolução dos conflitos internos na Colômbia. O Governo brasileiro também confia em que os países centro-americanos possam encontrar uma solução negociada para suas pendências de fronteira. Cumprimento Vossa Excelência pelo esforço em facilitar as negociações regionais.

O Brasil comparte a preocupação do Panamá com a ameaça representada pelas drogas e delitos conexos à estabilidade e coesão das sociedades nacionais. Os instrumentos que assinamos há pouco vão balizar nossa cooperação no combate a um flagelo que hoje afeta todos os países do hemisfério.

Mas a agenda hemisférica também comporta outros desafios, como a perspectiva de uma integração comercial que produza benefícios equânimes do Alasca à Terra do Fogo. Felicito o Panamá por estar hospedando a Secretaria Administrativa da ALCA.

Estou convencido de que o hemisfério somente alcançará maior integração e eficiência se as tratativas forem regidas por visão mais ampla do que aquela que alimenta as agências internacionais de risco. Não se avança no plano das relações entre os Estados sem o exercício da responsabilidade política, o que requer atenção às expectativas e anseios das comunidades nacionais, algo nem sempre objeto da contabilidade dos mercados. O momento exige um maior descortino histórico, inclusive na gestão das instâncias financeiras multilaterais.

Estas, em essência, são algumas das mensagens que uniram os Presidentes do Grupo do Rio no recém concluído encontro de Santiago. Interessados em uma concertação hemisférica que opere em bases simétricas, o Brasil e o Panamá também partilham o compromisso com seus respectivos processos de integração.

Sabemos que, na América do Sul ou na América Central, somos mais fortes unidos do que separados. Em parceria com os vizinhos temos condições de melhor aproveitar as possibilidades abertas pela globalização para o avanço tecnológico e a geração de riquezas.

O Brasil acompanha com interesse o andamento do Mercado Comum Centro-Americano e do Sistema de Integração Centro-Americano e está empenhado em fazer progredir a aproximação do Mercosul com a América Central. É chegado o momento

de expandir os vínculos entre nossos blocos. É hora de adensar as relações econômicas entre o Brasil e o Panamá.

Na visita que acaba de realizar a São Paulo, Vossa Excelência pôde confirmar o interesse dos empresários brasileiros em se familiarizarem com as oportunidades de comércio e investimento em seu país. Passos importantes já foram dados, como a missão empresarial que esteve no Panamá em março último. Sei também de empresas brasileiras que já se beneficiam das facilidades logísticas disponíveis em seu país para o desenvolvimento de atividades no mercado centro-americano.

Ainda digno de nota é a participação de um consórcio de grupos nacionais na concorrência para a construção da segunda ponte sobre o Canal do Panamá. Estou certo de que outras possibilidades podem ser abertas no campo da infra-estrutura, sobretudo agora que o Governo de Vossa Excelência se empenha na criação de pólos de integração e desenvolvimento.

Vossa Excelência sabe que o conceito de eixos de desenvolvimento está na matriz do meu programa de Governo e tem encontrado ampla receptividade entre os países sul-americanos, interessados como o Brasil em aprofundar a integração regional em transportes, energia e comunicações.

É com satisfação que vejo o Panamá e o México envolvidos em experiência congênere, como me parece ser o caso do eixo Puebla-Panamá. Se é amplo o potencial a ser explorado por nossos países no campo econômico, é igualmente consistente o espaço para cooperação em temas educacionais e culturais.

Vejamos, por exemplo, a folha de serviços do Convênio Cultural de 1947, que já permitiu a presença de mais de cinco mil estudantes panamenhos em universidades brasileiras. Outras iniciativas de semelhante impacto podem ser idealizadas com o apoio das sociedades panamenha e brasileira.

Basta que os Governos exerçam a contento o papel de catalizador do intercâmbio bilateral, o que estamos procurando fazer. Estou convencido, sobretudo após o encontro que mantivemos na manhã de hoje, de que existe, de parte a parte, a vontade política e a determinação de fazer com que a amizade entre nossos povos prospere sempre mais.

Só me resta solicitar que todos os presentes me acompanhem em um brinde ao futuro das relações entre o Brasil e o Panamá, ao progresso do povo panamenho, em sua maioria de 500 Anos, e à saúde e felicidade pessoal de Vossa Excelência.

Muito obrigado.



SEMINÁRIO O BRASIL E A ALCA

INTERVENÇÃO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR CELSO LAFER, NO SEMINÁRIO O BRASIL E A ALCA, REALIZADO
NA CÂMARA DOS DEPUTADOS - “O BRASIL E SUA INSERÇÃO NO MUNDO:
MERCOSUL, ALCA, UE E OMC”. BRASÍLIA, 23 DE OUTUBRO DE 2001

É com grande satisfação que retorno hoje ao Congresso Nacional para participar dos trabalhos deste seminário sobre o Brasil e a ALCA.

Estive no Senado no último dia 17, prestando depoimento sobre o mesmo tema, em sessão conjunta das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Assuntos Econômicos daquela Casa. Naquela ocasião, enfatizei que nossa participação na ALCA insere-se no contexto mais amplo da busca de maior acesso para os produtos brasileiros nos mercados internacionais. A ALCA deve, assim, ser entendida como parte de um esforço maior, que abrange todo o leque de negociações comerciais em que estamos engajados.

A importância que temos atribuído às negociações de liberalização comercial, por sua vez, deve ser entendida à luz de uma visão do mundo e do papel do Brasil nas relações internacionais. É sob a perspectiva do interesse nacional que o Brasil busca sua inserção no mundo. Esta perspectiva passa, desde que Rio Branco consolidou nossas fronteiras, pela idéia de desenvolvimento do país. Foi assim no passado, continua a ser no presente e continuará a sê-lo no futuro.

A idéia de desenvolvimento constitui, portanto, um valor permanente da ação diplomática do Brasil. Mas como ensina o Professor Miguel Reale, os valores tem várias dimensões. Uma delas é a direção do “dever ser”, que constitui a dimensão da continuidade. Uma outra dimensão é a possibilidade de realização, que diz respeito à capacidade de o valor efetivar-se historicamente com apoio numa determinada realidade social, política e econômica. A capacidade de efetivação histórica, por sua vez, impõe a necessidade de adaptação e de mudança. É precisamente o tema da possibilidade de realização de uma visão do mundo que, na dialética mudança/continuidade, se colocou na agenda diplomática brasileira na década de 1990.

Durante muito tempo o Brasil viu no distanciamento do mundo a forma de defender sua autonomia. Cada vez mais, no entanto, para sermos fortes e autônomos, precisamos interagir com o mundo exterior. Em uma situação em que a globalização reduz as distâncias e acentua as interdependências, o mundo, que o Brasil administrava como uma “externalidade”, internalizou-se. Esta redução da capacidade de regulação das atividades econômicas em base territorial, por sua vez,

conduz à proliferação de regras multilaterais, e é somente através da participação ativa na elaboração destas regras que nossos interesses podem ser adequadamente defendidos.

Excluídas as hipóteses extremas da busca da autarquia comercial, de um lado, e da abertura unilateral, de outro, parece razoável ter como premissa que o desenvolvimento requer um certo grau de integração com a economia mundial. A opção pela autarquia não é uma hipótese realista em um mundo em que a escala mínima de produção nos setores mais dinâmicos é superior à dimensão dos mercados nacionais, mesmo das maiores economias, ou em países com limitações claras à capacidade de financiamento, pelo Estado, de setores com custos de produção significativamente acima do mercado internacional. O isolamento implicaria a opção por técnicas de produção ultrapassadas, o que comprometeria de forma irremediável nossas aspirações de reduzir o hiato que nos separa dos países mais desenvolvidos.

O Brasil tem pago um custo elevado em função de dúvidas quanto à sustentabilidade a médio e longo prazo de nossas contas externas. Daí advém a importância da expansão de nossas exportações, como tem sido ressaltado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. O Brasil precisa exportar mais, o que não significa sacrificar o mercado interno. Ao contrário, a expansão da economia doméstica requer, ela própria, o crescimento das exportações.

Da mesma forma como ocorreu em outras economias emergentes, no entanto, a abertura comercial no Brasil, nos anos 90, foi acompanhada por um aumento das importações muito superior ao das exportações. Parte deste desequilíbrio tem causas internas ao país e às empresas, mas parcela significativa se deve a barreiras ao

acesso a mercados, principalmente nos países desenvolvidos. A abertura unilateral não seria, por, conseguinte, uma resposta adequada aos desafios do futuro. Se a continuidade do processo de desenvolvimento requer a expansão do comércio, portanto, é natural que busquemos melhorar e consolidar as condições de acesso aos mercados de nossos principais parceiros.

A composição qualitativa diversificada e distribuição equilibrada de nosso comércio exterior é uma vantagem que nos convém preservar. No ano passado, 28% de nossas exportações foram destinadas à América do Norte, e outros 28% foram embarcados para a Europa. A América do Sul absorveu 20%, a Ásia 11% e o resto do mundo, 13% de nossas exportações. Todas as grandes áreas geográficas, portanto, são mercados relevantes para o Brasil. O desafio de fazer crescer nossa participação no comércio mundial, de aumentar quantitativamente as exportações brasileiras para financiar o desenvolvimento, como enfatizou recentemente o Presidente Fernando Henrique Cardoso, não pode prescindir, portanto, de uma atuação em diversos tabuleiros. É com esse objetivo que estamos negociando, simultaneamente, em várias frentes: no Mercosul, com nossos vizinhos da Comunidade Andina, com o México, na ALCA, com a União Européia, na OMC.

A estratégia de negociações comerciais do Brasil já foi comparada a um conjunto de círculos concêntricos. A idéia seria de que os acordos com o Mercosul e com o restante da região serviriam como plataforma para a economia brasileira, propiciando uma exposição gradual à concorrência internacional e os ganhos de escala necessários ao aumento da produtividade e à plena participação na economia global. A integração

regional não poderia, no entanto, ser vista como uma alternativa à inserção no mercado internacional. O Mercosul e a América do Sul constituiriam um locus de integração mais rápida e mais profunda, mas sem perder de vista a importância da esfera multilateral para um país com interesses diversificados em escala global.

Ao longo de toda a década de 90 foi desenvolvido um intenso esforço diplomático, que continua até hoje, para concretizar essa estratégia de círculos concêntricos. Não é uma tarefa que dependa apenas de nós. Na prática, não existe controle absoluto do ritmo dos eventos, a não ser nos processos de abertura unilateral. Quando o que se busca são oportunidades de abertura e consolidação de condições de acesso em outros mercados, é necessário ter presentes as realidades externas, as ações de outros atores e o tempo de processos diplomáticos com múltiplos participantes.

O lançamento das negociações da ALCA, ainda sob a Presidência Itamar Franco, por exemplo, ocorreu em um momento em que a conclusão do NAFTA exercia considerável fascínio sobre muitos países da região. A Argentina, por exemplo, em consultas realizadas entre o Mercosul e os EUA em outubro de 1994, propôs que as negociações hemisféricas para livre comércio fossem concluídas em 2000, e o processo de desgravação tarifária concluído em 2015.

O engajamento do Brasil no processo de lançamento das negociações da ALCA constitui um excelente exemplo da superioridade da participação sobre o isolamento como estratégia para a defesa de nossos interesses. Foi possível, ao longo de 7 anos de negociações, conciliar o projeto de liberalização comercial hemisférica com os principais eixos da estratégia comercial

brasileira: primeiro, a prioridade do Mercosul e da dinâmica comercial sul-americana na construção futura da ALCA; segundo, a relativização do NAFTA como eixo de referência e de convergência dos diferentes acordos sub-regionais; terceiro, a preservação da preeminência do sistema multilateral de comércio e a qualificação adequada da incidência sobre a integração hemisférica de disciplinas ainda não reguladas na OMC.

Foi possível também aumentar a atratividade do Mercosul como parceiro para negociações com a União Européia, que absorve um quarto de nossas exportações totais e a metade de nossas exportações agrícolas. Interessa-nos que as negociações com os dois principais mercados do mundo procedam em ritmo semelhante, de forma a evitar desvios substanciais de comércio.

A condução simultânea de várias negociações comerciais constitui um desafio considerável, não apenas para o setor privado, que precisa planejar sua adaptação às novas situações, mas também para o Governo, que enfrenta limitações de recursos materiais e humanos. Cada foro negociador apresenta características específicas, que requerem adaptações nas modalidades, nos métodos e nos objetivos negociadores. É distinta a lógica de uma negociação que visa à redução, e não à eliminação de tarifas consolidadas, como ocorre na OMC, daquela que preside a uma negociação que deve resultar, em prazo delimitado, na concessão de preferências tarifárias de 100 por cento e na qual, por conseguinte, as tarifas efetivamente aplicadas são as mais relevantes. É também distinto o alcance do que se pode fazer, dependendo da abrangência geográfica das negociações, em relação a regras que devem ser internalizadas, como aquelas referentes a regulamentos técnicos e sanitários ou propriedade intelectual.

Mas todos os grandes blocos de temas – acesso a mercados, regras de comércio e novos temas, como investimentos e política de concorrência – estão presentes em todas os processos negociadores. É necessário perseguir, em cada um deles, as possibilidades que se oferecem ou que puderem ser criadas para gerar oportunidades para nossas exportações.

A crescente complexidade técnica e a semelhança das pautas negociadoras levou-me a determinar a reestruturação da área econômica do Itamaraty. Com unidades administrativas organizadas em função de temas, e não mais com base nos foros negociadores, será possível operar com maior eficiência e coerência. Além disso, tomei a decisão de destinar todos os diplomatas da última turma do Instituto Rio Branco para as divisões econômicas, com vistas a assegurar pessoal suficiente para enfrentar a considerável carga de trabalho que implicam as diversas negociações em que estamos envolvidos.

Estas considerações podem ser resumidas em um conjunto de proposições. A busca do desenvolvimento e da autonomia possível, nos dias de hoje, requer a integração na economia mundial, a qual, por sua vez, pressupõe a expansão de nossas exportações. Nesse processo, há duas dimensões que se destacam: em primeiro lugar, a participação

ativa na elaboração das normas multilaterais, como forma de assegurar a defesa de nossos interesses; em segundo lugar, o esforço para gerar e consolidar oportunidades de acesso para os produtos e serviços brasileiros nos mercados internacionais. Os diferentes processos negociadores prestam-se de forma diferenciada à consecução destes objetivos. De forma simplificada, pode-se dizer que as negociações da ALCA e da União Européia oferecem perspectivas mais amplas no que diz respeito a acesso a mercados, ao passo que a OMC é o foro por excelência, e o que melhor atende a nossos interesses, no que tange à formulação de regras de regulamentação, no plano internacional, das atividades econômicas.

Procurei apresentar aqui uma visão abrangente da lógica que motiva a participação simultânea do Brasil em várias negociações comerciais. Mas se a participação é condição necessária, ela não é suficiente para assegurar bons resultados. O engajamento da sociedade é indispensável para que possamos formular posições negociadoras legítimas e que atendam aos interesses do Brasil. Daí a importância de iniciativas como este seminário, que contribui para levar a toda a sociedade a discussão sobre negociações de extraordinária importância para o futuro da sociedade brasileira.

Muito obrigado.

REUNIÃO REGIONAL PREPARATÓRIA PARA A “RIO + 10”

TEXTO BASE DO DISCURSO DO MINISTRO DE ESTADO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER, NA REUNIÃO
REGIONAL PREPARATÓRIA DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE PARA
A CÚPULA MUNDIAL SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
 (“RIO+10”). RIO DE JANEIRO, 23 DE OUTUBRO DE 2001

Senhores Ministros,

Desejo antes de tudo expressar meus agradecimentos aos colegas Chanceleres da América Latina e Caribe por haver-me honrado com a eleição para presidir os trabalhos desta Reunião Regional Preparatória da América Latina e do Caribe para a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável. Estou seguro de que poderei contar com o apoio de todos no desempenho desta elevada responsabilidade, a fim de que nossos trabalhos obtenham o êxito que todos almejamos, reforçando assim o peso e a influência da região no campo ambiental mediante uma ação articulada no ano próximo, por ocasião da Conferência de Joanesburgo.

Reunimo-nos hoje no Rio de Janeiro onde, há quase dez anos, se escreveu uma das páginas mais significativas do multilateralismo. Para o Brasil - e para mim pessoalmente – recordar a Conferência do Rio, de 1992, significa também reafirmar a vis directiva do compromisso brasileiro com o desenvolvimento sustentável a partir de uma visão que transcende nossos interesses específicos para incluir nossas expectativas quanto à ação da comunidade internacional.

Nosso encontro aqui servirá para avaliarmos o quanto se avançou e o quanto ainda se precisa fazer para tornar realidade o desenvolvimento sustentável. Esse conceito-síntese consubstanciou a mensagem kantiana da Conferência de 1992 que reconhece a importância, do ponto de vista da humanidade, voltada para a consolidação de uma visão de futuro orientada para um novo patamar de convivência internacional. Essa visão, nas atuais condições de funcionamento do sistema internacional, requer para sua implementação uma cooperação em termos grocianos, isto é, centrada na interdependência construtiva das soberanias, e é alimentada pela natureza heurística do desenvolvimento sustentável, que associa a preocupação com o meio ambiente com a não menos legítima preocupação com a economia e a erradicação da pobreza.

O fortalecimento da democracia na maioria dos países da Região ensejou a abertura de vias novas para a cooperação tanto no campo da proteção da natureza quanto da promoção do desenvolvimento. Essa evolução está em sintonia com os anseios de uma geração sensível à necessidade de se proteger o meio ambiente e ao imperativo de

se acelerar a afirmação da equidade social. É auspicioso ver a valorização das instâncias intergovernamentais e a ampliação da presença da sociedade civil na definição do esforço para superar práticas predatórias e promover alternativas mais sustentáveis de promoção da prosperidade e do bem-estar.

As circunstâncias naturais, históricas e políticas de nossos países nos credenciam a indicar os rumos que desejamos ver seguidos pela comunidade internacional. As decisões que aqui tomarmos devem estar orientadas a construir consensos que definam a agenda e os resultados da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, no próximo ano, em Joanesburgo.

Nos dez anos desde a realização da Conferência do Rio solidificou-se a convicção sobre o equilíbrio imprescindível que deve haver entre a utilização de recursos ambientais e naturais e o progresso econômico e social. Com base nesse significado da noção de desenvolvimento para nosso tecido social afirmei, neste mesmo recinto, em 1992, durante o debate geral da Conferência do Rio, que “o pressuposto do desenvolvimento sustentável é o próprio desenvolvimento”.

O desenvolvimento sustentável, enquanto conceito, é universal, mas, enquanto experiência, expõe sua dimensão local. No campo da implementação, ainda somos vítimas do paradoxo do excesso de poder e do excesso de impotência. Excesso de poder que se reflete na concentração limitada de recursos financeiros, tecnológicos e de conhecimento, cujo acesso pelos países em desenvolvimento ainda conhece severos impedimentos. Excesso de impotência ante a incapacidade da comunidade internacional de galvanizar os recursos existentes para diminuir de maneira eficaz as distâncias dentro e entre as sociedades, o que agrava a insustentabilidade.

Tornar o desenvolvimento sustentável uma alavanca de modernização requer conferir-lhe condições sistêmicas de competitividade. A internalização do mundo na vida das sociedades promovida pela regulamentação multilateral do desenvolvimento sustentável não se pode dar de maneira discriminatória. A legitimidade do princípio da precaução, para dar um exemplo, depende de sua aplicação criteriosa. Os produtos exportados pelos países em desenvolvimento não podem estar sujeitos a restrições ou embargos impostos com base em riscos meramente teóricos, sem fundamentação científica. É necessário também evitar distinções arbitrárias e injustificadas entre os requisitos aplicados à produção doméstica e aqueles exigidos dos produtos exportados pelos países em desenvolvimento.

Completada uma década da conclusão dos históricos acordos do Rio, a busca do desenvolvimento sustentável mostra-nos a inter-relação entre conceitos e realidade. Os princípios consagrados na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e na Declaração de Florestas, bem como os compromissos da Agenda 21, ainda enfrentam o teste da vontade política de se adotarem novas atitudes, novas metodologias e de se empregarem novos meios que promovam a melhoria da qualidade de vida das populações sem que isso implique custos que hoje temos a consciência de serem inaceitáveis do ponto de vista ambiental. Por outro lado, a realidade política tem evidenciado que muitas das expectativas que tínhamos, em 1992, para colocar a cooperação internacional em novas bases, não têm sido plenamente satisfeitas e que os compromissos assumidos nos instrumentos emanados da Conferência não têm sido honrados em sua totalidade.

A Conferência do Rio mudou o eixo da discussão sobre o desenvolvimento ao

contextualizá-la numa visão global que colocou as relações Norte-Sul sob o signo da cooperação. A Cúpula de Joanesburgo ocorrerá num momento marcado pelo reforço da solidariedade internacional para combater as ameaças à segurança. As respostas aos desafios no campo da segurança requerem, todavia, que a solidariedade se concretize de modo simétrico na solução dos desafios pendentes consubstanciados no cumprimento dos compromissos assumidos na Agenda 21, bem como nas convenções e declarações consagradas unanimemente no Rio.

A Convenção sobre Diversidade Biológica e a Convenção sobre Mudança do Clima estabelecem regimes que refletem a vontade política da comunidade internacional de lidar com os dilemas resultantes da combinação diferenciada de responsabilidades e da contraposição entre interesses.

Os recursos biológicos e genéticos e os conhecimentos tradicionais associados surgem nesse contexto como uma nova fronteira para a utilização da biotecnologia. A Convenção sobre Biodiversidade, assinada no Rio de Janeiro em 1992, reconheceu a importância econômica da conservação e do uso sustentável daqueles recursos. Reconheceu também a interdependência entre a biodiversidade e a biotecnologia, ao estabelecer como objetivos principais a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes, e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos. Deixou, no entanto, em aberto a necessidade de fórmulas *sui generis* que permitam a proteção daqueles recursos e dos conhecimentos tradicionais associados.

A esse respeito, vale ter presente que o Acordo de TRIPs tem sido utilizado por

alguns países – de forma injustificada, a nosso ver – para promover interpretação restritiva dos dispositivos da Convenção sobre Biodiversidade que tratam de acesso e transferência de tecnologia. Daí a necessidade de esclarecer de forma cabal a relação entre os dois instrumentos. Além disso, o Brasil e os países em desenvolvimento têm defendido a inclusão no Acordo de TRIPs de dispositivo que contemple a proteção dos conhecimentos tradicionais e dos recursos genéticos. A propósito, vale recordar que a criação do Comitê Intergovernamental sobre Recursos Genéticos, Conhecimentos Tradicionais e Folclore da OMPI foi suscitada por uma proposta do GRULAC.

O fenômeno da mudança do clima altera as condições que sustentam a vida no planeta. As evidências científicas apontam para sua confirmação, à medida que incertezas e indicações frágeis vão se convertendo em tendências mais seguras e em convicções mais fundamentadas. Portanto, as respostas às causas e aos impactos da mudança global do clima devem ser buscadas no processo negociador estabelecido sob a Convenção Quadro sobre Mudança do Clima, em especial pela pronta entrada em vigor e implementação da metas do Protocolo de Quioto.

Cumprir ter presente que na formulação das respostas ao desafio da mudança do clima enfrentamos tempos diferentes entre as reações da natureza às atividades humanas e a determinação política de enfrentar os desafios ambientais em articulação com a agenda pendente a que me referi.

A globalização e o desenvolvimento sustentável têm em comum o sentido da mudança. Mas têm igualmente em comum a característica de serem conceitos sobre os quais não há uma interpretação única que

possa embasar a ação política. Globalização, desenvolvimento e sustentabilidade têm significados diferentes para distintos grupos sociais ou correntes políticas.

Todavia, mesmo nessa incerteza epistemológica, o consenso de que são inadequados os padrões até agora seguidos para o uso da natureza e do meio ambiente impõe que a comunidade científica e o arsenal tecnológico propiciem conhecimento para que sejam encontradas opções racionais para os impasses que as sociedades enfrentam. O aprofundamento da interdependência entre as sociedades acentuou o caráter transformador e a importância política do conhecimento. O desenvolvimento sustentável tem seu fundamento na combinação entre a engenhosidade política e o apoio da ciência para a compreensão de fenômenos que até há pouco sequer freqüentavam nossa imaginação.

O desenvolvimento sustentável é uma questão global, em que os objetivos são convergentes e as responsabilidades são comuns, embora diferenciadas.

Conferências como esta e como será a Cúpula de Joanesburgo servem, portanto, para que busquemos racionalizar a ação em meio a incerteza da compreensão. Cumpra, assim, avançar no entendimento entre os diferentes atores para traduzir no concreto as decisões tomadas no Rio e que ainda carecem de implementação plena.

A Conferência que hoje iniciamos deverá marcar o posicionamento da América Latina e do Caribe em relação ao que efetivamente se logrou em matéria de mudança em nossas sociedades e na comunidade internacional de modo a propiciar melhores condições de

vida hoje sem comprometer as oportunidades das gerações futuras. Emblemática dessa mudança é a questão financeira. O Painel sobre Financiamento do Desenvolvimento Sustentável, que se realiza no contexto desta reunião, com a participação de ministros com responsabilidades na área financeira, propiciará uma oportunidade valiosa para que uma discussão sobre o quanto avançamos no apoio a políticas que estimulem práticas sustentáveis e sobre o quanto ainda resta a fazer, no plano interno e no plano internacional para que os países em desenvolvimento possam efetivamente promover a sustentabilidade.

Especial atenção deve ser conferida à adoção de padrões de produção e consumo que não aprofundem o desequilíbrio entre ricos e pobres, em nível nacional, regional e internacional. A pobreza não é causa maior da degradação ambiental. Mas é inadmissível, pois perpetua um padrão de consumo incompatível com a dignidade humana.

Cumpra, portanto, reverter essa perversa convergência entre a abundância e a privação mediante uma vontade política decidida de toda a comunidade internacional. O desenvolvimento sustentável não é uma receita única, mas seus ingredientes necessitam ser aplicados em doses suficientes e adequadas a cada tecido social para que as transformações que todos almejamos possam ser realidade.

Como o Presidente Fernando Henrique Cardoso assinalou, a dinâmica da questão ambiental “tem que ser cultural”(1). Enfrentar os desafios que o desenvolvimento sustentável nos oferece somente será possível se infundirmos uma nova consciência acerca da natureza estratégica do meio ambiente.

O documento final desta Conferência que sintetizará o pensamento da América Latina e do Caribe para a Cúpula de Joanesburgo será uma mensagem para reforçar essa consciência. Será uma plataforma a partir da qual os negociadores dos países da Região poderão atuar de maneira vigorosa para demandar o cumprimento dos compromissos do Rio que ainda estão por ser realizados e também promover a universalização da cultura da sustentabilidade, respeitando-se as diferenças geográficas e de formação que marcam a comunidade internacional.

Como exercício político-diplomático de escopo global, nossa ação para a Conferência de Joanesburgo deve ser orientada por uma visão de futuro que aproxime a realidade social e normativa consagradora de valores compartilhados dos ideais que nos inspiram.

Em nossa época, marcada pelo fenômeno da globalização e seu impacto em nossas sociedades, devemos ter como princípio norteador a construção de uma globalização sustentável, inclusiva e equitativa.

Muito obrigado.



CONFERÊNCIA SOBRE TRANSIÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICAS

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA CONFERÊNCIA SOBRE TRANSIÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICAS. MADRI, ESPANHA, 26 DE OUTUBRO DE 2001

Quero, antes de mais nada, agradecer o convite da Fundação Gorbachev e da FRIDE para participar desta conferência. Venho imbuído da gravidade do momento. Como homem de Estado, sociólogo e cidadão, não quis deixar de comparecer a este importante foro sobre a democracia e o fortalecimento da cooperação no mundo contemporâneo. É muito apropriado que nos reunamos na Espanha.

Todos que se dedicaram, como eu, a estudar a experiência de transição democrática concretizada nos famosos Pactos de Ia Moncloa sabem que aquele processo fez da grande nação espanhola, sob o patrocínio do Rei Juan Carlos, um dos pilares da liberdade no plano internacional. Falo da gravidade do momento em função do novo cenário que se desenha a partir dos ataques hediondos de 11 de setembro. No topo da agenda, passam a estar os desafios que o problema do terrorismo coloca para nossas democracias.

Se a atitude democrática é a da persuasão entre cidadãos livres e iguais, é próprio do terrorismo tentar impor um ponto de vista, uma opinião ou um interesse pela violência indiscriminada contra civis inocentes, contra homens, mulheres e crianças que passam a ver-se ameaçados no seu dia-a-dia.

Os eventos recentes mostram que, levada a extremos, essa lógica do medo pode difundir-se por todos os aspectos da vida, sem excluir os mais corriqueiros. Uma viagem de avião, o recebimento de correspondência pelo correio, ou o mero ato de dirigir-se ao trabalho.

Já houve quem pretendesse fundar a vida política no medo. É a monstruosidade do Leviatã hobbesiano, cuja autoridade estaria baseada no fato de que os cidadãos se veriam diante de uma escolha trágica entre a obediência a um soberano absoluto ou a morte violenta na anarquia do “estado de natureza”.

Rousseau, como tantos outros depois dele, mostrou a falsidade dessa visão da política. Mostrou que a obediência que se funda no medo é determinada, em última análise, por um cálculo de prudência. Obedeço porque tenho medo das conseqüências de não obedecer.

O que falta a essa obediência comandada pelo medo é precisamente a dimensão ética da legitimidade, que é essencial na democracia. O poeta brasileiro Carlos Drummond de Andrade, escrevendo na atmosfera carregada do período da Segunda Guerra Mundial, denunciou a “harmonia do medo”, que fazia o amor refugiar-se “mais abaixo dos subterrâneos”.

Miguel de Unamuno, quando enfrentou em Salamanca o irracionalismo do “Viva la muerte!”, apontou precisamente essa diferença entre a autoridade que se impõe pela força e a que se impõe pela razão e pelo direito. Disse: “Venceréis, pero no convenceréis!”

Em um regime democrático, quando o cidadão aceita a autoridade do governo ele o faz com a consciência de estar fazendo o que é justo, não para escapar a consequências atemorizantes. Isso só é possível porque a vida política, na democracia, se constrói com base na liberdade e na participação dos cidadãos. E é possível, também, porque democracia não se confunde com eleição. Pressupõe eleições livres e justas, mas é muito mais do que isso. É um sistema de superação dos conflitos por meio do diálogo, da negociação, da persuasão.

Por isso, o aperfeiçoamento da democracia passa pelo fortalecimento de um espaço público de discussão. Nele, as diferenças de ponto de vista e de interesse podem ser debatidas de forma transparente, sem imposições, e com a perspectiva do bem comum - que não é um bem comum ditado por burocratas iluminados, mas que emana da participação dos diversos atores sociais, das ONGs, dos partidos políticos, dos sindicatos, das empresas.

O trabalho nas universidades, em particular, é essencial para alimentar o debate neste espaço público. Como o é o papel da imprensa livre, sem qualquer tipo de censura política. É assim que a democracia reforça seu caráter deliberativo, participativo. Por tudo isso, a democracia é, em certo sentido, o outro nome da paz. A paz que não é o silêncio de homens amedrontados, nem a ordem nascida do arbítrio dos poderosos. A paz verdadeira é a que reflete a concordância livre de cidadãos sem medo, é a que respeita o primado da razão e do direito. Por isso, a relação entre democracia e paz é visível no plano internacional.

Um exemplo concreto: a paz entre Equador e Peru, para a qual o Brasil e outros países contribuíram, e que não teria sido possível se não contasse com o respaldo, naqueles dois Estados, de suas instituições democráticas. A propósito, temos aqui uma feliz coincidência, porque o dia de hoje marca o terceiro aniversário do Acordo de Paz assinado em Brasília, com a presença do Rei Juan Carlos.

Não tenho dúvida, por outro lado, de que os princípios democráticos estarão presentes em qualquer solução justa e duradoura para o conflito entre israelenses e palestinos. Madri já foi palco de um esforço importante para relançar o processo de paz no Oriente Médio.

Infelizmente, o que temos visto nos últimos anos, e em especial nos últimos meses, são marchas e contra-marchas, com mais frustrações do que soluções. O resultado é o agravamento das tensões e do sofrimento, dos dois lados.

É essencial que se dêem passos concretos para que se alcance, sem demora, a constituição efetiva de um Estado Palestino democrático, coeso e economicamente viável, baseado no direito de autodeterminação do povo palestino e no respeito à existência de Israel como Estado igualmente soberano, livre e seguro.

Se a paz no Oriente Médio é imprescindível para um novo ordenamento internacional, não menos importante é a superação das tensões que atingem todo o mundo islâmico. O Brasil não acredita no choque de civilizações, pois dentro de nossas próprias fronteiras houve, ao contrário, encontro de civilizações, encontro de culturas, raças e crenças. Esta é tendência em todo o mundo, e esta foi também a experiência histórica dos Estados Unidos da América.

No plano internacional, a solução de conflitos terá tanto mais êxito quanto mais democráticos forem os mecanismos de deliberação de que dispusermos. É

imprescindível fortalecer as Nações Unidas e os seus órgãos de deliberação – em particular o Conselho de Segurança –, tornando-os mais representativos, mais capazes de auscultar a complexidade dos fenômenos internacionais, e portanto mais eficazes em sua atuação para promover a paz por meio de soluções negociadas.

As reuniões do G-7/8 não substituem, pela pouca amplitude do espectro de países envolvidos e por delas estarem excluídos os países emergentes e os mais pobres, o fortalecimento de foros com maior legitimidade. Reafirmo nossa firme disposição de cooperar com a comunidade internacional, como estamos fazendo, na luta contra o terrorismo. Permanecemos ao lado da razão e da sensatez. O terrorismo é o contrário disso. É o princípio da violência, do uso da força. Sua matéria-prima é o medo. E um dos grandes desafios que nos são impostos na luta contra o terrorismo é o de fazer com que nossa vitória não se faça ao custo de nossa própria derrota. Se para vencer o terror tivermos que abrir mão das liberdades individuais, das garantias dos direitos civis, da proibição de uso da tortura, então nossa vitória será realmente um contra-senso. Em nome da defesa de nossos valores, estaríamos, de fato, promovendo a sua destruição. Não se poderia imaginar uma vitória mais completa para quem quer ver triunfar a política do terror.

Estou convencido, portanto, de que a tarefa que temos diante de nós não é a de restringir liberdades, mas, ao contrário, a de aplainar o terreno para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito. A democracia não é um ponto de chegada, mas um ponto de partida, uma obra inacabada.

Ela é o funcionamento das instituições republicanas, o respeito aos direitos humanos, a separação dos poderes, a imprensa livre, a realização de eleições periódicas, mas

pressupõe também a democratização do próprio tecido social. Essa democratização se faz pela universalização do acesso aos serviços básicos e pela ampliação da dimensão participativa da vida política. Este é um ponto essencial para quem pretenda entender os desafios da democracia contemporânea.

Não há democracia sem o Estado, e um Estado eficaz e eficiente no cumprimento de suas funções. Ao mesmo tempo, contudo, não poderemos, no século XXI, prosseguir imaginando o Estado segundo modelos inspirados no século XIX. Não há dúvida de que a separação entre o público e o privado é essencial para evitar distorções patrimonialistas. No entanto, a noção de que o público tem que ser necessariamente estatal, que a rigor nunca correspondeu inteiramente à realidade, em nossos dias tomou-se inteiramente absurda.

O Estado democrático de hoje é aberto à participação da sociedade, fundamental para a busca do interesse público.

Em suas diversas modalidades, a construção de uma parceria entre Estado e sociedade entre Estado e ONGs, entre Estado e sindicatos, entre Estado e empresas - delinea o espaço de um público não-estatal, e que por vezes, por não ser estatal, é mais genuinamente público, porque resulta de procedimentos mais abertos, mais transparentes e, não raro, mais eficazes.

Manuel García-Pelayo, notável jurista espanhol, viu com clareza essas transformações do Estado contemporâneo e falou do surgimento de um “segundo círculo” de deliberação política, que se acrescentava ao círculo propriamente estatal. Entendeu, também, que esse processo, juntamente como o aprofundamento do Estado Social de Direito, acarretava, para a democracia, desafios novos e desconhecidos das democracias do passado.

Hoje, esses desafios desdobram-se também no plano internacional, no qual existe um

déficit de democracia e de cidadania. Mais e mais a globalização afeta as vidas dos indivíduos em todos os países. Mais e mais os indivíduos sentem-se impotentes para afetar os rumos da globalização.

Faltam mecanismos de governança mais legítimos e mais eficazes para lidar com os problemas de uma economia globalizada que comporta importantes distorções e assimetrias. Essa situação não pode persistir. É imprescindível avançar no sentido de uma democratização da vida internacional e da adoção de medidas para assegurar que a globalização seja um fator de desenvolvimento, não de exclusão.

É assim no comércio, e é assim nas finanças internacionais. A globalização não pode continuar a conviver com as distorções protecionistas que tiram as vantagens dos mais pobres e acentuam as dos mais ricos. Como não pode prosseguir experimentando turbulências e crises financeiras a cada tanto. São imperativos democráticos um comércio

internacional mais simétrico e um sistema financeiro mais ordenado, talvez com a adoção de algum mecanismo inspirado na “Taxa Tobin”, mas sem seus inconvenientes, e com maior controle sobre os chamados “paraísos fiscais”.

Os problemas da globalização econômica, assim como os do terrorismo em escala global, colocam-nos diante de desafios sem precedentes. E o enfrentamento de desafios novos é da essência da democracia, pois de outra forma estaríamos condenados a repetir a tradição. Isso é assim na luta contra o terrorismo, e é assim na luta contra a injustiça e a exclusão social, no plano interno e no externo.

E é assim porque a democracia, mesmo quando está engajada na luta - como agora contra o terrorismo - é sinônimo de paz, é instrumento de paz. Este é o segredo da universalidade dos valores democráticos. É também sua força. Este é o nosso caminho.

Muito obrigado.

CERIMÔNIA ALUSIVA AO DIA DA CULTURA

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DE CERIMÔNIA ALUSIVA AO DIA DA CULTURA. PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, 7 DE NOVEMBRO DE 2001

É com imenso prazer que volto a presidir a cerimônia de outorga da Ordem do Mérito Cultural. Pelo sétimo ano consecutivo, o Governo Federal presta tributo a artistas, intelectuais, empresários e lideranças políticas que se fazem presentes na causa maior de promover o Brasil e sua cultura.

Desta vez, a homenagem também contempla instituições. E que instituições! É só ver a alegria de todos nós ao homenagearmos nossas escolas de samba. É só ver o prazer estampado no rosto não apenas daqueles que recebem, mas de todos nós que assistimos, com emoção, para entender o que significam essas instituições para nós, brasileiros. As escolas de samba estão aqui representadas por Mangueira, Portela, Império Serrano e Vila Isabel, que cito sem ordem de precedência, merecedoras como são de igual estima dos cariocas e de todo o povo brasileiro. Como disse o Ministro Francisco Weffort, a cerimônia deste ano tem como tema a matriz negra da cultura brasileira.

O tema é um convite ao conagraçamento, à festa, mas também à reflexão. A melhor reflexão já foi feita aqui. O Ministro Weffort conhece os caminhos da cultura brasileira como ninguém e fez uma exposição, como é habitual nessas cerimônias, realmente brilhante.

Costumo dizer que o Brasil traz consigo o paradoxo de ser um país, ao mesmo tempo, culturalmente integrador e socialmente injusto. E até mesmo excludente. Queremos, com isso, ressaltar o desafio que essa questão traz a todos nós, Governo e sociedade. O desafio é o de estender a plasticidade que informa nossa vida cultural à esfera das relações sociais, reduzindo distâncias, atenuando diferenças e fazendo do Brasil uma sociedade mais justa e solidária.

O Ministro Francisco Weffort acaba de nos lembrar que essa tarefa é mais complexa do que muitos presumem, a começar pelo fato de que muito resta a ser feito para que o próprio mundo da cultura seja efetivamente aberto e democrático. A plasticidade cultural não é uma panacéia.

É verdade que o Brasil talvez seja singular enquanto espaço de intercâmbio cultural. Aqui etnia alguma resiste ao fascínio da troca de valores e experiências, em um diálogo inesgotável, do qual só temos a ganhar, como povo, como civilização. Mas também é verdade que essa permuta civilizatória não se deu de uma maneira tal que todas as culturas envolvidas obtivessem igual reconhecimento.

Sabemos do verdadeiro processo de expropriação cultural de que foi vítima a comunidade negra ao longo da História.

Foi-lhe negada a paternidade de muitos dos mitos, conquistas e heróis que hoje povoam o imaginário do povo brasileiro.

Joel Rufino, já tantas vezes citado por Francisco Weffort, falou, com razão, de um “branqueamento” da memória nacional. Na imensa galeria de escritores, poetas, músicos, escultores e pintores de descendência africana que o Brasil produziu, muitos se viram maquilados por seus contemporâneos, que não os aceitaram negros e, ao mesmo tempo, iluminados. O Ministro Francisco Weffort deu alguns exemplos, dentre os muitos que temos no nosso país.

Há muitos anos, em minha tese de doutoramento - o Ministro Francisco Weffort fez referência ao fato de eu ter trabalhado sobre este tema, e é verdade, mas não vou fazer nenhuma preleção sociológica, não tenho mais a possibilidade de fazê-lo -, mas quando escrevi minha tese de doutoramento, há muitos anos, há mais de 40 anos, denunciei a violência que era sistemática e deliberadamente praticada contra a cultura dos escravos pelo senhores brancos. Isso era visível. Mas o Brasil de hoje, apesar da manutenção de muitos desses traços, da falta de reconhecimento da cultura negra, é um Brasil melhor do que o de quarenta anos ou cinquenta anos atrás.

Se me permitem, conto um pequeno episódio. Nos anos 50, fui, uma vez, ao Rio de Janeiro, a uma reunião no Palácio Itamaraty, no Salão dos Índios. Os que são diplomatas, aqui, conhecem de cor e salteado esse salão. É muito bonito. E eu estava fazendo meus estudos sobre relações raciais no Brasil. Foi uma reunião promovida pela Unesco. Isso, repito, foi nos anos 50. Eu era, portanto, bastante jovem, não tinha nem 30 anos. Fui com todo o ardor e, quem sabe, alguma ingenuidade. A reunião era internacional. Expus o que eu tinha pesquisado. E disse que havia preconceito de raça no Brasil.

Bom, a pessoa que presidia a reunião, quando terminou, me chamou a um canto e disse: “Olha, por pouco eu não botei você para fora, porque você está denegrindo a imagem do Brasil”. Era assim. Hoje, nós reconhecemos a existência dessas diferenças. Nós reconhecemos que até a memória negra foi expropriada. E sabemos que há muito por fazer. Se eu conto esse pequeno episódio pessoal, é porque o Brasil mudou. Mudou para melhor porque hoje podemos proclamar, em alto e bom som, o orgulho que temos da cultura negra no Brasil.

E é preciso dizer que somente graças a um esforço obstinado de resistência, os negros puderam continuar a se manifestar como negros, em campos como a música e a religião. Nomes como Manoel Bomfim, Mário de Andrade, Gilberto Freyre foram muito importantes para demarcar o papel do negro e também do mestiço na evolução da cultura brasileira. Isso para não falar do tenaz trabalho de resgate da memória que tem sido desenvolvido, ao longo das últimas décadas, pelo movimento negro no Brasil.

Mas o fato é que ainda é inaceitavelmente amplo o número de brasileiros que não sabem o que Ministro Weffort disse aqui há pouco, com toda naturalidade: Castro Alves, Machado de Assis e Carlos Gomes eram mestiços no sangue. E em tudo que de mais belo criaram. Não se trata somente da mestiçagem no sangue, mas na alma, que é o lado único dessa nossa cultura mestiça.

Daí a necessidade imperiosa que temos de reforçar a consciência nacional sobre os feitos do Brasil negro e mestiço. E daí a razão de meu empenho, como Presidente da República, em assegurar que a História brasileira seja ensinada nas escolas de maneira mais justa e isenta. Introduzimos o tema da diversidade cultural nos currículos escolares e providenciamos a revisão do conteúdo dos

livros didáticos, afastando os estereótipos negativos. E não só contra negros. Contra índios, mulheres, enfim, fizemos uma revisão completa no material didático que era ensinado secularmente no Brasil.

Como disse o Ministro Weffort, Zumbi deixou de ser um perturbador da ordem, um subversivo, para ser um herói nacional. Mandeí escrever o nome do Zumbi no livro dos Heróis da Pátria, para mostrar que ele, realmente, é um herói nacional, com H maiúsculo.

É essa a linguagem que os nossos filhos e netos encontram agora nos manuais de História; uma linguagem sem preconceito, que esclarece e, por isso mesmo, ao esclarecer, redime. Mas sabemos que mudança alguma no plano das mentalidades se sustenta sem que a realidade econômica e social responda a impulsos semelhantes, na mesma direção. Para que avancemos no sentido de erradicar o preconceito racial no Brasil, é também indispensável que se promova a continuada elevação do bem-estar econômico e social da população negra. Retomo um discurso que vem de longe, de muito longe. Ainda no início do século passado, Rui Barbosa já falava da necessidade de uma segunda emancipação, que assegurasse a integração dos negros no processo produtivo.

Se me permitem acrescentar uma outra nota pessoal, estudei a questão dos negros no sul do Brasil. Escolhi o sul do Brasil porque é onde há menos negros, ou havia menos negros. Ainda há menos negros do que noutras áreas, mas a escolha não se deu só por isso. O modo pelo qual o negro se integrava ao processo produtivo - e Rui Barbosa está pedindo uma segunda emancipação para assegurar a integração - foi, no Sul, diferente do resto do Brasil. Por uma razão simples: no Sul havia uma exploração de charque. O charque - carne seca - tratado de certa maneira, era exportado, depois, para outras províncias do Brasil, e até

para as Antilhas e Cuba, porque era comida para escravos. E era produzido no Rio Grande do Sul sob a forma de produção em série. Então, fiz um estudo para ver quais eram os limites da utilização do escravo como mão-de-obra em um regime que era capitalista e que estava voltado para a exportação.

O fato é que - não vou entrar nos detalhes das características desse modo de produção, do processo produtivo -, mas o fato é que o negro no Sul, sobretudo em Pelotas, na cidade de Rio Grande, nas áreas onde havia produção de charque, era urbano. E, como a produção não era contínua - a produção cessava, em certas épocas da entressafra do boi -, ele, o negro, aprendia outras funções.

Então, quando houve a abolição da escravidão, os negros do Rio Grande do Sul tiveram melhores condições de integração ao processo produtivo, porque tinham ofícios, eram urbanos. Isso permitiu uma certa ascensão social dos negros. Consegui descobrir, na cidade de Rio Grande, um jornal publicado pelos negros, que se chamava "Floresta Aurora", nome, até hoje, de um clube de negros - era de negros -, em Porto Alegre. E eu li esse jornal. É um material muito interessante porque, no século XIX, negros, escravos e não escravos, libertos, produziam já um jornal.

Isso mostra a importância da preocupação de Rui Barbosa, o significado da integração do negro no modo produtivo. No sul, foi possível uma ascensão social mais rápida. Foi possível encontrar negros nas escolas, depois negros professores, funcionários públicos, juizes, porque seus ascendentes haviam tido uma inserção maior no processo produtivo.

Lembro que também Joaquim Nabuco já dizia que não bastava lutar contra a escravidão, era preciso lutar contra a obra da escravidão. O fato é que continuamos tendo que lutar, hoje, contra a obra da escravidão, contra uma

sociedade que é excludente, cuja exclusão data da escravidão e data do momento em que isso se tornou mais forte. Os negros, que eram massacrados mas tinham uma inserção no processo produtivo, com a Abolição, perderam essa inserção e formaram a primeira camada de pessoas sem ocupação, produzindo verdadeiras situações de anomia nas próprias famílias e na sociedade.

Daí porque foi a mulher negra quem permitiu uma inserção mais rápida. Fugidos da lavoura, refugiados na cidade, os negros não tinham o que fazer, não tendo do que se ocupar. O sustento passou a ser, em grande parte, assegurado pelo trabalho da mulher negra, como doméstica, depois como costureira. O culto que existe da mãe negra, da mulher negra decorre do fato de que a figura fundamental da sociabilidade negra, da família negra passou a ser a mulher.

José Bonifácio também merece ser lembrado em sua defesa de que os negros, uma vez libertos, fossem assistidos pelo Estado, inclusive com acesso a terra. O pleito por uma nação mais igualitária e reconciliada com suas origens é, portanto, tão antigo quanto o Brasil independente. Como antiga é a resistência do atraso a que o país reconheça o débito com sua maioria marginalizada, condição sem a qual, como já antecipava Bonifácio, “nunca seremos verdadeiramente livres, respeitáveis, felizes”. Mas estamos, certamente, mudando. E mudando como? Pela mobilização da sociedade.

Aqui, quero ressaltar o papel do movimento negro para que isso ocorra, para que essa destruição da obra da escravidão que restou estratificada em nossa sociedade possa ser, realmente, eliminada para as gerações futuras.

É claro que o primeiro passo para isso tem de ser, como foi, a denúncia da ocorrência de racismo no Brasil. Se não houvesse essa denúncia, com contundência e clareza, não

iríamos continuar, realmente, o trabalho de demolição do que foram as instituições escravocratas. E, daí, se seguiu um amplo leque de políticas públicas dirigidas à comunidade negra.

O Ministro Weffort já disse que tivemos de inovar na área institucional para integrar o negro, crescentemente - e ainda não está integrado - ao processo de tomada de decisões. Daí a criação da Fundação Palmares, do grupo de trabalho interministerial para a valorização da população negra, do grupo de trabalho para a eliminação da discriminação do negro no emprego e na ocupação e, mais recentemente, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, que são instituições necessárias e importantes para que se possa continuar nessa tarefa de reconstrução de uma ordem democrática, de demolição do que restou das instituições escravocratas no Brasil.

Lembro que a decisão de criar esse Conselho Nacional surgiu no processo de preparação da participação brasileira na Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, que foi realizada em Durban, na África do Sul, em setembro deste ano. Lá, nós tivemos uma participação bastante forte, bastante ativa de brasileiros negros e não negros, todos lutando para que exista uma atitude de alerta contra o eventual recrudescimento do racismo.

Também foi nesse mesmo espírito de avançar na direção da integração do negro que garantimos a representação da comunidade negra no Conselho Nacional de Educação, uma reivindicação antiga e necessária para que possa haver um maior equilíbrio nessa matéria.

Tomamos uma série de outras medidas no aparelho de Estado, sempre na mesma direção. Uma delas foi a de dar maior acesso à terra. Fizemos vingar o direito constitucional dos remanescentes dos quilombos à propriedade definitiva de suas terras. Graças ao empenho da Fundação Palmares, foi possível reconhecer

inúmeras comunidades quilombolas. Os títulos de propriedade já começaram a ser emitidos. Essa prática deve ser intensificada no decorrer dos próximos meses, com apoio dos governos estaduais.

Evidentemente, ao lado disso, temos de ter a preocupação com a formação de recursos humanos. Estamos tratando de ajudar essa formação, sobretudo com o apoio do Comunidade Solidária. Também é muito importante ressaltar aqui o estímulo que se procura dar à igualdade de oportunidades no mercado de trabalho, com a prioridade reservada à população negra no Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador, o Planfor. Isto é uma clara política de ação afirmativa. Sou favorável a políticas de ação afirmativa. É preciso que haja clareza quanto a essas políticas para que possamos levar isso adiante. O Conselho Nacional de Combate à Discriminação, que foi criado, tem o objetivo de propor políticas de ação afirmativa que estabeleçam uma maior igualdade.

Criamos também um programa sobre a anemia falsiforme. Talvez muitos brancos, até hoje, nem tenham ouvido falar da anemia falsiforme. Mas a comunidade negra sabe que esta é uma moléstia que a prejudica enormemente. Precisamos ter programas especiais que prestem atenção ao assunto. Estamos fazendo isso.

No fundo, tudo faz parte de um grande movimento, que é o da formação da chamada “rede de proteção social”. Falo desta rede porque a população negra, normalmente, é o grupo que se encontra em maior número nas camadas mais pobres. Já disse inúmeras vezes, mas repito: quem quiser saber onde é que está a área mais pobre do Brasil, vá ao Nordeste, vá ao interior do Nordeste, às comunidades do Semi-Árido, vá procurar uma família negra onde o chefe de família seja mulher. Encontrará, aí, o nível mais elevado de pobreza.

Então, todos os programas dessa “rede de proteção social”, de alguma maneira, são também programas de resgate dos negros no Brasil. Criamos muitos. Hoje, embora embrionário, mas já em funcionamento, temos um programa de bolsa-alimentação para as crianças de zero a 6 anos e também para as gestantes. Abaixo de um determinado patamar de renda, todos estão qualificados para esse programa. De 7 a 16 anos, temos a bolsa-escola, para os que estão na escola e provêm de família com nível de renda baixo. Já distribuímos 5 milhões de bolsas-escolas. Até o fim do ano, serão 11 milhões. Onze milhões significam, a grosso modo, 30% das crianças que estão em escola no Brasil. Nós temos 35, 36 milhões de crianças nas escolas. Dessas, 11 milhões, as mais pobres, terão bolsa-escola.

Da mesma maneira, levamos adiante o tratamento da questão dos idosos. Implementamos o que a Constituição mandava. Ninguém tinha implementado a Lei Orgânica de Assistência Social. Todos os idosos se qualificam, abaixo de um determinado nível de renda, para receber uma quantia em dinheiro.

Isso se faz, cada vez mais, de forma direta, ou seja, com um cartão magnético. Não existe a intermediação. Não é o vereador, não é o líder sindical, não é o padre, não é o prefeito, não é o presidente, não é ninguém. É a mãe de família, principalmente, a mulher, se possível, porque tem mais capacidade de saber o que falta para os filhos, ou é o idoso, ou a idosa. Vão diretamente receber aquilo a que eles têm direito. Portanto, não é só uma questão de assistência. Aliás, não é. É de respeito. É de cidadania.

Quando, algumas vezes, fui candidato, sempre me referi a que tínhamos no Brasil um Estado do mal-estar social. Falava-se muito de bem-estar social. O nosso Estado era um Estado de mal-estar social. Pois bem, estamos refundando esse Estado, para que se conte pelo

menos com os fundamentos de um Estado que proveja bem-estar para as populações mais pobres.

Posso lhes dizer que estamos redistribuindo, neste ano, mais de 20 bilhões de reais para as populações carentes. O Imposto de Renda das pessoas físicas, que ocupa tanto espaço nas televisões, recolhe 22 bilhões. Praticamente todo esse dinheiro é transferido dos menos pobres - porque nem todos que pagam Imposto de Renda são ricos - dos ricos, dos menos pobres para os mais pobres.

Há, portanto, uma correspondência efetiva na noção de justiça social quando se faz um programa de proteção social com essa abrangência. Por mais que seja doído, porque dinheiro não se produz na máquina, coleta-se o imposto. Às vezes, é preciso corrigir os impostos e penalizar mais os que mais ganham para que nós possamos, efetivamente, fazer aquilo que todo mundo proclama, mas que é muito difícil fazer na prática, que é uma justiça efetiva, dando dignidade às pessoas.

Se falo dessas questões hoje é porque estou convencido de que, realmente, para que possamos ser capazes de levar adiante esse mesmo espírito com que nós estamos manifestando a nossa alegria pela tradição negra, pela cultura negra, pela contribuição do movimento negro, nós precisamos, o conjunto da sociedade, de ter uma sensibilidade maior para mostrar que tudo isso não pode se resumir a palavras, senão que tem de se traduzir em práticas efetivas de maior igualdade.

Quero também agradecer o imenso esforço que tem sido feito pelo Ministério da Cultura, pelo Ministro Weffort. Já mencionei aqui a questão relativa à memória cultural. Estamos fortalecendo também os núcleos de estudos

afro-brasileiros das Universidades, estamos preservando os sítios sagrados, as religiões afro-brasileiras. Já tombamos, por meio do Patrimônio Histórico, as casas de culto Axé Afô Afonjá e Casa Branca, ambas em Salvador.

Isso me dá uma grande satisfação. Porque, já foi dito, comecei a vida estudando a questão dos negros, trabalhei muito anos com dois eminentes professores que se ocupavam da questão negra - o Professor Florestan Fernandes e o Professor Roger Bastide. Impressionei-me muito quando fiz os meus estudos sobre as religiões negras, sobretudo o candomblé, com suas concepções, que me pareceram emblemáticas da maneira como os brasileiros convivem entre si e interagem com o mundo. No candomblé, o mal e o bem coexistem. São irreconciliáveis, mas são eternos. O bem prospera em função da sua ascendência, mas nunca liquida ou aniquila o mal. Exu tampouco faz sombra ao Olimpo. Isso é uma concepção muito interessante que existe na visão do candomblé. O mundo será sempre bom e mau ao mesmo tempo, para desalento dos maniqueístas.

Fico a me perguntar se não é exatamente assim que nós, brasileiros, costumamos sentir o nosso entorno. Nada nos soa absolutamente positivo ou irremediavelmente negativo. Somos refratários a lógicas binárias, onde as opções são mutuamente excludentes.

Convém ter isso presente num momento em que há tantos maniqueístas no mundo, num momento em que as pessoas querem simplificar as coisas: o bem está de um lado, o mal está do outro, uns são formidáveis, outros são horríveis. O candomblé nos ensina que as coisas são um pouquinho mais complexas e que é preciso ter essa plasticidade para entender que, muitas vezes, o bem convive com o mal e

é muito difícil separar o bem do mal. Temos que reconhecer a ascendência do bem sobre o mal, sem ficar a renegar a torto e a direito aqueles que achamos que são maus - e nos auto-considerando como bons.

Tenho me pronunciado nas últimas semanas contra o discurso do choque de civilizações. E continuarei a fazê-lo. Se não o fizesse estaria traindo não apenas as lições do candomblé, mas o espírito do povo brasileiro, que sempre soube matizar suas circunstâncias. Um povo que repudia o terrorismo, mas se preocupa com as causas da intolerância e da exclusão. Um povo que é parte do Ocidente judaico-cristão, mas não se esgota nessa dimensão de sua cultura.

Isso que nós vimos hoje, essa vitalidade da herança africana, mostra que nós, brasileiros, temos presente, de fato, a lição do candomblé. Se me permitem, quero lhes dizer que não dá para ser intolerante. É preciso ver que existem o bem e o mal. Mas o mal maior é pensar que cada um de nós tem o direito de dizer o que é bom e o que é mau. É preciso mais humildade.

Por tudo isso, hoje é um dia de grande alegria. Quero terminar dizendo que tenho uma grande emoção de ser Presidente de um Brasil negro, de um Brasil mestiço, de um Brasil branco. Quero, portanto, terminar dizendo: Viva o Brasil de todos nós!

Muito obrigado.



IV CONFERÊNCIA MINISTERIAL DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC)

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, POR OCASIÃO DA IV
CONFERÊNCIA MINISTERIAL DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO
COMÉRCIO (OMC). DOHA, CATAR, 9 DE NOVEMBRO DE 2001

Senhor Presidente,

Permita-me felicitá-lo por sua eleição para um cargo determinante para o êxito dos trabalhos que teremos a realizar. Estou certo de que, sob a liderança de Vossa Excelência, lograremos alcançar resultados positivos.

Aproveito a oportunidade para expressar os agradecimentos do Governo brasileiro ao Governo e ao povo do Catar pela generosa hospitalidade e pela eficiente organização desta Conferência.

Nestas primeiras palavras, desejo igualmente manifestar meu apreço pelos incansáveis esforços do Presidente do Conselho-Geral, Stuart Harbinson, e do Diretor-Geral Mike Moore, que nos permitiram chegar a esta Conferência com algum otimismo.

Senhor Presidente,

Em condições normais, o multilateralismo é a melhor garantia de que a globalização promoverá o bem comum. Em momentos difíceis, como o atual, torna-se nossa única esperança de assegurar a prevalência das normas jurídicas, promover a cooperação e assegurar o funcionamento regular dos mercados internacionais. O presente contexto

de desaceleração econômica, agravado pelos eventos e pelas consequências do 11 de setembro, engendra sentimentos de insegurança, vulnerabilidade e incerteza em relação ao futuro e pode alimentar tendências protecionistas. Não podemos permitir que essas tendências prosperem. Não podemos permitir o enfraquecimento do marco regulatório construído ao longo de mais de cinco décadas de negociações.

É por isto que o Brasil apóia fortemente o estabelecimento de uma agenda abrangente de negociações comerciais. Dar novo, concertado e equilibrado impulso ao comércio passou a ser premente. É imperativo injetar vigor renovado na OMC.

Os maiores ativos da OMC são suas regras. Por este motivo, é de suma importância reforçar a credibilidade, a aceitação e a observância das normas da OMC. Nesse contexto, e com vistas ao fortalecimento do sistema multilateral de comércio, precisamos, em primeiro lugar, assegurar a devida implementação dos acordos da Rodada Uruguai.

Há matérias que podem e devem ser resolvidas sem demora, e outras que exigirão exame adicional. Não se deve, porém, em

hipótese alguma, perder de vista o objetivo do exercício, qual seja, a correção de disfunções de implementação que podem enfraquecer a confiança no sistema.

Ao mesmo tempo, temos de avançar em conjunto rumo a uma maior liberalização comercial. Necessitamos de uma agenda equilibrada e de um programa de trabalho ambicioso, mas realista.

No interesse do equilíbrio e da equidade, não podemos nos esquivar de questões remanescentes que têm escapado à tendência geral à liberalização comercial. O tratamento conferido à agricultura talvez seja o exemplo mais emblemático dos atuais desequilíbrios e deficiências. Estamos aqui diante do que podemos denominar o “passivo agrícola” da OMC. Encerrou-se há quase um ano o período estabelecido na Rodada Uruguai para que se efetuassem a reforma da agricultura. No entanto, nada mudou ou, se mudou, foi provavelmente para pior.

Não se podem mais tolerar o protecionismo e os subsídios nos níveis atualmente praticados. O novo mandato para agricultura que aqui viermos a estabelecer terá de apontar com clareza para a eliminação de práticas comerciais distorcidas. Estão em jogo a coerência e a consistência do sistema multilateral de comércio e, em última análise, a autoridade moral da própria OMC. A Organização não progredirá, nem fortalecerá sua autoridade, enquanto não provar que pode saldar seu passivo agrícola.

Senhor Presidente,

Não faltam, tampouco, tarefas a realizar no setor industrial. As significativas reduções nas tarifas médias, ao longo do tempo, não servem de consolo àqueles que se encontram do lado errado dessas médias. O fardo desproporcional imposto aos países em desenvolvimento, sob

a forma de picos tarifários e escalada tarifária em mercados de países desenvolvidos, deve ocupar o primeiro plano em quaisquer negociações sobre tarifas.

O protecionismo também se vale das oportunidades criadas pelas brechas existentes nos instrumentos multilaterais. É por essa razão que o Brasil defende a revisão do Acordo Antidumping, de forma a coibir sua utilização abusiva como meio para a proteção de setores ineficientes.

A abordagem brasileira no tocante a antidumping reflete nossa atitude em relação a barreiras não-tarifárias em geral. Não questionamos, nem desejamos tolher o direito dos Membros de combater práticas desleais de comércio. Mas preocupações legítimas, como também são aquelas referentes à proteção da saúde, do meio ambiente ou da segurança nacional, não podem servir de pretexto para a imposição de restrições veladas ou discriminatórias ou arbitrárias ao comércio.

No campo da propriedade intelectual, diferentes leituras do Acordo de TRIPs têm dado margem a tensões. Em certa medida, é natural que interesses conflitantes se reflitam em interpretações divergentes de normas comuns. No entanto, o a exploração comercial do conhecimento não pode ter valor maior do que a vida humana. Há circunstâncias em que o conflito de interesses exigirá do Estado o exercício de sua suprema responsabilidade política. Nesses casos, é necessário que fique claro onde está a prioridade. É por isto que temos insistido, juntamente com uma ampla coalizão de países que compartilham essa posição, na necessidade de uma declaração autorizada sobre o Acordo de TRIPs, que possa esclarecer seu alcance no que diz respeito à saúde pública.

O Brasil promove e assegura os direitos de propriedade intelectual, por meio de uma legislação que figura entre as mais avançadas do mundo. Mas, se as circunstâncias o exigirem, o Brasil, como muitos outros países, não hesitará em tirar pleno proveito das flexibilidades proporcionadas pelo Acordo de TRIPs, para proteger legitimamente a saúde de seus cidadãos.

Senhor Presidente,

Acredito que todos estamos de acordo em que as assimetrias no sistema multilateral de comércio devem ser reconhecidas e corrigidas o quanto antes. Se não o fizermos, estaremos abrindo o flanco àqueles que desejam lançar o descrédito sobre a OMC.

Os países em desenvolvimento sempre deram grande importância ao princípio do tratamento especial e diferenciado. No entanto, depois de mais de cinco décadas de negociações, poucos resultados foram alcançados. Ao contrário: se examinarmos os setores que ficaram para trás no processo de liberalização, ou mesmo muitas regras específicas dos acordos da OMC, será fácil perceber que há, em larga medida, tratamento especial e diferenciado para os países desenvolvidos. É o caso, por exemplo, do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias, que concede isenção especial a signatários do Consenso da OCDE, no tocante a regras de subsídios à exportação que outros Membros da OMC devem cumprir.

Se quisermos nutrir qualquer esperança de conceder, aos países em desenvolvimento, tratamento especial e diferenciado digno desse nome, devemos pôr fim a todas as exceções que favorecem os países desenvolvidos.

Foi essa preocupação que levou o Brasil a circular proposta sobre créditos à exportação. Reconhecemos a necessidade de maior exame do tema. Confiamos em que, como parte do programa de ação a ser lançado aqui, encontraremos a maneira de tratar da questão dos créditos à exportação.

Senhor Presidente,

O Brasil deseja ver o sistema multilateral fortalecido. Estou convencido de que é possível caminhar nessa direção. Há sinais claros de que existe vontade política para tanto. O mais evidente é a presença maciça de Ministros em Doha, expressão, se não de confiança, certamente de esperança na OMC e na relevância de seu trabalho. Sinal ainda mais encorajador vem da crescente universalidade da Organização, agora reforçada pela acessão da China, um dos mais dinâmicos atores do comércio internacional.

Renasce a expectativa de que podemos fazer mais e melhor. Há um esforço consciente no sentido de superar as frustrações do passado recente e avançar no aprimoramento do sistema. É uma oportunidade que não podemos desperdiçar. A necessidade de assegurar a plena participação no sistema mundial de comércio, por parte de muitos dos países aqui presentes, constitui razão adicional para perseverarmos.

O Brasil está preparado para trabalhar duro para que, ao final desta IV Conferência, possamos transmitir ao mundo mensagem inequívoca de compromisso com os objetivos de um comércio mais livre, de crescimento econômico, de desenvolvimento e de bem-estar da humanidade.

Muito obrigado.



RECEBIMENTO DO TÍTULO DE DOUTOR HONORIS CAUSA PELA UNIVERSIDADE HEBRAICA DE JERUSALÉM

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO, NA CERIMÔNIA DE RECEBIMENTO DO TÍTULO
DE DOUTOR HONORIS CAUSA PELA UNIVERSIDADE HEBRAICA
DE JERUSALÉM. SÃO PAULO, 18 DE NOVEMBRO DE 2001

Antes de dizer o quanto me sinto honrado ao receber essa homenagem pela Universidade Hebraica de Jerusalém, quero agradecer a forma pela qual a Universidade Hebraica me outorgou esse título. Isso me fez recordar que, uma vez, recebi um título semelhante em Cambridge, na Inglaterra, e quem fez a saudação o fez em latim. E, como não traduziram, me vinguei: respondi em português. Aqui, não preciso me vingar. Aqui, foi com muita alegria que recebi e pude entender o significado dessa distinção.

Quero lhes dizer, também, que essa distinção, neste momento, me é muito cara. Além das razões óbvias, algumas das quais explicitarei mais adiante, o Presidente da Universidade me trouxe uma carta de um amigo antigo, que é o Professor Samuel Eienstadt, um ilustre membro da Universidade Hebraica de Jerusalém, um grande sociólogo, um dos maiores do mundo e que me fez recordar, nessa carta que me enviou, que nós nos encontramos pela primeira vez aqui, em São Paulo, em 1963. Quase meio século. Portanto, data de muito longe a história do meu relacionamento com essa Universidade e

data de muito longe a admiração que eu tenho por ela e pelas pessoas que lá trabalham, que lá labutam. De modo que sei o significado efetivo da concessão dessa honraria.

Mas, não bastasse a generosidade da homenagem, conto com o privilégio de recebê-la em São Paulo, em casa, acompanhado por amigos da comunidade judaica de São Paulo, da comunidade árabe, em uma confraternização que muito me sensibiliza e que bem expressa o espírito de amizade que une essas duas comunidades.

Minhas palavras iniciais são, como não poderia deixar de ser, portanto, dos mais sinceros agradecimentos ao Presidente da Universidade, Menachem Megidor, ao Diretor do Departamento de América Latina, Arie Zehavi, e aos demais professores e diretores da Universidade, bem como ao nosso Chaiman, Presidente do *board* da Universidade.

Estejam certos de que, tão logo as circunstâncias permitam, irei conhecer de perto uma universidade que, como acabei de dizer, sempre admirei e da qual tenho agora a honra e a satisfação de me sentir membro. Como já foi dito, aqui, a Universidade

Hebraica antecedeu o Estado de Jerusalém em mais de vinte anos. Ela começou antes da Declaração Balfour.

A criação cultural teve precedência sobre a construção política, como bem disse um intelectual amigo, Jack Lang, que é, hoje, Ministro da Cultura da França, também agraciado com o Título de Doutor Honoris Causa. E fraseou bastante bem, para expressar o que nós já dissemos aqui: a criação cultural teve precedência sobre a construção política. Os pioneiros da Universidade também seriam os pioneiros do Estado de Israel. O ex-Presidente Chaim Weizmann é um bom exemplo disso. Antes de assumir a chefia do novo Estado de Israel, ele já era um entusiasta da Universidade, afeto como foi às lides acadêmicas. Esteve na Universidade de Manchester. Ensinou Química durante muitos anos.

E por que não recordar, mais uma vez, o que já aqui foi dito, que Albert Einstein também participou dessa construção cultural? Ainda recentemente, Jack Terpins, o Presidente da Confederação Israelita do Brasil, lembrava isso em artigo da Folha de S. Paulo. Orador que foi, na inauguração da Universidade, em 1925, Einstein via a instituição como um pólo de propagação dos valores do universalismo e da tolerância, inclusive no que diz respeito à convivência com os povos árabes.

Sabemos que a mensagem de Einstein foi atendida. E não apenas nos primórdios da Universidade, quando o rico acervo da Biblioteca foi colocado à disposição dos leitores árabes. Mesmo nos períodos de maior tensão, como os últimos meses, estou ciente de que os professores não se privaram do diálogo com os núcleos de ensino superior sob a jurisdição da Autoridade Nacional Palestina.

Ressalto este ponto não apenas para louvar a comunidade científica e sua contribuição em busca da paz, mas também para acentuar

que a História judaica é de fato pontilhada de momentos de intensa troca e aproximação com os povos árabes. E isso, para crédito dos dois lados. Digo mais: verdadeiras experiências civilizatórias, como a nossa, como a brasileira, puderam prosperar, entre outros motivos, por conta da abertura dos imigrantes árabes e judeus a uma convivência fraterna entre si e com as demais culturas que existem no Brasil.

Dizem os estudiosos da formação nacional que herdamos da matriz ibérica a paixão por um padrão de coexistência harmônica entre diferentes etnias, híbrido como era o Portugal quinhentista em sua condição de fronteira, na época, entre o Ocidente e o Oriente. Cristãos-novos e mouros já interagiam na Corte antes de se fazerem parceiros na construção do Brasil. Isso foi sempre lembrado, entre nós, principalmente, por Gilberto Freyre. Mas o fato é que o Brasil Colônia hospedou algumas experiências singulares, como a epopéia dos judeus em Pernambuco em meados do século XVII, quando a capitania esteve sob domínio holandês.

Sem a ameaça da Inquisição, os judeus tiveram condições de fundar a primeira sinagoga das Américas, a chamada Rochedo de Israel (Zur Israel). Com a expulsão dos holandeses do Brasil, a comunidade judaica se dispersou e alguns de seus membros deslocaram-se para a América do Norte, onde ajudaram a consolidar a cidade de Nova Amsterdam, que hoje se chama Nova York. No final do século XIX, como sabemos, o Brasil, emancipado e com necessidade crescente de mão-de-obra, passou a receber largos contingentes migratórios. Data dessa época a chegada dos primeiros fluxos de sírios e libaneses, provenientes do que então se chamava a Grande Síria, que compreendia os atuais Estados do Líbano e da Síria. Cristãos, muçulmanos e drusos, os

sírio-libaneses fincaram raízes ao redor do Brasil, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, construindo um legado de grande valia para o desenvolvimento econômico e social do país.

Em pouco mais de duas gerações, a comunidade árabe se tornou imprescindível em campos como o comércio, a indústria e a medicina, para não falar do número expressivo de descendentes árabes no mundo da política. E nosso Presidente do Senado não me deixa mentir nesta matéria.

Uma experiência de tamanho impacto não poderia deixar de contar com escritores de grande envergadura, como Raduan Nassar e Milton Hatoum, cujas obras, naturalmente, ultrapassam os limites de um ponto de vista étnico e são nomes de referência na literatura brasileira contemporânea. E não menos eclética tem sido a contribuição dos judeus à vida brasileira, à vida nacional, contribuição que faz jus ao aplauso de todos nós e de muitos outros.

D. Pedro II, por exemplo, orgulhava-se de seu profundo apreço pela cultura judaica, o que o fez visitar a Palestina. Isso é uma coisa fantástica. No século passado, nosso Imperador foi visitar a Palestina, dominava o hebraico e prestigiou talentos como Sarah Bernhardt e Louis Gottschalk, que nos deixou uma fantasia admirável ao piano do hino nacional brasileiro.

Aliás, quero fazer, aqui, uma referência, já que falo do hino nacional brasileiro. Cláudio Goldman, ao cantar o hino brasileiro e o hino de Israel, mostrou a plasticidade dessas duas nações. Cantou esses hinos com uma emoção que nos fez quase chorar de ver a poesia, mesmo sem entender uma só palavra no hebraico, senti a força poética. E aqueles que entendem o português sabem o modo como ele se expressou aqui, o que mostra que Gottschalk tem bons continuadores. E isso mostra também, talvez, mais uma similaridade

entre o povo de Israel e o povo brasileiro. O nosso amor à música. E uma música que fica entre o melancólico e o romântico, mas que, em certos momentos, os tambores também sabem rufar e, às vezes, além dos tambores, as cuícas tocam e nós bailamos no carnaval.

Esta plasticidade admirável é o fruto de povos como os nossos, e como os árabes também e tantos outros mais, que são produto de convivências seculares e capacidade de diálogo e de interação permanente. As gerações mais recentes, aqui no Brasil, também se beneficiaram da convivência com nomes que dignificaram a cultura judaica e a brasileira em diversos campos.

Vou lembrar apenas alguns. Sei que sou injusto com muitos outros. Mas, na literatura, Clarice Lispector ou o Moacir Scliar, nas artes cênicas, Eva Tudor, Natália Timberg, Berta Loran, e nas artes plásticas, Ernesto de Fiori, Franz Krajcberg e Franz Weissmann, Renna Katz, para lembrar apenas uns pouquíssimos entre as centenas de nomes que eu podia aqui desfilar, para não esquecer da universidade, onde pessoas como Noel Nutels, na medicina e, mais próximo a nós, porque da nossa Universidade, o Professor Jacques Marcovitch, o Professor Mario Schemberg, que foi, para muitos de nós, um ídolo, não só pela capacidade que ele teve de produzir conhecimentos novos na mecânica racional celeste, na física, mas pela sua capacidade de ser, ao mesmo tempo, um político engajado e, ao mesmo tempo, um homem de sensibilidade artística.

Tive o prazer de morar, logo depois de casado, aqui pertinho, na rua ao lado, São Vicente de Paula, no mesmo prédio em que morava o Schemberg. Ele morava no andar térreo. E quantas vezes passei e entrei na sua casa. Ele trabalhava em pé, escrevendo à máquina. Com uma capa de chuva dentro de casa – não sei por que, uma certa esquisitice.

Mas eu ia lá por uma outra razão: ele tinha uma admirável coleção de quadros do Volpi e uma enorme coleção de crucifixos. Vejam que coisa extraordinária: grande físico, teórico, judeu, líder comunista, na época – depois, esqueceu disso – e, ao mesmo tempo, gostava de crucifixos e gostava do Volpi. Isso é um bom exemplo da criatividade judaico-brasileira que, mesmo no caso nosso, tão próximo da universidade, gerou um homem que era fora de série como Mario Schemberg.

Quero, de qualquer maneira, insistir que, por valiosas que tenham sido essas contribuições individuais – citei apenas algumas, repito, excluindo muitas –, o legado maior que o Brasil recebeu de árabes e judeus foi o concurso de ambas as comunidades para a afirmação da nossa sociedade como uma sociedade plural, integrada e coesa, que é o traço distintivo da sociedade brasileira.

Se contabilizarmos o número de descendentes que aqui residem, hoje – e em uma contabilidade de que nós, que somos da cidade de São Paulo, os paulistanos, muito nos orgulhamos –, São Paulo pode ser considerada uma das maiores cidades do Líbano, da Síria e também de Israel. E é, pela população de descendentes dessas comunidades. São Paulo é uma das maiores cidades de toda essa região.

Portanto, abrigamos, aqui, um Oriente Próximo, que é muito próximo mesmo de nós, e o que mais nos compraz: que viveu e vai continuar a viver em paz aqui, no Brasil. Aqui, sírios, libaneses, palestinos, judeus, católicos, muçulmanos, vamos continuar vivendo em paz. Daí a firme expectativa de todos os brasileiros, e dos paulistanos em particular, de que possamos equacionar esse conflito árabe-israelense o quanto antes, de uma maneira definitiva.

Manifestei recentemente esse propósito na Assembléia Nacional da França e nas Nações

Unidas. Sei que é difícil. Tudo é difícil. Sei que, muitas vezes, é preciso ter aquilo que é a qualidade absolutamente essencial na vida política e que talvez não o seja na vida intelectual, que é a da paciência. É esperar que o tempo evolua, antes de que seja proposta alguma solução que pode, eventualmente, ser bloqueada porque não chegou a hora. Na política, é essencial saber escolher o momento. Não basta ter a razão. Não basta estar certo. É preciso que os outros acreditem que você tem razão e está certo. E é preciso ver o momento oportuno para que se possa, então, fazer uma proposta que leve ao entendimento. É o que os americanos chamam de breakthrough. De repente, ocorre que se ofereça uma luz, há um caminho novo.

Na política, isso é sempre assim. O que, levando adiante as considerações do Presidente da nossa Universidade, parece-me ser diferente na vida intelectual. Na vida intelectual, não gostamos de repetir. Gostamos sempre de inovar. Não fica nem muito bem dizer sempre a mesma coisa. Na vida política, é preciso repetir, repetir, repetir e, de repente, o que parecia sem solução encontra solução. Talvez estejamos vivendo um desses momentos no conflito não só árabe-israelense, mas em outros conflitos no mundo, em que, de tanto se estenderem esses conflitos, quem sabe, de repente, essa solução esteja mais perto do que possamos imaginar?

São essas, de qualquer maneira, as nossas aspirações. E o Brasil, que apoiou, como já foi dito aqui e toda gente sabe, com energia, a criação do Estado de Israel, hoje, quer a formação de um Estado Palestino democrático, coeso e economicamente viável, e um Estado que respeite a segurança de Israel, porque são condições necessárias e não são mutuamente excludentes. É necessário que exista, ao mesmo tempo, um esforço sério para a construção do Estado palestino

e, igualmente, um esforço sério para que esse Estado não represente para Israel um fator de insegurança. Difícil, mas vamos fazer, vamos continuar trabalhando.

Nós, evidentemente, queremos construir uma nova ordem mundial alicerçada na paz, na democracia, no entendimento entre os povos. E isso requer muitos avanços. Mas, aqui, vejo, aqui entre nós, pessoas que não apenas se recordarão dos tempos difíceis de um regime autoritário, como que lutaram contra aquele regime. Vejo, numa só mesa, ali, pessoas que me são muito caras. Nosso Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns e nosso Rabino Henri Sobel. E não posso deixar de recordar que, naqueles anos difíceis, eles estavam juntos e muitos de nós, também. E, quando ninguém tinha esperança, um dia, fomos à Igreja, à Catedral da Sé – e lá também foram muçulmanos rezar conosco – nós rezamos para que terminasse a tortura e a censura, porque mais um – e, no caso, era um judeu – havia morrido. Era aluno meu, amigo meu: Wladimir Herzog. E, naquele momento, quando parecia que nada ia dar certo, dali por diante, as coisas mudaram. Quem sabe, em função de termos rezado juntos?

Agora, estamos, de novo, orando juntos pela paz, pela paz em Israel, pela paz na Palestina, pela paz no Afeganistão, pela paz no Paquistão, pela paz na Índia, pela paz no mundo. Mas precisamos que essa paz se construa em muitas dimensões. Alguns passos têm sido dados para a reconstrução dessa ordem mundial. Há poucos dias, em Doha, no Catar, também no Oriente Médio, alcançamos um acordo histórico para o lançamento de novas rodadas comerciais multilaterais.

Quero aproveitar a oportunidade - é a primeira vez que posso dizê-lo em público - de expressar a minha satisfação pelo resultado alcançado, que permitiu aproximar posições

que eram muito difíceis de conciliar. Lá estiveram presentes os brasileiros. Aqui, estão dois que tiveram um papel muito ativo – e não foram os únicos – o Ministro Celso Lafer, que chefiou a nossa Delegação e o Ministro José Serra, que juntamente com o Ministro Sérgio Amaral e com o Ministro Pratini de Moraes, ajudaram a construir uma solução. O Ministro Celso Lafer foi chamado para ser um wise man, um sábio, para aconselhar o Presidente daquela reunião. E assim o fez. E tal foi o esforço brasileiro naquele encontro que, ao final, o Presidente da Assembléia, da Reunião, da Conferência, chamou o Ministro Celso Lafer de “padrinho e herói”.

O reconhecimento, desse fato, de que conseguimos algum avanço, em matérias tão difíceis, como a questão da agricultura, a questão das patentes para os remédios, o combate à AIDS que, no começo, eram matérias quase inconciliáveis. E, de repente, houve esse breakthrough. Houve a possibilidade de uma saída. Isso deve nos animar, para que nós possamos continuar a avançar na luta contra as desigualdades e para que nós possamos, então, criar uma nova ordem mundial realmente mais tranqüila e mais benéfica para todos.

Tenho dito, e repito, uma obviedade: tão importante quanto combater o terrorismo é combater as causas da intolerância e do irracionalismo. E isso passa, necessariamente, por desanuviar as tensões, em toda a parte. No Oriente Médio, certamente. E, também, pela disseminação do que tenho chamado de uma “ética da solidariedade”. Uma ética que tenha por lastro não um choque, mas o diálogo entre as civilizações.

Devo dizer que recebi, há poucos dias, em Nova York, o Presidente do Irã. E ele foi o homem que propôs às Nações Unidas uma série de estudos chamado “Diálogo das Civilizações”. Ele é muçulmano, Presidente do

Irã. E falava na necessidade de uma vertente democrática que estava implementando no Irã.

Então, efetivamente, é por aí o caminho. O caminho é através do diálogo das civilizações. Até agora, Irã e Estados Unidos ainda não se falam. Até agora, é difícil, muitas vezes, a aproximação entre as partes em choque, em vários setores do mundo.

Mas vê-se que, nos vários lados, há homens de boa vontade, há mulheres de boa vontade. Ao invés de termos esse pensamento binário, de achar que sabemos o que é o bom, o que é o mal, por que não procurarmos uns aos outros, entendermo-nos e descobriremos esses caminhos de boa vontade, que possam levar-nos a uma paz mais duradoura e, efetivamente, a uma globalização mais solidária? Uma ética que seja atenta às especificidades nacionais e que, por isso mesmo, possa comandar a anuência de todos. Uma ética que se informe de experiências nacionais, onde a tônica é o multiculturalismo, como é o caso brasileiro.

Creio que esse é o maior traço do Brasil. E, graças a esse espírito aberto e fraterno de todos os que para cá se deslocaram e fizeram uma opção. São judeus, sim, mas são brasileiros; são árabes, sim, mas são brasileiros; são muçulmanos, sim, mas são brasileiros. São católicos, são protestantes, são espíritas, são brasileiros. Mas são, sobretudo, pessoas que amam umas às outras, de boa vontade. Que o mundo todo seja feito de pessoas de boa vontade, que amem umas às outras.

Essa é a forma que eu tenho, Senhor Presidente do Conselho, Senhor Presidente da Universidade, de agradecer essa honraria tão extraordinária, que é concedida, não digo nem mais a um sociólogo, a esta altura da vida, talvez nem mesmo ao Presidente, mas a um brasileiro. Porque lá, em Israel, sabem que nós amamos o povo de Israel, como aqui foi dito. Sabem, também, que as minhas palavras sobre a tolerância não são minhas, são de todos nós. É um coro só, no Brasil: “Queremos a paz”.

Muito obrigado.

3ª ASSEMBLÉIA GERAL DA CONFERÊNCIA PARLAMENTAR DAS AMÉRICAS

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO, NA SOLENIDADE DE ABERTURA DA 3ª
ASSEMBLÉIA GERAL DA CONFERÊNCIA PARLAMENTAR DAS
AMÉRICAS. RIO DE JANEIRO, 19 DE NOVEMBRO DE 2001

Este encontro demonstra a vitalidade do processo de integração do continente americano. Integração, em nossos dias, já não pode ser pensada como um esforço circunscrito ao âmbito comercial, como se integrar fosse sinônimo de reduzir tarifas ou eliminar barreiras ao intercâmbio de mercadorias.

Ninguém ignora a centralidade do comércio nas relações econômicas entre os países. Mas um processo de aproximação e de efetiva integração, como o que ocorre entre os países deste hemisfério, envolve dimensão política que não se pode perder de vista. Aliás, todos os oradores que me antecederam fizeram menção a esse aspecto da integração.

Não é por outra razão que, desde a primeira Cúpula das Américas, em Miami – a que eu compareci como Presidente-eleito –, tem-se dado ênfase à democracia como elemento inseparável da construção de um continente americano unido na liberdade e na prosperidade.

Sem democracia em cada um de nossos países, a integração é impensável. E quem melhor exprime os valores e ideais da democracia senão os Parlamentos? Por isso, é

com grande orgulho que o Brasil recebe, nesta oportunidade, a Conferência Parlamentar das Américas – e com particular satisfação por vê-la presidida por um parlamentar brasileiro, o Deputado Geraldo Magela. O Deputado Geraldo Magela pertence a um partido que é dos mais críticos do Governo.

E essa crítica é parte da democracia e dá significado especial ao fato de estarmos aqui juntos, porque temos a consciência do interesse maior do Brasil e de nossa região, que está acima dos partidos ou das divergências que possamos ter neste ou naquele ponto.

Fui Senador e, em minha atuação no Congresso, procurei sempre estar atento para a relevância dos temas internacionais. Atuei assim porque sabia – como sabem todos os participantes desta Conferência – que, em nossos dias, a vida de um país não pode ser pensada no isolamento. Muitos dos processos que nos afetam têm hoje dimensão internacional.

Basta ver – e todos, também, se referiram a isso – o que ocorreu no dia 11 de setembro nos Estados Unidos, atacados por uma organização terrorista que opera em nível internacional,

com agentes de diversas nacionalidades, localizados em diversos países e valendo-se das facilidades de transporte, de comunicação e de fluxo de recursos financeiros que passam através das fronteiras nacionais.

As economias dos países são hoje sistemas interligados, vinculados por laços de interdependência. Nenhum país pode ignorar os demais e nenhum pode desconhecer que sua inserção neste ou naquele bloco comercial tem conseqüências de peso para seus projetos de desenvolvimento.

Nas últimas semanas, fiz vários discursos ligados a temas internacionais. Falei, no Dia do Diplomata, no Itamaraty; em Brasília, na abertura de um seminário na Ordem dos Advogados do Brasil; em uma conferência sobre democracia em Madri, patrocinada pela Fundação Gorbatchov; na Assembléia Nacional da França; e, mais recentemente, no plenário da Assembléia Geral das Nações Unidas. Escrevi, também, cartas a vários líderes mundiais.

Em todas essas manifestações, tenho enfatizado minha preocupação pela necessidade de uma cooperação mais eficaz entre os países a fim de que possamos dar um rumo de justiça e de solidariedade ao processo de globalização. Todos aqui têm consciência de que esse rumo é essencial. A economia globalizou-se, mas os mecanismos políticos necessários para responder aos seus desafios continuam tímidos e insuficientes. Uma tecla de computador permite mover centenas de milhões de dólares de um extremo a outro do planeta em questão de segundos. E, no entanto, mais de um quinto da população mundial continua a viver com menos de um dólar por dia, e mais da metade com menos de dois dólares por dia.

A instabilidade do sistema financeiro internacional continua a pesar sobre as

economias como uma espada de Dâmocles. O Brasil, que estabilizou sua moeda, que tem recebido expressivos volumes de investimento estrangeiro direto e cuja economia dispõe de todas as condições para seguir uma rota de crescimento sustentado, enfrentou nos últimos anos várias crises.

Se me permitem acrescentar, eu diria que, na verdade, recebemos, só no ano passado, 33 bilhões de dólares. Isso quer dizer que só a China recebeu mais investimento direto do que o Brasil. E isso não foi suficiente para evitar que crise argentina, as nossas próprias dificuldades, a crise mundial, abalasse a economia brasileira. Desde que assumi a Presidência da República, em janeiro de 95, nós sofremos as conseqüências – e não formos os únicos – diretas da crise do México, de dezembro de 94; da crise da Ásia, na metade de 97; da crise da Rússia, de 98; da crise do próprio Brasil, de 99; da crise da Argentina e, agora, da crise mundial, da crise dos Estados Unidos.

São essas as condições em que nossas economias operam. E operam assim porque não há outro modo, porque estamos inseridos, como todos os países estão, diante de um sistema que se globalizou. Mas – repito – cujos mecanismos de decisão política estão muito aquém dos mecanismos já existentes, já em marcha, de formulação econômica. Não há sequer o Banco Central dos Estados Unidos, com força suficiente, muitas vezes, para contrabalançar o peso do deslocamento de fluxo de capital. Que dizer então dos Bancos Centrais dos nossos países que, freqüentemente, se vêm às voltas com contágios, não se sabe do quê, com especulações, não se sabe porquê. E com a apreciações de agências de avaliação do desempenho dos nossos países que, de repente, nos dão nota, como se fôssemos alunos de escola. E cujas notas têm efeitos

desastrosos para a nossas populações e para o esforço de crescimento auto-sustentado.

E há outro problema: o protecionismo dos países mais ricos continua a ser gravíssimo para o processo de desenvolvimento. Há poucos dias, os Ministros reunidos em Doha, no Qatar, alcançaram acordo que define os termos de referência para novo esforço de negociações comerciais multilaterais.

Quero aproveitar esta oportunidade para saudar o que aconteceu lá. Qualquer que seja o processo de integração. E o Brasil vive ativamente a integração no Mercosul, com a Argentina, com o Paraguai, com o Uruguai, associado ainda à Bolívia e ao Chile. Estamos discutindo – e é objeto dessa reunião aqui – a integração com a ALCA. Estamos levando adiante processo negociador com a Europa, com a União Européia. Mas todos esses processos, na verdade, impõem limitações no âmbito das negociações que só podem ser superadas no plano multilateral. Só por meio das rodadas comerciais de negociação mais amplas é que teremos força e condição para puxar para as negociações regionais os temas do nosso interesse. Assim que, o que aconteceu em Doha, onde foi possível avançar a passos bastante fortes na negociação de temas que eram, até bem pouco tempo, impossíveis de serem sequer mencionados, constitui marco histórico. É marco histórico o fato de que a reunião de Doha acabou por aceitar aquilo que o Brasil já havia conquistado, com apoio de outros países, no que diz respeito às patentes, ao direito de dizer que a vida vale mais do que o mercado. Em certas condições, os governos têm, sim, a necessidade, a autorização internacional – o Brasil já a tem por nossa própria conta, aqui – para, compulsoriamente produzir medicamentos, quando esses medicamentos são para salvar vidas. E o fato de nós respeitarmos, como respeitamos, as

patentes não faz com que aceitemos patentes como elemento para impedir o acesso ao remédio mais barato.

Pois bem, esse tema, foi objeto de conversação minha com o Presidente Bush recentemente, foi objeto de avanços na Organização Mundial do Comércio, em Genebra e em Doha – através da formulação que os nossos diplomatas, à frente dos quais o Ministro Celso Lafer, foram capazes de levar adiante – acaba de ser consagrado como alguma coisa que é direitos dos pobres, sobretudo as regiões mais pobres que necessitam de acesso a remédios.

Mas não foi só na questão de patentes que houve avanço significativo em Doha. Também lá, pela primeira vez, vimos que os países, sobretudo os europeus – e aí tivemos o apoio dos Estados Unidos – foram capazes de dizer que é necessário uma negociação sobre o comércio agrícola, pois este é o principal elemento de resistência ao acesso livre de mercado, sobretudo para os países menos desenvolvidos, que dependem vitalmente do acesso ao mercado para seus produtos agrícolas. Essa matéria, que tinha sido eliminada das negociações multilaterais, na última rodada de negociações, chamada “Rodada Uruguai”, agora foi admitida como tema possível de ser debatido, e que será debatido nos próximos anos.

E acrescento a isso que, pela primeira vez, houve possibilidade de discutir-se tema central para os nossos países, quando saímos simplesmente da retórica e passamos às questões práticas, como o tema do anti-dumping. Ou seja, a capacidade que alguns governos têm de, unilateralmente, definir que uma mercadoria não pode mais entrar em seus mercados porque ela está constituindo um dumping, isto é, está vendendo a preços mais baratos ou com manipulações políticas,

e com isso limitando a possibilidade de que os produtores locais possam fazer a competição. Isso, geralmente, quem faz são os países desenvolvidos, que utilizam o anti-dumping todas as vezes que um país, em desenvolvimento, é capaz de ser competitivo como é, notadamente, o caso do Brasil. Mas não é o único. Muitos outros países também têm condições de assim proceder. E, a cada instante, vimos os nossos produtos terem o seu acesso aos mercados barrados, por decisões unilaterais de anti-dumping.

Pois bem. Na reunião de Doha, conseguimos avançar, fortemente, nessa matéria e isso foi considerado como questão em aberto para ser discutida nos próximos anos. O Brasil se orgulha, portanto, de ter contribuído para o lançamento dessa nova rodada de negociações na Organização Mundial de Comércio. E eu devo, portanto, prestar um tributo à delegação, não só do Brasil, mas dos países em desenvolvimento, notadamente da Índia, que lá esteve muito ativa, também. Mas, sobretudo, dizer que desta vez, graças – quem sabe! – ao que aconteceu no mês de setembro, houve maior sensibilidade. Os Estados Unidos permitiram uma negociação mais ampla e a União Européia aceitou, finalmente, a discussão dos temas da agricultura, o que mostra, outra vez, a força da dimensão política e nossa capacidade – nós, países em desenvolvimento – de colocarmos, sem titubeios, sem complexo de inferioridade, com força, os nossos temas sobre a mesa de negociação. É assim que se pode avançar. Foi assim que nós avançamos, e avançamos muito, como acabei de mencionar aqui.

Essa questão é fundamental. É fundamental não apenas pelo aspecto de que nós temos mais acesso a mercados e podemos ter saldos comerciais mais elevados, mas porque isso permite o desenvolvimento nos nossos países, de um setor produtivo mais amplo. Isso

gera empregos e é mecanismo para evitar a perpetuação das desigualdades. Não há outro caminho para diminuir as desigualdades, senão aumentar o crescimento dos países que são os mais pobres, os países que estão em desenvolvimento e permitir a distribuição de renda nesses países.

Será essencial, portanto, prosseguir com êxito nesse caminho para que o comércio internacional possa ser, efetivamente, uma alavanca de crescimento e de geração de empregos. É preciso lembrar que o objetivo de dar sentido à ampliação do comércio e dos fluxos financeiros internacionais não é apenas de aumentar a riqueza, mas, também, de eliminar a pobreza, como, aqui, foi tantas vezes repetido. Sem a consciência desse duplo objetivo, não haverá justiça e não haverá desenvolvimento. A colocação de um problema separado do outro não tem solução possível, é uma equação que não se resolve. Não há possibilidade de pensar-se em desenvolvimento com pobreza, e não há possibilidade de pensar-se só na pobreza sem desenvolvimento. É necessário que haja crescimento econômico e que haja, ao mesmo tempo, uma estratégia de combate à miséria e à pobreza.

Este mesmo princípio vale para as nossas discussões sobre a ALCA. Nelas está em jogo não o comércio pelo comércio. O principal desafio é o de fazer que o comércio seja instrumento de desenvolvimento e de melhor distribuição de oportunidades. É isso o que dá interesse às negociações da ALCA e ao trabalho conjunto que se vem realizando para torná-la uma realidade.

Na verdade, a ALCA não vai começar no ano de 2005. A ALCA já está em andamento. Se os povos não tiverem consciência disso, se os Parlamentos não tiverem consciência disso, se a sociedade não tiver consciência disso, por mais que nós façamos nossos protestos

e nossos discursos, eles serão inúteis, porque as negociações estão em andamento. E estão em andamento porque, para que em 2005 nós possamos ter uma negociação vantajosa na ALCA, é preciso que antes os vários grupos interessados – e grupos interessados não são os governos apenas, são os empresários, os trabalhadores, os consumidores, enfim, é todo o país – possam pensar, com informações, sobre o que acontece efetivamente em cada setor em desenvolvimento, e cujas negociações estão sendo realizadas.

As nossas economias são muito diferenciadas, umas das outras, internamente, num país como o Brasil, das proporções do Brasil, também. Há setores que têm vantagem na negociação e podem avançar muito, com acesso a mercados. Há setores que não têm a mesma vantagem. E podem, até mesmo, perder nas negociações. Cabe, portanto, abrir os olhos, saber o que se perde e o que se ganha. Não existe negociação em que só um lado ganha. Não existe negociação boa, evidentemente, que seja imposição, que seja dominação, sem que haja uma espécie de processo de - perdoem a expressão vulgar – dá cá, toma lá. O que eu ganho se eu te abrir tal ou qual espaço? O que perco? O que você perde? Como é possível diminuir as perdas e aumentar os ganhos recíprocos? Como é possível tentar chegar-se a um entendimento em que haja ganhadores ou mais ganhadores do que perdedores? Sendo inevitável que haja perdedores, o que fazer com os setores de produção que efetivamente perdem? Como reconduzi-los a um caminho de prosperidade?

Nós assistimos a isso aqui no Mercosul. O Mercosul que é um processo, eu diria, vitorioso, do ponto de vista comercial – passamos de 2, 3 bilhões de dólares de comércio para 20 bilhões de dólares, em poucos anos. Alguns setores perderam. Muitos outros ganharam. Nós não podemos paralisar

os ganhos em função dos que perdem. Mas nós não podemos justificar os ganhos sem que tenhamos também uma política para saber: e os que perdem, que acontece com eles? E, às vezes, não são setores que perdem, são países que perdem. Que fazer com eles? Deixá-los à margem do processo, como se a globalização ou a integração significasse o empobrecimento e a exclusão? Não é aceitável eticamente. Há que buscar mecanismos, há que inspirar-se também no que aconteceu na União Européia. A União Européia soube lidar com essas questões.

A dificuldade que nós temos aqui, no processo de ALCA, é que ricos são dois e pobres são todos os demais. Na União Européia, pobres eram dois e ricos eram todos os demais. Sabemos essa diferença. Não queremos, naturalmente, que o crescimento se faça às custas apenas daqueles que se desenvolveram mais depressa e no passado. Mas algum tipo de cooperação efetiva dos mais ricos tem que haver para que os mais pobres se sintam cômodos nessa integração. E o Brasil, que é um país intermediário, há de pagar um certo preço também neste processo, que é um preço de solidariedade, que é justo cobrar-se, nos casos em que o país tivesse efetiva vantagem.

Falei, há pouco, de “cooperação mais eficaz” entre os países. É preciso que nos perguntemos: que faz que a cooperação seja eficaz? Que faz que os países, em um determinado momento, estejam dispostos a trabalhar juntos? E a resposta é uma só: as nações se aproximam e trabalham conjuntamente quando percebem a existência de objetivos comuns, de interesses compartilhados. Isso é o que dá legitimidade à cooperação internacional. E a legitimidade, no plano internacional, é a chave para a eficácia, já o disse, tão bem aqui o Senador Ramez Tebet.

Entre nações livres, não há imposição, não pode haver lugar para decisões unilaterais. O

instrumento tem que ser sempre o mesmo: o diálogo, a busca incansável do entendimento. Na minha experiência, quem melhor sabe dialogar, para trabalhar para o entendimento, são os parlamentares.

O diálogo é a matéria-prima da vida parlamentar. Parlamentar vem de “parlare”. Falar. Hoje, não sei mais nem falar. Mas, quando era Senador, sabia. Os parlamentares são especialistas em falar, sabem falar. E o falar pesa. O falar não é a perda de tempo, o falar não é simplesmente a retórica vazia. O falar é a constituição progressiva de uma consciência sobre um problema. E a repetição da fala, muitas vezes tediosa, permite que o tempo elabore os argumentos, permite que as situações se tornem mais claras, permite que possibilidade de entendimentos surjam, permite que a liderança política, se for autêntica e se não for apressada, se não for oportunista, se não for demagógica, perceba o momento em que é possível ir adiante no diálogo e transformar o diálogo numa resolução.

É, portanto, essencial que guardemos essa idéia de que a matéria-prima do parlamentar é o diálogo, que é fundamental no processo de integração das Américas. E que a interação diplomática – entre governos – seja complementada por essa dimensão do diálogo interparlamentar. Cria-se, assim, um espaço de discussão pública, de difusão da informação, de circulação das idéias. Isso é indispensável.

As propostas como as que estão sendo discutidas no contexto da criação da ALCA não podem ser adotadas sem uma ampla discussão, em cada país, entre os países – e reitero – por todos os setores interessados. No Brasil, os temas internacionais – e em particular os que se relacionam à integração das Américas – têm sido objeto de intenso debate no Congresso Nacional. Recentemente a Câmara patrocinou reunião sobre esta matéria. E não poderia diferente.

Vamos avançar nesse processo, mas só o faremos com a segurança de ele estar – esse processo de integração da ALCA - marcado pela transparência e pela abertura.

A participação dos Parlamentos é a melhor garantia disso. Garantia de legitimidade e, por isso mesmo, garantia de eficácia. Este é um continente com vocação de liberdade e de progresso. Somos, realmente, em mais de um sentido, um “Novo Mundo”.

Os ataques terroristas de 11 de setembro mostraram que os valores da democracia, da justiça, dos direitos humanos – e, aqui, quantos de nos lutamos tanto para consolidar a democracia e os direitos humanos – estarão ameaçados se não estivermos unidos para responder aos desafios de nosso tempo. Muitas vezes, quando se fala que é necessário o valor da democracia, tem-se a impressão de que é uma palavra. Países como os nossos – e muitos dos aqui estão representados – passaram pelos regimes autoritários, e às vezes por ditaduras, sabem que não são palavras, sabem que é preciso reiterar sempre esse valor. Sabem, também, que quando não há democracia, não apenas a desigualdade pode se acelerar, como ela se acelera sem o protesto, ela se acelera na ilusão. Muitas vezes, aqueles que são dominados pensam que estão melhorando. Na democracia, pode até ocorrer o oposto: a situação estar melhorando e as pessoas pensarem que não. Mas o clima de liberdade é essencial para que as pessoas possam melhorar ainda quando elas não têm consciência de que estão melhorando.

Democracia para nós, portanto, não é uma palavra. É uma fé, é um modo de viver, é uma luta permanente. E os nossos povos têm experiência, são calejados nessa luta democrática. Por isso, quando nós vemos ataques terroristas, nós os repelimos. Repelimos com energia, porque nós sentimos nisso uma ameaça à liberdade, uma ameaça à razão. Tenho reiterado nos meus últimos

discursos que sem os elementos de razão não há democracia. Porque a democracia quer lei. A lei implica tratamento igual para todos, numa discussão, numa deliberação, num juízo que alguém depois vai dizer: está certo, está errado. Uma separação entre os poderes implica a razão. O ato de terrorismo é a negação de tudo isso. É o ato da violência em si mesma. Mata quem? O inocente. Para quê? Para nada.

Os grandes teóricos da revolução no século XIX se opuseram ao terrorismo. O terrorismo era a forma primitiva de uma revolta, mas de uma revolta quase individual. Hoje, depois de tanto avanço democrático no mundo, o terrorismo é inaceitável sob qualquer pretexto e qualquer argumento. Ele é um ato contra a razão, portanto é ato contra a democracia. É ato, portanto, contra a humanidade, é o ato contra o diálogo, é o ato contra a convivência entre os povos. Ele é inaceitável, em princípio, e nós, a uma só voz, protestamos imediatamente.

O Brasil pediu até a reunião do TIAR, que é um tratado de defesa recíproca interamericana, porque sentimos que era preciso um basta jurídico, para dizer um não, que não fosse apenas um não de adesão emocional a um ato de momento, de uma revolta que houve. É preciso mais do que isso. Era preciso reafirmar que acreditamos no ordenamento jurídico porque somos democratas.

Mas acredito que a palavra mais importante que deve derivar de todo esse esforço, de todo esse momento, que foi um momento eu diria até universal, em que todos se sentiram tocados pela violência e pelo sem sentido dos atos praticados – ainda que queiram buscar sentidos, não os tem – a palavra que mais expressa o momento seguinte é outra: é solidariedade.

Nós sempre estivemos unidos por laços, no nosso continente – sobretudo nos países em desenvolvimento da América Latina – de fraternidade e de ajuda recíproca. Hoje, nossa tarefa é dar a esses laços a sua melhor e mais

concreta tradução na luta contra o terrorismo, contra o medo, na luta pela eliminação da pobreza, pela redução das desigualdades, pela justiça social e pelo desenvolvimento.

Temí, sinceramente, depois do mês de setembro, que a agenda mundial se concentrasse na luta contra o terror. Seria um grande equívoco. Todos os pronunciamentos que fiz, depois do dia 11, o primeiro que fiz com o líderes do Congresso, foi para dizer que nós temos uma outra agenda, que é esta que se acaba de mencionar, e que todos aqui mencionamos: que é a agenda da redução das desigualdades, de uma melhor justiça, é a agenda da democratização das relações internacionais, é a agenda do desenvolvimento, que é uma agenda complexa. Mas, os senhores e as senhoras que participam dessa conferência, e que têm a legitimidade dos seus mandados populares sabem que é assim, e têm uma contribuição imensa a dar no avanço dos objetivos comuns dos povos das Américas.

Neste momento, é nosso objetivo manter essa agenda, essa agenda que junto com a repulsa ao terrorismo que se impõe, que é de não perder de vista que, independentemente do terrorismo – e a pobreza não é causa do terrorismo seria um insulto aos pobres, terrorismo não é praticado nem pelos pobres, nem por aqueles que defendem os pobres. É um insulto aos pobres. Mas, independentemente disto, a agenda da igualdade há de ser permanente. O terrorismo não pode obscurecer, assim como não é legítimo pensar que o terrorismo é consequência da desigualdade da pobreza, porque não é.

Também é legítimo dizer que a luta contra o terrorismo não pode obscurecer a luta maior, que é contra a desigualdade e a pobreza. É uma luta que se faz por sua legitimidade própria, independentemente do terrorismo. É uma luta que se faz porque hoje – e não foi sempre assim – mas hoje a humanidade dispõe de elementos de desenvolvimento tecnológico,

econômico, financeiro, de riquezas suficientes para tornar imoral a pobreza. De alguma maneira, o combate à pobreza passou a ser, também, uma questão ética. Não foi assim que, no século XIX, os principais pensadores socialistas colocaram a questão. Foi de outra maneira. Mas, agora, diante do crescimento imenso das forças produtivas, diante da capacidade imensa de acumulação de riqueza da qual o mundo dispõe hoje, que a economia globalizada dispõe, a pobreza passa a ser uma imoralidade. Não é só uma injustiça, não é só uma desigualdade. É uma imoralidade, é uma compulsão ética. E não precisa de qualquer outro pretexto, não precisa da ligação entre o terrorismo e a pobreza para justificar a luta contra a pobreza, porque ela é falsa, como disse aqui. É por isso que os parlamentares, como são os que estão mais próximos da voz do povo e que freqüentemente ecoam essa voz, têm papel fundamental na discussão de todos os temas que nós estamos agora iniciando.

E é preciso que os parlamentares – e repito – digo não como Presidente da República, digo nem como ex-Senador, digo como cidadão, é preciso que tenham a consciência da importância do momento que estamos vivendo, e que não se percam na retórica, que passem à luta concreta, que vejam o que se ganha e o que se perde, como é possível efetivamente avançar mais pelo nosso povo. Nós já temos condições para negociações mais altivas. A Reunião de Doha mostrou isso.

O Brasil manteve uma luta na questão comercial, agora, recentemente, com um país irmão, que é o Canadá. Conseguimos que a Organização Mundial de Comércio reconhecesse nossos direitos. As lutas que estamos travando em vários setores – e não somos o único país a travá-las – mostram que, hoje, já temos força suficiente para sentarmos

à mesa sem complexo de inferioridade. Mas só fazemos isso se nós, primeiro, nos informamos. Segundo, se nós ouvimos os interessados da nossa sociedade. Todos, como eu disse aqui. Terceiro, se nós tivermos coragem de, às vezes, até por à margem certas visões que são passado. Se nós entendermos as lutas concretas do nosso tempo. Nosso tempo leva-nos a uma integração crescente.

Essa integração não pode ser confundida com a abdicação de soberania. Soberania não se negocia, se exerce, como eu tenho dito. Mas, ao exercer a plena soberania na defesa do nosso povo, temos que sentar à mesa de negociação e negociar com argumentos concretos, pensando sempre. O povo ganha ou perde. Os outros povos ganham ou perdem. De que maneira nós vamos ter, realmente, um mundo mais solidário. E eu acredito nisso.

Acredito que a globalização está aí. Ela é assimétrica. É nosso dever – não só meu, de Presidente da República, de todos nós – transformarmos progressiva e constantemente essa globalização numa globalização mais solidária. Ela só será mais solidária se houver esse sentimento, esses imperativos éticos, se houver essa consciência das situações concretas e se os Parlamentos forem, realmente, ativos na definição, junto com os governos, não contra, nos momentos em que os governos tiverem como marco de referência os interesses dos povos, os parlamentos também, tendo como marco de referência o interesse dos povos e do país. Se nós, juntos, trabalharmos. Se nós fizermos isso, que venha a ALCA. Não temos que ter medo. Teremos capacidade de enfrentá-la com propriedade, mas nunca deixaremos que ela seja uma mera negociação comercial e nunca deixaremos que ela seja uma forma disfarçada de dominação, porque isso nós nunca aceitaremos.

Muito obrigado.

ALMOÇO OFERECIDO EM HOMENAGEM À PRIMEIRA MINISTRA DA NOVA ZELÂNDIA

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DO ALMOÇO OFERECIDO EM HOMENAGEM À PRIMEIRA MINISTRA DA NOVA ZELÂNDIA, SENHORA HELEN CLARK. BRASÍLIA, 21 DE NOVEMBRO DE 2001

A presença de Vossa Excelência aqui entre nós constitui um marco histórico em nossas relações. É a primeira visita oficial de um Chefe de Governo neozelandês ao Brasil e assinala a inauguração da Embaixada da Nova Zelândia. Isso mostra que Brasil e Nova Zelândia aproximam-se cada vez mais.

Somos países que coincidem em ver o mundo sob a inspiração dos valores da paz, da democracia, dos direitos humanos e da tolerância. Quero ressaltar o fato de Brasil e Nova Zelândia possuírem, ambos, populações indígenas que são parte indissociável de nossa identidade como nações multi-étnicas.

Manifesto minha satisfação por acolher no Brasil durante esta visita um grupo de índios maoris, que constituem a etnia nativa da Nova Zelândia. Eles fazem parte da comitiva da Primeira Ministra Helen Clark, juntamente com empresários e autoridades governamentais. Permitam-me, pois, fazer-lhes uma saudação na língua maori, extensiva a todos os integrantes da comitiva neozelandesa: TENA KOTO, TENA KOTO, TENA KOTO KATO!

Aos brasileiros presentes, aos que não o sabem, esclareço que esta é uma saudação tradicional de boas-vindas na Nova Zelândia (significa BEM-VINDOS, BEM-VINDOS A TODOS!).

O diálogo e a cooperação entre nossos países refletem um amplo espectro de interesses comuns. Contemplam desde preocupações com a pesquisa na Antártica até o aproveitamento sustentável dos mares austrais. Envolvem tanto contribuição para a paz mundial quanto criação de alternativas de cooperação econômica e cultural.

Nas Nações Unidas, os representantes brasileiros e neozelandeses foram autores da Nova Agenda para o Desarmamento e têm sido parceiros atuantes dessa iniciativa, que é reconhecida como muito significativa pela maioria de países-membros da ONU.

Estamos juntos no Grupo de Cairns, movidos pela preocupação de assegurar condições mais leais e equitativas para o comércio agrícola internacional. Esse é um desafio de grande atualidade, e não foram pequenas as dificuldades que tiveram de ser enfrentadas na reunião de Doha.

O documento adotado representou um passo muito importante, com o compromisso de redução dos subsídios à exportação, com vistas à sua gradual eliminação, e de redução substancial dos subsídios internos que distorcem o comércio.

O que se decidiu em Doha foi exatamente isso: um compromisso. É imprescindível, agora, que países como o Brasil e a Nova Zelândia continuem atuando com determinação para impulsionar o aperfeiçoamento e a liberalização do comércio internacional de produtos agrícolas. É preciso que, nas negociações que agora se seguirão, o compromisso se traduza em avanços concretos, sem demora.

Senhora Primeira-Ministra,

Militares brasileiros e neozelandeses lutaram lado a lado na Itália, na Segunda Guerra Mundial, tendo sofrido pesadas perdas nos campos de batalha em defesa de ideais comuns. Hoje, decorrido mais de meio século, contingentes brasileiros e neozelandeses voltam a encontrar-se, desta feita participando no Timor Leste da missão de paz e de construção nacional patrocinada pelas Nações Unidas. Não nos faltam, portanto, causas comuns.

A distância que nos separa é uma contingência geográfica. Os valores que nos aproximam são universais. Foi o que pudemos identificar no diálogo que mantivemos na manhã de hoje. Diálogo que tive o prazer de iniciar com Vossa Excelência no Chile, quando da posse do nosso amigo comum Ricardo Lagos, e que continuamos depois

em Berlim, na conferência sobre governança progressista. A afinidade de pontos de vista e a vontade de construirmos uma parceria mais forte refletem-se nos documentos hoje assinados.

Eliminamos a exigência de vistos para que cidadãos neozelandeses visitem o Brasil. Medida idêntica já havia sido adotada pela Nova Zelândia com relação a cidadãos brasileiros. Isso vai facilitar o intercâmbio entre os dois países e favorecerá um maior conhecimento de nossas realidades.

Decidimos aprofundar nosso diálogo, criando um mecanismo de consultas políticas regulares. O cenário internacional sofre hoje o impacto dos eventos que se desencadearam desde 11 de setembro. No mundo em transformação em que vivemos, com novos riscos e novas preocupações, torna-se indispensável o diálogo entre países como o Brasil e a Nova Zelândia, que têm um compromisso com a paz e com a justiça. Por fim, estamos promovendo nossa cooperação na área de ciência e tecnologia.

O memorando que assinamos hoje aproximará ainda mais nossas comunidades acadêmica e científica, facilitando a identificação de áreas complementares de investigação em campos onde ambos os países possuem verdadeiros nichos de excelência. Na área financeira, temos indícios animadores de investimentos neozelandeses no Brasil no setor de laticínios. O Brasil tem interesse nesses investimentos, não somente pelo aspecto financeiro, mas também pelas perspectivas de transferência de tecnologia e seu impacto

social. Os empresários neozelandeses que acompanham Vossa Excelência encontrarão no Brasil interlocutores interessados em examinar possibilidades de parceria em comércio, investimentos e outras áreas igualmente promissoras.

Senhora Primeira Ministra,

Sob sua liderança, a Nova Zelândia tem realizado um movimento de aproximação com a América Latina. A visita de Vossa Excelência é prova disso. No que se refere ao Brasil – e tenho a certeza de que este é também o sentimento dos demais países de nossa região – quero dizer-lhe que este movimento é muito bem vindo.

É com este espírito de aproximação que nossos países podem e devem trabalhar juntos para contribuir para o avanço da cooperação internacional. Convido todos os presentes a que me acompanhem em um brinde à saúde e felicidade da Primeira Ministra Helen Clark, à amizade entre Brasil e Nova Zelândia, e ao bem-estar e prosperidade do povo neozelandês.



CERIMÔNIA DE POSSE DO EMBAIXADOR OSMAR V. CHOHI NO CARGO DE SECRETÁRIO-GERAL

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO LAFER, POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE POSSE DO EMBAIXADOR OSMAR V. CHOHI NO CARGO DE SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES. BRASÍLIA, 29 DE NOVEMBRO DE 2001

Senhor Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa,
Senhor Embaixador Osmar Chohfi,
Senhoras e senhores,

A cerimônia de posse de um novo Secretário-Geral, ao qual compete a chefia da Casa, é momento sempre marcante na vida de uma instituição com as tradições do Itamaraty.

Para além de sua dimensão institucional, a presente cerimônia tem para mim também um profundo alcance afetivo, tanto por marcar a despedida do Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, quanto por assinalar a investidura nas funções de Secretário-Geral das Relações Exteriores do Embaixador Osmar Chohfi.

O Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa é um querido amigo de muitos anos. Nas duas vezes em que tive a honra de exercer as funções de Ministro de Estado das Relações Exteriores tive o privilégio de contar com sua colaboração esclarecida à frente da Secretaria-Geral. O Embaixador Seixas Corrêa possui, como assinalava Joaquim Nabuco a propósito do Visconde do Rio Branco, o equilíbrio das virtudes. Dentre suas muitas qualidades destacaria a segurança do

seu juízo diplomático, que, no seu caso, está intimamente associada ao sentido da História, a uma permanente curiosidade intelectual e à capacidade de pensar em profundidade as questões da política externa. Todos esses dotes são respaldados por uma indiscutível capacidade de comando, que pude testemunhar invariavelmente nas complexas situações que enfrentamos juntos na vida pública.

Tem, ademais, o dom da palavra, e não preciso ressaltar o papel e o peso da palavra para a ação diplomática. Recordo, nesse sentido, os versos de Octavio Paz: “A forma que se ajusta ao movimento, é pele – não prisão – do pensamento.”

Mercê de tais qualidades, não tenho dúvida de que o Embaixador Seixas Corrêa desempenhará com o brilho habitual suas novas funções à frente da Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas e à Organização Mundial do Comércio em Genebra, cargo que tive o privilégio de ocupar no período de 1995 a 1998, e cuja relevância nesse momento pós-Conferência de Doha não preciso destacar.

Sei, por isso, mesmo que não são poucos os desafios que o aguardam. Mas não saberia pensar em nome melhor para enfrentá-los.

Substituir o Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa é tarefa complexa. Foi, por isso, motivo de grande satisfação e alegria para mim a aceitação pelo Embaixador Osmar Chohfi do convite que lhe formulei para ocupar o cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores.

O Embaixador Chohfi é também um antigo e querido amigo. Foi meu Chefe de Gabinete desde que assumi a pasta do Ministério das Relações Exteriores em janeiro deste ano. Fomos colegas de turma no Largo de São Francisco. Do convívio acadêmico nasceu entre nós uma forte e genuína amizade, lastreada, como diria Aristóteles, na igualdade da estima recíproca. Ao compartilharmos, no início dos anos 60, num momento em que a máquina do mundo se nos começava a revelar, a experiência de enfrentar os desafios de um período particularmente rico de projetos e contradições, preparávamo-nos, sem que o soubéssemos, para lidar com os desafios futuros. Com efeito, até o final de 1964, juntos vivemos a experiência do término da grande presidência de Juscelino Kubitschek, que descortinou, com sua liderança, o potencial do país em todos os campos; a curta, brusca e, afinal, frustrante gestão de Jânio Quadros; o tumultuado período de João Goulart e os vivos debates que suscitou; o desmoronamento político do lúcido esforço reformista de San Tiago Dantas; e, finalmente, com o advento do regime de 1964, o início do longo ciclo autoritário.

Dizia Ortega y Gasset que as variações da sensibilidade vital, que são decisivas na história, apresentam-se na forma de uma geração. Minha geração, a geração do Embaixador Osmar Chohfi, despertou para a necessidade de pensar o Brasil durante o Governo Juscelino Kubitschek. Respirava-se, então, um sentimento de absoluta confiança nos destinos do país. Esse sentimento permanece vivo, continua a nortear nossa

parceria e permeará nosso trabalho conjunto no Itamaraty.

A versatilidade dos talentos é uma das características distintivas do Embaixador Osmar Chohfi, qualidade que lhe permite lidar com toda a circunferência da atividade diplomática. Essa versatilidade está associada a uma reconhecida capacidade de lidar com as pessoas, que vai além de mero *people skills*, constituindo, no seu caso, o que poderíamos chamar de dom de gentes.

A trajetória diplomática do Embaixador Osmar Chohfi é conhecida de todos. Não é minha intenção, nessas breves palavras, mapear todo seu brilhante percurso na Casa de Rio Branco. Gostaria, porém, de sublinhar um ponto que me parece revelador de suas não poucas qualidades. Refiro-me à sua atuação decisiva, quando à frente de nossa Embaixada em Quito, no encaminhamento favorável do processo negociador que culminou na celebração do acordo de paz entre o Equador e o Peru.

A tarefa da diplomacia é desatar nós. O instrumento de ação do diplomata não é a violência, mas a persuasão. O Embaixador Osmar Chohfi ilustra perfeitamente as palavras de Alfonso Reyes, que dizia ser o brasileiro “o diplomata nato, o melhor negociador que jamais conheceu a história humana. Não há conflito que resista a seu espírito de concórdia e à sua ardente simpatia. Como possui a aptidão, desdenha da violência. Nasceu para desfazer, sem cortá-lo, o nó górdio.”

A concepção, elaboração e condução da política externa de um país com o peso e a complexidade do Brasil não podem ser obra de pessoas isoladas, mas de toda a instituição. Estou certo, por isso, de que o leque de virtudes que distinguem o Embaixador Osmar Chohfi não apenas o qualificam para lidar com os novos desafios que hoje se

colocam para a diplomacia brasileira, como o capacitam também para auscultar, com a sensibilidade que lhe é própria, os anseios da Casa, com vistas a promover as mudanças e os ajustes necessários ao seu permanente aprimoramento.

O prestígio internacional e a excelência deste Ministério estão baseados na qualidade dos seus quadros. Como tive a oportunidade de afirmar já em meu discurso de posse, tenho conhecimento das necessidades materiais desta Casa e sensibilidade em relação aos problemas atuais da carreira, em especial da motivação de seus integrantes. A essas questões, com o apoio do Embaixador Osmar Chohfi, continuarei a dar atenção e foco, com a preocupação de preservar e aumentar a capacitação do Brasil no trato da agenda diplomática.

Senhoras e senhores,

Machado de Assis, pela boca do Conselheiro Aires, afirma em Esaú e Jacó que “o imprevisto é uma espécie de deus avulso, ao qual é preciso dar algumas ações de graças; pode ter voto decisivo na assembléia dos acontecimentos.”

Passados quarenta anos, não se pode deixar de atribuir ao imprevisto sua parcela

de responsabilidade neste reencontro de dois antigos estudantes da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Hoje integrada à Universidade de São Paulo, a velha Faculdade – “alma mater” do Barão do Rio Branco, patrono da Diplomacia brasileira, cujo centenário de posse no cargo de Ministro das Relações Exteriores comemoraremos no próximo ano – representou para nós, para Osmar e para mim, assim como para os que nos antecederam e sucederam, uma experiência de cidadania, propiciadora da fraternidade que deriva da participação no espaço público.

As lições que juntos ali aprendemos permanecem conosco. São fruto do convívio acadêmico e do magistério de ilustres professores, que gostaria de lembrar na figura do grande jurista Vicente Rao, pois tendo sido também titular desta Pasta, ajudou a despertar em nós, no primeiro ano da Faculdade, o sentido da importância das relações internacionais e o sentimento de admiração pelo Itamaraty e suas tradições.

É esse sentimento que, lastreado no ânimo de servir ao Brasil, continuará a nortear e inspirar nossa atuação.



CERIMÔNIA DE TRANSMISSÃO DO CARGO DE SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DISCURSO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE TRANSMISSÃO DO CARGO DE SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES AO EMBAIXADOR OSMAR V. CHOEFI. BRASÍLIA, 29 DE NOVEMBRO DE 2001

Senhor Ministro de Estado, Senhor Secretário Geral, Meus colegas,

Ao deixar hoje as funções de Secretário Geral das Relações Exteriores, queria, em primeiro lugar, expressar a satisfação com que passo as chaves do despacho do Visconde de Cabo Frio ao Embaixador Osmar Chohfi. Nosso convívio remonta aos tempos do Instituto Rio Branco, nos idos já longínquos dos anos 60. Primeiro de sua turma, Osmar correspondeu plenamente ao longo da carreira às expectativas que despertava nos Chefes e nos colegas desde o início de sua vida profissional. Distinguiu-se como Embaixador em Quito em momentos particularmente difíceis. Juntamente com Katia, Osmar sobressai como modelo das virtudes que adornam o diplomata de qualidade: sabedoria, prudência, sentido de medida, humor e gentileza.

Creio interpretar o sentimento da Casa ao felicitar o Ministro Celso Lafer pela escolha que fez e desejar a Osmar sorte e felicidade. Seu êxito será o êxito de todos nós.

Juntamente com estas felicitações, peço ao Ministro Celso Lafer, que aceite meus

agradecimentos pela distinção que me concedeu ao manter-me no cargo e agora pela indicação para a Delegação em Genebra. Mais uma vez nos juntamos. E uma vez mais, levados pelas circunstâncias, nos separamos. Mais uma vez, sinto-me tomado de um não-sei-quê de emoção, que evoca neste momento de partida toda a carga positiva das experiências que acumulamos nestes muitos anos em que vimos compartilhando pensamentos, projetos, inquietações e esperanças; tudo aquilo que sucessiva e cumulativamente tem dado a nossa convivência a marca especial de uma estreita amizade e que nos permitiu enfrentar solidariamente os desafios da gestão do Ministério neste particularmente denso ano de 2001.

Por todas as suas conhecidas qualificações de intelectual e de homem público, o Ministro Lafer agrega prestígio e valor ao Itamaraty. Constituiu para mim um privilégio continuar sob sua chefia a caminhada iniciada em janeiro de 1999 com o Ministro Luiz Felipe Lampreia, a quem renovo neste momento de despedida a expressão de minha antiga admiração,

juntamente com meu reconhecimento por sua valiosa contribuição para a política exterior brasileira.

É este também o momento de reafirmar o meu agradecimento ao Senhor Presidente da República pelo privilégio que me concedeu de ocupar a Secretaria Geral das Relações Exteriores e de, nessa condição, exercer em muitas ocasiões a interinidade desta Pasta. Sob a inspirada liderança do Presidente Fernando Henrique Cardoso - nosso primeiro diplomata - a política exterior do Brasil vem-se renovando e se consolidando como fator essencial para o desenvolvimento econômico e social do País. Nestes tempos indefinidos e incertos de globalização, a diplomacia presidencial tem sido fundamental para a crescente inserção do Brasil nos círculos decisórios internacionais.

Não me cabe analisar o que fiz, o que deixei de fazer ou o que poderia ter feito. Ao deixar a Secretaria Geral, torno-me desde já parte do seu passado. E o momento é de olhar para o futuro. Mas não resisto à tentação de compartilhar com os colegas neste momento de despedida alguns sentimentos pessoais e algumas reflexões.

As circunstâncias imprevistas que me haviam trazido à Secretaria Geral em 1992 e os acontecimentos surpreendentes que determinaram o meu afastamento seis meses depois tiveram um efeito muito penetrante na minha maneira de ver as coisas e sobretudo na minha sensibilidade para o inesperado. Senti-me em cada um destes 1063 dias em que estive à frente da Secretaria Geral como se tudo começasse e terminasse quotidianamente. Como se tivesse de estar preparado para ver tudo, cuidar de tudo e prestar contas de tudo a cada dia, sem jamais perder de vista a circunstância de que estava ali de passagem.

Vejo-me em 1967, sentado à porta de entrada da velha Secretaria Geral do Palácio

Itamaraty do Rio de Janeiro - naquele tempo os Terceiros Secretários davam dois meses de serviço como Introdutores Diplomáticos do Secretário Geral! - vejo-me àquela porta sem entender muito bem o que se fazia lá dentro, por que entravam e saíam tantas pessoas com ares de importância, e que tantos papéis eram aqueles que circulavam dentro das pastas perfuradas da Casa Harrison. E vejo-me hoje deixando pela segunda vez este cargo que tanto temor reverencial me despertava e tanto mistério me evocava ao início da carreira. Que acontecimentos fortuitos, que casualidades, quanta coisa aconteceu e quanta coisa deixou de acontecer, por quantas portas e por quantas salas entrou e saiu aquele menino de 1967 para que hoje pudesse estar aqui a se despedir com o mesmo encantamento com que começou! Que prodigiosa tem sido para mim esta carreira, que, ao me abrir agora a oportunidade de chefiar a Delegação em Genebra, renova e amplia os desafios profissionais a serem enfrentados e, portanto, amplia e renova a minha disposição de servir!

Nossas vidas profissionais são na verdade um caminho, uma passagem entre sucessivos pontos de chegada, unidos pela linha pontilhada da memória. Um percurso em que cada momento nos prepara para o instante seguinte; em que cada ruptura é ao mesmo tempo um oferecimento e um vínculo, uma transformação de circunstâncias e uma atualização de possibilidades - um inexorável rumo em direção ao futuro e, em última análise, ao passado de cada um de nós.

É reconfortante dar-se conta de que neste lugar outros estiveram antes e outros virão depois. Saber que as possibilidades de atuação sobre a realidade não se esgotam no espaço alocado a cada um; que todos somos partes de uma cadeia imaterial em que os tempos, as circunstâncias e as personalidades se sucedem

num trajeto aleatório, cujo sentido real se desvenda em si mesmo, no próprio acontecer, no andar e nas ladainhas de cada dia. Algo talvez imperceptível para os que começam, mas que pouco a pouco as experiências da carreira vão sedimentando nas nossas consciências.

Longe de mim a intenção de fazer um balanço do que aconteceu nestes três anos. Mas não posso deixar de evocar as dificuldades crescentes que tivemos de enfrentar no âmbito do Mercosul; a criativa flexibilidade que procuramos exercer desde então para não perder a consistência e o rumo do nosso processo maior de integração. Recordo as muitas iniciativas inovadoras que empreendemos, em especial a convocação da reunião de Presidentes da América do Sul em 2001, cujos efeitos positivos no plano da integração física estão já à vista. Vêm-me ao espírito as muitas crises que tivemos de enfrentar na região e alhures; os desafios cumulativos das negociações comerciais internacionais: como aprofundar e consolidar o Mercosul em meio a tantas assimetrias? como enfrentar as demandas das negociações com a União Européia? como conter o roldão em que a certo instante parecia estar-se transformando a ALCA? E como contribuir, depois do fracasso de Seattle, para o lançamento na OMC, em tempos compatíveis com as nossas iniciativas regionais e inter-regionais, de negociações comerciais multilaterais capazes de incorporar a nova temática da globalização sem afetar negativamente os interesses específicos do Brasil? Estes foram apenas alguns dos desafios que enfrentamos e superamos proveitosamente.

Como proveitosamente também trabalhamos para abrir novas perspectivas para o Brasil em áreas não tradicionais da nossa diplomacia. As visitas presidenciais à Coréia

e à Indonésia; os muitos projetos em curso com a China; o relançamento da relação com o Japão; a vertebração e o aprofundamento da relação com a Rússia; a participação do Brasil na construção do Timor Leste independente; a revitalização da relação com a Nigéria; o notável êxito que representou a realização no Rio de Janeiro da cúpula Europa-América Latina e Caribe. Sem falar no reforço crescente de nossas parcerias tradicionais com os EUA e com os grandes países da União Européia, que tanto têm contribuído com investimentos produtivos e cooperação para o processo de desenvolvimento brasileiro.

No plano multilateral, o esforço despendido para regularizar nossas contribuições aos organismos internacionais foi acompanhado de políticas ativas na ONU, na OEA e em outros foros de importância para o Brasil. Temos nos distinguido muito positivamente em áreas onde no passado transitávamos com certa dificuldade, como, por exemplo, meio-ambiente e direitos humanos. Agimos sem hesitação na condenação ao terrorismo desencadeado em 11 de setembro e lideramos a invocação do TIAR para enfrentar adequadamente este monstruoso fenômeno em nossa região.

Paralelamente, acentuaram-se os canais de interlocução do Itamaraty com o Legislativo e com a sociedade civil. Nunca como nos anos recentes tantas e tão importantes questões trouxeram o Itamaraty para o centro do debate nacional. Como se as lideranças políticas e a sociedade em geral tivessem finalmente despertado para o fato de que os temas de política externa são decisivos para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. O Ministério vem-se beneficiando muito deste debate, que legitima e reforça nossa atuação nos diferentes foros em que são considerados os grandes temas ligados

à economia, ao comércio, às finanças internacionais, aos direitos humanos, à saúde, ao trabalho, à segurança internacional, enfim a todo o conjunto normativo que circunscreve no mundo de hoje as ações dos Estados no plano externo e condiciona as políticas públicas internas em crescente variedade de áreas antes reservadas ao domínio inqualificado da autoridade estatal.

Senti-me privilegiado por ter podido coadjuvar nestes últimos três anos a ação do Governo brasileiro e do Itamaraty em todas estas e muitas outras áreas. Faço uma avaliação positiva do muito que fomos capazes de realizar, não obstante as severas restrições de meios sob as quais temos tido de operar. Não fosse a extraordinária qualidade e a dedicação do corpo de servidores públicos que compõem esta Casa, seria impossível responder ao desafio que representa hoje para o serviço exterior lidar com a crescentemente complexa agenda externa do país e promover, ao mesmo tempo, a necessária articulação interna. Felizmente, o que nos tem faltado em recursos financeiros tem-nos sobrado em recursos humanos.

O mundo, porém, está-se transformando mais rapidamente do que nós. Para manter a competitividade da operação diplomática brasileira, vamos precisar modernizar, ampliar e especializar os nossos meios de formulação e execução de política externa. Não haverá talento individual ou coletivo que supra indefinidamente deficiências de recursos financeiros, materiais e organizacionais. Esperemos que, alcançado o objetivo da estabilidade macro-econômica, o Itamaraty possa logo recuperar seus níveis históricos de participação no orçamento federal.

Mas não é só de recursos financeiros de que se trata. É preciso também que nos

mantenhamos num processo permanente de adaptação e transformação institucional. A realidade externa a cada dia nos surpreende com novas situações e novas configurações. Precisamos dispor de maior flexibilidade organizacional para que as estruturas e o fluxo decisório do Itamaraty possam ajustar-se continuamente - e com rapidez - às demandas e às oportunidades que a realidade externa nos impõe sem cessar.

E precisamos repensar a carreira diplomática em função destes novos desafios: mais especialização temática e regional, mais acesso, mais estímulos e recompensas ao desempenho individual. Temos um extraordinário patrimônio humano nesta Casa. Precisamos continuar, com redobrado empenho, a cuidar da formação, do aperfeiçoamento e das carreiras do nosso pessoal. Prosseguir no caminho das reformas e resolver os problemas que ainda geram inseguranças e distorções em todos os níveis.

A solução para o conjunto de problemas de tipo institucional hoje enfrentados pelo Itamaraty passa certamente pelo adequado equacionamento das questões ligadas à carreira. Alguma coisa foi possível fazer. Reformou-se o Rio Branco; acelerou-se o fluxo de vagas até os níveis intermediários; criou-se um mecanismo de remoções mais transparente e participativo; introduziu-se um ensaio de modelo matricial na SGIE e propiciou-se um caminho para a formação especializada dos jovens diplomatas na temática das negociações comerciais. Outras iniciativas ainda faltam. Para manter os níveis de excelência que distinguem o Itamaraty no Brasil e no mundo, é essencial que continuemos a aperfeiçoar a carreira e ajustá-la às exigências profissionais da diplomacia contemporânea.

Senhor Ministro, Senhor Secretário Geral,
Meus colegas,

Dentro de poucos dias estarei assumindo funções em Genebra. Agradeço muito especialmente ao Ministro de Estado - e por seu conduto ao Senhor Presidente da República - por me terem confiado uma de nossas mais interessantes missões diplomáticas. Em Genebra, terei o desafio de manter-me à altura dos grandes nomes da diplomacia brasileira que por lá passaram. A todos os meus futuros antecessores rendo homenagem na pessoa do Ministro Celso Lafer, cuja liderança e cujo prestígio representou fator decisivo para que Brasil estivesse no miolo do processo decisório da recente Conferência Ministerial da OMC em Doha e para que pudéssemos obter resultados tão expressivos na configuração do mandato para as negociações comerciais multilaterais então lançadas, de cujo êxito depende em grande medida a inserção competitiva do Brasil na economia internacional do Século XXI.

Procurarei estar à altura desta confiança que muito me honra. Não tenho dúvida de que começaremos as negociações em Genebra sob o mesmo signo positivo com que contribuimos para o seu lançamento.

Ao encerrar, queria também estender os meus agradecimentos a todos os colegas, em todos os níveis, na Secretaria de Estado e no Exterior, com os quais tive o privilégio de trabalhar nestes últimos anos. Não podendo citar todos, refiro-me nominalmente aos que, ocupando a Alta Chefia da Casa,

mais diretamente partilharam comigo as responsabilidades da Secretaria Geral: Ivan Cannabrava, Bernardo Pericás, Zoza Médicis, Gilberto Velloso, Graça Lima, Araújo Castro, Castro Neves e José Botafogo. Por meio destes grandes profissionais e queridos amigos, dirijo-me a todos os colegas e agradeço profundamente a cooperação que me deram com o seu talento, a sua dedicação e o seu espírito público.

Desejo ainda dirigir uma palavra a meus colaboradores mais próximos na Secretaria Geral; esta magnífica equipe de profissionais que tive a sorte de contar ao meu lado sob a direção sempre inspirada e dedicadíssima de Mauro Vieira. Devo muito ao Mauro, ao Evandro Didonnet, ao Regis Arslanian, ao Carlos Penna, a Maria Luisa Escorel, a Cláudia Buzzi e ao Felipe Fortuna, assim como ao excelente corpo de funcionários administrativos da Secretaria Geral. Se tivesse de começar de novo, seria deles, sem exceção, que me cercaria.

Não poderia finalmente deixar de fazer agradecimento muito especial a uma colega que peço licença para singularizar, cujo apoio, cuja crítica e cujo encorajamento foram importantíssimos nesta etapa da minha vida pessoal e profissional, como foram no passado e continuarão a ser no futuro. Refiro-me a Marilu, minha Conselheira particular nas horas vagas, a quem quero muito e devo muito.

Muito obrigado. Foi ótimo. Contem sempre comigo. Sorte para todos!



POSSE DO EMBAIXADOR OSMAR CHOIFI NO CARGO DE SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DISCURSO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR OSMAR V. CHOIFI, AO SER EMPOSSADO NO CARGO DE SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES. BRASÍLIA, 29 DE NOVEMBRO DE 2001

Senhor Ministro de Estado, Senhor Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Senhores Embaixadores e Chefes de Missão, Senhores Subsecretários-Gerais, Colegas e amigos,

Sinto-me honrado com a presença de tantos amigos neste ato. Desejo agradecer ao Senhor Ministro de Estado e particular amigo Celso Lafer o convite para ocupar o cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores, após ter tido a oportunidade de participar em muitas e importantes iniciativas como Chefe do seu Gabinete. Essa circunstância me faz chegar à Secretaria-Geral com clara percepção dos desafios que o Itamaraty tem à frente e consciente da contribuição que me cabe para enfrentá-los. Numa perspectiva de mais longo prazo, o tempo que terei será talvez breve, o que só faz reforçar meu compromisso de exercer, com todo o empenho, a autoridade e a liderança que se esperam do Secretário-Geral. É minha convicção que esse será um trabalho de inclusão, de soma, com a participação ativa de todos os funcionários da Casa.

Senhor Ministro,

Peço-lhe que registre junto ao Senhor Presidente da República a profunda satisfação que sinto pela oportunidade de colaborar para a execução da política externa por ele traçada, que tem, como marca distintiva, o efetivo atendimento dos interesses nacionais. Sua reconhecida liderança tem propiciado, ao Brasil, novas e importantes vias de atuação diplomática e o respeito das demais nações.

Expresso ainda meu reconhecimento ao amigo Embaixador Luiz Felipe Lampreia, diplomata de singular capacidade e visão, com quem tive também o privilégio de trabalhar como Chefe de Gabinete.

Na função que exerci até hoje, pude testemunhar a fluidez e a rapidez das transformações que se dão na agenda global. Nesse período de intensa atividade diplomática, entremado por mutações muito significativas da conjuntura externa, consolidou-se minha certeza de que devemos continuar a promover o engajamento brasileiro nos principais cenários da diplomacia mundial.

Esse aprendizado teria seguramente sido menos criativo se não houvesse eu contado com a amizade e a inspiração de Vossa Excelência. Raras vezes um Ministro de Estado não pertencente aos quadros do Itamaraty foi tão plenamente identificado às qualidades que, não só no Brasil, se atribuem a esta Casa. Professor, filósofo e analista político, empresário, ensaísta e escritor e, sobretudo, homem de cultura e de ação, Celso Lafer reúne diversos talentos, e os faz circular pelo canal do convívium. Ao agregar-lhes sua personalidade jovial e a especial gentileza no trato, torna um prazer o trabalho conjunto e seguramente mais produtivo o encaminhamento das complexas tratativas internacionais. O papel que desempenhou em Doha, fundamental para a obtenção dos resultados alcançados, foi justamente reconhecido pela comunidade internacional.

É para mim motivo de alegria a perspectiva de poder manter, agora como Secretário-Geral, uma enriquecedora relação profissional e pessoal, alicerçada em mais de quarenta anos de fraterna amizade. Sob o seu comando, zelarei para que sejam sempre seguras e meditadas as decisões que precisaremos tomar sobre a diversificada agenda da diplomacia brasileira.

Vivemos um momento complexo e desafiador. Há incertezas que, em maior ou menor grau, afetam a todos. Nos últimos dois meses, delineou-se com mais nitidez a percepção de que o mundo será crescentemente vulnerável a ameaças sobre as quais os Estados exercem um controle apenas relativo. O terrorismo atacou de forma traiçoeira e contundente, expondo um desses flancos, de modo dramático. O isolamento, a prudência distante, a busca de uma autonomia autárquica,

fora do sistema internacional, são opções que se revelam inválidas. Há um panorama preocupante de desaceleração da economia mundial. A volatilidade dos fluxos de capital continua a provocar ciclos perversos de crise nas economias emergentes. Um regime de comércio internacional mais livre e eqüitativo continua a nos eludir. A ordem mundial está longe de ser justa e solidária. A globalização e a fragmentação são impulsos contraditórios e coexistentes, provocando disfunções, traumas e perplexidades.

A crise e o desafio são, contudo, convites mais do que propícios à renovação, à revisão de paradigmas. Nas palavras inspiradas do poeta Alphonsus de Guimaraens: “O céu é sempre o mesmo: as nossas almas / É que se mudam, contemplando-o.” E ao contemplar os recentes acontecimentos como “espectadores engajados”, temos a impressão de viver um dos grandes momentos que podem levar a humanidade a um desses saltos qualitativos que caracterizam a evolução histórica. A agenda internacional não poderá ser monolítica ou monotemática. Não poderá apenas atender a interesses político-estratégicos, por mais relevantes que sejam, ou somente a prioridades econômico-comerciais, por mais urgentes que se afigurem. Também não se desenvolverá exclusivamente em espaços geográficos circunscritos. Os eventos recentes dão prova do que digo. E ao Brasil, através de sua diplomacia e dos quadros desta Casa, caberá certamente um papel significativo na construção de um novo contrato internacional, para valer-me da expressão do Presidente Fernando Henrique.

É um contrato que deve passar pela atualização e reforma, inclusive em sua representação, das organizações

internacionais, como as Nações Unidas e seu Conselho de Segurança, as instituições financeiras de Bretton Woods e agrupamentos tais como o G-7/G-8. O Brasil, é sem dúvida, um ator indispensável nesse processo e nele deverá fazer-se presente de maneira condizente com seu peso e influência.

Acreditamos todos os diplomatas brasileiros, e seguramente esta é a expectativa da nação, que nosso país está excepcionalmente qualificado a participar desse empreendimento, que envolverá toda a comunidade internacional. Partimos de plataforma sólida, onde as revigoradas instituições democráticas, a crescente e intensa participação cidadã e a livre interação das forças políticas e sociais se combinam para legitimar e fortalecer nossa posição no mundo. Somos uma sociedade que não desconhece a existência de graves carências nos âmbitos econômico e social, mas que procura dar-lhes soluções mediante o diálogo democrático e o exercício, sem constrangimentos, das diferentes opções políticas. Refletimos externamente a imagem, correta por certo, de uma sociedade estável, tolerante, um exemplo de convivência harmoniosa na diversidade. Celso Lafer e eu mesmo – brasileiros oriundos das levas de imigração de diferentes origens, que aqui buscaram melhor destino – damos testemunho consistente e inegável da abertura brasileira ao mundo, das possibilidades e oportunidades que brinda nossa sociedade, do pluralismo que é marca registrada desta terra.

É com base nesse quadro interno que o Brasil, ao garantir sua vocação para a paz, constitui-se simultaneamente em pólo irradiador de estabilidade no seu entorno geográfico imediato. A Reunião de Presidentes da América do Sul lançou

as bases da concertação que poderemos doravante aprofundar. A partir de um espaço sul-americano adequadamente organizado, estaremos melhor aparelhados para articular a inserção da região em diferentes contextos negociadores, tanto no âmbito hemisférico, quanto com outras regiões. Com a participação do Brasil, começam a frutificar iniciativas que prometem transformar o panorama regional, a começar pelo trabalho de integração da infra-estrutura física. Estamos riscando do mapa as fronteiras de separação e construindo os alicerces de uma região mais integrada, mais solidária, cujo desenvolvimento passa a ser visto pela ótica das sinergias positivas. É também com esse objetivo que interessa ao nosso país o revigoramento do Tratado de Cooperação Amazônica e a institucionalização da organização sub-regional nele prevista, à luz, inclusive, da prioridade que atribuímos aos temas ambientais e à cooperação científica e tecnológica.

No próximo ano, a condução das questões afetas ao Itamaraty exigirá particular habilidade e esforço redobrado. Negociações comerciais e políticas estarão a desdobrar-se em todas as frentes, cobrando persistência e coerência na defesa dos objetivos brasileiros. É de nosso interesse evidente o fortalecimento da autoridade e da credibilidade dos sistemas multilaterais, que traduzem, no plano externo, nosso apego à forma democrática de fazer política. Enfrentaremos conjunturas complexas, interna e externamente. A diplomacia brasileira será chamada, com toda razão, a apresentar-se com mais regularidade diante da opinião pública; será, em suma, objeto do debate político doméstico. E é bom que assim seja pois daí derivará mandato ainda mais claro e preciso para nossa atuação.

Senhor Ministro, meus amigos,

O momento que vive o Mercosul exigirá muito empenho para que esse projeto seja percebido pelo viés mais amplo - político e estratégico - que o inspirou. Isso sem ignorar o resultado extraordinário do comércio intrazona, que já está incorporado ao patrimônio das nossas relações com a Argentina, o Paraguai e o Uruguai.

O ano de 2002 terá como um dos eventos-marco, na área internacional, a realização da Conferência de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável, que deverá avaliar a implementação dos compromissos assumidos no Rio de Janeiro, há dez anos. No campo ambiental, o Brasil tem interesses próprios a articular e respaldar, além de ser participante essencial e muitas vezes decisivo.

Há pouco mais de duas semanas, na IV Conferência Ministerial da OMC, foram lançadas novas negociações comerciais multilaterais, a Agenda para o Desenvolvimento de Doha, com a definição de um amplo mandato que inclui temas prioritários para o Brasil. Por sua vez, o processo da ALCA estará entrando, no ano que vem, na sua etapa negociadora decisiva. A própria conjuntura política brasileira tornará a nossa sociedade mais vocal quanto aos custos e benefícios daquele projeto de livre comércio hemisférico. Caberá ao Itamaraty a delicada tarefa de obter, internamente, um consenso que reflita nossos legítimos interesses em matéria comercial e defendê-los, externamente, para que sejam acolhidos à mesa de negociações.

Temos, portanto, a obrigação de manter o Ministério aberto ao diálogo e à interação com os diferentes setores interessados. Nós o faremos, estou certo, em ambiente de total transparência, com grande liberdade

de atuação para o agente diplomático, e em clima de respeito às normas vigentes. Temos, por natureza e por treinamento, a vocação para o confronto construtivo de idéias, pois representamos uma instituição guiada pelo objetivo de formar consensos.

A eficaz assistência consular a brasileiros no exterior é um compromisso sempre renovado, e desejo manifestar, por estar essa área diretamente ligada à Secretaria-Geral, meu reconhecimento aos inúmeros colegas que enfrentam esse desafio, ampliado pelos novos temas da agenda externa, com a necessária dedicação profissional e mesmo pessoal. A crescente presença de brasileiros no exterior e a determinação do Governo de garantir o exercício da cidadania a todos consolidam a assistência e a proteção consular como um dos objetivos prioritários da política exterior brasileira.

Do ponto de vista organizacional, recentemente promoveu-se, por iniciativa do Ministro Lafer, importante reforma na estrutura do Ministério. É este um processo que não se deve esgotar nesse esforço, mas sim ter continuidade, de modo a sempre buscar formas de melhor responder às necessidades de atuação substantiva, de acordo com nossas prioridades de política exterior, nas diversas áreas de competência do Itamaraty.

Os chefes da Casa e eu mesmo estamos atentos e somos sensíveis, como Vossa Excelência, às exigências de adaptação e modernização que enfrentam as carreiras diplomática e do serviço exterior. É necessário dar continuidade aos projetos que estão em curso. Nos últimos anos, verificou-se um descompasso involuntário entre as reformas administrativas e de pessoal e a gestão dos

recursos humanos e materiais. São distorções reais, que não podemos deixar de reconhecer e procurar corrigir. Da mesma forma, não pouparei esforços para auxiliar Vossa Excelência na obtenção de uma reposição salarial justa. É imprescindível que se mantenha e aperfeiçoe o sistema de remoções e de promoções, norteado sempre por critérios objetivos e de mérito profissional. Devemos ampliar e reforçar essas conquistas. Estamos, nesse sentido, perfeitamente sintonizados com as aspirações das classes mais jovens. Acredito que, unidos por objetivos compartilhados, saberemos refletir, em conjunto, sobre o desafio permanente de mudança na continuidade, na melhor tradição do Itamaraty.

Senhor Ministro, meus amigos,

O exemplo de Luiz Felipe de Seixas Corrêa, a quem sucedo, me estimula a enfrentar os desafios do novo cargo com maior vigor: diplomata excepcional, duas vezes Secretário-Geral, com vasta vivência no exterior, transitou ele por diferentes áreas com maestria e brilho. Não é esta a primeira vez que o sucedo. Na Embaixada em Buenos Aires, assumi o setor político em substituição a ele, que retornava ao Brasil. Dos nossos contatos profissionais guardo sempre a melhor lembrança. A Delegação Permanente em Genebra estará entregue a excelentes mãos, que ajudarão a nos conduzir com eficácia nas árduas negociações que já assomam. Aproveito este momento de

despedida para estender meus calorosos votos de sucesso pessoal e profissional a Marilu de Seixas Corrêa, companheira de várias iniciativas comuns, que também parte para exercer funções em nossa Embaixada em Berna.

Senhor Ministro, colegas,

Procurarei inspirar-me, no novo e honroso cargo, o mais elevado a que legitimamente podemos aspirar em nossa carreira, no exemplo de patriotismo e sentido de serviço público dos grandes nomes da diplomacia que me antecederam na Secretaria-Geral. Não posso deixar de mencionar João Clemente Baena Soares, a quem acompanhei no início de sua brilhante gestão como Secretário-Geral da OEA, e Sebastião do Rego Barros, amigo de longa data, e que hoje aqui me honram com sua presenças.

Sei que contarei, na Secretaria-Geral, como ocorreu na chefia do Gabinete do Ministro, com a colaboração e o apoio das chefias da Casa, dos colegas que aqui estão e daqueles que servem no Exterior. A diplomacia é uma atividade que nos exige integralmente. De minha parte, posso garantir-lhes diálogo permanente e trabalho perseverante, respeito profundo pelas diferentes opiniões, com a contrapartida do cumprimento fiel das decisões tomadas, e uma inquebrantável lealdade à instituição e ao país.

Muito obrigado.



XXI ENCONTRO NACIONAL DE COMÉRCIO EXTERIOR

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER, POR OCASIÃO DO XXI ENCONTRO NACIONAL DE COMÉRCIO EXTERIOR (ENAEX), REALIZADO NO HOTEL GLÓRIA - “CENÁRIO INTERNACIONAL, PROTECIONISMO E AGENDA DE NEGOCIAÇÃO”. RIO DE JANEIRO, 30 DE NOVEMBRO DE 2001

É com prazer que participo mais uma vez do ENAEX. Avançamos muito desde a última vez em que aqui estive, ainda como Embaixador do Brasil junto à OMC. Mas todos temos consciência do quanto ainda resta por fazer. Parte do “risco Brasil” está diretamente relacionada com a baixa participação do comércio exterior no PIB. Aumentar essa relação e melhorar o desempenho do comércio exterior brasileiro é fundamental para assegurar a sustentabilidade a médio e longo prazo de nossas contas externas.

A necessidade de aumentar nossas exportações tornou-se mais urgente pela evolução da conjuntura internacional. O FMI, o Banco Mundial e a OCDE publicaram, nas últimas duas semanas, projeções extremamente modestas para o crescimento da economia mundial em 2001 e 2002. Nesse cenário adverso, o crescimento previsto para a economia brasileira constitui sinal de dinamismo e do acerto das reformas já empreendidas.

Apesar da conjuntura macroeconômica externa desfavorável, o Brasil tem hoje uma oportunidade única para abrir mercados para

suas exportações. O conjunto de negociações comerciais de que o Brasil participa gerará melhores condições de acesso em praticamente todos os mercados relevantes para nós. Na ALCA, buscamos o livre comércio com países que hoje recebem 50 por cento de nossas exportações totais e são o destino de 70 por cento de nossos manufaturados. A União Européia já recebe mais de um quarto de nossas exportações. Se conseguirmos abertura efetiva do mercado agrícola comunitário, o potencial é gigantesco.

É verdade que a média das tarifas nos Estados Unidos e na Europa é relativamente baixa. Mas os produtos que exportamos estão sujeitos a tarifas mais elevadas do que os produtos de interesse dos países desenvolvidos. Enfrentamos também tarifas mais elevadas do que os países mais pobres, que tem acordos preferenciais. Enfrentamos até mesmo tarifas mais elevadas do que outros países latino-americanos, que se beneficiam de concessões vinculadas ao combate ao narcotráfico.

O que buscamos com esses acordos de livre comércio é a eliminação de todas as tarifas e quotas que se aplicam a nossas exportações.

Queremos que os calçados, o aço, o fumo, o suco de laranja, as carnes, os têxteis brasileiros tenham acesso aos principais mercados com tarifa zero. Queremos acabar com o escalonamento tarifário, que pune nossos produtos com maior valor agregado. Queremos que essas condições de acesso estejam garantidas, para poder planejar e investir. E queremos também que os países desenvolvidos assumam o compromisso de liberalizar, nas etapas iniciais, de forma mais profunda e mais rápida do que nós.

Mas não basta eliminar tarifas e barreiras não tarifárias. Queremos disciplinar as medidas antidumping, que penalizam nossas exportações de produtos siderúrgicos. Queremos acabar com os subsídios às exportações de produtos agrícolas, e disciplinar com rigor os subsídios internos. Os EUA concedem mais de 20 mil dólares em subsídios a cada produtor agrícola anualmente; a União Européia, mais de 16 mil. Não podemos concorrer contra os Tesouros dos países mais ricos do planeta. Setenta por cento dos subsídios internos estão vinculados à quantidade produzida, inflando a oferta. O desequilíbrio acaba levando à imposição de quotas e salvaguardas na importação e, externamente, à oferta de excedentes com créditos subsidiados, subsídios diretos ou ajuda alimentar.

Precisamos de normas que assegurem a transparência e objetividade dos regulamentos técnicos. Não podemos admitir que os países desenvolvidos imponham medidas sanitárias e fitossanitárias sem avaliação de risco, como fez o Canadá em fevereiro com as nossas exportações de carne. Não podemos aceitar que os controles sejam feitos sob medida para as condições dos países desenvolvidos.

Todas estas questões estão presentes nas negociações da ALCA e da União Européia. Temos dito com toda a clareza que não estamos interessados em acordos que apenas eliminem tarifas, mas deixem intocado o arsenal de medidas protecionistas de que dispõem os EUA e a União Européia.

Há temas, no entanto, que não podem ser plenamente resolvidos nas negociações regionais. É o caso dos subsídios agrícolas, em que as concessões que obtivermos da União Européia beneficiarão os EUA e vice-versa. Será mais fácil avançar, por conseguinte, em um foro que reúna todos os principais interessados. Os ganhos que poderão ser obtidos na OMC em matéria de antidumping, subsídios, barreiras técnicas ou medidas sanitárias e fitossanitárias são, assim, um complemento para a eliminação de tarifas e barreiras não tarifárias no Hemisfério e na União Européia. Com regras claras, transparentes e objetivas na OMC, e com acesso preferencial nos EUA e na Europa, teremos condições efetivas de acesso para nossas exportações.

Além de seu papel na formulação das regras do comércio internacional, a OMC também é importante por seu caráter quase universal, ampliado agora com o ingresso da China e de Taiwan. Um quarto de nossas exportações vai para os mercados da Ásia, do Oriente Próximo, da Oceania e da África. A redução de tarifas naqueles mercados, ainda que sem o objetivo de eliminação, é importante para nós. Desejamos preservar o equilíbrio na distribuição geográfica do nosso comércio exterior.

O lançamento de uma nova rodada de negociações na OMC em Doha foi, portanto, uma vitória para o Brasil. Um país médio,

mas com interesses globais, precisa de regras universais e de garantias contra o unilateralismo das grandes potências comerciais. Um fracasso como o de Seattle teria sido um golpe duríssimo para a credibilidade e para a eficácia do sistema de comércio multilateral.

Tanto quanto o reforço dado à OMC, no entanto, a Conferência de Doha foi um sucesso para o Brasil pelas decisões que conseguimos fazer aprovar. A Declaração sobre TRIPS e saúde pública consolida o espaço para políticas públicas prioritárias do Governo federal. A Decisão sobre Implementação colocou na mesa de negociação todas as queixas dos países em desenvolvimento sobre a operacionalização dos Acordos da Rodada Uruguai. O Brasil foi um dos principais proponentes dessa discussão, que abrange questões como antidumping, subsídios - inclusive créditos a exportação -, Medidas de Investimento Relacionadas ao Comércio (TRIMs) e propriedade intelectual.

O mandato negociador para a nova rodada também consagrou conquistas relevantes. O texto sobre agricultura contempla todas as principais questões - subsídios à exportação, apoio doméstico e acesso a mercados -, com a inclusão, pela primeira vez, de referência ao objetivo de eliminação dos subsídios à exportação de produtos agrícolas. Outro objetivo importante foi a superação da resistência dos Estados Unidos a discutir o Acordo Antidumping. Na parte referente a acesso a mercado para produtos industriais, o mandato de Doha estabeleceu como meta explícita, por insistência do Brasil, a redução ou eliminação de picos tarifários, tarifas altas e escalada tarifária, em particular para produtos de interesse exportador dos países em desenvolvimento.

O êxito também se mede por aquilo que foi possível excluir do mandato negociador. Conseguimos evitar a aceleração das negociações sobre serviços. Rejeitamos negociações sobre direitos trabalhistas, que poderiam ser usadas para impor barreiras a nossas exportações. Opusemo-nos à introdução do chamado “princípio da precaução” em matéria ambiental, que poderia dar margem à adoção de medidas protecionistas disfarçadas.

A Rodada da OMC completa o tripé de negociações para garantir acesso aos principais mercados para nossas exportações. Embora tenham-se iniciado de forma sucessiva, as três grandes negociações deverão estar concluídas aproximadamente ao mesmo tempo, em 2005. Essa coincidência de prazos interessa ao Brasil. Permitirá, por exemplo, avaliar os ganhos efetivos que a eliminação de tarifas na ALCA e na União Européia trará para nossas exportações de produtos agrícolas.

Na OMC, na ALCA e com a União Européia, foi possível resguardar todos os nossos principais interesses, seja em relação a prazos, seja em relação à substância. Ainda estamos no início das negociações na OMC, mas o ponto de partida - o mandato negociador estabelecido em Doha - é o mais favorável que já tivemos. É apenas o começo - mas é um ótimo começo.

O importante agora é aprofundar e aperfeiçoar o trabalho de coordenação e envolvimento com setor privado. O processo preparatório e os anos que levamos negociando a ALCA nos propiciaram um aprendizado que será útil daqui para a frente. A SENALCA, por exemplo, que congrega todos os setores interessados nas negociações da ALCA, já realizou mais de trinta reuniões até agora. Já foram realizadas as primeiras reuniões

da SENEUROPA, que repete este modelo para as negociações com a União Européia. Estas reuniões, abertas, repito, a todos os interessados, constituirão a norma também nas negociações da OMC. Estaremos convocando nos próximos dias uma reunião do GICI, o Grupo Interministerial sobre o Comércio Internacional de Mercadorias e Serviços, com o mesmo formato ampliado, para informar, discutir, mobilizar e atribuir tarefas com vistas à rodada da OMC. O Itamaraty estará trabalhando, neste final de ano, na análise dos próximos passos. Para isso contamos com uma área econômica reformulada e reforçada, com recursos humanos e materiais à altura do desafio.

Estamos prontos para receber as demandas, comentários e propostas de todos os setores. Nunca é demais recordar que as contribuições serão tanto mais úteis e influentes quanto mais realistas e tecnicamente bem fundamentadas. De minha parte, asseguro que o Governo como um todo, e o Itamaraty em particular, continuarão a atuar com transparência, abertos à colaboração com todos os setores da sociedade.

REUNIÃO NA FIESP SOBRE PROMOÇÃO COMERCIAL DO ITAMARATY EM 2001

INTERVENÇÃO DO MINISTRO MÁRIO VILALVA, DIRETOR-GERAL
DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO COMERCIAL DO ITAMARATY,
POR OCASIÃO DA REUNIÃO NA FIESP - “BALANÇO DAS ATIVIDADES
DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO COMERCIAL DO ITAMARATY
NO ANO DE 2001”. SÃO PAULO, 3 DE DEZEMBRO DE 2001

Senhoras e Senhores,

Atendendo sugestão da FIESP e com a devida autorização do Ministro Celso Lafer, vou fazer um rápido balanço das atividades do Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty durante o presente exercício. Inicialmente, vou destacar as principais ações desenvolvidas pelo Departamento para depois falar um pouco sobre treinamento, que sei ser uma das preocupações da diretoria da FIESP.

Primeiramente, gostaria de recordar que, com a clara diretriz que nos foi dada pelo Professor Lafer, ao assumir a chefia do Itamaraty, em janeiro passado, o Departamento de Promoção comercial deu início a um trabalho de mobilização de nossas Embaixadas no exterior com ênfase na adoção de nova postura por parte de todos os diplomatas que atuam na área da promoção comercial. Renovou-se o entusiasmo e, ao cabo de um ano, já podemos dizer que o “o moral da tropa está sendo recuperado”.

Temos seguido de perto as ações das Embaixadas e Consulados, avaliando desempenhos, corrigindo rumos e

estimulando nossos representantes a ocupar todos os espaços que se lhes apresentam para transmitir uma imagem positiva do Brasil e, por conseguinte, da sua oferta exportável e das oportunidades de investimento.

No conjunto, estamos saindo de uma postura reativa para um comportamento proativo. Hoje tanto os chefes de posto quanto os encarregados da promoção comercial estão ampliando consideravelmente os contatos com o mundo empresarial, financeiro, político, acadêmico, jornalístico, de modo a persuadir seus interlocutores sobre as oportunidades oferecidas pelo Brasil tanto do ponto de vista dos negócios comerciais, quanto dos investimentos, bem como a criar vínculos e compromissos que ajudem o país diante de pendências comerciais.

Para dar suporte a essa atividade, o Departamento tem procurando encaminhar aos postos, de maneira sistemática e permanente, uma ampla gama de informações e subsídios sobre economia brasileira, setores produtivos, oferta exportável e mecanismos de apoio ao comércio exterior. Destaca-se nesse contexto,

o programa “o Brasil é um bom negócio”, constituído de material audio-visual, livros e ampla gama de folheteria para serem exibidos e distribuídos junto aos nossos interlocutores no exterior.

A renovação do entusiasmo pela atividade fez crescer consideravelmente o número de comunicações entre os postos no exterior e o DPR, bem como o número de consultas que temos recebido diretamente de empresários brasileiros com interesse na exportação. Este ano, recebemos e processamos mais de 6 mil demandas dos postos e mais de 3 mil consultas de empresários brasileiros, um acréscimo de 30% em relação ao exercício anterior.

No que diz respeito aos tradicionais instrumentos de promoção comercial, destaco que estivemos diretamente envolvidos na organização, montagem e arregimentação de empresários em 52 feiras no exterior (com destaque para as áreas de alimentos, couro e calçados, têxteis, médico-hospitalar, móveis, máquinas e equipamentos, informática e turismo). Temos neste setor um convênio de trabalho com a APEX, que se desenvolveu de forma exemplar no corrente ano.

De outra parte, realizamos por conta própria ou em parceria com câmaras de comércio, 6 missões empresarias: duas aos países árabes, uma ao Irã, duas à América Central, uma a Taiwan e uma outra ao Japão, durante a visita do Ministro Sérgio Amaral a Tóquio. Realizamos em Milão, na Itália, um country presentation, dirigido especificamente a 200 empresas de pequeno e médio porte, e três importantes *workshops* de comércio e investimentos na Coreia, China e Indonésia.

Ainda nesse contexto, ressalto que a identificação de novas oportunidades na América Central fez com que o Ministro Lafer decidisse abrir um setor de promoção comercial (SECOM) em nossa Embaixada na República

do Panamá. A novidade aqui é que o referido SECOM terá cobertura regional. O Panamá foi escolhido pelas inúmeras vantagens que oferece em termos de logística, entre as quais, como os senhores sabem, figura o canal do Panamá, por onde transitam 13 mil navios por ano, a zona franca de Colón, que gera de 10 a 11 bilhões de dólares por ano, uma praça financeira que já congrega 150 diferentes bancos, além de todas as facilidades aéreas e marítimas vinculando o país à toda a região. A expansão e modernização do canal oferece por si só inúmeras oportunidades para as empresas brasileiras. Este já é o caso de consórcio liderado pela empresa Andrade Gutierrez, que se pré-qualificou para a construção da segunda ponte sobre o canal.

Especificamente na área de captação de investimentos, destacaram-se dois importantes seminários em Washington, nos EUA, com numerosa participação de empresas e agentes financeiros, e um amplo estudo que realizamos em parceria com o Banco Mundial sobre as barreiras técnicas e administrativas ao investimento estrangeiro direto no Brasil. O estudo foi apresentado em Brasília, no Itamaraty; em São Paulo, aqui na FIESP; e no Rio de Janeiro, na sede da FIRJAN. No momento, estamos em conversações com o Banco Mundial para a criação de uma pequena força-tarefa no Itamaraty, que se dedicará ao trabalho de eliminação de algumas barreiras. O programa poderá ser financiado por *trust funds* de alguns países que atualmente investem na economia brasileira, como é o caso da Itália e da Espanha. Ressalto também que o Itamaraty está participando ativamente na criação da INVESTE BRASIL e, proximamente, firmará convênio com a REDE para a utilização das Embaixadas e Consulados como pontos de atuação no exterior.

Gostaria também de destacar que, no

presente ano, iniciamos e concluímos amplo trabalho de remodelagem da BRAZILTRADE NET, que hoje ocupa a posição de maior instrumento eletrônico de promoção comercial da América Latina. Resolvemos os problemas de acesso e download, facilitamos a navegação, abrimos a parte pública do *site*, construímos um novo visual e criamos um espelho do sistema nos EUA com acesso ponto com. Ademais, continuamos a introduzir no sistema novos estudos de mercado e de produto, bem como outras informações e guias de exportação como, por exemplo, os da série “como exportar” destinados a facilitar a decisão do exportador brasileiro.

Com três anos de vida, a BTN já registrou mais de 500 mil acessos e já possui mais de 50 mil importadores cadastrados. Assinalo que a BTN contém o maior cadastro de importadores existente no Brasil. Vimos com alegria que, depois da remodelagem do *site*, a grande imprensa brasileira vem publicando matérias de elogio à BTN, com o relato de vários casos de sucesso.

Para 2002, temos uma agenda ambiciosa: estamos participando da implementação do programa lançado pelos Ministros Sérgio Amaral e Celso Lafer, em outubro passado, com a organização de 6 missões empresariais, respectivamente, à China, Índia, Reino Unido, Alemanha, Estados Unidos e México, além de estabelecer em nossas Embaixadas nesses países um programa específico para 10 produtos, com previsão de contratação de consultores, ações de marketing, identificação de canais de distribuição, organização de missões importadoras e de gestões permanentes para desobstruir o acesso a mercados onde somos comprovadamente competitivos. Está também prevista, em parceria com a EMBRATUR, a criação ou ampliação nessas mesmas Embaixadas de escritórios de promoção de

turismo, que passarão a operar em parceria com companhias aéreas e agentes de viagem.

Também para o próximo ano, continuaremos a prospectar novos mercados ou mercados não-tradicionais. Além daqueles já mencionados, teremos missões comerciais, acopladas com outros eventos, aos Países Nórdicos (Noruega, Finlândia, Dinamarca e Suécia), a países do Leste Europeu (Romênia, Bulgária, Hungria e República Tcheca) e a países do sudeste asiático (Malásia, Cingapura e Tailândia).

Por outro lado, daremos continuidade ao trabalho iniciado no corrente ano na área da promoção comercial conjunta do MERCOSUL, conforme decisão do GMC, de dezembro de 2000. Em fins de março, faremos à África do Sul, país com qual estamos negociando um acordo de livre comércio, a primeira missão comercial conjunta. No segundo semestre, inauguraremos na Embaixada do Brasil em Berlim o primeiro setor de promoção comercial conjunto, que terá uma agenda de trabalho previamente acordada com o setor privado. Para dezembro deste ano, por ocasião da cúpula presidencial, estamos trabalhando na realização, em Montevideu, do primeiro fórum dos exportadores do MERCOSUL, em parceria com o MERCOEX.

Bem, eu poderia passar o dia aqui falando das ações desenvolvidas pelo Departamento de Promoção comercial, não só pelo tanto que temos feito, mas também porque este é um assunto que me motiva e me entusiasma. Entretanto, gostaria de passar logo a um ponto que, como disse, sei que é do interesse da Diretoria da FIESP: a questão da reciclagem de diplomatas em área cada vez mais complexa e especializada.

O Itamaraty não está desatento a este problema. Na área da promoção comercial, tomamos duas importantes iniciativas: a abertura de um diálogo sistemático e

permanente com autoridades públicas e privadas na área do comércio exterior e a contratação de uma consultoria com vistas a um curso de treinamento de diplomatas na área da promoção comercial.

No primeiro caso, fizemos ao longo do último ano, 24 sessões de palestras para todos os funcionários do Departamento (e outros interessados), com retransmissão a 129 postos no exterior. Tratou-se aqui não apenas de estreitar o relacionamento com outras entidades e agentes de comércio exterior no Brasil, mas também de gerar um maior conhecimento dos diversos aspectos que interagem na promoção das exportações e, por essa via, uniformizar a linguagem em todo o sistema de promoção comercial do Itamaraty. Estamos falando aqui de temas como financiamento às exportações, seguro de crédito, logística, marketing, risco país, imagem país, balanço de pagamentos, agronegócio, turismo, outsourcing, off-set entre outros, além do papel desempenhado pelas diversas Federações de Indústrias e demais associações do gênero no País. As principais palestras estão consolidadas em volume que está sendo distribuído aos senhores no kit de apresentação do Departamento de Promoção Comercial.

No segundo caso, contratamos consultoria junto ao Professor Joseph Tutundjian, Reitor da Escola Superior de Comércio Exterior de São Paulo, com vistas à organização de um curso voltado especificamente para diplomatas na área da promoção comercial. A consultoria foi concluída e já temos o formato básico do

curso, que aborda matérias atuais do comércio exterior, dos mecanismos internacionais e brasileiros de promoção comercial e prevê visitas a centros de produção e logística no Brasil. Esperamos poder licitar o curso no próximo ano, dependendo dos recursos orçamentários disponíveis e das parcerias que possamos formar para esta finalidade.

O grande objetivo destas iniciativas é o de dotar o diplomata de maiores conhecimentos e, portanto, de maior autoridade ao interagir na condução de temas ligados ao comércio e às finanças. Somente pelo reconhecimento da autoridade poderá o diplomata aumentar o seu poder de persuasão perante os seus interlocutores. Aqui está o grande desafio que temos pela frente, sobretudo quando sabemos que a guerra no mundo deixou de ser ideológica para ser principalmente comercial. Como escreveu recentemente Thomas Friedman, em seu livro *The Lexus and the Olive Tree – understanding globalization*, “não vivemos mais no mundo do amigo e do inimigo, mas no mundo dos concorrentes”.

Antes de finalizar, gostaria de fazer um agradecimento especial à FIESP pela colaboração que o Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty tem recebido da Federação. Desde que estou à frente do Departamento, não houve um único pedido de apoio que não tivesse sido atendido em tempo e com grande diligência.

Obrigado por tudo isso e pela atenção dos senhores no dia de hoje.

II FÓRUM NACIONAL ANTIDROGAS

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO, NO II FÓRUM NACIONAL ANTIDROGAS.
COLÉGIO MILITAR, BRASÍLIA, 11 DE DEZEMBRO DE 2001

Senhoras e senhores,

Tenho muito pouco a acrescentar, se é que algo, ao que disse o General Cardoso, a não ser expressar a minha satisfação por ver o caminho percorrido, nesses anos, na tomada de consciência dos brasileiros a respeito da questão da droga e na organização de um Sistema Nacional Antidrogas.

O General Cardoso mencionou aqui que, nas Nações Unidas, na sessão especial sobre as drogas, assumi um compromisso, naquela ocasião, em nome não só do Governo, mas de todo o país. Eu disse que não iríamos cruzar os braços diante de um inimigo insidioso que ameaçava o equilíbrio das famílias, a vida dos jovens, enfim, a tessitura mesma da própria sociedade.

De lá para cá, é preciso reconhecer que o Brasil, de fato, não cruzou os braços. Recordo-me – e o Ministro Pimenta da Veiga há de se recordar também – de que, quando foi eleito o Presidente Tancredo Neves, nós dois éramos líderes do PMDB então. Eu, líder do Governo no Congresso, e o Ministro Pimenta era líder na Câmara. Assistimos ao discurso que o Presidente José Sarney, que era Vice-Presidente, em nome do Presidente Tancredo Neves, fez na primeira reunião do Ministério, já na ausência do Tancredo. O Ministro das

Relações Exteriores era o Dr. Olavo Setúbal. Quando foi fazer sua apreciação – cada um dos Ministros, naturalmente, fez algumas observações –, o Ministro Setúbal chamou a atenção para o problema do narcotráfico e das drogas.

Naquela altura – 1985 –, isso pareceu estranho: “Por que razão o Ministro do Exterior do Brasil vai falar de questão de narcotráfico e de droga?”. Era o nosso despreparo, na época, para entendermos as conseqüências da questão da droga e a implicação não apenas nacional, mas internacional do problema do narcotráfico e da droga, hoje, avivado, de novo, com a questão do terrorismo, com a questão da droga no Afeganistão, com a questão da droga na Colômbia. Enfim, a memória, hoje, está avivada porque a imprensa noticia, dia e noite.

Faz muito pouco tempo – 16 anos. Quando o Ministro do Exterior mencionou, em uma reunião de Gabinete, essa questão, causou um certo mal-estar: “Será que ele está mal informado?” Não. Mal informados éramos nós, ainda não sensibilizados pelo problema da droga.

De lá para cá, evidentemente, as mudanças foram consideráveis. Sem dúvida, continuamos a achar, como todos nós aqui presentes, que é uma das questões mais preocupantes para

o futuro do Brasil. Mas podemos dizer, com orgulho, que a Política Nacional Antidrogas que estamos apresentando oficialmente à Nação já é o resultado de uma mudança de atitude.

Essa mudança de atitude – que começou a se consubstanciar, como disse o General Cardoso, no I Fórum Nacional Antidrogas, a que tive a satisfação de poder assistir também – é uma política muito abrangente. Ela trata da prevenção, do tratamento, da reinserção social, da redução da oferta de drogas, da cooperação internacional e a repressão ao uso das drogas.

Devo lhes dizer que basta que se tenham ouvido as palavras do General Cardoso para perceber o papel central – central – que ele teve nesse processo todo, de motivação, de sensibilização do governo, de cooperação com o Ministério da Justiça e com a Polícia Federal, de compreensão da necessidade do estabelecimento de regras que permitam, dentro do próprio governo, que as várias esferas administrativas atuem independentemente, mas de forma coordenada, havendo uma filosofia, e, sobretudo, por ter sido ele próprio um exemplo vivo das qualidades que mencionou aqui sobre o que é o sentimento dos brasileiros: de tolerância, de compreensão, de valorização da moral, de crença na força dos seres humanos e da sua capacidade de entender o transcendental, para que possam, realmente, refazer as bases da sociedade.

O fato mesmo de termos aqui, hoje, tantos especialistas neste fórum de qualidade e também de quantidade é um reflexo desse novo momento que o Brasil está vivendo. Esse novo momento – o General também já mencionou de forma precisa – é um momento que implica transformar as políticas estatais em políticas públicas. Não se trata simplesmente de uma decisão de Governo, mesmo que abençoada pelo Congresso. Trata-se de

transformar essas decisões em alguma coisa que é apoiada e ajudada a ser executada pela própria sociedade. Neste sentido é público, e o público vai além do estatal. Ele cria um espaço de interação entre o Governo, o Congresso, os vários níveis da Administração, os Prefeitos, os Governadores e a própria sociedade, amplamente mencionada. As organizações não-governamentais, as escolas, as igrejas, os sindicatos, os esportistas que têm ajudado tanto na difusão desses valores, a arte em geral. Enfim, a transformação da verdadeira arena de reconstrução do país, de uma arena restrita ao Estado para uma arena na sociedade.

Essa mudança a que estamos assistindo concretizar-se no Brasil é difícil, muitas vezes, de ser percebida em todos os seus alcances. Muitas vezes, se cobra do Governo o que ele não tem condição de realizar. E, outras vezes, se pede à sociedade que faça aquilo que o Governo não deu os meios para que ela possa fazer. De alguma maneira é preciso que haja, crescentemente, essa compreensão, essa interação e a função de responsabilidade por todos. É muito fácil dizer: a responsabilidade é do delegado ou é do professor, ou mais freqüentemente, é do Presidente. É também. Mas é de todos. Se não tivermos um sentimento de que os grandes problemas nacionais exigem a necessidade dessa participação de todos, dificilmente se refaz o país.

Isso é um exemplo, nesta reunião de hoje, desse estado de espírito em que, progressivamente, a sociedade vai, realmente, se apropriando daquilo que antes era puramente estatal, e passa a discutir essas questões com uma outra ótica, com um outro espírito.

Agora, evidentemente, com isso não quero eximir a responsabilidade que é própria de cada setor, a responsabilidade que é própria do Governo. Existe e deve ser cobrada, evidentemente, do Governo.

O General mostrou que o combate às drogas é amplo e requer tempo. Hoje, pelas dificuldades dos conflitos internacionais, se está dando mais ênfase na questão da repressão. É compreensível que seja, em nível internacional. Repressão contra aqueles que usam o narcotráfico, repressão à vinculação entre o narcotráfico e o terrorismo e mesmo repressão no que diz respeito à relação entre o narcotráfico e movimentos políticos, que passaram a ser, na verdade, de tal maneira integrados ao processo de produção de drogas, que não há mais a escusa moral de dizer: “Faço isso porque tenho uma idéia generosa.” Idéias generosas não podem aceitar a utilização da droga como um instrumento de sua implementação. O próprio ato de haver essa vinculação restringe o ímpeto de generosidade, ocasionalmente existente em algum movimento.

Então, vimos muito, enfim, a difusão das preocupações repressivas. E mesmo no Brasil – e é compreensível que assim seja – que haja um certo desejo de, no que diz respeito ao narcotráfico, não ao usuário, que haja uma cobrança crescente na questão de uma ação mais energética. Mas essa ação energética não resolve a questão se ela não for, efetivamente, complementada por este movimento societário, educativo e, sobretudo – como disse o General, tão bem – pela crença em valores.

Existe, na teoria sociológica, uma distinção bastante banal, hoje, entre o que se chamava comunidade e sociedade. Havia um autor alemão, chamado Toennies, que desenvolveu esses dois conceitos: *gemeinschaft* e *gesellschaft*, em alemão – *gemeinschaft* é comunidade e *gesellschaft* é sociedade. O que seria próprio das sociedades complexas, como a nossa, seriam as relações societárias e não comunitárias. Relações nas quais, portanto, a intermediação entre os agentes sociais não

necessariamente se dá no mesmo espaço físico, nem no contato direto e que passam sempre por algum elemento de racionalidade, de argumentação, em contraposição à comunidade, na qual o contato é direto e no qual os aspectos emocionais primam sobre os aspectos propriamente de relações de interesses ou relações racionais.

Isto não pode ser visto como uma oposição excludente. No mundo de hoje, que é um mundo, diz-se amiúde, que se globaliza, há, ao mesmo tempo, o renascimento da comunidade. Esse renascimento da comunidade, de alguma forma, foi precipitado pelo desenvolvimento tecnológico, pelo fato de que a distância desapareceu. Em tempo real, se sabe o que está acontecendo no mundo todo. A informação é imediata. E a sensação de presença, apesar da distância geográfica, é também permanente.

Então, estamos vivendo em um mundo em que os valores comunitários e a própria motivação valorativa e emocional, ao contrário do que se podia imaginar quando se descrevia esse mundo da industrialização, esse mundo como se fosse o chamado “horroroso mundo novo”, não é um horroroso mundo novo. É um mundo que dá perspectivas para o renascimento de um sentimento mais autêntico de proximidade.

Isto é muito aplicável à questão das drogas. Se entendermos o processo puramente como um processo de relação meios e fins, como um processo meramente instrumental – a Polícia vai lá e prende; a Justiça condena; a pessoa é afastada do convívio e está tudo resolvido –, não entendemos nada. Ou se entende que é preciso refazer as relações sentimentais, que é preciso refazer as relações valorativas e que estas se fazem – como disse o General – no Município, na família, na vizinhança, na escola, no contato direto e até indireto, pelos meios de comunicação de

massa, que dão essa sensação de proximidade tão grande entre quem vê – embora o meio da televisão seja dito frio – e quem está sendo visto – pelo menos, quem vê tem a sensação de que é íntimo de quem está sendo visto, tal a exposição e tal a proximidade que isso traz – isso refaz oportunidades de uma volta a valores fundamentais.

É a isso que o General se referiu aqui, que essa luta contra a droga tem que ser uma luta que signifique, ao mesmo tempo, uma volta aos valores, uma valorização de certos princípios, que são princípios da boa convivência, que são princípios inspirados nessa proximidade que só a comunidade dá.

Não por acaso, os políticos modernos, cada vez mais, deixam de ser tribunos e passam a ser quase proféticos, porque têm sempre que ter alguma capacidade de pregar. Não se trata, simplesmente, de explicar, mas de pregar, de convencer, de buscar a proximidade. Eu até diria que o General Cardoso é um pregador. Ele acredita no que está falando. Ele transmite, com força, o que está falando. Isso é essencial para aqueles que desejam mudar o mundo, uma maneira de transformá-lo numa força de convivência mais amena, mais construtiva e que respeite aquilo de que a nossa jovem falou tão bem: a vida. Passa a ser fundamental essa revivescência. A vida volta a ser o centro das coisas.

É significativo que tenhamos tido uma batalha muito grande, recentemente, a respeito de outras das questões graves do mundo contemporâneo, como a AIDS, e que nós, brasileiros, tenhamos feito prevalecer o princípio de que a vida sobreleva o mercado. O lucro não pode se antepor à vida. Nem mesmo os direitos de propriedade intelectual – que são legítimos – têm condições de se manter, quando o outro valor mais forte, que é o da vida, está presente. E, aí, se quebra a patente.

Essa volta à noção da vida é algo muito importante. É muito importante e nós estamos assistindo a essa possibilidade no mundo de hoje. Nós estamos assistindo a uma possibilidade nova no século XXI, que é a possibilidade de, outra vez, pensarmos em termos de humanidade do ser humano. E quando se pensa em termos de Humanidade, os direitos do homem, da pessoa humana, homem ou mulher, prevalecem sobre tudo mais. Daí o Brasil ter apoiado uma coisa que, até bem pouco tempo, era inaceitável: um Tribunal Penal Internacional. Quer dizer, para certos crimes contra a Humanidade, a lei não é a nacional, é a internacional. Por quê? Porque por trás disto há essa idéia de que, com essas transformações ocorridas, com essa proximidade possível de todos com todos, com o grau de informação que se generaliza, existe uma cidadania planetária. Esta não deve ser pensada como se fosse para substituir a cidadania própria de cada nação, senão que para complementá-la na direção de transformar cada nação numa nação mais digna ser vivida, numa nação capaz de ter expressão maior de amor, de tolerância e de tudo aquilo que aqui se mencionou.

Esse é o desafio do século XXI. Esse esforço, essa Política Nacional Antidrogas, que estamos anunciando aqui, faz parte de um conjunto muito amplo de políticas que estamos implementado no Brasil nessa mesma direção. Daí a minha insistência, nos últimos tempos, para mostrar ao Brasil o que está sendo feito. Criamos uma rede de proteção social com a Bolsa-Escola, a Bolsa-Alimentação, a Bolsa-Renda para o pessoal do Nordeste, prestação de alguma ajuda aos mais idosos. Enfim, um conjunto importante porque isso, também, faz parte dessa reconstrução de uma sociedade que não pode ser pensada apenas como um sociedade de mercado. Mas tem que ser

pensada no sentido próprio de uma sociedade, ou seja, um conjunto de pessoas que vivem juntas e que interagem, que têm valores e que esses valores têm que ser preservados.

É o mesmo movimento. E isso só se faz, na medida em que o conjunto da sociedade, através desse mecanismo de, digamos, de difusão, quase que infinito, de pequenas práticas, de preocupação de todos, com muita capilaridade vai se sobrepondo. Isso implica que o Estado tem que mudar a sua forma de ser. E que não é possível que se imagine que de Brasília se coordene o Brasil isoladamente. Não é assim. Tem que haver uma descentralização crescente, com tantos os problemas da descentralização, que são imensos. Uma descentralização crescente, uma crença de que, no local, as pessoas vão ser capazes de se organizar. Uma crença que, com o tempo, mesmo que os controles sociais, no começo, sejam mais vagos em nível local e no nível federal – a imprensa é mais vigilante no nível federal – os Tribunais são mais vigilantes – porque existe, talvez, uma burocracia mais treinada, seria mais fácil controlar os resultados. A longo prazo isso não vai funcionar. O que vai funcionar é realmente a descentralização, é realmente um voto de crença na sociedade.

Essa nossa política antidrogas é um voto de crença na sociedade. Não estamos baseando a política simplesmente na ação do Governo, nem na ação do Governo central, nem na repressão. Estamos nos baseando em uma mudança de cultura, em uma mudança de preocupação, em uma sensibilização mais ampla.

Isso não quer dizer – o General deixou claro – que não estejamos também muito preocupados e atuantes nos outros níveis, que são importantes também, que dão sustentação à droga. A droga não é só a consequência da anomia, da falta de expectativa, de esperança

na vida. Não é só o desespero individual. Ela é também o fruto de uma ação coordenada de malfeitores. Para isso, também estamos avançando e criando os instrumentos de combate ao crime organizado.

Não tínhamos, no Brasil, nem sequer a tipificação do crime de “colarinho branco”. Não existia uma penalização porque não existia a tipificação. Foi preciso criar isso quase que do zero. Da mesma maneira, não tínhamos o controle da lavagem de dinheiro, que é algo importantíssimo. Hoje, temos o Conselho de Controle das Atividades Financeiras. A Dra. Adriane de Senna, que está aqui presente, comanda brilhantemente o Coaf, que é um instrumento fundamental para que possamos combater o crime, o narcotráfico em outro plano, que é no plano daqueles que são seus financiadores e que são aqueles que se beneficiam do crime do narcotráfico – e não é só o narcotráfico; é corrupção em geral, mas também o narcotráfico participa disso.

O mesmo instrumental que facilita a difusão da informação, que facilita a mudança da mentalidade no sentido de uma volta a um novo estilo de comunidade, esse mesmo instrumental também pode ser usado pelo crime, que é a Internet, que é a transferência de recursos de um local para o outro, que é a velocidade dos fluxos financeiros. A vida é sempre assim, é sempre ambivalente, contraditória: serve para o bem e serve para o mal. Então, temos, ao mesmo tempo, que criar – e criamos – esses instrumentos.

Existe, efetivamente, hoje, em marcha, no Brasil, uma mentalidade nova. Existe em marcha, no Brasil, no que diz respeito à droga, um esforço muito grande. A Senad tem tido um papel importante na prevenção. A inter-relação entre a Senad e a Polícia Federal é de absoluta normalidade. Existem formas de coordenação. Há essa mobilização, que começa

e que é fundamental, da sociedade, para que a sociedade possa participar ativamente desse processo. Existem discussões importantes sobre o que fazer com aquele que é vítima da droga. O General mostrou alguns passos a serem dados nessa direção, inclusive na condenação por crimes praticados sob o uso da droga – um assunto delicado. Existem propostas de descriminalização do uso de certas drogas – matéria que tem que ser vista, como bem disse o General, na perspectiva da construção de uma sociedade de futuro melhor. Existem propostas que dizem respeito também à não-penalização do usuário.

Enfim, existe uma série de mecanismos e de leis que estão em marcha. Mas o que é fundamental? A sociedade, hoje, tem consciência de que essa é uma questão desafiadora e que temos que nos preparar para ela. Eu diria mesmo, para finalizar, porque, realmente, vim aqui apenas para aplaudi-los e para assistir, testemunhar mais um momento importante de reorganização das nossas políticas públicas e a sua transformação, efetivamente, em políticas públicas, eu diria, apenas para terminar, que temos que entender que não é do dia para a noite que as coisas se resolvem, não é com bravata que as coisas se resolvem, não é por um ato isolado que as coisas se resolvem. É um processo. E tudo que é um processo é difícil de ser percebido, às vezes. Leva tempo.

Neste processo, notadamente no caso do uso da droga, que vem muito associado à questão da educação, o tempo conta. E as modificações havidas na questão educacional no Brasil também foram muito significativas e vão em paralelo com essa questão da política antidrogas. Existe um esforço grande na rede de ensino brasileira, digamos, de revalorização da relação humana, posta à margem de todas

as formas de preconceito – preconceito contra a mulher, contra o negro, contra o indígena. Fomos corrigindo os nossos livros didáticos, porque havia, e muito, essa formação quase inconsciente de uma atitude que não era a da democracia, a do respeito, a da tolerância.

Estamos, nessa luta, talvez travando a maior batalha, que é a batalha pela inclusão social. A melhor forma de fazer com que a exclusão desapareça é dar escola. Hoje, já temos 97% das crianças nas escolas. Ou seja, esses têm convívio, esses têm um ponto de apoio na sociedade organizada, além de ter uma merenda escolar, a professora, eventualmente, as mães e os pais que vão à escola. É assim que se combate a exclusão social na prática. E, por aí, nesse cadinho de refazimento das personalidades é que vai junto também esta luta contra a droga.

Mas, para finalizar, eu queria fazer referência a algo que, ontem, ainda no Rio de Janeiro, citei. Existe um economista, nascido na Índia, professor em Harvard, que se chama Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia. Ele tem, talvez, no meu modo de entender, a noção mais inovadora do que seja desenvolvimento. Ele diz o seguinte: o desenvolvimento existe quando há opções, quando há liberdade em todos os aspectos da vida.

Acho bonita essa definição, porque escapa da questão, simplesmente, “existe desenvolvimento quando a renda cresce”. Mas cresce para quem? Para uns, pode crescer. Para outros, não. Mesmo que cresça muito, muitas vezes, essa sociedade não foi capaz de desenvolver esses valores do pluralismo, do respeito ao outro, da democracia. Então, ele diz: “Existe desenvolvimento quando há liberdade”. E só há liberdade quando as pessoas têm uma alternativa.

Quando as pessoas são presas por um vício, elas não têm mais liberdade. Não há desenvolvimento possível. Estão amarradas. Não têm opção. Quando as pessoas estão presas pela miséria também não há desenvolvimento. Não têm opção, não existe a escolha. Não havendo a escolha, não há desenvolvimento.

Esse é o desafio de criarmos, neste novo século, de fazermos uma ponte entre o século que terminou e o novo século – uma ponte, aqui no Brasil –, para que possamos ter uma sociedade onde a liberdade seja o valor fundamental, como disse aqui o General, que é uma das nossas características a de gostar da liberdade. Liberdade entendida nesse sentido de a pessoa, o ser humano ser capaz da escolha, ter a opção. Tendo a opção, tendo a escolha, havendo a informação, é de se crer que o ser humano, pois, busque um caminho de aperfeiçoamento.

É, portanto, no caminho da liberdade que estamos também construindo essa Política Nacional Antidrogas. Tenho certeza de que, com o tempo, esta vocação de liberdade, que é nossa, vai ser transformar, efetivamente, em uma compreensão de uma nova sociedade, de um tipo de desenvolvimento novo, que leva tempo, mas que é para ele que estamos voltados. E voltados com afinco, porque cuidando dessas questões que, antigamente, como eu disse, há 15 anos, nós próprios púnhamos à margem. Hoje, sentimos que é parte essencial da nova sociedade a existência de uma sociedade que sabe separar o que é ruim do que é bom, sabe que a droga é contra a vida e, portanto, é uma sociedade que ama a vida e, por amar a vida, ama a liberdade.

Muito obrigado.



CERIMÔNIA DE ENTREGA DO PRÊMIO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA CERIMÔNIA DE ENTREGA DO PRÊMIO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, 19 DE DEZEMBRO DE 2001

Senhoras e senhores,

Todos sabem da importância da questão dos direitos humanos. Importante para mim, importante para todo o meu Governo. Aqui, há alguns companheiros de lutas contra o período do arbítrio. Sofremos, naquela época, como sofreram tantos brasileiros, e, certamente, a maioria mais do que eu.

Tenho um compromisso com esse tema que não vem de ontem. Vem de longa trajetória de preocupação com as liberdades democráticas e com os direitos da pessoa humana. Ainda hoje, almoçando com Dom Paulo Evaristo Arns e alguns dos outros agraciados. Ele recordava que foi um dos primeiros, senão o primeiro, depois que o centro de pesquisa onde eu trabalhava sofreu um atentado de uma bomba, a ir nos ajudar a mudar os móveis de lugar.

Assim era, naquela época: éramos pesquisadores fazendo trabalhos tranquilos, distantes, certamente, das preocupações da vida prática dos que estavam ativamente – por caminhos que nunca foram os meus – tratando de combater o autoritarismo através de meios violentos. Nós, distantes disso, sofriamos as conseqüências, como se perto estivéssemos. Na verdade, estávamos todos juntos, em

um espírito de busca de liberdade, por caminhos diferentes. Não cabe, agora, criticar caminhos, mas cabe, simplesmente, dizer que a motivação era esta.

Dom Paulo, àquela época, foi um baluarte, como continuou sendo, desse momento de recuperação de um Brasil que respeita os direitos humanos, que ama a liberdade e que tem compromisso efetivo de vida com o povo e com a democracia. Essa luta pelos direitos humanos não terminou com o fim do autoritarismo. Ela ganhou novo sentido. Os desafios, certamente, são novos. Temos novos problemas e também novos caminhos de solução para esses problemas.

Temos, nos últimos anos, reforçado os mecanismos de defesa dos direitos humanos, tanto aqui, internamente – e o Secretário Paulo Sérgio Pinheiro já os mencionou – como externamente. A Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, que hoje é chefiada pelo Professor Paulo Sérgio Pinheiro, com o brilho que o caracteriza e com esse jeito de falar tão depressa e, não obstante, tão compreensível, está, portanto, em boas mãos. Ele leva adiante um trabalho que foi iniciado pelo Ministro José Gregori e pelo Embaixador Gilberto

Sabóia. O trabalho deles, seguido, agora, pelo Paulo Sérgio tornou essa Secretaria um órgão de fundamental importância para o Estado brasileiro.

É até mesmo difícil imaginar que não tivéssemos antes uma Secretaria dedicada exclusivamente aos direitos humanos. Tínhamos outros órgãos, mas não com essa hierarquia institucional e, portanto, tampouco com a capacidade de ação e de iniciativa que uma Secretaria Nacional tem nessa matéria. Ela delineia, hoje, com clareza o que temos que fazer, as diretrizes nessa caminhada e nesse esforço.

O documento que acabei de receber das mãos do Dr. Paulo Sérgio mostra bem a continuidade desse trabalho e sua abrangência. Não li ainda, mas, certamente, esse novo plano incorpora dimensões novas nesta luta contínua pelo aperfeiçoamento dos seres humanos, que é a luta pelos direitos humanos.

Também, no plano internacional, temos tido uma ação importante. Não me refiro a essa ação simplesmente como se fossem passos para melhorar a nossa imagem. Acredito que, para melhorar a imagem, temos é que melhorar a atitude e a situação, aqui dentro, dos direitos humanos. Na medida que isso ocorre, a imagem, necessariamente, melhora.

Não é com esse propósito, portanto, que participamos, no plano internacional, dos mecanismos adicionais de garantia dos direitos humanos no Brasil. Nós o fizemos – e fazemos – como um reconhecimento à competência de muitas novas dimensões internacionais que afetam e asseguram o avanço dos direitos humanos.

Foi o que fizemos, ao reconhecer a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Não foi fácil. Existem sempre resistências conservadoras, que dificultam, muitas vezes,

a apreciação correta da importância de um tribunal como este. Mas o Brasil tomou uma posição muito clara nas reuniões havidas na Itália.

Agora, mais recentemente, participamos ativamente na reunião havida em Durban, na África do Sul, na Conferência Mundial Contra o Racismo. Não foi uma participação qualquer. Foi uma participação baseada em um processo longo de preparação, de quase dois anos. Esse processo foi feito sob a liderança da Secretaria de Direitos Humanos, envolvendo um espectro também muito amplo de representantes da sociedade civil. Esse processo ofereceu aos brasileiros uma oportunidade extraordinária de discussão e de reflexão para a superação do racismo e das diversas formas de discriminação em nossa sociedade. Esse esforço, agora, tem continuação no Ministério da Justiça, sobretudo no Conselho Nacional de Combate à Discriminação, que foi recentemente criado.

Um dos resultados dessa reflexão é que o Governo passou a orientar-se de forma decisiva pelo caminho das chamadas políticas alternativas, que começaram a ser postas em prática no Ministério do Desenvolvimento Agrário e, a partir de hoje, pelo Ministério da Justiça e pela própria Secretaria dos Direitos Humanos, sendo um marco na luta pela afirmação dos direitos dos brasileiros que não tiveram acesso histórico às oportunidades, para que se pudessem afirmar como pessoas e como segmentos sociais.

Essa iniciativa sempre contou, como sabem os Ministros, com o meu apoio, porque acredito que é necessário que o Brasil dê passos firmes, naturalmente refletidos, nessa matéria, para que possamos, efetivamente, assegurar a todos os brasileiros um tratamento de igualdade. Em Durban, a nossa delegação apoiou a aprovação de uma declaração e de

um programa de ação que reconheceram a escravidão e o tráfico de escravos como são e deveriam ter sido sempre considerados: como um crime contra a Humanidade.

Todos sabemos o quanto os negros sofreram com esse crime e o quanto as suas conseqüências se fazem sentir, ainda hoje, sob os seus descendentes em manifestações discriminatórias e racistas. Também, toda gente sabe – e, se não sabe, fica sabendo – que isso, para mim, é uma matéria muito pessoalmente envolvida, posto que passei alguns anos da minha vida, como sociólogo, no início da minha carreira, estudando os negros e a discriminação racial no Brasil nas camadas, naturalmente, mais pobres do país, que são as populações negras.

De São Paulo até o Rio Grande do Sul, naquela época, nos anos 50, acredito que não houve favela que eu não tivesse palmilhado e não houve possibilidade de que eu não tivesse aproveitado para não apenas estudar, mas, com Florestan Fernandes, com Octavio Ianni, com Renato Jardim e com tantos outros, para demonstrarmos a realidade brasileira, que, na época, anos 50, não era percebida ainda pelas nossas elites como se fosse aflitiva. Pelo contrário, se vivia embalado na ilusão de que isso aqui já era uma democracia racial perfeita, quando não era, quando até hoje não é. Mas ela contém elementos que permitem maior plasticidade e flexibilidade. Mas esses elementos, se não forem trabalhados, se não houver uma luta consciente pela igualdade contra a discriminação, não vamos avançar.

Pois bem, nós, lá em Durban, o que vimos foi a reafirmação da necessidade de que haja sociedades cada vez mais justas, baseadas na igualdade e na solidariedade. É por isso que o Estado brasileiro reconhece as conseqüências danosas que a escravidão causou ao Brasil

e continuará empenhado em repará-las, através de políticas públicas que promovam a igualdade de oportunidades.

Há um debate infundável sobre se as políticas devem ser universais ou específicas. Devem ser as duas coisas. Precisamos de políticas universais que permitam que todos vão à escola, que todos tenham, naturalmente, acesso aos medicamentos e ao tratamento da saúde. Diga-se, entre parênteses, que tivemos uma luta muito grande na Organização Mundial do Comércio – OMC e vencemos, na questão das patentes, onde ficou claro que a vida prevalece sobre o lucro e, portanto, a patente, em certas circunstâncias, pode e deve ser quebrada para assegurar condições de tratamento.

Enfim, todas essas lutas que universalizam a oportunidade do acesso e do tratamento ao conjunto da população são louváveis. Mas também é inegável que algumas ações especiais têm que ser tomadas para que, na questão de gênero, na questão de raça haja um movimento efetivo de uma maior igualdade. Nós, evidentemente, que estamos empenhados nesta matéria, devemos lutar para eliminar todos os resquícios de discriminação.

Além das medidas que já foram anunciadas pelo Secretário Paulo Sérgio Pinheiro, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação deverá estudar a adoção de políticas afirmativas em favor dos afro-descendentes. Essas políticas se referem a temas concretos: investimentos preferenciais na área da educação, saúde, habitação, saneamento, água potável, controle ambiental nas regiões ou áreas habitadas majoritariamente por afro-descendentes, quer dizer, as mais pobres do país, em geral; destinação de recursos públicos, inclusive com a participação da iniciativa privada nas

bolsas de estudos para estudantes negros e, eventualmente, a criação de um fundo que permita a materialização e a visualização desses mecanismos de apoio aos estudantes negros; projetos de desenvolvimento sustentável nas comunidades quilombolas; projetos para a formação de lideranças negras; projetos de apoio a empreendedores negros ou a empreendedoras negras; projetos de intercâmbio com países africanos e troca de experiências com instituições de outras regiões.

Este esforço, naturalmente, deve envolver uma luta para aquisição, por parte dos afro-descendentes, de posições mais adequadas da burocracia. Daí as medidas que o Ministro Aloysio Nunes Ferreira e os outros demais Ministros já estão tomando para que possamos avançar mais.

Quero lhes dizer que a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos vai apoiar um programa de ação afirmativa no Instituto Rio Branco, que é o responsável pela formação dos diplomatas brasileiros. Serão concedidas 20 bolsas de estudos para afro-descendentes para que se preparem, especificamente, para o concurso que haverá – como há todo ano – no Itamaraty. Precisamos ter um conjunto de diplomatas – temos poucos – que sejam o reflexo da nossa sociedade, que é multicolorida e não tem cabimento que ela se apresente pelo mundo afora como se fosse uma sociedade branca, porque não é.

Já no próximo exame do Instituto Rio Branco, vamos, pela primeira vez, iniciar este processo de acesso. As inscrições podem ser feitas pela Internet. E, naturalmente, o critério do Brasil é um critério de auto-identificação. Não há nenhum critério discriminatório: este é branco, este é moreno, este é mulato, este amarelo, este é negro. Até porque é muito difícil. O arco-íris é muito grande. Mas cada um sabe a identidade que tem ou a que deseja ter, e se inscreve de acordo com

sua preferência cultural e, naturalmente, embasada numa trajetória de vida e algum eventual característico físico, não necessário.

Quero, também, dizer que estamos anunciando, hoje, a decisão do Governo de formular um convite permanente a todos os relatores especiais da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, para que visitem o Brasil sempre que julgarem necessário. Isso é um sinal de um país de portas abertas. Aqui, não queremos esconder nada. Nós queremos avançar e melhorar. Já recebemos algumas visitas desses relatores, mas em caráter, às vezes, extraordinário, esporádico. Agora, estamos fazendo um convite permanente.

Daqui a poucas semanas, em janeiro, teremos uma nova visita da Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos, Mary Robinson, uma pessoa extraordinária. Ela será muito bem-vinda aqui, entre nós, para verificar os avanços e, eventualmente, os retrocessos que podem haver também, e apontar os erros, em discussão conosco. A decisão será nossa, não será deles. Mas, tomaremos as medidas cabíveis para avançar.

Também, queria deixar clara uma outra matéria: o Governo Federal não está de acordo com a idéia de rebaixamento da idade mínima para responsabilização penal. Seria um erro culpar a criança. Existem os adultos, os conselhos. Temos o Estatuto da Criança e do Adolescente. Não acreditamos que o caminho de penalização da criança seja o caminho para evitar a violência. Há muitos outros mecanismos. Não sou favorável a essas idéias de primeiro impulso, que vão muito mais na direção da frase final, que disse na França, e que o Paulo Sérgio acabou de repetir que, em certos momentos, como no momento do combate ao terrorismo, as pessoas esquecem as questões fundamentais dos direitos humanos e parece que o terrorismo ganha tanta força que mata a razão.

Nós não podemos, aqui, por causa da violência, que nos apavora e que, efetivamente, requer um combate eficaz e permanente, nos envolver numa atitude de insensatez e de irracionalidade de buscarmos bodes expiatórios para que as nossas tranqüilidades sejam mantidas. Não. É uma questão difícil, de combate permanente, cheio de problemas – não é o caso de revivê-los, agora – mas certamente não será pelo caminho mais fácil, dando, simplesmente, uma sensação à sociedade que se está sendo “duro”, quando, na verdade, se está sendo apenas escapista, não se está enfrentando os problemas pela raiz. Não vamos concordar com isso mais, não.

Hoje, temos, realmente, uma grande satisfação de, uma vez mais – é a sétima vez que faço no meu Governo – distinguir algumas pessoas e entidades que lutam no Brasil pelos direitos humanos, que lutam pela igualdade. Quero lhes dizer que isso faço, como já disse aqui, de todo o coração, e o Governo faz empenhadamente. Quero repartir essa possibilidade de estarmos juntos, aqui, com o Congresso Nacional. Aqui, nós temos o Deputado Antônio Carlos Pannunzio, o deputado Luís Eduardo Greenhalgh, que eu cito e, ao citá-los, cito o Congresso Nacional, que tem apoiado, também, sempre, a luta pelos direitos humanos.

E ao felicitá-los, vivamente, desejo ao Paulo Sérgio, que está iniciando a sua trajetória como Secretário Nacional dos Direitos Humanos, que vá em frente, com essa capacidade extraordinária de convencimento, essa fibra, essa tenacidade. Ele pode ter certeza de que encontrará apoio sempre no Ministro da Justiça e em mim, até porque nós dois sabemos, de perto, o que é o desrespeito aos direitos humanos.

Muito obrigado.



ATOS INTERNACIONAIS

Ajuste Complementar, por troca de Notas, ao Tratado de Extradicação de 18/07/1995, para Extensão de sua Aplicação à Ilha de Man com o Reino Unido. 03/07/2001

Entendimento sobre a Alienação Única de Veículos de Propriedade das Embaixadas e de seus Funcionários no Território da Outra Parte sem a Cobrança de Taxas Alfandegárias e de Impostos com a Rússia. 04/07/2001

Protocolo de Cooperação com a República Eslovaca. 10/07/2001

Programa de Cooperação Cultural para o Período 2001 – 2004 com a Tunísia. 19/07/2001

Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos com a Tunísia. 19/07/2001

Protocolo de Cooperação para o Estabelecimento de Consultas Políticas entre os Ministérios das Relações Exteriores do Brasil e Ministério dos Negócios Estrangeiros da Tunísia. 19/07/2001

Plano de Ação Conjunta Brasil - Reino Unido. 30/07/2001

Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação na Área de Educação para a Implementação do Projeto “Alfabetização Solidária em São Tomé e Príncipe”. 30/07/2001

Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica na Área de Desenvolvimento Agrário com a Venezuela. 13/08/2001

Declaração Conjunta Concernente à Criação da Agência Argentino-Brasileira de Aplicações da Energia Nuclear (ABAEN). 14/08/2001

Convênio sobre assistência aos Nacionais de cada uma das Partes que se Encontram em Território de Estados nos quais não haja Representação Diplomática ou Consular de seus Respectivos Países com a Argentina. 14/08/2001

Acordo, por troca de Notas, para a Outorga de Vistos Gratuitos aos Estudantes e Docentes com a Argentina. 14/08/2001

Acordo sobre Isenção de Visto para Titulares de Passaportes Comuns com a Turquia. 20/08/2001

Acordo de Cooperação no Campo da Luta Contra o Crime Organizado com o Panamá. 21/08/2001

Acordo sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas do Brasil e do Panamá. 21/08/2001

Memorando de Entendimento sobre Cooperação Científica e Tecnológica em Áreas Prioritárias com o Panamá. 21/08/2001

Memorando de Entendimento ente o COAF e UAF Concernente à Cooperação na troca de Informações Financeiras Relativas ao Combate à Lavagem de Dinheiro com o Panamá. 21/08/2001

Memorando de Entendimento entre o Banco Central do Brasil e a Superintendência de Bancos da República do Panamá. 21/08/2001

Memorando de Entendimento na Área de Cooperação Educacional com o Timor Leste. 24/08/2001

Tratado sobre a Transferência de Pessoas Condenadas com Portugal. 05/09/2001

Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo, Técnico e de Apoio ou Serviço com Portugal. 05/09/2001

Memorando de Entendimento para a Criação de Mecanismos de Consultas Bilaterais na Área de Cooperação para o Desenvolvimento com Portugal. 05/09/2001

Protocolo de Colaboração na Área de Arquivos com Portugal. 05/09/2001

Convênio entre o Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e o Instituto Camões do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. 05/09/2001

Protocolo de Operacionalização da Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento com Portugal. 05/09/2001

Protocolo de Intenções em Matéria de Trabalho e Emprego com Cuba. 19/09/2001

Memorando de Entendimento Relativo ao Controle de Entorpecentes e Repressão Legal - Ano Fiscal 2001 - com os Estados Unidos. 20/09/2001

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Assistência Técnica entre a ONU e suas Agências Especializada, AIEA e a UIT para o Apoio à Implementação da Agência Nacional de Telecomunicações. 21/09/2001

Ajuste Complementar, no Campo da Ciência e Tecnologia, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica com o Equador. 1/10/2001

Memorando de Entendimento na Área de Defesa Civil com o Equador. 1/10/2001

Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo, Militar e Técnico com a Nova Zelândia. 03/10/2001

Aditivo ao Memorando de Entendimento de 04/03/1994 com Cuba. 12/10/2001

Programa Executivo Cultural do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional para os anos de 2001 a 2004 com a China. 12/11/2001

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para a Implementação do Projeto Transferência de Tecnologia para Apoiar a Competitividade do Circuito Produtivo do Café na Região Yungas com a Bolívia. 15/11/2001

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto Capacitação e Transferência e Tecnologia no Cultivo e Processamento de Frutas Tropicais nas Regiões do Chapare e dos Yungas com a Bolívia. 15/11/2001

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto Apoio à Legislação dos Recursos Hídricos com a Bolívia. 15/11/2001

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto Apoio ao Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa com a Bolívia. 15/11/2001

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto de Capacitação e Transferência de Tecnologia no Cultivo do Palmito (*Bactris gasipaes*) na Região do Chapare com a Bolívia. 15/11/2001

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto Controle do Bicudo do Algodão e Caracterização de Área Livre da Praga com a Bolívia. 15/11/2001

Memorando de Entendimento para Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum com a Nova Zelândia. 20/11/2001

Acordo sobre Isenção de Vistos com a Nova Zelândia. 20/11/2001

Acordo sobre Cooperação Naval com a Namíbia. 03/12/2001

Acordo para Supressão da Obrigação de Vistos de Curta Duração para Nacionais Brasileiros na Polinésia Francesa, Complementar ao Acordo sobre Supressão de Vistos, celebrado em 28/05/1996 com a França. 10/12/2001

Acordo sobre Cooperação na Área da Política de Concorrência com a Rússia. 12/12/2001

Acordo de Assistência Mútua para a Prevenção, Investigação e Combate as Infrações Aduaneiras com a Rússia. 12/12/2001

Acordo sobre Cooperação na Área de Turismo com a Rússia. 12/12/2001

Ajuste Complementar ao Acordo-Quadro de Cooperação para a Implementação do Projeto “Euro Brasil 2000 - Apoio à Modernização do Aparelho do Estado” com a Comunidade Econômica Européia (CEE). 13/12/2001

Acordo, por troca de Notas, para a Cooperação no Âmbito do Sistema Landsat-7, nos Termos do Memorando de Entendimento de 26/12/2000 com os Estados Unidos. 27/12/2001



COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

NEGOCIAÇÕES ENTRE BRASIL E GUIANA PARA A ADOÇÃO DE ACORDO DE PREFERÊNCIAS TARIFÁRIAS. (02 DE JULHO DE 2002)

Concluíram-se, em 27 de junho, em Brasília, negociações entre Brasil e Guiana para a adoção de Acordo de Preferências Tarifárias. A delegação da Guiana foi chefiada pela Embaixadora em Brasília e integrada pelo Coordenador de Negociações Externas do Ministério do Comércio Exterior, entre outros funcionários governamentais e representantes do setor privado daquele país. A delegação brasileira foi chefiada pelo Diretor-Geral do Departamento de Integração Latino-Americana do Itamaraty e integrada pelo Secretário de Produção Agrícola do MAA, por diplomatas da área de integração regional e funcionários do MAA e do MDIC.

O Acordo será adotado ao abrigo do artigo 25 do Tratado de Montevideu 1980, que admite a conclusão de instrumentos desse tipo com países da América Latina que não sejam membros da ALADI.

O Brasil outorgou preferências tarifárias a 132 produtos de interesse exportador da Guiana (63 concessões a produtos agrícolas e 69 a produtos semi ou integralmente elaborados – setores de minérios; plásticos;

madeira e cortiça; papel e celulose; químicos e petroquímicos; siderúrgicos e não-ferrosos). Cabe salientar, em especial, as seguintes concessões:

- a) 100% de preferência para 10.000 toneladas/ano de arroz;
- b) 100% de preferência para 10.000 toneladas/ano de açúcar;
- c) 100% de preferência para 100 toneladas/ano de pimenta; e
- d) 100% de preferência para bauxita. Foi possível, portanto, oferecer ou melhorar condições de acesso ao mercado brasileiro para os produtos de principal interesse exportador daquele país.

A Guiana, por sua vez, outorgou preferências tarifárias para 888 produtos de interesse exportador brasileiro (100 concessões a produtos agrícolas e 788 a produtos semi ou integralmente elaborados – setores de combustíveis; químico e petroquímico; borracha; couros; madeira e cortiça; têxtil e vestuário; calçados; vidros; siderúrgico; não-ferrosos; bens de capital; automotriz e brinquedos).

O Acordo cria uma Comissão Administradora que fará o acompanhamento do comércio e cuidará de outros aspectos das relações comerciais bilaterais.

PRIMEIRO RASCUNHO DO ACORDO
DA ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO
DAS AMÉRICAS (ALCA)
(03 DE JULHO DE 2002)

Acaba de ser divulgado o primeiro rascunho do acordo da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), em conformidade com o estabelecido no parágrafo número 23 da Declaração Ministerial de Buenos Aires. O rascunho do acordo está disponível nos quatro idiomas oficiais do processo Alca (português, espanhol, inglês e francês), em função de proposta da delegação brasileira que participou da Reunião Ministerial de Buenos Aires, em abril do ano em curso, chefiada pelo Ministro Celso Lafer.

Trata-se de iniciativa inovadora a divulgação, para conhecimento do público em geral, da minuta de um acordo ainda em negociação. O Governo brasileiro acredita que essa decisão estabelecerá novos padrões de transparência para outras negociações comerciais.

A minuta do acordo encontra-se na página eletrônica oficial da Alca (www.ftaa-alca.org) e no item “Novidades” da página do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (www.mre.gov.br).

É necessário ressaltar que o texto, por ser apenas uma minuta preliminar, não produz vinculações jurídicas por ainda estar em negociação. De fato, o texto será objeto de modificações à medida que avancem as negociações. Também cabe salientar que podem existir imprecisões nas traduções dos textos, que serão devidamente corrigidas no curso das negociações.

VISITA OFICIAL DO PRIMEIRO-
MINISTRO DO REINO UNIDO,
TONY BLAIR (30 DE JULHO
A 1 DE AGOSTO DE 2001)
(04 DE JULHO DE 2002)

Atendendo a convite do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Primeiro-Ministro do Reino Unido, Tony Blair, realizará visita oficial ao Brasil no período de 30 de julho a 1º de agosto de 2001. Trata-se da primeira visita de cunho bilateral de um Chefe de Governo britânico ao Brasil. A programação do Primeiro-Ministro Tony Blair – que virá acompanhado de sua esposa, Cherie – está sendo elaborada e incluirá encontro de trabalho com o Presidente Fernando Henrique Cardoso no Palácio do Planalto, seguido de almoço no Palácio da Alvorada.

A visita do Primeiro-Ministro britânico ao Brasil reveste-se de singular relevância, por demonstrar a importância atribuída pelo Reino Unido à intensificação da relação com o Brasil. O Reino Unido é um dos nossos principais parceiros no âmbito da União Européia, tendo o comércio bilateral alcançado em 2000 a cifra de US\$ 2,7 bilhões, com saldo positivo de US\$ 265 milhões para o Brasil. O total dos investimentos diretos britânicos no País, por sua vez, está estimado em 8 bilhões, com ênfase nos setores de gás, telecomunicações e financeiro.

NOTA SOBRE AS MEDIDAS
ADOTADAS PELO MINISTÉRIO DA
ECONOMIA DA ARGENTINA
(05 DE JULHO DE 2002)

O Governo brasileiro continua a apoiar as providências tomadas pelo Governo da Argentina no sentido de fazer frente à atual conjuntura econômica.

As medidas ora adotadas pela Resolução 258/01 do Ministério da Economia discrepam, porém, do entendimento que havia sido alcançado pelos dois governos e vão além dos objetivos comuns acertados.

Ao conceder preferências a produtos originários de fora da área do MERCOSUL, as medidas argentinas significam, na prática, restrições adicionais ao comércio intra-zona. Sua aplicação resultará em perda de margem de preferência para produtos brasileiros no mercado argentino e em prejuízo potencial para os exportadores brasileiros de bens de informática, telecomunicações e veículos.

O Governo brasileiro solicita portanto ao Governo argentino que reveja com urgência a Resolução 258/01.

O esclarecimento satisfatório da situação torna-se indispensável para a realização dos entendimentos bilaterais acertados com a parte argentina sobre a agenda ad hoc de temas comerciais.

O Governo brasileiro recorda que o comércio bilateral registrou no ano 2000 um saldo de US\$ 611 milhões a favor da Argentina e que, no primeiro semestre de 2001, o saldo favorável àquele país foi superior a 500 milhões de dólares.

ASSISTÊNCIA CONSULAR AO
MENOR IRUAN ERGUI WU
(05 DE JULHO DE 2002)

Sobre os recentes acontecimentos que envolvem o menor Iruan Ergui Wu, o Itamaraty deseja esclarecer o seguinte:

O menor Iruan Ergui Wu, de cinco anos de idade, nascido em Porto Alegre, filho de mãe brasileira e pai chinês, encontra-se na cidade de Tainan, Taiwan, sob os cuidados do tio paterno, senhor Huer Eam Wu. Tainan dista mais de trezentos quilômetros de Taipé, capital de Taiwan.

A mãe do menor, Marisa Ergui Tavares, faleceu em 1998. A partir de então Iruan passou a morar com a avó materna, senhora Rosa Leocádia Ergui, que detém, por solicitação paterna, a guarda legal do menino. Em março de 2001, o pai, senhor Teng-Shu Wu, solicitou, por ocasião de uma de suas visitas periódicas ao filho, a autorização escrita da avó para levá-lo a Taiwan com vistas a apresentá-lo à família. Embarcaram no dia 15 de março. O senhor Wu veio a falecer uma semana depois e o menor passou aos cuidados da família taiwanesa, que vem, desde então, manifestando a intenção de criá-lo em Taiwan.

A família do menor no Brasil impetrou ação na Justiça brasileira e obteve mandado de busca e apreensão do menor, o qual foi entregue, em maio, juntamente com a versão em chinês, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros de Taiwan por intermédio do Escritório Comercial do Brasil em Taipé.

Nos meses de abril e maio, o Diretor do Escritório Comercial, Conselheiro Paulo Antônio Pereira Pinto, na condição de

representante do Itamaraty, deslocou-se à cidade de Tainan por três vezes, para realizar visitas a Iruan, ocasiões em que manteve contatos com membros da família Wu e com autoridades locais. O Diretor procurou, nesses encontros, manifestar o caráter ilegal da retenção, tendo em vista que contraria a vontade da avó materna, a quem a Justiça brasileira conferiu a guarda legal do menor. Procurou, igualmente, criar clima favorável naquele país para o atendimento do pleito da senhora Ergui.

No dia 23 de junho, a senhora Ergui e o senhor Aldir Ferreira, tio materno de Iruan, chegaram a Taipé com o propósito de visitá-lo e negociar o seu retorno com a família Wu. A senhora Ergui e o senhor Ferreira deslocaram-se a Tainan na companhia do Conselheiro Paulo Antônio Pereira Pinto e de diplomata do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Taiwan. As famílias não chegaram a um acordo a respeito do retorno de Iruan ao Brasil.

Na sua estada em Taiwan, a senhora Ergui constituiu advogado local para representá-la em ação judicial que pretende mover naquele país com vistas a obter o regresso de Iruan ao Brasil.

O caso de Iruan é assunto de caráter jurídico e privado, cujo encaminhamento mais adequado deve ser o da via judicial.

O Governo brasileiro, por meio do Escritório Comercial em Taipé, está envidando os esforços necessários no sentido de acompanhar os desdobramentos do processo judicial, a ser instaurado perante a Justiça taiwanesa, com vistas à obtenção do retorno de Iruan ao Brasil.

Todos os serviços do Itamaraty estão e estarão permanentemente à disposição da família para assegurar a proteção ao menor e o adequado encaminhamento dos pleitos dos cidadãos brasileiros envolvidos nessa questão. O Itamaraty, ademais, está em contato com o Secretário de Direitos Humanos do Ministério da Justiça.

VISITA OFICIAL AO BRASIL DO
COMISSÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR
DA UNIÃO EUROPÉIA, PASCAL
LAMY (08 A 11 DE JULHO DE 2001)
(06 DE JULHO DE 2002)

O Comissário de Comércio Exterior da União Européia, Senhor Pascal Lamy, estará visitando o Brasil no período de 08 a 11 de julho corrente.

Sua programação oficial em Brasília, nos dias 10 e 11 de julho, prevê encontros de trabalho com Ministros de Estado e uma audiência com o Senhor Presidente da República.

Nos contatos entre o Comissário Lamy e as autoridades brasileiras estarão em pauta questões afetas ao comércio bilateral entre o Brasil e a União Européia e os preparativos para a Conferência Ministerial da OMC em Doha, Catar, em novembro do corrente ano. No tocante a este último ponto as consultas deverão versar sobre as possibilidades de uma nova rodada de negociações comerciais multilaterais, cujo lançamento, como se recorda, frustrou-se na última Ministerial da OMC, em Seattle, em dezembro de 1999.

A visita do Comissário Pascal Lamy, sua segunda visita oficial ao Brasil, ocorre pouco depois da reunião do Comitê de Negociações Bi-regionais Mercosul/União Européia, em Montevideu e num momento em que aquelas negociações iniciam uma nova etapa.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS
SOBRE O TRÁFICO ILÍCITO DE ARMAS
PEQUENAS E ARMAMENTO LEVE
EM TODOS OS SEUS ASPECTOS
(06 DE JULHO DE 2002)

Será realizada em Nova York, de 9 a 20 de julho de 2001, a Conferência das Nações

Unidas sobre o Tráfico Ilícito de Armas Pequenas e Armamento Leve em Todos os Seus Aspectos.

Armas pequenas e armamento leve têm sido os principais instrumentos de violência na grande maioria dos conflitos do pós-Guerra Fria. O tráfico ilícito e a circulação excessiva dessas armas também estão associados a aumentos nos índices de criminalidade e de violência naqueles países que não padecem de conflitos armados. O tema das armas pequenas, assim, adquiriu grande importância para a comunidade internacional nos últimos anos. A realização da Conferência da ONU constitui novo desdobramento dessa crescente mobilização internacional.

A Delegação do Brasil à Conferência será chefiada pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça, Doutor José Gregori. O Brasil atribui grande importância à Conferência, por entender que o evento permitirá aos Estados-Membros das Nações Unidas examinar medidas concretas de cooperação com vistas a combater e reduzir o tráfico ilícito de armas pequenas e os problemas dele decorrentes. O Brasil apoiou e procurou dar sua contribuição ao processo preparatório da Conferência, tendo sediado, em novembro passado, a Reunião Regional Preparatória da América Latina e do Caribe.

Nossa ativa participação nas discussões internacionais conjuga-se a nosso compromisso com o combate ao tráfico ilícito no plano doméstico. Nos últimos anos, o Governo brasileiro adotou uma série de medidas destinadas a controlar e regular a circulação e o comércio de armas no Brasil e dar resposta eficaz aos problemas da violência e da criminalidade. No último dia 24 de junho, o Governo Federal, em parceria com Governos estaduais e organizações não-governamentais, promoveu cerimônias públicas de destruição de armas de fogo na Capital Federal e em

várias Capitais estaduais. Na Cidade do Rio de Janeiro, foram destruídas aproximadamente 100.000 armas, na maior cerimônia dessa natureza do mundo não-associada a situação pós-conflito.

A adoção dessas medidas no plano interno, que gostaríamos de ver complementadas no plano internacional, credencia o Brasil a dar valiosa contribuição às iniciativas globais.

NEGOCIAÇÕES ENTRE BRASIL E TRINIDAD E TOBAGO PARA A ADOÇÃO DE ACORDO DE PREFERÊNCIAS TARIFÁRIAS (10 DE JULHO DE 2002)

Concluíram-se, em 29 de junho, em Brasília, negociações entre Brasil e Trinidad e Tobago para a adoção de Acordo de Preferências Tarifárias. A delegação trinitária foi chefiada pelo Senhor Neville Blake, Diretor para Assuntos do CARICOM e Caribe do Ministério de Desenvolvimento Empresarial, Assuntos Estrangeiros e Turismo. A delegação brasileira foi chefiada pelo Chefe da Divisão de Integração Regional do Itamaraty e integrada pelo Secretário de Produção Agrícola do MAA, por diplomatas da área de integração regional e funcionários do MAA e do MDIC.

O Acordo será adotado ao abrigo do artigo 25 do Tratado de Montevideu 1980, que admite a conclusão de instrumentos desse tipo com países que não sejam membros da ALADI.

O Brasil outorgou preferências tarifárias a 122 produtos de interesse exportador de Trinidad e Tobago, nos seguintes setores: agro-industrial, combustíveis, fertilizantes, papel e celulose, têxteis, alumínio, eletro-eletrônico, odontológico e de móveis. Trinidad e Tobago, por sua vez, ofereceu concessões para 186

produtos de interesse brasileiro, nos seguintes setores, entre outros: agro-industrial, químico, médico-hospitalar, plásticos, papel e celulose, têxtil, calçados, cerâmica, vidros, eletro-eletrônico, autopeças e móveis.

O Acordo cria uma Comissão Administradora que fará o acompanhamento do comércio e cuidará de outros aspectos das relações comerciais bilaterais.

ACORDO SOBRE A QUESTÃO DO ACESSO DO CAFÉ SOLÚVEL BRASILEIRO AO MERCADO EUROPEU (11 DE JULHO DE 2002)

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, Professor Celso Lafer, e o Senhor Pascal Lamy, Comissário de Comércio Exterior da União Européia, anunciaram terem chegado a um acordo sobre a questão do acesso do café solúvel brasileiro ao mercado europeu.

A União Européia abrirá uma quota tarifária para o café solúvel brasileiro, em volume e condições que deverão permitir recuperar a fatia de mercado que o produto brasileiro detinha antes da entrada em vigor do chamado “regime de drogas”. O acordo não alterará o tratamento tarifário concedido aos países da América Latina contemplados por aquele regime.

Válido inicialmente por três anos, o acordo permitirá a entrada no mercado europeu, com tarifa zero, de 8.740 toneladas de café solúvel brasileiro no primeiro ano, 10.488 toneladas no segundo, e 12.236 toneladas no terceiro ano. Após o terceiro ano de vigência, o volume será renegociado.

CARTA DEMOCRÁTICA INTERAMERICANA (12 DE JULHO DE 2002)

A III Cúpula das Américas, realizada em abril, na cidade de Quebec, aprovou a elaboração de uma Carta Democrática Interamericana que reforçasse os instrumentos da Organização dos Estados Americanos – OEA – destinados à ativa defesa da democracia representativa.

O projeto de Carta Democrática redigido pelos representantes permanentes junto à OEA foi analisado pelos Ministros de Relações Exteriores reunidos na Assembléia Geral de São José, de 3 a 5 de junho. Após intenso debate em torno do documento, os Ministros decidiram encarregar o Conselho Permanente da OEA de aprofundar estudos no sentido de aperfeiçoá-lo e compatibilizá-lo com a Carta da OEA. Decidiu-se, igualmente, abrir o projeto de Carta Democrática à opinião pública, de forma a colher a mais ampla participação da sociedade dos países americanos.

Com esse intuito, pode-se acessar o projeto de Carta Democrática no endereço eletrônico www.oas.org/charter/port/charter_pt.htm, até o mês de setembro, quando a Assembléia Geral Extraordinária da OEA, reunida em Lima, deverá adotar o texto final do documento.

O Governo brasileiro tem prestado apoio decisivo à iniciativa. Em São José, o Ministro Celso Lafer destacou que “a democracia apresenta valor intrínseco para o bem-estar humano, uma vez que a liberdade política e o conseqüente exercício de direitos civis e políticos, se inserem no conjunto de direitos humanos básicos”, que “o compromisso com a democracia é parte integrante de nossos esforços contra as desigualdades sociais, uma vez que possibilita a expressão de setores sociais vulneráveis por meio de canais reconhecidos”; e que “o império do direito é a base da verdadeira democracia”.

ACORDO DE COMPLEMENTAÇÃO
ECONÔMICA N° 39 (ACE-39),
ENTRE O BRASIL E OS PAÍSES DA
COMUNIDADE ANDINA (COLÔMBIA,
EQUADOR, PERU E VENEZUELA)
(12 DE JULHO DE 2002)

O Brasil e os países da Comunidade Andina — Colômbia, Equador, Peru e Venezuela — concluíram, em 30 de junho passado, negociações para o aprofundamento do Acordo de Complementação Econômica n.º 39 (ACE-39), que estabelece preferências tarifárias entre as Partes.

Como resultado dos entendimentos, foi acordada a concessão de preferências tarifárias a novos produtos bem como a ampliação de preferências já negociadas nos seguintes setores: produtos agrícolas, químicos, adubos e fertilizantes, cosméticos, plásticos, têxteis, vidros e bens de capital. Constatam também dos entendimentos concessões ao Peru para materiais que serão utilizados na pavimentação da rodovia Rio Branco-Assis Brasil-Iñapari-Puerto Maldonado, na região de fronteira entre o Peru e o Estado do Acre.

O ACE-39, assinado em 12 de agosto de 1999, tem contribuído para o incremento do comércio entre as Partes.

CARTA DO SENHOR PRESIDENTE
DA REPÚBLICA, FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO, AO
SENHOR PRIMEIRO-MINISTRO DO
JAPÃO, JUNICHIRO KOIZUMI
(16 DE JULHO DE 2002)

Senhor Primeiro-Ministro,

Como sabe Vossa Excelência, nossas delegações, ao lado daquelas dos demais

países-parte da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, deverão participar da Sessão reconvocada da VI Conferência das Partes, que se realizará em Bonn, de 16 a 27 de julho corrente. Nessa ocasião, se buscará finalizar a implementação do Plano de Ação de Buenos Aires, com vistas a promover a ratificação e entrada em vigor do Protocolo de Quioto.

O Brasil está convencido de que o Protocolo de Quioto é o melhor instrumento disponível para tratar o problema global da mudança do clima e que seu texto não deve ser reaberto. O Protocolo reflete o reconhecimento pela comunidade internacional da necessidade de se estabelecerem metas quantitativas e compulsórias de redução de emissões de gases de efeito estufa. Essas metas resultaram de extensas negociações entre todas as Partes da Convenção, que, ao assinarem o Protocolo, em Quioto, em 1997, comprometeram-se a cumpri-las plenamente.

O Governo do Japão desempenhou um papel crucial a esse respeito, ao sediar tão relevante encontro e, sobretudo, ao envidar seus esforços em prol da conclusão das negociações em Quioto, de forma a garantir que o protocolo lá fosse assinado. O Brasil, e a comunidade internacional como um todo, terão sempre presente a plena dedicação demonstrada pelo Japão na luta contra o fenômeno do aquecimento global, que, de maneira iniludível, turva as perspectivas de vida das futuras gerações.

O problema da mudança do clima é global e só pode ser tratado por meio de um sistema global e equilibrado, como aquele constituído pela Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima e pelo Protocolo de Quioto. As negociações internacionais devem continuar sob esse arcabouço, de forma a que não desperdicemos os avanços alcançados desde a Conferência do Rio, em 1992.

Nos meses recentes, a probabilidade de ratificação do Protocolo modificou-se, em razão de decisões unilaterais de Partes da Convenção, contrárias aos termos do Protocolo. Não obstante, o Brasil irá perseverar nas negociações com todos os parceiros, o Japão em particular, com vistas a superar as presentes dificuldades e lograr o objetivo comum de reverter a tendência global de mudança do clima. Para alcançar esse objetivo, a ratificação do Protocolo de Quioto pelos países do Anexo I se afigura crucial, ao mesmo tempo em que é necessário buscar atender as preocupações dos países em desenvolvimento quanto aos impactos que serão produzidos pelas mudanças climáticas.

Aceite, Senhor Primeiro-Ministro, a renovação de minha mais elevada consideração.

RELACIONAMENTO BRASIL – IRLANDA (17 DE JULHO DE 2002)

O diálogo bilateral é fluido e correto, beneficiando-se de ampla convergência de posições. Com vistas à ampliação do diálogo e da cooperação, o Governo brasileiro estabeleceu Embaixada residente em Dublin em 1991. O internacionalismo dos dois países facilita a aproximação e, freqüentemente, engendra o apoio recíproco em organismos multilaterais. Comprovando esse fato, o Brasil foi um dos primeiros países a anunciar seu apoio à bem-sucedida candidatura da Irlanda ao Conselho de Segurança da ONU na última Assembléia-Geral da organização.

As mútuas visitas de personalidades de governo ou de técnicos contribuem para a superação do relativo desconhecimento recíproco. Em passado recente, as mais altas

autoridades brasileiras a visitar a Irlanda foram o Procurador-Geral da República, o Presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul —ambos à frente de expressivas delegações— e a Presidente do Conselho do Comunidade Solidária, Doutora Ruth Cardoso.

No sentido inverso, já visitaram o Brasil a ex-Presidente Mary Robinson (1995) e a Vice-Primeira-Ministra Mary Harney (1999, para a Cimeira do Rio de Janeiro). No plano parlamentar, registrou-se no ano corrente visita de delegação de membros da Comissão de Agricultura do Legislativo irlandês, destinada à troca de informações com parlamentares e membros do Governo brasileiro sobre o posicionamento dos dois países nas negociações multilaterais sobre liberalização do comércio internacional de produtos agrícolas.

A visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Bertie Ahern constitui o mais importante evento político no quadro histórico do relacionamento Brasil-Irlanda, conjugando potencial de estímulo ao relacionamento político-econômico e relevante emblemática protocolar. Sobressai na agenda da viagem o anúncio a ser formulado por Ahern da abertura de Embaixada irlandesa em Brasília. A ampliação do serviço diplomático irlandês é tema polêmico da agenda política de um país cuja gestão pública é marcada por rigorosa disciplina orçamentária. No caso em exame, movido por intensos debates havidos no Parlamento, o Primeiro-Ministro empreendeu forte campanha de convencimento junto à área financeira de seu Governo (e também da opinião pública) sobre a importância da criação de um pequeno número de novas Embaixadas, inclusive a de Brasília. A presença irlandesa em Brasília cobrirá lacuna importante, permitindo, no plano político, um aumento na fluidez do diálogo e, no plano econômico, mais precisa avaliação das potencialidades do mercado brasileiro.

Comércio e investimentos:

As relações econômico-comerciais entre o Brasil e a Irlanda não condizem com o vigor das respectivas economias. No ano 2000, as importações brasileiras situaram-se em US\$ 242,8 milhões, contra exportações de US\$ 100,8 milhões. Os principais produtos importados pelo Brasil da Irlanda têm sido, nos últimos anos: químicos orgânicos, medicamentos e insumos, caldeiras e equipamentos mecânicos, instrumentos médicos, máquinas elétricas, acessórios para embalagens e unidades de discos magnéticos. Mencione-se também que empresas brasileiras de transporte aéreo aparecem como clientes constantes de leasing de aeronaves a firmas que operam na Irlanda. Os principais produtos exportados pelo Brasil para a Irlanda registrados nos últimos anos foram: farelo de soja e extrato de óleo, madeiras compensadas, fumo, farelo de polpa cítrica, tecidos de algodão e propulsores.

Também em matéria de investimentos, o intercâmbio mantém-se abaixo da potencialidade existente. A presença do grupo irlandês Kerry no Brasil, com duas fábricas de insumos alimentares em Minas Gerais, constitui exceção. Outras áreas promissoras para acolhimento de investimentos irlandeses seriam: biotecnologia, agronegócios, informática e telecomunicações.

- Principais produtos exportados: Farelo de soja e extrato de óleo, bagaços e outros resíduos sólidos, madeiras compensadas, fumo e seus sucedâneos manufaturados, farelo de polpa cítrica, tecidos atoalhados de algodão, propulsores de potência.
- Principais produtos importados: químicos orgânicos, insumos para fármacos e fármacos, caldeiras e equipamentos mecânicos, instrumentos médicos, máquinas elétricas, acessórios para embalagens, unidades de discos magnéticos.

FÓRUM EMPRESARIAL BRASIL-PAÍSES ÁRABES - ENTEVISTA COLETIVA (17 DE JULHO DE 2002)

O Diretor-Geral do Departamento de Promoção Comercial do MRE, Ministro Mario Vilalva, o Presidente da Câmara Árabe, Sr. Paulo Atala, e o Embaixador do Reino de Marrocos, Abdelmahek Cherkaow Ghazouani concederão entrevista coletiva nesta assessoria, amanhã, dia 18 de julho às 11h30, sobre o Fórum Empresarial Brasil-Países-Árabes. A entrevista contará também com a presença dos demais Embaixadores dos países árabes no Brasil.

Braço econômico-comercial do programa do Governo brasileiro de aproximação com os países árabes, o mencionado Fórum será realizado no Hotel Copacabana Palace, no Rio de Janeiro, nos dias 24 e 25 de julho de 2001.

Do programa de aproximação, consta uma série de iniciativas, como a reabertura das Embaixadas do Brasil em Túnis e Kuwait, e a reunião do Secretário-Geral do MRE, o Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, com todos os Chefes de Missão brasileiros nos países árabes, a realizar-se em Túnis, no dia 20 de julho próximo.

FÓRUM EMPRESARIAL BRASIL-PAÍSES ÁRABES (17 DE JULHO DE 2002)

Deverá realizar-se no Hotel Copacabana Palace, no Rio de Janeiro, de 24 a 25 de julho, com a organização da Câmara de Comércio Árabe-Brasileiro e o apoio logístico e organizacional do DPR. O evento contará com a participação do Vice-Presidente da República, Marco Maciel, na cerimônia de abertura, e do Chanceler Celso Lafer, por ocasião de seu encerramento.

O objetivo do Fórum é a promoção do intercâmbio entre o Brasil e os Países Árabes, mediante apresentação da conjuntura macroeconômica dos mercados participantes e a realização de painéis de discussão sobre possíveis medidas bilaterais de estímulo ao incremento do comércio e investimentos recíprocos. A iniciativa tem em vista, igualmente, debater oportunidades comuns em setores selecionados do agrusiness, da indústria e da infra-estrutura (em especial, nas áreas de turismo, telecomunicações, logística de transporte e energia) com a finalidade de permitir a identificação de eventuais entraves ao intercâmbio árabe-brasileiro, um diagnóstico claro dessa conjuntura e os possíveis mecanismos de superação das dificuldades apontadas.

Dentre as presenças ilustres do lado árabe já confirmadas (o SG-Adjunto da Liga Árabe deverá estar presente no lugar de Amre Moussa), assinalem-se, o Ministro do Comércio, Indústria, Minas e Energia do Marrocos, Moustapha Mansouri; o Ministro da Economia da Líbia; o Secretário de Estado dos Investimentos e da Cooperação Internacional da Tunísia; o Secretário Geral da União das Câmaras do Comércio e Indústria Árabes, Sr. Elias Ganthous; o Presidente da União Geral das Câmaras do Comércio e Indústria Árabes, Sr. Abdullah Suleiman Al-Barouni; o Sr. Saad Ali Al Nahedh, da Câmara de Comércio e Indústria do Kuaite; o Sr. Mutlaq Al Murished, Presidente da SABIC, da Arábia Saudita; o Sr. Oussama El Kourdi, do Líbano; além de lideranças empresariais expressivas.

Pretende-se que tanto as Missões comerciais aos países do Golfo e ao Magreb como o Fórum Empresarial tenham caráter anual.

1) O chamado mundo árabe, integrado por 22 países, tem hoje um comércio exterior de mais de 380 bilhões de dólares, com importações globais em 2000 de cerca de 172 bilhões de dólares, montante que cresceu quase 14% em relação a 1999. A previsão de crescimento econômico médio para este ano é de 5,4%, sendo que apenas a região do Golfo Árabe deverá crescer, segundo as mais recentes previsões, a uma taxa média de 7,5%. É significativa, por outro lado, a capacidade de investimento em outros países, hoje basicamente carregada por intermédio de bancos europeus de investimento.

2) O intercâmbio com o Brasil oferece grandes perspectivas para os bens de maior valor agregado produzidos no País. Ademais, alguns déficits significativos de nosso comércio (como no caso do intercâmbio brasileiro com a Argélia, com cifras ao redor de 1 bilhão de dólares) apontam igualmente para boas perspectivas de reversão desse quadro desfavorável, mediante também iniciativas de promoção comercial específicas. Recentemente missão comercial da Líbia ao Brasil possibilitou a realização de negócios com empresas brasileiras em montantes bastante expressivos.

CONCESSÃO DE *AGRÉMENT* À
EMBAIXADORA DOS ESTADOS
UNIDOS DA AMÉRICA NO BRASIL,
SENHORA DONNA HRINAK
(18 DE JULHO DE 2002)

O Governo brasileiro concedeu *agrément* à designação da Embaixadora dos Estados

Unidos da América, Senhora Donna Hrinak, cujos dados biográficos seguem abaixo.

Donna J. Hrinak é uma das mais experientes funcionárias do Departamento de Estado dos Estados Unidos. Em sua carreira percorreu a América do Norte, América Central, América do Sul e o Caribe, onde se dedicou a temas diversos, de Narcóticos ao Livre Comércio.

Antes de assumir o seu atual posto como Embaixadora dos EUA na República Bolivariana da Venezuela, a senhora Hrinak foi Embaixadora na Bolívia (1998 – 2000) e na República Dominicana (1994 – 1997). Também trabalhou nas missões diplomáticas dos EUA em Tegucigalpa e Honduras, onde atuava com vice chefe das missões, além de São Paulo no Brasil, Bogotá na Colômbia, Varsóvia na Polônia e na Cidade do México. Em Washington trabalhou como Vice Secretária de Estado para o México e o Caribe e como Coordenadora Política para a Cúpula das Américas em 1994.

Nascida na Pennsylvania, Hrinak é formada pela Michigan State University, tendo também frequentado a George Washington University e a University of Notre Dame School of Law . Detentora de vários prêmios de Departamento de Estado, bem como o U.S. Government Distinguished Public Service Award, concedido pela U.S. Coast Guard. A Senhora Hrinak recebeu bolsa de estudos da American Political Science Association e o prêmio Distinguished Alumni Award da Michigan State University, e em 1985 foi apontada pela Glamour Magazine como uma das dez mais eminentes jovens executivas (Young Working Women). Fala várias línguas estrangeiras: espanhol, português, polonês e francês.

A Senhora Hrinak nasceu em 28 de março de 1951, em Sewickley, na Pennsylvania. Casada com Gabino (Luís) Flores, mexicano, tem um filho, Wyatt Flores.

LAFER BUSCA SOLUÇÃO PARA O CASO IRUAN (18 DE JULHO DE 2002)

O Ministério das Relações Exteriores vem acompanhando, desde o primeiro momento, o caso do menor Iruan Ergui Wu, e prestando à sua família toda a assistência consular cabível, no âmbito de suas atribuições e tendo em conta a ausência de relações diplomáticas com Taiwan. Nesse sentido, o Diretor do Escritório Comercial em Taipé tem efetuado reiteradas visitas ao referido menor, na sua cidade de residência, assim como assistido sua avó e seu tio brasileiros quando da sua recente visita àquela ilha.

A propósito, a política de apoio a brasileiros no exterior constitui prioridade da atuação diplomática do Brasil, tendo sido inclusive objeto de referência expressa do Ministro Celso Lafer em seu discurso de posse.

O Ministro Celso Lafer recebeu na tarde de hoje a visita do Deputado Néelson Marchezan, na seqüência de uma série de encontros anteriormente mantidos. Nesses contatos o deputado Nelson Marchezan vem manifestando sua preocupação em torno do assunto, tendo sido regularmente informado das providências tomadas pelo Itamaraty com vistas à sua solução. Na audiência de hoje, o deputado Néelson Marchezan solicitou reforço no apoio jurídico ao menor.

O Ministro Celso Lafer assegurou, tendo em vista a excepcionalidade do caso, que examinará com todo o empenho a possibilidade de atender tal pedido.

AJUDA HUMANITÁRIA AO PERU (18 DE JULHO DE 2002)

Em resposta à solicitação do Governo do Peru, o Governo brasileiro está enviando

carregamento de ajuda humanitária, destinado às vítimas dos terremotos que atingiram o sul daquele país.

Os donativos estão sendo transportados por avião da FAB, que decolou da Base Aérea de Guarulhos na manhã de hoje, dia 18, com destino a Lima.

A carga, que pesa cerca de 9 toneladas, é composta de 300 mil doses de vacinas e *kits* de Farmácia Popular, doados pelo Ministério da Saúde, além de medicamentos, insumos médicos diversos, alimentos, roupas, colchões, barracas e outros utensílios.

Entre os demais doadores, figuram organismos governamentais do Estado de São Paulo e as empresas Nestlé, Merck, Odebrecht e Becton Dickinson.

A remessa dos donativos é resultado da ação governamental e da solidariedade da sociedade brasileira para com a nação peruana.

XXIV REUNIÃO DO CONSELHO SUPERIOR DA FACULDADE LATINO- AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (19 DE JULHO DE 2002)

O Brasil sediará, no período de 20 a 23 de julho, a XXIV Reunião do Conselho Superior e a Reunião Ordinária do Comitê Diretivo da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO). A realização dessas reuniões no Brasil, sob a coordenação do Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica do Itamaraty, terá significado relevante, uma vez que coincide com a comemoração do vigésimo aniversário da Sede Acadêmica FLACSO-Brasil.

A reunião do Conselho Superior será combinada com um seminário acadêmico, a realizar-se no auditório do Palácio Itamaraty, no dia 24 de julho. O referido seminário terá

como tema “Desenvolvimento e Integração na América Latina e no Caribe: a Contribuição das Ciências Sociais” e será inaugurado, às 9.00hs, pelo Ministro das Relações Exteriores, Prof. Celso Lafer. Na ocasião, o Ministro Lafer proferirá palestra intitulada “Processos de Integração em Curso: a Agenda Latino-Americana e do Caribe”.

Dentre os expositores estão o Ministro da Cultura, Dr. Francisco Weffort, que fará palestra sobre “Cultura, Desenvolvimento e Ciências Sociais” (11.30hs) e o Dr. Vilmar Faria, com o tema “Políticas Públicas e Governabilidade: Desafios Teóricos e Práticos”(15.00hs).

VISITA DE TRABALHO DA MINISTRA DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA REPÚBLICA DO SURINAME, SENHORA MARIA ELISABETH LEVENS (19 DE JULHO DE 2002)

A Ministra de Negócios Estrangeiros da República do Suriname, Maria Elisabeth Levens, realizou visita de trabalho ao Brasil em 19 de julho de 2001.

Na ocasião, a Ministra fez visita de cortesia ao Senhor Vice-Presidente da República e manteve conversações com altas autoridades dos Ministérios da Defesa, das Relações Exteriores, da Educação e da Saúde, para tratar de assuntos de mútuo interesse, tais como:

- Promoção da integração regional;
- Cooperação na área do comércio;
- Intensificação da cooperação técnica bilateral;
- Intensificação da cooperação nas áreas da educação, da saúde e do meio ambiente; e
- Cooperação na área de assuntos consulares.

Esses temas, entre outros, foram tratados na reunião de trabalho que o Ministro Celso Lafer e a Chanceler Maria Levens mantiveram no Itamaraty.

No que tange ao tema da integração regional, ambos os países concordaram em que uma cooperação crescente entre os Estados da região é condição necessária para enfrentar de maneira eficaz os desafios da globalização e reiteraram, em consequência, seu compromisso em relação a esse esforço.

No que diz respeito ao tema do comércio, ambos os países acordaram explorar formas de aumentar o volume do comércio bilateral, tendo presente, inclusive, o Memorandum de Entendimento entre o Mercosul e a República do Suriname em matéria de comércio e investimentos.

Os dois Governos ressaltaram que a estreita cooperação mútua é condição sine qua non para combater eficazmente a produção, o tráfico e o consumo de drogas ilícitas, bem como o tráfico de armas e outros ilícitos que afetam a segurança de ambos os países. Nesse sentido, decidiram dinamizar a cooperação nessas áreas, mediante uma mais estreita coordenação entre as respectivas autoridades competentes.

O Brasil reiterou sua disposição de prestar cooperação técnica ao Suriname em diferentes áreas e aguarda propostas do Suriname a esse respeito.

O Brasil e o Suriname manifestaram seu interesse em aprofundar a cooperação educacional, inclusive no que diz respeito ao intercâmbio de estudantes, na convicção de que é necessário assegurar o desenvolvimento integral e o bem-estar de suas populações.

Ambos os países manifestaram sua satisfação pela excelente cooperação na área da saúde e concordaram em explorar possibilidades adicionais de ações conjuntas nas instâncias regional, sub-regional e bilateral.

A Ministra Maria Levens mencionou a situação dos garimpeiros brasileiros que atualmente vivem e trabalham no Suriname e reiterou a necessidade de lidar com as questões relacionadas com suas atividades. O Ministro Celso Lafer, ao tomar nota da menção feita pela Chanceler Levens, comentou que as autoridades brasileiras vêm dando permanente atenção ao assunto em todas as suas dimensões, inclusive quanto às implicações humanas e sociais. Tendo em vista o interesse mútuo em aprofundar os laços de cooperação e imprimir maior dinamismo ao tratamento dos temas da agenda bilateral, os dois países decidiram reativar os mecanismos de diálogo e coordenação existentes, dentre os quais a Comissão Mista Brasil-Suriname e o Grupo Permanente de Cooperação Consular bilateral.

CERIMÔNIA DE ASSINATURA DE DOCUMENTOS (23 DE JULHO DE 2002)

Realizou-se no dia 18 de julho de 2001, às 9:30 horas, na Sala de Reuniões da Agência Brasileira de Cooperação - ABC, cerimônia para assinatura dos seguintes documentos:

- *Record of Discussions* entre a Agência Brasileira de Cooperação – ABC, a Agência de Cooperação Japonesa - JICA, e a Fundação Oswaldo Cruz-FIOCRUZ para realização de curso para os países africanos de língua portuguesa – PALOP na área de saúde pública; e
- *Record of Discussions* entre a Agência Brasileira de Cooperação – ABC, a Agência de Cooperação Japonesa - JICA e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA para realização de curso para

os países africanos de língua portuguesa – PALOP na área de mandioca e fruticultura tropical.

Os documentos são resultantes do Acordo de Cooperação Triangular assinado pelos Governos do Brasil e Japão para implementação de projetos conjuntos na África de língua portuguesa.

Na cerimônia, estiveram presentes o Embaixador Marco Cesar Meira Naslausky, Diretor-Geral da ABC; o Senhor Hiroshi Matsutani, Coordenador da JICA no Brasil; o Doutor Paulo Marchioni Buss, Presidente da FIOCRUZ; o Doutor Alberto Duque Portugal, Presidente da EMBRAPA, bem como representantes das Embaixadas do Japão, Cabo Verde e Angola.

CASO DO MENOR IRUAN ERGUI WU (23 DE JULHO DE 2002)

Diante da preocupação manifestada pelo Exmo. Sr. Presidente da República, e dando seguimento às iniciativas do Governo brasileiro sobre o assunto, o Ministro das Relações Exteriores, Professor Celso Lafer, e o Ministro da Justiça, Dr. José Gregori, em encontro mantido hoje, dia 23/7, no Itamaraty, trataram do caso do menor Iruan Ergui Wu, órfão brasileiro que se encontra retido em Taiwan por seus parentes paternos formosinos. Tendo em vista a excepcionalidade do caso, os Ministros decidiram aprovar a liberação de recursos, no âmbito do programa de assistência consular a brasileiros no exterior, para colaborar com a família brasileira do menor na cobertura das despesas advocatícias necessárias para dar início a processo judicial que leve ao reconhecimento, naquela ilha, da guarda de Iruan pela sua avó, D. Rosa Leocádia Ergui, e permitir o regresso do menor ao Brasil.

Os recursos a serem disponibilizados, num total de US\$ 12.000,00, serão entregues pelo Diretor do Escritório Comercial do Brasil em Taipé ao advogado que a família indicar em Taiwan.

I REUNIÃO DA SENEUROPA (BRASÍLIA, 26 DE JULHO DE 2001)

Principais Pontos Apresentados pelo Ministro Celso Lafer

Abertura

Gostaria de saudar inicialmente a presença do Ministro Alcides Tápias, do Desenvolvimento, assim como dos Representantes do Ministério da Fazenda e da Agricultura. Agradeço também a participação nesta mesa do Dr. Roberto Giannetti da Fonseca, Secretário-Executivo da CAMEX, do Embaixador José Botafogo Gonçalves, Representante Especial do Presidente da República para Assuntos de Mercosul, e dos Ministros Carlos Alberto Simas Magalhães e José Antônio Marcondes de Carvalho, colaboradores dessa Casa para assuntos de integração regional.

Congratulo-me igualmente com a presença ilustre de nossos congressistas e de destacados líderes empresariais, trabalhistas e da sociedade civil organizada, cujo envolvimento e colaboração emprestam decisivo peso e legitimidade às negociações coordenadas pelo Itamaraty no plano internacional.

Apraz-me, em particular, observar a presença de meus colegas acadêmicos, cujas contribuições no campo intelectual informam a ação diplomática e, de modo crescente, auxiliam na construção de uma inserção internacional mais justa e equilibrada para o país.

Apresentação:

A presente reunião da SENEUROPA coincide com o início de uma nova etapa da negociação que, até o momento, estivera concentrada em uma exercício de troca de informações e conhecimento recíproco. Esta nova etapa terá, quando de sua conclusão, implicações substantivas do ponto de vista político, econômico e social. As negociações para criação da Área de Livre Comércio Birregional entre o Mercosul e a União Européia constituem projeto sem precedente na história da integração econômica mundial. O futuro Acordo de Associação Birregional vai mais além do que uma simples negociação comercial. As negociações atuais passam também pelo desenvolvimento de ações conjuntas nas áreas da cooperação, que promove o desenvolvimento sócio-econômico, e do diálogo político, que amplia a possibilidade de concertação política em foros internacionais.

Transparência

Dada a abrangência do futuro Acordo de Associação Birregional, devemos estar cientes de que esse será um processo complexo de negociações, as quais terão um front não apenas externo como também interno. Tanto em um como em outro, o Itamaraty não negociará sozinho. Embora caiba ao Ministério das Relações Exteriores o papel de representação e coordenação, Governo e sociedade, bem como os diferentes órgãos do Governo entre si, terão de se preparar para uma efetiva cooperação nas mais diversas áreas.

Para tornar eficaz essa cooperação entre Governo e sociedade, será dada ampla transparência às negociações em curso entre o Mercosul e a União Européia. A SENEUROPA se inscreve nesse contexto e

constitui a primeira de uma série de encontros a serem realizados de forma periódica entre o Governo e os setores mais representativos do país. A transparência implicará o exercício de consulta e coordenação, pelas quais o Governo pretende manter interlocução privilegiada com partidos políticos, a academia, organizações não-governamentais, o Foro Consultivo Econômico e Social do Mercosul e entidades setoriais, dentre as quais se destacam as centrais sindicais, a Coalizão Empresarial Brasileira, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), da Agricultura (CNA) e do Comércio (CNC).

É importante frisar que a sociedade brasileira será não apenas consultada, mas convidada a intervir de maneira substantiva – ou seja, com sugestões – em cada etapa e ao longo da negociação. O Governo brasileiro acredita que dessa forma assegura a imprescindível legitimidade ao processo negociador. Legitimidade essa que, ademais de figurar como exigência do regime democrático, conferirá credibilidade às posições do país na mesa de negociação. Desejo que o nosso Parlamento esteja também plenamente associado e informado sobre os diversos momentos desta negociação.

Outra forma de transparência será o acesso imediato da sociedade a informações atualizadas, razão pela qual o Itamaraty estará em breve disponibilizando, por meio de *site* na Internet, todos os textos básicos das negociações entre o Mercosul e a União Européia. Informarei oportunamente a data em que serão disponibilizados os documentos pertinentes.

Equioe negociadora:

Antes ainda de entrar na discussão substantiva dos temas, gostaria de aproveitar essa ocasião para anunciar oficialmente a

equipe negociadora do Itamaraty que estará encarregada de conduzir as negociações pelo Brasil nas reuniões do Comitê de Negociações Birregionais (CNB). Como já é do conhecimento de muitos, o Chefe da Delegação brasileira no CNB é o Embaixador José Botafogo Gonçalves. O Coordenador-Geral para as negociações Mercosul-União Européia será o Ministro Carlos Alberto Simas Magalhães. O Ministro José Antônio Marcondes de Carvalho, Diretor-Geral do Departamento de Integração Latino-Americana (DIN), será responsável pela negociação dos temas relativos a acesso a mercados.

As Divisões do Mercosul (DMC) e de Integração Regional (DIR) estarão diretamente envolvidas na organização dos trabalhos e das reuniões da SENEUROPA e do CNB. Também participará das negociações birregionais o Departamento Econômico (DEC), que, seja por meio de suas Divisões temáticas ou das Coordenadorias em via de implantação, dará a assessoria necessária ao processo. Procuraremos assim manter a coerência entre as diversas frentes de negociações regionais e/ou bilaterais em que o Mercosul, e portanto o Brasil, participa.

Os diversos Ministérios, dentre os quais sobressaem o do Desenvolvimento, da Fazenda e da Agricultura, estarão designando os seus negociadores que integrarão a Delegação brasileira. À CAMEX caberá, como previsto, a função de definir as grandes linhas de orientação nas diversas etapas da negociação.

Resumo do Estado de situação das negociações

Gostaria de aproveitar esta ocasião para destacar os nossos objetivos principais.

Para o Brasil, o objetivo básico do Acordo

Mercosul-UE, no campo comercial, deverá ser o de garantir melhores condições de acesso, sem exclusões a priori, aos respectivos mercados. Isto implica necessariamente, de um lado, a eliminação das restrições tarifárias e não-tarifárias de acesso que produtos do interesse exportador do Mercosul sofrem na UE e, de outro, procurar definir certas disciplinas para temas tão diversos quanto o de subsídios e apoio doméstico., que poderiam eventualmente anular os eventuais benefícios de um acesso preferencial sob o ponto de vista das tarifas. Isto é particularmente verdade na área agrícola. O nosso interesse pela questão das disciplinas deve, assim, ser entendido como prioritariamente voltado ao esforço de assegurar melhor acesso a nossos produtos.

É nesse contexto que surgem com maior intensidade temas tais como o de normas técnicas e a questão correlata de seu reconhecimento mútuo; o problema dos regulamentos fito e zoossanitários e a necessidade de acordos de equivalência nesta área; o tema das regras de origem, que ditam em última instância a capacidade das partes usufruírem em sua plenitude as possibilidades de acesso em forma privilegiada aos mercados das duas Uniões Aduaneiras (a definição dos critérios aplicáveis será de particular importância); e, por fim, mas de suma importância, o tema da diversidade de tipos de tarifas. (Usar com moderação estes elementos: basta lembrar que além de tarifas ad valorem a União Européia, ao contrário do Mercosul, aplica tarifas mistas, direitos específicos e/ou fórmulas. Esse universo tarifário complexo muitas vezes não permite visualizar com clareza o acesso efetivo que poderia estar sendo outorgado.

Uma negociação meramente tarifária, sem levar em conta os aspectos acima, tenderia a criar maiores desequilíbrios estruturais no processo de negociação. A questão das assimetrias entre as economias é tema que

desejaríamos ver refletido no contexto das negociações.

Devemos também encarar com espírito aberto áreas novas onde tradicionalmente o Mercosul nunca chegou a ser demandante. O interesse europeu nas questões de investimentos, defesa da concorrência, compras governamentais e, sobretudo, serviços, demandará de nossa parte esforço de reflexão e definição de postura negociadora. É desafio que julgo saudável, ainda que ciente que os limites naturais de nossa flexibilidade nessa matéria devam ainda ser objeto de definição. A nossa responsabilidade consiste em ser capaz, sob o ponto de vista normativo, de responder em forma coerente e tendo presente nossos interesses aos diversos capítulos do futuro Acordo que deverão tratar destes aspectos.

O nosso principal desafio a curto prazo, no entanto, reside no fato de que, por ocasião, da V Reunião do CNB, a União Européia ter apresentado proposta e preliminar de oferta tarifária.

Ao término dos trabalhos do V CNB, o Mercosul comprometeu-se a apresentar a sua proposta de negociação até a próxima reunião, em princípio prevista para o final de outubro.

A resposta do Mercosul, cujos principais parâmetros estarão em breve sendo discutidos com os nossos sócios, levará em conta aspectos tais como: prazo de carência para início de desgravação; cronograma de desgravação, em princípio, limitado a 10 anos; definição de produtos sensíveis; opção por quotas para determinados produtos; períodos mais longos de desgravação para certas categorias de produtos.

Principais Pontos da Oferta Européia:

Segundo a UE, a oferta cobre pelo menos 90% do comércio efetivo entre as Partes, sem

exclusão de setores, em conformidade com as regras multilaterais;

Na área industrial, a oferta prevê eliminação total de tarifas para 100% do comércio efetivo, no período máximo de 10 anos. A UE propõe, ao mesmo tempo, reciprocidade de níveis de concessões em têxteis e calçados;

Na área agrícola, a UE não prevê liberalização total de tarifas para certos produtos sensíveis, sujeitos a tarifas específicas. A UE pretende oferecer concessões - ainda não definidas - por meio de quotas tarifárias. Produtos do Mercosul continuam sujeitos a “preços de entrada”, quando aplicáveis;

Concessões tarifárias na áreas de vinhos estão condicionadas a acordo específico que inclua questões de propriedade intelectual (tais como proteção de denominação de origem, antiga reivindicação da UE junto ao Brasil). Esse tema é relevante pois é de esperar que na questão de marcas e denominação de origem as pretensões européias sejam ambiciosas. O Brasil, é bem verdade, tem interesse em resguardar a nossa marca “cachaça”, mas está longe ainda de dispor de um sistema diversificado e tecnicamente definido de nossas denominações de origem;

Para certos produtos pesqueiros, modalidades de desgravação não foram definidas e deverão levar em conta o acesso, por parte da UE, aos mares dos Estados Partes do Mercosul. Neste capítulo, a questão de origem ganha de novo relevância. A posição européia no contexto das negociações em Genebra tem consistido em argüir que a origem e, portanto, nacionalidade do produto da pesca é conferido pela bandeira de captura. Esta posição não se coaduna com a sustentada por diversos outros países, inclusive o Brasil;

A oferta européia como um todo está condicionada a acordo sobre cláusulas de standstill e rollback dos níveis tarifários

aplicados pelas Partes, o que significaria o compromisso de não aumentar tarifas recíprocas já a partir do início das negociações tarifárias, restringindo a liberdade de política comercial do Mercosul. O Mercosul já indicou que o compromisso de congelar níveis tarifários deverá ser resultado do Acordo e não um pré-requisito das negociações.

Cooperação e Diálogo Político:

No âmbito da Cooperação, Mercosul e União Européia já possuem identificadas as áreas prioritárias para desenvolvimento de futuros projetos. Na estrutura negociadora do CNB, o tema da Cooperação é tratado em três foros: Subgrupo de Cooperação Técnica e Financeira (mandato cumprido), Subgrupo de Cooperação Social e Cultural e Subgrupo de Cooperação Econômica. Os dois últimos Subgrupos encontram-se em processo de elaboração dos termos do futuro Capítulo de Cooperação, tendo já aprovado um esboço. Na última reunião do CNB, o Subgrupo de Cooperação Social e Cultural aprovou os termos da cooperação na luta contra o tráfico de drogas e delitos conexos. Já o Subgrupo de Cooperação Econômica definiu os termos da cooperação aduaneira, cooperação em temas de concorrência, cooperação estatística e científica e tecnológica. Com relação à cooperação no setor agrícola e rural, Mercosul e União Européia mantêm propostas divergentes, dada a conhecida sensibilidade do tema para a França no contexto da PAC. O Mercosul, e em particular o Brasil, têm insistido nas reuniões do CNB para que a cooperação européia facilite a celebração de acordos de equivalência e reconhecimento mútuo entre os sistemas de vigilância sanitária.

No campo do Diálogo Político, Mercosul e União Européia vêm realizando intenso intercâmbio e estreita concertação quanto

às questões birregionais e multilaterais por meio de reuniões presidenciais (Mercosul-UE, à margem da Cimeira do Rio de Janeiro), reuniões ministeriais (Conselho de Cooperação, à margem dos encontros Grupo do RIO-UE, à margem da AGNU e outras), bem como mediante as reuniões de Altos Funcionários. O Mercosul tem grande interesse em fortalecer e aprofundar esse diálogo político no futuro Acordo de Associação, tendo em vista o impacto positivo que podem vir a ter determinadas iniciativas em foros multilaterais. A respeito, bastaria recordar o apoio da União Européia no âmbito da OMC à interpretação brasileira sobre cláusula de licenciamento compulsório de patentes (Acordo TRIPS), e o conseqüente respaldo ao programa brasileiro de tratamento de pacientes com AIDS. Entendimentos políticos dessa natureza merecem e devem ser aprofundados entre os Estados Partes do Mercosul e a União Européia.

Conclusão

Conforme afirmei trata-se de processo que se inicia. A oferta européia, ainda que preliminar, reflete o interesse político e a seriedade com que os nosso parceiros desejam conduzir este exercício. Estimamos ainda que a oferta da União Européia na área agrícola está longe de ser satisfatória mas reflete um primeiro passo na boa direção.

A resposta do Mercosul será elaborada em termos que levem em conta alguns parâmetros:

- a) a nossa determinação de não favorecer determinada área de produção em detrimento de outra;
- b) o fato de que a negociação não se realiza em um vácuo mas está também determinada por outras negociações importantes de que participamos, bastando recordar a da Alca

e uma eventual nova rodada multilateral. A coerência de nossas ofertas terá assim que estar assegurada;

c) O nosso grau de flexibilidade em áreas que não são de nosso interesse prioritário estará vinculado à qualidade do pacote em sua forma final;

d) Toda a negociação está sujeita ao princípio do single undertaking, ou seja o compromisso de que o conjunto dos temas negociados devem constituir um todo equilibrado e indivisível com vantagens para todos. Caberá ao Brasil e ao Mercosul avaliar ao final deste processo a relação custo/benefício do Acordo e determinar se a mesma justifica a nossa adesão.

DECISÃO DA OMC SOBRE O PROEX III (26 DE JULHO DE 2002)

O Brasil acolhe com satisfação o teor do relatório final divulgado, hoje, dia 26 de julho, aos países membros da OMC, do “panel” da organização constituído para dirimir o contencioso “Brasil – Programa de Financiamento às Exportações de Aeronaves”. O “panel” concluiu ser o PROEX III compatível com as regras do sistema multilateral de comércio, conforme definidas nos acordos da OMC.

Quando o contencioso com o Canadá sobre aeronaves regionais (Caso EMBRAER-Bombardier) iniciou-se, cinco anos atrás, o governo do Canadá exigia a extinção pura e simples do Proex e, diante da recusa brasileira, recorreu à OMC. Depois disso, o Canadá obteve decisões favoráveis naquele organismo e o Brasil adaptou o PROEX às exigências da organização. A decisão de hoje confirma a legalidade e a conformidade do programa de exportações brasileiros com as regras do sistema multilateral de comércio.

O Governo brasileiro reconhece a sensibilidade do setor de aeronaves civis e sua importância do ponto de vista econômico-estratégico. Este setor, entre outros, tem se prestado ao exercício de medidas protecionistas e distorcivas do comércio por parte de diversos países desenvolvidos, atingindo sobretudo um país em desenvolvimento com o Brasil, que aspira a desenvolver setores de tecnologia avançada. O Governo brasileiro não deixará de apoiar o desenvolvimento destes setores, recorrendo a todos os recursos legítimos com que for possível contar.

Prosseguem na OMC os trabalhos de outro panel, este destinado a avaliar os programas de apoio canadenses. A OMC já constatou, no passado, que subsídios canadenses eram incompatíveis com os compromissos na OMC e que a falta de transparência impossibilitava, em alguns segmentos, verificação mais aprofundada.

O Governo brasileiro considera inadequados o teor e o tom de manifestações atribuídas sobre o assunto, nesta data, a altas autoridades canadenses.

VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO- MINISTRO DO REINO UNIDO, TONY BLAIR (30 DE JULHO A 1 DE AGOSTO) (27 DE JULHO DE 2002)

Dados biográficos:

Nasceu em 6 de maio de 1953. Estudou Direito no St. John’s College, de Oxford, e exerceu advocacia na área trabalhista.

É Membro do Parlamento desde 1983 pelo distrito de Sedgefield.

No Shadow Cabinet trabalhista ocupou as pastas de Energia (1988), Trabalho (1989-92) e Interior (1992-94).

Com a morte de John Smith em 1994, tornou-se líder do Partido Trabalhista e deu início a profundas reformas de caráter doutrinário e programático (inclusive a abolição da famosa cláusula 4 do estatuto partidário, que estabelecia a propriedade comum dos bens de produção).

Com a vitória eleitoral de 1º de maio de 1997, que terminou com o período de 18 anos de hegemonia conservadora, tornou-se Primeiro-Ministro do Reino Unido. Reeleito Primeiro-Ministro em junho de 2001.

Visita do Primeiro-Ministro Tony Blair:

A visita do Primeiro-Ministro Tony Blair, entre 30 de julho e 1º de agosto de 2001, é a primeira de um Primeiro-Ministro britânico, em caráter bilateral, ao Brasil. Anteriormente, apenas o então Primeiro-Ministro John Major havia estado no Rio de Janeiro, em junho de 1992, para participar da Conferência Rio-92 sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Mais recentemente, em junho de 1999, Tony Blair e o Primeiro-Ministro da Irlanda, Bertie Ahern, foram os únicos Chefes de Governo europeus a não comparecer à Cimeira América Latina, Caribe/União Européia, em virtude do agravamento, naquela ocasião, dos conflitos na Irlanda do Norte.

A visita de Tony Blair revela o grande interesse do Reino Unido por um melhor diálogo político e por relações mais estreitas com o Brasil, possuindo duas vertentes principais: a consolidação de relações com um parceiro privilegiado na América Latina e o desenvolvimento de uma cooperação voltada para o fato social.

Essa ênfase no plano social tem constituído a marca do New Labour que, aliada a um amplo engajamento em políticas de incentivo ao papel predominante do setor privado na área econômica, trocou o discurso ideológico

do velho Partido Trabalhista por uma postura construtiva e “compassionate” no plano social, privilegiando, em particular, as áreas da saúde pública e da educação.

A visita deverá apresentar, ainda, uma forte vertente econômica, tendo em vista o grande interesse do Primeiro-Ministro em ampliar e intensificar a parceria com o Brasil em seguimentos importantes de negócios. Destacam-se as áreas de energia (especialmente prospecção e exploração de petróleo e comercialização e distribuição de gás natural, indústrias química e farmacêutica, aeronáutica, financeira e bancária e de tecnologias da informação). Nesse sentido, o Primeiro-Ministro se faz acompanhar por 10 empresários de forte representatividade no estamento de negócios britânico, entre os quais os Chairmen da Rolls Royce, BAe Systems, Rothschild, Enterprise Oil, que deverão manter em São Paulo contatos com o empresariado brasileiro.

Avaliação das conjunturas no Reino Unido e no Brasil:

O Primeiro-Ministro Tony Blair deverá fazer uma avaliação conjuntural dos planos político, econômico e social no Reino Unido. De sua vez, o Primeiro-Ministro britânico desejará ouvir do Presidente FHC uma análise sobre o atual quadro político-econômico-social brasileiro.

Relacionamento bilateral: avaliação da implementação do Plano de Ação Conjunta:

Nossas relações com o Reino Unido adquiriram a partir de 1995 uma nova dimensão em razão, principalmente, das condições decorrentes da estabilidade econômica, monetária e política experimentadas pelo

Brasil. Em 1997, por ocasião de sua Visita de Estado ao Reino Unido, o Presidente FHC assinou com o Primeiro-Ministro Tony Blair o Plano de Ação Conjunta, instrumento que conferiu extraordinária operacionalidade à condução das relações bilaterais em oito áreas prioritárias. Foram privilegiados tanto os domínios do diálogo político e da cooperação entre entidades governamentais e não-governamentais dos dois países quanto incentivadas e priorizadas estratégias para a ampliação das relações econômicas, comerciais e financeiras bilaterais.

O Governo britânico definiu o Brasil como alvo prioritário de sua política externa, incluindo o país entre os dez mercados estratégicos preferenciais, visando à dinamização do comércio exterior, dos serviços e como destino para investimentos em grande escala.

As áreas definidas hoje como prioritárias para a interação entre os dois países são as do comércio e investimentos; temas globais e financeiros; educação; Ciência & Tecnologia; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; direitos humanos; combate contra o crime internacional, lavagem de dinheiro, terrorismo, drogas e corrupção; defesa nacional e participação em operações de paz.

A evolução positiva do quadro bilateral permitiu a identificação de duas novas áreas de grande importância, onde a cooperação vem adquirindo crescente transcendência: gestão pública e erradicação da pobreza.

A implantação de mecanismos regulares de consulta de alto nível tanto na área política (*High Level Talks, Policy Planning*, conversações sobre direitos humanos) quanto na área econômica (intercâmbio de opiniões sobre a agenda do G-7, diálogo regular e freqüente entre o Banco Central e o Banco da Inglaterra sobre temas como *inflation target*) refletem uma nova dinâmica no quadro bilateral. Os novos canais de diálogo reforçam a maior

convergência de interesses entre os dois países na condução de políticas públicas, dão ampla margem para o intercâmbio de impressões sobre diferentes temas da agenda mundial e contribuem para qualificar o Brasil como interlocutor respeitado no cenário internacional. Tal fato ganha relevância especial à luz do papel singular do Reino Unido como Membro Permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, integrante do G-7, uma das três maiores economias da União Européia, líder da Commonwealth e país que preserva influência diplomática em várias regiões do mundo. Tanto o Brasil como o Reino Unido desempenham um papel de articulação (*pivotal role* no dizer do Primeiro-Ministro Tony Blair) nas relações internacionais, o que é um fator adicional a contribuir para o adensamento das relações bilaterais.

Durante a visita o Presidente FHC e o Primeiro-Ministro Tony Blair deverão assinar o texto do novo Plano de Ação Conjunta, reforçado pelo êxito como instrumento balizador das relações e disciplinador da implementação das principais ações no plano bilateral, e enriquecido pelo dinamismo da cooperação no plano social.

Comércio e Investimentos:

O Brasil constitui o maior parceiro comercial do Reino Unido na América Latina. As exportações britânicas para o mercado brasileiro representam mais de um terço do total exportado para toda a região. Em níveis globais, o Brasil ocupa a posição de trigésimo-segundo destino das exportações britânicas (2000). Por sua vez, o Reino Unido representou o décimo destino das exportações brasileiras em 2000, correspondentes a US\$ 1,5 bilhão, e o décimo em termos de importações, com US\$ 1,2 bilhão. A pauta de exportações brasileiras para o mercado

britânico é relativamente diversificada e sua parcela de produtos manufaturados de maior valor agregado vem crescendo nos últimos anos. Já as importações provenientes do Reino Unido são em geral bens de produção e bens de capital.

Em 2000, as exportações brasileiras alcançaram um crescimento de 4.26%, já as exportações britânicas para o Brasil cresceram 0.92%, registrando-se um aumento no comércio bilateral de 2.71% (US\$2,7 bilhões). Em termos de saldo da balança comercial, o Brasil registrou superávit em 2000. No primeiro quadrimestre de 2001, as exportações brasileiras para o Reino Unido cresceram 4.4% em relação ao mesmo período em 2000; e as importações de produtos britânicos, de janeiro a abril de 2001, cresceram 12.83%. O saldo da balança no período é ainda positivo para o Brasil (cerca de US\$ 124 milhões).

Quanto às perspectivas do comércio bilateral, espera-se que em 2001 se registre crescimento superior ao de 2000, diante do bom desempenho verificado no primeiro quadrimestre. O Reino Unido mantém tradição de abertura comercial e livre comércio, sujeita às regras comuns da União Européia e continua sendo um das mais liberais economias comunitárias. Um incremento mais substantivo das exportações dependerá, contudo, de maior agressividade e interesse do empresariado nacional. Com efeito, o Reino Unido é um país fortemente dependente de importações (cerca de 20% do PIB), com um mercado altamente competitivo, apresentando amplo potencial para maior absorção de produtos brasileiros.

Entre os países da América Latina, o Brasil é o país que mais recebeu investimentos britânicos e o que mais tem investido no Reino Unido. Não obstante, os investimentos

diretos estrangeiros do Reino Unido no Brasil estão muito aquém das possibilidades dos dois países. Em 1999, os investimentos diretos britânicos no Brasil constituíam 4,6% do estoque registrado, somando US\$ 1,268 bilhão, o que coloca o Reino Unido em sétima posição entre os países originários de IDEs para o Brasil.

Quanto aos investimentos recentes no Brasil, sobressai a participação de bancos britânicos no atual processo de modernização e internacionalização do setor financeiro. Igualmente importante é a participação de empresas britânicas no processo de concessão de áreas de exploração de petróleo. Embora a participação britânica no programa nacional de privatizações brasileiro possa ser considerada menos expressiva, se comparada com a de outros países europeus (Espanha, Portugal e França), não o é menos importante para a economia brasileira. Basta citar iniciativas como a do HSBC, da British Gás (adquiriu a Comgás) e da National Grid (adquiriu parte da empresa-espelho da Embratel) para se apreciar o valor desses investimentos.

No sentido inverso, cerca de 40 empresas brasileiras, entre as quais o Banco do Brasil, Banco Mercantil, Unibanco, Odebrecht, Petrobras e Varig encontram-se estabelecidas no Reino Unido e têm efetuado importantes investimentos.

Em função da revisão ora em andamento da matriz energética brasileira, abrem-se oportunidades de investimento no setor de energia, decorrentes sobretudo da ampliação dos sistemas hidrelétrico e termelétrico, bem como do incentivo à exploração de fontes novas e renováveis de energia. Nesse sentido, poderão ser estimuladas ações que permitam maior participação de investimentos britânicos no setor.

- Principais produtos exportados: aviões, calçados, preparação e conservas de carne bovina, pastas química de madeira, soja, madeira compensada, fumo em folhas, farelo de soja, motores e partes, e papel e cartão para escrita, impressão ou fins gráficos.
- Principais produtos importados: compostos de funções nitrogenadas, medicamentos, compostos heterocíclicos, turborreatores, partes e peças para veículos, motores de pistão, instrumentos e aparelhos de medida, circuitos integrados, aparelhos elétricos para telefonia, e ácidos carboxílicos.

**PLANO DE AÇÃO CONJUNTA
BRASIL - REINO UNIDO
(30 DE JULHO DE 2002)**

Introdução:

Por ocasião da visita ao Brasil do Primeiro-Ministro do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Tony Blair, os Governos do Brasil e do Reino Unido decidiram proceder à revisão do Plano de Ação Conjunta assinado quando da Visita de Estado do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Reino Unido, em dezembro de 1997.

Ambos os Governos reafirmam a crescente importância do relacionamento entre os dois países e a valiosa parceria entre Brasil e Reino Unido, tanto no plano bilateral quanto em temas multilaterais. Ambos os países reiteram seu comprometimento com o incremento da prosperidade global por meio de um sistema multilateral de comércio aberto e realizam esforços para ampliar e intensificar as

relações entre o Mercosul e a União Européia, especialmente no quadro das negociações ora em curso entre os dois blocos regionais.

Os Governos brasileiro e britânico enfatizam a importância da cooperação entre os dois países, estruturada e impulsionada pelo Plano de Ação Conjunta. O Presidente da República Federativa do Brasil e o Primeiro-Ministro do Reino Unido reafirmam seu compromisso com as oito áreas definidas por seus Governos naquele documento para balizar as relações bilaterais, e decidem agregar duas novas áreas prioritárias para a atuação conjunta: Questões Sociais e Eliminação da Pobreza, e Gestão Pública.

Plano de ação:

- Comércio e Investimentos

Os dois países sublinham as boas relações entre suas respectivas organizações governamentais de promoção de comércio exterior, bem como a importante contribuição de seus setores privados, salientando, nesse setor, a criação do Fórum Empresarial Bilateral. Os dois países comprometem-se a fortalecer a cooperação entre seus setores público e privado por meio de um programa coordenado de missões, mesas redondas, intercâmbios e outras atividades destinadas a setores prioritários.

- Temas Internacionais e Financeiros

Promover mecanismos eficazes para o intercâmbio de percepções sobre os principais cenários e temas internacionais de natureza política e financeira, especialmente nos quadros da Organização

Mundial do Comércio, do G8 e do G20, e trabalhar em conjunto na cena internacional para a promoção do desenvolvimento sustentável. Maximizar a utilização do Mecanismo Anual de Conversações de Alto Nível Brasil/Reino Unido e as Reuniões de Consultas Econômicas Bilaterais, assim como incentivar visitas recíprocas em nível ministerial e de funcionários de alto escalão dos dois Governos.

- Educação

Incentivar amplo acesso aos respectivos sistemas educacionais no Brasil e no Reino Unido por meio de bolsas de estudo, programas de educação a distância e outras iniciativas; promover o intercâmbio de experiências entre especialistas e técnicos no campo da educação; incentivar o estudo do idioma inglês no Brasil e do idioma português no Reino Unido, buscando atrair o setor privado em ambos os países para projetos nessa área.

- Ciência e Tecnologia

Promoção e cooperação em Ciência e Tecnologia por meio de contatos regulares entre autoridades, especialistas e técnicos dos dois países. Para tanto, serão definidas áreas prioritárias de atuação conjunta por meio de consultas entre o Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil e o United Kingdom Office of Science and Technology.

- Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Buscar uma maior coordenação e atuação conjunta em fóruns internacionais para a promoção do desenvolvimento sustentável

e preservação do meio ambiente. Buscar uma maior coordenação na promoção do desenvolvimento sustentável segundo os compromissos acordados na Conferência do Rio de 1992, na Conferência de Nova York de 1997 e na próxima Conferência de Cúpula sobre Desenvolvimento Sustentável, a ser realizada em Johannesburgo, em 2002. Manter consultas regulares sobre as negociações internacionais relativas ao Protocolo de Kyoto e atuar de forma concertada no contexto Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

- Direitos Humanos

Os dois países se comprometem a trabalhar bilateralmente e em fóruns internacionais para a proteção e promoção dos direitos humanos. Ambos os países vêm com satisfação a crescente cooperação nessa área, inclusive em projetos específicos, como o de treinamento policial, e por meio do diálogo anual sobre direitos humanos.

- Combate ao Tráfico de Drogas, ao Terrorismo e Temas Correlatos:

Intensificar a cooperação e os objetivos comuns de combate às questões globais decorrentes do tráfico de drogas, do crime organizado transnacional, da lavagem de dinheiro, do seqüestro, do terrorismo internacional e da corrupção.

- Defesa e Manutenção da Paz

Dar seguimento ao diálogo e ao intercâmbio de informações em questões de interesse mútuo relativas à Defesa e incentivar a cooperação no campo das iniciativas internacionais para a manutenção da paz.

- Questões Sociais e Eliminação da Pobreza

Buscar a eliminação da pobreza e alcançar metas internacionais de desenvolvimento. Os dois países continuarão a incentivar projetos conjuntos de combate à pobreza e à desigualdade e de promoção da inclusão social. Estabelecer oportunidades econômicas e serviços públicos eficientes para as camadas mais carentes da população.

- Gestão Pública

Os dois países deverão compartilhar experiências e trabalhar em conjunto com o objetivo de modernizar as práticas governamentais com vistas ao provimento de serviços públicos mais eficazes e transparentes, incluindo um melhor uso das tecnologias de comunicação e da informação.

Assinado em Brasília, em 30 de julho de 2001.
Pelo Governo da República Federativa do Brasil
Pelo Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte

Progresso desde 1997:

A lista seguinte estabelece algumas das principais atividades que o Brasil e o Reino Unido desenvolveram em conjunto desde a assinatura do Plano de Ação Conjunta, em Londres, em 4 de dezembro de 1997. Seu caráter é meramente ilustrativo, e não exaustivo. Os dois países esperam desenvolver uma gama semelhante de atividades no futuro.

- Comércio e Investimentos

Foi estabelecido o Fórum Empresarial Brasil/Reino Unido. Média de 15 missões

empresariais patrocinadas pelo Governo britânico por ano e participação britânica em aproximadamente 15 exposições comerciais. 14 visitas britânicas de alto nível com foco comercial ao Brasil (7 ministeriais, 1 do Presidente do *British Overseas Trade Board*, 1 do Lord Mayor de Londres, 2 de Diretores-Gerais da *Confederation of British Industry*, 3 Diretores do *British Trade International*). Aumento no número de missões comerciais para o Reino Unido e participação em 9 exposições comerciais. 5 grande seminários sobre oportunidades de investimentos no Brasil nos últimos dois anos, com a participação de altos funcionários do Ministério e Diretores de Agências Regulatórias em áreas como: projeções para a economia brasileira, energia, turismo, telecomunicações e infraestrutura na América do Sul. Desde 1997, 22 visitas de alto nível ao Reino Unido com foco nas áreas comercial e de investimentos. Acordo para dispensa de visto em viagens de trabalho assinado em 1998, como forma de incrementar os contatos empresariais. Estágio de diplomata brasileiro em 2000 no *British Trade International* e no Consulado-Geral do Reino Unido em São Paulo. Estabelecimento de um Escritório Brasileiro de Turismo em Londres.

- Temas Internacionais e Financeiros

Mecanismo de Conversações de Alto Nível que se reúne anualmente, além de numerosas visitas recíprocas de ministros e outros funcionários do alto escalão, com resultados altamente positivos. Cooperação produtiva em fóruns das Nações Unidas, inclusive durante a participação do Brasil no Conselho de Segurança. O Brasil atuou como Potência Responsável pelos Interesses Britânicos na República Federal

da Iugoslávia no período de 1999-2000. Diplomata britânico treinado pelo Instituto Rio Branco em 1999, e diplomata brasileiro tendo realizado estágio no Foreign and Commonwealth Office em 2000. Reuniões de Consultas Econômicas anuais desde 1999, incluindo diálogo sobre questões relativas a G7/G8. O Banco da Inglaterra prestou consultoria ao Banco Central do Brasil sobre metas inflacionárias em 1999.

- Educação

Declaração Conjunta na área educacional assinada em 1998. Programa de Educação Brasileira lançado pela Embaixada do Brasil no Reino Unido provendo escolas com recursos de ensino sobre o Brasil. O novo *website* da Embaixada do Brasil em Londres contém material adicional, incluindo jogos educacionais interativos sobre o Brasil para estudantes britânicos. Realce do British Government's Chevening Scholarship Scheme. Progresso substancial em cooperação com educação a distância, desenvolvimento conjunto de currículos, intercâmbios estudantis e gerência de educação. Visita ao Reino Unido do Ministro da Educação em março de 2000. Assinatura de Memorando de Entendimento entre o Ministério da Educação e a Universidade de Oxford, com o estabelecimento de uma estrutura para iniciativas conjuntas e programas de cooperação.

- Ciência e Tecnologia e Cooperação Técnica

Acordo sobre Ciência e Tecnologia assinado em 1997. Avanço na cooperação em questões antárticas. Visita do Ministro da Ciência e Tecnologia do Brasil ao Reino Unido em 1999, com vistas à obtenção de

recursos para pesquisa científica. Primeiro Secretário para Cooperação Técnica lotado na Embaixada britânica em Brasília em 2000 com o objetivo de dobrar o programa de cooperação técnica. Atividades para estimular a cooperação bilateral em C & T foram promovidas nas seguintes áreas: eletrônica, biologia molecular, genética, epidemiologia, doença de chagas, saúde e desigualdade. O Programa de Desenvolvimento foi realçado e reorientado para atender às questões relativas à pobreza por meio de cooperação em gestão pública, saúde e manejo ambiental. O Department for International Development estabeleceu seção na Embaixada Britânica em Brasília em 2000.

- Meio Ambiente

Trabalho continuado no âmbito do PPG-7 para a preservação das florestas tropicais brasileiras com o objetivo de atingir o desenvolvimento sustentável e metas de conservação. Diálogo regular sobre questões relativas à mudança climática e ao Protocolo de Kyoto. Visita ao Brasil do Comitê de Meio Ambiente da Câmara dos Comuns em 1999. Projetos ambientais no Brasil financiados pelo Foreign and Commonwealth Office. Troca de opiniões e cooperação na Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e outros fóruns internacionais. Co-presidência brasileira do II *British Workshop on Oceans* (1998). Lançamento conjunto de iniciativa sobre o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, patrocinado pelo *UK Climate Change Fund*. Concertação bilateral de posições relativas ao Fórum das Nações Unidas sobre Florestas, no contexto da 4ª Sessão do Fórum Intergovernamental sobre Florestas (2000).

Compromisso sobre conservação florestal feito pelo Brasil no contexto da Forests for Life Campaign lançada pelo Duque de Edimburgo. Cooperação de instituições brasileiras em programas desenvolvidos pelo *Royal Botanical Gardens of Kew*.

- Direitos Humanos

Declaração Conjunta sobre Direitos Humanos assinada em 1997. Estabelecido diálogo bilateral sobre direitos Humanos. Fortalecida a cooperação bilateral. Duas visitas ao Reino Unido para consultas do Secretário de Estado para Direitos Humanos (1998, 1999). Visita ao Reino Unido do Secretário Nacional de Justiça (2000). Três Seminários Conjuntos FCO/British Council (sobre Direito, Democracia e Reforma Prisional) realizados no Brasil em 1998, 1999 e 2000. Treinamento em matéria de direitos humanos para oficiais da Polícia Civil lançado em Brasília, em 2000. Projetos sobre direitos humanos financiados pelo Foreign and Commonwealth Office.

- Drogas, Terrorismo e Temas Correlatos

Memorando de Entendimento sobre Cooperação na área Alfandegária assinado em 1997. Co-patrocínio de três projetos do PNUD em apoio à eficácia das leis no Brasil. Visita ao Reino Unido do Secretário Nacional Anti-Drogas (1998). Visita ao Brasil da Ministra-Chefe da Casa Civil com responsabilidades sobre a coordenação no combate ao narcotráfico (2000). Visita ao Reino Unido do Secretário de Estado para Justiça, para encontro com o Attorney-General e discussão sobre possibilidades de incremento da cooperação em aspectos práticos e legais de justiça e eficácia das leis na luta contra o crime organizado (2000).

- Defesa e Manutenção da Paz

O Brasil participou do exercício promovido pelas Nações Unidas entre Reino Unido e Argentina de Peacekeeping Map na Argentina, em 1998. Missão militar e diplomática britânica visitou o Brasil em 1998 para discussões sobre manutenção da paz. Intercâmbios regulares de pessoal militar. Visitas regulares de embarcações militares, incluindo uma com exercícios de passagem. Vistas ao Brasil do First Sea Lord, Chefe do Comando Aéreo. Memorando de

Entendimento sobre Defesa e Cooperação assinado durante a visita ao Reino Unido do Ministro da Defesa do Brasil, em 2000.

INTERVENÇÃO DO EMBAIXADOR
LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA,
SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, NO CONSELHO
GERAL DA ORGANIZAÇÃO
MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC)
(30 DE JULHO DE 2002)

Em intervenção feita no Conselho Geral da OMC hoje, dia 30 de julho, o Embaixador Luiz Felipe de Seixas Correa, Secretário-Geral do Itamaraty, expressou as principais posições do Governo brasileiro com relação ao lançamento de uma nova rodada de negociações comerciais multilaterais por ocasião da IV Conferência Ministerial da OMC a ser celebrada em Doha, Catar, no período de 09 a 13 de novembro próximo.

“O Brasil está convencido de que as regras do sistema multilateral de comércio devem ser preservadas e fortalecidas. Como país que

tem oferecido seguidas demonstrações de seu comprometimento com o livre comércio, o Brasil apóia o lançamento de uma nova rodada de negociações comerciais que seja capaz de trazer benefícios para todos os Estados Membros da OMC, mais especialmente para os países em desenvolvimento. O tratamento a ser conferido a agricultura e a implementação dos acordos existentes será, porém, no entendimento do Governo brasileiro determinante para o êxito do lançamento de uma nova rodada.

Em agricultura, o Brasil não poderá apoiar o lançamento de uma rodada, tendo como base uma agenda ampla, caso o mandato negociador no tocante às negociações agrícolas seja vago ou limitado. Nossa percepção é a de que uma agenda ampla e equilibrada, que contemple temas como investimento e política da concorrência, apenas será viável caso o mandato a ser conferido em agricultura seja suficientemente ambicioso. No entendimento do Governo brasileiro esse mandato deve ir bem além do mandato embutido no Artigo XX do Acordo Agrícola.

No que se refere à implementação dos Acordos da Rodada Uruguai, o Brasil acredita que a ausência de uma discussão mais aprofundada sobre o tema poderá vir a prejudicar os esforços para o lançamento de uma nova rodada de negociações comerciais multilaterais. As discussões sobre esse tema não se têm realizado de forma satisfatória.

O Brasil tem clara percepção de que o apoio a uma nova rodada de negociações ainda não é universal. Mesmo entre aqueles que a apoiam, existem consideráveis diferenças com relação a abrangência e prioridades. Caso não seja dada a devida atenção a temas centrais, como agricultura e implementação, energia desproporcional poderia ser dispensada a temas considerados periféricos, o que no entender do Brasil poderá vir a criar

dificuldades para a superação das diferenças ainda existentes.

Além das áreas mencionadas, outros temas também interessam ao Brasil no contexto de uma nova rodada. É o caso, por exemplo, do exame das relações entre as normas de proteção à propriedade intelectual e o acesso a medicamentos, tema que do ponto de vista brasileiro deveria ser objeto de declaração específica em Doha.

As normas existentes sobre anti-dumping, subsídios e aquelas sobre créditos à exportação também deverão, no entender do Brasil, ser objeto de exame aprofundado em uma nova rodada, com a finalidade de corrigir alguns dos desequilíbrios oriundos da Rodada Uruguai. Sobre créditos à exportação, aliás, o Brasil apresentará oportunamente um texto de base para consideração dos demais países.

O Brasil está disposto a considerar, no contexto de uma nova rodada, a negociação de temas como regras multilaterais para investimentos e política da concorrência, desde que os interesses específicos dos países em desenvolvimento, especialmente no que se refere à flexibilidade dos compromissos, sejam devidamente levados em conta.

Na área de comércio e meio ambiente, o Brasil entende que o conceito de desenvolvimento sustentável se refere tanto a preocupações de natureza ambiental quanto a preocupações relacionadas com o desenvolvimento em suas dimensões econômica e social, não devendo sujeitar-se a interpretações que enfatizem indevidamente apenas um desses aspectos. O Brasil vê com preocupação as discussões sobre o chamado “princípio da precaução”, que poderia vir a ser utilizado como forma de legitimar práticas protecionistas por parte dos países desenvolvidos.

O Brasil reafirma, portanto, seu comprometimento com o lançamento de uma nova rodada de negociações comerciais

multilaterais em Doha e sua intenção de continuar a participar ativamente e com espírito construtivo de todas as fases do processo preparatório.”

A AGRICULTURA DETERMINARÁ
O LANÇAMENTO DE UMA NOVA
RODADA DE NEGOCIAÇÕES
MULTILATERAIS NA OMC, SEGUNDO
OS GOVERNOS DA ARGENTINA,
DO BRASIL, DO PARAGUAI, DO
URUGUAI, DA BOLÍVIA E DO CHILE
(30 DE JULHO DE 2002)

Os Estados Parte e Associados do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Chile) divulgaram hoje, em Genebra, no contexto do Processo Preparatório à IV Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), o seguinte comunicado de imprensa:

Os governos da Argentina, do Brasil, do Paraguai, do Uruguai, da Bolívia e do Chile (MERCOSUL e estados associados) destacaram que a agricultura deve constituir elemento central de uma eventual nova rodada de negociações comerciais cujo resultado deverá ser a submissão daquele setor às mesmas regras e disciplinas que já se aplicam a outros bens comercializáveis. Nesse sentido, mostraram-se dispostos a apoiar o lançamento de uma nova rodada que contemple os interesses de todas as partes no entendimento de que este será certamente o meio mais adequado para se obter resultados ambiciosos em todas as frentes, especialmente na agricultura.

O MERCOSUL, a Bolívia e o Chile reafirmaram hoje ser essencial que o lançamento de uma nova rodada de negociações comerciais

multilaterais na OMC inclua um mandato no setor agrícola que estipule como objetivos da negociação a eliminação de todas as formas de subsídios à exportação, a redução dos subsídios internos e a eliminação daqueles que provocam uma distorção da produção e do comércio, assim como uma melhora substantiva do acesso de produtos agrícolas aos mercados. Além disso, expressaram sua preocupação pela atenção marginal dada até o momento à agricultura no processo preparatório da Conferência Ministerial de Doha e alertaram sobre os sérios riscos para esse processo, caso se continue a postergar a consideração substantiva desse tema.

ASSINATURA DE CARTA DE
ENTENDIMENTO ENTRE A AGÊNCIA
BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC)
E A ORGANIZAÇÃO DE AVIAÇÃO
CIVIL INTERNACIONAL (OACI)
(07 DE AGOSTO DE 2002)

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a Organização de Aviação Civil Internacional (OACI) negociaram, durante quase 18 meses, a assinatura de Carta de Entendimento que prevê a realização de projetos de cooperação técnica internacional com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) nas áreas de controle de tráfego aéreo, infra-estrutura aeroportuária, planejamento aeroviário, dentre outras.

A ABC e a OACI se prontificaram a divulgar a lista de áreas, temas e modalidades passíveis de serem objeto de projetos específicos, por meio da ABC e das Embaixadas do Brasil nesses países africanos.

Uma vez estabelecida a demanda inicial, a ABC e a OACI analisarão e negociarão com as organizações responsáveis dos respectivos

países, os termos dos projetos a serem implementados bilateralmente.

Essa iniciativa deverá ter grande impacto para os países africanos de expressão portuguesa, dada a necessidade de que o tráfego aéreo e a infra-estrutura aeroportuária sejam operacionalizados de acordo com os padrões internacionais de segurança.

A Carta de Entendimento será assinada pelo Diretor-Geral da ABC e pelo Secretário-Geral da OACI, no dia 8 de agosto próximo, às 16:00 horas, no Gabinete do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores e contará com a presença do Senhor Ministro da Defesa, dos Chefes das Missões Diplomáticas dos Países Africanos de Língua Portuguesa sediados em Brasília, e autoridades civis e militares.

RESULTADOS DE TRABALHO
EMPREENDIDO PELO *FOREIGN
INVESTMENT ADVISORY SERVICE* (FIAS,
DO SISTEMA DO BANCO MUNDIAL),
VOLTADO PARA O MAPEAMENTO DAS
CONDIÇÕES LEGAIS E OPERACIONAIS
PARA A ENTRADA DE INVESTIMENTO
ESTRANGEIRO DIRETO NO BRASIL
(08 DE AGOSTO DE 2002)

O Departamento de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores divulgará os resultados de trabalho empreendido pelo *Foreign Investment Advisory Service* (FIAS, do sistema do Banco Mundial), voltado para o mapeamento, em níveis nacional e estadual (Rio de Janeiro e São Paulo), das condições legais e operacionais para a entrada de investimento estrangeiro direto no Brasil. O trabalho servirá como subsídio para o início da operação da Rede Brasileira de Promoção de Investimentos, Investe Brasil. A divulgação

terá lugar nos dias 9 (Brasília), 13 (Rio de Janeiro) e 14 de agosto (São Paulo), em *workshops* de 4 horas de duração.

A cerimônia de abertura do evento em Brasília, no Auditório do Palácio Itamaraty, a partir das 8h45, será feita pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Lafer, e pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares. No Rio de Janeiro, abrirão os trabalhos na sede da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) o Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Francisco Dornelles, o Secretário de Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Turismo do Estado do Rio de Janeiro, Tito Ryff e o Presidente do Conselho Empresarial de Relações Internacionais da FIRJAN, Embaixador Luiz Felipe Lampreia. Em São Paulo, na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), o Secretário de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, Ruy Martins Altenfelder Silva, e o Presidente da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP/ CIESP), Horácio Lafer Piva, abrirão as atividades do *workshop*.

Após a apresentação do trabalho pelas equipes do FIAS e dos colaboradores brasileiros contratados para o trabalho (i.e., do escritório Ronaldo Veirano, nos casos nacional e de São Paulo, e Pinheiro Neto, no caso do Rio de Janeiro), seguir-se-á debate entre membros da mesa, para a qual serão convidadas autoridades na matéria. Antes do encerramento, haverá sessão de perguntas e respostas, da qual participarão os demais convidados, v.g., em São Paulo, John E. Mein, Presidente da AMCHAM, e o Professor Luciano Coutinho, da SOBEET, e, no Rio de Janeiro, Winston Fritsch, do *Dresdner Bank Brasil*, e Joel Korn, Presidente do Grupo de Investidores Estrangeiros no Brasil.

NOTA SOBRE O FALECIMENTO
DO ESCRITOR JORGE AMADO
(7 DE AGOSTO DE 2001)
(08 DE AGOSTO DE 2002)

Por ocasião do falecimento de Jorge Amado, o Ministério das Relações Exteriores associa-se às manifestações de pesar provenientes dos mais variados segmentos da sociedade brasileira e dos diversos países onde o grande escritor deixa incontáveis leitores e amigos.

O autor de Gabriela, Cravo e Canela traduziu como nenhum outro a maneira de ser de nossa gente e o encanto singelo e arrebatador da cultura popular brasileira. Muitas de suas personagens povoam o inconsciente nacional e ajudam a definir a própria idéia de Brasil e do que é ser brasileiro.

Ao projetar a presença do País para muito além de suas fronteiras físicas, a obra de Jorge Amado contribuiu de forma significativa para a construção do prestigioso patrimônio de admiração e simpatia de que, como nação, desfrutamos no mundo.

REUNIÃO BILATERAL BRASIL – CHILE
(09 DE AGOSTO DE 2002)

Nos dias 7 e 8 de agosto, realizou-se em Brasília reunião bilateral Brasil-Chile para exame de temas comerciais de interesse recíproco, ao abrigo de mecanismo de consultas bilaterais vigentes no âmbito do Acordo de Complementação Econômica nº 35 (ACE-35).

Foram examinadas propostas para aprofundar a liberalização comercial prevista no ACE-35. Houve avanços significativos no setor agrícola, no qual foram acordados, em

princípio, aumentos em quotas existentes para alguns produtos. As discussões sobre a liberalização do setor químico beneficiaram-se de acordo celebrado diretamente entre os setores produtivos chileno e brasileiro. Os dois países também discutiram propostas para aumentar, de forma recíproca, o acesso de produtos do setor automotivo a seus respectivos mercados.

As delegações concordaram em reunir-se novamente nos dias 16 e 17 de agosto para dar continuidade às discussões.

ATENTADO OCORRIDO
EM JERUSALÉM
(10 DE AGOSTO DE 2002)

O Governo brasileiro tomou conhecimento com grande consternação do atentado ocorrido em Jerusalém, no dia 9 de agosto corrente, que vitimou numerosos civis inocentes, inclusive três brasileiros.

Ao deplorar e repudiar inequivocamente esse ato covarde, o Governo brasileiro condena vigorosamente todas ações de violência, que apenas servem para agravar a situação no Oriente Médio, aumentando o grau de hostilidade e intolerância entre palestinos e israelenses.

O Governo brasileiro expressa seu profundo pesar à família do Senhor Jorge Balaz, em especial a sua esposa e filha também atingidas, e às famílias das demais vítimas desse bárbaro atentado.

O Governo brasileiro renova seu veemente apelo às partes envolvidas no sentido de que respeitem a trégua recentemente acordada, fazendo cessar a espiral de violência que tem por objetivo impedir o diálogo e a negociação, essenciais para que se alcancem paz definitiva e estabilidade na região.

XV CÚPULA DO GRUPO DO RIO (SANTIAGO DO CHILE, 15 A 18 DE AGOSTO DE 2001) (13 DE AGOSTO DE 2002)

O Presidente Fernando Henrique Cardoso participará em Santiago do Chile nos dias 17 e 18 de agosto da XV Reunião de Chefes de Estado e de Governo do Grupo do Rio. Será acompanhado pelo Ministro Celso Lafer, que participará no dia 16 da Reunião de Ministros das Relações Exteriores do Grupo do Rio.

Essa será a décima-quinta reunião de cúpula anual do Grupo do Rio, também conhecido como o Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política. Espera-se a presença dos Presidentes dos 19 países que integram atualmente o Mecanismo: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Guiana (em representação do CARICOM), Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

Além de tratar em reuniões plenárias e em encontros paralelos das questões políticas e econômicas de maior atualidade e interesse para nossa região, os Presidentes deverão considerar e firmar o documento intitulado “Declaração de Santiago: Avaliação do Grupo do Rio em seus primeiros Quinze Anos de Existência e Projeção do Mecanismo no Novo Século”. Os Chefes de Estado discutirão ainda temas referentes à Sociedade da Informação e suas implicações para a América Latina e à Conferência Internacional sobre o Financiamento ao Desenvolvimento, a realizar-se no México em março de 2002.

Por iniciativa do Presidente chileno Ricardo Lagos, os Chefes de Estado participarão de cinco videoconferências simultâneas, interligadas a diferentes localidades do Chile, com participação cidadã direta. O Presidente

Fernando Henrique Cardoso deverá integrar a videoconferência que terá por tema os desafios da globalização, ao lado dos Presidentes Alejandro Toledo, do Peru, Francisco Flores, de El Salvador, e Baharrat Jagdeo, da Guiana. As videoconferências, que serão transmitidas por televisão e poderão ser seguidas via internet, estão programadas para a sexta-feira, 17 de agosto, a partir das 17h30 de Santiago.

Informações adicionais sobre a XV Cúpula do Grupo do Rio podem ser obtidas na página oficial organizada pela Chancelaria chilena: <http://www.xvcumbregrupoderiochile2001.cl>.

COMUNICADO CONJUNTO DOS PRESIDENTES FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, DO BRASIL, E HUGO CHÁVEZ FRÍAS, DA REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA, POR OCASIÃO DA INAUGURAÇÃO DA LINHA DE TRANSMISSÃO ELÉTRICA ENTRE OS DOIS PAÍSES (13 DE AGOSTO DE 2002)

Os Presidentes da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, e da República Bolivariana da Venezuela, Hugo Chávez Frías, reuniram-se nas cidades de Santa Elena do Uairén, na Venezuela, e Boa Vista, no Brasil, para inaugurar a Linha de Transmissão Elétrica entre ambos os países e intercambiar idéias sobre temas de interesse bilateral, regional e internacional.

Como resultado desse novo encontro, os Chefes de Estado decidiram emitir o seguinte Comunicado Conjunto de Imprensa:

1. Ambos os mandatários expressaram sua inequívoca determinação de intensificar,

ainda mais, as relações bilaterais, por meio de incentivo a projetos de interesse comum.

2. Destacaram a importância da Linha de Transmissão Elétrica entre os dois países como um elemento prioritário para o desenvolvimento de ambos os países e para a construção da integração física regional.

3. Revisaram a atual situação regional e hemisférica, reiterando seu compromisso de contribuir para a consolidação de um processo de integração regional harmônico e equitativo, com vistas a criar o Espaço Econômico Sul-Americano.

4. Convencidos da necessidade de fortalecer o mencionado processo, os mandatários decidiram somar esforços para impulsionar o cumprimento do calendário de reuniões previstas para a conformação de uma Zona de Livre Comércio Comunidade Andina-Mercosul e expressaram sua satisfação pelas conclusões do Mecanismo de Diálogo e Concertação Política Comunidade Andina-Mercosul e Chile.

5. Consideraram conveniente promover ações conjuntas para contribuir para o êxito das deliberações da XV Cúpula do Grupo do Rio, a realizar-se em Santiago do Chile, em 17 e 18 de agosto corrente, com o propósito de respaldar ainda mais os objetivos do Grupo dirigidos a ampliar e sistematizar a cooperação entre seus membros e estimular a concertação e o diálogo.

6. Expressaram sua satisfação com a assinatura do “Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e a República Bolivariana da Venezuela na Área de Desenvolvimento Agrário”, que é uma amostra a mais do excelente nível das relações de cooperação que existem entre ambos os países.

7. Tendo em vista a realização da Assembléia Extraordinária da OEA, que terá lugar em

Lima, Peru, nos dias 10 e 11 de setembro, para adotar a Carta Democrática Interamericana, os Chefes de Estado trocaram opiniões sobre a Carta, a qual deve estar destinada à promoção, estabilidade, preservação e defesa da institucionalidade democrática.

8. Com relação à III Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo da Associação de Estados do Caribe, o Presidente Hugo Chávez Frías ressaltou que a Venezuela veria com satisfação a presença do Brasil na qualidade de observador nessa Cúpula, que terá lugar na Ilha Margarita, em 11 e 12 de dezembro de 2001.

9. Ambos os mandatários expressaram seu agradecimento aos povos e autoridades de Santa Elena do Uairén e Boa Vista pela atenção recebida e pela calorosa hospitalidade dispensada.

AJUSTE COMPLEMENTAR AO CONVÊNIO
BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL E A REPÚBLICA BOLIVARIANA
DA VENEZUELA NA ÁREA DE
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
(13 DE AGOSTO DE 2002)

O Presidente Fernando Henrique Cardoso e o Presidente Hugo Chávez Frías assinaram hoje “Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica na Área de Desenvolvimento Agrário”.

O Ajuste tem por objetivo identificar e preparar projetos de cooperação técnica nas áreas de formulação e execução de políticas agrárias e de agricultura familiar, sistemas de registro e titulação de terras, programas sociais de reforma agrária, proteção ambiental em assentamentos ou outros temas de interesse mútuo.

*BRIEFING DO EMBAIXADOR
ANTÔNIO GUERREIRO, CHEFE DO
DEPARTAMENTO DE ORGANISMOS
INTERNACIONAIS (DOI) DO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, SOBRE O PROJETO
DA CARTA DEMOCRÁTICA
INTERAMERICANA
(17 DE AGOSTO DE 2002)*

O Embaixador Antônio Guerreiro, Chefe do Departamento de Organismos Internacionais (DOI) do Ministério das Relações Exteriores, concederá briefing no dia 22 de agosto, às 15h30, nesta Assessoria, sobre o projeto de Carta Democrática Interamericana.

Numa iniciativa inovadora, o Itamaraty decidiu solicitar a opinião da sociedade civil brasileira sobre o projeto de Carta Democrática Interamericana, a ser adotada durante a Assembléia-Geral Extraordinária da OEA, prevista para realizar-se nos dias 10 e 11 de setembro em Lima, com a presença dos Ministros de Relações Exteriores do continente. Essa iniciativa reflete o interesse do governo brasileiro de colher a mais ampla participação da sociedade. Para esse fim, foi colocado em funcionamento o endereço eletrônico , junto ao qual poderão ser igualmente solicitadas cópias do documento ora em debate.

A Carta Democrática, à qual o governo brasileiro vem prestando apoio decisivo, destina-se a reforçar os instrumentos da OEA voltados à ativa defesa da democracia representativa. O projeto ora em debate poderá conceder aos membros da OEA maior latitude para envolvimento recíprocos em assuntos internos sempre que se julgar ter havido uma alteração ou ruptura inconstitucional da ordem democrática. Mediante voto, poderá ser

estipulado, como sanção, que o Estado onde estiver ocorrendo a ruptura inconstitucional seja imediatamente suspenso da OEA e de todos os seus órgãos.

Dispositivos adicionais do projeto de carta tratam, igualmente, de temas como missões de observação eleitoral e maior vinculação entre governo e sociedade civil.

*CARTA ENDEREÇADA AO MINISTRO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
CELSO LAFER, POR SEU HOMÓLOGO
FRANCÊS, HUBERT VÉDRINE, A
PROPÓSITO DO FALECIMENTO
DO ESCRITOR JORGE AMADO
(20 DE AGOSTO DE 2002)*

Carta endereçada ao Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, por seu homólogo francês, Hubert Védrine, a propósito do falecimento do escritor Jorge Amado:

“Senhor Ministro,

Tomei conhecimento com viva emoção e grande tristeza do falecimento de Jorge Amado após longa enfermidade.

Seus talentosos escritos permitiram a milhões de leitores, sobretudo na França onde viveu alguns anos, descobrir a riqueza e sensibilidade do povo brasileiro. Ele foi um verdadeiro embaixador da cultura brasileira em nosso país.

Homem de letras e de cultura, Jorge Amado jamais ocultou a força de seu engajamento político. Ele sempre se posicionou ao lado dos excluídos.

Gostaria de apresentar minhas sinceras condolências e solicito transmitir à família e aos amigos desse grande escritor minha amizade e simpatia neste doloroso momento.

Aceite, Senhor Ministro, os protestos de minha mais alta consideração.”

(Hubert Védrine)

COMUNICADO CONJUNTO À
IMPrensa DA PRESIDENTA DA
REPÚBLICA DO PANAMÁ, SENHORA
MIREYA MOSCOSO, E DO PRESIDENTE
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
(21 DE AGOSTO DE 2001)

Atendendo ao cordial convite do Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, a Excelentíssima Senhora Presidenta da República do Panamá, Mireya Elisa Moscoso Rodríguez, encontra-se em visita de Estado ao Brasil, no período de 20 a 22 de agosto de 2001. A Presidenta panamenha está sendo acompanhada da Primeira Dama Ruby Moscoso de Young, do Ministro das Relações Exteriores José Miguel Alemán Healy, dos Ministros Joaquín Jácome, de Comércio e Indústria, Norberto Delgado, de Economia e Finanças e Ivonne Young, da Presidência, assim como do Vice-Ministro das Relações Exteriores, Harmodio Arias, do Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Panamá em Brasília, Olimpo Anibal Sáez Marcucci, do Administrador da Autoridade do Canal, Alberto Alemán Zubieta e de outras altas autoridades governamentais. A comitiva visitou as cidades de Brasília e São Paulo. A calorosa recepção conferida confirma a excelência e profundidade dos vínculos históricos, culturais, comerciais e diplomáticos que existem entre ambas as nações.

Durante sua permanência no Brasil, a Presidenta Moscoso vem realizando intenso programa de atividades oficiais, com destaque para o encontro com o Presidente Cardoso no Palácio do Planalto e as reuniões com dirigentes políticos e empresários.

Os mandatários, em clima de grande cordialidade, guiados pela solidariedade latino-americana que une os dois povos e pelo desejo comum de buscar o desenvolvimento

com equidade, conversaram sobre as relações bilaterais e outros temas de interesse mútuo.

Os Presidentes reiteraram o compromisso com a promoção, a defesa e o respeito à democracia, aos direitos humanos, ao desenvolvimento sustentável e à paz, assim como o desejo de promover a cooperação internacional, sem prejuízo da soberania dos Estados.

Ao recordar o generoso gesto de amizade entre os povos brasileiro e panamenho, a Presidenta Moscoso renovou ao Governo do Brasil os agradecimentos de seu país pela cessão em depósito dos únicos exemplares conhecidos das Atas do Congresso Anfictiônico de 1826, entregues por ocasião da X Cúpula Ibero-americana, realizada na Cidade do Panamá, em novembro de 2000.

A mandatária panamenha reiterou, igualmente, o agradecimento de seu Governo ao Povo e ao Governo do Brasil pelo apoio que ofereceram ao Panamá no processo de transferência aos panamenhos do controle do Canal e das áreas adjacentes.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso reiterou sua satisfação com a consolidação da plena integridade territorial do Panamá e reconheceu que o Canal tem inegável importância estratégica para nossa região e para o comércio e navegação internacionais. O Presidente acolheu com satisfação as medidas adotadas pelo governo panamenho para assegurar a administração eficaz do Canal, sua utilização ininterrupta e segura por todas as nações do mundo, assim como os esforços realizados pelo Panamá para modernizar esta via inter-oceânica e estabelecer um centro multimodal de transbordo de contêineres de alcance hemisférico.

A Presidenta Moscoso manifestou ao Presidente Cardoso seu agradecimento pela concessão, com base no Convênio Cultural de 1944, de mais de 5.000 bolsas a

estudantes panamenhos para realizar estudos de graduação e pós-graduação no Brasil, exemplo de cooperação horizontal a ser seguido.

Os Presidentes reafirmaram seu interesse no êxito do processo de integração comercial hemisférica que resultará da conformação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e reconheceram a bem-sucedida transferência da Secretaria Administrativa à República do Panamá. Os dois mandatários manifestaram seu desejo de que os entendimentos sobre a ALCA se traduzam em efetivo acesso a todos os mercados hemisféricos.

O Presidente Cardoso e a Presidenta Moscoso concordaram sobre a conveniência de se realizar reunião técnica entre as autoridades financeiras de ambos os governos, com o propósito de avaliar a solicitação da retirada do Panamá da lista de países com tributação favorecida. Com esse intuito, uma delegação panamenha deverá viajar ao Brasil em breve.

Ambos os Chefes de Estado manifestaram disposição de consolidar ainda mais a tradicional amizade e cooperação em matérias educativa, cultural, técnica, científica, bem como econômica, de forma a lograr a melhor inserção possível de nossos países no mundo globalizado. Nesse sentido, a Presidenta Moscoso sublinhou a importância dos programas de pesquisa e transferência tecnológica na área agroindustrial.

Os mandatários reconheceram a importância do intercâmbio e da cooperação que se têm realizado entre os setores privados de Brasil e Panamá, iniciativas que contribuirão significativamente para o fortalecimento das relações econômicas entre os dois países. Expressaram, igualmente, sua satisfação com as reuniões mantidas pelos

dirigentes de empresas privadas de ambos os países por ocasião da visita ao Panamá, na última semana de março passado, da Missão Empresarial Brasileira à América Central, o que constituiu oportunidade única para a análise do potencial de intercâmbio entre os mercados brasileiro e panamenho.

Nesse contexto, o Presidente Cardoso lembrou que empresas brasileiras atuam em todo o mercado centro-americano a partir de seus escritórios no Panamá. A Presidenta Moscoso, por sua vez, expressou satisfação pela participação de um consórcio de empresas brasileiras, vinculado a construtora panamenha, no processo de licitação para a construção da segunda ponte sobre o Canal do Panamá.

O Presidente brasileiro destacou sua confiança no aprofundamento da integração centro-americana, inclusive por meio da implementação do Plano Puebla-Panamá, projeto que está em sintonia com os conceitos e idéias que inspiraram a Reunião de Presidentes da América do Sul, realizada em Brasília, em outubro de 2000.

Ao reiterar as declarações feitas durante a Cúpula de São José, em abril de 2000, os dois mandatários expressaram a convicção de que os Governos centro-americanos saberão alcançar soluções negociadas para os contenciosos territoriais na região, passo fundamental para a integração no istmo. Manifestaram também a expectativa de que se realize, no futuro próximo, a primeira reunião da Comissão de Comércio e Investimentos entre o Mercado Comum Centro-Americano (+Panamá, Belize e República Dominicana) e o MERCOSUL, consoante às decisões tomadas na reunião de São José.

Como países amantes da paz, Brasil e Panamá reconhecem os esforços do Governo colombiano, presidido pelo Excelentíssimo

Senhor Andrés Pastrana Arango, para buscar solução ao conflito que assola aquele país e para aprofundar os valores democráticos.

Nesse sentido, os governos de ambos os países entendem que o Plano Colômbia é essencialmente uma estratégia da Colômbia para resolver um problema colombiano.

Os Presidentes congratularam-se por ocasião da assinatura do “Acordo de Cooperação no Campo da Luta contra o Crime Organizado”, do “Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República do Panamá sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas de Ambos os Países”, do “Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Educação”, do “Memorando de Entendimento de Cooperação Científica e Tecnológica”, do “Acordo entre o Banco Central do Brasil e a Superintendencia de Bancos de Panamá para a Supervisão Consolidada” e do “Memorando de Entendimento entre o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) e a Unidad de Análisis Financiera (UAF)”.

A Presidenta Moscoso expressou ao Presidente Cardoso seu profundo agradecimento pela afetuosa recepção e pela hospitalidade dispensada a ela e à sua comitiva durante a visita a este país.

BRASIL E PERU APROFUNDAM COOPERAÇÃO AMBIENTAL (21 DE AGOSTO DE 2002)

Brasil e Peru concluíram hoje (21 de agosto), em Brasília, a V Reunião do Grupo de Trabalho Brasil-Peru sobre Meio Ambiente. Trata-se da primeira reunião regular dos dois países para tratar de temas de interesse mútuo desde que o presidente Alejandro Toledo assumiu o governo peruano. A delegação brasileira, chefiada

pelo Ministro Everton Vieira Vargas, Diretor-Geral do Departamento de Temas Especiais do Itamaraty, e composta por diplomatas, representantes do Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Agricultura, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), e pelo presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), debateu com a delegação peruana, chefiada pela Ministra Maria Cecilia Rozas, Diretora de Meio Ambiente de sua chancelaria, temas como biodiversidade, mudança do clima e cooperação fronteiriça.

Como resultados concretos do encontro destacam-se:

- o aprofundamento da cooperação para manejo sustentável da flora e da fauna na fronteira Brasil-Peru, por meio de uma maior coordenação entre o IBAMA e o seu equivalente peruano, o “Instituto Nacional de Recursos Naturales” (INRENA);
- o prosseguimento da cooperação entre o INRENA e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) sobre Zoneamento Econômico-Ecológico da Amazônia peruana e brasileira mediante a realização de um seminário, em São José dos Campos, em data a ser ainda definida, sobre Sensoriamento Remoto e Utilização de Softwares;
- a incorporação do ecoturismo ao Convênio de Cooperação Turística Brasil-Peru, firmado em 1987. Nas conversações, ambos os países convergiram quanto à utilidade de se examinar a viabilidade de promover “pacotes integrados” de turismo, com vistas a melhor aproveitar o enorme potencial de turismo sustentável na Amazônia.

Brasil e Peru, que detêm um dos maiores depositórios de biodiversidade do planeta, concordaram quanto à necessidade de se preservar a Agenda 21 no contexto da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10), a ser realizada em 2002 em Joanesburgo, África do Sul, assim como na Reunião Regional Preparatória para a América Latina e Caribe para a Rio+10, que terá lugar nos dias 23 e 24 de outubro próximo, no Rio de Janeiro. Acertaram ainda posições comuns relativas às Conferências das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, que se realizará em Haia em abril de 2002, e da Convenção-Quadro sobre Mudança de Clima, prevista para ocorrer no final de outubro em Marraquesh.

O GOVERNO BRASILEIRO, POR
DECISÃO DO SENHOR PRESIDENTE
DA REPÚBLICA, REATIVARÁ
A EMBAIXADA EM BAGDÁ
(24 DE AGOSTO DE 2002)

O Governo brasileiro, por decisão do Senhor Presidente da República, reativará a Embaixada em Bagdá. Com esta medida o Brasil retoma, em nível adequado, as relações diplomáticas com o Iraque, iniciadas em 1º de dezembro de 1967 e redimensionadas após a Guerra do Golfo em respeito às sanções adotadas na ocasião pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, às quais o Governo brasileiro aderiu sem reservas.

A decisão brasileira salienta a importância das relações econômico-comerciais no quadro das atividades do Ministério das Relações Exteriores e a relevância, nesse contexto, do

desenvolvimento do comércio com os países do Oriente Médio.

Com o retorno das compras permitidas de petróleo iraquiano, as trocas comerciais entre o Brasil e o Iraque voltaram a crescer. Esse intercâmbio vem, entretanto, apresentando significativo déficit para o lado brasileiro, o que revela haver espaço para o incremento de nossas exportações

A reabertura da Embaixada em Bagdá permitirá atender com maior eficiência o crescente interesse que têm manifestado algumas empresas brasileiras em desenvolver o comércio com aquele país, notadamente após a realização da missão empresarial multissetorial ao Iraque, em maio de 2000, sob a chefia do Diretor-Geral do Departamento de Promoção Comercial, e a participação do Brasil na 33ª Feira Internacional de Bagdá, em novembro do mesmo ano. A recente reunião do Primeiro Fórum Empresarial Brasil-Países Árabes, no Rio de Janeiro, por iniciativa do Departamento de Promoção Comercial, em coordenação com a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, contribuiu para estimular esse interesse.

A criação de condições para um melhor aproveitamento pelo empresariado nacional das possibilidades oferecidas pelo mecanismo “Petróleo por Alimentos”, mediante o apoio in loco do Itamaraty, não significa alteração da tradicional postura brasileira de estrita observância das resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, mas servirá de ponto inicial para um relacionamento renovado entre os dois países, enquanto se espera a regularização das relações do Iraque com a comunidade internacional.

Nesse mesmo contexto, o Brasil está elevando sua representação diplomática no Kuaite a nível de Embaixador.

BRASIL ESTÁ ENVIANDO MISSÃO DE
OBSERVAÇÃO ÀS ELEIÇÕES PARA
A ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE DO
TIMOR LESTE, A SE REALIZAREM
EM 30 DE AGOSTO DE 2001
(27 DE AGOSTO DE 2002)

A convite do Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas e Administrador Transitório de Timor Leste, Sérgio Vieira de Mello, o Brasil está enviando Missão de Observação às eleições para a Assembléia Constituinte daquele Território, a se realizarem em 30 de agosto de 2001.

A Assembléia, a ser composta por oitenta e oito membros, terá o mandato histórico de elaborar e adotar a Constituição do Estado independente de Timor Leste. Seus trabalhos deverão iniciar-se em meados de setembro e deverão em princípio estar concluídos nos primeiros meses de 2002.

A Missão observadora brasileira será integrada pelos Deputados Federais Augusto Franco, João Herrmann Neto, Paulo Delgado e Pedro Valadares, pelo Ministro Flavio Bierrenbach, do Superior Tribunal Militar, pela Doutora Marília Pacheco, Assessora-Chefe da Corregedoria-Geral Eleitoral, e pelo assessor Paulo Uchoa Ribeiro Filho do GDF.

Em agosto de 1999, quando da Consulta Popular pela qual o povo timorense se pronunciou a favor de seu futuro como país independente, o Brasil também enviou observadores internacionais. A participação brasileira naquela ocasião incluiu os Deputados João Herrmann, Paulo Delgado e Pedro Valadares, bem como diversos representantes da Justiça Eleitoral.

O Brasil integra, ademais, a Missão de Observação que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) está enviando a Timor Leste para as eleições da Assembléia Constituinte.

MENSAGEM DO PRESIDENTE
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
AO REPRESENTANTE ESPECIAL DO
SECRETÁRIO-GERAL DAS NAÇÕES
UNIDAS E ADMINISTRADOR
TRANSITÓRIO DE TIMOR LESTE,
SÉRGIO VIEIRA DE MELLO
(31 DE AGOSTO DE 2002)

Ontem, o Senhor Presidente da República enviou a seguinte mensagem ao Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas e Administrador Transitório de Timor Leste, Sérgio Vieira de Mello:

“Tenho especial prazer de transmitir a Vossa Excelência minhas mais calorosas congratulações pela forma ordenada e pacífica com que foram realizadas as eleições para a Assembléia Constituinte de Timor Leste. Ao concluir com pleno êxito esse processo, o povo timorense deu testemunho de maturidade política e comprovou estar à altura do nobre desafio de construir seu novo país, independente e democrático. Para nós brasileiros, que temos os timorenses como um povo irmão, é motivo de orgulho ver Vossa Excelência na condução bem sucedida dessa histórica etapa. Vossa Excelência deu provas, uma vez mais, do papel crucial que tem exercido na transição do Timor Leste para a independência. Reitero o compromisso brasileiro de continuar a cooperar para a edificação e o desenvolvimento do jovem Estado e formulo efusivos votos para o estreitamento sempre maior dos laços que unem o Timor Leste ao Brasil”.

NOTA À IMPRENSA DO SENHOR
PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO,
SOBRE AS OPERAÇÕES MILITARES
DOS EUA CONTRA ALVOS
ESTRATÉGICOS NO AFGANISTÃO.
(07 DE OUTUBRO DE 2001)

Tomei conhecimento no começo da tarde de hoje das operações militares realizadas contra alvos no Afeganistão.

Este é um momento grave, ainda que esperado diante da brutalidade dos ataques terroristas do dia 11 de setembro.

Em nome do Presidente George W. Bush, o Secretário de Estado Colin Powell telefonou-me para informar que essas operações visam exclusivamente objetivos militares e que procurarão poupar a população civil. O Secretário de Estado transmitiu o agradecimento do Presidente Bush pelo apoio e solidariedade do Brasil aos Estados Unidos na luta contra o terrorismo.

Quero reiterar que esta luta é de toda a comunidade internacional e não comporta hesitações, nem transigência.

A vocação de paz do povo brasileiro e seu repúdio ao terrorismo são preceitos constitucionais que orientam a política externa do país.

Nossa posição é clara. Se repudiamos o terrorismo em todas as suas formas, e quaisquer que sejam suas origens, estamos também do lado da racionalidade e da sensatez. Este não é um conflito deflagrado contra um povo, um Estado ou uma religião. O objetivo é um só: conter e eliminar o flagelo do terrorismo.

Espero – e tenho a certeza de que este propósito é por todos compartilhado – que as operações iniciadas hoje não tenham conseqüências trágicas e procurem evitar a perda de vidas inocentes e preservar a população civil.

NOTA À IMPRENSA DO SENHOR
MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, EMBAIXADOR
CELSO LAFER, SOBRE A ATUAÇÃO
DE ROBERTO CAMPOS NA
VIDA PÚBLICA BRASILEIRA
(10 DE OUTUBRO DE 2001)

Economista, Diplomata, Ministro de Estado, Deputado, Senador e escritor, para ficarmos apenas em alguns dos cargos e atividades em que deixou a marca de seu talento, Roberto Campos, falecido ontem, dia 9 de outubro, aos 84 anos, era dono de inteligência poderosa e de cultura abrangente. Foi um dos grandes quadros do Brasil.

Sempre importante protagonista da vida brasileira, Roberto Campos teve destacada atuação diplomática, inclusive como Embaixador em Washington (1961-1964) e Londres (1974-1982). Ainda jovem, após ingressar no Itamaraty, teve a oportunidade de participar da Conferência Monetário-Financeira da Organização das Nações Unidas de julho de 1944, em Bretton Woods, e da reunião das Partes Contratantes do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), em 1947, que antecipavam a importância crescente no Itamaraty da vertente da diplomacia econômica.

Desempenhou de forma criativa e inovadora as funções de Ministro do Planejamento no Governo Castello Branco, para as quais contou com o lastro prévio de relevante participação na elaboração e execução do Programa de Metas do Governo Juscelino Kubitschek. Integrou também a Comissão Mista Brasil-EUA, instalada no segundo governo de Getúlio Vargas, presidida pelo Ministro da Fazenda Horácio Lafer, marco decisivo no processo de modernização da infra-estrutura econômica do País, que levou à criação do BNDE, de cuja direção participou.

Foi, tanto no Senado Federal quanto na Câmara dos Deputados, um parlamentar atento. No desempenho dos seus mandatos eletivos, demonstrou reiteradas vezes a qualidade de homem público que tem a coragem de suas convicções, que defendeu com o vigor de sua inteligência e a marca polêmica de seu estilo.

Aproveitando o ensejo da celebração hoje do Dia do Diplomata, gostaria de deixar registrada, na qualidade de amigo e de admirador do ilustre brasileiro que foi Roberto Campos, minha convicção de que sua trajetória é um testemunho das oportunidades que o Itamaraty, com a abertura e a receptividade ao talento que distinguem esta Casa, permite que se desenvolvam a serviço do País.

NOTA DO SENHOR MINISTRO
DE ESTADO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, EMBAIXADOR
CELSO LAFER, POR OCASIÃO DO
FALECIMENTO DO SENHOR VILMAR
FARIA, ASSESSOR ESPECIAL DA
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.
(30 DE NOVEMBRO DE 2001)

O Professor VILMAR FARIA, que acaba de falecer mal tendo completado 60 anos, era grande colaborador do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. De impecáveis e sólidas qualidades acadêmicas, era o *scholar in residence* do Palácio do Planalto. Soube fazer a passagem da Academia ao Governo sem sacrificar a qualidade e o sentido crítico de sua reflexão intelectual, dando ao mesmo tempo um sentido de direção prática à sua atuação.

O foco principal da sua pesquisa tinha como horizonte a estrutura social e o

emprego. Como colaborador do Presidente Fernando Henrique Cardoso, colocou seu conhecimento sobre políticas públicas a serviço da área social. Na qualidade de Secretário de Coordenação da Câmara de Políticas Sociais da Presidência da República, entre 1996 e 1999, ajudou a construir no âmbito do Governo as Redes de Política Social. Foi, assim, uma presença atuante que ajudou a imprimir ao Governo Fernando Henrique Cardoso a sensibilidade social-democrática que é uma marca forte de sua identidade política.

Conduziu a chefia da Assessoria Especial da Presidência da República com discernimento, tato e inequívoco sentido de direção. Foi um grande conselheiro, no sentido preciso de que seu conselho era dado no interesse de quem o recebia e não daquele que o formulava.

Era um ser humano impecável e tinha admirável noção do que é a cidadania republicana. Sua inegável e apreciável influência foi exercida, para lembrar a frase de Milton Campos, com a austeridade que convém à República e a discrição que convém aos mineiros.

Vilmar Faria era meu companheiro de geração. Para aqueles que tiveram o privilégio de sua amizade, entre os quais me incluo, sua perda representa um vazio irreparável. Consola-nos talvez lembrar, como ensinou-nos outro notável mineiro, João Guimarães Rosa, que as pessoas não morrem, ficam encantadas.

Em meu nome pessoal e no do Ministério das Relações Exteriores, que sempre contou com sua preciosa e desinteressada colaboração, associo-me ao luto da família e dos amigos.

Celso Lafer, Ministro de Estado das Relações Exteriores



ARTIGOS

ARTIGO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, PUBLICADO NA PUBLICAÇÃO CARTA INTERNACIONAL EM 1 DE JULHO DE 2001 – “A AGENDA ECONÔMICO-COMERCIAL E REFORMAS NO ITAMARATY”

Não seria necessário um recuo muito longo - nem mesmo o espaço de tempo de uma geração de diplomatas - para que se tenha unia idéia de como vem se ampliando a agenda econômico-comercial do Itamaraty.

Ainda em 1990, simplesmente não existiam o Mercosul, a ALCA ou as negociações Mercosul-União Européia. Não havia o objetivo da integração sul-americana. Não existia a CMC como tal, Além das questões bilaterais específicas, a agenda econômico-comercial de então tinha seus pontos fortes na integração bilateral com a Argentina e nas negociações comerciais multilaterais da Rodada Uruguai do GATT.

A ampliação incessante da agenda nos anos noventa exigiu sempre do Itamaraty um esforço permanente de atualização e de renovação, para que o Ministério pudesse desempenhar suas funções de coordenação interna e de negociação externa dos interesses econômico-comerciais do Brasil. No início dos anos noventa, foi criado um departamento específico para o acompanhamento dos temas do Mercosul e da integração latino-americana. Após a Cúpula de Miami, em dezembro de 1994, criou-se também um núcleo específico para as negociações da ALCA.

Esses poucos exemplos ilustram a percepção de que o Itamaraty sempre esteve atento à evolução de suas responsabilidades. O Ministério tem a mais plena consciência de que a agenda de negociações econômico-comerciais envolve assuntos de importância fundamental para o desenvolvimento do país.

Desde o momento em que assumiu o Itamaraty, em janeiro de 2001, o Ministro Celso Lafer deparou-se com circunstâncias que ilustravam de forma particularmente viva o crescimento dos desafios a serem enfrentados pelo Itamaraty: o Mercosul vem passando por momentos difíceis, seguramente os mais difíceis desde sua criação em 1991; às vésperas da Cúpula de Québec, diferentes países do hemisfério vinham buscando adiantar o cronograma da negociação da ALCA, com o propósito de aprovar compromisso para sua conclusão em 2003; estávamos diante do desafio de preparar o Mercosul para o início de negociações tarifárias com a União Européia, previstas para ter início agora em julho de 2001; na OMC, tínhamos o contencioso com o Canadá (Embraer-Bombardier), ao qual veio depois se acrescentar a crise nas relações bilaterais provocada pelo embargo canadense

às importações de carne brasileira. Todas essas questões, entre outras, põem o Itamaraty e a agenda econômica externa no foco das atenções da opinião pública, e exigem respostas rápidas e eficazes do Ministério.

Diante dessas circunstâncias, decidiu o Ministro Celso Lafer dar um novo passo na seqüência de iniciativas com vistas a adaptar o Itamaraty às novas exigências. A Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior (SGIE) está sendo reformulada, com a criação de duas novas Coordenações-Gerais, uma para a ALCA e outra para contenciosos comerciais. A criação da coordenação -geral para contenciosos deve-se à importância de um acompanhamento específico e com maior grau de especialização nas questões por assim dizer “judiciais” (os chamados “panels”) em que o país se encontra envolvido não só no contexto da OMC mas também no âmbito dos mecanismos de solução de controvérsias do Mercosul. Em razão dessas mudanças, aquela Subsecretaria-Geral - que está desde 1998 a cargo da negociação do Brasil na ALCA - poderá dispor de uma base de apoio mais especializada e melhor aparelhada para dedicar-se ao projeto de livre comércio hemisférico.

Do ponto de vista de nossa atuação no Mercosul, as funções do Representante Pessoal do Presidente da República para Assuntos do Mercosul serão igualmente reforçadas. O Representante Pessoal concentrará sob suas atribuições todas as negociações externas do Mercosul como tal, inclusive com a União Européia. Já o Departamento de Integração Latino-Americana passa a ser diretamente subordinado ao Secretário-Geral das Relações Exteriores. A relevância central do Mercosul para a política externa brasileira justifica plenamente esta alteração.

Outra importante medida determinada pelo Ministro Celso Lafer diz respeito a uma mudança

de grande alcance na cultura de trabalho do Itamaraty. Ao invés de trabalhar apenas com linhas verticais de comando e de distribuição de competências, como tradicionalmente sempre foi feito, o Ministério está adotando formas de organização matriciais. Assim, os funcionários diplomáticos que se ocupam de temas específicos - como, por exemplo, propriedade intelectual, defesa comercial e acesso a mercados, entre outros - passarão a responder por esses temas nas várias frentes de negociação comercial. Supera-se, com isso, um modo de trabalho compartimentalizado e, sobretudo, se evita duplicação de esforços, em que funcionários diferentes, porque pertenciam a setores responsáveis por frentes negociadoras diversas, acabavam ocupando-se dos mesmos temas específicos.

Sempre no intuito de fortalecer a área econômico-comercial e de nos preparar para continuar a conduzir de forma adequada as negociações comerciais em curso, a mais recente turma de formandos do Instituto Rio Branco, após um curso específico e períodos de treinamento em Bruxelas e Genebra, foi inteiramente lotada na área econômica, algo inédito na história do Ministério.

Todas estas medidas são fruto da disposição permanente do Ministério das Relações Exteriores para renovar-se e estar preparado para os novos desafios que vão surgindo na agenda externa do país. Trata-se de um processo contínuo, em que as percepções e opiniões da sociedade civil devem ser recebidas como uma contribuição cada vez mais determinante para a atuação da diplomacia brasileira. Na área econômico-comercial, em particular, o Itamaraty implementou as recentes reformas com o objetivo precípua de estar melhor capacitado a responder à diversificação e complexidade do comércio internacional. Esta era uma demanda da comunidade empresarial brasileira da qual não podíamos nos furtar.

ARTIGO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR CELSO LAFER, PUBLICADO NO JORNAL DO BRASIL
EM 2 DE JULHO DE 2001 – “OEA, DIREITOS E DEMOCRACIA”

A cidade de São José, capital da Costa Rica, foi palco nos dias 3, 4 e 5 de junho da 31ª Assembléia-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), organismo que congrega 34 dos 35 países do continente americano (a exceção é Cuba, cujo governo foi suspenso em 1962). Três foram os temas que dominaram os trabalhos da assembléia: direitos humanos, democracia e o próprio papel da OEA em face da nova realidade das cúpulas hemisféricas.

A promoção e a defesa do sistema interamericano dos direitos humanos não poderiam deixar de constar da agenda da reunião, por ser esse um tema caro ao país anfitrião. Foi na Costa Rica que se aprovou, em 1969, a Convenção Americana dos Direitos Humanos, também conhecida por Pacto de São José, que entrou em vigor em 1978. Desde 1999, ano do 30º aniversário da Convenção Americana, a OEA vem realizando profunda reflexão sobre o aperfeiçoamento do sistema.

Entre as propostas discutidas e aprovadas pelos chanceleres em São José consta a decisão de fortalecer a Corte e a Comissão Interamericana dos Direitos Humanos, os dois principais órgãos do sistema, a primeira sediada na capital costarricense e a segunda em Washington. A Corte Interamericana aprovou recentemente novo regulamento, em que se destaca dispositivo que permite o acesso direto das próprias vítimas, seus familiares ou representantes legais, aos procedimentos

seguidos a partir do momento em que os casos de violação forem submetidos a sua competência (*locus standi*).

A delegação do Brasil, que teve a satisfação de chefiar, apresentou dois importantes projetos de resolução na área de direitos humanos em São José. O primeiro deles referente à necessidade de adotar medidas concretas que levem à plena universalização do sistema, isto é, que todos os países do continente ratifiquem ou adiram aos instrumentos interamericanos nessa área, sobretudo a Convenção Americana. A realidade de hoje é que o sistema de direitos humanos nas Américas não engloba todos os países, pois apenas as nações latino-americanas e dois países do Caribe dele fazem parte. Os Estados Unidos, o Canadá e a maioria dos países caribenhos anglófonos mantêm-se à parte. Decorridos mais de 30 anos da adoção da Convenção Americana, essa é uma situação inaceitável. A resolução foi aprovada com muita dificuldade, pela oposição que a ela fizeram aqueles países. No início de 2002, a OEA deverá organizar uma reunião técnica encarregada de examinar se são procedentes ou não as razões alegadas por diversos governos para a sua não adesão ao sistema, e propor medidas construtivas destinadas a contorná-las.

A segunda resolução de iniciativa brasileira prevê o início dos estudos com vistas à elaboração de uma Convenção Interamericana contra o Racismo e Toda

Forma de Discriminação e Intolerância, tema particularmente importante neste ano em que se realizará em Durban, na África do Sul, a Conferência Mundial contra o Racismo.

A democracia foi a segunda grande área temática a que se dedicaram os chanceleres em São José. Os intensos debates havidos nesse campo concentraram-se sobretudo no projeto de Carta Democrática Interamericana, aprovada pelos chefes de Estado e de governo reunidos em abril na cidade de Quebec, no Canadá, durante a III Cúpula das Américas. O Peru, através de seu primeiro-ministro e chanceler. Javier Pérez de Cuellar, ex-secretário geral das Nações Unidas, foi o principal mentor e articulador da Carta Democrática, que contém dispositivo com a chamada cláusula democrática, mecanismo pelo qual um país pode ser suspenso da Organização em caso de alteração inconstitucional ou ruptura da ordem democrática.

O Brasil teve participação ativa e construtiva na elaboração do projeto da Carta Democrática, redigido em Washington pelos representantes permanentes junto à OEA na semana entre o final da Cúpula de Quebec e a Assembléia Geral de São José. Levando-se em conta o pouco tempo disponível para sua preparação e a delicadeza de alguns aspectos - políticos e jurídicos - de seu conteúdo para determinados países, não foi possível aprovar a Carta Democrática em São José. Esse fato levou à percepção de que a OEA teria fracassado em sua tentativa de aperfeiçoar os mecanismos, já existentes, de promoção da democracia no continente. Nada mais falso. Houve unânime apoio ao documento, mas dos amplos debates e intensa negociações havidos ficou patente a necessidade de se examinarem com mais atenção certos aspectos relacionados, por exemplo, com sua

compatibilização com a Carta da OEA, sua sintonia com determinadas características peculiares de regimes parlamentaristas em países como os do Caribe e a questão dos aportes positivos que ao projeto poderiam oferecer representantes da sociedade civil.

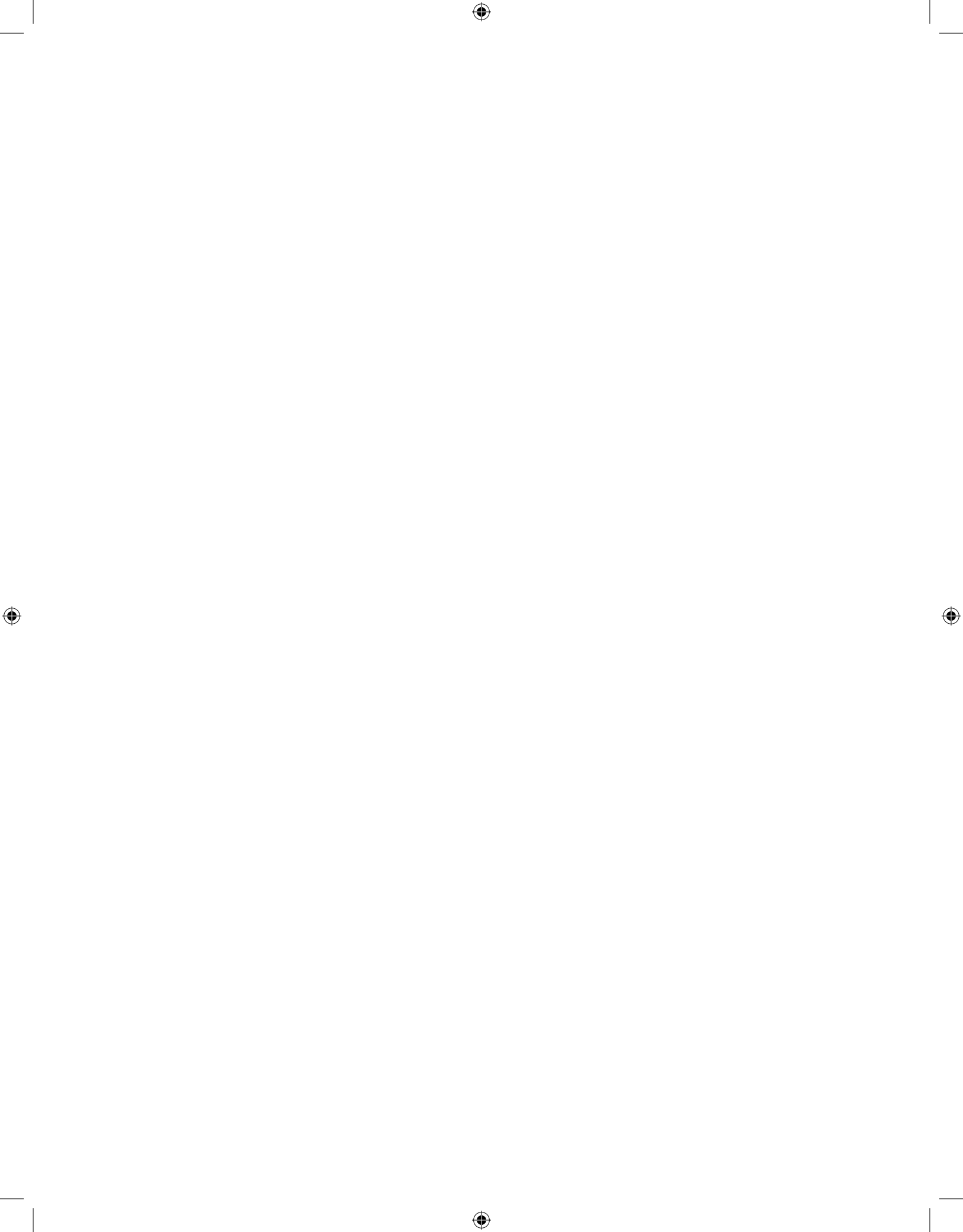
O apoio brasileiro ao projeto, consubstanciado pelo meu próprio engajamento a seu favor em São José, decorre do inequívoco compromisso do governo com a promoção das instituições e valores democráticos. No plano externo, esse compromisso tem antecedentes importantes. No âmbito do Mercosul, a cláusula democrática”” foi consagrada em 1998 pelo Protocolo de Ushuaia, e a Reunião de Presidentes Sul-Americanos, realizada em Brasília no ano 2000, igualmente incluiu cláusula dessa natureza como valor a ser preservado em comum na América do Sul. No plano interno, tal compromisso encontra-se legitimado pela forma de governo hoje consolidada e plenamente vigente em nosso país, assim como lastreado nas convicções e práticas democráticas que sempre nortearam a trajetória política do presidente Fernando Henrique Cardoso e constituem uma das notas fortes que marcam o seu governo.

Por proposta do próprio chanceler Pérez de Cuellar, decidiu-se adiar por 90 dias a aprovação do projeto da Carta Democrática. Nesse ínterim, o Conselho Permanente da OEA voltará a debater o tema com vistas ao aperfeiçoamento do projeto. Uma assembléia-geral extraordinária da OEA, a realizar-se em Lima em setembro ou outubro, deverá, então, adotar a Carta Democrática Interamericana.

O terceiro tema de relevo debatido em São José disse respeito ao futuro da OEA, à luz do processo de Cúpulas das Américas inaugurado em Miami, em 1994, e que teve continuidade em Santiago, em 1998, e em Quebec, em abril deste ano.

As discussões nesse particular foram especialmente animadoras para a Organização. Nós chanceleres chegamos à conclusão de que o processo de Cúpulas não se sobrepõe, antes o reforça, ao papel cada vez mais relevante que tem a OEA no tratamento das principais questões de interesse do nosso hemisfério. Prova disso é o fato de que os presidentes em Quebec atribuíram à OEA mais de 60 mandatos, muitos dos quais de realização imediata. Esses mandatos referem-se em sua quase totalidade a áreas de atuação em que a Organização já consagrara com boa dose de êxito grande parte de seus esforços, como democracia, direitos humanos, cooperação solidária, segurança hemisférica, solução de controvérsias e combate às drogas, entre outros.

Não obstante a atenção particular que o governo brasileiro tem dado às negociações continentais visando à constituição de uma zona de livre comércio - tema de fundamental importância para nossas sociedades - a recente Assembléia Geral da OEA na Costa Rica serviu também para ressaltar que a agenda hemisférica não se limita aos temas econômicos e comerciais e que a Organização tem uma pauta ambiciosa e relevante na promoção equilibrada do diálogo e da cooperação nas Américas.



ARTIGO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR CELSO LAFER, PUBLICADO NA GAZETA MERCANTIL
EM 25 DE JULHO DE 2001 - “A NOVA BRAZILTRADENET”

É dito corrente no Itamaraty que sua melhor tradição é saber renovar-se. Com efeito, a característica de permanência da instituição garante não só a continuidade inerente e necessária ao planejamento da política externa como também permite detectar tempestivamente os modos mais adequados à sua execução. Exemplo disso foi a criação pioneira, no início dos anos 70, do Departamento de Promoção Comercial, ao perceber-se que o Brasil necessitava aperfeiçoar os instrumentos para execução de sua política de comércio exterior.

Nos anos 90, ao evidenciar-se a exaustão do modelo anteriormente implantado, procedeu-se a profunda reforma do departamento, visando à racionalização de seu funcionamento, em vista não só de orçamentos cada vez mais reduzidos, mas também do desenvolvimento da tecnologia da informação e das possibilidades por ela oferecidas. Assim, em 1998 criou-se a BrazilTradeNet, que constitui hoje o mais completo sistema automatizado de identificação, processamento, disseminação de informações comerciais e captação de investimentos no exterior da América Latina. Ao lançá-la, o Itamaraty assumiu a responsabilidade de manter, monitorar e aperfeiçoar o sistema, de modo a fazer dele instrumento sempre eficaz e atualizado de promoção das exportações brasileiras. O sistema conta hoje com 46,144

mil companhias estrangeiras e 11,158 mil empresas e entidades de classe brasileiras cadastradas; 6,787 mil oportunidades comerciais; 123 ofertas de investimento; 170 informações sobre projetos de obras públicas internacionais; 140 informações sobre concorrências públicas internacionais; 3,659 mil informações sobre produtos e 483 pesquisas de mercado.

Passados três anos do lançamento da página, concluiu-se que era hora de um salto de qualidade. E assim foi feito. Ao longo dos últimos meses, com base na experiência acumulada, o Departamento de Promoção Comercial planejou e executou, com o concurso de empresa especializada, uma completa reprogramação do sistema, destinada a melhorar suas funcionalidades, tornando-o mais ágil, eficiente, interativo e amigável.

As principais inovações foram: implantação de um “espelho” da página na Embaixada do Brasil em Washington, que tornará mais veloz o acesso de consultas provenientes de EUA, Europa e Ásia e que poderá ser acessado no domínio “BrazilTradeNet.com”; criação de nova identidade visual que possibilita melhor exploração da marca e dos recursos da BrazilTradeNet; inclusão de recursos de personalização para que cada usuário possa ter acesso mais rápido às informações que lhe sejam efetivamente interessantes; inserção de recursos que tornam o *site* mais

pró-ativo e interativo; reprogramação do *site*, tornando a navegação mais intuitiva; e criação de relatórios gerenciais que permitirão aferir sua eficiência e servirão de base para melhor orientar os serviços por ele prestados.

Optou-se igualmente por mudança na política de informação da página. Até o momento, a maior parte das informações encontrava-se na parte restrita do *site*, dependente, portanto, de cadastro do usuário, que exige registro no CNPJ. Doravante, as informações de caráter público como os guias “Como exportar”, dados econômicos de países e regiões, informações sobre projetos de desenvolvimento e concorrências públicas internacionais, demandas de investimento, registro de empresas brasileiras e cruzamentos estatísticos referentes ao comércio exterior passarão à parte pública da página, tornando-se acessíveis ao público interessado em geral. Aí se incluem não só aqueles diretamente vinculados a atividades de comércio exterior como também a comunidade acadêmica, os operadores independentes e a própria mídia.

Para manter o estímulo ao cadastramento de instituições e empresas no sistema, informações de maior valor agregado, como estudos, pesquisas, tendências de mercado e cadastro de empresas estrangeiras, serão mantidas na parte reservada do *site*. Vale ainda lembrar que, ao cadastrar-se, o empresário ganha a vantagem adicional de ter o nome de sua empresa e de seus produtos divulgados gratuitamente no exterior.

No tocante ao melhor aproveitamento do sistema, não temos medido esforços com nossos parceiros (MDIC, MAA; ECT, Banco do Brasil, Apex, Federações de Indústria e outros) para otimizar seu aproveitamento com vistas ao fim que todos almejamos: aumentar a participação do Brasil no comércio internacional, seja para obtermos na balança comercial os saldos necessários ao equilíbrio

das nossas transações correntes, seja para capacitarmos nossos produtores a competir no exterior, o que, em última instância, significa habilitá-los a defender-se também no mercado interno. Para tanto, está em fase de implementação estratégia de treinamento e divulgação da BrazilTradeNet com operadores de diversas instituições, como o Banco do Brasil e a ECT, de modo a interiorizar o máximo possível os serviços prestados pelo sistema, tornando-os acessíveis ao maior número de brasileiros em todos os pontos do território nacional. O MDIC, com o programa “Rede Agentes de Comércio Exterior”, e a Apex farão também parte do programa, que ajudará, estou certo, a melhor conhecer e desenvolver o verdadeiro potencial exportador do País.

O Itamaraty procura manter, com essas iniciativas, a tradição de bem servir à sociedade brasileira. Nossa disposição é a de prosseguir, cada vez com mais empenho, nos esforços necessários para inserir o Brasil de forma positiva no mundo globalizado, aproveitando as oportunidades que ele oferece. Isso implica desenvolver internamente consciência da importância estratégica de aumentar as nossas exportações, criando e mantendo, ao mesmo tempo, mecanismos que municiem os operadores brasileiros de comércio internacional com informações atualizadas e úteis à sua ação.

É com grande satisfação, portanto, que no mês de junho entreguei ao público a nova BrazilTradeNet. Instrumento aperfeiçoado, com base em experiência e criatividade de diplomatas e técnicos do Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty e no profissionalismo dos que com eles concorreram para atingir os objetivos almejados. As possibilidades estão abertas. Cabe agora aos usuários explorar o sistema e, mediante interatividade produtiva, indicar os melhores caminhos para sua futura evolução.

ARTIGO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, PUBLICADO NO JORNAL
LA NACIÓN - “A AMÉRICA DO SUL DEVE TER UMA INFRA-ESTRUTURA
INTEGRADA”. ARGENTINA, BUENOS AIRES, 7 DE AGOSTO DE 2001

O Brasil considera que a integração da América do Sul é condição essencial para o desenvolvimento sustentável da região. Para crescer de maneira harmônica, os nossos países devem integrar as suas economias, aumentando o intercâmbio comercial, financeiro e tecnológico dentro da região e com o mundo.

Não há dúvida alguma de que a ampliação da integração econômica pressupõe o fortalecimento da integração física entre os países. É necessário melhorar e ampliar as rodovias, estradas de ferro, hidrovias, portos, aeroportos, gasodutos e oleodutos, além de unir as redes de energia e de telecomunicações, para facilitar assim o intercâmbio de bens, pessoas e informação entre os países da região e deles com o resto do mundo.

No âmbito interno brasileiro, a formulação de um plano de infra-estrutura eficiente e moderno está baseada no conceito de eixos de integração e de desenvolvimento, almejando o desenvolvimento sustentável da região, que inclui os aspectos econômicos, sociais, aqueles relativos ao meio ambiente e os tecnológicos.

Quando era ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, em 1999, tive a oportunidade de tratar o problema brasileiro de eixos de integração, que teve o seu

antecedente mais distante no Programa de Metas do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, na década de 50, assunto sobre o qual versava a minha tese doutoral. O Programa de Metas concentrava-se em energia e transporte e tinha, na construção de Brasília, o seu objetivo-síntese voltado para a integração do espaço nacional. Baseava-se na execução de projetos, tal como no atual programa de eixos.

Toda essa experiência, agora revisada, serve de inspiração para o atual conceito de eixos que se apóia em cinco fundamentos básicos que têm o seu norte na escolha dos melhores projetos de infra-estrutura. São princípios que permitem aumentar a eficiência e o caráter sustentável do desenvolvimento econômico. O primeiro é a sustentabilidade ambiental. Os projetos devem ser concebidos de maneira a reduzir ao máximo os impactos ambientais negativos e estimular as iniciativas que contribuam para a conservação dos recursos naturais, gerando, ao mesmo tempo, empregos e lucros.

A eficiência econômica é o segundo fundamento. Os novos projetos devem integrar as modalidades de transporte e os sistemas de energia e de telecomunicações, criando os andaimes básicos dos eixos de integração e de desenvolvimento. O terceiro fundamento é a sustentabilidade social. As

repercussões sociais sobre as populações influídas por projetos de infra-estrutura devem ser analisadas tanto no âmbito local como no regional.

A perspectiva geoeconômica é o quarto fundamento. Em matéria de planejamento, isto significa ver a América do Sul como uma unidade econômica. É aquilo que chamo fazer a economia da nossa geografia. Finalmente, é necessário levar em conta a demanda atual e futura e o efeito multiplicador dos projetos de desenvolvimento. Ante a exigüidade dos recursos, a escolha dos empreendimentos deve pautar-se pelo critério do essencial. Por conseguinte, a visão que temos no Brasil é de que os eixos de integração e desenvolvimento não constituem simples “corredores de transporte”. Procuramos neles a sinergia promovida pela interação entre os setores de transporte, energia e comunicações.

A fim de estimular o debate, permito-me propor que examinemos algumas idéias de ações que, como governo, tomamos a fim de estimular os investimentos necessários para os projetos de infra-estrutura regional. Esses tópicos devem merecer a nossa atenção: o primeiro refere-se aos marcos regularizadores e institucionais necessários. Como governos, deveríamos atuar de maneira conjunta e articulada, a fim de reduzir as barreiras e obstáculos legais e institucionais.

O segundo tópico refere-se aos mecanismos de financiamento. Vale a pena realizar um esforço de procura de mecanismos inovadores entre os governos e os organismos financeiros multilaterais. A definição de um portfólio de projetos poderia assegurar uma posição consolidada

perante os investidores privados e aumentar a atração dos empreendimentos. O terceiro tópico refere-se às relações com a sociedade. Os projetos de infra-estrutura deveriam se inserir numa visão ampla de gerenciamento ambiental.

Na definição e seleção dos projetos devemos procurar adotar mecanismos que permitam a participação e contribuição ativa das comunidades afetadas. Simultaneamente, as obras de infra-estrutura devem gerar a maior quantidade possível de impactos locais de desenvolvimento, devem melhorar o bem-estar das comunidades e criar novos mercados.

Antecedentes

Já obtivemos avanços a respeito do tema da integração das infra-estruturas, desde a reunião de Presidentes da América do Sul, em Brasília, no ano passado. Os nossos Ministros de Transportes, Telecomunicações e Energia reuniram-se no mês de dezembro passado, em Montevideu, e aprovaram uma estrutura de comitês e grupos técnicos de ações setoriais de integração, e também identificaram os primeiros eixos a serem implantados. Em abril deste ano, o Comitê de Direção Executiva definiu o cronograma para a instalação dos primeiros oito grupos técnicos executivos, estipulando e aprovando procedimentos para o seu funcionamento. Em maio foi instalado o Grupo Técnico para o Eixo Andino, e em junho, outros grupos técnicos previstos.

Certos projetos demonstraram a capacidade e o efeito multiplicador da ação de sinergia

exercida pela integração da infra-estrutura da América do Sul. Podemos lembrar, entre eles, a construção do gasoduto entre o Brasil e a Bolívia; a implantação de uma rede de gasodutos interconectando os mercados de gás natural do Brasil e da Argentina; os estudos para o gasoduto entre a Argentina, o Uruguai e o Brasil; as interconexões de energia elétrica, entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai, e assim por diante.

Estas primeiras iniciativas de integração demonstram a factibilidade e o alcance estratégico do projeto e terão o apoio conjunto das agências multilaterais de promoção CAF, BID e FONPLATA. Já demos, conseqüentemente, os primeiros passos para a execução da iniciativa de integração da infra-estrutura regional da América do Sul. Muitos outros serão dados, com firmeza e persistência.



ARTIGO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO, PUBLICADO NO JORNAL DO BRASIL
EM 12 DE AGOSTO DE 2001 - “GÊNOVA E NÓS”

A onda de protestos contra a globalização, que culminou com a morte de um jovem em Gênova, é um fenômeno que estava destinado a ocorrer mais cedo ou mais tarde. O episódio, como não poderia deixar de ser, provocou consternação não apenas na Itália, ou nos países representados no encontro do G-7/8, mas também no Brasil. Em São Paulo, na rua Maria Antônia, berço do pensamento crítico da USP e onde a geração rebelde de 1968 travou batalhas contra a repressão, foi organizado um ato público de protesto. É como se a globalização trouxesse, igualmente, seu antídoto, ao criar condições para a emergência de uma opinião pública internacional capaz de combater os custos do fundamentalismo de mercado.

Criou-se uma economia mundial sem que surgissem, paralelamente, mecanismos satisfatórios de governança, para não falar de mecanismos de governo. Como já assinali muitas vezes, existe um déficit de democracia, um déficit de cidadania planetária. Cada vez mais, as vidas de todos nós são afetadas por eventos globalizados, mas os instrumentos de participação ou mesmo de deliberação no plano global ainda são insuficientes, para não dizer que são inexistentes. Esse descompasso cria a percepção de que, na globalização, o mercado é tudo e o cidadão é nada.

O Brasil interage com a globalização na dupla condição de país moderno e injusto. Pelo requinte de nossa base produtiva e

tecnológica, temos condições de fazer uso das oportunidades abertas pela interdependência dos mercados para a geração de riquezas. Mas fenômenos como a volatilidade dos fluxos financeiros ameaçam a disponibilidade pelo Estado dos recursos necessários à ampliação continuada das políticas públicas, objetivo de que não podemos abrir mão para a criação de um Brasil - e de uma Humanidade - mais justos e solidários, onde todos os homens tenham acesso ao banquete da vida.

Se o perfil do país permite uma leitura equilibrada dos benefícios e riscos da globalização, não há como minimizar a importância dos trunfos que passamos a deter nos últimos anos para um diálogo maduro com os atores mais influentes da ordem internacional, que sabemos em permanente mutação.

As mudanças domésticas elevaram a credibilidade do Brasil em suas reivindicações e críticas. Falo da estabilização da moeda, da consistência da gestão macroeconômica, da modernização do Estado, do amadurecimento institucional, da expansão da cidadania, onde não tem sido menor a contribuição da imprensa, da universidade, das organizações não-governamentais, inclusive no acompanhamento e controle das políticas de Estado. É um Brasil bem diferente daquele do início dos anos 90, marcado pela inflação, instabilidade gerencial, esgotamento da máquina pública e conflitos institucionais.

Evoluímos e disso fizeram registro nossos interlocutores externos, da comunidade financeira, da imprensa, do meio acadêmico aos ativistas dos direitos humanos e meio ambiente. Todos passaram a prestar mais atenção ao Brasil, às suas variadas vozes.

Como Presidente da República, tenho procurado fazer minha parte para firmar o entendimento de que as vantagens da globalização não neutralizam seus efeitos perversos, que têm que ser corrigidos. Mal tinha iniciado meu primeiro mandato, voltei à Cepal para cobrar dos antigos colegas uma posição crítica em relação à volatilidade do capital financeiro e aos prejuízos que isto impõe ao mundo em desenvolvimento.

Dirigi-me sucessivas vezes ao G-7/8 acentuando a necessidade de atualização da arquitetura financeira internacional, de modo a dotar os fluxos de capital de maior transparência e previsibilidade. Em muitos pronunciamentos, defendi a necessidade de uma globalização mais simétrica, com a correção das injustiças e desigualdades que caracterizam a ordem internacional. Para os Chefes de Estado e de Governo da União Européia, insisti, na Cimeira do Rio, em que a globalização não pode ter dupla face, constituindo dádiva para uns poucos ricos e privação para uma multidão planetária de pobres e miseráveis.

Reunido com outras lideranças social-democratas em Florença, denunciei os constrangimentos externos à capacidade de gestão doméstica das políticas públicas para democratizar o acesso dos excluídos do século XXI à educação, à saúde, ao pão, ao trabalho, à habitação e à felicidade. Em Québec, fui solidário com os manifestantes pelo temor de uma ALCA ou de uma globalização sem rosto humano.

Há poucos dias, escrevi aos participantes da reunião de Gênova sobre a ameaça de

exclusão da ampla maioria da Humanidade das benesses da era da informação, o chamado risco do *digital divide*. Os resultados desses esforços nem sempre aparecem com a nitidez da vitória obtida, recentemente, pelo Brasil na polêmica com as indústrias farmacêuticas sobre o comércio de drogas contra o vírus HIV na OMC. As mudanças no cenário internacional têm um prazo próprio de maturação, que não é imediato.

Vamos continuar lutando. Mais vozes hão de se juntar a nós em todo o mundo. O importante é que o Brasil continue a sinalizar na direção de uma convivência internacional mais solidária. Será uma sinalização com críticas, mas também com exemplos, como foi o perdão, que autorizei, da quase totalidade da dívida de Moçambique com o Brasil e que teve a compreensão do Congresso. A cooperação do Brasil no campo de prevenção e controle da Aids com os países africanos de língua portuguesa é outro passo no mesmo sentido. Para não falar dos múltiplos casos de convergência de esforços entre ONGs brasileiras e congêneres de outros países em causas de interesse público e da própria Humanidade.

A globalização não precisa ser uma via de mão única, com privilégios para uns poucos ricos e atraso e exclusão para milhões de deserdados do direito à vida e à felicidade. Se houver regras justas, bem pensadas, a globalização pode trazer - como já trouxe - oportunidades extraordinárias para os países emergentes, assim como para os menos desenvolvidos. Mas, se for deixada inteiramente ao sabor do mercado, ela não será outra coisa senão o capitalismo selvagem projetado numa dimensão planetária.

Ser utópico significa, em muitos casos, ser realista. As evidências há muito apontam o custo marginal crescente de “externalidades” como racismo, xenofobia, degradação

ambiental, contingentes migratórios, deterioração das condições de trabalho, violação dos direitos das mulheres, crianças e minorias. Interessa a todos crescer de maneira mais justa. A idéia não é retroagir no tempo. A inovação tecnológica tem aberto perspectivas para a produção de riquezas que não podem ser negligenciadas. A integração de mercados, igualmente. Mas que isso se faça em proveito de todos os homens.

O Brasil conseguiu domesticar o capital, volto a lembrar, na luta contra a Aids. Para tanto, contamos com a força da opinião pública. Dentro e fora do país. Outras vitórias são possíveis. A cooperação para o desenvolvimento é um campo infundo de possibilidades. Disso estão cientes os governos nacionais. Assim também acreditam os movimentos sociais. Só precisamos trabalhar em maior sintonia para a criação de uma globalização cidadã.



ARTIGO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR CELSO LAFER, PUBLICADO NO JORNAL GAZETA MERCANTIL
EM 31 DE AGOSTO DE 2001 - “MUDANÇAS NA CONTINUIDADE”

História: Livro apresenta os tesouros artísticos que integram os acervos dos dois Palácios Itamaraty, no Rio e em Brasília.

Em agosto de 1959, ao concluir o famoso discurso com que, no grande canteiro de obras que viria a ser Brasília, saudava a epopéia da construção da nova capital, André Malraux, que então visitava o país, na qualidade de ministro dos Assuntos Culturais da França, definiu celebrenemente a cidade como “a capital da esperança”, cujos monumentos deveriam levar como insígnias as palavras “audácia, energia e confiança”. A voz do autor de “A Condição Humana” foi a primeira a proclamar o alcance simbólico da construção de Brasília e a realçar a dimensão espiritual de seus espaços e edifícios.

Movido pelo entusiasmo diante da ousadia pioneira de Brasília, Malraux afirmou naquela oportunidade, repetindo o que dissera meses antes na Grécia, em discurso proferido diante da Acrópole: “O homem moderno pertence a todos aqueles que se dedicam à tarefa de criá-lo; o espírito não conhece nações menores; ele conhece apenas nações fraternas - e vencedores sem vencidos.”

Ao assinalar a comunhão entre o sonho de Juscelino Kubitschek, representado pela construção de Brasília, e a ousadia do espírito helênico, Malraux mostrava como as noções de moderno e de clássico podem ser

complementares. Este livro é uma ilustração particularmente feliz dessa possibilidade. Ao apresentar ao leitor os tesouros artísticos que integram os acervos dos dois Palácios Itamaraty, o palácio da rua Larga, no Rio de Janeiro, sede da chancelaria brasileira no período de 1899 a 1970, e o de Brasília, que abriga desde então o Ministério das Relações Exteriores, a presente obra - versão revista e aumentada da primeira edição, publicada em 1993 com o valioso apoio do Banco Safra, que integra série dedicada aos museus brasileiros - retrata também dois momentos do Brasil, que se iluminam mutuamente.

Concebido por Oscar Niemeyer e emoldurado pela generosidade dos espaços abertos que compõem o plano urbanístico de Lúcio Costa, o Palácio Itamaraty em Brasília é um dos marcos de nossa arquitetura. Malraux observava no seu discurso que a arquitetura vai além da casa ou do edifício. Ela é expressão de uma cidade. Dentro de uma cidade que expressa por antonomásia a própria idéia de arquitetura moderna, ele representa a mais perfeita combinação do novo e do antigo. O Itamaraty é, na minha opinião, o mais belo palácio de Brasília, tanto pela sensualidade e arrojo de seu exterior quanto pela elegância de seus espaços internos, que devemos, sobretudo, à precisa intuição e ao inexecedível bom gosto do embaixador Wladimir Murтинho.

Ao descrever o imenso desafio implícito na construção de uma cidade como Brasília, Lúcio Costa sublinhava a necessidade de que seu planejador se impregnasse de “dignidade e nobreza de intenções”, das quais nasceria o sentido de ordem, de utilidade e de proporção, que acabaria por conferir ao projeto como um todo a qualidade, monumental desejada. Ele traduzia com essas palavras o mesmo sentimento expresso por Malraux, em discurso proferido em 1959 na Universidade de São Paulo, segundo o qual uma das mais elevadas funções da arte seria a de “despertar nos homens a consciência da grandeza que ignoram em si mesmos”.

Essa mesma exigência está presente, em outra escala, no Palácio da Rua Larga. Aos olhos de hoje, ele sintetiza, na sua elegância neoclássica, período particularmente importante da história da diplomacia brasileira, que teve no processo de consolidação das fronteiras nacionais, levado a cabo por José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco, sua expressão maior. Rio Branco, que aliás fez do próprio palácio sua moradia, personificava a famosa síntese do Conselho de Estado do Império: “Diplomacia inteligente, sem vaidade; franca, sem indiscrição; enérgica, sem arrogância.” Tais qualidades podem ser verificadas no Arquivo Histórico e na Mapoteca, organizados a partir das coleções originais trazidas ao Brasil por D. João VI e que constituem instâncias fundamentais de preservação da memória nacional. Ao possibilitarem o acesso à documentação que serviu de base ao processo de formação do território nacional, o Arquivo e a Mapoteca representam componentes-chave da nossa identidade e testemunham a linha de continuidade da atuação do Itamaraty desde sua criação, mostrando que a conjuntura muda, mas a vis diretiva permanece.

No mesmo palácio, funcionam a biblioteca e o Museu Histórico e Diplomático. A primeira, uma das mais importantes do Brasil com seus cerca de 60 mil volumes, conserva, dentre outros, os acervos de Varnhagen, Joaquim

Nabuco e do Barão do Rio Branco e atrai constantemente número importante de pesquisadores. O museu, por sua vez, no qual, foi transformado o velho palácio, é a recordação viva da história da diplomacia brasileira, especialmente no que se refere à gestão do Barão do Rio Branco. No térreo do casarão, encontra-se a exposição permanente “De Tordesilhas ao Mercosul”, que sintetiza, inclusive iconograficamente, nosso percurso diplomático.

A construção de Brasília, como bem o intuiu Malraux, representou um novo começo em nossa história. Como já tive a ocasião de observar, a diplomacia brasileira é, em seu momento inicial, uma diplomacia de fundação. A atuação de Francisco Adolfo Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, foi, nesse sentido, exemplar. Varnhagen não apenas levou a cabo a tarefa de construir uma História do Brasil, caracterizada por metucioso cuidado com as fontes e com a valorização do documento, como foi também um dos primeiros a lançar a idéia da transferência da capital para o Planalto Central. Lançou-se com tal determinação à tarefa de buscar o sítio ideal para a construção da nova capital, que decidiu afastar-se por seis meses da chefia da legação brasileira em Viena para dedicar-se apenas ao seu ambicioso projeto. O interesse de Varnhagen pela questão do recuo meridiano da capital remonta a 1839 e está documentado inicialmente no “Memorial Orgânico”, publicado anonimamente em Madri em 1849 e 1850. Em 1877, aos 61 anos de idade, decide examinar in loco, após penosa viagem a cavalo, a região do Planalto Central que lhe parecia a mais apropriada para

a construção da nova capital. Conforme relata no opúsculo “A Questão da Capital: marítima ou no interior(1877), sua escolha acabaria por recair, com notável presciência, sobre a área vizinha “ao triângulo formado pelas lagoas Formosa, Feia e Mestre D” Armas”, muito próximo ao local que, quase um século depois, seria escolhido para a construção de Brasília. Graças a Varnhagen, desde meados do século M o nome do Itamaraty está vinculado à idéia de Brasília.

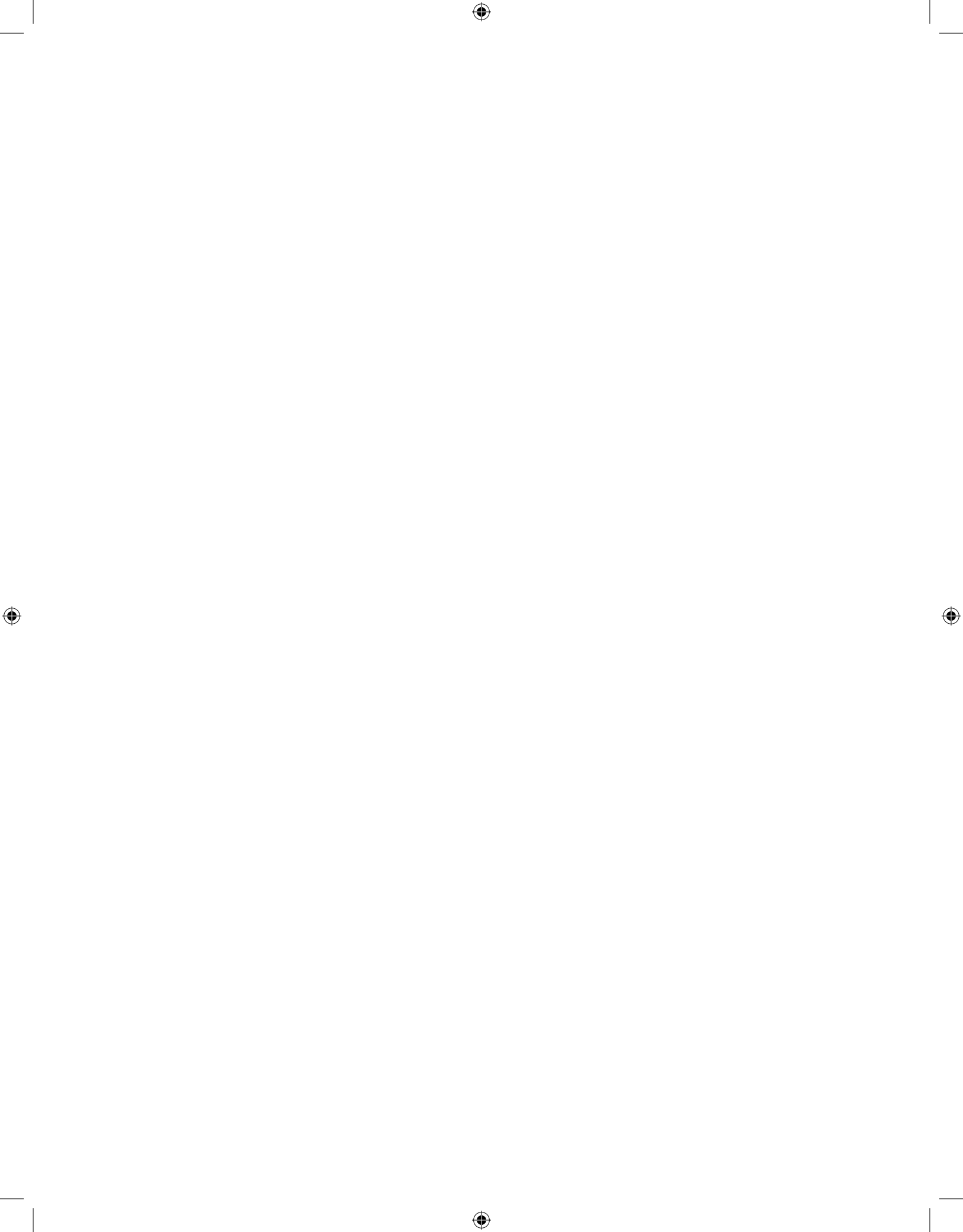
O interesse dos acervos artísticos reunidos nos dois palácios transcende sua evidente dimensão estética, configurando notável testemunho da nossa própria história. Aqui estão presentes obras representativas de épocas e estilos diversos, integradas de forma homogênea pelo fio condutor da identidade nacional. Exemplo disso é o modo harmonioso como, no palácio em Brasília, convivem os arcos arrojados de Niemeyer e as esculturas modernistas de Segall, Brecheret e Ceschiatti com as esplêndidas peças de mobiliário imperial que decoram as salas D. Pedro I, Portinari e Duas Épocas.

Das muitas obras aqui reproduzidas que, por sua dimensão artística ou valor histórico, mereceriam referência especial, limito-me a comentar, inclusive por seu alcance simbólico, apenas uma delas, o quadro “Paz e concórdia” (1902), de Pedro Américo, que integra o acervo do Palácio da Rua Larga. Na obra,

que encena uma grande celebração da paz, o artista reproduz, num detalhe no lado inferior direito da tela, o inconfundível perfil do Barão do Rio Branco, a saudar com a mão direita a figura feminina da República, ao mesmo tempo em que sobraça, com a mão esquerda, a Constituição. Ao aproximar Rio Branco daquela celebração, Pedro Américo ilustra uma idéia particularmente cara ao Itamaraty, ou seja, a noção de que a paz é elemento intrínseco e fundamental ao exercício da diplomacia.

Para além, no entanto, da qualidade evidente das obras aqui reproduzidas finamente comentadas pelo embaixador João Hermes Pereira de Araújo, com o sentido histórico e estético que lhe é próprio creio que não se pode deixar de sublinhar a importância dos próprios palácios que hospedam essas importantes coleções.

Seja pela beleza e harmonia de suas formas, seja pela capacidade de materializar no tempo e no espaço, dando-lhe forma e significado únicos, o fazer diplomático brasileiro, eles dão testemunho de como os vetores da tradição e da modernidade podem atuar de forma complementar. E essa capacidade de promover a mudança na continuidade, como já tive a oportunidade de observar, que confere ao Itamaraty a autoridade de que desfruta como instituição de Estado no sistema político brasileiro.



ARTIGO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR CELSO LAFER, PUBLICADO NO JORNAL O ESTADO DE
SÃO PAULO EM 16 DE SETEMBRO DE 2001 - “O MUNDO MUDOU”

Neste artigo, o chanceler brasileiro assinala que houve uma redefinição do funcionamento do sistema internacional; deslocou-se o eixo diplomático. Os recentes eventos nos EUA terão impacto mais incisivo do que a queda do Muro de Berlim, o colapso da União Soviética e o fim da bipolaridade.

As inequívocas manifestações públicas de pesar e de solidariedade aos Estados Unidos e de apoio aos brasileiros que se encontravam nas cidades atingidas pelos recentes atentados terroristas - oferta de sangue e de medicamentos; obtenção de informações; plantão de atendimento; medidas de reforço da segurança da Embaixada e dos consulados dos Estados Unidos no Brasil; providências com relação ao espaço aéreo brasileiro, à segurança de aeroportos e outras medidas de precaução - estão em sintonia e convergência com o que está ocorrendo de forma generalizada no resto do mundo, seja pelas manifestações dos Estados, das sociedades ou das próprias organizações internacionais.

As resoluções do Conselho de Segurança e da Assembléia-Geral das Nações Unidas sobre os atentados merecem nossa atenção, já que praticamente autorizam medidas de escopo mais abrangente, uma vez identificados os agentes. É, para efeitos de Assembléia-Geral da ONU e do Conselho de Segurança, não

só quase uma manifestação de inequívoco apoio, como, também, medida que propicia ao governo norte-americano importante liberdade de ação. A Otan, numa resolução inédita, decidiu autorizar uma eventual ação, considerando aquilo que aconteceu nos Estados Unidos como um ataque a qualquer um dos membros que integram a organização.

Registrem-se também as manifestações e iniciativas em andamento no âmbito da Organização dos Estados Americanos e do Grupo do Rio. Recordo, ademais, que, na hipótese de se confirmar o envolvimento do Taleban e de Osama bin Laden, o presidente Fernando Henrique Cardoso assinou em 19 de fevereiro de 2001 decreto que internaliza resolução do Conselho de Segurança quanto a providências a serem tomadas no Brasil visando coibir a ação de qualquer medida ou grupo que tenha alguma relação com aquele grupo. Ao avaliarmos o que significam, do ponto de vista da política internacional, os acontecimentos dos últimos dias, é importante realçar sua gravidade e seu significado.

O mundo mudou, gerando uma redefinição do funcionamento do sistema internacional. Deslocou-se o eixo diplomático. Antecipo que os recentes eventos terão um impacto mais incisivo do que a queda do Muro de Berlim, o colapso da União Soviética e o

fim da bipolaridade. Com o fim da guerra fria o mundo passou a operar com duas lógicas contraditórias: a da globalização - da organização mundial da produção econômica, da aceitação generalizada de certos valores, como direitos humanos e meio ambiente, e da instantaneidade de acesso à informação - e a da fragmentação das identidades, dos fundamentalismos e secessão de Estados.

A primeira metade da década de 90 foi um momento de expectativas positivas decorrentes das possibilidades de convergência: o da Conferência do Rio, de 92, sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o da Conferência de Viena sobre Direitos Humanos, o da assinatura e ratificação da Convenção de Proibição de Armas Químicas e o da Rodada Uruguai.

A partir da segunda metade da década de 90 prevalecem dificuldades e divergências. É o momento das crises financeiras, dos acontecimentos de Seattle, Washington, Praga e Gênova. Das dificuldades de entrada em vigor de tratados na área do desarmamento e não-proliferação, como o Tratado de Proibição de Testes Nucleares (CTBT). Dos impasses verificados em Durban. É o momento da percepção das assimetrias e dos dilemas da governança, no plano mundial. Nesta matéria o Brasil tem tido uma posição construtiva e crítica.

O presidente Fernando Henrique Cardoso tem atuado diretamente nesse processo do encaminhamento dos desafios que se colocam para a ordem mundial. Daí a sua ação no Foro de Governança Progressiva e sua interlocução com o G-7. Na década de 90, os Estados Unidos surgiram como a única superpotência capaz de atuar, simultaneamente, no campo estratégico-militar, no campo econômico

e no campo dos valores. A ação terrorista que agora atingiu os Estados Unidos é um exemplo de violência real e de violência simbólica. Violência simbólica porque atinge duas engrenagens do poder americano: a econômica, com a derrubada do World Trade Center, e a militar, com o atentado ao Pentágono. Violência real, pois o número de vítimas será superior, seguramente, a Pearl Harbor, que marcou a entrada dos Estados Unidos na 2.^a Grande Guerra, onde morreram 2.400 pessoas, das quais apenas 68 eram civis.

Tudo isso afetou a serenidade, o senso de segurança e a ilusão de invulnerabilidade dos Estados Unidos. Creio, assim, que se recoloca em novos termos o tema da paz e da guerra e o desafio da segurança, nos próprios centros do poder mundial, e não apenas fora dele. É isso que está em jogo e que aflorou com essa situação.

A guerra, conforme ensina Raymond Aron em seu clássico *Penser la Guerre*, é um camaleão e assume sempre novas formas, onde o fator tecnológico não determina a História, mas modifica as condições através das quais os homens atuam. Sabemos que uma das dimensões da globalização é a tecnologia da informação e dos transportes, o que significa que o mundo opera através da interação de uma multiplicidade de redes, que diluem a diferença entre o interno e o externo. O funcionamento do mundo em redes gera uma multiplicidade de atores governamentais e não-governamentais que, ao operá-las, conduzem, para o bem ou para o mal, a governança ou a falta de governança no mundo.

A década de 90 permitiu a prevalência da democracia e a autonomia da sociedade civil. Daí o novo papel das organizações

não-governamentais, que atuam no espaço público na defesa de certos valores, como o meio ambiente e os direitos humanos. Existem, no entanto, outros tipos de redes transnacionais, como a da lavagem do dinheiro, a da criminalidade organizada, a do tráfico clandestino dos armamentos, a da produção, distribuição e proliferação de drogas e a do terrorismo. Estas operam clandestinamente. A combinação desses tipos de redes clandestinas, e de outras voltadas para a publicidade, tende a escapar ao controle dos Estados e das organizações internacionais. Isso coloca justamente em questão o tema da racionalidade dos mecanismos tradicionais da economia, da diplomacia e da guerra, e permite multiplicar os riscos difusos da violência.

Na lição de Hannah Arendt, a violência não cria o poder. Ela destrói o poder como capacidade de agir conjunto, dado-chave da ação diplomática. São elementos dessa capacidade destrutiva o fato de que, quanto mais desenvolvido é um país, mais vulnerável ele se torna. A eletricidade, os transportes, todos os instrumentos da modernidade são atingíveis, e por meio deles afeta-se o sistema nervoso de um país. Exemplo disso, é a suspensão dos vôos comerciais sobre o território dos Estados Unidos, fato inédito em 70 anos de aviação comercial. Essa medida impediu que, apenas num dia, 1 milhão e 600 mil pessoas pudessem valer-se dos meios normais da aviação.

O segredo sempre foi um instrumento de poder. O poder invisível é aquele que vê e não é visto. Tradicionalmente, ele está a serviço do Estado, que detém o monopólio da coerção organizada. As redes de terrorismo significam a fragmentação das cadeias de poder. E o medo diante desse tipo de poder invisível aumenta

em função da dificuldade na identificação do inimigo, que é, enfim, o problema prático com o qual se defrontam os EUA e a comunidade internacional organizada. Daí decorrem as seguintes observações estratégicas: esse foi o maior ataque terrorista da História. Foi uma operação planejada com elevadíssimo grau de sofisticação e executada com notável rigor operacional. Mas os meios utilizados não foram os de destruição de massa e de alta tecnologia. É difícil mesmo imaginar a gravidade e o alcance que os ataques poderiam ter tido se houvesse a presença, por exemplo, de armas biológicas.

A observação política é a de que partimos das macropolaridades - seja a hoje superada divisão Leste-Oeste, seja a ainda persistente clivagem Norte-Sul - para micropolaridades, que derivam da fragmentação das cadeias de poder.

Isso, evidentemente, representa um desafio também para a democracia e significará a emergência de novos temas da agenda de segurança - terrorismo, movimentos armados, tráfico de drogas, lavagem de dinheiro -, o que traz à cena, para um país como o nosso, o tema da porosidade das fronteiras. A prevenção do terrorismo, por outro lado, é uma questão de vigilância, o que traz consigo sempre um desafio para a vida democrática, podendo conduzir, naturalmente, a abusos a título da necessidade de intensificação dos controles, assim como a manifestações de intolerância.

Podemos especular por ora sobre a possibilidade real de que os eventos do dia 11 de setembro produzam impactos sobre o Brasil. Por sua inserção no mundo e experiência diplomática, o Brasil tem uma leitura grociana da realidade internacional, ensejada pela gestão dos conflitos por meio

do direito e da diplomacia e tem como tema básico de sua política externa o desafio do desenvolvimento. É por esse motivo que a agenda econômica tem até agora estado no centro de minha ação à frente do Ministério das Relações Exteriores.

Os eventos dos últimos dias colocam, contudo, a questão da segurança em maior proeminência na agenda internacional. Por sua violência e impacto, no entanto, tenderão a ser inseridos numa lógica hobbesiana das relações internacionais - um retorno ao estado da natureza.

É nesse tipo de contexto que poderá dar-se, ao menos em parte, a reação norte-americana. Junto com essa maior magnitude do tema da segurança no plano global, haverá um reforço da idéia que o mundo se divide, politicamente, à maneira de Carl Schmitt, entre amigos e inimigos. Haverá uma expectativa cada vez mais expressiva de apoio e de alinhamentos. Haverá, conseqüentemente, uma diminuição do espaço para nuances.

ARTIGO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR CELSO LAFER, PUBLICADO NO JORNAL FOLHA DE
SÃO PAULO EM 27 DE SETEMBRO DE 2001 - “FIRME E CLARO”

“Entre os terroristas e os que se opõem a eles não deve haver nenhuma dúvida quanto ao lado em que está o Brasil”.

Os ataques terroristas do dia 11 de setembro atingiram alvos nos EUA, mas seu impacto é global. O mundo inteiro assistiu àqueles eventos, dramáticos e extraordinários, e continua a acompanhar seus múltiplos desdobramentos. A convergência das manifestações de solidariedade às vítimas e de rechaço ao terrorismo não tem precedentes. Como disse o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, o mundo possivelmente nunca esteve tão unido como naquele dia terrível.

Há cidadãos brasileiros entre os milhares de inocentes mortos e feridos. Essa é uma dor que traz a tragédia para ainda mais perto de nós, uma perda que o Brasil compartilha com mais de 90 países. Diante da magnitude do que ocorreu, não poderíamos ficar indiferentes ou passivos. Mesmo porque o repúdio ao terrorismo, como o repúdio ao racismo, está consagrado na Constituição como um dos princípios que devem reger as relações internacionais do Brasil. Consistente com esse preceito, nossa ação diplomática está baseada em valores fundamentais da nacionalidade e na defesa do interesse nacional.

A iniciativa brasileira de invocar o Tiar (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca), que contou com amplo respaldo

dos demais países do hemisfério, respondeu à convicção de que era necessário complementar, no plano regional, a intensa mobilização internacional que se seguiu aos ataques. A ONU, por meio de resoluções específicas, já se havia manifestado. Organismos regionais de outras partes do mundo também. A voz dos países americanos precisava ser ouvida, com gravidade, clareza e unidade de propósito.

O Tiar, assinado no Rio de Janeiro, em 1947, é o instrumento de segurança coletiva de que dispomos em nosso espaço geográfico. As mais de cinco décadas decorridas desde a sua assinatura deixaram marcas, mas não lhe retiraram a validade. Como ensinou San Tiago Dantas, a prova de vitalidade do sistema interamericano está na “capacidade de resolver e superar problemas por meio de soluções construtivas, em que se sinta a presença de uma comunhão de idéias e de uma soma de forças para alcançar um objetivo visado por todos”.

Na sexta-feira, 21 de setembro, em Washington, os ministros das Relações Exteriores das Américas realizaram duas reuniões consecutivas. Primeiro, em consultas nos termos da Carta da Organização dos Estados Americanos, para organizar a ação solidária diante da agressão. Depois, como órgão consultivo do Tiar, para formalizar o entendimento geral de que os ataques

terroristas sofridos pelos EUA devem ser considerados ataques contra todos os Estados americanos e para colocar em andamento os mecanismos de assistência recíproca correspondentes.

Que fique bem claro: não existe nenhum comprometimento com o emprego de tropas. O Tiar estipula que nenhum Estado será obrigado a usar suas Forças Armadas. Elas só seriam usadas por decisão soberana própria. O compromisso dos países americanos, assumido em Washington, é o de buscar, dentro de seus meios e capacidade, a melhor maneira de contribuir para a luta, que é de todos nós, contra o terrorismo, seus responsáveis e aqueles que os abrigam e patrocinam.

O objetivo maior é manter as Américas como zona de paz e segurança. Em qualquer circunstância, o Brasil terá presente a necessidade de estrito respeito ao direito internacional e a valores que estão na base do sistema interamericano: democracia, diversidade, tolerância, repúdio ao racismo e à xenofobia e respeito às liberdades individuais.

O mundo da globalização é um mundo de redes. Há redes para o bem e redes para o mal. Entre estas últimas estão as do terrorismo, as do crime organizado, as da lavagem de dinheiro e

as do contrabando de armas. Da maneira mais dolorosa, o dia 11 de setembro mostrou ao mundo a extensão do dano que podem causar as redes do mal, a cujas ramificações nenhum país do mundo está imune. Para fazer frente às redes criminosas transnacionais como as do tráfico de drogas, que tanto afetam a segurança cotidiana dos brasileiros, devemos nos valer de maneira mais efetiva das diferentes redes internacionais de cooperação, regionais ou globais.

O inequívoco repúdio aos ataques criminosos do dia 11, expresso pelo Brasil desde o primeiro momento, não representa de forma nenhuma adesismo ou alinhamento automático, como se apressariam em julgar aqueles poucos que põem o preconceito ideológico acima da razão e dos valores humanos mais elementares. O Brasil tem reconhecida vocação pacífica e uma longa e consistente tradição de repúdio à violência e ao uso ilegítimo ou desproporcional da força. Essa história nos dá autoridade para assumir, de forma autônoma, uma posição firme e clara.

Ante o assassinato em massa de milhares de seres humanos inocentes não há lugar para atenuantes. Entre os terroristas e os que se opõem a eles não deve haver nenhuma dúvida quanto ao lado em que está o Brasil.

ARTIGO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
PROFESSOR CELSO LAFER, PUBLICADO NO JORNAL FOLHA DE SÃO
PAULO EM 13 DE OUTUBRO DE 2001 - “CUBA E OS FURACÕES”

“Nas águas procelosas em que hoje navegamos, visitar Cuba equivale a uma lição de realismo e utopia”.

Em 1960, pouco antes de viajar ao Brasil acompanhado por Simone de Beauvoir, Jean-Paul Sartre esteve em Cuba para testemunhar os primeiros passos da revolução comandada por Fidel Castro, Che Guevara e Camilo Cienfuegos. A visita está relatada numa série de reportagens publicadas no Brasil sob o título “Furacão sobre Cuba”. A imagem do furacão aí representava, simbolicamente, as mudanças que começavam a se processar na vida do país.

A recente visita que realizei a Cuba, a convite do chanceler Felipe Pérez Roque, esteve ameaçada pela passagem do furacão Isidore pelo Caribe. Diferentemente do furacão sartreano, no entanto, Isidore não era uma tormenta metafórica. Representava, sim, uma ameaça real que trazia consigo promessa de devastação semelhante àquela provocada em 2001 pelo furacão Michelle.

A ameaça, felizmente, não se concretizou. Isidore desviou-se do rumo inicialmente previsto, causando apenas estragos menores em algumas plantações na costa Oeste de Cuba, antes de se deslocar para a península de Yucatán e para a costa da Louisiana, onde desapareceu.

O tema dos furacões pautou boa parte da extraordinária alocução de mais de duas horas que nos proporcionou -a mim, ao embaixador

do Brasil em Havana, Luciano Martins, e aos colaboradores que me acompanhavam- o presidente Fidel Castro. De forma pausada e com a capacidade de entreter e de comunicar que lhe é característica, Fidel, como quem conta uma fábula, discorreu sobre a natureza dos furacões, deixando implícita a moral da história.

A partir do exemplo de Isidore, procurou demonstrar que, ao atribuir significado à história, o homem lhe dá um sentido, mas não revela seu destino. As metáforas extraídas de fenômenos naturais como a tempestade, a tormenta e o redemoinho sugerem, em geral, o confronto com o inelutável. A narrativa de Fidel procurava matizar esse determinismo. Parecia propor, em contraponto, a imagem da nau presa no rastro do furacão que precisa redefinir seu rumo para tentar prosseguir no itinerário.

Fidel procurava demonstrar que, em circunstâncias semelhantes, cabe ao governante atuar não como observador, mas como protagonista da ação. Ele sabe, afinal, que, dialeticamente, o ritmo da história resulta de variações por contradição, não por sucessão.

Essa foi minha primeira viagem a Cuba. A visita inseriu-se no contexto de aproximação e de institucionalização das relações bilaterais aprofundadas com a ida do presidente Fernando Henrique a Cuba, em novembro de 1999, a primeira visita de

um chefe de Estado brasileiro à ilha. Assinei em Havana acordos de cooperação judiciária em matéria penal e de supressão de vistos em passaportes diplomáticos que testemunham o interesse de ambos os governos em aprimorar os mecanismos institucionais bilaterais e o diálogo entre os dois países. Instrumental, nesse sentido, tem sido a atuação do embaixador Luciano Martins, que, ao aliar sua reconhecida capacidade intelectual ao interesse pelos temas da agenda bilateral, soube cultivar contatos e intensificar a presença brasileira na ilha.

Cuba vive hoje momento que parece configurar um ajuste de rota. Se é visível, por um lado, a preocupação das autoridades com a manutenção do patrimônio de identidade fruto da Revolução, é evidente, por outro, a percepção da necessidade de lidar com as mudanças trazidas pelo fim da bipolaridade e pelo colapso do bloco soviético e o consequente término das relações especiais com a URSS e posteriormente a Rússia.

O grande desafio enfrentado hoje por Cuba é o de manter sua identidade em meio à nova configuração da cena internacional. Para isso, o país tem realizado importante esforço de reposicionamento, caracterizado pela busca de novos parceiros, como a União Européia e a América Latina. Cuba, ademais, tem se lançado de forma corajosa num processo de reestruturação do setor do açúcar, procurando encontrar novos caminhos para a utilização da mão-de-obra que será deslocada. Novas alternativas têm também sido buscadas no turismo e na exploração de petróleo.

Outro bom exemplo desse impulso renovador é a restauração ora em curso do magnífico conjunto arquitetônico de Havana Velha, que não apenas traz de volta o esplendor original do bairro, como atua no sentido de conservar naquela tradicional zona residencial a mesma comunidade que ali sempre esteve e que com ela guarda profundas afinidades

culturais. Esse esforço está presente também na incipiente atividade empresarial na ilha, de que são exemplo os chamados paladares, restaurantes com participação de capital privado -como o fascinante La Guarida.

Em todos os encontros que mantive com autoridades cubanas durante a visita, pude testemunhar a mesma determinação de buscar redefinir os termos de inserção internacional de Cuba, o que, no caso de Havana, passa necessariamente pela normalização das relações com Washington.

Exemplo concreto disso foi a inauguração em Havana de feira de produtos agropecuários e alimentícios norte-americanos, que reuniu 280 expositores e mais de 700 empresários. A abertura contou com a presença do presidente Fidel Castro, que saudou o “esforço tão nobre” dos expositores norte-americanos, *“luchando para que se desarrollen las mejores relaciones entre nuestros dos pueblos, que son afortunadamente vecinos y están obligados a ser amigos”*.

No discurso que proferi por ocasião da abertura da Assembléia Geral da ONU dias antes da viagem a Cuba, referi-me ao “tempo de tormenta e vento esquivo” de que nos fala Camões n” “Os Lusíadas”. Nas águas procelosas em que hoje navegamos, visitar Cuba equivale a uma lição de realismo e utopia.

O realismo, que tem pautado de forma crescente a atuação do governo cubano e que se traduz na busca prioritária da reinserção do país no plano hemisférico e no âmbito internacional, não põe em questão a necessidade de manter o patrimônio de realizações em áreas como a saúde e a educação, que se identificam com o próprio ideário da Revolução. Pelo contrário. Cuba sabe, porque o aprendeu da forma mais árdua, que a postura realista é instrumento imprescindível para o resgate e a manutenção daquelas conquistas e do direito de sonhar um mundo mais justo.

ARTIGO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR CELSO LAFER, PUBLICADO NO JORNAL VALOR ECONÔMICO EM
18 DE OUTUBRO DE 2001 - “O BRASIL “DE CORPO E ALMA” EM NOVA YORK”

Importantes obras da arte indígena, do barroco e do modernismo são exibidas no Guggenheim.

Nova York é talvez o mais perfeito exemplo de uma Babel contemporânea. Nenhum outro lugar é capaz de acolher, de forma tão abrangente, línguas e culturas de todo o mundo, que aqui convivem numa polifonia de signos que espelha e traduz a própria idéia de modernidade. O próprio fato de Nova York ser a sede da Organização das Nações Unidas ilustra, no plano diplomático, essa afirmação e essa abertura.

A semelhança entre a representação iconográfica da Torre de Babel - tal como a encontramos, por exemplo, no famoso quadro de Pieter Breughel, o Velho - e o Museu Guggenheim, que acolhe a partir de hoje (abertura para convidados) a exposição “*Brazil - Body and Soul*”, não será possivelmente fortuita. Tal semelhança sugere que, ao conceber as formas ousadas desse que é um dos ícones da arquitetura moderna, Frank Lloyd Wright talvez tivesse presente a construção bíblica que deu origem à metáfora da pluralidade dos discursos. O Guggenheim, no entanto, inverte a torre de Breughel. Embora siga, como um caracol, o mesmo sentido espiral, ao inverter a construção sobre seu eixo vertical, Wright inverte também a pirâmide sociocultural, fazendo que cada nova volta da espiral seja mais inclusiva, mais ampla.

A capacidade de traduzir é o fio de Ariadne que conduz o homem para fora do labirinto da incomunicabilidade. É essa mesma capacidade que, a despeito das diferenças, empresta à nossa Babel contemporânea solidez e harmonia. A tradução não só torna possível o diálogo entre o universal e o particular, como aproxima os povos.

Como lembra Paul Ricoeur, a tradução existe desde tempos imemoriais. Hoje em dia, com o fenômeno da globalização, aprendemos no contato com outras culturas que não vivemos num universo unidimensional, mas num multiverso pluralista, a que só podemos ter acesso, por aproximações sucessivas, através da política da cultura.

De acordo com Isaiah Berlin, “o que faz os homens seres humanos é algo comum a todos”. É isso que torna a intercomunicação dos pontos de vista e das culturas no tempo e no espaço possível. Esse substrato comum funciona como uma ponte, estabelecendo pontos de interação. Em outras palavras, a diversidade de signos e valores, que decorre da existência de diferentes culturas, não conduz à introversão e ao fechamento. Antes o contrário. É a partir da diversidade que se instaura a possibilidade do diálogo.

A diversidade é o sal da terra. Sem ela, não existiriam culturas, que são fruto da hibridação. O movimento dialógico da diferença, para ser fecundo, não pode ser a repetição do repertório do Outro. Tal repetição

petrifica o diálogo, que, imobilizado, deixa de ser crítico.

Outro pensador cujas idéias me parecem relevantes na discussão do tema do diálogo entre as culturas é Noberto Bobbio. Ao refletir sobre o papel da cultura a partir da perspectiva da doutrina liberal, Bobbio traça um paralelo entre o que chama de política da cultura e política cultural.

A política cultural, afirma, é a planificação e a organização da cultura em função de interesses políticos. Representa a idéia de uma cultura policiada no plano do Estado pela censura e no da sociedade pelo “patrulhamento ideológico”, com vistas ao domínio hegemônico de uma única e monista visão do Estado, da sociedade e do direito. Já a política da cultura representaria a política dos homens de cultura na defesa das condições da existência e do desenvolvimento da cultura. Nesse sentido, ela é, politicamente, um programa de ação e não uma proposta de domínio.

A política divide, lembra-nos Bobbio, e a cultura une. Enquanto aquela vive do conflito, esta só existe pelo diálogo. A antítese entre a violência e o diálogo corresponde ao contraste histórico entre duas vontades: a vontade de poder e a boa-vontade.

A mostra “*Brazil - Body and Soul*” insere-se nessa tradição dialógica da política da cultura. Ao reunir algumas das obras mais importantes da arte indígena, do barroco, do modernismo e da arte contemporânea brasileira, ela revela não apenas a permanência de um vetor estético que remonta às manifestações artísticas dos primeiros habitantes do país, como também a possibilidade de diálogo entre épocas e

ambientes culturais diversos. São obras que, num arco de tempo que vai do período que antecede o descobrimento do Brasil, em 1500, aos dias de hoje, revelam o país profundo que resiste aos estereótipos por vezes associados à idéia de brasilidade.

Dadas as incertezas que cercam o momento atual é evidente que, para além da importância das obras que integram essa mostra, sua realização é também um testemunho de vontade política. O esforço diplomático que precedeu sua montagem - e que garantiu a presença do belíssimo altar-mor do Mosteiro de São Bento, de Olinda, peça central de toda a exposição - é um claro exemplo do que chamamos de política da cultura. Trata-se de um gesto - talvez singelo, mas não por isso menos enfático - que reitera a disposição permanente do Brasil com vistas a ampliar o espaço do diálogo entre as culturas.

“*Brazil - Body and Soul*” não tem a ambição de ser um panorama conclusivo ou um mapeamento completo da arte brasileira. A presente exposição é, antes, um repertório, isto é, para lembrarmos Octavio Paz, uma visão sintética de uma realidade heterogênea. Como tal, representa uma intersecção entre o dicionário - sempre aberto ao desconhecido - e a história, que lhe empresta a cronologia e o sentido de direção e de mudança.

O percurso sugerido por esse repertório vai do anonimato do artista, que encontramos nas peças de arte indígena, ao início do processo de individuação, presente no barroco, culminando na afirmação do temperamento pessoal característico dos períodos moderno e contemporâneo.

Pode-se dizer que, nos cinco séculos de sua história, o Brasil trilhou percurso semelhante, ou seja, o da busca da identidade, que é fruto do diálogo entre o nacional e o universal, o particular e o geral, e que nos ajudou a criar vínculos de ligação entre a base e a cúpula de nossa edificação histórico-cultural e a dar continuidade à recorrente tarefa de corrigir - para tomarmos emprestada a expressão de Gilberto de Mello Kujawski - nossa arquitetura imperfeita.

A mostra *“Brazil - Body and Soul”* testemunha esse processo e ilustra, por meio da expressão dos artistas brasileiros, anônimos ou não, o vigor e a amplitude de uma sociedade pluralista.



ARTIGO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, PUBLICADO NA REVISTA ÉPOCA
EM 1 DE DEZEMBRO DE 2001 - “A CRISE COMO OPORTUNIDADE”

O Brasil não emudeceu diante da crise. Pelo contrário. Por pessimistas que tenham sido os analistas quanto aos efeitos dos atentados de 11 de setembro sobre a conjuntura internacional, o país soube ver a crise como oportunidade de aprimorar os padrões de convivência entre os Estados. E conseguimos nos fazer ouvir com propostas voltadas à construção de uma ordem de paz e desenvolvimento, uma ordem que seja mais imune ao dogmatismo e à exclusão.

Condenamos os atentados com a veemência reclamada pela Constituição, que situa o repúdio ao terrorismo como um dos princípios norteadores de nossa ação externa. Tampouco deixamos de reconhecer o direito dos Estados à auto-defesa. Mas jamais nos iludimos quanto ao caminho para uma paz duradoura. Creio ter interpretado o sentimento de nosso povo ao afirmar na Assembléia Nacional Francesa que tão importante quanto reagir ao terror é enfrentar as causas da violência e da intolerância.

Daí a relevância de um equacionamento justo e definitivo dos conflitos regionais que ameaçam a paz mundial, como é o caso do confronto entre israelenses e palestinos. Assim como apoiou em 1948 a criação do Estado de Israel, o Brasil reclama passos concretos para a constituição de um Estado Palestino democrático, coeso e economicamente viável. Partilhei essa expectativa em encontro recente com representantes das colônias judaica e árabe de São Paulo, quando pude confirmar,

pela receptividade às minhas palavras, a coincidência de propósitos entre aquelas comunidades, dedicadas desde sempre à afirmação do Brasil como uma sociedade plural e integrada.

Pela formação multiétnica, somos fadados, nós brasileiros, ao universalismo. O discurso do choque de civilizações não encontra maior eco no Brasil. Nada nos soa absolutamente positivo ou irremediavelmente negativo. Sabemos matizar nossas circunstâncias. Valorizamos a diversidade cultural. Gostamos de ser híbridos, já diziam, com razão, nomes como Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Existe, portanto, um lastro cultural a legitimar a defesa pelo Brasil de uma ética de cooperação e solidariedade entre os povos, que ajude a cimentar um novo contrato entre os Estados. Falo de um contrato que atenda à segurança dos Estados e também promova a democracia, os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável, a correção de assimetrias no comércio e nas finanças. Isto requer a atualização do modelo já arcaico de Bretton Woods. O Banco Mundial não se mostra habilitado a promover o desenvolvimento.

O FMI tampouco dispõe de recursos que assegurem liquidez ao sistema. Não existe mecanismo algum que controle a volatilidade dos fluxos financeiros. Cumpre criá-lo. Como também valorizar o papel do G-20 no tratamento dos grandes temas econômicos. As

decisões sobre os rumos da globalização não podem ficar restritas ao G-7 ou ao G-8.

É hora de combater o protecionismo dos ricos, em suas diversas modalidades, sem o que os mais pobres continuarão privados de um fator importante para seu desenvolvimento, que é o acesso a mercados afluentes.

Não menos premente é a necessidade de democratizar os mecanismos decisórios de poder. O Conselho de Segurança das Nações Unidas deve ser ampliado e reformado para melhor refletir a realidade de nossos dias. Quanto mais legítimas forem as instituições de governança, maiores as chances de fazer prosperar instrumentos de interesse universal como o Protocolo de Kyoto e o Tribunal Penal Internacional.

Não são propostas novas. Defendo-as há algum tempo, mesmo sob a suspeita de estar cultivando utopias. Esquecem meus críticos de que são utopias viáveis. Costumo dizer que política não é a arte do possível, mas a de tornar possível o necessário, o que supõe persistência, crença e também um olhar atento aos meandros da vida internacional, que não é estática, mas dinâmica, como todo e qualquer processo político. Aquilo que se afigura irrealista em determinado momento pode não o ser no momento seguinte. Depende das circunstâncias, do cacife dos atores.

Vejamos o resultado da reunião da OMC em Doha, para muitos surpreendente. Alguns dogmas caíram por terra. O Brasil e os demais países em desenvolvimento obtiveram avanços

importantes em temas como agricultura, anti-dumping, acesso a mercados. Para não falar da possibilidade de quebra de patentes em nome da saúde pública. São ganhos a serem consolidados no processo negociador, mas já se deu um primeiro passo, dos mais expressivos. É como se a concertação contra o terror tivesse levado a atitudes de flexibilidade e transigência.

Outras conquistas são possíveis. Basta encarar o desafio de interagir com um mundo em permanente mutação. O Brasil dispõe de credenciais, que se viram reforçadas, por conta da competência e destemor de seu povo: moeda estável, retomada do crescimento, maior competitividade, redução da pobreza, aumento da escolaridade, expansão da renda familiar, programa de direitos humanos, atenção às minorias. Fatores que se traduziram em melhoria de nossa imagem. Não há efeito que perdure sem causa próxima. E o efeito, uma melhor imagem externa, traz reflexos concretos para o progresso e bem-estar dos brasileiros. Reforça a credibilidade do país, amplia o leque de parceiros, favorece os investimentos, contribui para a geração de renda e emprego.

Enfim, a estatura internacional do país cresceu porque o país evoluiu para melhor e disso convenceu o mundo. Aqui reside o segredo de nossa capacidade de opinar e ser ouvido sobre os grandes temas contemporâneos, a começar pela paz, amiga do desenvolvimento.

ARTIGO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO, PUBLICADO NA REVISTA VEJA EM 1 DE
DEZEMBRO DE 2001 - “O MUNDO APÓS O 11 DE SETEMBRO”

Diz-se que em 14 de julho de 1789, o diário de Luis XVI conteria apenas uma anotação: hoje, nada a registrar. A veracidade eventual do fato importa menos do que a lição que encerra: é tarefa das mais árduas antecipar o rumo da história e perceber suas inflexões no momento mesmo em que ocorrem. A dificuldade contrária se manifestou claramente no debate que surgiu após o 11 de setembro. Sob o impacto do gesto brutal, foi comum encontrar declarações peremptórias sobre o caráter histórico do acontecimento. O ineditismo da manifestação irracional de violência deixa em todos nós a marca profunda de termos sido testemunhas do episódio que, anos adiante, talvez venha a ser reconhecido como o evento que inaugurou o século XXI.

A pergunta que se impõe, diante disso, é a seguinte: que podemos fazer para evitar que sigamos o destino das sociedades humanas regido pela guerra? Estou convencido de que devemos voltar nossa atenção não para o que mudou, mas, mesmo que paradoxalmente, para o que não mudou. Nem tudo que é extraordinário é transformador, muito menos renovador. Em outras palavras, afastar o fantasma da guerra requererá vencer desafios que não são novos: combater as desigualdades, reduzir a exclusão, promover a tolerância, construir a legitimidade do consenso livre. A

paz é muito mais do que o contrário da guerra. Ela é o corolário da justiça.

Ao refletir, nesse contexto, sobre o mundo desde o 11 de setembro, creio que um primeiro fato a ser sublinhado é o de que toda a reação foi precedida de cuidadoso trabalho de consultas político-diplomáticas. Quando muitos imaginavam uma reação militar imediata e intempestiva, preferiu-se trilhar o caminho mais seguro de, por um lado, obter os apoios políticos necessários e, de outro, deixar claro que o confronto por iniciar-se não representava de forma alguma um conflito entre o Ocidente e o Islã, mas sim o combate a grupos radicais que não se podem reclamar herdeiros de qualquer tradição religiosa ou civilizacional. O que ficava claro naquele momento era que mesmo a única superpotência remanescente sabe que há limites para a ação unilateral e que, sem o apoio da comunidade internacional, suas ações careceriam de legitimidade.

A redescoberta da necessidade do consenso talvez seja o principal avanço que terá emergido desse confronto. Em momento onde se insinuavam com força crescente tendências que apontavam para um unilateralismo indesejado, é um alívio perceber o rápido amadurecimento da percepção de que vivemos em uma sociedade internacional profundamente interligada e no seio da qual

mesmo o mais categórico diferencial de poder não se traduz imediatamente na capacidade de agir isoladamente. O que hoje a sociedade internacional reclama é justamente que este papel renovado da busca do consenso seja colocado a serviço da construção da paz. Nesse âmbito, tenho insistido na necessidade de avanços em algumas áreas.

Na área política, por exemplo, é inadiável que os principais mecanismos de decisão sejam reformados. É inexplicável que o Conselho de Segurança das Nações Unidas mantenha uma composição de membros permanentes que congela as realidades do poder da época da Segunda Guerra Mundial e que não traduz o surgimento de novas vozes e perspectivas no cenário internacional desde então. É inexplicável também que se mantenham círculos restritos de deliberação como o Grupo dos 7/8, que hoje sequer consegue reunir-se em tranqüilidade em meio aos protestos anti-globalização.

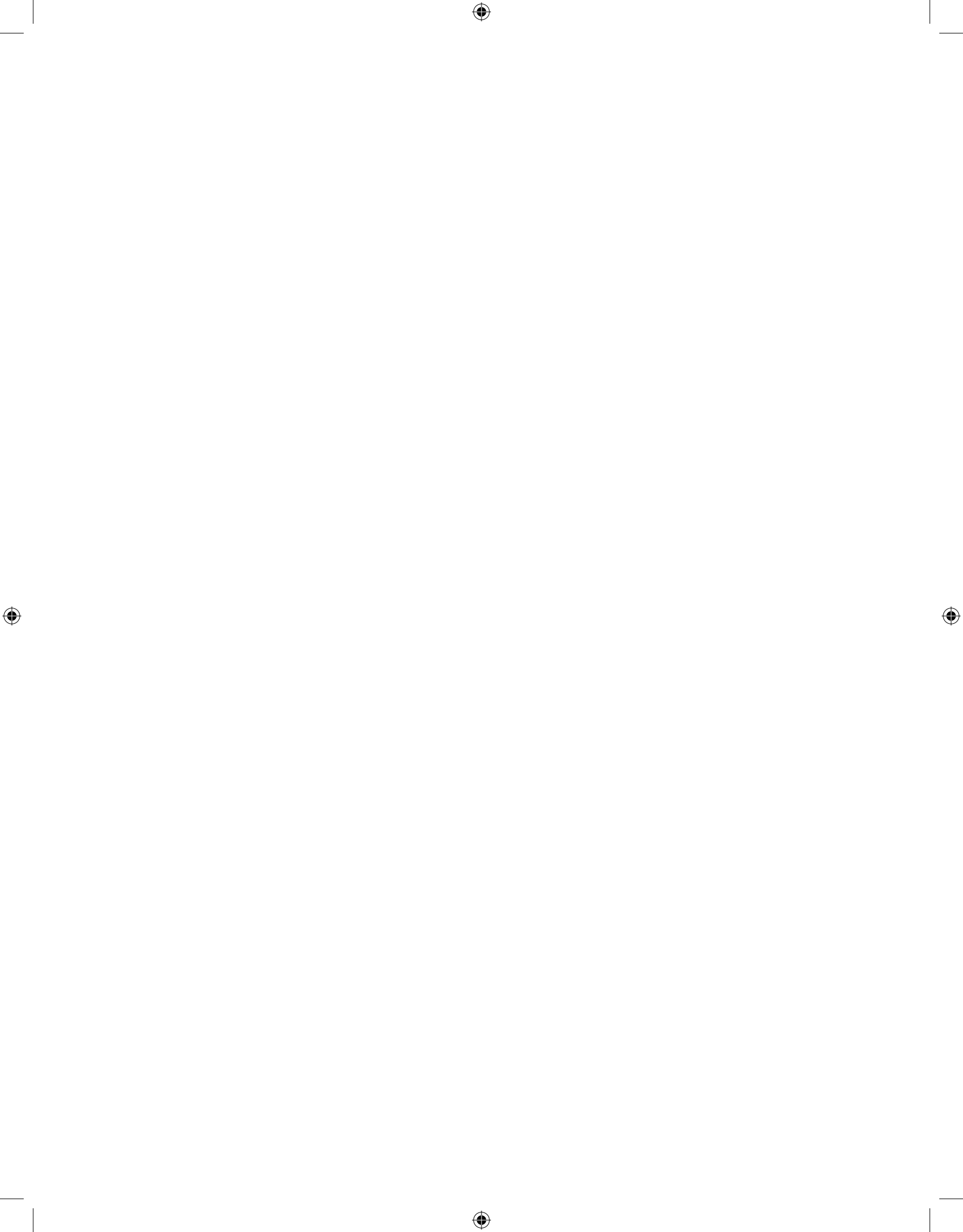
Na área econômica, se o lançamento da nova Rodada de Comércio em Doha deve ser saudado como um avanço, ao incorporar temas que são do interesse direto dos países em desenvolvimento, não deixa de causar preocupação que o principal parceiro comercial das Américas tenha recebido, ao menos em primeira instância, mandato negociador que essencialmente proíbe concessões em áreas onde as vantagens competitivas trabalham em favor dos parceiros menos ricos e, ao mesmo tempo, criam constrangimentos adicionais como vincular consultas sobre flutuações cambiais a temas de liberalização comercial. Certamente não será este o mandato que levará a uma América comercialmente mais unida.

Ao pensar sobre os desafios que teremos pela frente, tenho a convicção, serena e realista, de que somos um país com credenciais para participar de forma construtiva da elaboração de um futuro comum para a humanidade. O peso de nossa tradição diplomática se vê hoje reforçado por uma economia sólida e estável, com regras do jogo claras e que segue crescendo em meio à recessão mundial que nos cerca. Somos uma sociedade comprometida com a busca da prosperidade em ambiente democrático. A verdade é que o Brasil foi capaz, internamente, de dar resposta pacífica a alguns dos graves dilemas que hoje afligem a cena internacional. Por isso mesmo, temos a autoridade moral para erguermos nossa voz em defesa de um futuro melhor.

Essa autoridade moral está amparada em quatro conquistas essenciais. A primeira é o caráter plural de nossa sociedade. A segunda é a solidez de nossas instituições democráticas. Com isso, as vozes mais diversas convivem em ambiente político harmônico no qual o que as une não é o consenso obrigatório, mas a certeza de que a diversidade é um valor a ser respeitado. A terceira conquista que nos distingue é a firmeza de nosso compromisso no combate à desigualdade e à pobreza. Nos últimos anos, milhões de brasileiros se ergueram da linha da pobreza absoluta. Ainda falta muito, mas os avanços são claros. A quarta conquista de que nos podemos orgulhar como nação é a solidez que alcançamos para nossa economia. Os números estão aí. Hoje o Brasil é um país melhor do que era na virada dos anos 90.

Foi como Presidente desta nação orgulhosa de si mesmo que me dirigi à Assembléia-

Geral da ONU para transmitir a mensagem de que o Brasil tem uma contribuição importante a prestar para uma ordem internacional que se reconstrói ante nossos olhos. Esta é uma mensagem realista. O que desejamos para a sociedade das nações é o que procuramos construir para nós mesmos. Os desafios vencidos pelo povo brasileiros nos últimos anos nos ensinam que sim, é possível superarmos os dramas da desigualdade. Sim, é possível associar prosperidade e justiça. Estamos fazendo isso no Brasil. Nada nos condena a um mundo dividido entre ricos e pobres, cindido pelo ressentimento e pela desesperança. Mais de três meses passados da manifestação da irracionalidade destrutiva, nosso desafio é construir um mundo amparado na solidariedade, orientado pela Razão, voltado para a Paz. Mãos à obra. O Brasil é parceiro solidário nesta tarefa.



ENTREVISTAS

ENTREVISTA DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR CELSO LAFER, CONCEDIDA AO JORNAL “PÚBLICO” DE
PORTUGAL: “O BRASIL QUER UM MUNDO MAIS MULTIPOLAR”. 07/07/2001

Por Teresa de Sousa

O Brasil quer um mundo mais multipolar e multilateral. Regido por regras nas quais possa participar. Mas o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Lafer, também acredita que é possível negociar a ALCA com os EUA sem diluir o MERCOSUL. Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, Celso Lafer não é um político comum. Filósofo, professor universitário, discípulo de Hanna Arendt, ensaísta, empresário, ocupa pela segunda vez na história ainda recente da democracia brasileira o famoso Palácio do Itamaraty, num país que não esconde a sua condição de média potência mundial. Num almoço em Lisboa, Celso Lafer contava como, em casa dos seus pais, se discutia à mesa quem era melhor - se Machado de Assis ou Eça de Queirós. É por isso que se sente “em casa” quando vem a Portugal.

Público: Disse que havia uma convergência entre Portugal e Brasil na visão que têm do mundo e do sistema internacional que mais lhes pode convir. O Brasil é um país-continente com

aspirações a ser um *global player*. Portugal um pequeno país europeu, ainda que parte integrante de um grande actor internacional que é a União. Onde está a convergência?

Celso Lafer: Portugal trabalhou bem a sua dimensão europeia e recuperou um pouco da sua dimensão atlântica. Ao recuperá-la, o Brasil passou a ser uma peça importante. Além disso, há hoje uma dimensão fundamental de *networking* nas relações internacionais onde a *likemindedness*, as afinidades entre os países e as pessoas desempenham um papel importante. E, nesse sentido, podemos trabalhar em conjunto. E não podemos esquecer a língua. Nós somos os padrinhos do papel da língua portuguesa o mundo e a língua é um dado-chave da identidade. Nesse sentido temos com Portugal uma especificidade de afinidade que é única. O facto de eu poder exprimir-me aqui na minha própria língua, com a naturalidade que eu só posso ter na minha língua, é um dado importante.

Público: Temos uma liderança mundial fortíssima dos EUA, com uma visão do mundo própria de uma superpotência. No quadro actual de reorganização do sistema internacional, qual é o mundo que convém ao Brasil?

Celso Lafer: O Brasil, porque é esse grande país continental não ameaçador, faz uma leitura mais “grossiana” [do jurista Hugo de Grotius, pai do “direito dos povos”] da vida internacional ou menos “hobbesiana” e maquiavélica. Quer um mundo mais multipolar e mais multilateral, mais *rule-oriented*, onde o papel da diplomacia, das regras e do direito sejam instrumentos da domesticação do poder. Nesse sentido, a nossa coincidência com Portugal - e também com a União Europeia - é grande. A UE é uma construção “grossiana”, baseada na regra, consenso, democracia, direito. Então, aí as afinidades do Brasil ou do Mercosul com a UE e com Portugal são muito claras. Claro que, para o Brasil, o grande desafio hoje é a qualidade da sua inserção económica internacional. É por isso que temos uma visão arquitectónica e não excludente. O aprofundamento do Mercosul; o espaço americano que é uma linha forte da política externa brasileira; uma negociação construtiva com os EUA; e uma negociação positiva com a UE. Dentro dessa moldura mais abrangente que poderá ser uma negociação no âmbito da OMC que, para nós, é importante porque é a finalização do multilateralismo de um sistema de normas.

Público: Hélio Jaguaribe escreveu recentemente que o Mercosul não poderia resistir à ALCA [Área de Comércio Livre das Américas]. Como pensa que é possível articular o Mercosul com a ALCA?

Celso Lafer: A nossa insistência é na consistência do projecto Mercosul como uma união aduaneira com uma tarifa externa comum. Na reunião da ALCA de Belo Horizonte [há quatro anos], foram fixadas algumas regras que dizem respeito à preservação de todas as instituições de integração das Américas que tivessem uma dimensão mais profunda. A ALCA coloca-se como uma zona de comércio livre e não como uma união aduaneira. O aprofundamento e consolidação do Mercosul é a condição da sua não diluição no âmbito de uma eventual ALCA e é também um instrumento positivo de negociação naquilo que para nós é importante e que é o acesso aos mercados. Eu sei que Hélio tem grande preocupações com a ALCA. Nós também entendemos que é uma negociação que não se restringe à dimensão tarifária. É uma discussão de acesso a mercados envolvendo *anti-dumping*, subsídios, regras de origem e todos esses mecanismos. Essa negociação não será fácil para nós. Mas, para ser aquilo que nós desejamos, também não será fácil para os americanos. Toda a negociação deste tipo é uma negociação para dentro da sociedade e para fora. Os americanos terão os seus dilemas internos. Por outro lado, no contexto da América do Sul, imaginando que os americanos tenham a vocação para levar para diante o projecto, eles sabem que o grande mercado é o mercado brasileiro...

Público: É o seu grande objectivo...

Celso Lafer: Para alcançarem esse objectivo terão de se acomodar aquilo que será a pauta mínima das exigências brasileiras. Colocadas, aliás, com muito clareza pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso na cimeira do Quebec.

Público: Não crê que há uma oposição fundamental entre aquilo que significa o Mercosul - a consolidação de blocos regionais integrados e abertos - e o modelo americano, que é a globalização e liberalização dos mercados?

Celso Lafer: Eles são hoje a única grande superpotência e actuam como tal seja no campo dos valores, seja no campo estratégico, seja no campo económico. Mas há limites ao que é a afirmação unilateral dessa vocação. Para poderem alcançar os seus objectivos, têm que negociar. Como eles vão administrar esta complexidade, é a pergunta que todos nós fazemos neste momento.

Público: A crise argentina está a afectar profundamente o Mercosul. Crê que o projecto tem força suficiente para ultrapassar esta encruzilhada?

Celso Lafer: Acho estamos a trabalhar vigorosamente nesse sentido e estou convencido que é do interesses de todos a preservação do projecto. Para o Paraguai e o Uruguai é muito claro, mas para a Argentina também. É com o Brasil que a Argentina tem um superavit comercial. É um mercado assegurado por uma união aduaneira que permitirá uma multiplicação dos investimentos na Argentina. É ainda a questão da credibilidade internacional da Argentina, que se sustenta pela manutenção do projecto Mercosul.

Público: A UE e o Mercosul arrastam há 10 anos as negociações para uma área de comércio livre. Quando se constitui a NAFTA, a UE reagiu tarde e mal em relação ao México e negociou à pressa uma área de comércio livre. Espera que a pressão da ALCA leve agora os europeus a compreender a importância do Mercosul?

Celso Lafer: Estamos agora diante de uma janela de oportunidade. Temos a reunião de Madrid no ano que vem e as conversas que eu mesmo tive com [o comissário europeu responsável pelo comércio externo] Pascal Lamy mostram que a UE se deu conta que este momento é decisivo. Claro que a negociação com o Mercosul é mais complicada do que com o México, porque não havia com o México a componente agrícola que é parte mais delicada da nossa negociação. Penso que a PAC [Política Agrícola Comum europeia], tal como é, está condenada a desaparecer - pelo alargamento, pela dimensão orçamental e também pelo que ocorreu na área da segurança animal. Então, penso que há espaço para a mudança. E tenho a impressão de que o interesse norte-americano pela ALCA é o esforço adicional para mover os europeus.



ENTREVISTA DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO, CONCEDIDA AO JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO
- “PRESIDENTE ADMITE “PERDÃO” PARA ARGENTINA”. 18/07/2001

Segundo ele, cobrança de dívida seria suspensa temporariamente para ajudar país vizinho

O presidente Fernando Henrique admitiu ontem, após reunião com a equipe econômica, que não haverá problemas em renovar o acordo com o FMI e até em aumentar a meta do superávit primário para 3,5% do PIB, se a situação argentina exigir. E tudo indica que vai exigir. Sobre o parceiro do Mercosul, o presidente, nessa segunda parte da entrevista ao Estado, reconheceu que a estratégia brasileira, no momento, é a de conceder-lhe uma espécie de *waiwer* (perdão) provisório até que as coisas melhorem por lá. Mas não deixa dúvidas de que é um *waiwer* meio impaciente com as seguidas rupturas de lealdade praticadas pelo governo argentino contra um parceiro comercial muito importante.

Estado: Sobre a questão argentina, parece que há certo consenso de economistas importantes de que seria conveniente o Brasil renovar o acordo com o FMI, em função do cenário, e fazer com que o superávit primário cresça para 3,5% do PIB, em vez de 3%...

Fernando Henrique: Se o governo encontrar necessidade, fala com o FMI. Nós temos um recorde muito importante com o FMI: há três

anos cumprimos todas as metas. Então, temos boa vontade do FMI. Haver necessidade ou não depende de uma avaliação recíproca, nossa e do FMI. Se for para dar mais segurança ao País, acho bom fazer.

Estado: Isto está sendo discutido no governo?

Fernando Henrique: Sempre discutimos. Temos contatos estreitos com o FMI, que tem muito respeito pelo governo brasileiro. O programa não pode ser do FMI. O programa tem que ser nosso. Nós temos grau de seriedade suficiente para dizer: achamos que podemos fazer isto, estão dispostos a abrir um crédito? O que aconteceu da última vez? Eles nos deram US\$ 40 bilhões. Nós não pegamos. Nós pegamos, sei lá, US\$ 15 bilhões, e pagamos tudo, rapidamente. Isto é mais um dinheiro virtual, como que dizer par o mercado: olha, não vem que não tem. É uma blindagem, não é propriamente para usar o recurso, embora possa ser usado. A meta para o ano que vem era de 2,7%. Nós aumentamos para 3%, já por nossa conta. Podemos ampliá-la, bem como a deste ano. Seguramente, se houver necessidade, nós vamos pedir mais recursos. Hoje, os Estados estão num regime de disciplina fiscal dura, e as estatais também. Então, nós não teremos dificuldade

em atingir a meta consolidada. Aumentou o endividamento. Por quê? Continuamos botando em cima da mesa os esqueletos. Um é o FGTS. Isto é uma conta enorme, que nos foi passada pelos governos passados, e nós reconhecemos e estamos organizando o pagamento. São sei lá R\$ 40 bi, ou 60 bi. Tivemos os bancos, agora, a Caixa Econômica e o Banco do Brasil. Se juntamos um com o outro, dá R\$ 60 a R\$ 70 bilhões. Então, o endividamento não aumentou, mas nós só reconhecemos o que já estava lá. E saneamos. Só dos Estados, foram 150 bilhões. Poucos governos tiveram a coragem que nós tivemos. Onde tem problema, nós enfrentamos. Isto vale para a corrupção, também. Nunca deixei de dizer “vá em frente”. Claro que isto dá prejuízo para mim, como político, para o governo, como imagem. Mas não estou ligando para isto. Tenho convicções.

Estado: Quem é seu candidato *in pectore*?

Fernando Henrique: Sou eu. (risos). Imagine se perguntasse ao papa – que não é o meu caso – quem é o cardeal *in pectore* dele. Ele não fala...O papa morre sem falar. Mas daqui a poucos meses vou falar o nome do meu.

Estado: Nos últimos 15 dias o governo brasileiro teve uma atitude enérgica, quase hostil, com relação ao comportamento da Argentina e depois recuou, em função das dificuldades do país vizinho. Passada a tempestade, o Sr. acha que o Mercosul tem futuro?

Fernando Henrique: Qual foi o momento em que o governo realmente esperneou? Foi

no momento em que ela começou a desfazer a tarifa externa comum, o Mercosul, a idéia da união monetária, porque há compromissos internacionais e tal. E também porque foi unilateral. Assim não dá. O mais importante para nós é que a Argentina se saia bem. Então, quando o ministro Cavallo argumenta; bom, então nós aumentamos a tarifa em 7% para importação e importação. Vocês quanto desvalorizaram o real este ano? Ficamos um pouco sem argumento, porque de fato, no mínimo, desvalorizamos uns 20%. É claro que por trás disso tem outros problemas. Para que a Argentina possa voltar realmente a ter o dinamismo que nos interessa e que nós queremos, para que o Mercosul não tenha empecilhos, é preciso que a Argentina resolva não só o seu problema momentâneo, mas seu problema de base: retomar condições de crescimento. E nesse sentido mesmo algumas medidas que são muito específicas e que não são muito lá conforme a natureza dos tratados, a gente pode até entender. Meu Deus, tomara que com isso a Argentina saia do marasmo. Agora, se não sair, se começa a tomar uma medida aqui, outra acolá, começa a dar a impressão: olha, que diabo, não é o Brasil que está atalhando. Não adianta botar tarifa em cima de nossos produtos. A Argentina tem superávit nos negócios com o Brasil, sempre teve, continua tendo. Não vamos deixar criar na Argentina um sentimento anti-Brasil que não se justifica. É o nosso jogo. Nesse momento precisamos refrear um pouco nossas aspirações.

Estado: Estamos numa espécie de waiver?

Fernando Henrique: Isso, uma espécie de waiver.

ENTREVISTA DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE
CARDOSO, CONCEDIDA AO JORNAL “O GLOBO” EM 9 DE AGOSTO DE 2001

Globo: O Brasil não está vulnerável demais às crises mundiais?

FH: Todos os emergentes estão, mas, depois de tantas crises, aprendemos. Estamos mais protegidos. Nós nos adaptamos ao mundo cruel.

Globo: O Brasil teve duas megadesvalorizações recentes e mesmo assim as exportações não cresceram.

FH: Falta agressividade aos exportadores. Falta inovação tecnológica. É inovar o processo e produzir o que o mundo está querendo. Produtos de vanguarda. A Embraer é um sucesso porque entrou num nicho de que o mundo estava precisando. Na agricultura também. Falta uma política industrial mais ativa.

Globo: O que é política industrial?

FH: Não é criar barreiras. É criar condição para que tenhamos maior competitividade. É somar inovação tecnológica com agressiva política de mercado. Essa parte é dos empresários. Eles é que têm de falar línguas estrangeiras. Não posso sair pelo mundo vendendo pente, sapato, tecido ou o que seja.

Globo: Diz-se que seu modelo é aberto demais. Essa crítica é feita até por gente de seu partido, como José Serra e Tasso Jereissati. Quem vai defender esse modelo na eleição?

FH: Você citou dois que a imprensa diz que são candidatos. Se não defenderem esse modelo não terão o que defender. Por que criticar, tem gente que critica melhor e com mais legitimidade. Duvido que Serra e Tasso possam dizer que a economia brasileira é muito aberta. Eles podem dizer que foi mal aberta.

Globo: O PT, a Fiesp e o Iedi (Instituto de Desenvolvimento Industrial) têm uma proposta comum para esse problema: levantar barreiras a importações e proteger determinados setores. O que o senhor acha?

FH: É a aliança do arcaico. Estamos numa outra etapa do capitalismo e ficam sonhando com um país mais fechado. Alguns setores não dizem, mas têm saudade da inflação porque ganharam muito.

Globo: O acordo com o FMI prevê um corte de R\$ 45,7 bilhões no ano que vem. Esse empréstimo vai ser pago pelo próximo governo. Essa herança não é pesada demais?

FH: Pior foi a que recebi: os esqueletos, que estavam ocultos. Da outra vez, pagamos em um ano. Esse é o projeto: ter o dinheiro como um seguro e tentar nem usar e deixar o próximo governo com condições melhores para arrancar. Se não fizessemos isso, a taxa de juros iria lá para cima, a taxa do dólar iria lá para cima, o desemprego aumentaria.

Globo: Já estão lá em cima, presidente.

FH: E iriam muito mais. Perde-se o controle. O mundo vive um momento difícil: os Estados Unidos vão crescer 1,5%. Vamos crescer o dobro da economia mundial: 3%. Aqui não tivemos recessão nem em 99. É preciso olhar para o lado: veja só a Argentina.

Globo: O senhor acha que ela sai dessa sem desvalorizar?

FH: Não é fácil, mas é a opinião pública que não quer desvalorizar, e o governo também. A Argentina tem que voltar a crescer, não tem outro jeito. Precisa haver um apoio financeiro internacional, e o Brasil se empenha por isso. Tenho escrito cartas e falado com (George) Bush, (Tony) Blair e outros. Não é possível deixar a Argentina em crise sem dar a ela condições de sobrevivência. A Argentina fez tudo o que pediram. Agora vai ser punida?

Globo: O consenso de Washington errou com a Argentina?

FH: Ninguém mandou eles fazerem o currency board, ligar o peso ao dólar foi uma decisão argentina, mas foi altamente aplaudida. É uma certa hipocrisia dizer que a Argentina tem que resolver seus problemas. Que “seus”? O mundo hoje é interdependente.

Globo: Em sete meses de governo, o presidente Bush já disse que não vai ter Kyoto, tratado contra armas químicas, e se concentra no seu escudo antimísseis. Não está havendo retrocesso na política internacional?

FH: Essa política internacional não é a minha visão. Discordo da política externa americana agora. Veja só o caso da Argentina: não acho que devem deixar o mercado resolver o problema, porque o custo é alto para o povo e as empresas. Acho que é preciso dar mais força às instituições internacionais. O G-20, criado pelo (Bill) Clinton, tem essa visão: aumentar a capacidade de intervenção para não ficar de braços cruzados vendo o mundo desabar.

Globo: A política externa americana não está muito militarista?

FH: Sim. Não vejo razão nesse escudo antimísseis. Para quê? Por causa da Coreia do Norte? Do Iraque? Também não concordei com a decisão sobre Kyoto. O Brasil tem uma posição muito firme em defesa do protocolo de Kyoto.

Globo: Na época de Clinton havia mais entendimento com a Europa e a América do Sul?

FH: Temos até hoje uma proposta de governança progressiva com Blair, (Lionel) Jospin, Clinton, eu, (Ricardo) Lagos. Um grupo de líderes mundiais com uma visão que não é igual à de Bush, mas ele é que foi eleito pelo povo americano.

Globo: Jader Barbalho, com todos os processos contra ele, todas as suspeitas, não terá perdido as condições de continuar presidindo o Senado?

FH: Ele já se afastou. Temporariamente, mas se afastou. Politicamente a situação é delicada. Ele só tem um caminho: mostrar que o que estão dizendo não é certo. Essa limpeza ética é uma coisa boa. A posição do governo não é de pôr lenha na fogueira, nem jogar água para apagar o fogo. O governo não está pondo nada debaixo do tapete. Nada!

Globo: Foi a articulação do seu partido, o PSDB, que levou Jader à presidência do Senado. O senhor não se sente um pouco responsável por isso?

FH: Naturalmente, porque sou presidente e sou do PSDB, mas não foi isso só. Foi um jogo político. A eleição de Aécio Neves na Câmara rompeu uma aliança com um setor e levou ao fortalecimento de outro.

Globo: O senhor acha que poderia ter assistido de braços cruzados?

FH: Na questão da ruptura da aliança, manifestei-me contrário, pelas conseqüências que traria para a governabilidade. Mas o partido tem seus interesses legítimos, de eleger o presidente da Câmara. Foi uma renovação. No momento em que o PFL não aceitou fazer uma aliança com o PMDB no Senado, por pressão do senador Antonio Carlos (Magalhães), o PMDB apoiou o Aécio na Câmara. Somos todos responsáveis por uma situação política, mas não por eventualmente a pessoa ter cometido deslizes. Não sou solidário com deslizes, ainda que num dado momento sejam de aliados. Uma coisa é aliança política, outra é solidariedade no erro. São erros cometidos há 20 anos.

Globo: De quanto vai ser o aumento dos salários do funcionalismo?

FH: Vamos esclarecer bem essa questão. A Constituição diz que deve haver uma revisão anual geral com o mesmo índice para todos os funcionários. Acho que isso não deveria ter sido aprovado, porque é mentalidade inflacionária. Isso não quer dizer que os funcionários não mereçam aumento. Sou contra o princípio geral. Se você atar o salário a índices repões a indexação.

Globo: Então vai haver um aumento, mas ele não vai se referir à inflação do ano passado?

FH: Não pode ser. Se for isso, estou voltando ao passado.

Globo: Será sobre a previsão?

FH: É possível. Será qualquer índice. A Constituição não obriga a nada.

Globo: Mas a previsão de inflação do ano que vem é 3,5%.

FH: Posso dar mais ou posso dar menos. Cansei de ouvir que o governo não deu aumento ao funcionalismo. Em 95 houve um aumento de 25%. E depois, quando o STF mandou dar 28% a 11 funcionários, mandei generalizar. Além disso, aumentamos carreiras específicas. Em 95 a folha era de R\$ 40 bilhões; agora é de R\$ 56 bilhões e em 2002 vai ser de mais de R\$ 60 bilhões.

Globo: Haverá uma política específica para a promoção dos negros?

FH: Já existe. Na distribuição de terra, no FAT. Sem alardear, temos feito. Fizemos revisão profunda nos textos escolares e outras políticas de valorização. Tenho nomeado generais negros. E nos tribunais.

Globo: A qualquer pergunta sobre economia o ministro Pedro Malan responde falando de política. O senhor sabe o que está acontecendo?

FH: É um bom ministro. Completo. Todos devem fazer isso.

Globo: Ele vai assinar a ficha de filiação?

FH: Ele me disse que não. Acho que você é que está querendo que ele seja candidato, porque diz que o Tasso e o Serra não vão defender o modelo econômico.

Globo: O senhor acha que o Malan defende melhor?

FH: Não digo melhor, mas defende.

ENTREVISTA DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, CONCEDIDA À REVISTA MERCOSUL, N°74 - “A RECEITA DE LAFER PARA REVITALIZAR O MERCOSUL: GOVERNO E EMPRESÁRIOS DEVEM SE UNIR MAIS PARA PROTEGER A INTEGRAÇÃO REGIONAL”. 1/09/2001

A crise econômica na Argentina e suas polêmicas tentativas de solução se juntaram à desvalorização do real e ao racionamento de energia no Brasil para configurar o ambiente de dificuldades nas duas grandes economias do bloco.

As perspectivas são de continuidade desta fase de dificuldades do Mercosul, que, este ano, está passando pelo período mais conturbado da sua história de 10 anos. Mas a vontade política e a visão estratégica dos governos e dos empresários devem continuar atuando como “rede de proteção” do projeto contra as forças que ameaçam. Os setores públicos e privados favoráveis à integração devem concentrar esforços em uma agenda realista capaz de contribuir para a consolidação da união aduaneira cujo instrumento essencial é a Tarifa Externa Comum.

É o que se conclui das palavras do ministro de Relações Exteriores do Brasil, embaixador Celso Lafer. Segundo ele, é preciso ter visão de futuro para não perder o sentido de direção da unidade regional e do que ela representa no mundo. “Temos”, disse o ministro ao jornal Clarín, de Buenos Aires, uma semana antes do impasse tarifário entre o Brasil e Argentina, “de ser razoáveis para entender e saber lidar

com os problemas de conjuntura. Precisamos ter sempre presente, como horizonte, o alcance maior do projeto estratégico. Com isto, quero dizer que as dificuldades dos sócios do Mercosul não serão jamais equacionadas com a diluição do projeto, na forma de volta ao modelo da antiga Associação Latino-Americana do Livre Comércio (Alalc). No mundo de hoje, mercados segmentados e de políticas isoladas intensificam os riscos de vulnerabilidade, diminuem a capacidade negociadora e representam custos adicionais para os países. É preciso, portanto, levar o Mercosul sempre para frente, jamais para trás”.

RM: Este ano temos tido sempre a sensação de que o Mercosul está paralisado. Quais são os problemas que criam a imagem de estancamento, às vezes, até que o bloco corre perigo de se extinguir?

Lafer: O projeto Mercosul tem como lastro o consenso derivado da reciprocidade de interesses, cuja manutenção no tempo requer um contexto win-win, ou seja, todos os sócios devem ganhar juntos.

O arrefecimento da atividade econômica em países-membros; os dilemas de conjuntura; e a

vulnerabilidade externa e suas conseqüências macroeconômicas, que impactam o tecido produtivo e repercutem no nível do emprego na nossa região têm provocado questionamentos sobre a contribuição que o Mercosul vem dando para a solução destes problemas e para a preservação do contexto win-win.

É preciso, no entanto, ter presente que este questionamento vem ocorrendo apesar das instituições do Mercosul estarem funcionando, ou seja, o projeto está vivo e caminha na direção acertada pelos sócios. O comércio entre seus sócios continua a fluir. Seus diversos órgãos e comitês mantêm seus calendários de eventos, capacitando os sócios do bloco articularem posições negociadoras de acesso a mercados com terceiros, notadamente com a União Européia e no âmbito dos processos da Área de Livre Comércio para as Américas (Alca).

RM: Cresceu, neste segundo semestre, o questionamento quanto ao futuro do Mercosul. Como as chancelarias do bloco trabalham a situação?

Lafer: Temos consciência e ciência destes questionamentos e da necessidade de dar a eles um trato construtivo como meio de levar adiante o processo, preservando cuidadosamente a sua essência e o seu sentido de direção; preservando, acima de tudo, o alcance estratégico do projeto Mercosul.

As chancelarias do Brasil e da Argentina vêm trabalhando esta problemática de forma convergente, movidas pela visão de que a superação das dificuldades não reside na diluição do Mercosul, mas, ao contrário, requer mais Mercosul. O Mercosul não é a causa de nossos problemas atuais e pode ser parte importante de sua solução.

RM: Que medidas devem ser tomadas para revitalizar o bloco?

Lafer: Para dinamizar o bloco, há necessidade de maior integração. Temos que dar passos firmes na direção do Mercado Comum, da integração das cadeias produtivas, da integração das infra-estruturas físicas, além de aperfeiçoar os aspectos institucionais, buscando aprimorar o mecanismo de solução de controvérsias, coordenar mecanismos de defesa comercial extrazona e a eliminação de medidas intrazona, instalando, em seu lugar, um sistema comum de defesa da concorrência. Além disso, devemos trabalhar por políticas comuns em áreas tais como zoofitossanitárias e certificação

RM: Existe a impressão de esfriamento nas relações entre Argentina e Brasil. O que está acontecendo?

Lafer: Essa impressão não corresponde à realidade. Os presidentes da Argentina e do Brasil mantêm diálogo intenso e cordial. Falo, com prazer e proveito, regularmente por telefone com o ministro Giavarini, com quem tenho me encontrado pessoalmente com frequência. Nossas conversas são mais do que simples conversas de vizinhos; são diálogos entre representantes de dois países amigos e sócios empenhados na conformação de um futuro comum.

RM: O senhor considera que a Alca é ainda um caminho possível para os nossos países, ou acredita que a União Européia pode ser um caminho melhor do ponto de vista do Mercosul?

Lafer: Ambos caminhos são válidos e devem ser compatíveis na medida em que as negociações criem condições de acesso a mercado ampliado para os produtos e serviços do Mercosul. Interessa aos membros do Mercosul manter a condição de global traders, assegurar mercados diversificados em nosso relacionamento comercial, e ser um pólo de atração de investimentos produtivos de diversas procedências.

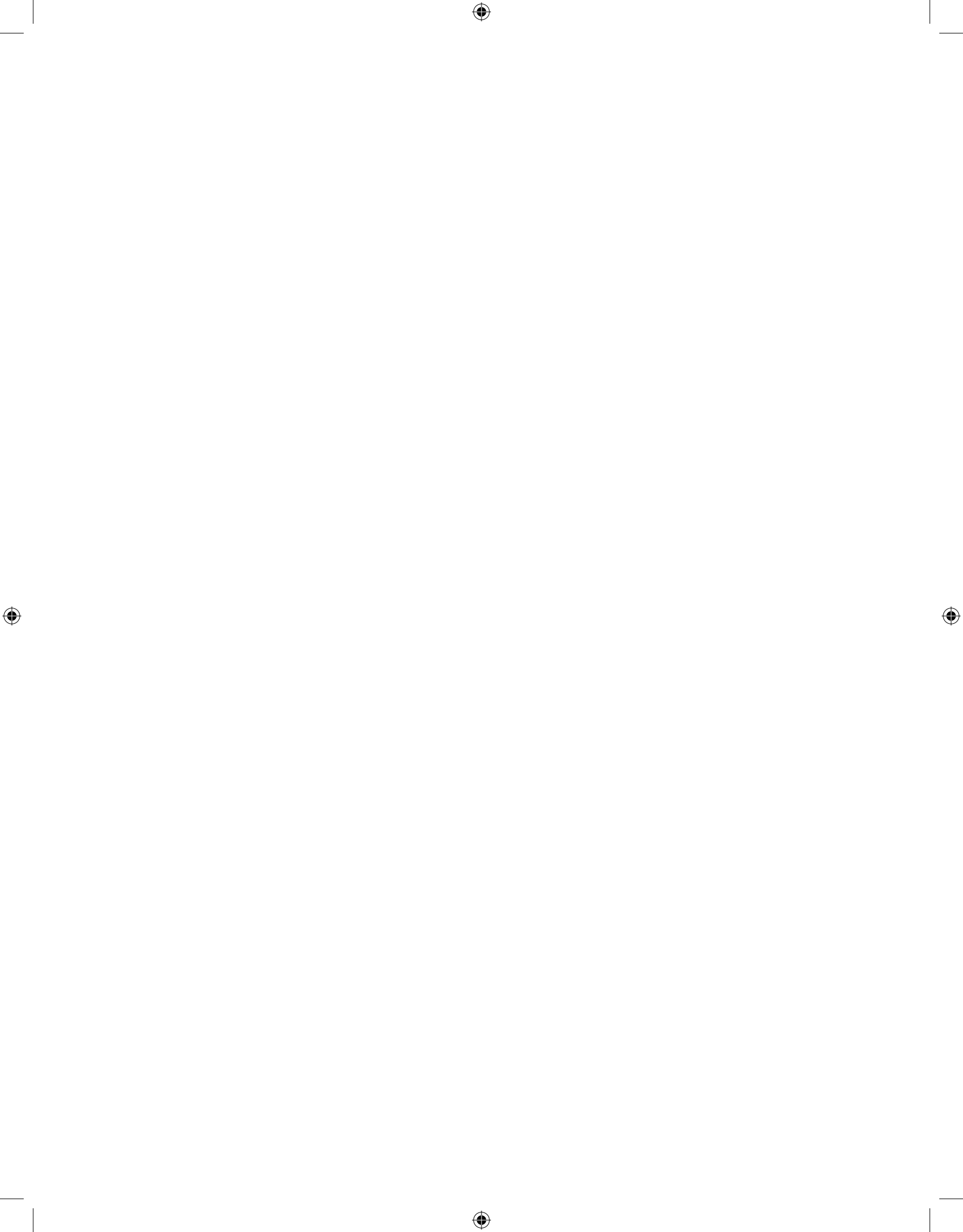
RM: O Chile pode ingressar este ano como membro pleno do Mercosul, mesmo sem a União Aduaneira?

Lafer: Para tornar-se membro pleno do Mercosul, seria necessária a convergência das tarifas, pois o projeto Mercosul é o de união aduaneira, dotada conseqüentemente de tarifa externa comum. Enquanto essa convergência não ocorre, há amplo campo para aprofundamento das relações entre o Chile e o Mercosul, como ficou bem claro durante a visita que o presidente Ricardo Lagos fez ao presidente Fernando Henrique Cardoso. Há a percepção comum de que é necessário retomar as reuniões da Comissão Negociadora

do ACE-35, o que esperamos venha a ocorrer ao longo deste segundo semestre. Acolhemos com satisfação as reiteradas manifestações do governo chileno de que a incorporação de seu país ao Mercosul é uma decisão que atende aos interesses estratégicos do Chile, ao mesmo tempo que agrega valor ao nosso processo, tornando-o mais apto a enfrentar com consistência os desafios das negociações comerciais regionais, intra-regionais e globais.

RM: Como se encontram as negociações com a Comunidade Andina e que possibilidade existe de se chegar a um acordo com o Mercosul, antes do fim de ano?

Lafer: Já tivemos um primeiro encontro, e vamos retomar o contato. Estamos agora conformando a posição negociadora do Mercosul com a Comunidade Andina. Temos a expectativa de avançar nas negociações, inclusive para tratar do interesse da Venezuela em assinar um acordo de livre comércio com o Mercosul e tornar-se membro associado do nosso projeto de integração, tal como já o são Chile e Bolívia.



DECLARAÇÃO À IMPRENSA PROFERIDA PELO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, E PELO PRIMEIRO-MINISTRO DE PORTUGAL, ANTÓNIO GUTERRES. BRASÍLIA, PALÁCIO DO PLANALTO, 05/09/2001

Presidente: Quero expressar a satisfação do Governo e do povo brasileiro por estarmos recebendo, uma vez mais, o Primeiro-Ministro de Portugal, António Guterres, na realização do que nós aqui chamamos, imitando o vocabulário português, de uma Cimeira, ou seja, uma reunião de Cúpula entre os dois Governos. Essa Cimeira se reúne anualmente. Portugal é o único país com o qual o Brasil tem este tipo de relacionamento, que implica uma possibilidade enorme. De fato, existe uma possibilidade entre nossos povos. Em primeiro lugar, as nossas culturas, as nossas economias e possibilidade política também, posto que, no plano internacional, o Brasil e Portugal têm estado a trabalhar juntos esses anos todos. Em particular, tenho um apreço muito especial pelo Primeiro-Ministro Guterres, a quem considero – e não por estar na presença dele, porque eu o digo sempre – um dos principais líderes mundiais. Tivessem outros países, de maior porte que Portugal, a sorte de terem um líder da estatura de Guterres, e já teríamos caminhando mais no sentido de um sistema econômico mundial global mais justo, mais solidário, menos assimétrico. Tivessem os líderes a mesma visão que tem o Primeiro-Ministro de Portugal, e o Brasil e Portugal, Mercosul e União Européia já teríamos caminhado mais na direção daquilo que nós almejamos, que é de um tratado de comércio

que permita uma aproximação ainda maior entre as nossas economias. Mas, a despeito de haver dificuldades, o fato é que a existência de Portugal, e a existência em Portugal de um Governo como este, chefiado pelo Primeiro-Ministro – e rendo minhas homenagens ao Presidente Jorge Sampaio, também, a quem muito prezo – já nos tem ajudado bastante. Nas nossas discussões, nesta manhã, que não foram discussões, foram explicações recíprocas e sempre convergentes, ficou claro que o caminho é de ampliar a cooperação entre Brasil e Portugal, entre o Mercosul e a União Européia. Nos próximos meses estaremos ativos tanto na preparação da reunião que haverá no Emirado de Catar, que a Organização Mundial do Comércio vai patrocinar para a discussão de uma nova rodada de negociações multilaterais de comércio. Quanto à relação entre a União Européia e Mercosul, nós estaremos trabalhando ativamente para lograr os êxitos que os nossos povos merecem. Obrigado e ofereço a palavra ao Primeiro-Ministro, António Guterres.

Primeiro-Ministro: Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer, de uma forma muito sentida e muito emocionada, essa excepcional recepção, o calor humano e amizade com que o Presidente Fernando Henrique Cardoso e seu Governo nos recebem sempre. E as palavras

tão gentis e tão amigas que pronunciou. Penso que esse encontro foi muito importante em três níveis. Em primeiro lugar, porque nos permitiu estabelecer uma estratégia de cooperação que vai, agora, ser concretizada no plano técnico, através de consultas permanentes, naquilo que podemos chamar de tentativa de estabelecimento de uma arquitetura das relações internacionais, conforme a visão comum dos dois Governos. Visão que é inteiramente coincidente e visão que passa, em primeiro lugar, pela regulação de um processo de globalização que tenha uma rodada de negociações da Organização Mundial do Comércio, e com êxito, um papel essencial do estabelecimento de regras multilaterais. Em segundo lugar, seja acompanhado de uma aceleração das negociações entre a União Européia e o Mercosul, ultrapassando as atuais dificuldades, no sentido de ser possível o estabelecimento de uma lógica de articulação triangular no espaço atlântico, com o Mercosul e a América do Sul em seu torno, com a União Européia, com os Estados Unidos e os países que a eles se associam, mas baseada no equilíbrio, baseada numa lógica de igualdade e de multipolaridade, que é indispensável para uma arquitetura mais justa das relações internacionais. Brasil e Portugal vão trabalhar, e vão trabalhar em detalhes, na aproximação de posições concretas nestes domínios, nos quais, como é sabido, Portugal é representado pela União Européia. Mas procuraremos, dentro da União Européia, e já demos alguns passos significativos nesse domínio, nomeadamente, uma proposta de reforma da política agrícola comum. Procuraremos, dentro da União Européia, criar as condições de êxito para estes dois objetivos: a possibilidade de a Organização

Mundial de Comércio desempenhar o seu papel de regulador multilateral e o êxito das negociações União Européia/Mercosul como pilar de uma nova arquitetura. O segundo aspecto que eu queria sublinhar é a importância da entrada em vigor do novo tratado. Tratado de amizade, cooperação e consulta. É um tratado celebrado entre duas democracias, que substitui os acordos celebrados entre duas ditaduras. E é bom não esquecer os irritantes problemas que tratados já não adaptados aos tempos modernos criaram, na última década, entre os dois países e que, agora, são definitivamente removidos. Para sublinhar a importância desse tratado, estou em condições de anunciar à opinião pública brasileira, ao povo do Brasil, através de sua comunicação social, que há, neste momento, um acordo firme, de um conjunto de forças políticas que constituem uma maioria superior a dois terços, na Assembléia da República de Portugal, para, no quadro da revisão constitucional extraordinária, que vai ser efetuada para adaptar a legislação portuguesa ao Tribunal Penal Internacional, introduzir na Constituição Portuguesa as regras de reciprocidade de direitos políticos e de igualdade de direitos políticos no espaço lusófono. Estas medidas permitirão que, pela primeira vez na História, aproveitando as disposições já existentes na Constituição brasileira, elementos, cidadãos do Brasil possam vir, em breve, a ser membros do Parlamento português ou até do Governo português e cidadãos portugueses possam vir, também, em breve, por exemplo, a ser membros do Congresso brasileiro ou do Governo brasileiro. Era, talvez, a última questão que estava por se resolver no relacionamento político entre os dois países. Posso anunciar-vos que existe, hoje, um

consenso político em Portugal para permitir alterar a Constituição portuguesa no sentido de uma total identidade de pontos de vista com o Brasil. O terceiro aspecto que eu gostaria de sublinhar é o da concretização desta visão comum no quadro da globalização e deste novo assentar em bases modernas do nosso relacionamento político e o aproveitar esses dois fatos para uma intensificação muito grande do nosso relacionamento. No plano das sociedades civis, quer nos quadros do investimento, do turismo, da cultura como no plano político, temos um conjunto vastíssimo de acordos, que vão desde o transporte aéreo à justiça e que revelam um trabalho muito aprofundado de cooperação entre os dois Governos, correspondente ao que é, hoje, o sentimento de irmandade entre os dois países. Quero sublinhar, enfim, que a visão que o Brasil tem vindo a imprimir na liderança que tem sabido realizar, sob a Presidência do Presidente Fernando Henrique Cardoso, no quadro do Mercosul e da América do Sul, é uma visão que nós partilhamos inteiramente. E gostaríamos que Portugal, com a humildade que reconhecemos em relação às nossas capacidades, como membro da União Européia, possa dar um contributo útil, para que essa “mundivisão”, essa perspectiva de uma arquitetura mais justa e multipolar das relações internacionais se possam vir a concretizar.

Jornalista: Presidente Fernando Henrique: é verdade que as relações políticas entre os dois países seguem um bom caminho? E não é mesmo verdade que há ainda alguns entraves no plano das relações econômicas? Por exemplo, os empresários portugueses que

têm já uma forte participação na economia brasileira queixam-se, por exemplo, de entraves burocráticos, nomeadamente, no que concerne à concessão de vistos de trabalho para entrar aqui, no Brasil. Pensa que, de alguma forma, o seu Executivo está em condições de minorar estes entraves burocráticos, que garanta uma melhor participação dos empresários portugueses no Brasil?

Presidente: Pois não. Não apenas os empresários portugueses se queixam de entraves burocráticos, mas também os empresários brasileiros se queixam dos mesmos entraves. Eu até diria que também me queixo dos entraves burocráticos, para mostrar a dificuldade que há em resolver, às vezes, pequenos problemas. Mas, certamente, a disposição do Governo é de solucioná-los. No que diz respeito à questão de vistos de entrada, há uma legislação complexa. E, na medida que havia, como ainda há, preocupação com oferta de emprego, há sempre alguma tendência a resistir à concessão de vistos. Mas o Ministro do Trabalho está atento, para que isso não se transforme em um obstáculo à expansão das empresas, notadamente das portuguesas.

Jornalista: Presidente, essa modificação que está sendo estudada na Constituição portuguesa, no Brasil também teria que ser alterada, não é?

Presidente: Não. Nós já temos. A Constituição do Brasil já permite. Permite, na medida que haja reciprocidade. Como Portugal estará dando reciprocidade, a partir daí, se você quiser ser deputada em Portugal, pode se candidatar. Algo mais?

Jornalista: Por parte dos setores empresariais portugueses com investimentos no Brasil há alguma preocupação pela estabilidade do real. O senhor Presidente, o que diz sobre a estabilidade da moeda brasileira?

Presidente: Pois não. Efetivamente, neste ano, o real perdeu valor frente ao dólar, mais ou menos em 25%, algo por aí, um pouco mais ou um pouco menos. Não sei se você se recorda, mas, nos últimos dois anos, o franco francês passou a valer 7,25, 7,7 francos para um dólar. O que aconteceu? Nada de muito grave. Aqui, efetivamente, como o câmbio é flutuante, temos que nos habituar a que, quando há pressão dos mercados sobre a moeda local, ela perde valor frente ao dólar. Depois, recupera esse valor ou não. Depende das circunstâncias. A primeira consequência, neste momento, dessa desvalorização foi aumentar a competitividade. Então, os empresários portugueses que estão aqui e quiserem exportar ganham com isso. A outra consequência não é tão boa assim. Qual é? A de ter alguma transferência dessa perda para os preços internos. Na verdade, até agora, a inflação está relativamente sob controle. Imaginamos que, neste ano, ela se mantenha dentro da meta. A meta fixada tinha sido, creio eu, de 4% e 2% a mais ou a menos. Deve estar nos 2% a mais, por volta de 6%. Ou seja, não houve a transferência da desvalorização do dólar para os preços, porque a economia não é mais indexada. Então, apenas a parte da produção local que, efetivamente, é composta de produtos importados é que pode sofrer algum percalço. Mas é passageiro.

Neste momento, essa pressão sobre o dólar é visivelmente especulativa. Especulativa não no sentido de que se esteja jogando contra a moeda. Não há corrida contra o real. É em função do quadro da Argentina, do próprio

país. Na medida que a crise de energia foi sendo absorvida e bem conduzida e a população muito solidária; na medida que a situação da Argentina parece estar já em um momento de maior alívio, provavelmente, o que vai haver é uma tendência contrária, um equilíbrio maior, que vai levar o real a se valorizar. Nitidamente, o real, neste momento, está subvalorizado e é possível que se corrija, daí por diante. Não vejo nisso um problema maior. Por isso, mencionei o franco – o franco, não o ex-ditador, a moeda francesa.

Jornalista: O senhor citou, Presidente, a próxima rodada da OMC. Gostaria de saber em que termos vocês trataram desse assunto, se vocês trataram. E se existe o apoio de Portugal para aquelas questões que o Brasil considera prioritárias, como, por exemplo, aquela questão dos subsídios agrícolas, do protecionismo.

Presidente: A primeira parte, eu respondo. A segunda, quem pode responder é o Primeiro-Ministro.

Nós tratamos, sim, dessa questão. E, até por sugestão do Primeiro-Ministro Guterres, vamos organizar um grupo contínuo de avaliação e de trabalho entre brasileiros e portugueses. Isso se desdobrará nas nossas Embaixadas, em Bruxelas e em Genebra, para o acompanhamento dessas questões. Porque temos uma visão comum, como o próprio Primeiro-Ministro acabou de dizer aqui, de que precisamos trabalhar por um sistema global que seja mais simétrico e – para utilizar a expressão que foi, inicialmente, do Primeiro-Ministro Lionel Jospin – dar uma cara humana à globalização. Cara humana se dá dando condições de acesso aos mercados. Agora, quanto à opinião sobre a política agrícola comum, prefiro que o Primeiro-Ministro diga ele próprio.

Primeiro-Ministro: A situação do Brasil e de Portugal é distinta, na medida que o Brasil participa diretamente nas negociações comerciais e Portugal é representado pela União Européia. Portanto, aquilo em que nós cremos é trabalhar no interior da União Européia para que as posições da União Européia possam evoluir no sentido que favoreça, quer o êxito da rodada da OMC, quer o progresso rápido das negociações com o Mercosul. Nesse sentido, reconhecemos que uma das questões mais delicadas tem a ver com as conseqüências da política agrícola comum. E, por isso, Portugal apresentou, recentemente, uma proposta de reforma da política agrícola comum, que, naturalmente, é a nossa base de trabalho e de contributo para uma forma que será indispensável, dado o alargamento da União e as conseqüências que esse alargamento terá na vida interna da agricultura européia. Mas a proposta portuguesa, se fosse aceita, estamos convencidos de que resolveria uma grande parte das dificuldades ainda existentes. Em qualquer caso, é uma base de trabalho que desejamos seja um dos elementos de pressão e influência no interior da Europa para criar condições compatíveis para que os acordos indispensáveis sejam possíveis.

Gostaria, aqui, de dizer com muita clareza: a Europa tem de perceber que o êxito das negociações com o Mercosul é uma questão estratégica, vital para a própria influência da Europa na cena internacional. Se as negociações entre a Europa e o Mercosul falharem, a Europa perde, e perde significativamente, na sua capacidade de intervenção na escala

mundial, porque precisamos de uma estrutura multipolar. E uma estrutura multipolar exige a capacidade de um inter-regionalismo aberto com aqueles que têm efetiva capacidade de afirmação na escala mundial. E o Mercosul é uma dessas entidades. Se perdermos esta oportunidade, não tenho dúvidas de que o mundo ficará condenado a uma lógica politicamente desestruturada, com uma única potência hegemônica.

Jornalista: Senhor Presidente, pegando as palavras do senhor Primeiro-Ministro no esquema multipolar, não acha que a Europa deve ser o interlocutor privilegiado do Brasil, até para contrabalançar um certo asfixiamento por parte dos Estados Unidos, que são a potência hegemônica daqui, da região?

Presidente: Eu acho que a Europa deve ser, realmente, o interlocutor privilegiado do Brasil. Nós temos feito um esforço nessa direção. Isso nos interessa. Não porque nos sintamos asfixiado. Na verdade, os Estados Unidos estão oferecendo também um acordo, que é a ALCA. O problema do Brasil é semelhante ao que disse o Primeiro-Ministro: é que, para que nós possamos ter uma ação mais efetiva em nível global, precisamos estar relacionados não com um só pólo, mas com os vários pólos. É nesse sentido que é fundamental que haja uma interlocução privilegiada com a Europa. Não para nós não falarmos com os Estados Unidos, mas para que nós possamos falar no mesmo tom de voz com todos os países do mundo. Muito obrigado aos senhores.



ENTREVISTA COLETIVA CONCEDIDA PELO SENHOR MINISTRO DE ESTADO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, SOBRE A
ATUAÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO NA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS
AMERICANOS (OEA). PALÁCIO ITAMARATY, BRASÍLIA, 14/09/2001

Ministro Celso Lafer: Boa tarde. Como todos sabem, o governo brasileiro expressou nos termos mais fortes possíveis a sua condenação e repúdio aos hediondos ataques terroristas perpetrados contra os Estados Unidos em 11 de setembro. O governo brasileiro está convencido de que a luta contra o terrorismo, seus responsáveis e aqueles que os abrigam e patrocinam requer uma ação efetiva no âmbito multilateral. Como vocês também sabem, o Conselho de Segurança das Nações Unidas já adotou resolução que caracteriza os ataques como uma ameaça à paz e à segurança internacionais. E o mesmo fez a Assembleia Geral da ONU, como eu relatei ontem no briefing que dei. A OTAN também adotou uma decisão inédita nesta matéria em seus mais de 50 anos de existência. O governo brasileiro entende que cabe considerar a adoção de medidas apropriadas no âmbito do nosso hemisfério. Acionar o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, o Tratado do Rio de Janeiro, o TIAR, nos parece o caminho mais adequado. O TIAR, como sabem, é parte do sistema mais amplo da organização dos Estados Americanos. No nosso entender, seriam relevantes os textos dos Artigos 3 e 6 do Pacto do Rio de Janeiro. O Artigo 3 do TIAR indica que um ataque armado por parte de qualquer Estado a um Estado americano

será considerado um ataque contra todos os Estados americanos. Este Artigo 3º do TIAR está em consonância com o Artigo 3 letra h da Carta da Organização dos Estados Americanos é na verdade um dos seus princípios. E o Artigo 6 do TIAR prevê as medidas a serem adotadas no caso de uma agressão que não seja um ataque armado e que atinja a inviolabilidade ou a integridade do território ou a soberania ou independência política de qualquer Estado americano. Trata-se do único instrumento jurídico vinculante em matéria de segurança coletiva do hemisfério. A nossa idéia é a de dar uma moldura jurídica no quadro das Américas à reação dos países da região em face do ataque armado contra os Estados Unidos, estes ataques terroristas para que o hemisfério possa responder conjuntamente a um ataque contra um dos seus membros. Como sempre a diplomacia brasileira se molda por uma ação baseada no direito e na diplomacia e entendemos que esta moldura jurídica é uma moldura muito apropriada para moldar neste momento com esta situação. O governo dos Estados Unidos reagiu positivamente a esta idéia nossa e agradeceu a iniciativa brasileira. Em reunião realizada esta manhã apresentei a iniciativa aos Embaixadores dos países membros do TIAR, acreditados em Brasília e também conversei por telefone com vários

Chanceleres da região sobre esta nossa visão do caminho jurídico a ser seguido. Proximamente, em princípio na 4ª feira, 19 de setembro, deverá reunir-se o Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos no nível dos Embaixadores junto àquela organização para decidir sobre a convocação do órgão de consulta previsto no TIAR. Este órgão de consulta é um órgão que reúne os Ministros das Relações Exteriores. Há, como sabem e como mencionei, um integração grande do TIAR dentro do âmbito do sistema interamericano. E a vinculação jurídica entre o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, o Pacto do Rio, e a Carta da OEA se dá através dos correspondentes Artigos do TIAR, Artigos 12, 13, 14 e 15, que estão vinculados aos Artigos correspondentes quanto à convocação, previstos na Carta da OEA, entre eles o Artigo 65.

Era esta a informação e a iniciativa diplomática que eu queria transmitir às senhoras e aos senhores, hoje, e estou pronto a responder neste momento a 2 ou 3 perguntas que queiram me fazer.

Pergunta: Ministro, existe semelhança entre o TIAR e o Tratado da OTAN, ou seja, aquela Resolução que consiste em “ataque aos Estados Unidos significa ataque aos países membros da OTAN”?

Ministro Celso Lafer: É isso que diz o TIAR no Artigo 3º, que mencionei, é isso que também diz a Carta da OEA, nos seus princípios, no Artigo 3, h, que eu também mencionei.

Pergunta: Ministro, não ficou muito claro para mim, não sei se é desinformação minha, mas a partir dessa decisão tomada pelo senhor e pelos outros membros do TIAR, significa

dizer o que aos Estados Unidos? Significa dizer que a partir de agora a decisão que ele tomar agora, militar ou não, vai ser apoiada pelo TIAR? E se o Brasil também colaboraria com tropas...

Ministro Celso Lafer: Ninguém está falando em tropas e ninguém está falando em uma Resolução que não foi tomada ainda. Nós estamos tomando uma iniciativa de natureza diplomática. Nós estamos sugerindo a convocação do Conselho do TIAR, no âmbito mais amplo da Carta da Organização dos Estados Americanos para examinar o assunto. No nosso entender os Artigos correspondentes são os que eu mencionei, o Artigo 3 e o 6. As medidas são medidas a serem examinadas e estudadas. No meu entender, elas em princípio são semelhantes àquelas tomadas no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas e no âmbito da Assembléia Geral da ONU. Elas significam também colocar em princípio as iniciativas norte americanas no âmbito hemisférico que é o âmbito dentro do qual opera o TIAR, tendo esta moldura jurídica. Como sabem, a OTAN tem uma esfera de delimitação geográfica, como o seu próprio nome diz, refere-se ao Atlântico Norte. Também no TIAR refere-se como área de sua preocupação e jurisdição a do hemisfério.

Pergunta: Ministro, o governo americano falou claramente, mais de uma vez em resposta militar aos ataques. Ou seja, vai haver uma ação militar. Alguns jornais chegaram a publicar isso. Eu queria saber claramente se nesse caso o governo brasileiro vai mandar tropas para atuar ao lado dos americanos? Ou mesmo apoiar um ataque militar. Vi mandar tropas ou não vai? Esta é uma questão inicial que é crucial para nós.

Ministro Celso Lafer: Eu gostaria de dizer primeiramente o seguinte: não existe até agora uma informação sobre a identificação de organizações ou de eventual apoio por parte de um Estado a uma organização que tenha responsabilidade em relação a este atentado. Portanto, eu não posso antecipar uma avaliação sobre medidas de represálias que se valeriam do uso da força, sem saber exatamente quais serão essas medidas e em relação a quem elas se dirigirão. É evidente que uma decisão brasileira de apoio diplomático vai levar em conta a informação que viermos a receber. Nós não temos essa informação, portanto não me cabe a priori fazer qualquer tipo de avaliação. Quanto a tropas, não se cogita disto nem é isto que está no âmbito do horizonte decisório do governo brasileiro do Sr. Presidente da República e do Executivo, porque evidentemente o envio de tropa significa uma decisão de altíssima envergadura que requereria um amplo processo de consulta. Mas nós não estamos trabalhando – friso, repito, reitero – com este cenário.

Pergunta: Qual é o cenário, então?

Ministro Celso Lafer: A ação brasileira, como eu tenho dito, é uma ação de natureza diplomática. Significa respaldo, apoio, condenação destes atentados, reconhecimento de que estes atentados são de fato um problema de segurança e merecem repúdio e merecem um tratamento apropriado. É difícil eu antecipar qualquer outra medida sem ter em conta elementos de que não dispomos.

Pergunta: Vai haver uma reunião na semana que vem. Que tipo de medidas poderiam ser tomadas?

Ministro Celso Lafer: Ontem eu li os termos da decisão tomada pelo Conselho de Segurança da ONU, assim como a decisão tomada no âmbito da Assembléia Geral. Ela, repito, que eu tive a oportunidade de dizer ontem para mostrar como é que se formula isto em termos diplomáticos sem ter uma definição do objeto, porque a definição do objeto depende da identificação e a identificação não está feita. Portanto, eu não posso ir além desta moldura mais geral. A decisão da Assembléia Geral diz o seguinte, além de exprimir condolências e solidariedade: “chama para a cooperação internacional para a Justiça os perpetradores, organizadores e patrocinadores do atentado de 11 de setembro de 2001 e solicita a cooperação internacional para prevenir e eliminar atos de terrorismo. E sublinha que aqueles responsáveis por ajudar, apoiar, proteger os perpetradores, organizadores e patrocinadores destes atos serão tidos como responsáveis...”. Esta é a linguagem da Resolução da Assembléia Geral da ONU, que reúne todos os membros da ONU, como todos vocês sabem. A decisão do Conselho de Segurança diz... é mais forte, porque inclusive cabe ao Conselho de Segurança, o sistema das Nações Unidas, preservar a paz e a segurança internacionais. E diz que “a comunidade internacional deverá redobrar os seus esforços para prevenir e suprimir atos terroristas, inclusive pela cooperação crescente e a plena execução das convenções anti-terroristas internacionais e as resoluções do Conselho de Segurança nesta matéria” e diz mais adiante “que exprime a sua disponibilidade para tomar todos os passos necessários para responder aos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 e combater todas as formas de terrorismo, de acordo com as responsabilidades previstas na Carta das Nações Unidas”. Portanto, por mais

que seja natural a preocupação em querer algo de mais concreto do que eu estou dizendo, eu estou na linha daquilo que eu posso neste momento dizer em função das informações que dispomos no plano internacional.

Pergunta: Com relação a esta questão, em que situação o Brasil enviaria tropas para uma eventual ação militar? Se houver um pedido da ONU e o Congresso aprovasse?

Ministro Celso Lafer: Nós temos tido presença de tropas apenas em forças de paz. Essa tem sido a nossa tradição na área da prevenção de conflitos e da solução em situações de tensão internacional. No mais, a última ocasião, espero a única, que o Brasil mandou tropas para o Exterior foi na 2ª Guerra Mundial, por ocasião de uma guerra de escala internacional que nos afetou. Como o sr está vendo esta é uma situação limite de enorme gravidade. Nós não somos uma potência armada, a nossa tradição como um país situado na América do Sul é a de um país que resolveu os seus problemas de fronteiras e que tem da dimensão de segurança a tranquilidade de quem está numa região que não está no foco das tensões internacionais.

Pergunta: Onde vai ser a reunião?

Ministro Celso Lafer: A reunião, em princípio, será em Washington, porque a sede da OEA é em Washington e é lá que normalmente, regra geral, se reúnem os Embaixadores junto à OEA nas suas reuniões de urgência ou de rotina.

Pergunta: O governo dos Estados Unidos solicitou mais algum tipo de apoio?

Ministro Celso Lafer: Eu conversei e tenho conversado com as autoridades americanas - eu conversei com o Secretário Collin Powell ontem -, eu tinha telefonado para ele para naturalmente exprimir o apoio e a solidariedade do Brasil coisa que ele agradeceu e nisto ficamos. Evidentemente, nesta reunião que eu mencionei, eu chamei os Embaixadores dos países membros do TIAR, acreditados em Brasília, como os Estados Unidos integram o TIAR, o encarregado de negócios dos Estados Unidos foi chamado e participou desta reunião.

Pergunta: O Secretário Collin Powell deu uma entrevista agora pouco nos Estados Unidos dizendo que foi montada uma rede contra terrorismo e que vários países estariam apoiando e que ele teria ligado aqui para o Brasil e pedido o apoio do Brasil também...

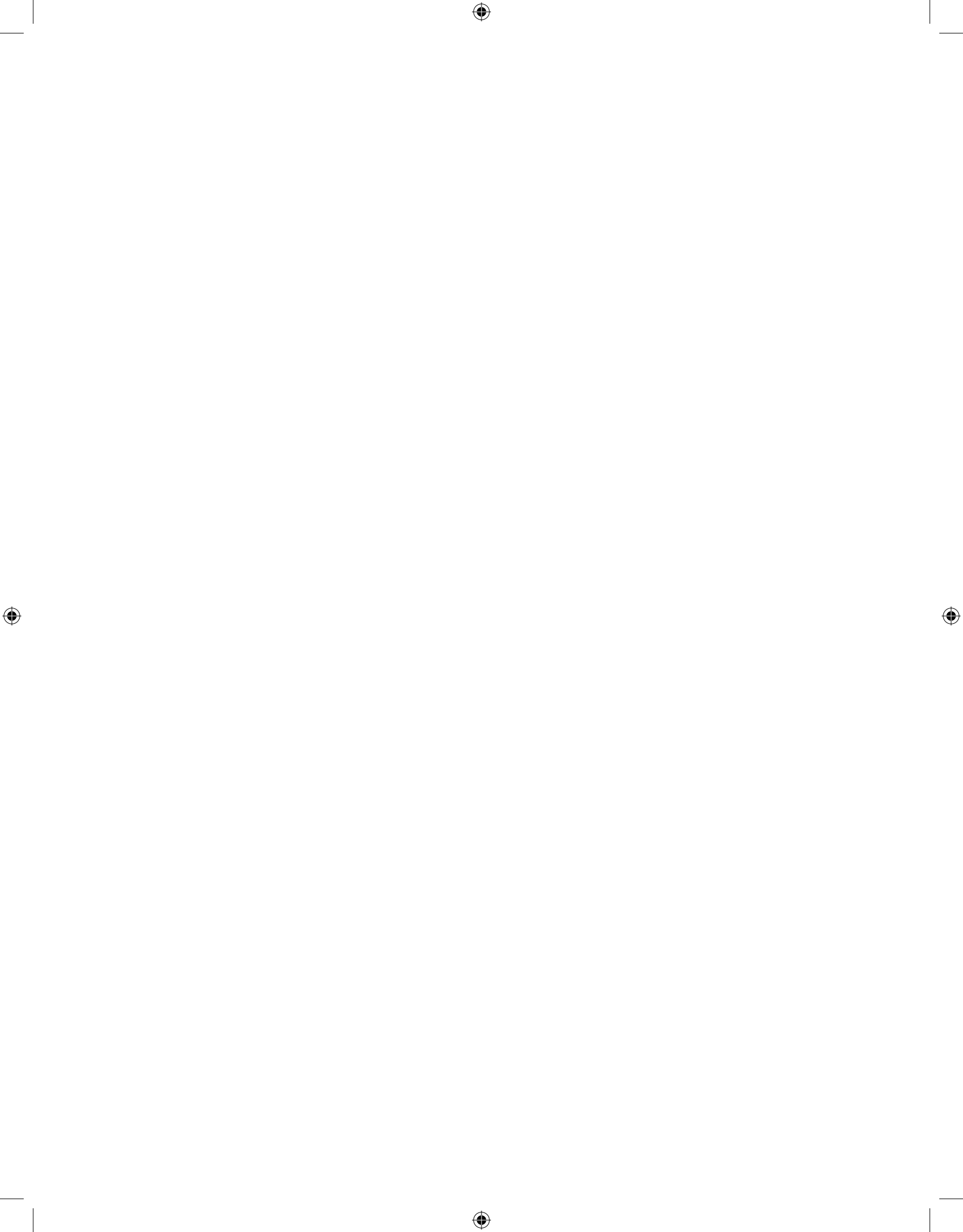
Ministro Celso Lafer: Eu não tenho conhecimento. Claro que, como eu expliquei ontem, o mundo opera através de redes, existem redes para o bem, como a das ONGs voltadas para a defesa dos direitos humanos, o meio ambiente, e existem as redes para o mal, entre elas a da lavagem de dinheiro, do narcotráfico, do crime organizado, a do tráfico clandestino de armamentos. Uma destas múltiplas redes é a rede ou as múltiplas redes do terrorismo. Isto evidentemente requer vigilância, acompanhamento, informação e é claro que estamos disponíveis para cuidar de uma cooperação nesta área, mesmo porque relembro que a condenação ao terrorismo é parte dos princípios constitucionais do Brasil. De maneira que estamos em linha com a nossa própria tradição constitucional.

Pergunta: Então ele não entrou em contato com o sr.?

Ministro Celso Lafer: Comigo não entrou nem eu tenho conhecimento de nenhum contato feito. Compreendo que isto esteja na linha de preocupações e é natural que esteja e é natural que estaremos prontos a dar este tipo de colaboração porque isto já está dentro daquilo que é a moldura da decisão do Conselho de Segurança e da decisão da Assembléia Geral das Nações Unidas, que é a cooperação no combate ao terrorismo. Portanto, temos uma resolução internacional da Assembléia Geral, mais uma do Conselho de Segurança e isto está em consonância com os nossos princípios constitucionais. Muito obrigado.

Pergunta: Ministro, há alguma preocupação para que as famílias brasileiras não viagem aos Estados Unidos...

Ministro Celso Lafer: Existe uma preocupação logística. As viagens para os Estados Unidos até agora não estão normalizadas, não há tráfego aéreo regularizado. A situação logística nos Estados Unidos, sobretudo em NY, é extremamente precária, hotel e acomodações. De maneira que a nossa palavra é uma de cuidar para que as pessoas em vez de poderem ajudar na identificação e na localização dos seus amigos e familiares se vejam numa situação mais difícil lá do que estariam com os contatos a partir daqui. Obrigado.



ENTREVISTA DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO, CONCEDIDA AO JORNAL O GLOBO - “SÃO
TALIBÃS OS QUE QUEREM FECHAR A ECONOMIA”. 26/09/2001

O Globo: O governo está lutando para baixar o dólar. Não há uma situação de fragilidade extrema que exige um plano B?

Fernando Henrique Cardoso: Não gosto que perguntem sobre plano B, porque vêm logo interpretações as mais danosas para o Brasil. Plano B vocês tem de perguntar ao PT, aqui não tem plano B. Temos uma política econômica estabelecida. Neste momento, por razões conhecidas, e por especulação, há uma tentativa de forçar o preço do dólar. Há normalmente duas obrigações para explicar a pressão sobre o dólar. Uma é interna, quando você está com problemas nos fundamentos da economia. Mas isso não é verdade no nosso caso, não existe nenhum problema na política fiscal.

O Globo: Mas nós temos uma grande vulnerabilidade...

Fernando Henrique: Hoje, toda economia do mundo tem vulnerabilidade, até a americana. Mas em relação à coisa interna, de política fiscal, não existe nenhum problema. As contas estão em ordem. Qual é o outro problema? Como é que se fecham as contas externas? Isso é o que você chama de vulnerabilidade. Quanto a isso não há nenhuma novidade. No passado, a mesma pergunta era feita no contexto de que haveria capital especulativo. Hoje, em nossas reservas não há esse capital.

Agora se diz que, como provavelmente haverá uma diminuição de fluxo de capital externo, isto poderá dificultar. Não estou dizendo que não vá haver uma diminuição, é provável que sim, mas ninguém sabe o tamanho dela. O Brasil já retirou do Fundo Monetário Internacional US\$ 15 bilhões. Vai retirar agora mais um pouquinho, se for necessário. Então, essa famosa vulnerabilidade é parte da especulação, porque está se supondo todas as catástrofes. Fizemos previsões sobre a balança comercial, e não deu negativo. Em 1999, disseram que a inflação ia estourar, e não estourou. Não estou dizendo que não há situação ruim, porque seria irresponsável se dissesse. Mas estou dizendo que não adianta fazer aposta sobre o negativo o tempo todo.

O Globo: Uma funcionária do FMI recomendou que o Brasil aumente mais ainda os juros...

Fernando Henrique: Provavelmente ela nunca esteve no Brasil. De que adianta aumentar os juros agora? O que que o governo e o Banco Central fizeram? Aumentaram o compulsório. Retiraram liquidez, mas sem impacto sobre a dívida. Outra coisa que é preciso chamar a atenção: o investimento no Brasil, hoje, não é de curto prazo. É claro que é melhor não dever nada. Mas, para não dever nada, você tinha que não ter investimento também.

O Globo: Como o senhor responde à crítica de que o país é obrigado a fazer superávits maiores para compensar gastos com juros?

Fernando Henrique: O que é que se quer que faça? Qual é a solução?

O Globo: Alguns candidatos, inclusive do governo, criticam...

Fernando Henrique: Eles dizem coisas que não têm condições de fazer. Também quero reduzir a dependência externa. Aí temos duas visões: um pensa que, para reduzir a dependência externa, tem de fechar a economia. Esses são os Talibãs. E tem os que dizem que a melhor maneira de fazer isto é aumentar a produção, ter investimento, manter a meta de economia e exportar. Eu fico desse lado.

O Globo: O governo sempre foi reticente com expressões como substituir importações e exportar, mas agora mudou o discurso....

Fernando Henrique: Não, não é de agora. Foi feita uma mudança cambial importante, nunca houve tanta proteção à exportação via câmbio. Há anos que é isso, que temos o Proex, e fomos até criticados na Organização Mundial do Comércio. O governo defende como pode o Brasil nas exportações, faz processos contra países poderosos. Houve total exoneração de imposto de exportação.

O Globo: Este modelo econômico predominante no mundo já vinha dando sinal de exaustão antes mesmo da atual crise. O sr já havia admitido que o modelo precisava de ajustes...

Fernando Henrique: Vamos corrigir. Primeiro, eu ainda sou professor. O sistema capitalista é cíclico. Quem não entender isso não entende o capitalismo. A questão não é saber se você gosta dele, ele é assim. O que disse é que está acontecendo um ciclo. Para surpresa de muitos analistas, levou muito tempo sem que houvesse um ciclo mais longo de retração. O que está havendo, para usar a linguagem marxista, é queima de mais-valia. Isso não tem nada de extraordinário, nem significa que haja outro modelo. Como os economistas têm que ser economistas políticos, eles têm de se ajustar à fase do ciclo. Não se pode fazer política como se fosse um ciclo de expansão estando num ciclo de retração.

O Globo: O que acontecerá com esse ciclo diante dos fatos recentes?

Fernando Henrique: Podem ter várias conseqüências, que não sabemos ainda. Podem, de imediato, acelerar o ciclo. Historicamente, com guerra, pode-se abreviar o ciclo. Não sou favorável à guerra, sou contra, mas a guerra obriga investimentos, aquece a economia. Não sei o que vai acontecer porque isso não é propriamente uma guerra. Se fosse uma guerra clássica, haveria uma intensificação das forças produtivas e abreviaria o ciclo de retração. Qualquer hipótese sobre isso é vã. Se vai para cá ou vai para lá, é palpíte. Não vamos confundir isso com a questão do modelo. Quando falam em modelo, estão pensando no neoliberalismo, que não existe. São palavras vazias, e por trás delas tem a falta de imaginação.

O Globo: No plano interno, tem que haver ajuste. Seu candidato não poderá defender exatamente o que o ministro Pedro Malan defende...

Fernando Henrique: Mas o Malan não está fazendo ajustes? Já não fizemos várias vezes? Política não é coisa dogmática, tem de fazer ajustes. Nosso câmbio é flutuante, mas o Banco Central interveio várias vezes.

O Globo: Como o senhor vê o pêndulo da globalização em relação aos fatos recentes? Os países tendem a se fechar ou isso não afeta a continuidade do processo?

Fernando Henrique: Hoje, quando se fala de globalização, se fala basicamente de dois vetores. Um, no sistema produtivo. É o fato de você dispor de computadores, que unificam o espaço. O outro, de efeito mais forte, é o uso de tudo isso no sistema financeiro. Para a economia, os Estados ficam menos relevantes, o ideal seria que diminuíssem. Não para o resto. Está se vendo que, sem Estado, não se enfrenta o Talibã. Sem Estado, não se enfrenta a miséria. Portanto, essa história de acabar com o Estado é bobagem. Mas isto é um processo que está começando. As sociedades vão ser diferentes a partir de agora.

O Globo: Como será essa diferença?

Fernando Henrique: Por causa da mobilidade de idéias e de pessoas, começam a ser colocadas questões impensáveis no passado. A questão da humanidade. Qual era a crítica que se fazia? Não pode, se tem

nação e tem classe, pensar em humanidade, é um pensamento mistificador abstrato. Gostei muito quando o Gorbachov escreveu, naquele livro sobre a glasnost, que, com a guerra nuclear, os Estados ao mesmo tempo são fortíssimos e menos poderosos, pois, no que jogarem uma bomba, estão atacando eles próprios. A questão ecológica é outro tema que não pode ser tratado no limite nacional. Então, a humanidade passa a ser um sujeito possível da história.

O Globo: O senhor acha que o trauma mundial vai retrain a tendência de transformação?

Fernando Henrique: Pode acelerar. Vamos ver o que vai acontecer. Num primeiro momento, houve uma solidariedade ampla contra o terrorismo. Agora, talvez reflua.

O Globo: O estatismo não se fortalece?

Fernando Henrique: As fronteiras ficam mais fechadas, mas você não fecha as idéias, não fecha a internet, não fecha a influência de um sobre outros. Esse lado é inexorável.

O Globo: Os EUA sairão mais fortes e hegemônicos ou mais fracos?

Fernando Henrique: A globalização é assimétrica. E essas forças às quais estou me referindo são forças que vão criar uma maior homogeneização dos efeitos da globalização.

O Globo: No sentido de menos controle para os Estados Unidos, com um poder mais distribuído?

Fernando Henrique: Mais que isso: mesmo que os Estados Unidos sejam uma potência hegemônica militar, cultural, econômica e tecnologicamente, o problema é político. É saber como é que os Estados Unidos vão usar essa hegemonia. Nosso problema é que essa globalização não levou a uma abertura democrática do poder global. A posição do Brasil é consistente nessa matéria. Temos que criar instituições com maior presença do conjunto dos países.

O Globo: Acabar com o G-8?

Fernando Henrique: Sim. Ter fóruns mais amplos, reforçar o Conselho de Segurança da ONU, ter legitimidade nas ações internacionais. Os EUA agora estão buscando legitimidade.

O Globo: Dessa tragédia é possível reconstruir uma ordem?

Fernando Henrique: É uma possibilidade. Acho que esse é um papel do Brasil, um país que tem diferenciação cultural, racial, religiosa, mas tem um valor inestimável, que é a tolerância. De vez em quando, dizem que deveria ser mais duro. Mas não dá certo, não é construtivo. A democracia hoje requer mais do que nunca a compreensão do outro, a aceitação. Acho que nós temos condições de falar disso. Isto não pode ser perdido agora nesse conflito. Aliás, o presidente George W. Bush me disse ao telefone e tem dito: não se trata de uma guerra de religião, de uma guerra contra um povo, contra os árabes.

O Globo: Qual o limite concreto da solidariedade brasileira? O senhor mandaria tropas?

Fernando Henrique: Isso não foi pedido, eles não podem exigir. E o Tratado Interamericano

de Assistência Recíproca (Tiar), que nós invocamos, dá autonomia a cada país para decidir. Aqui no Brasil não há a menor disposição nesse sentido, não se vê razão para isso e nem é necessário.

O Globo: O senhor está percebendo um refluxo na opinião pública mundial em relação a esse apoio?

Fernando Henrique: Os EUA até agora atuaram com prudência. Não houve vingança nem precipitação. A resposta foi mais verbal. O que está havendo é uma tentativa de verificar quem fez e de acabar com o terrorismo. Que tem que acabar, tem. Eu não gosto dos argumentos que começam a ser antiamericanos e incluem uma quase justificação dos atentados. Isso é inaceitável.

O Globo: O que o sr. espera que aconteça?

Fernando Henrique: Uma ação eficaz dos EUA para desmontar o terrorismo e o respeito às regras internacionais, inclusive às regras de convivência, de aceitação da pluralidade religiosa.

O Globo: A ação militar é inevitável?

Fernando Henrique: É inevitável. A guerra é sempre ruim, todo mundo sabe disso. Ninguém quer a guerra como objetivo. Mas, sob certas circunstâncias, você tem que se defender. No caso, é defensiva, houve uma ofensa aos americanos.

O Globo: E essa conversa de quem não estiver conosco contra o terrorismo está com o terrorismo?

Fernando Henrique: Alguém em sua consciência pode defender o terrorismo?

ENTREVISTA DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR CELSO LAFER, CONCEDIDA AO JORNAL FOLHA DE SÃO
PAULO - “BRASIL ESPERA AÇÃO LIMITADA DOS EUA”. 15/10/2001

Celso Lafer diz que governo brasileiro “compreende” ataques ao Afeganistão, mas que Brasil espera ação limitada dos EUA.

Eliane Cantanhêde - Diretora da Sucursal de Brasília

Cláudia Dianni - Da Sucursal de Brasília

O ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, afirma que o Brasil “compreende” a ação militar dos Estados Unidos contra o Afeganistão, mas tem “a expectativa de que seja limitada e circunscrita”. Em entrevista à Folha, ele não usou os verbos apoiar, aprovar, defender ou endossar para definir a posição brasileira.

Lafer, 60, foi tão cuidadoso quanto o presidente Fernando Henrique Cardoso em seu pronunciamento sobre a guerra na semana passada. Ambos condenam o terrorismo e aceitam a ação militar norte-americana, mas dizem que a obsessão pela segurança que varre o planeta deve significar também “o controle dos paraísos fiscais e a repressão às redes ilícitas, além de uma melhor cooperação internacional política e econômica”.

Esse será o tom do discurso de FHC na abertura da Assembléia Geral da ONU, no próximo mês, em Nova York. O último presidente brasileiro a abrir a assembléia foi Fernando Collor, em

1990. A ambigüidade de FHC e Lafer tem uma explicação: apesar de praticamente todos os governos terem apoiado maciçamente a guerra, a opinião pública dos países não acompanha esse apoio. “O vento muda sempre de direção, a opinião pública também, mas os governos não podem agir como cata-ventos”, justificou Lafer na sexta, na entrevista concedida em sua casa em Brasília.

Folha: Por que o sr. insinuou que o Brasil havia recebido provas da culpa de Osama bin Laden, e depois o governo inteiro unificou o discurso, dizendo que havia recebido apenas relatos orais?

Celso Lafer: Foi um relato verbal mesmo. O encarregado de negócios norte-americanos, Cristóbal Orozco, mostrou uma série de informações obtidas por meios próprios e com a colaboração de outros países, que formaram esses indícios disponíveis de que havia clara relação entre o Bin Laden e a Al Qaeda e que ambos recebiam suporte dentro do Afeganistão.

Folha: Objetivamente, o que levou o governo e o sr., particularmente, a se declararem “convencidos” da culpa de Bin Laden?

Lafer: Não foram provas, foram indicações. O número de contatos que tiveram e as indicações claras da responsabilidade de Bin Laden e da Al Qaeda em outros atentados, como a missões diplomáticas e navios norte-americanos. Foi construído um padrão claro de ligação. Para entender o que foi apresentado, é preciso ler o texto que os ingleses divulgaram.

Folha: Por que os EUA entregaram dossiês e provas para o Reino Unido, por exemplo, e fizeram apenas um relato para países “em desenvolvimento”, como o Brasil?

Lafer: É natural que os ingleses tenham tido mais informações, porque estavam desde o início mais envolvidos com a operação militar. Os europeus receberam um nível maior de informações porque elas foram proporcionais à contribuição que estão dando. No nosso caso, o que nos pediram foram informações, se havia indícios de infiltração no Brasil, transferências ilegais de fundos.

Folha: Essa diferença de tratamento e a aliança explícita de todo o Primeiro Mundo não deixam o Brasil numa posição ainda mais periférica no cenário internacional?

Lafer: Não acho. Há uma presença inglesa nas ações militares, a França e a Alemanha também oferecendo apoio bélico, e o envolvimento da Itália e da Espanha nesse sentido. E há também o uso do espaço aéreo europeu. É natural, portanto, que a quem você solicita uma participação mais decisiva você também ofereça informações mais precisas.

Folha: Isso não reforça que o Brasil ficou mais periférico ainda? Numa discussão sobre comércio, o peso do país é um. Na discussão sobre segurança, é outro, ainda menor.

Lafer: A palavra “periférico” pode ter uma conotação positiva ou negativa. Neste caso, creio, é muito positivo não estarmos no centro desse conflito nem das tensões internacionais.

Folha: E o efeito na economia e nas negociações comerciais?

Lafer: Ficou claro para o mundo e para o governo Bush que o tema da segurança não pode ser tratado unilateralmente. Para lidar com os novos riscos, você tem de ter cooperação internacional. Isso abre espaço para que as negociações econômicas também venham a se realizar de forma construtiva e global. Por exemplo: estou convencido de que as negociações da OMC (Organização Mundial do Comércio) estão mais próximas do que estavam antes.

Depois de 11 de setembro, aumentou a percepção de que a OMC não pode produzir um novo fiasco como em Seattle [quando houve tanto manifestações de rua quanto falta de consenso entre os participantes”].

Um novo fracasso nas negociações multilaterais fomentaria as negociações e acordos regionais. Do ponto de vista do Brasil, essas negociações regionais com o Mercosul não são suficientes. Há temas sistêmicos, como agricultura e antidumping, que só podem ser resolvidos no campo multilateral.

Folha: Muita gente considerou ambíguo o pronunciamento de FHC sobre a guerra. O sr. poderia traduzir o que o presidente quis dizer?

Lafer: Foi uma indicação clara de repúdio ao terrorismo e ao mesmo tempo uma preocupação com o controle dos paraísos fiscais, a repressão às redes. Ele também considerou a atual situação como oportuna para uma melhor cooperação internacional, seja no plano político, seja no econômico.

Folha: E quanto aos mísseis e às bombas sobre o Afeganistão?

Lafer: O presidente também disse que compreende que haja ação militar, com a expectativa de que seja limitada e circunscrita.

Folha: Os governos apoiaram a ação militar, mas a opinião pública nos países não acompanhou esse apoio. Nos países árabes e muçulmanos, isso foi mais visível, mas no mundo ocidental também ocorreu. No Brasil, o Datafolha apurou que 66% dos paulistanos são contra.

Lafer: O vento muda sempre de direção, a opinião pública também, mas os governos não podem agir como cata-ventos. Não podem ficar só sujeitos às circunstâncias. Você tem de considerar, por exemplo, as resoluções internacionais. O Conselho de Segurança da ONU apoiou a ação.

Folha: O sr. acredita que haja focos terroristas em São Paulo, Curitiba e Foz do Iguaçu, como acreditam os EUA e parte do governo?

Lafer: Nós não temos nenhuma informação que nos preocupe e temos muita convicção de que, no trato desses assuntos, os direitos humanos e as práticas democráticas devem ser preservados. A região de Foz de Iguaçu é mais complicada, nós sabemos. Não é fora de questão que algo das redes ilícitas exista lá, mas se houvesse algo de grave eu teria recebido informações. E eu não recebi.



ÍNDICE REMISSIVO

A

Afganistão 181, 219, 276, 347, 349

ALCA 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 119, 120, 121, 142, 148, 151, 152, 153, 154, 185, 186, 187, 188, 190, 201, 208, 211, 212, 213, 238, 254, 272, 279, 280, 292, 317, 318, 319, 328, 335

América Latina 66, 67, 69, 70, 87, 119, 147, 155, 158, 159, 177, 189, 193, 201, 217, 237, 241, 242, 247, 256, 257, 258, 268, 274, 285, 306

Argentina 55, 59, 61, 62, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 107, 129, 139, 140, 141, 142, 153, 184, 185, 208, 233, 239, 263, 265, 268, 279, 287, 289, 319, 321, 322, 324, 327, 328, 334

Armas 47, 48, 49, 73, 102, 103, 109, 118, 240, 241, 248, 297, 300, 301, 304, 324

B

Biodiversidade 115, 117, 118, 157, 273, 274

Bolívia 53, 55, 57, 59, 87, 185, 234, 235, 265, 268, 289, 329

C

Café 234, 242

Caribe 65, 66, 67, 69, 70, 71, 87, 155, 158, 159, 201, 241, 247, 256, 269, 274, 281, 282, 305

Chile 147, 185, 192, 265, 267, 268, 269, 329

Comércio 26, 27, 29, 30, 31, 32, 37, 39, 40, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 57, 62, 63, 66, 70, 71, 75, 77, 78, 83, 85, 102, 109, 112, 116, 117, 119, 120, 121, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 147, 148, 152, 153, 154, 164, 173, 174, 179, 183, 185, 186, 187, 190, 191, 192, 193, 195, 202, 206, 208, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 229, 237, 238, 240, 242, 245, 246, 250, 251, 257, 259, 261, 263, 265, 269, 271, 272, 273, 274, 277, 280, 286, 287, 314, 318, 327, 328, 331, 332, 344, 348

CPLP 26, 27, 79, 80, 81, 112, 275

Cuba 87, 167, 234, 281, 305, 306

Cultura 37, 38, 51, 88, 111, 131, 159, 164, 165, 166, 170, 171, 179, 206, 223, 267, 270, 276, 280, 307, 308, 333

D

Defesa 30, 33, 34, 35, 61, 80, 100, 104, 106, 110, 116, 121, 133, 135, 140, 153, 154, 163, 168, 189, 190, 192, 207, 227, 234, 242, 248, 252, 257, 260, 263, 266, 269, 270, 271, 280, 281, 301, 303, 308, 311, 314, 324, 328, 340

Democracia 52, 61, 62, 65, 66, 67, 70, 71, 75, 99, 105, 112, 113, 119, 123, 124, 126, 128, 130, 147, 155, 161, 162, 163, 164, 181, 183, 184, 188, 189, 191, 224, 227, 229, 242, 263, 270, 271, 281, 282, 283, 291, 300, 301, 304, 311, 317, 318, 332, 346

Desenvolvimento sustentável 52, 53, 57, 78, 104, 110, 116, 118, 155, 156, 157, 158, 208, 230, 257, 259, 260, 262, 264, 271, 274, 287, 311

Direitos humanos 26, 61, 67, 71, 119, 128, 163, 188, 191, 201, 202, 227, 228, 230, 231, 240, 242, 257, 260, 263, 271, 281, 283, 292, 300, 301, 311, 312, 340, 349

Drogas 126, 147, 219, 220, 221, 222, 223, 225, 242, 248, 253, 257, 260, 263, 283, 292, 301, 304

E

Economia 31, 32, 33, 38, 39, 40, 42, 43, 52, 53, 54, 57, 61, 62, 66, 67, 70, 71, 75, 83, 85, 111, 116, 119, 120, 135, 139, 152, 154, 155, 164, 190, 202, 203, 206, 211, 215, 216, 224, 239, 246, 261, 271, 288, 291, 301, 314, 323, 324, 326, 334, 335, 343, 344, 345, 348

Energia Nuclear 92, 93, 94, 95, 96, 98, 142, 233

Estados Unidos 31, 32, 43, 73, 99, 101, 102, 105, 107, 108, 123, 124, 125, 127, 128, 131, 133, 134, 135, 162, 182, 183, 184, 185, 186, 211, 213, 217, 234, 235, 276, 281, 299, 300, 301, 324, 332, 335, 337, 338, 340, 341, 345, 346, 347

Exportações 27, 29, 32, 33, 120, 138, 137, 152, 153, 154, 211, 212, 213, 218, 245, 254, 258, 285, 286, 323, 344

F

FIESP 215, 216, 217, 218, 266, 323

FLACSO 65, 66, 67, 69, 70, 71, 247

Fórum 41, 119, 217, 219, 220, 245, 246, 259, 261, 262, 274

G

Grupo de Cairns 191

Guiana 237, 268

I

IIRSA 53, 57

Investimentos 27, 30, 32, 38, 39, 51, 52, 54, 58, 62, 63, 66, 67, 70, 71, 78, 83, 84, 85, 86, 116, 119, 138, 139, 147, 154, 192, 193, 201, 215, 216, 229, 238, 245, 246, 248, 252, 256, 257, 258, 259, 261, 264, 266, 285, 288, 312, 319, 329, 334, 344

Irlanda 61, 62, 63, 244, 245, 256, 259, 261

Itália 104, 110, 192, 216, 228, 291, 348

M

Mercosul 25, 29, 30, 32, 33, 39, 40, 48, 62, 88, 91, 97, 112, 119, 120, 121, 138, 139, 140, 141, 142, 148, 151, 152, 153, 185, 187, 201, 208, 217, 239, 240, 248, 250, 251, 252, 253, 254, 259, 265, 269, 273, 279, 280, 282, 296, 317, 318, 319, 321, 322, 327, 328, 329, 331, 332, 333, 335, 348

Mudanças Climáticas 41, 43, 244

N

Nova Zelândia 191, 192, 193, 234, 235

O

OEА 125, 126, 147, 201, 209, 242, 269, 270, 281, 282, 283, 337, 338, 340

OMC 30, 33, 40, 77, 112, 116, 117, 118, 119, 121, 142, 151, 152, 153, 154, 173, 174, 175, 201, 203, 208, 211, 212, 213, 214, 229, 240, 254, 255, 263, 265, 279, 280, 292, 312, 318, 334, 335, 348

P

Panamá 147, 148, 149, 216, 233, 234, 268, 271, 272, 273

Peru 55, 59, 162, 196, 243, 247, 268, 269, 273, 274, 282

Portugal 25, 26, 27, 37, 38, 39, 40, 111, 112, 113, 178, 234, 249, 258, 317, 318, 331, 332, 333, 334, 335

Propriedade intelectual 30, 33, 78, 115, 116, 117, 118, 153, 174, 175, 213, 222, 253, 264, 280

R

Reino Unido 75, 217, 233, 238, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 348

República Eslovaca 51, 52, 233

U

União Européia 38, 39, 40, 43, 62, 100, 106, 112, 120, 121, 129, 141, 142, 152, 153, 154, 185, 186, 187, 201, 211, 212, 213, 214, 238, 240, 242, 250, 251, 252, 253, 254, 256, 257, 258, 259, 279, 280, 292, 306, 318, 328, 331, 332, 333, 335

USP 291

V

Venezuela 55, 59, 87, 88, 89, 233, 243, 268, 269, 329

Capa e Projeto Gráfico

Hilton Ferreira
Vivian Fernandes

Diagramação

Vivian Fernandes

Formato

20 x 26 cm

Mancha

15,5 x 21,5 cm

Tipologia

Times New Roman

Papel

Supremo 250 g/m²,
plastificação fosca (capa)
e 75g/m² (miolo)

Número de páginas

354

Tiragem

500

Endereço para correspondência

Coordenação de Documentação Diplomática (CDO)
Ministério das Relações Exteriores,
Anexo II, 1º subsolo, Sala 10
CEP 70170-900, Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-9279 / 9037
Fax: (61) 3411-6591

Impresso pela Dupligráfica Editora Ltda



Departamento de Comunicações e Documentação